MATÍAS M. MOLINA

HISTÓRIA DOS JORNAIS NO BRASIL

Da era colonial à Regência (1500-1840) v. 1

MATÍAS M. MOLINA

História dos jornais no Brasil

VOLUME I

Da era colonial à Regência (*1500-1840*)

COMPANHIA DAS LETRAS

Sumário

Prefácio

A comunidade jornalística brasileira tem esperado por este livro com grande ansiedade. Praticantes, professores, estudantes e aficionados da imprensa no Brasil sempre lamentam a inexistência de um trabalho satisfatório que abarque com abrangência e alta qualidade analítica a história dos nossos jornais.

As causas dessa lacuna são múltiplas, e entre elas não está a ausência de pessoas capacitadas para preenchê-la. É que a tarefa é grandiosa, e as instituições naturalmente destinadas a realizá-la (universidades, empresas jornalísticas, institutos de pesquisa, associações de classe), também por motivos variados (nem sempre os melhores nem muito justificáveis), têm destinado recursos parcos a tal esforço.

Embora nas últimas décadas algumas mudanças positivas importantes tenham ocorrido no país, em especial na vida universitária, como a ampliação considerável de cursos de pós-graduação, certa melhoria nos salários de professores de universidades públicas (que, no entanto, ainda recebem muito menos do que seus colegas americanos e europeus) e o aumento de recursos para pesquisa em ciências sociais e humanas em alguns estados (em especial São Paulo), as condições para a realização de empreendimentos acadêmicos ambiciosos sobre temas de comunicação, como este, ainda são bastante adversas para quem se arrisque a levá-los adiante.

O Brasil é um país enorme, com grandes diferenças regionais, mas com traços culturais coletivos bastante generalizados, como o de não ter dado na maior parte de sua existência grande importância à preservação de material e registros, e de ter tratado com descaso estrutural sua própria história, apesar das exceções heroicas que confirmam a regra.

As primeiras tentativas de historiar a imprensa brasileira datam da virada do século XIX para o XX e foram realizadas de modo mais ou menos diletante sob os auspícios de entidades como institutos histórico e geográfico regionais ou nacionais, por autores respeitáveis como Lafayette de Toledo (que compilou os periódicos paulistas existentes até 1897, comentando-os) e Alfredo de Carvalho (que aproveitou a comemoração do centenário dos jornais brasileiros para lançar em 1908 o primeiro volume com a ambição de cobrir todo o espectro das publicações jornalísticas nacionais).

Daí para a frente, quase todos os títulos relevantes da historiografia da imprensa brasileira foram dedicados ou a regiões (São Paulo, com Affonso de Freitas em 1917, Freitas Nobre em 1950, Paulo Duarte em 1972 e Oscar Pilagallo em 2012; Rio de Janeiro, com Gondin da Fonseca em 1941) ou a períodos específicos, como Helio Vianna (1812-69), Carlos Rizzini (1500-1822), Marialva Barbosa (1900-2000) e Isabel Lustosa (1802-22). Ou, ainda, histórias de veículos específicos, como Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (*Folha de S.Paulo*), Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (*O Estado de S. Paulo*) e Maria Beatriz Nizza da Silva (*Gazeta do Rio de Janeiro*). São livros que constituem uma grande contribuição para o conhecimento do passado da imprensa no Brasil, mas limitados em seu escopo pela própria proposta.

Com a intenção de cobrir todo o espectro da história do jornalismo no Brasil há — salvo engano — cinco trabalhos dignos de menção: o primeiro volume de Jornal, História e Técnica, chamado *História da imprensa no Brasil*, de Juarez Bahia, cuja edição mais recente é de 1990; *História do jornalismo no Brasil*, de Richard Romancini e Cláudia Lago, de 2007; *História da imprensa no Brasil*, de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, de 2008; *200 anos de história da imprensa*, de Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa; e o de maior fôlego entre todos, *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, cuja edição mais recente é de 1999.

São todas obras bastante úteis, mas nenhuma delas completamente satisfatória, ao menos em minha opinião, para se conseguir uma compreensão ampla de como o jornalismo foi forjado e se desenvolveu no Brasil ou mesmo uma anotação exaustiva dos fatos que o marcaram.

A de Juarez Bahia, um notável jornalista e intelectual que tive a chance de conhecer razoavelmente bem e por quem tenho grande admiração, lançada inicialmente em 1964, traz boas ideias, mas em muitos aspectos é um pouco superficial, o que é perfeitamente compreensível, dada a precariedade material com que ele teve de realizar sua pesquisa, numa época em que ele, como todos os colegas que se dedicavam a estudar o jornalismo tinham de fazer isso nas horas vagas, pois precisavam estar no exercício direto da profissão para sobreviver.

A de Romancini e Lago é uma "obra-síntese", o que não lhe tira valor, mas certamente limita seu alcance. A de Martins e De Luca, embora traga elementos de grande importância, não é uniforme, pois se trata de uma compilação de onze textos, desiguais tanto em forma quanto em qualidade de conteúdo, e não consegue oferecer uma perspectiva unificadora do fenômeno da história do jornalismo brasileiro. A de Brito Fonseca e Corrêa padece da mesma falta de coesão, pois é a consolidação de seminários feita por dez autores diferentes.

O principal livro sobre o tema continua sendo o de Nelson Werneck Sodré, que, embora tenha recebido uma edição mais recente, na qual apenas se acresceu um capítulo introdutório breve, já está bastante datado, já que foi concluído em 1966, não só em termos de atualização histórica, mas principalmente de posicionamento metodológico. Ele fez um livro com forte

conotação ideológica, compreensível pelo momento político que o país vivia, mas mesmo naquela época já limitador na análise pelos vieses com que interpretava os fatos.

Talvez o mais satisfatório trabalho sobre a história da imprensa no Brasil esteja num livro que não se propunha a escrevê-la. É *Sociologia da imprensa*, publicado em 1973 e trinta anos depois reeditado com um título que faz mais jus ao que realiza, *História social da imprensa*. Originalmente, tratava-se da tese de doutorado de José Marques de Melo, *Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*, defendida em 1972 na Universidade de São Paulo.

A meu ver, Melo consegue, como nenhum dos outros autores que se dedicaram ao assunto, explicar as causas do retardo da chegada da imprensa ao Brasil, o que ocorreu "em razão da convergência de uma série de fatores, de natureza sociocultural, que a tornaram desnecessária e socialmente inútil na colônia portuguesa, cujo processo de desenvolvimento social foi bastante lento", segundo ele. O autor esboça primorosamente um método interpretativo que conjuga diversos elementos econômicos, sociais, políticos, culturais e históricos, e consegue superar simplificações, preconceitos e reducionismos que marcam muito do que se escreveu antes e depois dele a respeito do assunto.

No entanto, Melo não avançou no tempo em um só trabalho (acabou por fazer isso de forma retalhada em diversos outros livros) para consolidar uma história da imprensa brasileira capaz de dar conta das necessidades que os estudos sobre jornalismo têm. Mas foi ele quem mais se aproximou do que fez nos Estados Unidos, por exemplo, Michael Schudson, atualmente na Universidade Columbia, na época na de Chicago, no excelente *Discovering the News*, de 1978, em que realiza um extraordinário alinhamento de informações sobre a sociedade, a política, a economia, a tecnologia e a cultura americanas na primeira metade do século XIX, e que explica como uma "tempestade perfeita" de acontecimentos múltiplos e aparentemente desconectados resultou na transformação radical do jornalismo no país, "que levou ao triunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela expansão da democracia e do mercado e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade".

Faltam no Brasil, e não só no campo da historiografia do jornalismo, algo como o trabalho que Schudson e muitos outros têm feito nos Estados Unidos e na Europa, porque lá as instituições que devem patrocinar esse tipo de estudos, as já lembradas universidades, associações de classe, institutos de pesquisa e empresas jornalísticas, vêm oferecendo há muito tempo aos que se propõem a tanto as condições materiais que lhes possibilitam chegar a bons resultados, como Paul Starr, professor da Universidade Princeton, autor de *The Creation of the Media*, que Matías Molina cita neste livro e que lhe serviu de fonte inspiradora:

> Outro fator veio mudar, ainda mais, a estrutura do projeto: a leitura de um dos mais interessantes livros, em minha opinião, já publicados sobre a formação dos meios de comunicação: *The Creation of the Media*, de Paul Starr, professor da universidade norte-americana Princeton. O livro, que levou dez anos para ser escrito, mostra de que maneira instituições como os

Correios, a expansão do ensino, a introdução do telégrafo e outras tecnologias, o acesso às decisões políticas e a interligação entre os meios privados e o Estado modelaram a criação e a evolução dos meios de comunicação nos Estados Unidos. Decidi então adaptar para este trabalho a maneira de Starr de ver a criação da mídia em seu país para tentar compreender melhor as condições em que nasceram e se desenvolveram os jornais brasileiros.

Essa relativa deficiência na bibliografia sobre a história da imprensa no Brasil explica a expectativa da "tribo" dos jornalistas brasileiros, da qual o espanhol de nascimento Matías Molina é um dos mais lendários caciques. Há sessenta anos no país, Molina talvez não seja totalmente brasileiro só por causa do resistente sotaque.

De sua biografia profissional constam passagens por algumas das principais empresas jornalísticas brasileiras, como a *Folha de S.Paulo* (onde trabalhou duas vezes, a segunda a convite de Cláudio Abramo em 1973, quando o jornal começou a se reformar) e a Editora Abril (onde editou as revistas técnicas do grupo e foi o primeiro editor de *Exame*). Mas foi na *Gazeta Mercantil* que ele estabeleceu sua justa fama como um dos mais competentes e rigorosos jornalistas de economia do país, tendo ajudado a formar gerações de colegas que o admiram como um ídolo insuperável.

Sua formação como historiador (graduado pela Universidade de São Paulo) certamente o empurrou para este projeto, assim como a outro que também resultou num ótimo livro, *Os melhores jornais do mundo*, publicado em 2008, e que, como este, foi antecipado por uma série de artigos escritos para o jornal *Valor Econômico*, onde trabalham muitos de seus discípulos da *Gazeta Mercantil*.

Não tive a oportunidade de trabalhar com Molina ao longo de minha carreira jornalística. Cheguei tardiamente ao jornalismo econômico quando, em 1999, a convite de Celso Pinto, fui chamado para integrar com Vera Brandimarte o núcleo que criaria o *Valor Econômico*. Mas Celso e Vera consideram Molina seu maior mestre, e eu ouvi deles e de outros incontáveis colegas que respeito relatos de como a erudição, a precisão, a disciplina e o método de Molina os ajudaram a ser melhores jornalistas. Isso, mais o acompanhamento que eu fazia da *Gazeta Mercantil* quando ele trabalhava lá e depois a leitura de seus textos no *Valor Econômico* fizeram com que eu viesse a nutrir grande admiração profissional por ele, embora nosso convívio pessoal fosse muito limitado.

Encontrei-me ocasionalmente algumas vezes com Matías Molina ao longo dos anos, mas nunca havíamos tido uma conversa mais longa até que, em agosto de 2014, recebi uma ligação sua em que sugeriu um encontro, no qual me surpreendeu com o convite para escrever este prefácio. Venho defendendo há muito tempo a necessidade de enriquecer a bibliografia da história do jornalismo no Brasil, e é uma honra poder participar, ainda que lateralmente, deste projeto.

Da leitura deste volume, e principalmente de sua introdução, percebe-se que Molina está enfrentando obstáculos similares aos que seus predecessores encontraram, decorrentes da deficiência de condições estruturais para esse tipo de projeto intelectual no Brasil.

Diferentemente de Paul Starr e Michael Schudson, que podem se dedicar durante muitos anos em tempo integral (ou quase) a um projeto, sustentados por universidades que lhes oferecem bom salário e infraestrutura adequada, Molina tem, certamente, como muitos colegas, que fazer malabarismos para encontrar recursos e tempo para atingir seus objetivos intelectuais mais ambiciosos.

O tamanho da empreitada no caso brasileiro, aumentado pela carência de bons antecedentes publicados, também provocou sucessivas alterações no projeto, como explica o autor na introdução.

Como será detalhado mais adiante, a ideia agora é ter duas etapas, a primeira com três volumes, sendo este o inicial, para abordar a imprensa no período colonial, no tempo em que o Rio era a sede da Corte, na Independência e na Regência, até o início do reinado de d. Pedro II, em 1840, terminando com um capítulo que analisa os fatores que condicionaram o desenvolvimento da imprensa e ajudam a explicar a baixa penetração até este século XXI dos jornais na sociedade brasileira.

Na linha de Schudson e Starr, Molina mostra nesse capítulo final como muitos problemas de infraestrutura física e social do país afetam direta e indiretamente o avanço (ou falta dele) do jornalismo no Brasil.

No próximo volume, Molina tratará dos jornais da cidade do Rio de Janeiro lançados a partir do início do Segundo Império até os dias atuais, e no terceiro, dos jornais da cidade de São Paulo no mesmo período.

Como o autor explica na introdução, apenas os jornais de interesse geral serão contemplados nesta primeira etapa. Na segunda, virão os jornais cariocas e paulistanos da imprensa especializada em economia e esportes, dos partidos políticos e os editados em língua estrangeira. Na próxima parte, também estarão os jornais de cidades do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de outros estados do país.

Este livro inicial da trilogia que comporá a primeira parte do monumental empreendimento que Matías Molina concebeu certamente aumentará ainda mais a expectativa do que está por vir, pois comprova a enorme capacidade do autor de produzir um trabalho de que o país necessita há tanto tempo. Estarei, com dezenas de milhares de colegas, à espera dos próximos volumes.

Carlos Eduardo Lins da Silva

Introdução

Esta é uma obra sobre jornais brasileiros. Não tenta adivinhar o seu futuro, não antecipa seu fim nem assegura que terão vida eterna. Limita-se a contar a história de jornais no contexto da época. Dezenas deles.

A ideia surgiu há vários anos. Na introdução de outro livro, *Os melhores jornais do mundo*, escrevi que minha próxima obra trataria dos principais jornais da América Latina, tendo como ponto de partida uma série de artigos publicados no *Valor Econômico*. Pretendia, depois, escrever a história dos jornais brasileiros, um empreendimento mais demorado e de maior fôlego.

Mudei a ordem dos projetos por sugestão de Augusto Rodrigues, que perguntou se eu não poderia escrever, primeiro, sobre os jornais do Brasil. A CPFL, da qual ele é diretor de comunicação, poderia ajudar. Contei também com o apoio do *Valor Econômico*, que publicou vários artigos sobre os jornais brasileiros durante o período da pesquisa.

O projeto inicial sofreu várias mudanças e cresceu de maneira imprevista. Previa a publicação de um livro sobre os primeiros passos da imprensa no Brasil e os perfis dos principais jornais diários, de 1500 até hoje. Mas já no começo das pesquisas ficou evidente, pelo volume de informações e pela riqueza do tema, que um único livro não seria suficiente. A obra foi então dividida em duas etapas: a primeira trataria do período colonial, da introdução da tipografia e da imprensa no Brasil, da publicação das primeiras folhas e dos primeiros jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo; a segunda, dos jornais de outros estados.

Novamente, o andamento da pesquisa interferiu na estrutura do projeto. A primeira parte teve que ser dividida em vários volumes e, ainda assim, com um escopo menos ambicioso. Tive que concentrar-me apenas nos jornais de informação geral. Ficaram de fora os diários especializados, como os esportivos e econômicos, e os jornais em língua estrangeira, apesar da rica variedade da imprensa diária da imigração, assim como as folhas dos movimentos sociais e dos partidos políticos, e os jornais do interior dos estados de São Paulo e Rio.

Outro fator veio mudar, ainda mais, a estrutura do projeto: a leitura de um dos mais interessantes livros, em minha opinião, já publicados sobre a formação dos meios de comunicação: *The Creation of the Media*, de Paul Starr,[1] professor da universidade norte-americana Princeton. O livro, que levou dez anos para ser escrito, mostra de que maneira

instituições como os Correios, a expansão do ensino, a introdução do telégrafo e outras tecnologias, o acesso às decisões políticas e a interligação entre os meios privados e o Estado modelaram a criação e a evolução dos meios de comunicação nos Estados Unidos. Decidi então adaptar para este trabalho a maneira de Starr de ver a criação da mídia em seu país para tentar compreender melhor as condições em que nasceram e se desenvolveram os jornais brasileiros.

ESTRUTURA DA OBRA

Como foi dito, meu projeto consta de duas etapas:

Primeira etapa

Trata do período colonial, da introdução da tipografia e da imprensa no Brasil, da publicação das primeiras folhas e dos primeiros jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Volume 1

Divide-se em quatro partes:

I. A tipografia e a imprensa na época colonial, que é na verdade uma tentativa de explicar por que, durante três séculos, o Brasil não teve tipografia nem imprensa e só no século XIX teve acesso a uma tecnologia que Gutenberg desenvolvera no século XV.

Sobre a ausência de tipografia e de imprensa no Brasil colonial os historiadores têm mais perguntas do que respostas, talvez porque são poucos os fatos conhecidos. Alguns escritores afirmam que, se durante três séculos não houve tipografias no Brasil é porque Portugal, assim como proibira a instalação de indústrias, de um correio interno, de universidades, também não queria que o Brasil tivesse imprensa. Mas outros asseguram que não havia tipografias porque não eram necessárias, dado o grau de subdesenvolvimento da colônia. No entanto, se nos primeiros tempos isso podia ser verdadeiro, com o crescimento econômico — o Brasil era "a vaca de leite" do reino, segundo o rei português João IV — certamente comportava o uso de meios de impressão.

Apresentam-se episódios pouco divulgados, como o mistério que gira em torno de uma das primeiras obras impressas sobre o país, a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* [Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil]. Trata-se de um documento raríssimo: uma carta em alemão, anônima, que narra uma viagem ao Brasil no início do século XVI, comandada pelo "mais afamado piloto que tem o rei de Portugal" e que provavelmente teria chegado até o rio da Prata.

Os jesuítas, que nos séculos XVI e XVII instalaram tipografias em várias regiões da Ásia e da África de colonização portuguesa, para imprimir obras de catequese, não teriam também prelos no Brasil português? Essa questão foi colocada no século XIX pelo historiador alemão das artes gráficas Carl Faulmann e recolhida por escritores brasileiros como um desafio. Alfredo de

Carvalho e Rubens Borba de Moraes, entre outros, tentaram, sem resultado, encontrar uma resposta. Mas a questão continua desafiando os historiadores. Se a Companhia de Jesus não contou no Brasil com meios de impressão para doutrinar os índios, qual foi o motivo?

A instalação e o funcionamento da tipografia construída pelos jesuítas, com a ajuda dos índios guaranis, na província do Paraguai, uma enorme região da América do Sul, onde imprimiram, no início do século XVIII, obras de excelente qualidade gráfica. Um bom número de historiadores insistiu, erroneamente, em que essa tipografia se encontrava numa região que é hoje território brasileiro. Na verdade, fora instalada na Argentina.

Em comparação com o Brasil português, a tipografia e a imprensa se estenderam rapidamente pelas colônias espanholas na América. Em 1502, a Coroa autorizava a impressão no Novo Mundo; em 1539 foi estampada uma obra na Cidade do México; em 1600, havia oito oficinas gráficas. A tipografia chegou ao Peru em 1583. No entanto, não se sabe de nenhuma iniciativa para a instalação de uma tipografia quando o Brasil formou parte do império colonial espanhol, de 1580 a 1640, período em que o rei da Espanha era também rei de Portugal. Novamente, não se conhecem os motivos.

Vários pesquisadores acreditaram ter identificado o funcionamento de prelos no período colonial. No século XVII, durante o Brasil holandês, o conde Maurício de Nassau pediu reiteradamente à Companhia das Índias Ocidentais, para quem trabalhava, que mandasse ao Recife um prelo e um tipógrafo para imprimir "as ordenações e editais" do governo e evitar "o fatigante trabalho de tantas cópias", mas o tipógrafo morreu, aparentemente na travessia, e o prelo nunca chegou. O que não impediu que fosse atribuída a uma tipografia no Recife a impressão da obra *Brasilsche gelt-sack* [O saco de dinheiro brasileiro]; hoje, acredita-se que foi estampada na Holanda. Foi também levantada a hipótese, não comprovada, de terem os judeus sefarditas uma tipografia no Recife no século XVII.

Mais polêmica é a afirmação, feita por vários historiadores de prestígio, de ter funcionado, igualmente no Recife, um prelo, tolerado pelo governador, para a impressão de letras de câmbio e orações devotas, que teria sido "sequestrado" por determinação de uma ordem régia de 1706. Outros escritores, como Wilson Martins, acreditam que houve uma confusão em torno da ordem régia e que deve ser olhada com desconfiança a ideia de que essa tipografia existiu. A polêmica, porém, subsiste.

No Rio de Janeiro teria sido instalado um prelo na Academia dos Felizes em 1736, hipótese hoje descartada. Escritores italianos têm repetido que no Rio foi publicado um jornal em língua italiana, *La Croce del Sud*, por dois frades capuchinhos no século XVIII, do qual não há prova nenhuma.

O atraso das artes gráficas no Brasil tem sido atribuído com frequência a uma proibição expressa de Lisboa. No entanto, se é verdade que a Coroa portuguesa não autorizou de maneira explícita a impressão no Brasil, também é certo que não foi encontrado nenhum documento dos séculos XVI e XVII que a proibisse. Mas quando, em meados do século XVIII, Lisboa teve notícias da

existência de um prelo na colônia, apressou-se a impedir seu funcionamento e a ordenar que fosse enviado de volta à metrópole.

Foi o caso da tipografia de António Isidoro da Fonseca, a primeira sobre a qual existem evidências concretas de ter funcionado no Brasil. Ele a trouxe de Portugal e imprimiu algumas obras com a permissão do governador-geral e do bispo. Mas uma provisão e uma ordem régia de 1747 determinaram o sequestro e a remessa a Portugal de todas as "letras de impressão" que fossem encontradas no Rio, e que seus donos fossem notificados para "que não se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos".

Parece evidente que a Coroa não tinha interesse em incentivar a impressão na colônia e que tentava impedir a divulgação de obras e informações sobre o Brasil com medo de atrair a cobiça de outros países. Com a obsessão do sigilo na corte de Lisboa, não surpreende a ausência de tipografias no Brasil colonial. É sintomático que o primeiro livro em português que viu a luz na América tenha sido estampado no México e não era destinado ao Brasil, mas a obras de catequização na Índia. Obras escritas sobre a colônia, a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha, só foram impressas séculos mais tarde.

A imprensa, introduzida por Gutenberg em torno de 1454, chegou a Portugal, com algum atraso, em 1487, quando um livro em hebraico, o *Pentateuco*, foi impresso na cidade de Faro. Depois de um período de expansão no século XVI, as artes gráficas, excessivamente controladas pela Coroa, entraram em decadência. A imprensa informativa portuguesa, inicialmente tolerada, mas fortemente censurada, foi proibida por um longo período.

II. O período de transição que começa com a chegada da Corte portuguesa e a introdução da Impressão Régia, e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

No século XVIII, surgiram dois empreendimentos em Portugal que seriam de grande relevância para a formação da imprensa no Brasil: a Impressão Régia e a *Gazeta de Lisboa*, replicados no Rio de Janeiro em 1808 com a chegada da família real. Outra instituição portuguesa importante para o Brasil foi a fugaz existência da tipografia e casa literária do Arco do Cego de Lisboa, na qual trabalharam vários brasileiros e onde se imprimiram livros orientados para a colônia.

No momento em que todo o império lusitano passou a ser governado a partir do Rio de Janeiro, jornais em língua portuguesa, escritos e impressos em Londres e Paris para fugir da censura, foram uma fonte fundamental de informação e de opinião para a Corte e para uma minoria alfabetizada do Brasil e de Portugal. O *Correio Braziliense* foi o mais importante, mas não o único deles. Foram incluídos nesta obra o perfil de jornais como *O Campeão Portuguez*, *O Portuguez*, *O Padre Amaro*, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Esse período, quando Brasil e Portugal faziam parte do Reino Unido, foi de um intenso intercâmbio transatlântico de informações entre os dois países.

III. A imprensa na época da Independência e da Regência, período que começa com a

Revolução do Porto de agosto de 1820 e o fim da monarquia absolutista, e termina com o início do reinado de d. Pedro II em 1840.

As primeiras folhas impressas no Brasil foram submetidas à mesma censura rigorosa que existia em Portugal, mas o fato de a imprensa, antes proibida, ter sido implantada representou um passo irreversível: não havia como voltar ao passado e suprimir a tipografia e os jornais. Foi um curto período de transição iniciado em 1808. Quando em 1822 foi declarada a Independência, a imprensa já estava livre da censura.

As folhas da época da Independência, algumas sóbrias e ponderadas, a maioria apaixonada, desenfreada e rápida no insulto, foram fundamentais para definir o futuro político do Brasil e contribuíram decisivamente para a formação da nacionalidade e a preservação da integridade territorial. Eram publicações de natureza essencialmente política e de grande influência na época, mas de vida muito efêmera; obras quase sempre de uma única pessoa, feitas para influir por um período determinado e depois desaparecer. Jornais liberais de intensa veemência verbal como o *Reverbero Constitucional Fluminense*, *Correio do Rio de Janeiro*, *A Malagueta*, *Sentinella da Liberdade*, *O Typhis Pernambucano*; ou conservadores exaltados como *O Tamoyo*, *O Espelho* e os publicados pelo visconde de Cairu; ou relativamente moderados como a *Aurora Fluminense*. Ficaram de fora folhas importantes como os liberais *Astrea* e *O Independente*, e exaltados como a *Nova Luz Brasileira*.

Diferentes eram os jornais que tinham uma finalidade comercial e que estavam mais preocupados com o preço das mercadorias, os anúncios para comprar e vender e a entrada e saída de navios do que com as doutrinas políticas. Vários deles tiveram vida longa e depois se transformariam em folhas também políticas. Entre eles o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal da América Latina, que circula até hoje, assim como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, talvez a publicação mais influente que o Brasil já teve, o *Diario do Rio de Janeiro*, também conhecido como *Diario do Vintém* ou *Diario da Manteiga*.

IV. Uma análise dos fatores que condicionaram o desenvolvimento da imprensa e ajudam a explicar a baixa penetração dos jornais no Brasil.

Além de chegar com atraso de três séculos, a imprensa no Brasil enfrentou problemas de infraestrutura física e social que nem sempre conseguiu superar satisfatoriamente, como a precária situação dos transportes e das comunicações; a renda baixa e desigualmente distribuída; a exclusão da maioria da população da vida política; as instalações gráficas insuficientes; a falta de papel. Durante muitas décadas a imprensa brasileira dependeu, para quase toda a informação do exterior, praticamente de uma única fonte: a agência francesa Havas, que tinha o monopólio virtual da transmissão das notícias do resto do mundo para a América Latina, e cujo serviço estava subordinado aos interesses do governo francês, que a financiava.

A imprensa brasileira, ao longo de quase toda a sua história, viveu à sombra do governo, recebendo dele subsídios e subvenções. Mas o principal obstáculo ao desenvolvimento dos

jornais tem sido, certamente, a educação. Como a maioria da população não sabia ler, o Brasil ficou à margem do grande surto da imprensa que ocorreu no Ocidente no fim do século XIX e começo do XX, quando pelas necessidades da Revolução Industrial de ter uma mão de obra mais qualificada e evitar convulsões sociais, na Europa e nos Estados Unidos foi instituído o ensino obrigatório, universal, gratuito e laico. Uma grande massa de cidadãos aprendeu a ler e começou a comprar jornais. Surgiram publicações com tiragens de centenas de milhares de exemplares. No Brasil, esse surto proporcionado pelo aumento da instrução chegou demasiado tarde, com um século de atraso, quando outro meio, a televisão, já atraía o interesse das massas.

Não é de surpreender, portanto, que os jornais brasileiros fossem, em sua maioria, elitistas, dirigidos à minoria que tinha acesso à educação. É certo que não faltaram jornais populares, principalmente no Rio de Janeiro, mas quase todos eles com uma circulação inferior à dos jornais para a elite.

Volume 2

Dedicado aos jornais do Rio de Janeiro lançados a partir do início do Segundo Império, em 1840. Alguns são pouco lembrados, como *O Brasil* de Justiniano José da Rocha e o *Correio Mercantil*. Embora ligados a partidos políticos, os jornais dessa época deixavam aos poucos de ser os órgãos de combate das décadas anteriores, feitos por uma ou duas pessoas, para incorporar estruturas mais complexas. Eram, cada vez menos, fruto de iniciativas individuais para organizar-se em empresas.

A *Gazeta de Noticias*, lançada perto do fim do Império e dirigida por Ferreira de Araújo, foi um dos grandes jornais da imprensa brasileira de todos os tempos. São também dessa época *A Noticia*, que teria vida longa; *O Paiz*, cujo dono, João Lage, ficou conhecido como exemplo de corrupção; e *A Cidade do Rio*, que dependia do brilhantismo e das artes de José do Patrocínio para levantar dinheiro.

No início da República foi fundado o *Jornal do Brasil*, de tendência monarquista, com o objetivo de ser um jornal de qualidade equivalente ao *Le Temps* de Paris — antecessor de *Le Monde* — e ao *The Times* de Londres e de transformar-se numa alternativa ao *Jornal do Commercio*.

As três primeiras décadas do século XX foram pródigas em jornais populares no Rio, como o *Correio da Manhã* dos primeiros anos, lançado por Edmundo Bittencourt; *A Noite* e *O Globo*, fundados por Irineu Marinho; *A Manhã* e *Crítica*, talvez duas das folhas mais agressivas publicadas no país. Mas não foram publicações de massa. O baixo nível de instrução dificultou as grandes tiragens. O período anterior à tomada do poder pela Aliança Liberal em 1930 testemunhou o lançamento de jornais políticos como o *Diario Carioca* e o *Diario de Noticias* e o nascimento dos Diários Associados, o maior império jornalístico do país.

A era Vargas — 1930-45 — foi pouco propícia para novas publicações. Com o fim da ditadura surgiram novas folhas em que ficavam evidentes os objetivos políticos de seus proprietários, como a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda, a *Última Hora* de Samuel Wainer, *O Dia* de

Chagas Freitas e *Luta Democrática* de Tenório Cavalcanti. Os anos 1950 foram uma época áurea do jornalismo carioca, mas durante o regime militar morreram vários jornais importantes e nasceram outros de pouca expressão e vida curta. Depois da volta à democracia e com o aumento da renda proporcionada pelo Plano Real foram lançados, com grande sucesso, dois novos tipos de jornais populares no Rio, *Extra* e *Meia Hora*, com menos sensacionalismo e muitos serviços para o leitor, e que foram imitados por todo o país. Se na década de 1950 era possível encontrar uma vintena de jornais nas bancas do Rio, esse número ficou seriamente reduzido no século XXI.

Volume 3

Trata dos jornais de São Paulo, onde a tipografia demorou para chegar. O primeiro jornal impresso na província surgiu em 1827, quando já havia imprensa em diversas províncias, e só algumas décadas depois foi criado um jornal diário, o *Correio Paulistano*, que circulava precariamente e que para sobreviver precisou mudar com frequência de orientação.

O jornalismo paulista se desenvolveria a partir do fim do século XIX, quando foi lançada *A Provincia de São Paulo* (hoje *O Estado de S. Paulo*), *Diario Popular* (hoje *Diário de S.Paulo*), o *Diario Mercantil*, que deu grande destaque à literatura, e *A Platéa*. É também dessa época *O Commercio de São Paulo*, monarquista, uma das poucas publicações que teve coragem de combater o massacre de Canudos. No início do século XX foi lançado o vespertino *A Gazeta*, que seria um dos principais formadores de opinião local, mas teria um fim melancólico.

A década de 1920 foi movimentada para a imprensa paulista, tendo visto o nascimento, entre outros, da *Folha da Noite* e da *Folha da Manhã*; do *Diario da Noite* e do *Diario de S.Paulo* de Assis Chateaubriand; e do *Diário Nacional*. Com a vitória da Aliança Liberal em 1930, diversos jornais foram depredados ou incendiados, mas as tentativas de lançar diários de apoio ao governo durante a era Vargas, como *O Tempo* e a edição paulista de *A Noite*, não foram bem acolhidas. Depois da ditadura, a imprensa paulista teve um período de prosperidade, mas com poucos lançamentos, como o *Jornal de São Paulo* e uma nova versão de *O Tempo*, a *Folha da Tarde* e a edição paulista da *Última Hora*. Para combater este último jornal, que apoiava o governo de João Goulart, foi fundado o *Notícias Populares*, ferozmente anticomunista e famoso por suas manchetes sensacionalistas. Nesse período, as três edições da *Folha* foram fundidas num único jornal, a *Folha de S.Paulo*.

Se no Rio a ditadura militar acabou com vários jornais, São Paulo viu o lançamento de vários deles. O mais importante, o *Jornal da Tarde*, foi um marco de renovação formal da imprensa, que achou mais fácil fazer manchetes brilhantes do que produzir bons resultados econômicos. A *Folha da Tarde*, que surgiu para concorrer com o *JT*, teve em sua redação, no início, jornalistas que participaram da luta armada e, mais tarde, um grupo de apologistas da ditadura. Foi lançado nessa época o *Jornal da República*, uma tentativa de fazer uma publicação nos moldes europeus, mas que fechou em poucos meses, sem ter tido tempo ou recursos de desenvolver

esse projeto.

Segunda etapa

Trata dos jornais do interior do Rio e de São Paulo, dos jornais dos outros estados e dos diários especializados em economia e esportes, assim como da trajetória da imprensa em língua estrangeira e dos jornais de partidos políticos.

A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA DIÁRIA

Apesar de uma baixa difusão, os jornais tiveram e ainda têm uma inegável influência na vida do país. Eles foram, durante um século e meio, os principais meios de comunicação e de formação da opinião pública, e praticamente os únicos. Eram o fórum de debates do país, a ágora onde se discutiam os principais temas. Sua influência ia muito além das magras tiragens. O Brasil é um país de rica tradição oral, e no século XIX era comum nas cidades do interior as pessoas se reunirem em lugares públicos para ouvir a leitura das notícias e dos folhetins que chegavam pelo correio, que depois seriam comentados nas praças, na rua e nas tabernas.

Os jornais contribuíram para a proclamação da Independência; para a definição da estrutura política e social; para a abdicação de d. Pedro I e seu retorno a Portugal; para a consolidação da Regência; para minar a Monarquia e instaurar a República; para acelerar a queda da República Velha; para derrubar Getúlio Vargas em 1945 e para seu suicídio em 1954; para o desgaste do governo Goulart e para a implantação de uma ditadura militar — papel de que se arrependeriam tardiamente.

No entanto, mais do que desempenhar diretamente um papel decisivo nos eventos políticos, a imprensa colabora para fomentar um clima na opinião pública que facilita e pode precipitar mudanças. Quando militares quiseram impedir em 1955 a posse de Juscelino Kubitschek e em 1961 a de João Goulart à presidência da República, por exemplo, tiveram grande parte da população e da imprensa contra eles, e essas tentativas fracassaram. Por esse motivo, disse o general Golbery do Couto e Silva, em 1964: "Nós decidimos que só tentaríamos derrubar Goulart quando a opinião pública estivesse claramente a nosso favor".2 A legitimação das articulações dos militares para tomar o poder e o esvaziamento da figura e da autoridade do presidente, necessários para que uma boa parte da opinião pública ficasse a favor do golpe, foram fruto do trabalho dos jornais.

JORNAIS BRASILEIROS NO MUNDO

Alguns jornais brasileiros alcançaram um alto nível de qualidade e foram reconhecidos no exterior. Talvez o diário de maior prestígio e influência até hoje tenha sido o *Jornal do Commercio* do Rio, que chegou a ser comparado ao *The Times* de Londres e ao *Le Temps* de Paris. Próspero e

influente, o jornal brasileiro conseguiu em 1862 os direitos de publicação de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, em jornal e em livro, antes que qualquer editora de Paris. Chegava a ser "imparcial até a impassibilidade". Mantinha um custoso serviço de informação internacional antes da instalação do telégrafo, de modo que as publicações do rio da Prata esperavam com ansiedade a mala postal do Rio para traduzir imediatamente as notícias que ele publicava. Chegou a imprimir, por algum tempo, uma edição ilustrada na Europa. A alma do jornal, seus animadores, seus *publishers*, na expressão atual, foram, em épocas diferentes, Francisco Antonio Picot, que o dirigia por carta desde Paris, e José Carlos Rodrigues.

No fim do século XIX, a *Gazeta de Noticias* era o principal concorrente do *Jornal do Commercio*. Max Leclerc, enviado especial do *Journal des Débats* de Paris, elogia a imparcialidade da *Gazeta* e diz do seu diretor, Ferreira de Araujo, que "escreve com uma precisão, uma elegância e uma sobriedade raras" e que era talvez no Brasil o único a ter uma ideia justa da verdadeira missão do jornalismo. Leclerc atribuía à *Gazeta* certo ceticismo trombeteiro semelhante ao de *Le Figaro* na França.

No século XX, vários diários brasileiros foram incluídos em listas dos principais jornais do mundo. *O Estado de S. Paulo* foi o único diário brasileiro e um dos três latino-americanos (com *La Prensa* de Buenos Aires e *Excélsior* da Cidade do México) entre os trinta melhores jornais do mundo de acordo com o livro *The Elite Press*,3 publicado em 1968 e hoje um clássico. Nessa mesma obra, *O Globo* foi incluído entre os cem melhores. Doze anos mais tarde, em *The World's Great Dailies*,4 *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* foram os únicos diários latino-americanos incluídos na relação dos cinquenta melhores do mundo. O *Jornal do Brasil* já fechou e o *Estado* perdeu grande parte de sua importância — como, na verdade, todos os jornais do mundo.

A IMPRENSA VISTA PELOS HISTORIADORES

Já faz quase meio século que Nelson Werneck Sodré lançou, em 1966, *História da imprensa no Brasil*, que ainda hoje é o trabalho de referência e "a principal obra geral" sobre a imprensa, como define o historiador Marco Morel. Embora tenha sido criticado pela sua carga ideológica ao analisar a imprensa sob a estreita óptica da luta de classes e de uma visão marxista da história, ainda impressiona pela amplidão da pesquisa e pela coragem do autor ao enfrentar a tarefa praticamente impossível de escrever a história de um setor como a imprensa, escasso de monografias e estudos nos quais se apoiar. Certamente, é o livro mais ambicioso e de maior fôlego sobre o jornalismo brasileiro.

A única obra abrangente, comparável pelo escopo, é "Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil", de Alfredo de Carvalho, lançada em 1908, em conjunto com os *Annaes da imprensa periodica brazileira*, um trabalho coletivo coordenado por ele, por ocasião do primeiro centenário da imprensa no Brasil, e que contém um notável trabalho de pesquisa. As duas obras foram publicadas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

De foco mais limitado é *Contribuição à história da imprensa brasileira*, de Helio Vianna, que se concentra nas publicações do Rio no período de 1812-69 e deixa de fora vários dos órgãos mais relevantes. Empreendimento de surpreendente fôlego e qualidade, mas com foco muito específico, são os quatro volumes da *História da caricatura no Brasil*, de Herman Lima. É também notável e de excelente qualidade editorial e gráfica a obra de Laurence Hallewell *O livro no Brasil*, mas que só indiretamente trata da imprensa.

Nas últimas décadas houve um aumento do número de obras e de ensaios acadêmicos sobre o jornalismo brasileiro, vários deles de excelente nível, com acurada pesquisa e espírito crítico. No entanto, a historiografia recente não tem sido muito pródiga em trabalhos abrangentes, com uma visão ampla e metódica da evolução do jornalismo no país. Entre as mais difundidas estão *Três fases da imprensa brasileira* e *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*, de Juarez Bahia, de grande aceitação no mundo acadêmico. *História do jornalismo no Brasil*, de Richard Romancini e Cláudia Lago, é uma obra breve, orientada, como os livros de Bahia, para estudantes de jornalismo.

Foram também editadas publicações de títulos como *História da imprensa no Brasil*, organizada por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca; *200 anos de imprensa no Brasil*, coordenada por Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa; *História e imprensa*, organizada por Lúcia Maria Bastos P. das Neves e outros. Reúnem ensaios de diversos autores sobre temas específicos da imprensa e colocam assuntos interessantes para debate ou contêm pesquisa original; mas apesar do título não têm o propósito de serem obras abrangentes com uma visão ampla da evolução do jornalismo brasileiro.

Mais ambiciosos são os dois volumes da *História cultural da imprensa* de Marialva Barbosa, dedicados aos séculos XIX e XX. É, talvez, o trabalho mais amplo desde a obra de Werneck Sodré. Como ela diz, não é uma história linear. Trata-se de uma série de ensaios sobre o jornalismo carioca em que a autora escolhe alguns temas e os interpreta de maneira pessoal, sem fugir da polêmica. "Algumas interpretações sobre a imprensa desse período, consideradas como verdades indeléveis, são também relativizadas",[5] ela escreve. O resultado é uma obra estimulante, com pontos de vista controvertidos sobre temas por ela escolhidos, na qual dialoga com o leitor e polemiza com outros autores. Mas não é uma visão ampla da imprensa. A mesma autora publicou *História da comunicação no Brasil*, na qual também limita sua visão a alguns episódios específicos.

Carlos Rizzini, que certamente tinha condições para enfrentar um trabalho de fôlego, concentrou sua atenção apenas no período colonial e início do século XIX. Quem enfrentou a tarefa de examinar a imprensa brasileira durante boa parte do século XX foi um francês, André de Seguin des Hons, em *Le Brésil, Presse et Histoire 1930-1985*. Obra mais ampla do que seu título sugere e que apresenta um panorama parcial da imprensa brasileira no fim do século XX é *Notícias do Planalto*, de Mario Sergio Conti.

São numerosos os trabalhos relativos à imprensa regional. Há clássicos como os *Annaes da*

imprensa periodica pernambucana de Alfredo de Carvalho, e a longa série de catorze volumes de Luiz do Nascimento sobre a *História da imprensa de Pernambuco*, talvez o trabalho de maior fôlego escrito sobre o jornalismo regional brasileiro. Com foco no Rio, ainda é agradável a leitura da bem-humorada *Biografia do jornalismo carioca*, de Gondin da Fonseca, e das observações de Luís Edmundo em *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Mais recente é a interessante *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* de Ana Paula Goulart Ribeiro. Sobre a imprensa paulista, são tradicionais os exaustivos trabalhos de Lafayette de Toledo, do fim do século XIX, e de Affonso A. de Freitas, do início do XX, publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, e a *História da imprensa de São Paulo* de Freitas Nobre. Essas obras contêm fichas descritivas e pouco analíticas, com dados de centenas de publicações paulistas, que serviram de base a pesquisadores posteriores. Mais analítica, e muito curta, com apenas 51 páginas, é a *História da imprensa em São Paulo* de Paulo Duarte. Recentemente foi publicada a *História da imprensa paulista* de Oscar Pilagallo, talvez o trabalho mais abrangente e analítico.

Determinados períodos, como os relativos aos primeiros anos da imprensa no Brasil e à época da Independência e da Regência, foram bem estudados e deram lugar a uma historiografia de alto nível, com obras como *Insultos impressos*, de Isabel Lustosa, os trabalhos sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brazil*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, os ensaios de Marcello Basile, e a *História social da imprensa*, de José Marques de Melo, que apesar do título tem como foco esse período. Há bem cuidadas edições fac-similares comentadas de jornais da época, como a do *Correio Braziliense* e a do *Reverbero*.

As biografias de jornalistas são fonte de informação sobre os jornais que fundaram, controlaram ou nos quais trabalharam, mas acabam deixando uma série de lacunas. Alguns escritores de meados do século XX se interessaram por jornalistas das primeiras décadas do século XIX, como Hipólito José da Costa, Evaristo da Veiga, Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva, Torres Homem, Ferreira Viana e João Francisco Lisboa.

Foram publicadas mais recentemente biografias de figuras como João do Rio, Irineu Marinho, Roberto Marinho, Odylo Costa, filho, Julio de Mesquita Filho. *Chatô*, a vida de Assis Chateaubriand, de Fernando Morais, é um dos mais interessantes livros contemporâneos sobre a imprensa. A biografia, quase uma hagiografia, de John W. F. Dulles sobre Carlos Lacerda dá mais ênfase ao político que ao jornalista, e o próprio Lacerda, em seu *Depoimento*, faz raras referências ao seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, ou ao seu trabalho como jornalista. Samuel Wainer, pelo contrário, concentra suas memórias em seu jornal, a *Última Hora*, mas devem ser lidas com cuidado, pois lembranças nem sempre são precisas. Outro depoimento em que transparece a paixão pelo jornalismo, publicado postumamente como o de Wainer, é o de Cláudio Abramo. Entrevistas interessantes com jornalistas contemporâneos foram feitas pela Fundação Getulio Vargas, de grande ajuda para o historiador da imprensa das últimas décadas.

JORNAIS À ESPERA DE QUEM CONTE SUA HISTÓRIA

Ao contrário do que acontece em outros países, onde foi dedicado um bom número de obras a diários como *The Times*, *The New York Times*, *Le Monde*, *The Guardian*, *El País* ou *Corriere della Sera*, no Brasil, a produção de biografias, monografias ou perfis que mostram a origem, o nascimento e a trajetória dos jornais é precária e irregular. A informação mais completa publicada sobre um diário brasileiro é certamente o volume de mais de 1100 páginas dedicado ao primeiro centenário do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro; posteriormente o próprio jornal publicou outra obra para comemorar seus 180 anos.

A *Última Hora* do Rio de Janeiro é, talvez, o diário sobre o qual foi escrito o maior número de livros, quase todos marcados pela nostalgia de antigos jornalistas, mas nenhum deles conta a história da publicação; há alguns trabalhos sobre as edições da *UH* do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, mas nenhum conhecido sobre a edição paulista.

Há obras sobre jornais regionais. Uma das mais notáveis é *O Diário da Bahia e o século XIX*, de Kátia Maria de Carvalho Silva. No Rio Grande do Sul foram publicados trabalhos sobre o *Correio do Povo*, *Diario de Noticias*, *A Hora* e *Jornal do Comércio*.

Uma obra laudatória com foco no *Diario de Noticias* do Rio foi lançada há mais de meio século. Recentemente saiu outra sobre o *Diario Carioca*, e há alguns trabalhos sobre *O Dia*. Há na internet um interessante trabalho comparativo de três jornais populares cariocas, *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática*.

Publicações como o *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* esperam por um alentado perfil; as obras publicadas abordam aspectos parciais desses jornais, embora não faltem trabalhos acadêmicos atraídos pela reforma gráfica do *JB*. Sobre *O Globo* e *A Noite* há algumas informações interessantes nas biografias de Irineu e Roberto Marinho, mas não foi escrita a trajetória dessas publicações, nem de a *Gazeta de Noticias*, *O Paiz* e *A Cidade do Rio*. Uma exceção é a *História do Lance!*, de Mauricio Stycer, sobre o jornal esportivo.

Em São Paulo, a situação não é melhor. O vespertino *A Gazeta* só atraiu uma obra de peso, de Gisely Valentim Vaz Coelho Hime, um trabalho acadêmico que se concentra no período em que o proprietário era Cásper Libero e que lamentavelmente não foi publicado em forma de livro. Ao *Diário Popular* foram dedicados dois estudos acadêmicos importantes. Apenas uma pequena obra foi produzida, há mais de um século, sobre o tradicional *Correio Paulistano* para comemorar seu cinquentenário. *Nada mais que a verdade*, que conta a trajetória do sensacionalista *Notícias Populares*, é uma das mais interessantes monografias dedicadas a um diário brasileiro.

O Estado de S. Paulo ainda não tem a obra imparcial e de fôlego que merece. Quase tudo o que foi escrito sobre ele é laudatório, concentrado na figura da família Mesquita, ou, como *Nascidos para perder*, é crítico sem mesura, ou tem o foco limitado à opinião dos editoriais em períodos determinados. *A pequena história de um grande jornal*, obra muito informativa que foi publicada nas páginas do *Estado*, mas não em forma de livro, é marcada pela admiração de seu autor, Paulo Duarte, por Julio Mesquita e pelo jornal.

A história da *Folha de S.Paulo*, encomendada pelo jornal por ocasião dos seus sessenta anos,

deixa a desejar; *Folha explica Folha*, também publicada pela empresa, é de nível bem superior, mas, por ser um trabalho de divulgação, tem fôlego curto; outros trabalhos, como os de Caio Túlio Costa e Carlos Eduardo Lins da Silva, interessantes, têm um foco muito preciso no período em que os autores trabalharam no jornal. *Folhas ao vento*, de Gisela Taschner, examina a situação econômica do grupo através da análise dos balanços.

JORNAIS PERDIDOS NA SELVA DA INTERNET

Finalmente, algumas considerações sobre a situação atual dos jornais. A imprensa brasileira, que chegou atrasada à galáxia de Gutenberg, se prepara para sair dela — pelo menos parcialmente. Os jornais foram a principal fonte de informação do Brasil durante mais de um século e meio. Sua supremacia não foi ameaçada pela chegada do rádio, na década de 1920. A época de ouro da imprensa diária brasileira pode ser colocada nos anos 1950 e 1960, quando era o principal veículo de informação e de publicidade para as massas, cuja educação e capacidade de consumo estavam aumentando. Os jornais se beneficiaram do surgimento de uma classe média para quem a leitura era uma necessidade e um símbolo de status. Nas décadas seguintes, a televisão tirou grande parte da publicidade dos jornais e tornou-se a principal fonte de notícias para a maioria da população, mas o impresso continuou sendo o meio de informação mais influente.

A chegada da internet afetou a imprensa diária de várias formas. Os jornais, numa política suicida e sem nenhuma lógica comercial, passaram a disponibilizar gratuitamente na rede o mesmo conteúdo pelo qual seus assinantes tinham que pagar. Não foi uma surpresa que muitos deles optassem por ler gratuitamente. Surgiram empresas "agregadoras de conteúdo", como o Google, que prosperam levando a seu público as informações pelas quais nada pagam, mas que custam caro aos jornais, sem oferecer nenhuma compensação a eles.

Nem todas as empresas que produzem conteúdo aderiram ao lema de que na internet tudo é de graça. Editoras que fornecem a seus assinantes informações e análises orientadas para atividades profissionais publicam jornais, revistas, estudos, newsletters, livros e análises, em áreas como finanças, engenharia, legislação, medicina e educação. Viram na internet uma excelente ferramenta, de custo marginal, para a distribuição eletrônica desse material e passaram a digitalizar e valorizar a informação armazenada, que venderam caro. Utilizaram o canal para alavancar as vendas e distribuir seus serviços pagos.

Um dos golpes mais profundos assestados pela internet à estabilidade econômica da imprensa foi a perda dos anúncios classificados, uma excelente fonte de receita — o "maná" dos jornais, segundo Rupert Murdoch, que disso entende. A internet também propiciou o surgimento de serviços eletrônicos de informação sem nenhum vínculo com a mídia tradicional e que passaram a competir com ela. Mas a principal revolução da internet até agora nos meios de comunicação talvez tenha sido a mudança na maneira de informar e de consumir informações, devido à

interatividade. Ela transformou um público que antes era passivo em participante da notícia, propiciando o acelerado crescimento das redes sociais, de grande poder de mobilização entre os jovens, que se transformaram em mídia, mudando radicalmente a mensagem.

Os jornais tentam adaptar-se ao fenômeno da internet e buscar um novo modelo de negócios. Perderam circulação e publicidade, e agora tentam, tardiamente, compensar essas perdas passando a cobrar pelo conteúdo. Para isso, precisam vencer a inércia e o hábito de ler sem pagar. É um novo modelo de negócios, no qual as empresas procuram depender mais da receita proveniente da versão digital e menos das edições impressas; mais da venda de conteúdo e menos da publicidade. O ponto de equilíbrio ainda não foi encontrado.

NOVO CONCEITO DE JORNAL

A transição para incorporar-se à era digital implica uma mudança no conceito de jornal. Em lugar de preparar durante toda a jornada uma edição impressa para ser lida no dia seguinte, os jornais, cada vez mais, se sentem obrigados a atualizar continuamente as informações em seu portal ao longo do dia, com informações próprias e de agências, e a fornecer comentários e análises, além dos blogs de seus jornalistas e colaboradores e dos comentários dos leitores.

Em lugar de ser lido uma vez ao dia, como o jornal impresso, o jornal digital é feito para ser consultado várias vezes numa jornada. Além de estar disponível 24 horas por dia, o conteúdo precisa ser adaptado para ser distribuído em todos os dispositivos digitais disponíveis, como computadores de mesa e portáteis, tablets, aplicativos e smartphones, e para canais como Twitter, Facebook etc.

Os jornais digitais acrescentaram ao texto tradicional as técnicas dos meios audiovisuais: o som e as imagens em movimento do rádio e da televisão. É, cada vez mais, uma operação multimídia, muito mais cara e complexa do que era o jornal impresso de há alguns anos, e sem uma ideia clara de quais serão os resultados.

Paradoxalmente, os jornais nunca foram tão lidos como hoje. Se a internet tirou leitores da versão em papel, lhes deu um número muito maior na rede. E essa continua sendo a mídia mais influente para a formação de opinião e a que mais contribui para estabelecer a agenda de debates do país. Os jornais são ainda poderosas usinas de informação, com um grande número de profissionais, e com capilaridade e experiência para captar e analisar notícias que fazem a pauta dos outros meios. As redes sociais fazem barulho, mas apenas reagem em função do que é divulgado pela imprensa diária.

Uma das vantagens que o jornal conserva é ser um meio mais propício à análise e à reflexão que o rádio ou a televisão ou as mensagens curtas e rápidas dos dispositivos eletrônicos. Suas informações são também mais confiáveis.

Alguns blogs, com detalhados e bem pesquisados artigos de especialistas em economia, medicina, arquitetura, política, música etc. podem ter informações e análises mais elaboradas

que as dos jornais sobre esses assuntos. Mas a diferença dos jornais é que reúnem todos os dias, num único lugar — em versão impressa ou digital — centenas de notícias e comentários sobre uma grande variedade de temas. Um leitor teria que dedicar várias horas por dia para visitar o blog dos especialistas nesses assuntos. Além disso, o jornal não tem apenas o tipo de notícia que o leitor procura, mas também coisas interessantes, úteis, curiosas, surpreendentes e inesperadas que ele *não* procura. É a agradável sensação denominada *serendipity* em inglês.

A internet coloca diariamente à disposição do navegante dezenas de milhares de notícias. A função tradicional do jornal é editar todo esse caos e hierarquizar a informação, dando mais destaque ao que considera mais importante e mostrando o contexto, o que pode contribuir para sua sobrevivência.

Os jornais brasileiros, que ficaram desconcertados com o impacto da internet, só recentemente fizeram sérios esforços para adaptar-se a ela. Dada a chocante precariedade da banda larga no país, as perdas de circulação e publicidade são bem inferiores às que estão ocorrendo, por exemplo, nos Estados Unidos. Isso significa que ainda têm um curto período para procurar um modelo econômico sustentável no mundo digital.

Como indicado no início desta introdução, este projeto não pretende aventurar-se escrevendo sobre o futuro dos jornais brasileiros. Tenta apenas contar, em duas etapas e vários volumes, sua trajetória até o presente.

I. ERA COLONIAL

Incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história. Afinal, foi somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, que o Brasil ingressou nessa empreitada, três séculos e meio depois das primeiras obras estampadas por Gutenberg e muitos anos depois de a tipografia ter sido instalada em várias cidades da América espanhola e nas colônias de língua inglesa.

A tipografia foi introduzida em Portugal no fim do século XV com a impressão de obras em hebraico, latim e português. No século XVI, Portugal tinha uma indústria gráfica próspera que imprimia obras de qualidade não apenas em Lisboa, como também em Braga, Leiria, Évora, Coimbra, Porto e Setúbal. A implantação de uma oficina tipográfica não sofria restrições nem precisava de licença, embora a publicação de qualquer impresso estivesse sujeita a uma censura prévia rigorosa de três entidades: Conselho Geral do Santo Ofício (censura papal), Ordinário da Diocese (censura do bispo), Desembargo do Paço (censura do reino). A tipografia se estendeu a várias colônias portuguesas da Ásia e posteriormente da África. Mas não ao Brasil.

Na verdade, o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme, a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e a escrever. De pouca utilidade poderia ser a impressão local de qualquer obra. A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografias no Brasil no início do período colonial. Se não foram instaladas, isso não se deveu a restrições impostas pela Coroa, mas à falta de iniciativa ou, talvez, necessidade.

O Brasil entrou na galáxia de Gutenberg não pela impressão de obras no país, mas pelas referências impressas a ele feitas por ocasião do descobrimento, que atraíram a curiosidade geral. A obra *Mundus Novus*, parcialmente baseada em duas cartas de Américo Vespúcio sobre suas viagens às terras recentemente descobertas, acendeu a imaginação na Europa. O fato de estar escrita em latim, a "língua franca" da época, colaborou para sua divulgação. A demanda foi surpreendente. De 1504 a 1506 foram publicadas 27 edições em várias línguas, que esgotaram rapidamente.

Foram também impressas cartas sobre o descobrimento, como a que o núncio papal em Lisboa, possivelmente com base no relato de um marinheiro da frota de Cabral, escreveu à Senhoria de Veneza e que foi inserida, em 1507, na obra *Paesi Novamente Retrovati*, ou a *Carta a Soderini*, atribuída a Vespúcio. Circularam também edições da *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt*, um curioso relato de uma viagem ao Brasil. A partir de meados do século XVI são publicadas na Europa narrativas de viagens ao Brasil como as dos franceses André Thevet e Jean de Léry ou do alemão Hans Staden.

Mas todas são obras que foram impressas e circularam fora de Portugal. Os navegadores portugueses da era dos descobrimentos enviaram copiosa correspondência a Lisboa, mas foram raríssimas as cartas divulgadas na época. Poucas se imprimiram em Portugal sobre as viagens à

Ásia ou à África e praticamente nenhuma fazia referência ao Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha, com a notícia da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, somente foi estampada em 1817; a carta do mestre João, também sobre a viagem de Cabral, em 1843. Dezenas de obras sobre o Brasil ficaram esquecidas durante séculos nos arquivos de Lisboa e outras desapareceram para sempre. Com medo de que os novos territórios atraíssem o interesse de outros países europeus, a Corte de Lisboa tentou evitar a impressão e a circulação de notícias sobre eles. Qualquer informação era considerada segredo de Estado e sua divulgação podia ser punida até com a pena de morte. Portugal também manteve um rigoroso controle dos livros que entravam no Brasil.

Se no período inicial a instalação de uma tipografia poderia ser considerada supérflua, com o aumento da população e da importância econômica da colônia a produção local de impressos certamente poderia ser útil. Se o rei João IV, em meados do século XVII, considerava o Brasil a "vaca de leite" do reino, a colônia bem podia comportar uma tipografia. Não se conhece nenhuma proibição específica da Corte ou dos governandores às artes gráficas ainda no segundo século da colonização, tampouco houve uma iniciativa de disseminar a educação e a cultura. A Coroa espanhola, à qual o Brasil esteve submetido de 1580 a 1640, que incentivou a impressão de livros em suas colônias, não se preocupou em desenvolver no país a atividade gráfica. Comportamento diferente foi observado no Brasil holandês, na primeira metade do século XVII. Um dos pedidos insistentes — e não atendido — de Maurício de Nassau à Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam foi o envio de um prelo, tipos e um impressor. Ele achava que a impressão local de documentos seria útil para a administração da colônia.

Uma das forças motoras que deu impulso à disseminação da tipografia na Europa foi a impressão e distribuição de obras religiosas. Nos primeiros anos, a imprensa foi considerada uma dádiva de Deus ao permitir a divulgação de textos defendendo a Cristandade na luta contra os turcos. Da mesma maneira, a publicação de trinta obras de Martinho Lutero entre 1517 e 1520 foi fundamental para a expansão do protestantismo, dando lugar a um esforço da Igreja católica, no sentido oposto, de fazer impressos contra a Reforma. A grande maioria das obras impressas em Portugal no século XV e em boa parte do XVI era de cunho religioso. Além disso, a difusão da tipografia nas colônias portuguesas na Ásia e na África foi empreendida pelos jesuítas com o objetivo de catequizar as populações locais.

Isso nos leva a uma pergunta que foi feita repetidas vezes: por que os jesuítas, que imprimiram obras em seus próprios prelos tanto na Índia como na China, no Japão e na África para a catequese, não instalaram uma tipografia no Brasil, com essa finalidade, onde contavam com colégios e bibliotecas? Não há respostas convincentes.

Os jesuítas chegaram a contar com uma tipografia na região das missões, onde foram impressas no primeiro quartel do século XVIII obras de alto padrão gráfico, mas não estava instalada no Brasil, e sim na região que hoje forma parte do território argentino.

Há vagas informações a respeito de prelos que teriam sido operados pela Companhia de Jesus

no Rio de Janeiro, em Recife e Salvador na época da colônia, o que pode sugerir que tenham tentado instalar uma tipografia ou mais no Brasil. Há também referências a uma tipografia que teria funcionado no Recife em 1706, com a tolerância do governador, mas proibida por uma ordem régia. Em 1720 um alvará teria proibido no Brasil as "letras de impressão", isto é, o uso de caracteres gráficos para impressão e, genericamente, o funcionamento de tipografias. Há uma confusa notícia de um prelo na Academia dos Felizes do Rio de Janeiro em 1736. Foi mencionado que um jornal em língua italiana, feito por religiosos, *La Croce del Sud*, teria circulado no Rio de Janeiro. Nada disso foi confirmado.

A primeira tipografia comprovadamente instalada no Brasil foi a do português António Isidoro da Fonseca, em meados do século XVIII, que saiu de Lisboa talvez por causa de dívidas e se instalou no Rio de Janeiro, onde imprimiu várias obras, até ser chamado, com seu equipamento, de volta a Portugal. Apesar de contar com a proteção do governador e do bispo, a Corte não queria concorrência para sua precária indústria gráfica e queria exercer de perto a censura sobre qualquer obra impressa.

Esse episódio pode ajudar a esclarecer a atitude da Corte de Lisboa a respeito da impressão de obras na colônia. Se não se conhece nenhuma proibição de Portugal, durante dois séculos e meio, para impedir o funcionamento de tipografias no Brasil, não significa necessariamente que fossem permitidas. Talvez a probição fosse desnecessária porque não houve nenhuma tentativa de instalação. Mas, assim que chegou a informação do funcionamento, da oficina de Isidoro da Fonseca, Lisboa foi rápida em proibi-la e em fazer ameaças para evitar que a iniciativa se repetisse. Não queria tipografias, assim como não queria a instalação de indústrias, a construção de estradas ou a navegação fluvial, nem mesmo o funcionamento de um correio interno durante mais de dois séculos.

Nos séculos XVII e XVIII, a antiga indústria gráfica florescente de Portugal perdera a vitalidade e entrara em progressivo declínio devido à decadência econômica da metrópole, à atividade de uma censura incoerente, à falta de um sistema educacional que fornecesse uma massa de leitores e a um ambiente cultural retrógrado. Mas no século XVIII surgiram em Portugal algumas entidades que iam se tornar, por força de circunstâncias imprevistas, importantes para o desenvolvimento da imprensa no Brasil, como a *Gazeta de Lisboa*, que foi o molde do qual surgiria a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e a Impressão Régia, modelo para a Impressão Régia brasileira.

Talvez a iniciativa mais curiosa tenha sido a instalação e o desenvolvimento, no fim do século XVIII, da tipografia e casa literária do Arco do Cego de Lisboa, editora e estabelecimento gráfico de alta qualidade, com uma produção orientada em grande parte para o Brasil. Dela participou um grupo de brasileiros que teria papel relevante no processo que levou à Independência. A casa do Arco do Cego foi dirigida pelo padre mineiro frei Mariano da Conceição Veloso, que contou com a colaboração de vários brasileiros instalados em Portugal, entre eles Hipólito José da Costa, que seria fundador do *Correio Braziliense*, os irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos

de Andrada, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, e José Joaquim Viegas de Menezes. A tipografia imprimiu dezenas de obras sobre temas como agricultura, mineração, medicina, saúde pública, história natural e botânica. Entre elas, os onze volumes de *O Fazendeiro do Brazil*. Funcionou durante 28 meses, quando o empreendimento foi incorporado pela Impressão Régia, deixando um legado importante de divulgação científica.

Um dos colaboradores de frei Veloso, o também padre Viegas de Menezes, voltou a Minas Gerais, onde, a pedidos do governador e em sua homenagem, imprimiu um poema de duvidosa qualidade literária. Ele não foi composto tipograficamente, letra por letra, como se fazia na época, mas foi gravado pelo método de calcografia, bastante trabalhoso, com um buril sobre uma chapa de cobre. Era o ano de 1807. A situação mostra a profunda mudança ocorrida na colônia em pouco mais de meio século. António Isidoro da Fonseca, apesar da proteção do governador, teve que deixar de imprimir e voltar para Lisboa, mas Viegas de Menezes estampou um poema a pedido do próprio governador, que aparentemente não temia qualquer proibição ou punição da Corte. Meses depois era instalada a Impressão Régia (também conhecida como Real Officina) no Rio e impresso o primeiro jornal do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O rígido controle de Portugal sobre a vida cultural da colônia impediu que fossem instaladas tipografias, não deu impulso ao ensino, proibiu a instalação de universidades para evitar a competição com Coimbra, cerceou a divulgação de informações sobre o Brasil no exterior e vigiou de perto as importações de livros para impedir a entrada e a difusão de ideias políticas perigosas. É certo que, apesar de todas essas dificuldades, entraram clandestinamente livros proibidos e ideias subversivas, que circularam entre uma pequena elite nativa. Mas as barreiras impostas por Lisboa para o desenvolvimento da economia e, principalmente, para a instrução e a formação da população local, teriam consequências no longo prazo. Como escreveu a historiadora Emília Viotti da Costa, a ignorância e o desinteresse observados no Brasil no fim do período colonial eram fruto da falta de cultura e da ausência de uma tradição de participação política.

1. *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* [Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil]

OS ENIGMAS DE UMA CARTA CONTROVERTIDA

> Sabei que a 12 do mês de Outubro aqui aportou da terra do Brasil, por falta de vitualhas, um navio que Nono e Cristóbal de Haro armaram ou aprestaram. São dois os navios com licença do rei de Portugal para descrever ou reconhecer a terra do Brasil. E descreveram a terra mais seiscentas ou setecentas milhas do que antes se sabia.

Começa assim a carta que um comerciante da ilha da Madeira teria escrito em 1514 para um destinatário no porto de Antuérpia. Narra uma viagem pelas costas do Brasil até uma região que poderia ser identificada como o rio da Prata. Não faltam nela detalhes exóticos nem notícias mirabolantes. O autor anônimo afirma que as informações sobre a expedição foram dadas pelo comandante da caravela, "meu ótimo amigo", "o mais afamado piloto que tem o rei de Portugal", que fizera anteriormente várias viagens para a Índia. O outro navio, com o comandante da expedição, tinha ficado para trás. A carta foi impressa repetidas vezes na Alemanha com o nome de *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* (ver figura 4).

É uma das primeiras obras impressas que menciona o nome do Brasil. Segundo um pesquisador norte-americano, a palavra "Zeitung" [gazeta] aparece nela pela primeira vez na língua alemã, embora essa seja uma afirmação controvertida.1 É um documento raríssimo, do qual existem poucos exemplares.

A *Nova Gazeta*, como também é conhecida, alimentou a curiosidade que tinha sido despertada pelas narrativas anteriores sobre as terras descobertas. Em abril de 1493 foram publicadas as primeiras informações sobre a América, quando foi impressa em Barcelona a *Insulis Indiae Supragangen*..., uma carta de Cristóvão Colombo para um escrivão da Casa Real, escrita dois meses antes, assim que ele retornara da sua primeira viagem ao novo continente. Esta e outras cartas de Colombo, traduzidas e impressas em vários países, acenderam a imaginação de toda a Europa.

O interesse pelas fascinantes notícias das terras recém-descobertas aumentou com a publicação em 1504 do pequeno livro em latim *Mundus Novus*, parcialmente baseado nas cartas do florentino Américo Vespúcio e erroneamente atribuído a ele; há na obra referências ao litoral brasileiro, repletas de fantasias, canibalismo e sexo com o objetivo de excitar a imaginação dos

leitores. A Biblioteca Nacional tem um exemplar do *Mundus Novus* impresso por Johannes Otmar em Augsburgo, Alemanha.2

A *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* tem atraído a atenção dos pesquisadores. Rodolpho R. Schuller, talvez o historiador brasileiro que mais se empenhou no estudo da *Nova Gazeta*, escreveu em 1911 que existiam onze cópias da obra, em quatro versões diferentes, cada uma com ligeiras variações na tipologia e na redação. Foram estampadas em Augsburgo e Nuremberg, esta última cidade conhecida na época como "os olhos e os ouvidos" da Alemanha.3 O título de uma das cópias é *Die Neuwe Zeitung aus Presilg Land*. As várias reimpressões revelam a grande popularidade da obra nas regiões de língua alemã. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Schuller, havia seis exemplares na Alemanha, três nos Estados Unidos e um na França.4 Algumas dessas cópias podem ter sido destruídas pelos bombardeios das cidades alemãs na Segunda Guerra Mundial.

O exemplar da Biblioteca Nacional do Rio, em precárias condições de conservação,5 tem seis páginas, quatro de texto em alemão arcaico — um alemão horrível, diz Stefan Zweig em sua biografia de Fernão de Magalhães, e impresso em péssimo papel — e duas gravuras em madeira. Uma delas, na capa, de forte impacto visual, mostra uma cena marítima, com navios, ilhas e um porto. A última página está em branco. (Em outras edições, a capa tem o escudo de armas da Coroa de Portugal.) O documento foi amplamente discutido pelos historiadores da época dos descobrimentos, mas é raramente mencionado pelos estudiosos da imprensa brasileira — Carlos Rizzini e Luiz Beltrão são exceção.6

Já houve dúvidas sobre o autor, o destinatário, o local, a época e a língua em que foi escrita a *Copia der Newen Zeytung ausz Persillg Landt*, e a que viagem se referia. No exemplar da Biblioteca Nacional, por exemplo, está escrito que em 12 de outubro (sem mencionar o ano) aportou aqui (onde?) um navio vindo da terra do Brasil para ser reabastecido, comandado pelo mais afamado piloto, cujo nome omite.

Um bibliófilo alemão, Konrad Haebler, assegurou ter encontrado em 1895 a carta original manuscrita que deu origem às diversas cópias impressas, além de três exemplares impressos em Augsburgo,7 na coleção dos príncipes Fugger, os banqueiros mais poderosos da época. A carta original tinha data de 1514 e há nela referências à ilha da Madeira e a Antuérpia, porém, não mencionava o nome do destinatário nem do missivista, desconhecidos até hoje, assim como não dizia quem era o piloto da expedição.8

A PASSAGEM PARA O PACÍFICO

A carta diz que o navio navegou até a costa do Brasil, seguiu rumo ao sul, acompanhando o litoral e avançando umas seiscentas ou setecentas milhas além da região já conhecida. Aos quarenta graus de latitude sul chegou a um cabo, que foi contornado, e viram mais tarde terra do lado oposto. Ao avançar sessenta milhas para o oeste "era tão grande ali o temporal e

também ventava de tal modo que não puderam navegar mais para adiante”. O piloto estimou que desde o cabo mencionado até Malaca — na Ásia — havia uma distância não superior a seiscentas milhas. Sugeria assim que, desde o ponto em que se encontrava o navio, havia comunicação para o oceano Pacífico, possibilitando a navegação, de Lisboa a Malaca, sem necessidade de contornar, na África, o cabo da Boa Esperança, “o que trará ao rei de Portugal, com a especiaria, grande auxílio”.9

Mas os navegantes, devido à tempestade, não puderam continuar e foram obrigados a voltar pela costa do Brasil. Ao narrar o retorno, a carta entra em detalhes sobre a terra encontrada. Viram no Brasil muitos rios bons, com muita gente de “bons costumes” e de “índole honrada; não há neles vício nenhum, a menos que uma aldeia faça a guerra à outra”. O povo era de “boa e franca condição” e não tinha leis. A carta menciona que na terra “há ainda a memória de São Tomé” e os habitantes dizem que às vezes chegam lá pessoas de outros navios, que “trazem roupa como nós. Os portugueses dizem que são franceses”. O missivista menciona “leões e leopardos, de que há muitos na terra”, assim como dá notícias de que “existe um povo serrano que tem muito ouro”. O navio levou um homem daquela terra serrana que queria contar ao rei de Portugal que havia lá tanto ouro e prata que seus navios não podiam carregar. No porão, levava pau-brasil; na coberta, “rapazes e raparigas comprados”, que pouco tinham custado “porque foram dados por livre vontade”. Conclui afirmando que o povo daquela terra vivia até 140 anos.

A carta menciona repetidamente a passagem para Malaca, na península Malaia, atual Malásia, que segundo o narrador era uma terra próxima. Essa passagem marítima para a Ásia era insistentemente procurada por portugueses e espanhóis, pois encurtaria a viagem até a terra das especiarias. A alusão a são Tomé tem o mesmo objetivo de sugerir a proximidade da Ásia. Segundo uma lenda, o santo tinha sido enterrado na Índia. Se ele era venerado pelos habitantes da terra do Brasil, significava que sua fama tinha chegado aqui e que a Ásia não poderia estar muito longe.

A carta está recheada de outros detalhes mirabolantes que tinham a finalidade de atrair a curiosidade de um público ávido de notícias sobre as terras do Novo Mundo. Como escreveu Fernández-Armesto,10 as narrativas de viagem da época procuravam acrescentar, aos dados factuais, histórias ou dados extraídos da fantasia. Esses recursos eram ainda mais comuns nas obras impressas, cheias de artifícios para excitar a imaginação popular. Os impressores, para aumentar as vendas, se encarregavam de apimentar as histórias se achavam o texto demasiado sóbrio — como fazem hoje alguns jornais sensacionalistas. Os adendos inverossímeis aumentavam o interesse do leitor pelas terras longínquas e pela história que estava sendo narrada.

Isso explica, na *Gazeta*, a referência a leões e leopardos; a existência idílica de uma sociedade sem vícios e sem leis, tão diferente da europeia, e na qual se vive até os 140 anos; uma terra na qual os navegantes, se não encontraram indícios de metais preciosos, dão notícias da existência

de mais ouro e prata do que os navios poderiam carregar. Essa história sobre as terras longínquas do Brasil é, no entanto, mais sóbria e menos fantasiosa que a maioria das outras narrativas de viagem da época, mas o suficiente para acender a imaginação do público. E a *Gazeta* também menciona um fato real: o tráfico de escravos — os rapazes e raparigas que, segundo o narrador, foram entregues por livre vontade.

Durante mais de um século e meio historiadores tentaram identificar qual seria a expedição mencionada. Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, deu várias versões. Numa delas, supõe que foi escrita em Lisboa por um estrangeiro. Em outra, diz que estaria baseada numa viagem dos espanhóis Juan Díaz de Solís e Vicente Yáñez Pinzón ao rio da Prata em 1508, mas essa expedição nunca esteve na América do Sul e Solís somente chegaria ao rio da Prata em 1516. Ainda segundo Varnhagen, a carta se referia a uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil em 1503, que teria chegado até o rio da Prata — o que está provado que nunca aconteceu. Foram também mencionadas outras viagens, como a de Vasco Gallego e João de Lisboa e a encabeçada por Nuno Manuel — o "Nono" da carta.

Rodolpho Schuller afirma tratar-se de uma narrativa baseada na terceira viagem[11] de Américo Vespúcio ao Brasil, em 1501-2, na qual teria chegado ao rio da Prata; Carlos Rizzini e outros historiadores concordam, mas a hipótese foi muito criticada posteriormente. Outra versão diz que a *Gazeta* se inspirou na carta de Vespúcio sobre a expedição de 1501-2. Nesse caso, deveria ter sido reescrita posteriormente para acrescentar fatos que só teriam ocorrido anos mais tarde, como a referência à presença dos franceses, cujos primeiros navios somente teriam chegado em 1504, quando a nave *L'Espoir*, de Binot Paulmier de Bonneville, com pilotos portugueses, esteve no litoral de Santa Catarina.[12] Ainda é possível que a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* não seja um relato original, mas uma obra montada a partir de informações já divulgadas em outras obras e juntadas por um escriba com imaginação. Essa era uma prática comum incentivada por impressores para atender à demanda por informações e fantasias do Novo Mundo.

O mais provável, porém, é que a *Nova Gazeta* se refira a uma expedição de duas caravelas comandada por Diogo Ribeiro e financiada por Cristóbal de Haro, baseado em Antuérpia, que teria sido realizada em 1511-2 ou 1513-4. O piloto da nave capitânia era Rodrigo Álvarez; o da outra embarcação, João de Lisboa, um dos mais renovados navegadores de Portugal. As duas caravelas se separaram: João de Lisboa chegou ao rio da Prata e realizou a mais antiga observação astronômica a partir do cabo de Santa María, hoje conhecido como Punta del Este; Diogo Ribeiro[13] foi morto no litoral norte brasileiro, possivelmente onde hoje é o Maranhão. Estévão Frois assumiu o comando, e a caravela foi levada pelas correntes, pelas tempestades e pela inabilidade do piloto até Porto Rico, no Caribe. A tripulação ficou presa vários anos em Santo Domingo por ter penetrado nas águas proibidas da América espanhola.

O armador dessa expedição, Cristóbal de Haro, é mencionado nas primeiras linhas da *Nova Gazeta*; o outro armador citado, "Nono", é certamente Nuno Manuel, um dos mais famosos

pilotos portugueses. O judeu sefardita Cristóbal de Haro era um poderoso comerciante de origem espanhola, nascido em Burgos e instalado em Antuérpia, mas com residência temporária em Lisboa. Trabalhara por um tempo para os banqueiros Fugger e se estabelecera como um importante negociante de especiarias, com agentes e representantes em diversas partes do mundo. Estava interessado em encontrar uma passagem para a Ásia através da América, como alternativa ao cabo da Boa Esperança, o que diminuiria o tempo da viagem. Financiou várias expedições tanto à América Central como à costa do Brasil com essa finalidade.14

A *Gazeta* diz que a expedição para descrever e reconhecer a costa do Brasil tinha sido autorizada pelo rei de Portugal. No entanto, alguns historiadores escreveram que a viagem comandada por Diogo Ribeiro — que navegaria até o sul, certamente para procurar a passagem para o oceano Pacífico — era secreta, e que, quando soube da notícia, o rei d. Manuel teria ficado furioso. Para salvar sua vida, Cristóbal de Haro teve que fugir pelo Algarve para a Espanha, no lombo de uma mula. Lá, a notícia da viagem teria levado o imperador Carlos V a mandar a Juan Díaz de Solís que procurasse a passagem para o Pacífico. Ele se tornou o descobridor oficial do rio da Prata em 1516, mas morreu no local, e a expedição voltou à Espanha sem encontrar o caminho até o outro oceano. O escritor francês Jean-Pierre Faye afirma, sem oferecer provas concretas, que a carta teria levado Carlos V a financiar a viagem de Fernão de Magalhães em 1519. Ainda segundo Faye, a carta escrita na ilha da Madeira teria sido endereçada à casa dos Welser e traduzida para várias línguas.15

Embora a versão da expedição de Diogo Ribeiro e João de Lisboa pode ser a mesma narrada pela *Nova Gazeta*, são necessárias mais pesquisas para confirmá-la.

OUTRAS DÚVIDAS SOBRE A CARTA

A data de publicação da *Nova Gazeta* também é controvertida. Nem todos os pesquisadores concordam com Konrad Haebler quando ele menciona que a obra foi impressa em 1514. Numa exposição em Stuttgart foi dado como certo o ano de 1508. O historiador francês Georges Weill, em sua conhecida obra *Le Journal*, menciona como prováveis datas 1508 e 1509 — e dá um nome ligeiramente diferente à obra: *Copia der Newen Ceytung aus Presily Land*, talvez por erro de transcrição.16 Outros historiadores fixam datas bem posteriores, como Alexander Humbolt, que a situa entre 1525 e 1540; Haebler também chega a mencionar 1530.

O globo terrestre feito a mão em 1515 pelo cartógrafo e matemático alemão Johannes Schöner, mostra uma passagem do oceano Atlântico para o oceano Pacífico. Acredita-se que esse detalhe teve como base informações extraídas da *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt*.17 Se for correto, a data da obra não pode ser posterior a 1515. Também parece ter sido usada por Schöner para explicar o globo em sua *Luculentissima quaedam terrae totius descriptio* [A mais brilhante descrição de toda a Terra], impressa em Nuremberg em 1515 e que teve extraordinária repercussão na época, descrevendo pessoas e animais do Brasil da mesma

maneira que a *Nova Gazeta*. É provável, portanto, que, como consta do manuscrito encontrado por Haebler, a carta tenha sido escrita em 1514 e impressa em 1515.

A respeito da língua original da carta, Ritter von Weiser, depois de fazer uma análise linguística, concluiu que foi escrita em alemão. Schuller, porém, que assinala umas quarenta palavras em português, espanhol e italiano, afirma que foi escrita em outra língua e traduzida para o alemão.

Na Alemanha, país ansioso por informações e fantasias a respeito das novas terras descobertas, as notícias impressas, as *Newe Zeitung*, tiveram ampla divulgação. Existem cópias de outra gazeta, a *Zur Neuen Zeitung aus dem Lande Jucatan vom Jahre 1522* [Nova Gazeta do País de Iucatã, do Ano de 1522], uma das quais se encontra na Biblioteca Nacional do Rio, sobre a conquista do México pelos espanhóis. É provável que o correspondente que a escreveu nunca tivesse estado no Iucatã; sua *Gazeta* parece estar baseada em duas cartas do conquistador Hernán Cortés, publicadas com o nome de *Conquista de México*, e num relato do padre Pietro Martire d'Anghiera, acrescidas de um considerável número de erros e de detalhes fantasiosos, para informação ou desinformação dos leitores alemães. Uma das gravuras contém a mais antiga reprodução europeia de um sacrifício humano feito pelos astecas.

A *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* tem importância histórica. É um dos exemplares das newsletters, *lettres de nouvelles* ou cartas de notícias impressas que proliferaram na época. Havia um grande interesse em informações sobre as guerras religiosas na Europa, o confronto com os turcos, as navegações, os descobrimentos e as notícias sobre o Novo Mundo.

Essas cartas tiveram sua origem nas notícias manuscritas (*nouvelles à la main*, *fogli a mano*, *lettere d'avissi*, *geschreibene Zeitungen*) da Idade Média e começo da Moderna. Eram escritas pelos correspondentes das casas comerciais e dos banqueiros, como os Fugger e os Welser, que montaram um serviço próprio de notícias — o manuscrito original da carta e três cópias impressas da *Nova Gazeta* foram encontrados nos arquivos dos Fugger —, ou por informantes pagos de reis, príncipes, nobres ou do alto clero. Coleções dessas cartas são encontradas na Biblioteca Nacional de Viena e na Biblioteca do Vaticano. O uso desses manuscritos cresceu com o desenvolvimento de correios regulares na Europa, ainda na Idade Média.

A *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* é uma obra única, sem sequência. Não faltaram informações sobre o Brasil escritas em português na época dos descobrimentos e da colonização. Os navegantes e colonizadores portugueses foram ativos em mandar cartas e relatos ao rei e à Corte de Lisboa, e os jesuítas também escreveram copiosamente. Mas raras foram as narrativas e descrições das riquezas da terra e de seus habitantes que chegaram a ser impressas e a circular no reino português ou na Europa. A política de Lisboa não era divulgar, mas esconder qualquer informação sobre o Brasil por temor da curiosidade e da cobiça estrangeiras. As notícias, reais ou fantasiosas, ficaram mais conhecidas em outros países. Por isso, a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* é ainda mais relevante.

2. Tipografia no Brasil colonial — séculos XVI e XVII

A iniciativa de Johann Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg (ou Johannes Gutenberg) de fundir letras e caracteres avulsos num molde metálico, que permitiu a impressão da Bíblia em 1456, logo se espalhou pela Alemanha e pela Europa. Em 1466 foi impresso o primeiro livro na Basileia; em 1467, em Roma; em 1468, em Paris, onde enfrentou a resistência dos 6 mil copistas da cidade; em 1469, em Veneza; e em 1473, em Westminster, na atual cidade de Londres. A tipografia chegou à Espanha em 1472, quando o alemão Johannes Parix de Heidelberg imprimiu em Segóvia *El Sinodal de Aguilafuente*. A primeira obra impressa em Portugal, em 1487, foi o *Pentateuco*, impresso em hebraico por Samuel Gacon, na cidade de Faro (ver p. 59). Em 1500, mais de 250 cidades da Europa tinham instalado prelos de impressão; nesse ano, Paris já contava com 181 tipografias.

Foram necessários três séculos para que as artes gráficas fossem implantadas, sob rigoroso controle do Estado, no Brasil, em 1808. Nesse período também foi controlada a entrada de qualquer obra impressa, numa tentativa, nem sempre bem-sucedida, de manter o país à margem das novas ideias e das correntes culturais que circulavam no resto do mundo.

Isabel Lustosa escreveu que o Brasil era um dos poucos países do mundo, excetuados os da África e da Ásia, que não produziam palavra impressa, para mostrar o atraso cultural na época da colônia.1 Mas, na verdade, até as colônias portuguesas na África e na Ásia contavam com tipografias, instaladas pelos jesuítas, já no século XVI e começo do XVII. Só o Brasil ficou de fora (ver p. 65 ss.).

Segundo Alfredo de Carvalho:

> Em todo o transcurso do período colonial não houve no Brasil, talvez, manifestação alguma de progresso a que a metrópole deixasse de corresponder com medidas proibitivas, ou providências vexatórias, ditadas por uma política suspicaz que antevia na prosperidade da vasta possessão americana a certeza da sua independência.
> Uma legislação, severa até a crueldade, regulava em suas mais insignificantes funções toda a vida econômica e industrial, e a introdução de quaisquer melhoramentos nela imprevistos vinham prontamente embargar novas disposições condenatórias.2

É sintomático que o primeiro livro em português publicado na América não fosse estampado

no Brasil, mas no México: *D.O.M. Luzeiro Evangelico, que mostra à todos os Christãos das Indias orientais o caminho unico, seguro, & certo da recta Fé, para chegarem ao porto da salvação eterna; ou Instrucção dos principais Artigos da Religião* [...]. *Obra de muita utilidade para os Ministros & christãos todos Catholicos, & Protestantes, doutos, & indoutos.*3 E não era destinado ao Brasil, o único país da América de língua portuguesa, mas à catequização nas colônias de Portugal na Ásia (ver figura 6).

Os livros de autores brasileiros ou instalados no Brasil, como os padres José de Anchieta4 e Antônio Vieira, e Gabriel Soares de Sousa, tiveram que ser impressos em Portugal. O livro de Giovanni Antonio Andreoni (Antonil), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, apesar de ter sido liberado pela Inquisição e impresso em Lisboa em 1711, foi apreendido e destruído.

Um grande número de obras da época da colônia somente foi encontrado nos arquivos portugueses por historiadores brasileiros e publicado no século XIX ou mesmo XX. Como disse Carlos Rizzini, os escritos morriam asfixiados nos arquivos oficiais. A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, a "certidão de nascimento do Brasil", foi encontrada na Torre do Tombo, em Lisboa, em 1773, "depois de quase três séculos perdida em montes de papéis empoeirados", como disse Rizzini, e foi impressa pela primeira vez em 1817 como uma nota da *Corografia Brazilica* do padre Manuel Ayres de Casal, no Rio de Janeiro, pela Impressão Régia.

A *Carta do mestre João*, do médico, físico e astrônomo espanhol Juan Faras, que também acompanhou Cabral, escrita num curioso "portunhol",5 na qual foi identificada pela primeira vez a constelação do Cruzeiro do Sul, e que é considerada mais reveladora que a de Caminha, foi descoberta por Francisco Adolpho Varnhagen, também na Torre do Tombo, e publicada em 1843. O *Diario da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530*, de Pero Lopes de Sousa, somente foi achado em 1839 na Biblioteca Nacional da Ajuda, também por Varnhagen. *Tratados da gente e da terra do Brasil*, do jesuíta Fernão Cardim, escrito entre 1583 e 1601, foi publicado na íntegra por Capistrano de Abreu em 1885. O *Tratado descritivo do Brasil ou noticia do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, de 1581, esperou até 1851 para ser publicado. É muito provável que outros documentos igualmente importantes, que a Coroa não quis imprimir, tenham sido perdidos para sempre.

A TIPOGRAFIA NAS COLÔNIAS ESPANHOLAS

Em contraste com o Brasil, já no século XVI começaram a ser instaladas gráficas na América de colonização espanhola. As primeiras obras, de cunho religioso, tiveram como objetivo principal catequizar os índios, por isso muitos dos livros foram escritos em línguas indígenas. Wilson Martins6 afirma que "é quase possível afirmar que a América foi descoberta pela imprensa" e que "a imprensa chega à América no mesmo momento em que começa a se espalhar pela Europa e que, nesse particular, o México não se encontra atrasado em relação à maior parte dos

países europeus".

Em 1502, dez anos depois do descobrimento, a Coroa espanhola autorizava a impressão no Novo Mundo, embora com as mesmas severas restrições à publicação de obras existentes na península Ibérica. As primeiras tipografias foram instaladas na sede dos vice-reinados de Nova Espanha (México) e Nova Castela (Peru). Há referências a um prelo na Cidade do México, instalado por Esteban Martín, com permissão do imperador Carlos V, que teria impresso em 1533 a *Escala espiritual para llegar al cielo*, de são João Clímaco, e em 1537 a *Doctrina*.

Mas existem divergências a respeito das datas e não restam vestígios dessas atividades. Johann (Juan) Cromberger, de uma família alemã de impressores instalada em Sevilha, obteve uma licença exclusiva de impressão no México, onde publicou a *Breve y más compendiosa doctrina* em 1539, da qual há referências, mas não resta nenhum exemplar. No ano seguinte, Juan Pablos (Giovanni Paoli), italiano de Brescia, que era o representante de Cromberger no México e depois se tornou detentor de um "privilégio", imprimiu o *Manual de adultos*, do qual se conservam algumas folhas. Ele é considerado o primeiro tipógrafo do Novo Mundo. A fundação da primeira universidade na Cidade do México, em 1551, aumentou a demanda por livros de medicina e ciências. Em 1559 foi instalada uma segunda tipografia. Em 1570 já havia quatro prelos e uma loja de livros, e em 1600 oito tipografias, que produziram 240 títulos.

O italiano Antonio Ricciardi, que fora tipógrafo no México, levou, por iniciativa dos padres jesuítas, um prelo ao Peru em 1583 e imprimiu em 1584 a *Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios*, em espanhol, quíchua e aimará. São as primeiras obras impressas produzidas na América do Sul. Também em 1584 foi estampada no Peru a *Pragmatica sobre los diez dias del año*, que trata da implementação do calendário gregoriano. Os jesuítas instalaram às margens do lago Titicaca um prelo temporário para imprimir obras em aimará e catequizar os índios.7

Nos séculos XVII e XVIII a arte gráfica foi avançando na América. Chegou a Puebla de Los Angeles (México) em 1640, à Guatemala em 1660, a Oaxaca (México) em 1720, a Havana em 1724, a Santafé de Bogotá em 1738. No Cone Sul, a primeira cidade a ter uma tipografia foi Córdoba, em 1764; Santiago do Chile teve em 1776 e Buenos Aires em 1780. Nas antigas colônias espanholas que hoje formam parte dos Estados Unidos foi instalada uma tipografia em 1764 em New Orleans e outra em 1783 em San Agustín, na Flórida.

As colônias espanholas na América Latina também importavam obras impressas da Espanha e de outros países europeus pagando taxas muito baixas ou com total isenção. Laurence Hallewell comenta que esse liberalismo no comércio de livros não era acompanhado no resto da Europa. O resultado foi que tanto a Espanha como suas colônias na América foram inundadas com impressos dos outros países, especialmente dos Países Baixos (Antuérpia) e da França (Lyon).8

Nas colônias inglesas na América, o primeiro prelo foi instalado em Massachusetts em 1638, em Harvard, onde dois anos mais tarde foi estampado *The Whole Booke of Psalmes*, também

conhecido como *The Bay Psalm Book*,9 o primeiro livro impresso em inglês no território que hoje forma parte dos Estados Unidos. No Canadá os ingleses montaram uma tipografia em Halifax, Nova Escócia. Em Quebec, no Canadá francês, foi proibida a instalação de uma prensa. Os livros tinham que ser importados e não circulavam jornais, uma situação semelhante à do Brasil colonial.

A IMPRENSA NAS COLÔNIAS ESPANHOLAS

A imprensa informativa chegou à América colonial espanhola pouco depois da tipografia. A primeira folha móvel conhecida, impressa por Juan Pablos em 1541, é a *Relacion del espantable terremoto que agora nueuamente ha acontescido en las Yndias en vna ciudad llamada Guatimala es cosa de grãde admiracion y de grande exemplo para que todos nos enmêdemos de nuestros peccados y estemos aprescibidos para quando Dios fuerere feruido de nos llamar*. É obra do escrivão Juan Rodríguez, que narra fatos por ele presenciados e transcreve observações de outras testemunhas, escrita com objetividade. Essa *relacion* é considerada o início do jornalismo na América. Nos anos seguintes circulava no México um grande número de *relaciones* ou *hojas volantes* com notícias.

No Peru, o vice-rei Pedro Balaguer de Salcedo encomendou uma relação para divulgar a derrota e captura do pirata inglês John Hawkins em 1594, depois de um combate no estreito de Magalhães. As folhas com notícias circularam profusamente até 1620. Entre as mais conhecidas está a *Relación de cosas notables del Perú*, escrita por Jerónimo Contreras. Francisco del Canto reimprimiu em Lima, com licença de Sevilha, a *Relación de avisos de todo lo qve ha svcedido en Roma, Napoles, Venecia, Genoua, Sicilia, Francia, Alemania, Inglaterra, y Malta, y otras partes, desde seys de Enero del presente año de 618, embiada desde la dicha ciudad de Roma a esta de Seuilla a vn personaje graue*. Pode observar-se que a relação informa o que aconteceu em outras regiões da Europa, mas não na Espanha.

Em Lima, em 1618, aparecem os noticiários, que tomam a forma de jornal em 1622. Um dos mais famosos foi o *Diario de Lima*, uma memória manuscrita de Juan Antonio Suardo que circulou de 1629 a 1639.

No México eram impressas gazetas informativas, que circulavam com uma periodicidade mais ou menos fixa e tinham como modelo e fonte a *Gaceta de Madrid*. A mais antiga da América Latina é a *Gaceta de México, y Noticias de Nueva España*, de 1722, publicada por Juan Ignacio María de Castorena Ursúa y Goyeneche, mexicano e futuro bispo de Iucatã, considerado o primeiro jornalista mexicano e, talvez, latino-americano. Como observa Gorka Rosain, foi "a primeira publicação periódica dividida em seções de notícias oficiais, religiosas, comerciais, sociais e marítimas", e com uma seção sobre livros novos. Seu sucessor foi o *Mercurio de México*. Em 1729 começou a circular a *Gazeta de Goathemala*.

Em 1744 foi publicada a *Gazeta de Lima*, a primeira publicação periódica impressa estável do país, com reprodução das notícias da Europa. Foi relançada em 1748. Houve outras publicações

com esse nome em 1793 e 1798. O jornal reservou um espaço considerável para informar sobre a Revolução Francesa. Antes, em 1715, fora publicada outra *Gazeta de Lima*, que nada mais era do que uma reprodução da *Gazeta de Madrid: Gazeta reimpresa em Lima: de las novedades más sobresalientes de Europa, del mes de febrero de 1715*, da qual só existe um exemplar.

Dois jornais são lançados em 1764: *La Gazeta de La Habana* e a *Gazeta de Buenos Ayres*, de curta duração. Em 1781 é publicada a *Noticias recibidas de Europa por el correo de España* e em 1785 a *Gazeta de Santa Fé de Bogotá*.

A partir do começo do século XIX surgem as publicações que deram apoio e impulso à independência das colônias espanholas.

OS MOTIVOS DO ATRASO NO BRASIL

Por que o Brasil demorou três séculos para dispor de uma indústria gráfica e imprimir jornais, livros e folhetos? Esse é um enigma que atraiu a curiosidade e a atenção dos historiadores, mas que ainda não foi decifrado.

A metrópole poderia ter proibido expressamente a instalação de tipografias no Brasil. Alfredo de Carvalho, por exemplo, escreveu: "No Brasil, o exercício da arte de Gutenberg era ciosamente vedado e perseguidos sem clemência os seus discípulos". O padre Francisco Muniz Tavares, citado por Wilson Martins, disse que "até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a metrópole nunca quis consentir no estabelecimento de tipografias coloniais". Segundo Laurence Hallewell, "cedo os portugueses estabeleceram a impressão em suas possessões asiáticas e africanas, mas impediram sua implantação no Brasil colonial" pela necessidade de controle político.

Essa hipótese é reforçada pelo fato de Portugal ter adotado repetidas medidas que dificultaram o desenvolvimento cultural e econômico da colônia. Sérgio Buarque de Holanda afirma que "os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio".10

Isso tudo é possível, mas, com exceção da Carta Régia de 1747 ordenando o desmantelamento da tipografia de António Isidoro da Fonseca, não há evidências de que a metrópole proibisse a instalação de prelos na colônia. Isso não significa que a tipografia fosse permitida, mas que não se conhece nenhuma outra proibição explícita.

Em Portugal o estabelecimento de tipografias era livre e não dependia de licença ou autorização prévia,11 embora a impressão de obras estivesse sujeita à concessão de um privilégio real e à fiscalização de uma censura rigorosa. Não é impensável que, por omissão, o mesmo regime funcionasse para o Brasil. Somente no momento em que na colônia foi instalado um prelo a metrópole teria percebido que surgira um problema e o resolvera mediante uma proibição.

Nelson Werneck Sodré é um dos historiadores que tentaram explicar a diferença de comportamento da Espanha e Portugal em relação à palavra escrita em suas colônias. Segundo ele:

> onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo. […] A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum.

Para ele, o aparecimento "precoce" da imprensa e das universidades na América espanhola, "esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, pelo contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição".12

O argumento, que foi repetido por outros autores, levanta algumas questões. Muitas das obras publicadas nas colônias espanholas eram gramáticas e dicionários das línguas indígenas, para divulgação e ensino; também foram estampados livros escritos nessas línguas. Não parece evidente que essa tentativa de passar as línguas indígenas de uma etapa oral para um estágio superior de cultura escrita, que levaria à sua preservação, não à destruição, caracterizava uma intransigência cultural.

Sérgio Buarque de Holanda, com uma interpretação diferente, afirma que durante a colonização espanhola foram instaladas "nada menos de 23 universidades", que formaram cerca de 150 mil pessoas. "Por esses estabelecimentos passaram […] dezenas de milhares de filhos da América que puderam, assim, completar seus estudos sem precisar transpor o oceano."13

Ao contrário do que afirma Sodré, a imprensa não chegou unicamente a regiões com culturas avançadas. Tipografias foram instaladas também onde a população não se encontrava num estágio mais avançado que o dos indígenas brasileiros, segundo Alfredo de Carvalho. Ele afirma que a impressão, pela mão dos jesuítas, chegou no século XVII a colônias portuguesas no Congo e em Angola, na África, onde não havia civilização florescente.

Além disso, muitas das obras nas colônias espanholas, como livros de ciências e medicina, foram impressas para atender à demanda dos estudantes das universidades criadas, para leitura dos colonizadores procedentes da metrópole, de seus descendentes e dos indígenas aculturados. Buarque de Holanda menciona que somente na Cidade do México foram impressas cerca de 9 mil obras na época colonial: 251 no século XVI, 1838 no XVII e 6890 no XVIII.14 Certamente, esses livros não tinham como objetivo esmagar ou destruir.

Pode-se depreender da argumentação de Sodré que talvez tivesse sido melhor se essas universidades "precoces", como ele escreve, não tivessem sido fundadas, se as 150 mil pessoas não tivessem pisado na universidade e se milhares de livros nunca tivessem sido impressos. Sodré, talvez sem perceber, parece justificar a inexistência de prelos e universidades no Brasil colonial.

José Marques de Melo atribui a ausência de tipografia no Brasil colonial não a uma repressão política ou ao obscurantismo dos governantes, mas ao subdesenvolvimento do país: "em razão da convergência de uma série de fatores socioculturais, que a tornaram desnecessária e socialmente inútil na colônia portuguesa". Segundo ele, não existiam condições para a formação de um público capaz de se interessar por livros.15

Laurence Hallewell também afirma que a precariedade da situação da colônia, com uma população extremamente baixa, não justificava a existência de uma tipografia, nem sequer a de António Isidoro da Fonseca.

A opinião deles é compartilhada por Aníbal Bragança:16

> A proibição de funcionamento de sua oficina [de António Isidoro da Fonseca] tem servido como motivo para invectivas contra o sistema colonial e contra a Metrópole, em produções de intelectuais herdeiros de uma tradição historiográfica de combate, que, em geral, não vão além de uma condenação simplória da política portuguesa para a colônia. [...] Passa-se ao largo do contexto da medida e estende-se a abrangência de sua eficácia para todo o período colonial, mesmo considerando-se que somente a partir do século XVIII teria sido a tipografia "exigida" pela dinâmica social da América portuguesa e apenas nesse período legalmente reprimida, dentro de um complexo contexto político e econômico específico. Ignora-se que a realidade dos séculos XVI e XVII, quando a colônia tinha um incipiente desenvolvimento urbano e uma população rarefeita, em grande parte composta por escravos, onde quase todos eram analfabetos, não houve iniciativas, nem do governo nem de particulares para criação de tipografias. Mesmo os jesuítas, talvez os que mais dela precisassem em suas escolas, também, ao que se sabe, ao certo, não tomaram essa providência na colônia.

Ainda segundo Bragança, um dos poucos estudos que escapa das armadilhas da historiografia "engajada" criticada por ele é a tese de José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira: A implantação*, de 1973, que aponta a existência de fatores socioculturais, e não o "sistema político repressor" metropolitano. Menciona, corretamente, que "não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil", mas considera o texto de 1747, que extinguiu a tipografia de António Isidoro da Fonseca, uma ação "isolada de confisco [de] oficina montada sem autorização dos governantes metropolitanos", e afirma que "na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e o funcionamento de tipografias no Brasil".

É possível que nos primeiros tempos da colonização a tipografia fosse dispensável, embora os jesuítas da província do Paraguai, que ocupava uma parte do Brasil atual, já reivindicassem a instalação de um prelo. Mas certamente tornou-se necessária com a expansão tanto geográfica como econômica e populacional da colônia. No século XVII, os holandeses, no curto espaço de tempo em que estiveram no Brasil, sentiram necessidade, por questões administrativas, de instalar em Pernambuco uma tipografia. No século XVIII, como consequência do descobrimento do ouro em Minas Gerais, a população do Brasil decuplicou. A fiscalização e taxação da extração e venda do ouro, o aumento do movimento comercial de exportação e importação, a necessidade de controlar e atender o crescente número de habitantes tornaram mais complexa a tarefa de administrar a colônia. Além disso, surgira um estrato social com aspirações novas e

necessidades culturais que Lisboa não tinha nenhuma intenção de atender. Estavam dadas as condições para a implantação da tipografia.

Não é nenhuma coincidência que António Isidoro da Fonseca abrisse a sua no século XVIII. Ele teve a aprovação do governador-geral e do bispo, um indício de que as autoridades civis e eclesiásticas do Rio achavam uma tipografia necessária. Foi a metrópole, longe das necessidades da colônia, quem impediu o funcionamento.

Curiosamente, Marques de Melo tira importância à decisão da Corte de proibir a tipografia de Isidoro. Segundo ele, há uma diferença muito grande entre proibir taxativamente o funcionamento de tipografias e determinações isoladas de confisco de oficinas montadas sem autorização dos governantes metropolitanos.

Nenhuma proibição específica para a instalação de tipografias na colônia é conhecida. No entanto, a rápida decisão da metrópole de impedir as atividades assim que soube da existência de um prelo no Rio de Janeiro é prova evidente de que a metrópole não queria a impressão de obras no Brasil. Foi uma decisão coerente com as medidas que Lisboa tomava para submissão da colônia.

Como escreveu Hallewell, “podemos encarar com certa razão a proibição de prelos apenas como um aspecto da privação geral no Brasil, no plano material, social e intelectual. Em questões espirituais, a colônia portuguesa na América apresentava um triste contraste com suas vizinhas espanholas”.

3. A imprensa em Portugal

A arte da tipografia chegou a Portugal com algum atraso no século XV, em comparação com outros países da Europa. As primeiras obras, de caráter religioso, foram impressas com caracteres hebraicos por tipógrafos judeus. Carlos Rizzini menciona que dos incunábulos1 portugueses conhecidos treze estão em hebraico, sete em latim e seis em "linguagem" (português).

A obra mais antiga é o *Pentateuco*, em hebraico, impresso por Samuel Gacon na cidade de Faro, no Algarve, em 1487, cujo único exemplar conhecido se encontra na British Library de Londres (ver figura 12). Foi seguido, dois anos depois, por *Novas da lei ou Comentario*, sobre a ordem das orações, do rabino Eliezer ben Jacob de Toledo (Eliezer Toledano), impresso em Lisboa. Em 1495, durante o reinado de d. Manuel I, os judeus foram expulsos de Portugal por pressão de Castela, embora tivesse havido um esforço do rei português para converter um grande número deles ao cristianismo. Ao contrário de Castela, Portugal foi menos entusiasta em submeter-se à Inquisição e ao seu controle das obras impressas.

O primeiro livro em latim, o *Breviarium Bracharense*, foi impresso em Braga em 1494 por Ulrich (Johann) Gherling, alemão, como a maioria dos tipógrafos da época em toda a Europa. Provavelmente, a primeira obra em português, de 1495, é a *Vita Christi*, impressa pelos alemães Valentim Fernandes e Lodolphus (ou Nicolau) da Saxônia, traduzida do latim, com patrocínio real. Mas alguns historiadores afirmam que o primeiro livro foi *O tratado de Confisson*, impresso em 1489 em Chaves anonimamente. Outros afirmam que *Sacramental*, do leonês Clemente Sánchez de Vercial, um dos livros mais lidos na península Ibérica no século XV, foi traduzido para ao português e teria sido impresso, também anonimamente, em lugar ignorado, em 1488.

Laurence Hallewell2 tem uma versão diferente. Ele menciona, sem confirmação, obras que teriam sido impressas em 1465, 1473 e 1481. Já Alfredo de Carvalho afirma que a impressão em Portugal começou em 1464-5, e que são conhecidas edições feitas em Leiria em 1474. A fonte de Carvalho e certamente a de Hallewell é o historiador português Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818), autor de várias memórias sobre a origem da imprensa portuguesa. Em 1495, Faro e Leiria eram as únicas cidades portuguesas dotadas de tipografia. Hallewell também afirma que o primeiro livro cristão seria o *Sacramental*, impresso em 1481, e não em 1488, por Gonzalo

Rodríguez de la Pasera, na cidade de Chaves, para ser vendido aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela.

Eram também impressas publicações periódicas, mas sem conteúdo noticioso, conhecidas como almanaques. O mais antigo conhecido é o *Almanach Perpetuum*, escrito em hebraico por Abraham Zacut, traduzido e adaptado para o latim por José Vizinho e impresso em Leiria em 1496 na tipografia hebraica da família Ortas.3 Foram identificados cerca de trinta incunábulos (obras impressas durante o século XV), embora o número total seja certamente maior. Deles, treze em hebraico, nove em latim e oito em português.

Para estabelecer uma tipografia em Portugal não era necessária licença prévia.4 Apesar disso, poucas oficinas foram instaladas no reino nos séculos seguintes, e as que foram mantiveram uma atividade relativamente acanhada, embora tenham estampado algumas obras de grande mérito tipográfico.

O frade dominicano e humanista André de Resende reclamou do trabalho de uma das maiores gráficas de Lisboa, de Luís Rodrigues, considerado um dos melhores impressores do reino. Ele escreveu, a respeito da arte de imprimir, "que me deixa tanto à longa, que passa de um ano que trabalho na impressão [do *Breviario Eborense*] e não tenho chegado a mais que à metade e, por boa diligência, hei ainda meter seis meses largos. Isto com nunca sair de casa do impressor, porque só meio dia que lá não vou arruínam tudo".5

Se não era necessária uma licença prévia para instalar uma tipografia, a impressão de qualquer obra era extremamente vigiada e requeria uma autorização real. O primeiro privilégio conhecido para imprimir uma obra em Portugal foi concedido em 1537 a Baltasar Dias, um escritor cego de literatura de cordel, que fazia autos e poemas.

A imprensa informativa demorou em desenvolver-se. No fim do século XVI circulavam papéis avulsos, com notícias sobre acidentes, naufrágios, batalhas e fatos curiosos, misturando dados reais com fantasia. Foram numerosos no século XVII e sobreviveram até o século XIX. Extraíam informações de jornais estrangeiros, mas davam notícias também sobre Portugal. Eram folhas manuscritas, de circulação irregular e nem sempre permitidas, que conviveram com as obras impressas. Considerando o pequeno número de impressos informativos, tiveram um considerável papel na divulgação de informações e boatos em Portugal. De natureza diferente eram as cartas comerciais ou políticas, com informações para banqueiros, comerciantes e a nobreza, que as encomendavam e pagavam por elas.

A primeira folha informativa manuscrita conhecida é *Notícias da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*, de 19 de outubro de 1588, que informa sobre a destruição da Invencível Armada. É posterior às primeiras folhas informativas impressas em Portugal. Curiosamente, o rei Felipe II, que proibira na Espanha a publicação desses papéis, permitiu que fosse impressa em Portugal a *Relación Verdadera del Armada que el Rey, Nuestro Señor, Manda Juntar en el Puerto de la Ciudad de Lisboa, en el Reino de Portugal el Año de 1588*, sobre a preparação da Invencível Armada, que posteriormente foi reimpressa na Espanha.

As relações narravam um evento único, com pouco comentário e grande riqueza de detalhes. Entre as mais antigas de que se tem notícia está a *Historia da Muy Notavel Perda do Galeam Grande S. Joam em Que Se Contaõ os Grandes Trabalhos, & Lastimosas Cousas, que Acontecéraõ ao Capitaõ Manoel de Sousa Sepulveda, & o Lamentavel Fim, que Elle, & Sua Mulher, & Filhos, & Toda a Mais Gente Houveraõ, na Terra do Natal Onde Se Perdéraõ a 24. de Junho de 1552*. Esse texto foi impresso em Lisboa, talvez em 1554.6 Outra obra que também saiu do prelo nessa cidade, provavelmente em 1556, é a *Relaçam/ do Lastimozo Naufragio/ da Nao Conceiçam/ Chamada Algaravia a Nova/ de que era Capitaõ Francisco Nobre/ a qual se Perdeo nos Bayxos de/ Pero dos Banhos em 22. de Agosto de 1555*.

Foi grande o número de relações impressas no fim do século XVI e começo do XVII, em papel grosseiro e mal cuidadas graficamente. Circulavam, também, folhas volantes clandestinas que incitavam a revolta contra a Coroa espanhola, que governou Portugal de 1580 a 1640.

Alguns historiadores apontam duas relações como sendo as primeiras publicações periódicas de Portugal, isto é, os primeiros jornais. Uma é a *Relação Universal Do Que Succedeo Em Portugal, & mais Provincias de Occidente, & Oriente, desdo Mes de Março de 625, atê todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & coriosidades*, do padre Manuel Severim de Faria, que assinava com o pseudônimo de Francisco de Abreu. Foi impressa em Lisboa em março de 1626 e reimpressa no ano seguinte em Braga. A outra relação, de março de 1626 a agosto de 1627, também escrita por Manuel Severim, foi estampada em Évora em 1628. Afirma o pesquisador Jorge Pedro Sousa que talvez não fossem as únicas relações escritas em Portugal na época, pois uma Carta Régia de janeiro de 1627, que se encontra na Torre do Tombo, diz que existiam no país relações de notícias desde alguns anos antes7 (ver figura 1). Hipólito José da Costa diz, com certo exagero, que Portugal "comprou a sua liberdade e independência" contra a Espanha graças aos "jornais políticos" da época.

Segundo o professor de literatura Ernesto Rodrigues, o grande repórter da época foi Tomé Pinheiro da Veiga, que deixou a *Fastigínia* em 1605, na qual contava festas na Corte espanhola e atos públicos e privados num estilo bem-humorado, quase epistolar, talvez mais perto da literatura que do jornalismo.8

Com a restauração da independência em 1640 e o início das Guerras da Restauração contra a Espanha, que tentava retomar o reino perdido, surgiram em Portugal as *Gazetas da Restauração*. O objetivo principal era levantar o ânimo da população contra o inimigo, que ainda tinha seguidores nas altas classes. Como escreveu Alexandre Herculano: "Era preciso animar o povo [...]. Convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia e até exagerá-las". Tengarrinha escreve que diversas publicações, gazetas com notícias da guerra contra Castela, "faziam-se ecos de boatos sobre acontecimentos religiosos e pretensamente milagreiros que visavam mostrar o apoio divino à causa da Restauração".

A *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Houve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes*

no Mez de Novembro de 1641 é considerada o primeiro jornal português. Circulou mediante privilégio real conferido a Manuel de Galhegos. Ele teria encarregado da redação Miguel Mascarenhas de Azevedo e o cronista-mor frei Francisco Brandão. A *Gazeta*, que foi impressa "na Officina de Lourenço de Anveres", era inspirada na *Gazette de France* de Théophraste Renaudot.

O primeiro número informava:

> Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o piloto que não se atrevia a sair sem lhe darem mais gente do mar, inquietaram-se os soldados, & foi necessário acudir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns senhores que o acompanharam na jornada de Cádis: & depois de tudo quieto prenderam três soldados, que foram os cabeças, & a todos três os enforcaram.

A *Gazeta*, que circulava uma vez por mês, foi fiel porta-voz da casa real até que um decreto real de agosto de 1642 proibiu a circulação no reino das gazetas gerais, "em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas". A *Gazeta* reapareceu em outubro, editada por João Franco Barret, mas publicando sobretudo "novas de fora do reino", para fechar definitivamente em 1647. Em Portugal não circularia nenhum outro periódico até 1663. Mas as relações, as folhas avulsas com relatos de eventos avulsos, continuaram.

Não é Manuel de Galhegos, mas António de Sousa de Macedo quem é considerado o primeiro jornalista de Portugal. Escritor e diplomata, lançou o *Mercurio Portuguez, com as Novas da Guerra entre Portugal, & Castela: Começa no Principio de Anno de 1663* (ver figura 8). Circulava mensalmente e custava entre cinco e dez réis. Em seu primeiro número anunciava: "Saber os sucessos de outros reinos e províncias não é só curiosidade, mas necessidade aos políticos". Seu objetivo era levantar o ânimo dos portugueses para enfrentar o inimigo tradicional, os castelhanos, o que lhe dava um tom panfletário e propagandístico. A guerra entre os dois países foi o principal assunto. Atualmente se considera que o *Mercurio* contribuiu de maneira decisiva para a construção da história de Portugal. Como diz José Tengarrinha, Macedo não deixou de ser parcial, fosse nas notícias da guerra com Castela, fosse na exaltação da imagem de Portugal.

Tengarrinha o classifica como o segundo jornal português,9 elogia sua pureza de estilo, direto e conciso, e diz que estava bem organizado e estilisticamente cuidado, e que estabeleceu uma nova relação com o público. Também elogia a versatilidade e a cultura de Macedo, que tentou fazer um periódico moderno, como os que circulavam na Europa. O padre Antônio Vieira, porém, dizia que o *Mercurio* era pouco verídico, "impolítico" e mal escrito. (Curiosamente, a autoria da *Arte de furtar* tem sido atribuída tanto a Vieira como, mais recentemente, a Macedo, embora hoje se afirme que o autor foi o padre jesuíta Manuel da Costa.)

O jornal foi "um dócil e útil órgão de propaganda ao serviço dos intentos da Casa de Bragança", escreveu Eurico José Gomes Dias. Ao contrário da *Gazeta* de Galhegos, o *Mercurio* de Macedo participou também da política e das lutas internas pelo poder dentro da Corte. Quando a facção política defendida por Macedo foi derrotada, o jornal, que circulou de 1663 a 1667, foi

suspenso por decisão da rainha Maria Francisca; Macedo perdeu o cargo de secretário de Estado e foi desterrado. Ele afirmou que deixava o *Mercurio* "por não ter espírito de mártir nem cobiça para ladrão". Historiadores como Tengarrinha e Gomes Dias afirmam que desde o início de 1667 o *Mercurio* teria trocado de redator, assumindo um estilo mais pomposo e menos elegante que o de Macedo.

O jornal foi o antecessor de uma série de "mercúrios" publicados posteriormente. Além deles, circulavam no reino papéis avulsos, sem periodicidade definida, com informações nem sempre confiáveis.

Entre 1667 e o começo do século XVIII não surgiram novos periódicos em Portugal, com exceção de três números de um *Mercurio da Europa* publicados em maio e junho de 1689. Circulavam no reino, porém, papéis informativos avulsos, sem periodicidade definida, com notícias nacionais e, sobretudo, do exterior. O panorama geral da imprensa durante esse período foi de uma quase unânime mediocridade.

Segundo Jorge Pedro Sousa, a restauração da independência em 1640 não trouxe boas novidades à emergente imprensa portuguesa. Em 1643, o rei d. João IV mandou publicar leis que reforçavam o sistema de licença prévia e censura, revigoradas por decreto em 1663. A situação só mudaria no século XIX.10

4. Tipografia nas missões jesuíticas

Alguns autores perguntaram por que os jesuítas, que instalaram prelos em várias colônias portuguesas na Ásia e na África, não fizeram a mesma coisa no Brasil. Essa pergunta continua à espera de resposta.

Alfredo de Carvalho, em “Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil”,1 observa que, ainda no século XVI, os padres jesuítas levaram a arte tipográfica “às mais remotas paragens do Oriente”, como Japão, China e Índia, e no século XVII instalaram prelos “nas possessões portuguesas da África Ocidental, como Luanda e São Salvador, a antiga capital do Congo, núcleos de população civilizada incomparavelmente inferiores aos do continente fronteiro”.2 Segundo Carvalho, o objetivo dos impressos da Companhia de Jesus era dar “à luz preciosos vocabulários e gramáticas das línguas indígenas, cujo mérito o tempo não deslustrou”.

Na verdade, as tentativas de imprimir obras religiosas para ajudar na catequese dos aborígenes antecede a Companhia de Jesus, que foi fundada por Íñigo López de Loyola, mais conhecido como Ignacio de Loyola, em 1540. Ainda no século XV, em 1491, foram enviados de Portugal livros impressos a Manicongo (região africana que hoje forma parte de Angola e da República Democrática do Congo) para as missões dos religiosos portugueses. Em 1494, um ano antes de começar a impressão de livros em português em Portugal, dois tipógrafos alemães teriam sido enviados para aquela missão, mas morreram num naufrágio. Em 1513 se perderam no mar um prelo e cerca de 1500 livros a caminho da Etiópia.3

A primeira prensa dos missionários na Ásia foi instalada na Velha Goa, Índia, “cabeça do império lusitano na Ásia”, em setembro de 1556, pelo jesuíta espanhol Juan de Bustamante, que imprimiu *Conclusiones Philosophicae* (1556) e *Compendio espiritual da vida christãa* (1561), tirada pelo primeiro arcebispo de Goa, dos quais não se conserva nenhum exemplar. A primeira obra que sobreviveu foi *S. Boaventura, Opuscula*, de 1559. Segundo o escritor português Manuel Cadafaz de Matos,4 o livro *Coloquios dos Simples, e drogas he cousas medicinais da India*, do cientista Garcia d’Orta, impresso pelo alemão Ioannes de Endem em 1563, teve extraordinário impacto na Europa. Em pouco tempo funcionavam em Goa três tipografias que imprimiam em português e nas línguas locais. No século XVI, no Japão (ou Amacusa, como também era chamado por causa da região em que estava instalado o colégio jesuíta), foram impressas em

1593 três *Grammaticas Latinas* do padre Manoel Alvares, em papel de seda, com versão em japonês; e o *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Japonicum: Amacusa*, em 1595.

Carvalho diz que a hipótese da existência de uma tipografia da Companhia de Jesus no Brasil nos séculos XVI ou XVII fora levantada pelo historiador alemão da tipografia e da escrita Carl Faulmann.5 Ele afirmou não ser inverossímil que, na mesma época em que foram levados prelos ao Oriente e à África, existissem também no Brasil tipografias fundadas pelos jesuítas, e comenta que isso seria plausível considerando a importância da participação dessa ordem na obra de colonização do país a partir de 1549. Esse ano marca a implantação da Companhia de Jesus na América no Brasil com a chegada de vários religiosos da ordem liderados pelo padre Manuel da Nóbrega. Um dos primeiros jesuítas, o espanhol José de Anchieta, que fundou São Paulo em 1554, foi o autor da primeira gramática da língua tupi-guarani, a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, impressa em Coimbra em 1595.

Rubens Borba de Moraes desenvolveu raciocínio semelhante ao de Faulmann e Carvalho. Em *O bibliófilo aprendiz*,6 ele diz que não deixa de ser estranho que a imprensa tivesse aparecido tão tarde no Brasil enquanto outras possessões portuguesas como Goa e Macau tiveram prelos muito cedo, e que se podia esperar que os jesuítas, muito influentes em Portugal, pleiteassem licença para instalar uma tipografia em alguns de seus colégios no Brasil, como fizeram em outros lugares do mundo. Moraes consultou o padre Serafim Leite, que estava escrevendo *História da Companhia de Jesus no Brasil* e disse nada ter encontrado nos arquivos. "A pergunta continua sem resposta", lamentou Borba de Moraes. Segundo ele, nenhuma ordem religiosa tomou alguma iniciativa para introduzir a imprensa no Brasil.7

Alfredo de Carvalho estima que a região mais apropriada no Brasil para instalar um prelo no fim do século XVI e começo do XVII teria sido Pernambuco. Em Olinda, escreve ele, os jesuítas mantinham desde 1576 "o mais vasto e suntuoso colégio da Companhia no Brasil, onde os padres davam lições de latim e de primeiras letras". Alfredo de Carvalho lembra também as palavras de Capistrano de Abreu quando disse que "foi Pernambuco em que primeiro abrolhou a flor literária em nossa pátria". Mas reconhece que, apesar da existência de circunstâncias propícias para a instalação de uma tipografia no Brasil pelos jesuítas, nenhuma prova material de sua existência foi encontrada. Laurence Hallewell8 afirma também que a existência de uma tipografia jesuíta é uma suposição e que jamais se encontrou uma referência contemporânea que corroborasse tal crença nem foi encontrado material impresso que pudesse ter essa origem.

Serafim Leite, porém, escreve que dois padres, que eram também bibliotecários e encadernadores, teriam estampado livros nos colégios jesuíticos. Um deles, no Colégio de Santo Inácio, no morro de São Januário no Rio de Janeiro — depois conhecido como Morro do Castelo e posteriormente aterrado —, teria produzido "quatrocentos livros destinados ao uso da casa e dos padres"; ele afirma ainda que entre os livros da biblioteca havia "alguns impressos na própria casa por volta de 1724". A biblioteca do colégio teria chegado a 15 mil volumes.

Outro prelo jesuíta teria funcionado na Bahia. Segundo Laurence Hallewell,9 Serafim Leite,

em outra obra, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil* (*1549-1760*), escreveu ter visto e possuído alguns papéis impressos na oficina do Recife, que teria funcionado de 1703 a 1706 estampando letras de câmbio, orações e estampas religiosas. O tipógrafo teria sido o jesuíta António da Costa. Mas, de novo, não existem outras evidências sobre essas atividades além das referências de Serafim Leite. Isso não significa, porém, que os jesuítas não tenham estampado livros de catequese em Pernambuco, Rio de Janeiro ou Bahia. Só não existem evidências disso10 (ver p. 37).

O PRELO DAS MISSÕES

A hipótese do alemão Faulmann, repetida por Alfredo de Carvalho e por Borba de Moraes de que, assim como fez na Ásia e na África, a Companhia de Jesus poderia ter estampado obras para a catequese dos indígenas também no Brasil não é, de maneira alguma, descabida. Os jesuítas, confirmando a propensão de instalar prelos nas regiões em que se estabeleciam, montaram as primeiras tipografias da América do Sul.11 Imprimiram livros em Lima no século XVI e chegaram a dispor em 1610 de uma prensa temporária, em Juli, na margem oriental do lago Titicaca, perto da fronteira com a Bolívia, que funcionou para imprimir obras em aimará.

Padres jesuítas instalados nas missões guaranis, no sul do Brasil, chegaram a pedir à ordem, em Roma e Madri, que mandasse um prelo e tipógrafos para imprimir obras religiosas. Mas eram jesuítas da região da América do Sul colonizada pela Espanha, não por Portugal, e que se reportavam a Madri. Como seus pedidos não foram atendidos, os missionários e os índios guaranis, várias décadas mais tarde, construíram um prelo improvisado, fundiram tipos e instalaram uma tipografia, na qual imprimiram várias obras, algumas delas de excelente qualidade. Mas nessa ocasião as missões jesuítas já não estavam no atual território brasileiro; tinham sido trasladadas a uma região que atualmente é argentina. Isso não impediu que diversos autores brasileiros afirmassem e repetissem ao longo dos anos que o prelo das missões esteve instalado no Brasil.

Uma das primeiras referências a uma tipografia jesuíta em território brasileiro foi um ensaio publicado por A. da Cunha Barbosa na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* do Rio de Janeiro. Ele dá, como fonte da informação, um artigo intitulado "A imprensa", de Pires de Almeida, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro de maio de 1897.12

Cunha Barbosa fez em seu ensaio duas menções a um prelo, ambas imprecisas e conflitantes. Na primeira, diz "ter havido uma tipografia fundada pelos jesuítas nas antigas Missões Brasileiras, na qual foram impressas a *Arte e o* [sic] *Vocabulario de la língua* [sic] *Guarany* [sic], do padre Antonio Ruiz Restivo [sic]". Wilson Martins repete, sem verificar, essas informações, e sem mencionar a fonte.13

Na segunda referência, Cunha Barbosa afirma "que nas antigas Missões Brasileiras tiveram os jesuítas uma tipografia e nela imprimiram: *Arte de la lengua Guarany* [sic], *por A. P. Antonio Ruiz Montoya de la Compania* [sic] *de Jesus en los escolios, anotaciones y apendices del S. Paulo Restivo etc. En*

el pueblo de Santa Maria la Mayor. El ano del Senor [sic] *Mdccxxiv, 4º de folhas, 132-256 paginas*".14

Cunha Barbosa continua: "Também foi impresso naquela tipografia o *Vocabulo* [sic] *de la lengua Guarany*, composto [sic] por el padre Antonio Ruiz Restivo [sic] etc. En el pueblo de Santa Maria la Mayor. El ano [sic] de MDCCXXII, 4º de duas folhas papel. 58 paginas".15 Acrescenta que parece ter sido esse o primeiro trabalho impresso no Brasil. Cunha Barbosa diz ainda que o historiador gaúcho Alfredo Ferreira Rodrigues mencionou "a existência de uma tipografia nas missões brasileiras, montada pelos jesuítas e por eles conservada durante o seu domínio nessas localidades". Ferreira Rodrigues confirmaria assim, segundo Cunha Barbosa, as informações de Pires de Almeida no *Jornal do Commercio*.

Além do descuido na grafia dos nomes — Restivo, por exemplo, não é Antonio Ruiz, mas Paulo —, Cunha Barbosa faz atribuições erradas, pois o *Vocabulario de la lengua guarani* foi escrito por Antonio Ruiz de Montoya e ampliado por Restivo.

Outro conceituado historiador da imprensa brasileira, Carlos Rizzini, escreveu: "Data aproximadamente de 1700 o uso da tipografia nas reduções indígenas da margem esquerda do rio Paraná, em território brasileiro, ao tempo ocupado por jesuítas espanhóis".16

O professor José Marques de Melo, em *História social da imprensa*, diz que "em território brasileiro situado nas margens do rio Paraná, instalaram os jesuítas espanhóis, no início do século XVIII, uma tipografia composta de prelos e tipos móveis fabricados pelos indígenas".

A obra *200 anos: Indústria gráfica no Brasil* (*1808-2008*) menciona "o uso de prelo e caracteres de madeira e de metal em uma tipografia primitiva instalada às margens do rio Paraná, em território brasileiro ocupado por jesuítas espanhóis. Atribui-se a esta a impressão, em 1705, do mais antigo livro brasileiro, publicado extraoficialmente", e diz que teria sido fechada por meio de Carta Régia.17

Laurence Hallewell afirma que dois livros — *Vocabulario de la Lengua Guarany*, de Antonio Luiz Restrepo [sic], e *Arte de la Lengua Guarani*, que o acompanhava — foram "impressos em 1722 e 1724 pelos missionários jesuítas em Pueblo de Santa María la Mayor, um lugar hoje situado em território brasileiro mas, na época, pertencente ao Paraguai". Ele enfatiza ainda que "esses dois primeiros livros não só foram impressos numa região que somente agora faz parte do Brasil, como também foram produzidos por uma tipografia missionária espanhola". Hallewell, como Cunha Barbosa fizera um século antes, também se atrapalha com o nome do autor do *Vocabulario* — que foi escrito por Antonio Ruiz de Montoya e revisado e ampliado por Paulo Restivo.18 Ao contrário do que diz Hallewell, Santa María la Mayor não está hoje em território brasileiro, mas argentino, e nunca pertenceu ao Paraguai.

Outros autores também mencionaram a provável existência de uma tipografia jesuíta no Brasil. Segundo o pesquisador gaúcho Nestor Ericksen,19 "é provável que se tenha realmente desenvolvido em missões a fase primordial da imprensa no Rio Grande do Sul". O cônego João Pedro Gay (Jean Pierre Gay, nascido na França) menciona uma prensa em São Miguel, missão

jesuítica no Rio Grande do Sul: "No povo de São Miguel os jesuítas tiveram também uma tipografia. Acham-se ainda livros n'ele impressos".[20]

Como se pode ver, um escritor repetiu o outro, que repetiu o outro, e assim sucessivamente, sem verificar a informação.

A IMENSA PROVÍNCIA DO PARAGUAI

A história da tipografia das missões está intimamente ligada à história da Companhia de Jesus na região. Jesuítas procedentes do Brasil se instalaram no fim do século XVI numa ampla área da América do Sul onde construíram missões e aldeamentos. A eles se incorporaram outros padres procedentes do Peru e do Chile.

Em 1604, foi fundada por Claudio Acquaviva, padre geral da Companhia de Jesus em Roma, a Província Jesuítica do Paraguai, que não se restringia ao Paraguai de hoje, compreendendo territórios que formam parte do Paraguai, do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Uruguai e do Chile atuais. Mas a grande maioria dos aldeamentos jesuíticos estava localizada em Guayrá ou Goayrá ("país dos guaranis", no estado do Paraná), e dependia da diocese de Assunção.

Como acontecera na Ásia e na África, os jesuítas da província do Paraguai sentiram desde o início a necessidade de uma tipografia para imprimir obras religiosas na língua indígena destinadas ao trabalho de catequese.[21] Em 1633, o padre Juan Bautista Ferrufino, um milanês que era o procurador da ordem na província, viajou à Itália, onde entregou um memorial ao procurador-geral da congregação jesuíta em Roma, Mucio Vitelleschi, no qual dizia: "Suplico a V.P. nos mande dar das províncias da França ou da Alemanha e Flandres[22] algum irmão que entenda disso [da arte tipográfica] para que, comprando um prelo, se possa conseguir este efeito de grande importância para o bem das almas". Recebeu a informação de que seria enviado um irmão de Flandres, que nunca chegou. Assim como não chegou a esperada licença para imprimir.

Os jesuítas da região enfrentavam um problema mais crucial que a falta de uma tipografia. Quase todos eles, subordinados hierarquicamente a Madri e a Roma, estavam instalados nas diversas reduções de Guayrá, às margens do rio Paranapanema: San Ignacio del Pirapó, Nuestra Señora de Loreto de Paranapanema, San Francisco Javier de Tayatí, San Miguel de Ybyturuzú, Encarnación de Nautinguí, Santa María la Mayor. Viviam nelas de 70 mil a 100 mil pessoas.

Entre 1628 e 1633 os bandeirantes e mamelucos de Raposo Tavares, procedentes de São Paulo, atacaram as missões para escravizar os guaranis com a conivência do governador espanhol de Assunção. Segundo Jean Lacouture,[23] os aldeamentos eram verdadeiros galinheiros para as raposas. Era mais fácil capturar os índios já agrupados nessas aldeias do que caçá-los na selva.

O governador de Buenos Aires, que passou pelo Rio de Janeiro em outubro de 1637, escreveu ao rei da Espanha:

> diante dos meus olhos vendiam-se os índios naquela cidade, trazidos pelos moradores da Vila de São Paulo, como se fossem escravos [...] vim a constatar verbalmente que, desde o ano de 1628 até o de 1630, os habitantes de São Paulo tinham trazido mais de 60 mil almas das reduções dos padres da Companhia do distrito deste governo e daquele do Paraguai, onde os ditos paulistas haviam feito crueldades e inumanidades incríveis, faltando até em suas ações católicas e cristãs.24

Os bandeirantes aprisionaram e mataram um grande número de índios. Os sobreviventes abandonaram a região de Guayrá, desceram o rio Paraná em canoas e jangadas e se estabeleceram, para fugir dos ataques, entre os rios Uruguai e Paraná, no atual território argentino. Essa longa marcha de oitocentos quilômetros dos guaranis, que os levou ao êxodo, foi planejada e dirigida pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, autor da gramática e do dicionário da língua guarani.

O historiador Antonio de Toledo Piza25 afirma que cerca de 20 mil índios teriam sido mortos nos ataques dos bandeirantes, enquanto 60 mil foram feitos prisioneiros e vendidos no mercado de escravos de São Paulo, e 20 mil teriam conseguido fugir rumo ao Sul, para além das corredeiras de Iguaçu (Salto de Guayrá), para proteger-se dos "mamelucos". Lacouture26 dá números mais modestos. Estima em 50 mil os guaranis em Guayrá, dos quais 30 mil teriam fugido para o Sul e apenas 10 mil teriam conseguido chegar à "terra prometida". Maxime Haubert27 reduz ainda mais os números ao dizer que partiram 10 mil ou 12 mil índios de Guayrá e somente chegaram 4 mil ou 5 mil. O cônego João Pedro Gay diz que havia 100 mil índios e que ao Sul só chegaram 12 mil.28 De qualquer maneira, os números são bastante elevados.

Os fugitivos construíram novas reduções na região mesopotâmica, entre o Alto Uruguai e o Alto Paraná, que batizaram com o mesmo nome dos antigos aldeamentos de Guayrá, como San Francisco Javier, Nuestra Señora de Loreto, San Ignacio e Santa María la Mayor. Algumas foram destruídas por novos ataques dos mamelucos, que desceram o rio Paraná atrás dos índios, e tiveram que ser construídas pela terceira vez, como San Ignacio Mini ("pequeno", em comparação com o aldeamento original, "Guaçu", grande). A maioria dessas reduções estava na região argentina das atuais províncias de Entre Ríos e Misiones.

No Brasil os jesuítas formaram com os guaranis os Sete Povos das Missões, no Tape, atual Rio Grande do Sul, que também sofreram ataques dos bandeirantes e mamelucos.29 Nos novos assentamentos, os guaranis, autorizados a usar armas, enfrentaram e derrotaram os mamelucos paulistas na batalha fluvial de M'Bororé, em 1641, na confluência do rio Uruguai, perto da missão de San Francisco Javier, na qual morreram mais de 2 mil pessoas. Os ataques dos bandeirantes praticamente pararam.

IMPRESSÃO DE OBRAS EM GUARANI

O padre Antonio Ruiz de Montoya, nascido no Peru, que colaborara na fundação de onze reduções no Paraná, era chamado de Pai Guaçu pelos guaranis e acompanhou os índios na longa

marcha pelo rio Paraná. Foi a Madri em 1638, onde obteve permissão para armar os índios guaranis para enfrentar os bandeirantes de São Paulo e reiterou à Congregação que a província ainda esperava pelo irmão impressor. A resposta do general da ordem foi: "ainda não é possível enviá-lo e toda impressão deve ser feita na província do Peru".

Ruiz de Montoya levara com ele à Espanha vários manuscritos em língua indígena. Tinha transcrito para o alfabeto latino os sons do guarani, uma língua ágrafa, isto é, sem escrita. Foram impressos quatro livros em Madri, em 1639 e 1640: um em espanhol, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Iesús, en las Prouincias del Paraguay, Paraná, Vruguay, y Tape*, e três em guarani: *Tesoro de la Lengua Guarani*, que foi a primeira e principal gramática em guarani, considerada pelo argentino Bartolomé Mitre de "um valor etnográfico"; *Catecismo de la Lengua Guarani*, tradução de um conhecido catecismo do padre Jerónimo de Ripalda; e *Arte, y Bocabulario de la lengua Guarani*.

Essas obras eram importantes porque todos os padres jesuítas enviados à região tinham que saber guarani, a única língua que a Companhia de Jesus permitia que se falasse nas reduções. A impressão dos livros em Madri não foi feita sem dificuldades: os tipógrafos espanhóis não conheciam a língua; além disso, foi preciso criar novos caracteres para a escrita em guarani.

Os jesuítas das missões não chegaram a receber o irmão tipógrafo nem a tipografia que durante décadas solicitaram com tanta insistência. Aparentemente, o número de pessoas hábeis na arte da impressão era insuficiente para atender a todas as tipografias, em torno de trinta, que a ordem tinha em várias regiões do mundo.

O PRIMEIRO PRELO FEITO NAS AMÉRICAS

Finalmente, nas reduções erguidas pelos índios que saíram de Guayrá e desceram o rio Paraguai, foi construído, décadas mais tarde, sob orientação dos jesuítas, o primeiro prelo feito nas Américas.

Em 1695, o padre Juan Bautista Neumann, nascido em Viena, que conhecia a arte tipográfica, informava a seus superiores que os índios das missões tinham construído uma prensa utilizando madeiras duras da floresta. Ele teve a ajuda do padre andaluz José Serrano, também tipógrafo.

Para a composição do texto, os tipos eram fundidos a partir de estanho, abundante na região, ou feitos de uma liga de chumbo, estanho e ferro extraído de velhos utensílios;30 é muito provável que alguns caracteres fossem feitos de madeira. Foi preciso desenhar caracteres novos para reproduzir certos sons da língua guarani. Também foram instalados fornos para a fundição a partir da pedra "itacuru", uma hematita com 60% de ferro, sob a orientação do padre jesuíta austríaco Antonius Sepp von Rechegg, que tinha conhecimentos de metalurgia.

A tinta para a impressão era feita a partir da madeira conhecida como "tapy": as cinzas eram colocadas num recipiente no qual se vertia água quente, borracha e açúcar; a tinta assim fabricada "não era inferior à europeia", segundo outro padre. Outro jesuíta, Pedro de

Montenegro, autor de *Materia medica misionera*, que menciona a árvore de uma erva chamada Ybira Caaminí, coberta de uma casca lisa que servia para fabricar tinta negra. Também era feita a partir da casca, das folhas e dos frutos do guabiyú, uma árvore da região, semelhante à guabiroba brasileira e cujas folhas eram consideradas medicinais (ver figura 10).

O maior problema para a impressão estava no papel, pois fabricá-lo resultava ser "de tudo impossível" e era necessário "trazê-lo da Europa, o que resulta muito caro", segundo escreveria em 1709 Antonius Sepp. Em 1725, o padre Streicher afirmava que "agora pensamos seriamente em montar uma fábrica de papel e outra de vidro", mas isso nunca se concretizou. Em grande parte, o papel usado pela tipografia das missões, quase todo de baixa qualidade, parece ter sido importado da Itália.

Segundo Bartolomé Mitre,31 o fato de os índios guaranis das missões, orientados por jesuítas, terem conseguido construir a primeira tipografia no Novo Mundo "é um caso singular na história da tipografia depois do invento de Gutenberg. Não foi importada; foi uma criação original". René Krüger diz que se trata de um acontecimento cultural sem precedentes nestas latitudes.32

A existência dessa tipografia permaneceu desconhecida no Brasil durante muito tempo. Mais de um século depois de construído o prelo das missões, quando foi fabricada em 1809 uma prensa de madeira na Impressão Régia do Rio de Janeiro, copiando um equipamento comprado na Inglaterra, uma placa dizia: "À imortalidade do real e sempre augusto nome do Príncipe Regente Nosso Senhor é dedicada a estreia do primeiro prelo construído na América do Sul, no Rio de Janeiro, no ano de MDCCCIX".33

A Imprenta de Doctrinas, como era conhecida a tipografia, foi instalada inicialmente na redução jesuítica de Santa María de Loreto, onde em 1700 foi impresso o primeiro livro. Era, com toda probabilidade, uma prensa itinerante, transportada a diversos aldeamentos guaranis, pois foram impressas obras em diferentes locais, como Santa María la Mayor, Santa María de Loreto, Corpus Christi e San Francisco Javier. Em algumas obras constava o local da impressão, mas em outras aparecia, de maneira genérica, "Impreso en las Misiones". Como o historiador brasileiro Marco Morel escreveu, a impressão das missões se localizou nas proximidades dos rios Paraná e Uruguai, em áreas contíguas ao Brasil.34 Não é improvável que alguns livros possam ter sido estampados em Candelária, a sede do superior das missões.

Hallewell afirma que não se sabe com precisão onde foi instalado o prelo, mas diz que é certo que foi levado de uma missão jesuíta para outra; acrescenta que esses locais ficaram provavelmente no território que mais tarde foi incorporado à Argentina ou ao Brasil. Esta última parte, como foi visto, é duvidosa. Embora o prelo fosse itinerante, não há nenhuma prova de que alguma das missões em que funcionou estivesse em território brasileiro. E, ao contrário do que ele escreveu, não é correto afirmar que Santa María la Mayor pertenceu um dia ao Paraguai e que agora é do Brasil. Como foi visto, uma redução com esse nome esteve localizada no Brasil, em Guayrá, no atual estado do Paraná, mas foi transferida, fugindo dos

bandeirantes, para a região que é hoje a província argentina de Misiones, na margem ocidental do rio Uruguai, numa área muito próxima à fronteira com o Brasil. Mas não no Brasil.

Da mesma maneira, ao contrário do que afirmam Rizzini, Marques de Melo e outros escritores, não poderia haver uma tipografia nas reduções jesuíticas do Paraná em 1700: sete décadas antes dessa data, as reduções do Paraná tinham sido destruídas pelos bandeirantes ou abandonadas pelos seus moradores, que fugiram pelo rio Paraná rumo ao sul.

Alfredo Ferreira Rodrigues e o cônego João Pedro Gay mencionam a existência de uma tipografia no Rio Grande do Sul. Não é improvável que o prelo de Santa María la Mayor, que era itinerante, possa ter sido transportado ocasionalmente a uma redução no atual território brasileiro, talvez São Miguel, para a impressão de alguma obra. Não existe nenhuma evidência disso, mas é uma hipótese.

Fernanda Verissimo afirma que não se sabe ao certo se havia mais de uma prensa nas missões.35 No entanto, segundo o padre argentino Guillermo Furlong Cardiff, talvez o maior especialista no assunto, os guaranis tinham condições de construir vários prelos, mas não os fizeram porque receberam licença para construir apenas "*una imprenta*". René Krüger argumenta que o fato de não haver livros do mesmo ano em localidades diferentes, mas publicações sucessivas, permite afirmar que a tipografia funcionou durante um período em cada lugar e que, dada a curta distância entre as missões, não faria sentido instalar várias tipografias. Além disso, a tipologia é muito similar.

Marco Morel afirmou, sem mencionar a fonte, que eram quatro tipografias e que estavam em territórios que hoje pertencem à Argentina e ao Paraguai, embora não haja indícios de que funcionasse algum prelo no último país. Morel também escreveu que os impressos circularam nos demais aldeamentos, inclusive nos que estavam no que hoje é território brasileiro, o que certamente pode ter acontecido.

Por que o primeiro livro das missões de que se tem notícia só foi impresso em 1700, cinco anos depois da carta do padre Neumann informando sobre a construção do prelo? Não se sabe. Há várias hipóteses: falta de material (papel, principalmente), demora na concessão de licenças para imprimir; ou até mesmo impressão de documentos menores, como tabelas e panfletos, que não foram registrados nas cartas da época.

A necessária autorização para imprimir livros na língua guarani, "*en las misiones del Tucumán*", na Argentina atual, chegou em 1703, quando a tipografia já estava funcionando, depois de um pedido do padre Hernando de Aguilar ao vice-rei do Peru. A prensa funcionou de 1700 até 1727, possivelmente quando parou talvez pela dificuldade de encontrar papel, ou pela proibição de estampar livros em guarani, que era seu principal objetivo; não fazia sentido para os jesuítas imprimir livros em espanhol, pois seria mais barato importá-los da península Ibérica, como escreveu Guillermo Furlong, ou mesmo do Peru ou outras cidades da América colonial espanhola.36

IMPRESSÃO “PRIMOROSA E MUITO BEM-FEITA”

Das obras impressas nas missões, em latim e guarani, incluindo um breve tratado de medicina, sobreviveram apenas oito. A primeira é *Martirologio Romano*, do qual não existe nenhum exemplar e sobre o qual se ignora se foi escrito em guarani ou em espanhol. Furlong acredita que possa ter sido nas duas línguas, porque foi reimpresso em 1709. Também não se conservou nenhuma cópia da segunda obra, *Flos Sanctorum* do padre Pedro de Rivadeneyra, talvez em três tomos, traduzida ao guarani por José Serrano.

Um livro que sobreviveu foi *Explicacion de el Catechismo en lengua guarani*, escrito pelo cacique e músico guarani Nicolás Yapuguay, do aldeamento de Santa María la Mayor, e revisado com observações em espanhol pelo padre siciliano Paulo Restivo, que elogia “a propriedade, clareza e elegância com que felizmente se explica”. Há exemplares desse livro na Biblioteca Nacional e na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro. Esta obra e a *Arte de la Lengua Guarani*, da qual a Biblioteca Nacional tem um exemplar, foram digitalizadas pela Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, e estão disponíveis na internet.

O cacique Nicolás Yapuguay também escreveu uma súmula de sermões, *Sermones y Exemplos en Lengua Guarani*, que é considerada por Maxime Haubert um dos mais preciosos livros editados nas reduções. Segundo o padre José Manuel Peramás, que se servia dele para seus próprios sermões, “nenhum jesuíta escreveu jamais nada tão elegante”.[37] Mas graficamente é considerada a obra de pior qualidade das missões. Existe um exemplar na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Uma cópia do *Manuale ad Usum Patrum Societatis Iesu qui in Reductionibus Paraquariae Versantur* (*Laureti Typis P. P. Societatis Iesu 1721*) se encontrava na biblioteca privada do historiador paranaense dr. Manuel Barata segundo a escritora Josefina Plá, mas não foi possível confirmar a informação ou identificar quem era o dr. Barata.

Instruccion Practica para Ordenar Santamente la Vida, do padre Antonio Garriga, primeiro livro escrito e impresso em espanhol nas missões, em 1713, foi descoberto em 1910 pelo historiador brasileiro Rodolpho R. Schuller. Segundo Fernanda Verissimo a impressão é de má qualidade e feita sem licença, talvez sem o conhecimento do autor.

Seis livros impressos nas missões estão na John Carter Brown Library, da Universidade Brown, em Rhode Island, nos Estados Unidos, especializada em publicações da América colonial. Há outros espalhados por bibliotecas. Partes e fragmentos de outras obras foram encontrados há alguns anos.

A qualidade da impressão era bastante desigual. Do *Martirologio Romano*, o padre Sepp reconheceu que a tipologia usada na composição não podia ser comparada à europeia, mas acrescenta que era legível. Algumas das obras, no entanto, são consideradas de extraordinária qualidade gráfica, comparável às melhores da Europa, como o *Vocabulario de la lengua guarani* e

De la diferencia entre lo temporal y eterno do padre espanhol Juan Eusebio Nieremberg y Otín. Este último, traduzido para o guarani pelo padre José Serrano, em quatro volumes, com 438 páginas, xilogravuras e 43 ilustrações em metal, foi talvez o livro mais perfeito dos que se imprimiram na América do Sul nos séculos XVII e XVIII. Uma obra "primorosa e muito bem-feita", segundo Fernanda Verissimo (ver figura 5).

Curiosamente, não há nenhuma referência ao prelo das missões nem aos livros nele estampados na obra de Alfredo de Carvalho, talvez porque sua atenção como pesquisador estivesse concentrada nas atividades dos jesuítas de origem portuguesa instalados no Nordeste e no Rio, e não nos de procedência espanhola no Sul do país. Borba de Moraes menciona de passagem, sem entrar em detalhes, a existência de uma tipografia nas reduções do Paraguai, mas deixa entender que se trata do Paraguai atual.

A historiografia brasileira a respeito do assunto, ao contrário da argentina, é extremamente limitada a respeito da implantação da tipografia e da impressão de obras nas missões. Entre os poucos pesquisadores brasileiros recentes estão Fernanda Verissimo e o gaúcho Eduardo S. Neumann. Nenhum deles menciona que um prelo tivesse funcionado no Brasil.

Mas falta responder à questão inicialmente levantada pelo historiador alemão Carl Faulmann e repetida por Alfredo de Carvalho e Borba de Moraes: se a Companhia de Jesus instalou tipografias nas colônias portuguesas da Ásia e da África, não teria também implantado uma ou várias também no Brasil português?

Até agora, a resposta é negativa. O que leva a outra pergunta: por que não o fez? Ainda não há resposta. Mas os pedidos que os jesuítas das missões fizeram a Roma para receber um impressor e um prelo mostram que havia necessidade disso.

O BRASIL HOLANDÊS

As mais antigas tentativas, realmente comprovadas, de instalar uma tipografia no Brasil datam do segundo quartel do século XVII, durante a dominação holandesa do Nordeste.

Em sua breve estada de sete anos (1637-44), o conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, recuperou a economia da região e transformou Recife numa cidade moderna. Considerado um humanista, com interesse na ciência e nas artes, dele teria partido a iniciativa de pedir um prelo e um impressor à Companhia das Índias Ocidentais, na Holanda, para quem trabalhava. Uma carta do Conselho Supremo do Governo do Brasil à Assembleia de Diretores da Companhia, datada de fevereiro de 1642, solicitava "nos remeter uma tipografia a fim de que as ordenações e editais emanados de Vs. Exs. e deste governo, e os bilhetes de vendas, sendo impressos, obtenham maior consideração, e de ficarmos dispensados deste trabalho fatigante de tantas cópias".

Em sua resposta, no mês de julho, os diretores da Companhia informavam que tratariam de satisfazer oportunamente a solicitação de uma tipografia e que "há pouco seguiu para o Brasil

um certo Pieter Janszoon, que aqui exerceu a profissão de tipógrafo e, por ocasião de sua partida, não se mostrou avesso à ideia de aí exercer sua arte, mediante certas condições". Mas Pieter Janszoon morreu, talvez durante a viagem. Em setembro, o Conselho insistia: "sobre a remessa de uma tipografia já escrevemos a Vs. Exs. e é muito urgente que esta se realize, porquanto lutamos com grandes dificuldades para executar as múltiplas cópias de editais e ordenações".

Em maio de 1643, a Assembleia da Companhia dizia que "de há muito consideramos a necessidade do estabelecimento de uma tipografia no Brasil, e agora recomendamos a uma pessoa idônea [que informasse] de algum mestre habilitado para este fim [...] de sorte que esperamos ver o vosso pedido satisfeito dentro em breve".

O Conselho do Brasil, em carta de abril de 1643, informara que o tipógrafo enviado falecera e insistia em que fosse remetida a prometida tipografia. Da Holanda, a Companhia escreveu em agosto dizendo que tinha solicitado à corporação dos impressores outro tipógrafo em condições de seguir para o Brasil. Dois anos mais tarde, em julho de 1645, explicou que continuava a procurar, mas ninguém tinha se apresentado. A essa altura, Maurício de Nassau tinha voltado para a Holanda e seus sucessores no governo, preocupados em enfrentar os portugueses e absorvidos em problemas econômicos, aparentemente não mostraram tanta preocupação com as artes gráficas.38

Laurence Hallewell pergunta em *O livro no Brasil*39 o que foi feito do prelo de Pernambuco e se ninguém teria tratado de fazê-lo funcionar, mas a correspondência entre os holandeses no Brasil e a Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam deixa claro que o prelo não chegou a sair da Holanda.

Alguns escritores, como o cônego Fernandes Pinheiro e Alexandre José de Mello Moraes afirmaram, no entanto, que funcionou em Pernambuco uma tipografia na época da ocupação holandesa. Este último escreveu40 que em 1857 foram encontradas na Biblioteca Nacional 32 brochuras em holandês, impressas em 1647, que custaram 43 770 réis, e que uma delas, com o título de *Brasilsche Gelt-Sack* [O saco de ouro do Brasil], indicava ter sido impressa em Recife; custou 25 dólares (50 mil réis). Diz Alfredo de Carvalho que se tratava de uma espécie de libelo difamatório anônimo, "ditado provavelmente pela malevolência", contra os diretores da Companhia das Índias Ocidentais e contra alguns membros do Conselho do Brasil. Ele e outros pesquisadores mostraram ter dúvidas sobre a origem; hoje, acredita-se que a brochura tenha sido impressa na Holanda (ver figura 3).

Um pesquisador, Luis Carlos Cipriano, levanta a hipótese de terem os judeus sefarditas instalado no Recife uma tipografia no século XVII, e menciona a circulação de panfletos e brochuras de procedência judaica no Brasil holandês, mas reconhece não haver "uma constatação exata sobre qualquer impresso oficialmente tipografado em terras brasileiras no final do século XVII".41 Mas o fato é que foram feitas tentativas de instalar uma tipografia no país.

5. Tipografia no Brasil colonial — século XVIII

RECIFE, 1706

Uma pequena tipografia no Recife, para impressão de letras de câmbio e breves orações devotas, que teria funcionado em 1706, com a tolerância do governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, foi considerada durante algum tempo a primeira instalada no Brasil. A prova de que teria funcionado seria uma ordem régia de 8 de julho de 1706, que mandara "sequestrar as letras impressas e notificar os donos e oficiais de uma tipografia estabelecida na povoação do Recife — que não imprimissem e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma tipografia".

Mas Wilson Martins afirma em *A palavra escrita*1 que não foi encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo nenhuma ordem ou Carta Régia com aquela data sobre oficinas tipográficas no Brasil. Desmente assim uma informação dada como correta desde o século XIX, quando foi divulgada por vários escritores, entre eles Antonio Joaquim de Mello em livro sobre as biografias pernambucanas, e F. A. Pereira da Costa, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* de 1891, e até por Alfredo de Carvalho no começo do século seguinte, que foi seguido por outros autores como Max Fleiuss e Carlos Rizzini. Nelson Werneck Sodré menciona também a existência do prelo e da Carta Régia. Werneck, prudente, afirma: "Não se sabe muito mais a respeito do caso do que o registrado aqui. É o que repetem todas as fontes, sem variações".

Wilson Martins acredita que Alfredo de Carvalho pode ter confundido com a ordem régia de 6 de julho de 1747, que realmente existe e tem basicamente a mesma redação. Uma pequena diferença é que em lugar de "letras de câmbio" menciona "letras de imprimir". Martins diz que prefere encarar com cauta desconfiança a ideia de que tivesse existido em Recife, naquele ano, uma tipografia.2

José Marques de Melo, porém, considera muito frágil a contestação de Martins, baseada apenas numa pesquisa no Arquivo Nacional, e considera fidedigna a fonte de Alfredo de Carvalho. O padre jesuíta Serafim Leite também defende a existência dessa tipografia ao afirmar, em *Artes e oficinas dos jesuítas no Brasil*, ter visto e possuído alguns papéis estampados na

oficina do Recife, que segundo ele teria funcionado de 1703 a 1706 imprimindo "letras de câmbio, orações e estampas religiosas, os chamados *registros*". O tipógrafo teria sido o jesuíta Antonio da Costa.3 Mas não há nenhuma prova concreta disso.

RIO DE JANEIRO, 1747

Serafim Leite menciona em *História da Companhia de Jesus no Brasil* que os jesuítas imprimiram obras no Rio de Janeiro em 1724. No entanto, não há nenhum indício desse fato (ver p. 65 ss.). Hallewell4 e Marques de Melo fazem referência a um alvará de 20 de março de 1720 que proíbe as "letras impressas" — isto é, tipos para composição — em todo o país, o que implica "que devia haver alguém, em algum lugar, que precisava ser impedido de imprimir na colônia naquela época". A origem da informação é o escritor P. Pereira Reis, mas como diz Marques de Melo, é bastante duvidosa a existência desse diploma, pois o autor não menciona a fonte e, depois de uma pesquisa minuciosa na legislação portuguesa, não foi encontrado alvará nem legislação semelhante.

Também sem nenhuma prova concreta, historiadores do século XIX afirmaram ter sido instalado no Rio de Janeiro um prelo em 1736 pela Academia dos Felizes, hipótese hoje descartada. Não há dúvidas, porém, de que uma tipografia funcionou no Rio em 1747, a primeira no Brasil sobre a qual há evidências concretas. Mas assim que Portugal teve conhecimento de sua existência expediu duas instruções: uma provisão, datada de 10 de maio de 1747, que determinou o sequestro e a remessa para Lisboa de todas as letras de impressão que fossem encontradas no Rio, e uma ordem régia ao governador, de 6 de julho desse mesmo ano, que dizia:

> por constar que d'este Reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não eh conveniente que se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que D'ele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correrrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar, e remeter para este Reino, por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam nem consintam que se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena, de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este Reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, em que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas.

Tanto o equipamento como o impressor foram mandados de volta para Lisboa.

Alberto Dines afirma que a ordem para o desmantelamento da oficina partira da Inquisição, não da Coroa, o que parece altamente improvável. A Inquisição era implacável na fiscalização e eventual proibição das obras impressas ou em processo de impressão, mas não há evidências de interferências para impedir a instalação de tipografias. Visava as obras, não os equipamentos. A Inquisição da Espanha, mais rigorosa que a portuguesa, não impediu o alastramento da

imprensa nas colônias espanholas na América ou nas Filipinas, cujos impressos eram submetidos à sua censura. E várias tipografias foram implantadas em diversos enclaves de Portugal na Ásia e na África sem oposição.

As informações sobre essa tipografia, chamada de "segunda officina", no Rio de Janeiro, são ainda bastante precárias. Sabe-se que foi instalada por António Isidoro da Fonseca, um conceituado impressor de Lisboa, mas há controvérsias sobre os motivos que o teriam trazido ao Brasil e sobre as obras que imprimiu.

Isidoro teria vindo ao Brasil a chamado do governador da capitania do Rio, Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela. Segundo Rizzini,[5] trouxe sua tipografia para a colônia devido a embaraços financeiros em Portugal, pois teve que vender alguns bens para pagar dívidas. Vários historiadores sugerem que ele era judeu e que saíra de Lisboa para fugir da Inquisição. Hallewell[6] estranha sua decisão de vir ao Brasil, pois segundo ele não haveria condições econômicas para instalar aqui uma tipografia. No entanto, havia prelos na América instalados muitos anos antes em regiões mais pobres que o Rio, cidade que estava crescendo, beneficiando-se de ser o principal escoadouro das riquezas de Minas Gerais. Isidoro tentou novamente uma licença real em 1750 para "estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro [...] ou na Bahia". Certamente, ele achava que havia demanda para a tipografia que queria instalar. Mas o despacho foi "escusado".

Antes de ser fechada, foram impressas na tipografia de Isidoro quatro ou cinco pequenas obras. Uma delas foi a *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente anno de 1747...*, com vinte páginas, estampada "com licenças do Senhor Bispo". Isidoro recebeu a autorização do bispo para imprimir, como inquisidor delegado e ordinário, depois de o padre Cristóvão Cordeiro, a quem pedira que lesse o opúsculo, escrever que não achara "nela coisa alguma contra a nossa Sta. Fé e bons costumes". Mas, como observa Rubens Borba de Moraes,[7] o folheto foi impresso contra a lei, pois o bispo só podia atestar que a *Relação* nada continha contra a Santa Fé, mas não que ela não era uma obra subversiva ou infestada de ideias contra o Estado (ver figura 11).

A *Relação*, considerada o primeiro livro impresso no Brasil, é "uma obra modesta, mas com elevada qualidade gráfica, apesar de ter sido publicada em tempo muito curto".[8] A segunda é um "romance heroico", um folheto "Em aplauso" do mesmo bispo. A terceira, dedicada também ao piedoso bispo, consta de onze epigramas em latim e um soneto em português. A quarta foi a tese *Concluziones Metaphysicas de Ente Reali*, do jesuíta Francisco de Faria, que foi impressa em seda. Borba de Moraes diz que o impressor revelou um grande talento de *mise en page*, pois não era fácil fazer caber numa única página, embora de formato grande, a dedicatória e as três conclusões da tese de Francisco de Faria.

Há muitas dúvidas a respeito da impressão de duas obras de maior fôlego, ambas escritas pelo tenente de mestre de campo general José Fernandes Pinto Alpoim, lente da escola de

artilharia. Numa delas, o *Exame de artilheiros*, com 259 páginas, há a indicação de ter sido impressa em Lisboa em 1744, na oficina de José Antonio Plates. A outra é o *Exame de bombeiros*, com 444 páginas e dezoito estampas, em cujo frontispício consta a impressão em Madri, na oficina de Martinezabad em 1748. O historiador Moreira de Azevedo9 diz que a tipografia dessas obras é muito semelhante, o que dificilmente aconteceria se tivessem saído de oficinas diferentes, que o nome correto da gráfica espanhola era Martínez Abad, e que a censura e a Inquisição portuguesas não teriam permitido que uma obra autorizada por elas fosse impressa num país estrangeiro. Ainda segundo Moreira de Azevedo, teria havido uma indicação errada (ele usa "fraude") localizando a cidade e a tipografia de impressão em outros países, como uma tentativa de desorientar a censura. E conclui assim que as duas saíram da tipografia de Isidoro no Rio.

Félix Pacheco, em *Duas charadas bibliográficas*,10 no entanto, pergunta como uma obra com 444 páginas e 22 gravuras (outros autores mencionam dezoito) poderia ter sido impressa "na sua mísera e fugaz tipografia", e conclui que foi realmente estampada por Martínez Abad em Madri, em 1748, versão também aceita por Rizzini. Pacheco não explica a estranha semelhança da composição tipográfica das duas obras. Rubens Borba de Moraes atribui a origem da confusão a Varnhagen, que, sem prova alguma e sem citar fontes, atribuiu à tipografia de Isidoro a impressão daquelas duas obras. O prestígio do historiador fez com que outros repetissem essa atribuição sem preocupar-se em comprová-la. O pesquisador português Francisco Cunha Leão, por seu lado, afirma que os caracteres usados na composição de *Exame de bombeiros* foram fundidos por Villeneuve em Lisboa e usados por Isidoro em suas tipografias do Rio e de Lisboa. Ele acredita que o livro foi impresso em Portugal depois de Isidoro voltar do Brasil.

Em março de 2010, um pesquisador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, Paulo Leme, encontrou entre os documentos do Tribunal do Santo Ofício uma obra em latim de quatro páginas, formato in-fólio, que teria sido impressa por António Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro em 1747. Trata-se de uma tese ou dissertação teológica de Francisco da Silveira com o título *Dissertationes Theologicas de merito justi*... O documento tem, no fim, os dizeres: *Flumine Januarii./ Ex Secunda Typis ANTONII ISIDORII DA FONSECA./ Anno Domini/ M.DCC.XLVII*, e a indicação de que recebeu licença dos comissários da Inquisição da Bahia.11 Segundo Paulo Leme, esse documento era "absolutamente ignorado dos especialistas". Ele observa, também, que não recebera licença de todas as instâncias, como ocorrera com a *Relação da entrada*. Jerônimo Duque Estrada de Barros escreveu que poderia ser um dos impressos jesuíticos da Bahia comentados por Serafim Leite.

A existência de outras tipografias no Rio não foi comprovada. A. da Cunha Fonseca12 afirma que uma ordem régia de 1752 mandou destruir uma oficina gráfica, "a fim de que não espalhasse ideias contrárias ao regime colonial", da qual não há indícios.

Vários escritores sobre a imigração italiana no Brasil, como Franco Cenni,13 afirmam que em

1765 foi publicado no Rio de Janeiro o jornal *La Croce del Sud*, de propaganda religiosa, escrito por dois seráficos frades capuchinhos, Giovan Francesco da Gubbio e Anselmo da Castelvetrano, do convento da Ordem de São Francisco de Paula, instalado no morro do Castelo. Seria escrito em italiano, mas com uma seção em português, inicialmente de circulação mensal, passando depois a quinzenal. De leitura limitada, teria havido tentativas para difundi-lo também fora do Rio.

Angelo Trento assegura que com *La Croce del Sud*, "a imprensa em língua italiana" precedeu "e muito o nascimento da primeira gazeta em português, que surgiu só no início do século XIX". No entanto, Cenni é prudente [...] ao escrever que há "quem afirme, contra as circunstanciadas declarações do professor Antonio Piccarolo, em sua obra *Gli Italiani nel Brasile*, de 1922, que *La Croce del Sud* e *La Giovane Italia* [jornal que teria circulado no Rio em 1836] pertenceram apenas ao reino da fantasia, ou melhor, nunca existiram".

O APERTO DA CENSURA

O impressionante salto econômico que o Brasil deu no século XVIII teve como motor inicial a descoberta e a exploração das riquezas minerais de Minas Gerais. O comércio entre Brasil e Portugal aumentou significativamente, assim como a população: se no fim do século XVII mal chegava a 300 mil pessoas, passou, devido à migração portuguesa e ao tráfico de escravos, a 3 milhões cem anos mais tarde, aumentando dez vezes de tamanho.

Nesse período intensificou-se substancialmente o controle de Portugal sobre o Brasil, receoso das intenções de outros países em relação à colônia, que tinha se transformado na principal fonte de renda da metrópole. Mesmo antes da descoberta do ouro, d. João IV, o primeiro rei da Casa de Bragança, já dizia que o Brasil era sua "vaca de leite". A colônia era vista como fonte de tributos para a Coroa e de matérias-primas baratas para o comércio com outros países, assim como um mercado para os rudimentares produtos da atrasada manufatura portuguesa.

Foi repetidamente proibida a fabricação de sabão, de tecidos de lã, algodão, linho e seda. Os sapateiros somente podiam trabalhar com o couro vindo de Portugal. Já no século XVI se proibia "a plantação e cultura de vinhas". Havia também interdição à produção da aguardente de vinho de mel, muito consumida na época. Um alvará foi promulgado "para abolir, pela brandura ou por violência, as fábricas e manufaturas". Era proibida a entrada de navios de outros países. No século XVIII houve restrições à construção de estradas e à navegação pelos rios. Durante quase três séculos o funcionamento do correio terrestre e o transporte entre as várias capitanias não foram autorizados. Pessoas nascidas no Brasil não podiam ocupar alguns cargos públicos.

A política de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, que exerceu o poder de 1750 a 1777, se por um lado modernizou a estrutura do Estado e da sociedade de Portugal, por outro reforçou o poder absoluto do monarca, exerceu uma censura férrea sobre a publicação de livros e jornais e combateu quanto pôde as ideias de liberdade que chegavam do resto da

Europa, principalmente da França.

Ele considerava as colônias e em particular o Brasil sustentáculos econômicos da metrópole. Aboliu as capitanias hereditárias e criou várias empresas às quais outorgou o monopólio do comércio com o Brasil, apertou a cobrança de impostos e incentivou a diversificação de culturas, como algodão, tabaco e cacau, para acabar com o monocultivo da cana-de-açúcar — aumentava assim o comércio de matérias-primas baratas, que Portugal exportava. Em sua tentativa fracassada de estimular a indústria em Portugal, desencorajou a escassa manufatura que existia no Brasil, que seria totalmente proibida pela rainha d. Maria em 1785.

O decreto da proibição da rainha partia da premissa de que "quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais se diminuirá o de cultivadores" e argumentava que "[são] as produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do comércio entre os meus leais vassalos habitantes destes reinos", por isso era preciso remover "na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos: em consideração de tudo o referido: hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões [...] sejam extintos, e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas". A única exceção eram os "teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes". Foram igualmente fechadas as fábricas de fundição de ouro e prata e foi proibida a entrada de navios em portos brasileiros e a presença de visitantes estrangeiros no país.

Pombal também se opôs à difusão dos prelos e chegou a ordenar o fechamento das tipografias que os jesuítas tinham instalado, duzentos anos antes, nas colônias portuguesas na Índia. Hallewell14 afirma que ele associava essa atividade de impressão nas colônias a um aumento da influência da Companhia de Jesus. Com a expulsão dessa ordem, o ensino, que até então estava nas mãos dos religiosos, passou a ser responsabilidade do Estado. Mas, no Brasil, essa decisão deixou um vazio, uma vez que pouco foi feito para substituir as escolas dos jesuítas.15 Desapareceram também as bibliotecas mantidas pela Companhia. A do Rio tinha 5 mil livros, a da Bahia 15 mil, a do Maranhão, 8 mil, e a do Pará, 4 mil, mas havia bibliotecas em outras regiões também. A biblioteca da Bahia foi posta em leilão, mas nenhum interessado apareceu. Os livros foram perdidos, ficaram deteriorados, foram roubados ou vendidos "por vilíssimos preços a boticários e tendeiros para embrulhar adubos e unguentos". Alguns terminaram em bibliotecas particulares. No Maranhão, Gonçalves Dias encontrou os 2 mil volumes do convento de Santo Antônio danificados e amontoados num depósito.16

Além de tudo isso, a metrópole fiscalizava o que era lido na colônia pelas poucas pessoas instruídas, por isso a entrada de livros no Brasil foi sempre estreitamente vigiada. Eram perseguidos os livros que se desviavam da ortodoxia da Igreja católica e os que a Coroa considerava uma ameaça para o reino.

A vigilância e a censura foram intensificadas a partir da segunda metade do século XVIII, numa tentativa de impedir, inicialmente, a difusão do enciclopedismo e do iluminismo procedentes da França e, depois, a divulgação das ideias republicanas originadas na Revolução Francesa e na Independência norte-americana.

A preocupação em isolar o país do contato com o exterior transparece nas diversas determinações da Coroa. Uma Carta Régia de 1707 proíbe a entrada de estrangeiros no Rio de Janeiro e a expulsão dos já existentes. Outra Carta, de 1776, proíbe a entrada, mesmo para reabastecimento, de navios norte-americanos. Foi o ano da Independência dos Estados Unidos, e o medo da contaminação das ideias libertárias deve ter motivado a decisão. No ano seguinte, todo português que tivesse feito fortuna na colônia deveria voltar a Portugal.

No *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*, impresso no reino, há menção a uma livraria na cidade; em 1799, havia duas. Nelas se vendiam obras importadas de Portugal, como *Almocreve das Petas*, *O Livro de Carlos Magno*, folhinhas e almanaques. Nada de obras com ensinamentos subversivos. Mas alguns depoimentos revelam como o zelo restritivo e confiscatório nem sempre era eficiente e a proibição não era generalizada. A Coroa era tão truculenta em suas proibições como incompetente na hora de implementá-las.

Por ocasião da devassa em Vila Rica, realizada durante a Inconfidência Mineira, foi encontrada, em bibliotecas de casas particulares e dos colégios jesuíticos, uma boa quantidade de livros proibidos. Obras introduzidas ilegalmente também foram achadas na Bahia e no Rio de Janeiro. A censura dependia em grande parte da interpretação dada pelo censor. Rizzini17 escreve que um governador não via motivos para proceder contra uma pessoa "só porque lê Correios da Europa, Gazetas inglesas e outros papéis desta natureza, quando eles correm sem proibição e são remetidos dessa Corte a diferentes pessoas".

A verdade é que, por essas alturas, o Brasil tinha alcançado um estágio em que as medidas de coerção não surtiam o efeito pretendido. O ciclo do ouro tinha terminado, mas o cultivo e a exportação de produtos agrícolas se tornaram uma crescente fonte de riqueza, que beneficiou Portugal e também, de alguma maneira, o Brasil. O comércio externo português quadruplicou entre 1789 e 1806, e o Brasil representava 87% desse movimento. No fim do século XVIII quase todo o comércio com a colônia já era feito por casas portuguesas, que substituíam os comerciantes ingleses em Lisboa e controlavam cinco de cada seis transações. O porto de Hamburgo se tornou o principal destino, via Lisboa, das exportações brasileiras, substituindo Londres. A situação mudaria com a abertura dos portos em 1808 e o tratado comercial com a Inglaterra em 1810.18

O desenvolvimento econômico tinha possibilitado o surgimento de uma sociedade mais rica e mais complexa e de uma pequena elite que mandava os filhos estudarem em Coimbra e na França, onde tinham contato com novas ideias e voltavam ao país com os revolucionários conceitos de liberdade e independência. Dessa elite surgiriam alguns dos personagens que deram início ao processo de Independência e de implantação da imprensa no país.

CARTAS DE JOGAR, 1770

Uma técnica das artes gráficas, a xilogravura, que consiste na impressão a partir de chapas de madeira com desenhos em relevo, fora usada no Brasil para estampar cartas de jogar, extremamente populares. Carlos Rizzini19 menciona que em 1770 foram concedidos privilégios e isenções às pessoas empregadas na fábrica de baralhos da Bahia e que em 1796 um funcionário dessa fábrica pediu licença para usar o escudo de armas reais.

Dado o alto lucro que proporcionavam, havia também locais clandestinos para a fabricação de cartas falsificadas, o que sugere a construção de equipamentos improvisados para impressão. Um ministro de Portugal recomendava em 1802 ao vice-rei que castigasse "os réus de falsificação de cartas de jogar feitas no Rio de Janeiro" e alertava o governador da Bahia para que vigiasse as atividades de falsificadores. Em 1811, o administrador da Real Fábrica de Cartas de Jogar na Bahia advertia "que daqui em diante a ninguém é permitido vender cartas de jogar senão aos administradores parciais autorizados por ele em virtude das Reais Ordens, ou que o estiverem pela Real Fábrica de Lisboa". A Impressão Régia ficou em 1811 com o monopólio de imprimir cartas de jogar no Brasil ao incorporar a Real Fábrica de Cartas de Jogar (ver p. 110).

VILA RICA, 1807

O padre José Joaquim Viegas de Menezes recebeu em 1807 um inesperado pedido do governador da província de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, visconde de Condeixa. Ele queria que Viegas imprimisse um poema que Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos tinha escrito em sua homenagem. O padre mencionou a proibição de imprimir, mas, como o governador assumiu a responsabilidade, Viegas deu início à tarefa. O pedido mostra a mudança ocorrida em sessenta anos. Em 1747, o rei ordenara ao governador do Rio de Janeiro que enviasse de volta para Lisboa uma tipografia instalada na cidade. Em 1807, outro governador manda imprimir um poema.

O padre Viegas conhecia bem as artes gráficas. Tinha residido em Lisboa, onde trabalhara na Regia Officina do Arco do Cego, dirigida por outro religioso brasileiro, o frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso, também mineiro (ver p. 96). Em Lisboa, ele tinha traduzido e cuidado da impressão no Arco do Cego do *Tratado da gravura a água forte, e a buril, e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*, com 22 estampas.

Na verdade, desde que voltara a Minas Gerais em 1802, Viegas tinha feito alguns pequenos trabalhos com calcografia, técnica que consiste na gravação, com buril, de letras e imagens em chapas de cobre. Ele imprimira pequenas estampas, com o nome dos santos gravado para oferecer a alguns amigos. Como seria difícil e demorada a fundição de tipos para compor o poema, recorreu de novo à calcografia. A preparação demorou três meses. Dessa improvisada instalação gráfica saiu em 1807 o *Canto encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos*, um

poema de “péssima qualidade”, com dezoito páginas, sendo quinze delas impressas, do qual existem quatro exemplares. Catorze anos mais tarde, Viegas construiria em Minas Gerais o que parece ter sido o primeiro prelo projetado no Brasil (ver figura 7).

6. As raízes portuguesas da imprensa brasileira

Quando a Corte portuguesa, o príncipe regente d. João e a rainha d. Maria chegaram ao Rio de Janeiro em 1808, depois de terem saído precipitadamente de Lisboa, foi necessário transplantar ou replicar no Brasil algumas das instituições que tinham ficado no reino, como os tribunais de Justiça, escolas de ensino superior, repartições públicas e a academia militar. Durante três séculos, a metrópole proibira a instalação de tipografias e a impressão de obras no Brasil. Mas nesse mesmo ano de 1808, dadas as necessidades da administração pública, foi criada no Rio uma Impressão Régia e autorizada a circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambas cópias de entidades deixadas em Portugal. Foi também instalada, seguindo o modelo de Lisboa, uma Real Mesa Censória.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma réplica da *Gazeta de Lisboa*, que fora lançada para divulgar periodicamente os atos do governo. A monarquia absoluta tinha procurado impedir ou dificultar a disseminação de informações em Portugal. A última publicação periódica portuguesa importante do século XVII foi o *Mercurio Portuguez*, escrito pelo diplomata António de Souza de Macedo, considerado o primeiro jornalista de Portugal. Circulou de 1663 a 1667 e foi suspenso por decisão da rainha Maria Francisca. Macedo afirmou que deixava o *Mercurio* "por não ter espírito de mártir nem cobiça para ladrão". Perdeu o cargo de secretário de Estado e foi desterrado. Posteriormente foram impressos apenas três números de um *Mercurio da Europa* (ver p. 64).

Somente em 1704 foi autorizada a publicação de uma *Gazeta*, que durou apenas dois números. Em agosto de 1715 circulou um novo periódico, *Noticias do Estado do Mundo*, que a partir do segundo número mudou o nome para *Gazeta de Lisboa*. Afirmava ser a "Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & Especialmente da Europa". Era uma folha oficial com informações sobre o governo e, principalmente, do exterior. Com a divisão administrativa da capital portuguesa em duas regiões, o jornal mudou de nome temporariamente para *Gazeta de Lisboa Occidental* de 1718 a 1741. Durante mais de quarenta anos foi publicado semanalmente — com exceção do período de 1742 a 1752, quando foi bissemanal — por José Freire de Monterroio (ou Montarroio, ou Montarroyo) Mascarenhas, sendo conhecido como a *Gazeta do*

Monterroio. Foi o primeiro jornal português a publicar um anúncio, em 1715, de um francês professor de línguas. Foi seguido por outros sobre livros e remédios. Também publicou a primeira notícia ilustrada, em 1716 (ver figura 21).

De acordo com José Tengarrinha,1 o jornal "era em geral mal redigido, baço e desinteressante, de aspecto gráfico pouco atraente e frequentemente impresso em papel grosseiro (daí, sua denominação popular de 'gazetas pardas')". Mas era influente e foi importante para a divulgação de obras literárias. Era, também, a única publicação informativa periódica do reino.

Predominavam as notícias sobre a Europa. As informações do reino eram escassas e redigidas com muito cuidado, mostrando grande deferência às instituições e à família real. Sobre o terremoto de Lisboa, que provocou um incêndio generalizado e destruiu quase toda a cidade, matando milhares de pessoas, a *Gazeta* deu a seguinte notícia: "Lisboa, 6 de Novembro de 1755. O dia 1º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares". Nessa mesma edição, o jornal dedicava 36 linhas ao falecimento e enterro de um frade, o teólogo Joaquim de São José.

Na semana seguinte, a *Gazeta* escreveu de maneira lacônica: "Entre os horrorosos efeitos do terramoto, que se sentiu nesta cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada do Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino e se anda arrumando; e muitos edifícios tiveram a mesma infelicidade". No entanto, informou nesse mesmo número sobre o impacto do terremoto nas cidades espanholas de Córdoba, Cádiz e Sevilha, de maneira detalhada, em seis páginas; sobre os estragos provocados em Lisboa, apenas o texto transcrito acima. Em edições seguintes, durante vários meses e até no ano seguinte, a *Gazeta* abriu espaço para os efeitos do movimento sísmico em outras regiões do reino, sem omitir que em Olime foram enterradas 150 pessoas e o maremoto que arrasou fortalezas e povoados no Algarve. Mas continuou muito discreta sobre o acontecido em Lisboa.

Além da *Gazeta*, circulavam em Portugal periódicos literários, científicos ou de medicina. São dessa época os "mercúrios", espécie de livros com informações, como *Mercurio Politico e Historico*, *Mercurio Filosofico*, *Mercurio Grammatical*, *Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa*. Este último (1794-7), de caráter mais noticioso, era continuação do *Folheto de Lisboa*, escrito pelo padre Luis Montez Matoso. Uma exceção foi o *Hebdomadario Lisbonense ou Noticias do Commercio*, que circulou de 1763 a 1767. Dizia ser um "papel curioso, noticioso, útil de notícias públicas". Seus modelos foram o *Diario Noticioso* de Madri e o *Hebdomadario Útil Sevillano*. Teve boa acolhida e passou a circular duas vezes por semana. Foram também publicadas "gazetas" sobre vários temas, como filosofia, artes, ciências e principalmente literatura. Em 1740, de janeiro a outubro, circulou em Lisboa o semanário *O Expresso da Corte e Emprego de Curiosidades nas Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental*. Foi impresso por António Isidoro da Fonseca, que anos depois teria

frustrada sua tentativa de instalar uma indústria gráfica no Rio de Janeiro (ver p. 55-6).

A Coleção das Gazetas do Monterroio terminou com a morte de seu autor, em 31 de janeiro de 1760. A partir de fevereiro desse ano, a publicação do jornal passou a ser privilégio dos oficiais de Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, "dando-lhes apreciáveis proventos". Foi uma medida tomada para que sua renda se igualasse aos emolumentos já percebidos por oficiais de outras repartições. Era conhecida como a *Gazeta dos Oficiais da Secretaria*. Reapareceu com um novo nome, *Lisboa*, mas o jornal era o mesmo, e quem o redigia era o poeta Pedro António Correia Garção. A circulação tornou-se irregular. O marquês de Pombal mandou prender o redator por motivos desconhecidos, que morreu na prisão. Fechada em 1762, a publicação só reapareceu em 1778, no reinado de d. Maria I, de novo como *Gazeta de Lisboa* e como privilégio dos oficiais da Secretaria. Seu redator era Félix António Castrioto.

Nos primeiros anos, a *Gazeta* tinha uma tiragem de cerca de 450 cópias, saltando em meados do século para 1500, mesmo número de 1791. A maioria dos exemplares era vendida por assinatura. Apesar do monopólio concedido à *Gazeta*, eram publicadas no reino diversas folhas informativas avulsas, de circulação irregular.

De maneira surpreendente, em 1789 a *Gazeta de Lisboa* informava detalhadamente, "com um misto de admiração e espanto", sobre a Revolução Francesa. Mas, nos anos seguintes, a censura impediu a divulgação dos "abomináveis princípios". Essa e outras publicações portuguesas eram lidas no Brasil, mas cada importação precisava de uma licença das autoridades.

O *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa escreveu em 1819 que a *Gazeta de Lisboa,* "a gazeta do papel pardo", era um jornal estéril, cujos proprietários, oficiais da Secretaria, conseguiram que fosse proibida a publicação de outros periódicos só para torná-lo mais rentável. De acordo com o *Correio*, o diretor era ignorante, supersticioso e déspota, com um redator que seguia a linha de seu mandante. O jornal tinha que louvar os negócios públicos, os funcionários públicos tinham que ser elogiados, não podiam ser mencionados melhoramentos em países estrangeiros que provocassem desejos de mudança, e só era permitido criticar as obras literárias se fossem publicadas na Inglaterra. Dizia o *Correio* que dessa maneira mantinha-se a nação "ignorante e apouquentada". Em 1821 a *Gazeta* mudou o nome para *Diario do Governo*, depois para *Diario da Regencia* e após poucos meses de novo para *Diario do Governo*. Foi esse o modelo para a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Nessa época, o número de tipografias em Portugal era escasso. Em Lisboa, em meados do século XVIII, não chegavam a dez. Como diz José Tengarrinha, era grande o atraso da indústria tipográfica em Portugal e a decadência se acentuara nesse período.2 Não é surpreendente, portanto, a decisão de António Isidoro da Fonseca de mudar para o Rio de Janeiro e transferir para lá a sua tipografia, o que levou a Corte a proibir a instalação de prelos e a impressão de obras no Brasil para proteger a indústria gráfica do reino (ver pp. 82 ss.).

Uma grande parte das folhas noticiosas não chegava a ser impressa; eram manuscritas, situação que persistia no século XIX. Desde o começo do século XVII, as folhas, gazetas, relações,

manuscritos e livros eram vendidos em Lisboa pelos cegos, conhecidos como "cegos papeleiros" ou "cegos papelistas", pertencentes à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos. Uma Provisão Régia de 1751 confirmou esse privilégio, mas eles enfrentaram continuamente a concorrência de atravessadores.

O terremoto que destruiu Lisboa em 1755 acabou com várias das poucas tipografias existentes. O marquês de Pombal decidiu criar em 1768 uma grande oficina do Estado, a Impressão Régia, que tinha a finalidade de imprimir textos para as escolas, publicações e atos oficiais e cartas de jogar, cujo monopólio detinha, além de servir como estabelecimento de ensino das artes gráficas em geral e da gravação de estampas. Tinha a exclusividade da impressão das obras da Universidade de Coimbra e do Real Colégio dos Nobres. Futuramente teria o monopólio da impressão de todos os papéis da administração pública.

Pombal também mandou instalar uma fundição de caracteres tipográficos e deu à Impressão Régia o monopólio da importação de caracteres, exercendo assim um controle sobre a atividade gráfica no reino. A fundição de tipos em Portugal começara em 1732 com o francês Jean de Villeneuve, mas três décadas mais tarde a atividade entrava em decadência. Para começar a funcionar, a Impressão Régia comprou os tipos de Villeneuve e a oficina tipográfica de Miguel Manescal da Costa, que foi nomeado o primeiro administrador da entidade.

A situação da indústria gráfica portuguesa no século XVIII era melancólica. Só havia tipografias em operação em Lisboa, Coimbra e Porto. Em 1820, o número de estabelecimentos gráficos era de apenas dezesseis.

Apesar da precariedade dos meios, do ambiente de censura e do empenho do Estado em controlar o fluxo de informações, houve em Portugal alguns momentos de indiscutível progresso na impressão e na divulgação do conhecimento que tiveram importantes reflexos no Brasil. O mais relevante talvez tenha sido a criação da Casa Literária do Arco do Cego,3 em Lisboa. A iniciativa foi de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, então ministro de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

O Arco do Cego tinha como objetivo básico a divulgação de obras científicas, mediante a tradução de publicações estrangeiras mostrando as experiências agrícolas nos Estados Unidos e nas Antilhas, e o aperfeiçoamento da agricultura e da mineração no Brasil. Embora de curta duração — pouco mais de dois anos, entre 1799 e 1801 —, publicou 83 obras de indiscutível relevância. Foi o movimento português que maior influência recebeu do enciclopedismo. Para dirigi-la foi escolhido o frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso, nascido em Minas Gerais, que fizera pesquisas nas áreas de botânica e história natural. Ele tinha procurado espécies no Brasil, sob encomenda do vice-rei d. Luis de Vasconcellos e Sousa, para o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda. Disse que fora incumbido de "ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil para melhoramento de sua economia rural e das fábricas que delas dependem [...] para sair do atraso em que atualmente estão".4

Inicialmente, Veloso se valeu das gráficas lisboetas, onde imprimiu um bom número de obras, mas depois instalou uma moderna oficina, com material importado da França, que foi conhecida inicialmente como Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, e depois como Real Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, que se notabilizou pela qualidade dos trabalhos. Serviu também como escola para aprendizes e oficiais de artes gráficas.

Grande número dos colaboradores do Arco do Cego tinha nascido no Brasil. Entre eles havia figuras tão diferentes como Hipólito José da Costa, que lançaria o *Correio Braziliense* em Londres (ver p. 120); José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu (ver p. 185); Fernandes Pinheiro, que seria o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o padre mineiro José Joaquim Viegas de Menezes, que se destacaria como impressor em Vila Rica (ver p. 90); e os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco de Andrada (ver p. 216). Também trabalhou como tradutor e revisor de provas o escritor satírico português Bocage.

A primeira obra impressa pelo Arco do Cego foi *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensaca, etc., em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento*, de Manuel Arruda da Câmara, um médico e fazendeiro de Pernambuco. Outras obras de cunho prático foram *O fazendeiro do Brazil Criador*, uma sequência de *O fazendeiro do Brazil Cultivador*, em dez volumes, que fora publicada por Veloso antes da fundação do Arco do Cego, e *Do leite, queijo e manteiga*. Veloso tentava tornar o conhecimento facilmente acessível. Escrevia que esses livros "devem ser, como Cartilhas, ou Manuaes, que cada Fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos dia e noute" (ver figura 9).

Com caráter mais científico saíam do Arco do Cego livros como *Aviario brasilico ou Galeria ornithologica de aves indigenas do Brasil*, disposto e descrito segundo o sistema de Lineu, e *Quirografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas*. Foi reeditada também uma parte da obra de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, que trata do açúcar. Boa parte das obras era distribuída aos agricultores brasileiros para que aperfeiçoassem as técnicas da lavoura.

Em 1801, a Casa Literária do Arco do Cego deixou de funcionar e foi incorporada pela Impressão Régia, cujo administrador, Miguel Manescal da Costa, morreu no mesmo ano. Foi criada uma junta administrativa, da qual fizeram parte frei José Mariano da Conceição Veloso e Hipólito José da Costa. A Impressão Régia estava subordinada à Secretaria da Fazenda, cujo ministro era Rodrigo de Sousa Coutinho.

Aparentemente, a decisão de fechar foi provocada pelos prejuízos e dívidas do empreendimento. Na verdade, as obras impressas pela tipografia continham um grande número de ilustrações para torná-las mais acessíveis, o que encarecia o custo. Além disso, a empresa tinha sua própria calcografia para fazer as gravuras e desenhava e fundia seus próprios caracteres. Outro fator teria sido a decepção de d. Rodrigo de Sousa Coutinho com o pouco resultado prático com os livros que mandara distribuir no Brasil para melhorar a produção.

Além dos elevados custos inerentes a um empreendimento gráfico tão ambicioso, foram insinuados na época problemas de gestão. Frei Veloso não era um bom administrador e, aparentemente, não apresentara os livros de contas. O deputado Pato Muniz, nas Cortes Constituintes de Lisboa de 1823, disse a respeito da tipografia:

> não há dúvida que se fizeram grandes despesas, e bem creio que foram excessivas; mas também é certo que elas não podem deixar de ser muitas no princípio de tais estabelecimentos; o caso é que, se muitas foram as despesas, muitos foram também os lucros que a oficina começou a produzir, apesar de não ser bem administrada. [...] porém é lícito dizer que ele gastava largo, e não obstante todas as suas larguezas, aumentava a oficina, mandou fazer diversas traduções e de seu tempo se imprimiram todas as obras principais, e de grande custo, que ainda hoje fazem os fundos da casa.

No entanto, como escreveu Rubens Borba de Moraes, se frei Veloso não era um administrador eficiente, "como são às vezes os homens de ciência, foi um grande empreendedor e homem de vistas largas".5

Outra explicação plausível para o fechamento é que, tendo sido nomeado Sousa Coutinho secretário da Fazenda, à qual estava subordinada a Impressão Régia, ele teria preferido ampliar o escopo desta incorporando a Casa do Arco do Cego. O escritor Mecenas Dourado6 diz que Sousa Coutinho "esperava resultados extraordinários, que elevassem a tipografia régia à altura das famosas casas editoras de Baskevilles [sic], Didot e Bodoris [sic]"7 na Europa. Alguns dos manuscritos inéditos do Arco do Cego seriam publicados depois pela Impressão Régia; outros nunca viram a luz do dia.

Além de permitir unicamente a circulação de um periódico de informações firmemente controlado pelo Estado, a partir de meados do século XVIII aumentou em Portugal a pressão da censura e o controle sobre a impressão e sobre os jornais, por medo das ideias revolucionárias e sediciosas procedentes da França. Entre 1768 e 1777 não foi publicado nenhum periódico noticioso por determinação do marquês de Pombal, que queria um controle absoluto sobre a informação e a imprensa.

Pombal centralizou em 1768 a censura na Real Mesa Censória, criada como prevenção contra "os livros e papéis sediciosos" e "os livros que impugnarem direta ou indiretamente os direitos da Coroa". Posteriormente, foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que dava mais poderes aos censores eclesiásticos. O motivo da mudança foi a licença para a venda da *Medicina teológica*, em 1794, que provocou um escândalo. Mas a nova Real Mesa, também criticada de ser pouco rigorosa ante as ideias procedentes do exterior, foi extinta para dar lugar a um esquema em que a censura religiosa passava ao Santo Ofício e a bispos e arcebispos, e a laica à Mesa de Desembargo do Paço. Entre 1756 e 1796 houve pelo menos dezenove processos contra impressores e livreiros. Tengarrinha escreve que a ilustração e a competência literária dos censores não eram, em geral, muito elevadas. A ação desses organismos se estendia até o Brasil.

O intendente-geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, nomeado pela rainha d. Maria I

e famoso pela intransigência, ficou alarmado com o avanço em Portugal das "doutrinas, errôneas, falsas, sediciosas", espalhadas pela Revolução Francesa. Ele desconfiava até do redator e censor da governista *Gazeta de Lisboa*. Aumentou o rigor da censura às publicações e a estendeu em 1803 a todas as folhas avulsas, estrangeiras ou nacionais, incluindo as eclesiásticas, mas não conseguiu deter a disseminação das ideias liberais nem a publicação de folhas clandestinas.

O panorama do jornalismo português, em que o único periódico informativo era a oficialesca *Gazeta de Lisboa*, mudou a partir da invasão francesa em 1807 e da publicação de jornais em língua portuguesa em Paris e, principalmente, em Londres (ver p. 124). Assim, o país conheceu, durante um curto período, uma liberdade que nunca antes tivera. Em seguida, com a mudança da família real para o Brasil, foram implantadas a tipografia e a imprensa na colônia.

II. A CORTE NO BRASIL

O período entre a chegada da família real portuguesa, em 1808, que marca o início da imprensa no Brasil, e a declaração da Independência, em 1822, foi uma época de transição política, econômica e cultural. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro desencadeou mudanças radicais, que não tinham sido planejadas, mas que em poucos anos propiciaram avanços mais profundos no Brasil que os três séculos anteriores.

Politicamente, em 1808, apesar de manter o status de colônia, o Brasil tornou-se a sede do governo e o centro de decisões do império português na Europa, América, África e Ásia. Em 1815, deixava de ser colônia para ser alçado à categoria de reino com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, mantendo a capital no Rio de Janeiro. Com o retorno de d. João VI e da Corte a Portugal em 1821, Lisboa voltava a ser a capital, mas no ano seguinte o Brasil declarava sua independência.

Do ponto de vista institucional, foram criadas as estruturas administrativas e jurídicas necessárias ao funcionamento de um Estado. No plano econômico, antes um país extremamente fechado que só comerciava através de Portugal, com a abertura dos portos o Brasil passou a negociar diretamente com outras nações. Retiradas as restrições à implantação de indústrias, teve início a atividade manufatureira, foram instaladas fundições de ferro e foram abertas novas estradas.

Na área da cultura, o Brasil se enriqueceu com a transferência, para o Rio, da Real Biblioteca Pública da Corte e das bibliotecas de nobres portugueses, com coleções de mineralogia e botânica, e da instalação do Museu Nacional e do Jardim Botânico. Chegou a Missão Artística Francesa, que mudou o ensino das belas-artes. A educação, antes limitada à instrução primária, foi ampliada com a instalação de escolas superiores de medicina, engenharia e mineração.

Desse período data a introdução da imprensa. Ainda em 1787, Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos na França, depois de conversar com um estudante brasileiro, escrevia ao secretário de Estado, John Jay, mostrando surpresa: "Não há tipografias no Brasil".

No campo da impressão, as proibições foram retiradas e o Brasil recebeu os mais modernos equipamentos gráficos da época. Foi o primeiro país, depois da Inglaterra, antes mesmo dos Estados Unidos ou da Europa continental, a utilizar os prelos metálicos Stanhope, que tinham acabado de ser desenvolvidos, o maior avanço desde os tempos de Gutenberg.

A implantação da tipografia foi um processo irreversível. Da Impressão Régia saíram obras de excelente qualidade. Alguns anos depois o Rio perdia o monopólio com a instalação de uma tipografia na Bahia em 1811 e outra em Pernambuco em 1815, que começou a funcionar em 1817. Nelas seriam impressos os primeiros jornais do país.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era estampada pela Impressão Régia e vigiada pela censura, funcionando como órgão do governo, apesar de suas declarações em contrário. Mas o fato de ser publicado um jornal foi um passo decisivo. O Brasil entrava definitivamente na era da imprensa. Da Impressão Régia saiu também uma publicação cultural de alto nível e vida curta, *O Patriota*. A tipografia instalada na Bahia imprimiu o segundo mais antigo jornal brasileiro, *Idade d'Ouro do*

Brazil, igualmente submetido à censura e subserviente ao poder, e a primeira revista do país, *As Variedades*.

Com a entrada do Exército francês em Portugal, a imprensa portuguesa teve um curto período de liberdade e descobriu um dinamismo até então desconhecido. Foram lançados, pela primeira vez, vários jornais diários que, fugindo do servilismo anterior, mostravam uma saudável voz crítica. As autoridades incentivaram esse ímpeto combativo enquanto dirigido contra os franceses, mas, quando o invasor foi expulso, a censura voltou com todo o rigor. Vários jornalistas procuraram no exterior, principalmente em Londres e Paris, a liberdade que tinham perdido em Portugal e fundaram publicações de cunho liberal, que eram amplamente lidas pela elite brasileira.

Em sua maioria, eram folhas de tendência liberal que combatiam a monarquia absoluta e defendiam um regime baseado na Constituição. O primeiro e mais influente desses jornais foi o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa, que circulou de 1808 a 1822. Foi proibido repetidas vezes de entrar no Brasil e em Portugal, o que não o impediu de circular nos dois países, ter assinantes, ser lido na Corte e até ficar disponível em bibliotecas públicas. Um dos seus leitores mais assíduos era o príncipe regente d. João. Outros jornais influentes foram *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, *O Portuguez* e *O Campeão Portuguez*, publicados em Londres por jornalistas expatriados.

Esses jornais mostraram aos leitores do Brasil e de Portugal como funcionavam as instituições de uma nação com um governo constitucional e liberdade de imprensa, e pregavam reformas. O *Correio*, por exemplo, pedia segurança jurídica, a soberania das Cortes — na época, sinônimo de Parlamento —, a abolição da escravidão, a liberdade individual, o fim dos monopólios públicos, o incentivo à imigração e a ampliação da educação.

A ação dessa imprensa no exílio foi certamente decisiva para a divulgação das ideias que levaram à Revolução Liberal do Porto de agosto de 1820, e marcou o fim do período de transição no Brasil. O movimento foi deflagrado depois que um levante militar restaurou na Espanha a Constituição de Cádiz de 1812 e exerceu influência sobre o Sinédrio, no Porto, formado por maçons liberais, que incentivou um grupo de militares a depor as autoridades portuguesas. Em setembro foi formada em Lisboa uma "junta provisional" cuja principal função era organizar as eleições para as Cortes Constituintes. Impossibilitado de reagir, d. João VI teve que aceitar a situação.

A Revolução do Porto precipitou os acontecimentos no Brasil. Pressionado, d. João VI teve que voltar a Lisboa em 1821, deixando no país seu filho d. Pedro, que no ano seguinte proclamou a Independência e assumiu o trono como monarca constitucional. A situação da imprensa mudou radicalmente. Foi extinta a censura e a Impressão Régia enfrentou a concorrência das novas tipografias. Surgiu um grande número de jornais doutrinários, extremamente combativos, que acabaram com o monopólio da *Gazeta do Rio de Janeiro* e com a necessidade de uma folha como o *Correio Braziliense*, escrita e impressa no exterior, uma vez que,

finalmente, a imprensa era livre no Brasil.

1. Impressão Régia

A instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro foi o resultado de uma operação improvisada, mas bem-sucedida, de replicar no Brasil a Impressão Régia de Lisboa. Em 1807, António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, comprou uma tipografia completa na Inglaterra para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, da qual era titular, mas o equipamento não chegou a ser instalado: foi transportado a Lisboa, e os caixotes ainda estavam fechados no cais quando a Corte decidiu embarcar para o Brasil ante o avanço das tropas francesas. António de Araújo mandou colocar o material, que incluía dois prelos e 28 caixas com tipos, no porão do navio *Medusa*, com sua biblioteca de vários milhares de volumes e uma coleção de mineralogia. No Rio de Janeiro, o equipamento foi instalado nos baixos de sua residência. Mas a tipografia não ficou muito tempo a seus cuidados, uma vez que foi substituído na Secretaria.

D. João, o príncipe regente, decretou em 13 de maio de 1808:

> Tendo-Me constado, que os Prelos, que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e atendendo à necessidade, que há da Oficina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Casa, onde se estabeleceram sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprima exclusivamente toda a Legislação, e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição de Meu Real Serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria [...].

Decidiu também o príncipe, nesse decreto, que a administração da Imprensa Régia ficasse interinamente subordinada àquela Secretaria, cujo novo titular era d. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares e inimigo político de António de Araújo. No mesmo dia em que foi constituída, era o "faustosíssimo dia dos anos de s.a.r [Sua Alteza Real] o Príncipe Regente" — ou seja, aniversário de d. João —, a Imprensa Régia estampou seu primeiro impresso, uma relação dos despachos divulgados pela Secretaria. Logo depois foi nomeada uma junta diretora para administrá-la. O primeiro livro a sair, em maio de 1809, foram as *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu.

O decreto de d. João é elucidativo. Ao escrever "tendo-me constado", sugere que ele não tinha conhecimento prévio do embarque dos prelos. Isso pode significar também que a instalação da primeira tipografia autorizada no Brasil não foi um ato deliberado da Coroa, mas

resultado da iniciativa de um alto funcionário. Independentemente disso, o decreto deixa evidente que a monarquia portuguesa reconheceu a necessidade de uma oficina de impressão no Brasil e teve a visão de transformar o que seria a tipografia de uma Secretaria na Impressão Régia. Para a Corte, era a simples continuidade da Impressão Régia portuguesa, um ato burocrático. Para o Brasil, representava o início de uma nova era. Como estabelecera o decreto de sua fundação, não se limitou a imprimir papéis e documentos oficiais, como também estamparia muitas "outras obras".

A criação da Impressão Régia, que teve o monopólio da impressão no Rio entre 1808 e 1821, representou a implantação no país da indústria gráfica, da indústria editorial e da imprensa. Foi também autorizada a instalação de outra tipografia na Bahia em 1811 (ver p. 163). Segundo Max Fleiuss, esse decreto e a abertura dos portos, quatro meses antes, são "os dois maiores atos do governo do príncipe regente".

Hipólito José da Costa escreveu diversas vezes no *Correio Braziliense* sobre a importância de finalmente funcionar uma tipografia no país:

> O Mundo talvez se admirará, que eu vá enunciar como grande novidade, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o fato. Começou o século XIX, e ainda os pobres Brazilienses não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens; nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o Governo que o proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar asilo nas praias da nova Lusitânia. [...]
> Saiba pois o Mundo, e a posteridade, que no ano de 1808, da era Cristã, mandou o Governo Português, no Brasil, buscar na Inglaterra uma Impressão,1 com os seus apendículos necessários; e a remessa que daqui lhe fez importou em CEM LIBRAS ESTERLINAS!!! [...] Tarde; desgraçadamente tarde: mas enfim aparecem tipos no Brasil.

Meses depois, Hipólito externa seu júbilo ao pôr a mão num impresso feito no Brasil: "É com prazer além de ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil (já no Brasil se imprime!)".

O novo secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Rodrigo Sousa Coutinho, tinha sido o criador da Casa do Arco do Cego em Lisboa, que imprimiu uma série de obras escritas especificamente para o Brasil e se notabilizou pela excelente qualidade gráfica (ver pp. 96 ss.). Sousa Coutinho era também um dos mais zelosos defensores da censura das obras impressas.

A Casa do Arco do Cego foi incorporada à Impressão Régia de Lisboa. Segundo A. da Cunha Barbosa,2 frei Veloso e dois de seus gravadores conseguiram vir ao Brasil e passaram a trabalhar na Impressão Régia, embora não haja evidências da participação de Veloso.

MÃO DE OBRA, PRELOS, TIPOS

A primeira tipografia brasileira enfrentou, desde o início, um problema recorrente que tiraria o sono dos estabelecimentos gráficos brasileiros ao longo de duzentos anos: a escassez de mão de obra qualificada. Ante a falta de tipógrafos, teve que recorrer ao pessoal da mesma armada que tinha trazido a Corte para o Brasil. Como escreveu o coronel Ernesto Senna:3

Para atender à falta de operários que conhecessem a arte tipográfica, logo que foi instalada a Impressão Régia mandou o Príncipe Regente que fossem dispensados do serviço diversos soldados da Brigada Real de Marinha, que se achavam embarcados na nave *Príncipe Real*, para servirem de compositores e alguns grumetes da *Medusa*, por terem prática do serviço de tipografia, para servirem naquele estabelecimento.

Ainda assim, o número de tipógrafos era insuficiente. A Impressão Régia divulgou um aviso admitindo "aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor etc. e oficiais dos mesmos ofícios, e quaisquer outros, que lhe sejam pertencentes, como fundidores e estampadores etc.". Foram contratados vários aprendizes no Rio, de modo que a Impressão Régia seria a principal fornecedora de mão de obra para as oficinas que surgiram anos depois.

Os equipamentos da tipografia instalada no Rio eram de excelente qualidade. Os dois prelos comprados na Inglaterra eram de ferro, construídos pela Stanhope, os mais modernos da época e bem superiores aos equipamentos tradicionais de madeira. Seriam os primeiros prelos Stanhope a funcionar em Portugal se não tivessem sido embarcados para o Brasil (ver p. 432). Dada a enorme demanda de material impresso, que as instalações da nova tipografia não conseguiram atender, e para reduzir sua dependência do exterior, em 1809 foi construída uma prensa de madeira, tendo os Stanhope como modelo. Uma placa dizia que se tratava do primeiro prelo fabricado na América do Sul;[4] na verdade, um já tinha sido feito pelos guaranis nas missões jesuíticas (ver p. 73). A Impressão Régia adquiriu em 1845 o primeiro prelo mecânico; em 1850 já tinha mais seis prensas de ferro francesas e seis inglesas.

A receita da Impressão Régia aumentou substancialmente quando em 1811 foi incorporada a Real Fábrica de Cartas de Jogar,[5] que tinha o monopólio dessa impressão extremamente rentável — falsificar cartas de jogar era tão rendoso quanto imprimir dinheiro, diz Rizzini —, e que proporcionou parte dos recursos para financiar as atividades editoriais da entidade.

Além de construir uma prensa de madeira, a Impressão Régia decidiu instalar uma fundição de tipos. Um funcionário, Alexandrino José das Neves, foi enviado à Inglaterra, onde ficou dois anos para aprender o processo. Quando voltou ao Rio houve um desentendimento em relação ao salário e ele retornou a Lisboa, onde trabalhou na Impressão Régia portuguesa como mestre de fundidores e depois abriu sua própria fundição. O Brasil continuou importando a maioria dos tipos usados no país. Com o tempo, e sem um serviço adequado e contínuo de conservação e manutenção, os prelos e os tipos se deterioraram (ver p. 433).

Em 1837, houve uma tentativa de renovação da tipologia com a instalação de uma oficina de fundição de caracteres mediante um acordo com a casa Samuel & Phillips de Londres, que mandou ao Brasil um mestre fundidor. Ele não conseguia comunicar-se facilmente com os empregados da fundição, que não aprenderam nada. Faltava também material apropriado, e a experiência foi encerrada com um custo elevado. Um relatório de 1840 mostra que de 40 mil libras de peso de tipos (dezoito toneladas), pouco mais de 6,4 mil libras (2,9 toneladas) poderiam ser utilizadas, e não simultaneamente, porque os tipos foram comprados de forma aleatória e de diferentes fundições. Só em 1859 foi criada definitivamente a oficina de fundição.

A instrução dada à Impressão Régia pelo decreto de fundação para, além dos papéis oficiais, "imprimir todas e quaisquer outras obras" não podia ser interpretada ao pé da letra. Uma censura férrea de todas as obras impressas, como a que existia em Portugal, foi instaurada no Brasil. A junta diretora da Impressão era, na verdade, uma junta censora, que tentava impedir que ideias impróprias e desestabilizadoras fossem impressas pelos prelos reais. O mesmo rigor era imposto às obras importadas e às vendidas publicamente.

ALTO PADRÃO DE ELEGÂNCIA E BELEZA

Apesar da censura, a Impressão Régia desempenhou uma importante função editorial. Publicou mais de 1200 obras, entre as quais um bom número de livros de indiscutível valor, continuando também, de certa maneira, o trabalho da tipografia do Arco do Cego de Lisboa na tradução e divulgação de obras científicas. Wilson Martins[6] diz que a Impressão Régia "concorreu de maneira extraordinária para o progresso dos espíritos, ultrapassando, de certo modo, os limites das suas funções específicas". Ele vê, na lista de livros publicados, "a curiosa atmosfera de liberalismo e cientificismo que dominava naquele momento os meios intelectuais brasileiros, com predomínio de obras de ciência, economia, política, direito", e conclui que a Impressão Régia facilitou a mudança do clima intelectual do Brasil.

Borba de Moraes[7] afirma que a Imprensa Régia publicou dezenas de livros de real valor cultural: "Não exagero afirmando que somente na segunda metade do século XIX, quando as editoras Leuzinger e Laemmert estavam no auge, é que tivemos editoras comparáveis". Já Carlos Rizzini[8] minimiza a importância dessas obras, dizendo que a tipografia produziu na maioria opúsculos e avulsos insignificantes e apenas "algumas obras científicas dignas de memória"; Marques de Melo[9] troca a expressão "algumas" por "pouquíssimas", e afirma que a produção foi "limitada e medíocre".

A qualidade dos trabalhos gráficos é elogiada por Ana Maria de Almeida Camargo e Borba de Moraes: "ficamos admirados com a qualidade dos impressos. São composições de um bom gosto, de uma sobriedade de fazer inveja aos nossos impressores atuais. Raramente, mas muito raramente na verdade, a tipografia brasileira atingiu um padrão tão alto de elegância e beleza". A respeito de alguns livros, comentam: "A impressão é nítida e clara, a distribuição do texto e das notas nas páginas, a proporção das margens, tudo é perfeito. Não se faria melhor na Europa". Borba de Moraes prossegue entusiasmado:

> Sob o ponto de vista tipográfico, não há dúvida de que os impressores de hoje teriam muito o que aprender vendo os livros e folhetos da Impressão Régia. Esses compositores anônimos, vindos de Portugal, conheciam seu "métier". Eram mestres, sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa época são obras-primas de tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil![10]

Paulo Duarte foi também um admirador da qualidade gráfica da Impressão Régia:

> Rio de Janeiro ficou sendo o único ponto em que se podiam imprimir livros no Brasil, e imprimiram-se esplêndidos, como se pode ver, por exemplo, de uma edição, de um *Ensaio sobre a crítica de Alexandre Pope*. […] Tudo nesse livro é bem-feito, desde a escolha dos tipos, a impressão e a excelente qualidade do papel, até um retrato de Pope, em aço, desenhado e gravado por Fernão Eloy de Almeida11 (ver figura 20).

Mas tão grande era a demanda pelos serviços gráficos que alguns livros demoraram anos para serem impressos, e outros nunca o foram. A tipografia instalada na Bahia atraiu muitos dos trabalhos que a Impressão Régia não conseguiu atender. Além disso, os preços cobrados pela tipografia do Rio eram considerados altos, ficando mais barato encomendar a impressão na Bahia, apesar do custo do frete marítimo.

A maioria dos livros da Impressão Régia que tanto entusiasmo despertaram foi impressa nos primeiros anos. Em 1815, deixou de ficar subordinada à secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e passou para o ministério da Fazenda. Mudou várias vezes de nome, passando a ser Real Officina Typographica, Tipographia Nacional, Tipographia Imperial, lmprensa Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, e Imprensa Nacional. Como consequência da Revolução Liberal do Porto de 1820 e da liberdade de imprensa, foram instaladas outras duas tipografias no Brasil e mais quatro no ano seguinte. Em 1821, recebeu nove prelos novos da Inglaterra e no ano seguinte um dos Estados Unidos, mas já tinha perdido o monopólio da impressão, e passou a se dedicar basicamente a estampar panfletos, cartas e proclamações.

2. *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-22)1
Primeiro redator: frei Tiburcio José da Rocha

A Corte introduziu a tipografia no Brasil com a instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro no mesmo padrão da Impressão Régia de Lisboa, e o mesmo foi feito com a imprensa. Em lugar da *Gazeta de Lisboa*, que divulgava os atos oficiais e notícias laudatórias, previamente censuradas, foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Até a mesma curiosa estrutura societária da publicação portuguesa foi mantida. Como compensação salarial aos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Lisboa, que reclamavam de ter remuneração inferior à de outros funcionários, o governo lhes cedeu, em 1760, a propriedade e os lucros da *Gazeta de Lisboa* (ver p. 142). Quase meio século mais tarde, a Corte no Brasil entregou aos oficiais dessa mesma Secretaria o privilégio de publicar não apenas a *Gazeta do Rio de Janeiro*, como também "gazetas e papéis periódicos de qualquer natureza". Isto é, eles receberam o monopólio da imprensa em todo o país. Como se tornaria hábito no Brasil, um bem público estava sendo usado em benefício privado.

O PRIMEIRO JORNAL

O primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou no dia 10 de setembro de 1808, um sábado. Tinha, como a *Gazeta de Lisboa*, quatro páginas tamanho in-quarto2 (13,5 x 19 cm), com texto em uma coluna quase da largura da página. Podia ser comprada na loja de Paulo Martin Filho, mercador de livros. O exemplar custava oitenta reais e a assinatura semestral por 1800 réis (ver figura 22).

A *Gazeta* informou no primeiro número que era uma folha independente: "Esta *Gazeta*, ainda que pertença por Privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é, contudo, oficial e o Governo somente responde por aqueles papéis que nela mandar imprimir em seu nome". Na prática, o conde de Linhares, mão direita do príncipe regente, orientava a publicação.

Já na segunda semana mudou a periodicidade para bissemanal, saindo às quartas-feiras e aos sábados; em 1821, para trissemanal, saindo às terças, às quintas e aos sábados. Eram frequentes

os números extraordinários, publicados quando o redator tinha recebido informações que, ao seu critério, não podiam esperar pela próxima edição regular. Custavam 160 réis.

Sua principal função era divulgar as notícias, com pouca ou nenhuma opinião, e sem muita preocupação em dar destaque a temas como economia, literatura ou artes, embora não estivessem totalmente ausentes. Publicava atos oficiais, textos da *Gazeta de Lisboa* e, durante os primeiros anos, copiosas informações sobre a guerra de Portugal, Espanha e Inglaterra contra as tropas de Napoleão na península Ibérica (estas eram de particular importância tanto para Portugal como para o Brasil e com frequência ocupavam quase metade do texto da *Gazeta*). Depois de vários anos, passou a inserir abundantes notícias marítimas e, em 1821, informações políticas.

Um dos atrativos da *Gazeta* eram os anúncios. Vendiam-se escravos, navios, cavalos, fazendas, livros, jornais importados, carruagens inglesas, tecidos e vestidos avariados durante a viagem no navio. Procuravam-se objetos perdidos, meninos e cavalos extraviados, escravos fugitivos, empregadas que soubessem lavar roupa, engomar e coser, negros ferreiros, capelão e cirurgião para navio negreiro. Ofereciam-se serviços de despachante por módicos preços, médicos que curavam hérnias no escroto com toda a perfeição e aulas particulares.

Não há dados sobre a circulação. Juarez Bahia estima que chegasse a mil exemplares nas primeiras semanas, um número elevado para um lugar que até então tinha vivido sem jornais. Mas pode inferir-se que a demanda por informações era grande a julgar pelo rápido aumento da periodicidade.

Não apenas a *Gazeta de Lisboa*, mas outras folhas como o *Diario Lisbonense*, o primeiro a circular diariamente em Portugal, usavam a *Gazeta do Rio de Janeiro* para informar-se sobre o Brasil. Transcreviam suas notícias com frequência, embora com atraso de até cinco meses. A principal fonte de informação do exterior eram os jornais estrangeiros que chegavam por navio, com considerável atraso. O primeiro número da *Gazeta*, de 10 de setembro, publicava informações de 30 de abril de Amsterdam e de 12 de junho de Londres. O segundo, de 17 de setembro, trazia notícias de Roma de 21 de maio e de Londres de 28 de junho.

Como seu modelo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* tinha um único redator. Nos primeiros anos foi editada e escrita por frei Tiburcio José da Rocha, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que fora acusado e absolvido pela Inquisição em três processos de heresia. Com a morte de seu protetor, o conde de Linhares, e as mudanças decorrentes de sua substituição pelo ministro da Guerra, o conde das Galveias, que interferia em excesso no jornal, o padre preferiu sair. Manteve, no entanto, a renda, pois conseguira ser nomeado oficial da Secretaria e era um dos donos do jornal.

Ele foi substituído em 1813 pelo coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães,[3] baiano, professor de matemática, engenheiro militar e escritor de várias obras de cunho técnico — como os *Elementos de astronomia para uso dos alunos da Academia Real Militar* — publicadas pela Impressão Régia, de cuja junta diretora era um dos membros. Acumulou as aulas de matemática

com a redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, durante dois anos, com a publicação da revista *O Patriota* (ver p. 171). Foi considerado o primeiro jornalista profissional brasileiro. Em 1821 manteve uma áspera polêmica com o cônego Francisco Vieira Goulart, cujas críticas, aparentemente sem base, considerou "uma seta envenenada", e teve um desentendimento com os oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra que detinham o privilégio da publicação da *Gazeta*.

Quando a folha aumentou o formato — a partir de 1811, acompanhando a quantidade de informações e o interesse dos assinantes, iniciando uma prática constante da imprensa no século XIX: aumentar o formato em vez de o número de páginas — e a periodicidade passou para três dias por semana, pediu um aumento. Os oficiais julgaram "exorbitante" a reivindicação, pois achavam que ele já era muito bem pago, e o demitiram. Em sua despedida, em agosto de 1821, Araújo Guimarães afirmou que, quando assumiu a redação, a *Gazeta* se achava num "estado de descrédito e quase abandono", mas que depois houve um "sucessivo progresso", e que deixava a folha por "motivos econômicos". Depois diria que tinha sido despedido.

Em outubro de 1821, ele lançou *O Espelho*, um jornal extremamente agressivo, dedicado à defesa do monarca, no qual d. Pedro I escrevia sob pseudônimo. Araújo Guimarães polemizou longamente com as folhas liberais, como o *Reverbero Constitucional Fluminense* e *A Malagueta*. Foi deputado nas Cortes constituintes e mais tarde dirigiu o *Diário Fluminense*, também de orientação oficial, sucessor do *Diário do Governo*.

Seu substituto na *Gazeta* foi precisamente o cônego Vieira Goulart, com quem tinha polemizado. Vieira Goulart, natural dos Açores, fora redator de *O Bem da Ordem*, jornal publicado às expensas do erário, e nele atacara Araújo Guimarães. Usou a *Gazeta* para autopromoção, disse que seu antecessor tinha abandonado o cargo de redator e fez uma folha mais opinativa que seus antecessores, e, como todos os jornais partidários do governo, combateu as publicações liberais, principalmente o *Reverbero Constitucional Fluminense* (ver p. 191).

Em 1822, o jornal encolheu o nome para *Gazeta do Rio*. Sua última edição foi publicada em 31 de dezembro daquele ano. No dia 2 de janeiro de 1823 reapareceu como *Diário do Governo*, com Vieira Goulart como redator.

DOCUMENTO DA VIDA COTIDIANA

Poucos jornais foram tão criticados no Brasil como a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A opinião de John Armitage, comerciante e historiador inglês que morou sete anos no Brasil, amplamente difundida e repetida, balizou a maioria das opiniões que viriam depois. Ele escreveu, que por meio da *Gazeta*:

> só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde de todos os Príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com algum documento de ofício, notícias dos dias natalícios, odes, e panegíricos a

respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.

John Armitage qualifica o *Diário Fluminense* como

digno sucessor da *Gazeta do Rio* do tempo do governo absoluto, raras vezes condescendia em ilustrar o entendimento de seus leitores. Alguns artigos oficiais, uma lista de entradas e saídas de embarcações, extratos dos jornais europeus a respeito da Espanha e Turquia, e longas diatribes sobre os horrores da democracia formavam a soma total do seu contexto. Acerca da carta de lei, ainda que objeto de suma importância para todos os homens reflexivos do Império, nem uma palavra se escrevia. Apareciam por vezes alguns boletins da guerra no Sul, mas como fossem sempre a favor da causa imperial, ao mesmo tempo que a guerra parecia muito longe do seu termo, começou-se a suspeitar de sua autenticidade.4

Nelson Werneck Sodré5 compartilha essa visão depreciativa. Para ele a *Gazeta do Rio*, "um arremedo de jornal", "era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa"; acrescentava que "nada nele constituía atrativo para o público, nem era essa a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado".

Richard Romancini e Cláudia Lago6 escreveram que o jornal era, "em sentido mais pejorativo, bajulador e subserviente, 'chapa branca'". Bethania Sampaio Corrêa Mariani disse: "a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um jornal feito pela Corte e voltado para atender seus interesses [...] O Brasil e os brasileiros simplesmente não existiam nas páginas da *Gazeta*". Hipólito José da Costa se refere a ela como a "mísera *Gazeta do Rio de Janeiro*, em que se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga".

Alfredo de Carvalho7 repete a opinião de Teixeira de Mello: "este periódico [...] quase nenhuma influência exerceu sobre os negócios do Brasil, limitando-se à publicação de atos oficiais e à transcrição de notícias estrangeiras, sobretudo das que diziam respeito à França, então sob o domínio de Napoleão". Wilson Martins8 concorda e acrescenta que sua importância é puramente histórica.

Essas críticas, ainda que exageradas e às vezes caricaturais, não estavam fundamentalmente erradas. O jornal nada publicava que desagradasse à Corte. Mas a *Gazeta do Rio de Janeiro* era algo mais do que um jornal "áulico": continha informações de interesse para uma sociedade que até então não contava com nenhum jornal impresso. A opinião dos historiadores está mudando.

Maria Beatriz Nizza da Silva9 escreve que a crítica "não fazia justiça ao real conteúdo da gazeta, muito mais variado do que Armitage deixa entender". Ela afirma que o jornal é precioso como documento da vida cotidiana, retratando a maneira de morar, comer e vestir. A seleção de notícias não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação, "mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado" e há temas "de interesse geral, como a abertura de estradas e canais, os projetos de colonização, os incentivos à agricultura, a domesticação dos índios etc. Alguns aspectos da vida mercantil da praça do Rio de Janeiro aparecem com mais clareza na *Gazeta* do que em outro tipo de documento". O jornal constitui

"uma documentação relevante para a história do cotidiano carioca, do livro e da leitura". Esclarece ela, porém, que ninguém vai estudar a Revolta de Pernambuco de 1817 em suas páginas, isto é, a autora considera o jornal uma boa fonte de informação sobre a sociedade e hábitos do Rio na época, mas não das tendências políticas que estavam surgindo, que devem ser procuradas no *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (ver p. 120).

Segundo Marco Morel:

> Uma questão recorrente na historiografia brasileira sobre a imprensa, mais particularmente sobre o surgimento dos periódicos em princípios dos oitocentos, é a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos destes primeiros tempos da imprensa. Tais características não me parecem, em termos analíticos, suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise.10

Para Nelson Varón Cadena,11 "é injusta e preconceituosa a imagem construída pelos historiadores em torno da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Imagem esta que prevalece no ensino de história do jornalismo nas universidades brasileiras".

Essas opiniões mudam, talvez de maneira excessiva, o pêndulo da balança. Mas servem como saudável contrapeso às críticas anteriores.

3. *Correio Braziliense* (1808-22)[1]
Redator: Hipólito José da Costa

Hipólito José da Costa foi o jornalista mais influente do Brasil no período anterior à Independência. Seu jornal, o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, editado em Londres, um áspero crítico do governo instalado no Rio de Janeiro, contribuiu para a formação da consciência nacional. Vários de seus escritos não perderam a atualidade. Como disse Affonso Arinos de Mello Franco, "ainda hoje ficamos admirados com a precisão do julgamento de Hipólito".

Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu em 25 de março de 1774 na Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, um enclave português às margens do rio da Prata que pertencia à capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e que hoje forma parte do Uruguai. Era membro de uma próspera família da região de Pelotas. Estudou em Porto Alegre e se formou em direito e filosofia em Coimbra. Foi um dos protegidos de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e dos Negócios de Ultramar, e futuro conde de Linhares, que o enviou aos Estados Unidos e ao México, em setembro de 1798, três meses depois de sua formatura, com a missão de estudar o cultivo de plantas úteis ao Brasil, a mineração e a indústria nesses países. Ele deixou um diário dessa viagem que durou quase dois anos. Sem receber os recursos que o governo deveria lhe mandar, sobreviveu com dinheiro emprestado, e não conseguiu chegar ao México (ver figura 23).

A viagem aos Estados Unidos contribuiria de maneira decisiva para sua formação política pelo contato direto com a democracia e a liberdade de expressão, e por sua filiação à maçonaria. Em Lisboa, para onde retornou em fins de 1800, participou da tipografia e editora do Arco do Cego por mediação de Sousa Coutinho; e foi nomeado diretor da Impressão Régia quando esta incorporou o Arco do Cego (ver p. 96).

Em 1802 Sousa Coutinho o enviou a Londres com a missão de adquirir livros para a Biblioteca Pública e equipamento e material para a Impressão Régia. Hipólito aproveitou para conhecer a França e fazer contato com os maçons ingleses, principalmente o príncipe Augustus Frederick, duque de Sussex, nono dos quinze filhos do rei Jorge III e o mais popular de todos, irmão do rei Guilherme IV e alto cargo na maçonaria britânica; ele que seria seu protetor. Conheceu também

em Londres diversos militares latino-americanos, como Simón Bolívar e Francisco de Miranda, que mais tarde lutariam contra a Coroa espanhola pela independência de seus países.

Hipólito foi avisado de que seria preso quando retornasse a Lisboa. Voltou assim mesmo e, efetivamente, foi detido em julho de 1802 pela polícia de Pina Manique, célebre pelo fanatismo e pela intransigência, e transferido para a prisão do Santo Ofício, em regime de "rigorosa incomunicabilidade". Sua saúde ficou seriamente abalada pelas precárias condições do cárcere. Conseguiu fugir três anos depois, chegando a Londres em 1805 através de Gibraltar.2 Sobreviveu nos primeiros anos com a ajuda do duque de Sussex e da maçonaria fazendo traduções e dando aulas.

Casou em 1817 com Mary Ann Troughton, filha de um funcionário da alfândega inglesa, com a qual teve três filhos. Antes, engravidara uma amante, possivelmente filha de W. Lewis, dono da tipografia que imprimia o *Correio*. Esse evento levou o historiador Francisco Adolpho Varnhagen, visconde de Porto Seguro, a dizer que "não foi um modelo de virtudes, e que pelo contrário passou parte da vida devassamente".

Publicou o *Correio Braziliense* durante quase quinze anos e manteve outros afazeres e negócios, entre os quais a intermediação comercial, e sabe-se que levava uma vida confortável. Frágil de saúde, morreu em 11 de setembro de 1823, aos 49 anos. Nos últimos meses de vida participou da missão diplomática do Brasil na Inglaterra. Foi nomeado cônsul-geral nove dias depois de sua morte em Londres.

O PRIMEIRO JORNAL DO BRASIL

O *Correio Braziliense ou Armazem Literario* começou a circular em junho de 1808. Foi impresso nos primeiros anos por W. Lewis, em Paternoster Row, na City de Londres, depois em St. John's Square, Clerkenwell, na oficina do próprio *Correio Braziliense*, de janeiro de 1812 a dezembro de 1816, e finalmente por L. Thompson, também na oficina do *Correio* em Great St. Helens, Bishopsgate Street, a partir de janeiro de 1817. Mecenas Dourado informa datas diferentes e diz que já do segundo semestre de 1811 em diante o *Correio* foi impresso em oficina própria3 (ver figura 18).

O jornal foi publicado mensalmente até dezembro de 1822. Foram 175 edições de pequeno formato, in-oitavo — 14 x 22 centímetros —, e um número de páginas variável, entre cem e 150; a última edição chegou a 623 páginas. Circulava na Inglaterra, onde era lido por comerciantes com interesses em Portugal e, principalmente, no Brasil. Tinha quatro seções: Política, de longe a mais importante, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, e Miscelânea. Na última seção eram incluídas as "Reflexões sobre as novidades do mês", nas quais se comentavam os acontecimentos da atualidade, e a correspondência. Os historiadores de Portugal consideram o *Correio Braziliense* um jornal português, e os brasileiros, o primeiro jornal do Brasil. Foi também o primeiro dos jornais em língua portuguesa publicado em Londres e, sem dúvida alguma, o

mais influente. O *Correio* oferecia aos leitores do Brasil informações do exterior e foi a primeira publicação a fornecer aos leitores do exterior sistematicamente notícias sobre o Brasil, embora não fosse esse seu objetivo principal. Hipólito deu ao jornal o nome de "braziliense" porque era essa, em sua opinião, a designação de quem nascera no Brasil; "brazilianos" eram os indígenas; e "brazileiros", os portugueses e estrangeiros que aqui moravam.

Varnhagen não considerava Hipólito um bom escritor: "Não é modelo de estilo ou de linguagem; antes pelo contrário, nesse sentido há muito o que desculpar a um homem que vivia em país estrangeiro". Para Carlos Rizzini, "não fulgia na sua pena a graça de Joaquim Ferreira, do *Padre Amaro*,4 mas manejava-a com tino e firmeza". Antonio Candido, pelo contrário, viu nele um bom mestre do estilo jornalístico, por escrever com clareza e convicção, tentando mostrar que suas opiniões eram fruto da razão e da observação da experiência de outros países, que podia ser aplicada no Brasil.

Ao *Correio* é atribuída uma importante participação "na queda do absolutismo e no advento das liberdades e instituições civis", como observa Carlos Rizzini. Mas o objetivo inicial do jornal era bem mais modesto. Hipólito, na apresentação do primeiro número, escreveu: "desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto", para informar aos leitores no Brasil sobre as melhorias em outros países nas ciências e nas artes e "transmitir a uma nação longínqua, e sossegada, na língua, que lhes é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo".

Hipólito se coloca como um correspondente para informar ao Brasil o que acontece na Europa. Nos sete primeiros números do *Correio*, das aproximadamente 650 páginas de texto publicadas menos de cinquenta se referem ao Brasil. Predominam as informações sobre a Guerra Peninsular contra as tropas de Napoleão e as notícias sobre questões portuguesas. Só posteriormente é que aumentariam as análises sobre questões brasileiras.

O *Correio* foi editado em Londres por não ser possível fazê-lo no Brasil: "A dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura prévia, já pelo perigo a que os redatores se exporiam falando livremente das ações dos poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros". Assim,"pode dizer-se, que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil". Como o *Correio*, várias publicações em língua portuguesa foram impressas na França e na Inglaterra para fugir da censura.

O primeiro número chegou ao Brasil em outubro. O representante comercial de Hipólito no Rio de Janeiro era Jorge João Dodsworth, leiloeiro da rua da Alfândega, que anunciava regularmente a chegada, pelo navio procedente de Liverpool, dos exemplares do *Correio Braziliense*. Mais tarde, o responsável pela distribuição foi Manuel Bernardes da Veiga, que mostrou pouca competência na tarefa. O jornal custava no Rio a elevada soma de 1280 réis, dos quais 110 representavam o custo do correio. Na Bahia, era vendido por 900 réis, ou até 800. A chegada era irregular, pois as remessas, "pela incerteza da saída dos paquetes e navios,

inutilizam a pontualidade da publicação mensal de um Periódico cujo escopo é unicamente o Brasil: e aonde não pode chegar com regularidade de tempo".

As notícias que o *Correio*, uma publicação mensal, imprimia em Londres sobre a Europa demoravam várias semanas para chegar, mas eram a principal fonte de informações de que dispunha o Brasil — além da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um jornal oficial de apenas quatro páginas, que circulava duas vezes por semana. Com frequência o *Correio* publicava documentos e comunicados na íntegra e é possível que a Corte fosse mais bem informada de muitos acontecimentos da Europa pelo jornal de Hipólito José da Costa do que pelas suas embaixadas. Também eram lidos no Brasil outros jornais em língua portuguesa editados em Londres.

O transporte era um grande obstáculo para os escritos do *Correio* sobre o Brasil. As informações tinham que ir do país para Londres, onde eram escolhidas, analisadas e impressas e enviadas de volta, num circuito de vários meses. A edição de outubro informou sobre a criação da Impressão Régia em maio e dificilmente deve ter chegado às mãos dos leitores antes de dezembro. Ainda assim o jornal era bem recebido e a principal fonte de informações sobre o exterior de que dispunha o Brasil. Seus comentários e observações representavam uma visão independente e eram importantes até para um soberano absoluto como o príncipe regente d. João. Com frequência o *Correio* publicava documentos e comunicados na íntegra. Numa sociedade até então fechada, em que a tipografia e o único jornal do Rio eram ainda monopólio e os livros estavam submetidos a censura, uma publicação livre certamente causou um forte impacto numa minoria dirigente.

As reflexões, análises e conselhos a respeito do Brasil e do seu futuro — ou, como Hipólito disse, "a nossa opinião a bem de nossa pátria" —, escassos nos primeiros números, ganhariam importância mais tarde, quando, como ele reconheceu, o jornal passou a receber uma grande quantidade de informações e documentos oficiais do país pelo correio de uma ampla rede de correspondentes. O fim da luta contra os franceses, que saíram de Portugal definitivamente em 1813, com a derrota de Napoleão, tirou das páginas o tema que mais espaço ocupara em anos anteriores e permitiu dar mais atenção às questões do Brasil. Nos últimos anos, as notícias e comentários sobre o país seriam o eixo da publicação.

As grandes questões que abordou e suas reflexões sobre elas deixavam transparecer um racionalismo raro no Brasil e fizeram de Hipólito um escritor sempre atual. Num período em que o monarca tinha poderes absolutos, ele pregava a segurança jurídica e um sistema de pesos e contrapesos, e alertava sobre os perigos da extrema submissão às opiniões do governo. Temia também as consequências inevitáveis de entregar a uma pessoa um poder sem limites. "Conceder a um indivíduo, poderes sem restrição, como têm os *déspotas* chamados governadores no Brasil, e supor que não empregarão esse poder em satisfazer as suas paixões, é supor uma contradição na natureza humana." E acrescentava: "Não há-de haver ninguém que tenha o poder de mandar prender, soltar, cobrar títulos, administrar as rendas reais etc., sem um poder ou autoridade correspondente em outra pessoa de diferente classe, que sirva de

impedimento e previna o abuso daquele poder".

Para opor-se ao poder absoluto do soberano defendia a monarquia constitucional, os direitos do povo, a soberania das Cortes — na época, sinônimo de Parlamento. Escrevia que as Cortes eram parte integrante do governo e que aos reis não cabia dispensá-las. Queria a extensão, "às Câmaras, únicas corporações populares no Brasil, [dos mesmos] direitos de que sempre gozaram as Câmaras em Portugal5 [e que] formam as bases das Cortes". Para reforçar a necessidade de instituições que limitassem o poder Régio, ele lembrou as "excelentes instituições" espanholas, que tinham sido aniquiladas, e mencionou "a fórmula que repetia em Aragão o Juiz do Povo (*el Justicia*) a El Rey na sua Coroação: *Nos, que valemos quanto* [sic] *vos, os hacemos nuestro Rey y Senhor* [sic]*, con tal que guardeis nuestros fueros, e* [sic] *libertades, que sino* [sic], *no*". Isto é, o rei era soberano por delegação da vontade do povo, que era igual a ele, e desde que cumprisse o contrato com os súditos. Acrescentou Hipólito que quando os reis da Espanha ultrapassaram esses limites, a decadência do país foi tão rápida quanto foram extraordinários os poderes concentrados no soberano.

Preocupado com a possível tentação do uso da força por quem a detém, Hipólito se manifestou contra o emprego do Exército nas questões internas do país e defendeu a subordinação do poder militar ao poder civil. Tendo sido perseguido e encarcerado pela Inquisição, defendia também a liberdade de culto. Foi veemente em sua condenação do primeiro tratado com Paris, assinado em 1814 pelo conde de Funchal, pelo qual entregava à França a atual Guiana Francesa, sem nenhuma compensação.

Sobre a vida política observou: "É vício de novos políticos, e infelizmente de alguns mais velhos, suporem que na política tudo é permitido. Isto é um erro fatal. A política não é a arte de obrar contra a Justiça; mas sim a ciência de conhecer quando convém usar dos direitos". Para ele, a solução estava em que todos trabalhassem para transformar a monarquia absoluta em constitucional.

Em relação à ordem econômica, preocupava-se com a falta de infraestrutura do país. A certa altura pedia "um Conselho de Minas, uma inspeção para abertura de estradas, uma redação de mapas, um exame da navegação de rios, [...] mas nada disso se arranja". Insistiu no combate aos monopólios públicos, ou aos outorgados a pessoas privadas, de artigos como pau-brasil, sal, tabaco, que eram uma maneira de "sufocar a indústria, de destruir o espírito de emulação, e de perpetuar os abusos". Mostrou como esses monopólios serviam para corromper os funcionários do setor público, inclusive ministros. Advogava pela industrialização dos produtos que o Brasil exportava sem processar. Reclamava que era uma vergonha que o açúcar fosse exportado em bruto para que os ingleses o refinassem e fornecessem a outros centros, inclusive as possessões portuguesas.

Dizia também que não cabia ao poder Executivo decidir sozinho a tributação imposta ao país: deveria haver aprovação pelas Cortes. E, contra a prática de manter sigilo nas questões orçamentárias, insistia em que as contas deveriam ser públicas.

O ensino foi uma de suas constantes preocupações. Hipólito lamentava que "não aparece o menor intento de estabelecer universidades, colégios, ou outros estabelecimentos semelhantes; e sem isto é quase impossível que o Estado tenha homens capazes de governar". Defendia também a mudança da capital para o interior do país.

Como acontecera nos Estados Unidos, que se tornou um país independente mas continuou adotando o trabalho escravo, no Brasil e em Portugal, durante o período da Independência, a questão da escravidão tornou-se uma área conflituosa. Como Portugal abolira a escravidão, nas Cortes de Lisboa os delegados portugueses queriam estender a medida ao Brasil, enquanto os representantes brasileiros defendiam o trabalho escravo como necessário para a lavoura, dada a falta de mão de obra. José Bonifácio de Andrada e Silva instruiu os representantes brasileiros nas Cortes para que pedissem a "igualdade de direitos políticos e civis, quanto o permitisse a diversidade dos costumes e território e das circunstâncias estatísticas" — essa "diversidade" eram os escravos. Os códigos civil e criminal deveriam, segundo José Bonifácio, levar em consideração a diversidade de cor e estado das pessoas, umas livres e outras escravas.

Hipólito foi contra a opinião dominante na delegação brasileira nas Cortes e combateu o tráfico de escravos e a escravidão. Dizia que "se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação num sistema de liberdade constitucional é uma contradição de tal importância, que uma coisa ou outra devem acabar". Concluía que os "brazilienses" nunca seriam um povo livre se não fosse resolvida a questão da escravatura, pois quem se educa em meio a escravos considera o despotismo algo natural. "A escravidão dos negros [...] é tão contrária aos princípios do direito natural e da constituição moral do homem, que é impossível que prospere, como deve, um país em que a escravidão se admite na extensão em que existe no Brasil." Não pregava, porém, a abolição imediata por temor às consequências desastrosas que traria, mas insistia que a escravidão teria que acabar, com uma gradual e prudente reforma.

Após a Independência, Hipólito continuou batendo na tecla de que era uma "ideia contraditória querer uma nação ser livre, e se o consegue ser, blasonar em toda a parte e em todos os tempos de sua liberdade e manter dentro em si a escravatura, isto é, o idêntico costume oposto à liberdade. [...] Os brasileiros, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas: ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravatura". Afirmou que era "preciso encontrar o mal cara a cara", e se admirou do silêncio que os escritores brasileiros guardavam sobre o assunto. O convívio com escravos, disse, nos torna escravos.

Mecenas Dourado6 observa que, depois da abolição no Brasil, o antigo senhor, perdendo o escravo sobre quem mantinha o poder civil, pensou exercer o mando político dentro do esquema moral sobre o qual foi educado na escravidão.

Hipólito também defendeu a imigração, para aumentar a população do Brasil e substituir o trabalho escravo pelo braço livre. Mencionava a necessidade de "atrair emigrados de todas as partes da Europa, para o que é necessário assegurar-lhes a liberdade pessoal e o direito de propriedade", além da segurança pessoal.

Tão importante ou mais do que tudo isso era o fato de que Hipólito queria despertar a consciência da população em si mesma: "Um povo, para obrar com energia, é necessário que sinta a sua existência política; que tenha voto mais ou menos direto nos negócios da nação. O povo, que não goza isto, facilmente se reduz a um rebanho de carneiros, incapazes de ações grandes; e até de defender a pátria". Também quis mostrar a necessidade que o povo tem de perceber sua própria existência como um corpo político consciente de seus direitos e obrigações e participante das definições sobre o rumo do país. Dizia ele:

> uma multidão ajuntada pela força [...] não se pode dizer que está unida, nem tal povo constitui jamais um povo. É a liga social, a confederação, o mútuo consentimento, fundado em algum bem ou interesse comum, expresso pelas leis, que unem os membros da comunidade e fazem de qualquer povo um. O poder absoluto aniquila o público, e onde não há público, na realidade não há pátria nem nação.

Hipólito tentava mostrar a necessidade de um objetivo comum, livremente definido, para a formação da identidade do país. Pregava a liberdade individual, a representação nas Cortes, a monarquia constitucional, mas, alarmado com a inquietação social e com os rumos que tomara a Revolução Francesa, tinha pavor da desordem pública e se opunha a qualquer sistema republicano. Afirmava que o terror desencadeado pela Revolução Francesa desatendia as proposições de reformas. Era partidário de profundas mudanças, mas feitas sem violência: "Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós que essas reformas sejam feitas pelo povo. Reconhecemos as más consequências desse modo de reformar — desejamos as reformas, mas feitas pelo Governo e urgimos que o Governo as deve fazer enquanto é tempo para que se evite serem feitas pelo povo". Isso soa como uma advertência: ou o governo faz as reformas já ou serão feitas com violência à sua revelia. Era isso que ele queria evitar.

Hipólito conclamava o povo a participar do poder, mas não a tomá-lo pela força. Achava que as revoluções deviam ser feitas pelos governantes, não pelo povo: "Um governo popular é na minha opinião o mais bem calculado para sacar a público os talentos, que há na Nação, e para desenvolver o entusiasmo, que resulta de se considerarem todos os cidadãos em via de ter parte ou voto na administração dos negócios públicos". Para ele, governo popular não significava "a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante, porque isto é o que constitui verdadeiramente a anarquia; e nesta se deve cair necessariamente todas as vezes em que o vigor e o entusiasmo do povo excedem a energia e o talento dos que governam". Disse, já cansado, que "foi por muitos anos nossa tarefa escrever para prevenir a revolução". Para prevenir a revolução, pregava as reformas. Foi dito dele que, "fazendo oposição, não deixava de ser homem de governo. Desejava a reforma, não o caos."

Essa atitude explica sua áspera reação ante a Revolução de Pernambuco em 1817. No começo Hipólito a viu com simpatia e a atribuiu ao descontentamento geral provocado pela "forma de administração militar, e por consequência despótica" da província. Os soldados não recebiam

soldos nem provisões e a população reclamava das pesadas contribuições, do recrutamento forçado para a guerra no rio da Prata, da corrupção do funcionalismo. O movimento ocupou Recife, instituiu um Governo Provisório e promulgou uma Constituição com base na dos Estados Unidos. Um dos líderes era Domingos José Martins, amigo de Hipólito, a quem conhecera em Paris e Londres, ligados também pelo vínculo da maçonaria.7

O Governo Provisório de Pernambuco enviou a Hipólito, por meio de um comerciante inglês, um pedido de ajuda e lhe ofereceu o cargo de ministro plenipotenciário da República junto a Sua Majestade Britânica para que conseguisse o apoio da Inglaterra, de maneira que, se não desse ajuda material à revolta, não tomasse o partido do "cruel opressor". Hipólito nunca respondeu e foi mudando de opinião sobre a rebelião, alarmado com sua radicalização, porque, "uma vez que as revoluções começam pelo povo, a tendência é sempre para a forma de governo republicano", e com a declaração de Pernambuco como Estado independente. Ele ficou preocupado ante o perigo da fragmentação do país em vários países soberanos, como estava acontecendo nas colônias espanholas.

Na insurreição, Hipólito via "não só a precipitação, erros e injustiça dos cabeças, mas a sua total ignorância em matérias de Governo, administração e modo de conduzir os negócios públicos". Achou que os revoltosos tinham se excedido numa ação "criminosa e imprudente". Muitos foram fuzilados, entre eles Domingos José Martins, sem que o amigo e companheiro de maçonaria lamentasse a sua morte. Ironicamente, a revolta foi atribuída na época à influência das doutrinas divulgadas pelo *Correio Braziliense*.

Para Hipólito, a lição da Revolução de Pernambuco foi mostrar que as reformas nunca se devem fazer pela força e pela efusão de sangue. Um jornal da Venezuela, o *Correo del Orinoco*, fundado por Simón Bolívar, atribuiu o apoio de Hipólito à Coroa e sua críticas aos rebeldes a uma tentativa de agradar o governo para que revogasse a proibição da entrada do *Correio* em Portugal. Em resposta, ele disse que as rebeliões eram um péssimo modo de tentar melhorar uma nação. "Foi isto o que tanto escandalizou aos republicanos da Venezuela", pois "os termos gerais por que censuramos a sedição em Pernambuco pareciam compreender também a reprovação do novo governo da Venezuela", ele diz, mas assegura que "não tínhamos em vista confundir a revolução de toda a América espanhola nem suas causas com o insignificante rebuliço em Pernambuco". A polêmica com o jornal venezuelano foi longa e acrimoniosa; as críticas à Revolução de Pernambuco provocaram o rompimento das relações com Simón Bolívar.

Hipólito, apesar de não querer mudanças pela força, apoiou movimentos que alteravam a ordem constituída, como a rebelião das colônias espanholas, que não foi pacífica. Justificava essa contradição alegando que a situação era diferente, uma vez que a Corte portuguesa já estava instalada no Brasil.

Em 1808, Hipólito desenvolvera a curiosa doutrina de que, como o rei Carlos IV da Espanha estava prisioneiro na França, e ele e seu filho Fernando tinham abdicado em nome de Napoleão,

o país ficara acéfalo. Segundo ele, o príncipe regente d. João tinha direito ao trono da Espanha e, portanto, a apossar-se das colônias espanholas na América, mas desencorajou qualquer veleidade de conquista com o argumento de que isso o levaria a esquecer a administração do Brasil.8

De qualquer forma, desde o começo, o *Correio* justificou o levante das colônias espanholas, dada a prisão do rei. Posteriormente, o jornal defendeu a independência das colônias não apenas em relação à França de Napoleão, mas também em relação à Coroa espanhola. Mas o apoio inicial de Hipólito não se restringiu às páginas do *Correio*. Ele teria ajudado Simón Bolívar a levantar na City de Londres um empréstimo para a Colômbia e chegou a agenciar armas, munições, navios e mercenários para as tropas rebeldes da América Latina.

Quando a região do rio da Prata iniciou um movimento para conseguir a independência, o Brasil interveio, tentando avançar as fronteiras. Hipólito aconselhou o governo do Rio a manter a neutralidade. Segundo ele, qualquer intervenção seria injusta e impolítica. Em 1820, comemorou a Revolução Liberal do Porto e a convocação das Cortes em Lisboa no ano seguinte.

Apesar de estar profundamente enraizado em Londres, Hipólito escreve que o acordo comercial com a Inglaterra assinado em 1810 era "indefensável". A cláusula de duração perpétua comprometia o futuro do Brasil e a reciprocidade oferecida era ilusória. Era um acordo leonino que eximia os ingleses de serem submetidos à Justiça brasileira e portuguesa; só poderiam ser julgados no Brasil por tribunais ingleses. Mas não havia reciprocidade para brasileiros e portugueses na Inglaterra, porque gozariam da "reconhecida equidade da jurisprudência britânica e da singular excelência de sua Constituição". O acordo, segundo o *Correio*, impunha obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento da agricultura e da indústria. Ao jornal, as cláusulas do acordo pareciam um insulto ao senso comum. É possível que o acordo comercial fosse um dos fatores de sua ruptura com o anglófilo d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Além disso, é necessário lembrar as ligações que mantinha com os comerciantes portugueses em Londres, que foram duramente prejudicados. Segundo d. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de Rodrigo, um dos diretores do clube de negociantes portugueses em Londres que se reunia na City Tavern, António Martins Pedra, era um dos financiadores do *Correio*.

Hipólito foi um paladino da manutenção de um Reino Unido entre Brasil e Portugal, com uma monarquia constitucionalista, porque acreditava que todos tinham a ganhar. Quando *O Investigador Portuguez* quis atacá-lo dizendo que não nascera português europeu, ele retrucou que nascer nesta ou naquela província do Reino Unido nunca pode servir de reproche a ninguém e que nos artigos "jamais advogamos medida alguma a favor do Brasil contra Portugal".

Hipólito afirmava que o Brasil não estava preparado para ser independente. Um dos obstáculos era "o pequeno número de gente instruída, relativamente à população", uma sociedade "sem conhecimentos políticos, sem nenhuma prática de formas constitucionais". Só quando o país se habituasse gradualmente ao regime constitucional e à liberdade poderia ser

independente. Inclusive quando as tensões entre brasileiros e portugueses se tornaram crescentes, com as Cortes querendo controlar diretamente desde Lisboa as diferentes províncias brasileiras, tornando inócua a situação do Rio como capital, e ainda convocaram d. Pedro, então príncipe regente, para sair do Brasil e viajar pela Europa, Hipólito continuou defendendo as decisões das Cortes de Lisboa e a união dos dois reinos.

A principal diferença política do *Correio* em relação aos outros jornais portugueses impressos em Londres (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, *O Portuguez*, *O Campeão Portuguez*) era a localização da capital. O *Correio* defendia o Rio de Janeiro; os outros jornais preferiam Lisboa, porque temiam que com a capital no Rio Portugal se tornasse na prática uma colônia do Brasil (ver p. 144).

Mas ante a decisão de Portugal de mandar tropas para manter o controle sobre o Brasil — uma medida, a seu ver, inútil e sem propósito, pois nada conseguiria — é que Hipólito começou a mudar de ideia. Essa posição marca uma separação dos comerciantes portugueses em Londres, defensores da decisão das Cortes de controlar o Brasil pela força, e que segundo ele queriam recobrar seu monopólio do comércio do Brasil.

Na edição de setembro de 1822, o *Correio* escreveu: "Está enfim decidido que o Brasil vai ser um Estado soberano e independente". Ele queria uma monarquia constitucional, mas com uma Constituição que seguisse o modelo da Constituição dos Estados Unidos, e defendeu a existência de duas Câmaras no Parlamento.

Em sua crítica a Hipólito e ao *Correio*, Nelson Werneck Sodré afirma que "todos os nossos grandes problemas foram por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que das nacionais". Ele não explica que "condições" eram essas. Mas é evidente que Hipólito vê os problemas do Brasil com uma óptica mais próxima de uma sociedade liberal como a inglesa que a partir dos valores de um regime absolutista como o português. Werneck Sodré também lamenta, em tom de crítica, que o *Correio* tinha "uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária."

Desde as primeiras edições, o *Correio* teve uma enorme influência tanto no Brasil como em Portugal. Não era um jornal lido pelas massas, em sua enorme maioria analfabetas e sem recursos para pagar o elevado preço do exemplar, mas era lido com atenção na Corte e entre a pequena elite culta e os comerciantes. Sua presença foi fundamental para explicar as questões de liberdade individual, os direitos políticos, como funcionava um regime parlamentar e o que era uma Constituição. O jornal *O Portuguez* escreveu que o governador de uma das capitanias, toda vez que tinha que lavrar um ato ou tomar qualquer medida administrativa, lembrava-se do que escrevera o *Correio Braziliense*. Várias fontes apontam sua influência em Londres, entre os portugueses que lá moravam e entre os comerciantes ingleses com negócios em Portugal e no Brasil, que enviavam o jornal aos seus correspondentes.

Num regime absolutista, acostumado à vigilância do Santo Ofício e com uma imprensa censurada, o *Correio Braziliense* tinha necessariamente que incomodar. O *Correio* "tem causado

mais perturbações na sociedade que os mesmos franceses causaram com suas pérfidas invasões", escreveu o padre José Agostinho de Macedo em *O Espectador*, um jornal ligado ao governo. José Tengarrinha, por sua vez, afirma que já em 1809 o juiz de crime do Porto condenava e lamentava a influência do *Correio*, "por conter não só reflexões e discursos cheios de erros de fato e doutrinais, mas também princípios e máximas subversivas da ordem social e ofensivas das regras estabelecidas para espalhar a insurreição e introduzir a insubordinação e que por isso cumpriria refutar-se e suprimir-se".9

Foram tomadas várias medidas para neutralizar sua influência e reduzir sua penetração. O governo alugou vários escribas encarregados de escrever panfletos contra Hipólito e financiou o lançamento de periódicos e publicações avulsas em Portugal, estampados pela Impressão Régia. O *Correio* foi acusado por um deles, *Reflexões feitas em abono da verdade sobre o Correio Braziliense*, de ser um "infernal periódico e obra detestável que tende a favorecer os projetos de Napoleão". Em 1810, outra publicação, *Exame dos artigos historicos, e politicos que se contem na collecção periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario (sic), no que pertence somente ao Reino de Portugal*, faz alguns elogios a Hipólito, afirmando "que o seu trabalho pode ser útil a alguns respeitos", mas ele é "muitas vezes iludido, mal informado, ou seduzido", "e semeou erros sem querer". Segundo a publicação, o *Correio* adotou "princípios contrários ao direito público particular desta Monarquia e que tendem [...] a destruir o edifício social deste Reino, a fomentar discórdias internas, a excitar sedições e transformar a grande obra da restauração da nossa liberdade e da nossa independência ", e o acusa de "atiçar a guerra civil".

Ao comentar o conteúdo do *Exame dos artigos históricos*, o padre Lucas Tavares, da Real Mesa Censória, escreveu que a obra era louvável porque "trata de prevenir os males da pátria, unir os ânimos, conciliar a paz e destruir as falsas ideias que tendem a desorganizar o corpo político" contra um "homem não só mau como perverso" [Hipólito], que pretende "acender a discórdia entre o nosso governo e o povo".

O mais ferrenho inimigo ideológico de Hipólito e de seu jornal — e de qualquer publicação em português suspeita de liberalismo — talvez tenha sido o padre absolutista José Agostinho de Macedo, que o acusou de "trânsfuga criminoso que insultava a Pátria, o Trono, a Soberania, as Leis, o Governo e os homens mais conspícuos e beneméritos da Nação".

Dom Domingos António de Sousa Coutinho, conde de Funchal tentou repetidas vezes impedir a circulação do *Correio* e "paralisar esta terrível invenção de um jornal português em Inglaterra". Numa ocasião abriu um processo contra Hipólito acusando-o de falso, escandaloso, malicioso e difamatório, mas o processo foi depois abandonado tendo o marquês pago as custas. Sousa Coutinho escreveu: "Quando eu quis queixar-me ao Governo [inglês] do que o *Correio* tinha escrito contra mim, consultei três letrados, que me aconselharam de tal não fazer, porque não era evidente que o Editor pudesse ser condenado em juízo". Sousa Coutinho tentou, inutilmente, que fosse proibida a circulação do jornal. Finalmente, iniciou junto às autoridades inglesas um processo de expulsão de Hipólito, depois de ter conseguido que José Anselmo

Correia, o redator de vários jornais portugueses em Londres, saísse da Inglaterra. Mas, neste caso, não surtiu efeito.

O conde escreveu em 1810 à Corte no Rio que Hipólito tinha se tornado cidadão britânico e, por isso, não podia ser expulso. Carlos Rizzini, no entanto, assegura não existir, nos registros ingleses, nenhuma prova dessa mudança de nacionalidade. Segundo Rizzini,10 quando consultado, o diretor do registro público — o Home Office Record — afirmou não existir nenhum indício de que Hipólito José da Costa tivesse se tornado súdito britânico. O próprio Hipólito, em resposta à acusação do *Investigador Portuguez* de ser apóstata por ter se naturalizado inglês (ver p. 151), escreveu que tinha "comprado fundos [ações] no Banco da Escócia, o que dá a todos direitos de cidadão inglês", de "possuir bens de raiz e de assento no Parlamento". Mecenas Dourado também afirma que Hipólito não se naturalizou, mas prestou juramento de fidelidade ao monarca inglês, transformando-se, assim, em *denizen* — estrangeiro com alguns dos direitos do *citizen*, o cidadão inglês — como maneira de impedir a expulsão.11 O próprio conde de Funchal, que afirmara ter Hipólito se naturalizado, escreveria nove anos depois que ele não era nem *denizen*.

No Brasil, a primeira proibição contra a circulação do *Correio* data de 1809. Foi assinada pelo conde de Linhares, o antigo protetor de Hipólito, que passou a chamá-lo "célebre inspetor de moinhos de vento" e qualificou a portaria de "porcaria". O conde via no jornal uma "obra cheia de veneno político, falsidades e que pode iludir gente superficial e ignorante, além de ser um verdadeiro libelo [...] cheio de calúnias contra a nação e o governo inglês; cheio de falsidades contra várias pessoas e das maiores absurdidades sobre a economia política". Exemplares do jornal foram retidos nesse ano e em anos posteriores na alfândega do Rio. Segundo Mecenas Dourado, d. João só teria tido conhecimento das apreensões vários anos mais tarde, embora isso pareça improvável. Em dezembro de 1811, uma ordem régia proibia a entrada em Portugal do *Correio* "e de todos os escritos de seu furioso e malvado autor".

O governador do Rio Grande do Sul, Diogo de Sousa, permitia a leitura do *Correio* na sala pública de uma sociedade mercantil, após cuidadosa revisão do conteúdo feita por ele. Mas em dezembro de 1810 revogou a permissão. Nesse mesmo ano, no Pará, o governador confiscou os exemplares que conseguiu encontrar. No ano seguinte, uma ordem régia mandou proibir a circulação do *Correio*. A medida foi reiterada em 1817, e uma nova proibição surgiu em 1820.

Em Londres, o embaixador português, d. Pedro de Sousa Holstein, marquês e depois duque de Palmella, quis proibir a impressão do jornal e tentou que Hipólito fosse expulso da Inglaterra, sem nenhum resultado. Conseguiu, porém, "com sua insistência amável e graciosa persuasão", como diz Oliveira Lima, impedir que o *Correio* e *O Portuguez* fossem transportados nos navios com destino a Lisboa, o que prejudicou por um tempo a distribuição em Portugal. Mas fracassou em sua tentativa de impedir que os jornais fossem embarcados nos navios que se dirigiam ao Brasil.

No entanto, o *Correio* era lido em Portugal e no Brasil, porque aparentemente não houve

muito empenho em dificultar sua circulação. Na Bahia podia ser lido na Biblioteca Pública de Salvador, assim como o *Investigador Portuguez*, *The Times* e *The Morning Chronicle* de Londres, e também na loja do jornal *Idade d'Ouro do Brazil*. No Ceará, eram encontrados exemplares do *Correio* e do *Portuguez* na cidade de Campo Maior. No Rio, "lê-se o *Braziliense* até no Paço, sem rebuço algum", escrevia Hipólito. D. João era um dos leitores mais assíduos. Segundo escreveu o jornal *Astro da Lusitania* de Lisboa: "S.M. [Sua Majestade] tinha determinado ao cavalheiro Heliodoro Carneiro que lhe enviasse de Londres o *Correio Braziliense* e o *Campeão Portuguez*, com o louvável fim de saber o que na Europa se passava". E de acordo com Silvestre Pinheiro Ferreira, português que veio ao Brasil com a Corte, voltou a Portugal com d. João VI e seria ministro em Lisboa: "O intendente [...] servia de instrumento para el-rei ver e saber o que queria, tanto que lhe mandava por via dele o *Campeão*, o *Portuguez* e o *Correio Braziliense*".

Mas como Hipólito sustentava a publicação? Essa é uma área cinzenta e polêmica. Carlos Rizzini,12 com base em várias fontes, estimou que uma publicação que imprimisse quinhentos exemplares com 128 páginas custava 612 libras esterlinas por ano. Calculou que "para viver decentemente em Londres" eram necessárias 450 libras por ano — uma estimativa certamente exagerada — e que as despesas gerais fossem de 150 libras, o que daria 1212 libras anuais. Seria o preço de seiscentas assinaturas. Parece muito para o *Correio*, diz Rizzini. Então fica a pergunta: quem pagou?

O editor do *Correio* tinha várias fontes de renda, entre elas, a intermediação comercial e a participação em sociedades inglesas. Segundo o jornal *The Morning Chronicle* de Londres, Hipólito era membro da British Commercial Life Insurance Company.13 Era, também, dono da tipografia que estampava o jornal, o que proporcionava uma receita adicional. Ainda assim, há um consenso de que deve ter recebido ajuda externa para o *Correio*. Não há detalhes específicos sobre as finanças do jornal, mas é improvável que a venda de assinaturas e dos números avulsos fosse suficiente para pagar as elevadas despesas de impressão e distribuição.

José Tengarrinha14 escreveu que o *Correio* não poderia ter vivido tanto tempo sem apoio e que, "além de eventuais ajudas de círculos políticos e comerciais do Brasil, seu principal suporte teria sido o próprio governo britânico, interessado no desenvolvimento das potencialidades que se lhe abriam com o contestado tratado de comércio firmado em 1810 com Portugal". Tengarrinha pode estar certo; Hipólito era um grande admirador do sistema político e das leis inglesas. Mas convém lembrar que criticou esse acordo comercial, e é difícil acreditar que os ingleses financiassem quem combatia com tanta firmeza interesses tão importantes.

O jornalista Fernando Segismundo escreveu nos anos 1950, com base na biografia de Mecenas Dourado, uma obra curta, extremamente hostil, "Hipólito José da Costa, jornalista venal", retratando-o como antipatriota, corrupto, depravado e a serviço da guerra. Suas acusações são exageradas; ele próprio reconheceria, décadas mais tarde, que quando escreveu aquele trabalho estava sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro, do qual era membro, e que se a escrevesse em outro momento seria muito mais brando. No entanto, algumas das suas

afirmações merecem ser levadas em consideração.

Há indícios de que Hipólito teria sido pago pelo governo para suavizar suas críticas, embora não nos primeiros anos da publicação. Em 1809, o embaixador do governo português em Londres, o conde de Funchal, teve a iniciativa de fazer várias assinaturas trimestrais do *Correio*, que renovou apenas uma vez, pois aparentemente a linha do jornal não era do seu agrado. Hipólito insistia em escrever sobre algumas questões financeiras que deixavam o conde malparado. Em 1810, houve uma negociação para a venda de quinhentas assinaturas ao governo em troca da publicação no jornal de temas construtivos e de não "tocar em objetos que só produzem sedições e nunca efeito algum útil aos homens". O intermediário secreto nessa negociação foi o médico Vicente Pedro Nolasco da Cunha, maçom e seu amigo. As críticas do jornal de Hipólito ao governo continuaram, mas há quem detecte uma mudança para um tom menos áspero.

Nesse período, durante os entendimentos para uma eventual ajuda ao jornal, o *Correio* atacou os inimigos do conde de Funchal, a seu pedido. Durante uma polêmica com o *Investigador Portuguez*, Hipólito dá uma estranha explicação para esse episódio. Escreveu que a fala do conde, escrita de seu próprio punho, foi levada por redatores do *Investigador*, para servir a seu amo, e que eles trabalharam para persuadir o redator do *Correio Braziliense* de que o conde de Funchal e seu irmão, o conde de Linhares, estavam longe de ter as ideias que o *Correio* lhe atribuía. Como prova apresentaram-lhe não apenas a fala de Funchal, mas o aviso do conde de Linhares pelo qual dava liberdade à imprensa no Brasil. Tanto o conde de Funchal como seus emissários continuaram a escrever para o *Correio*, entre outras coisas, vários parágrafos contra o conde da Barca e seus amigos, porque afirmaram que eram os piores inimigos das ideias do *Correio*.

Hipólito acrescentou que elogiou o conde de Linhares porque, se fosse verdade que tinha estabelecido a liberdade de imprensa no Brasil, "que coisa deveria ter mais bem merecidos elogios? Em pouco tempo, porém, se descobriu a tramoia. [...] a notícia da liberdade de imprensa no Brasil era tão falsa, que, muito pelo contrário, o mesmo conde de Linhares se tinha erigido como censor".

Nessa ocasião, segundo Hipólito, o conde de Funchal disse que seu irmão tinha mencionado que o *Correio* não seria proibido, no entanto, ele solicitara ao soberano que o proibisse e, como não conseguisse a proibição, "deu ordens à alfândega, para que furtassem (não tem outro nome) o *Correio Braziliense* onde quer que se achasse". Hipólito diz que elogiou o conde de Funchal quando este disse que seu irmão escrevera que o *Correio* não seria proibido, mas mudou quando soube que o irmão expedira a Lisboa aviso para proibir não só o jornal, mas todas as obras do "seu furioso autor".

Nolasco atribui a Hipólito uma frase um tanto duvidosa: "Demais não sofro o descrédito de vender a minha pena, e não ter dele o lucro". Enquanto negociava com ele, o conde consultou advogados para processá-lo. Hipólito, por seu lado, continuou atacando com vigor o regente em Portugal, Miguel Pereira Forjaz. A Corte no Rio concordou com a compra das quinhentas

assinaturas, mas a resposta demorou e não foi concluído nenhum acordo. O conde de Funchal promoveu e financiou o lançamento de um jornal concorrente, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, para neutralizar a influência do *Correio* ou, se possível, acabar com ele. Um de seus redatores seria Nolasco da Cunha (ver p. 146).

No entanto, se não chegou a ser concluído nenhum acordo com o conde de Funchal, houve, segundo escreve Mecenas Dourado,[15] negociações posteriores bem-sucedidas, com a participação do príncipe regente d. João, que começaram em 1812. Chegou a corresponder-se com ele através do médico Heliodoro Jacinto d'Araujo Carneiro, que escreveria com alguma frequência no *Correio*, e do "sombrio" intendente-geral de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana. D. João teria mandado pagar antecipadamente, como "garantia de ajuste", e para compensar a perda de assinaturas, 2 mil libras esterlinas, uma enorme quantia na época, além de estipêndios anuais, para que o *Correio* suavizasse as críticas. Hipólito sempre teve o cuidado, mesmo antes do acordo, de poupar a pessoa de d. João, que era tratado com cortesia pelo *Correio*; a culpa era sempre dos ministros.

Segundo um depoimento curioso, atribuído ao barbeiro de d. João VI, ele teria feito uma oferta a Hipólito para que apreciasse de maneira positiva os interesses do governo, por meio do conde de Palmella, o embaixador em Londres que sucedeu o conde de Funchal. Como Hipólito recusasse, o rei teria confidenciado a seu barbeiro: "É deixá-lo [...] um homem que não aceita arreglos é de confiança". Mas, aparentemente, Hipólito aceitou um arreglo, o que não impediu que, depois da data de 1812, em que ele teria recebido ajuda de d. João, continuasse criticando a administração real, embora em termos menos ásperos. Palmella escreveu em janeiro de 1817: "o *Correio Braziliense* tem, há tempos a esta parte, cessado quase inteiramente os ataques que fazia contra o nosso ministério".

Aparentemente, eram poupados o monarca, o príncipe d. Pedro e o superintendente-geral de Polícia, mas os ministros reclamavam dos artigos do *Correio*. O mesmo Palmella, ainda em 1817, ante a revolta de Pernambuco e a "conspiração" de Gomes Freire, alerta o governo contra o *Correio* e *O Portuguez* e "os danos incalculáveis que a tolerância da [sic] circulação destes periódicos tem causado ao nosso país". O governo de Lisboa afirma que esses jornais concorreram muito para a conspiração e o levante, pois eram lidos apesar de proibidos. Em julho de 1817, Palmella conseguiu dificultar o transporte do *Correio* e de *O Portuguez* a Portugal. No entanto, alguns escritores afirmam que as críticas do *Correio* ao movimento de Pernambuco foram influenciadas pelo subsídio que recebia através de Heliodoro Carneiro. Ainda em 1821, o embaixador em Londres propôs coibir quanto fosse possível a circulação do *Correio* nos domínios portugueses.

Hipólito publicou em fevereiro de 1820, antes da Revolução Liberal do Porto, que ocorreu em agosto desse mesmo ano, que d. João VI pretendia fazer grandes reformas políticas, entre elas a convocação de uma assembleia para dotar o reino de uma Constituição. A informação lhe foi passada por Heliodoro Carneiro, o médico que era seu intermediário com o rei. Mas d. João não

chegaria a dar esse passo.

Oliveira Lima afirma que Hipólito, "se não foi propriamente venal, não foi todavia incorruptível, pois se prestava a moderar seus arrancos de linguagem a troco de considerações, de distinções e mesmo de patrocínio oficial [...] e descobrira que o melhor meio de ganhar dinheiro, de bem espalhar o seu periódico, fosse o agredir a torto e direito". Disse também que "Hipólito era, como se dizia em Londres, protegido do gabinete se não do próprio monarca".

Isto é, o acusa de sensacionalismo para vender jornais e de ser sensível aos ventos que corriam na Corte. Mas diz também que não se tratava de "vil panfletário mercenário, mas de espírito irrequieto e fogoso, de uma inteligência ilustrada". Rizzini, seu grande defensor, diz que não repugna crer que tivesse Hipólito recorrido a fontes invisíveis para manter seu mensário, mas ao contrário de Mecenas Dourado não menciona quais seriam.

Em 1821, levantada a censura à imprensa, foram publicados jornais, panfletos e folhas avulsas no Brasil em grandes quantidades. O *Correio* já não era a única voz independente. Escrito longe dos acontecimentos, perdeu importância ao concorrer com as publicações editadas no Rio de Janeiro. Hipólito considerou encerrada a sua missão. Como escreveu no último número, de dezembro de 1822: "os acontecimentos últimos do Brasil fazem desnecessário ao Redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho d'antes tão necessário".

Ainda depois de parar de circular, o jornal era lido e procurado. Eram comuns os anúncios para vender ou comprar coleções ou exemplares avulsos. Um leitor escrevia no jornal *Volantim* em setembro de 1822: "Quem tiver para vender os números do *Correio Braziliense* do ano de 1812 declare por esta folha".

Persistem dúvidas razoáveis a respeito das finanças de Hipólito e de seus contatos com o poder, que requerem novas pesquisas. No entanto, a influência que o *Correio Braziliense* exerceu em sua época e posteriormente decorre dos 175 jornais mensais que ele publicou. Mais que quaisquer outras considerações, é seu conteúdo que deve ser analisado.

APRECIAÇÕES

Hipólito José da Costa foi provavelmente o jornalista que atraiu mais atenções na história da imprensa brasileira. Essas opiniões, por vezes desencontradas, podem ser tão reveladoras sobre ele e seu jornal como sobre seus próprios autores. Historiadores que se consideram nacionalistas tendem a minimizar a influência do *Correio Braziliense*; os liberais o consideram uma das pedras fundamentais na construção da nacionalidade.

Varnhagen foi talvez o maior admirador da contribuição de Hipólito para a formação da identidade do Brasil:

> Não cremos que nenhum outro estadista concorresse mais para a formação no Brasil de um império constitucional, do que o

> ilustre redator do *Correio Braziliense*. [...] Talvez nunca o Brasil tirou da imprensa mais benefícios do que lhes foram oferecidos nessa publicação em que o escritor se expressava com tanta liberdade como hoje o poderia fazer; mas com a grande vantagem de tratar sem paixão as questões da maior importância para o Estado.

Acrescentou que o *Correio* "passará à posteridade para justificar quanto deve o atual império a Hipólito José da Costa" e o comparou, de maneira favorável, a Benjamin Franklin: "Fez à independência do Brasil mais serviços do que Franklin à dos Estados Unidos".

Segundo Oliveira Lima, "é no *Correio* que devemos ir buscar o mais seguro esteio de um juízo franco sobre a administração e justiça no Brasil em tempos d'el-rei dom João VI". Para ele, "o *Correio*, por ser o único periódico português do tempo que podia manifestar independência, porque se editava fora dos domínios reais e tinha à sua frente um homem de espírito destemido, constitui o melhor, senão o único, repositório das falhas da administração brasileira".

Sílvio Romero escreveu que Hipólito foi "o jornalista mais notável do Brasil e Portugal no primeiro quartel do século XIX, [...] ágil, ativo, entusiasta, amante das ideias livres e capaz de lutar por elas". Para o historiador português José Tengarrinha, ele "se distinguiu pela combatividade e larga visão política". Segundo Antonio Candido, o *Correio Braziliense* foi "o maior documento da nossa ilustração e o mais agudo comentário à política joanina".

Nelson Werneck Sodré diz que o *Correio* apresentava um quadro do Brasil "visto do ângulo da burguesia inglesa" e que o

> jornal não se ocupava de acontecimentos ou problemas internos da Inglaterra, mas destacava sempre um e outros, quando no plano internacional, dizia respeito a Portugal ou ao Brasil. Refletia nos seus comentários a posição da burguesia inglesa que, no processo de autonomia da área americana de ocupação ibérica, era uma em relação à Espanha e outra em relação a Portugal, de cuja subordinação se esperava soluções dos problemas de interesse britânico sem quebra da aliança.

Sodré insiste em que se o *Correio* defendia a abertura dos portos e se opunha ao regime de monopólio, é porque refletia os interesses da burguesia inglesa, ainda mais que os dos brasileiros. Mas caso o *Correio* defendesse os monopólios e o fechamento dos portos, Sodré diria que estava a serviço de quem? Durante as negociações para o acordo comercial com a Inglaterra, Hipólito escreveu que se um negociador aceitasse um contrato leonino "merece a execração de sua Pátria". Concluído o acordo, foi ele seu maior crítico. Sodré também afirma que o *Correio* era muito mais doutrinário do que informativo, ignorando o volume de informações que o jornal continha. Ele diz ainda que a "influência do *Correio Braziliense* foi muito relativa. Nada teve de extraordinário". Para ele, o jornal não influía pela "ausência de capitalismo, ausência de burguesia" no Brasil. No fundo, o que Sodré lamenta é que, para ele, o *Correio* tinha uma finalidade moralizadora, não revolucionária. Trata-se de uma visão marxista, respeitável, mas evidentemente simplista.

4. O Brasil na imprensa portuguesa

Nas primeiras décadas do século XIX surgiu uma imprensa no Brasil e em Portugal que colaborou para os estertores do Antigo Regime ao contestar a monarquia absoluta e debateu as relações de dependência entre os dois países.

Com atraso em comparação com outros países da Europa, o primeiro jornal diário português, o *Diario Lisbonense*, que circulou durante quatro anos, foi publicado em maio de 1809, estampado pela Impressão Régia e editado por Estêvão Brocardo. Em junho de 1809, a *Gazeta de Lisboa* — que durante a primeira invasão se tornara a folha oficial dos franceses — passava de trissemanal a diária. Nesse mesmo mês saiu o trissemanal *Correio da Tarde*, que se tornou diário em julho e foi publicado até 1810, quando foi proibido. Em setembro de 1809 surgiram, no mesmo dia, outros três diários: *O Mensageiro*, *Novo Diario de Lisboa* e *Journal de Lisboa ou Folha Diaria*, todos estampados pela Impressão Régia e de vida muito curta. A *Gazeta de Lisboa* tinha formalmente a exclusividade das notícias estrangeiras, mas esse privilégio foi ignorado pelos outros jornais.

Nesse período, surgiram jornais, folhas avulsas, pasquins e impressos satirizando o invasor. Nas regiões não ocupadas, a imprensa, livre, teve o incentivo do governo de Lisboa para escrever contra os franceses. Quando eles foram expulsos depois da Primeira Invasão, a censura tentou apagar qualquer resquício de liberalismo. Em 1809, o governo deu instruções à Junta de Impressão Régia para que não licenciasse a impressão de gazetas ou periódicos novos. Em 1810, do Rio de Janeiro, o príncipe regente d. João pediu providências para que não circulassem em Portugal senão aqueles escritos que pudessem concorrer para a salvação do Estado e que de nenhum modo fossem publicados "os que forem capazes de perverter os cidadãos bem-intencionados".

No ano seguinte, a Corte no Rio ficou chocada com duas obras saídas da Impressão Régia de Lisboa, uma atacando a rainha da Espanha, parente da família real portuguesa, e outra elogiando a constituição inglesa. A Mesa do Desembargo do Paço foi admoestada e aconselhada a escolher melhor os censores.

Quando as tropas francesas saíram definitivamente, em 1811, depois da Terceira Invasão, o panorama do jornalismo português era melancólico. Por efeito da censura, as únicas folhas informativas de natureza política que circulavam eram a *Gazeta de Lisboa*, o *Semanário Lusitano* e

um jornal econômico. Como escreveu um jornalista, estava proibida a impressão de qualquer escrito que tivesse cheiro de liberdade. Foi precisamente nesse momento que apertaram as medidas contra a circulação do *Correio Braziliense*.

Em 1820, às vésperas da Revolução Liberal do Porto, a situação não era melhor. Seguindo a orientação da Corte no Brasil, circulavam em Portugal apenas a onipresente *Gazeta de Lisboa*, o *Jornal Enciclopedico de Lisboa* e o *Jornal de Coimbra*. Como escreveu José Liberato Freire de Carvalho:

> Enquanto durou a guerra com a França e nossos governantes precisavam de nossa energia e entusiasmo, [...] a imprensa foi livre em Portugal: então, tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar seu pensamento. Mas assim que a guerra se acabou [...] começou a se estabelecer o despotismo civil e religioso [...] deram logo cabo de todos os escritos, e só conservaram a *Gazeta de Lisboa*.

Não era surpreendente que, assim como no Rio, houvesse em Lisboa um forte sobressalto com a Revolução de Pernambuco de 1817 e com os panfletos distribuídos em Portugal, alguns escritos com linguagem violenta, de apoio à revolta, que foram "impressos na oficina tipográfica da República de Pernambuco 2ª vez Restaurado".1

Nasceu o temor, próximo do pânico, de que a influência do movimento e dos escritos revolucionários de Pernambuco se alastrassem em Portugal. Essa revolta coincidiu com a alegada conspiração na metrópole do general português Gomes Freire, que foi enforcado. Os grandes negociantes de Lisboa, inquietos, com medo de perder seus negócios no Brasil, ofereceram seus navios gratuitamente para transportar as tropas que fossem enviadas para combater os rebeldes. Ocorreram mobilizações de protesto, com insultos aos oficiais, contra o recrutamento compulsório para combater o levante em Pernambuco.

Alarmado ante a "vasta conspiração contra o Trono e o Altar", o governo de Lisboa ficou "persuadido de que concorreram muito para esta conspiração e para o levantamento de Pernambuco as máximas revolucionárias e incendiárias dos dois periódicos, o *Correio Braziliense* e *O Portuguez* que se estavam lendo aqui, sem embargo da proibição".2

A preocupação das autoridades mostra a influência da imprensa em língua portuguesa publicada fora de Portugal e do Brasil. As invasões francesas, as restrições à liberdade depois da expulsão dos invasores e o recrudescimento do autoritarismo na Europa, ao longo da década de 1820, tinham provocado um fluxo migratório de políticos e escritores de Portugal para cidades de tradição liberal, como Londres e Paris, onde passou a ser publicada uma rica safra de jornais de política, ideias e debates, como nunca tinha havido no reino, e que, como diz José Tengarrinha, "corriam igualmente em Portugal e no Brasil, beneficiando a princípio de alguma tolerância e desorientação da censura".

O primeiro desses jornais foi o *Correio Braziliense*, depois vieram *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, *O Portuguez*, *O Campeão Portuguez*. Todos eles, publicados em Londres, tiveram forte influência tanto em Portugal como no Brasil, onde os únicos jornais impressos eram a *Gazeta do*

Rio de Janeiro e a *Idade d'Ouro do Brazil*.3 Começaram a circular quando o Brasil ainda era colônia e alguns continuaram até a sua independência.

Apesar de seu liberalismo, os três últimos jornais, terminada a guerra com a França em 1815, passariam a ver a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, a abertura dos portos e a elevação do Brasil ao status de reino como uma terrível ameaça a Portugal, transformado na "colônia da colônia", e as causas de seu declínio econômico, o que ajuda a explicar as constantes críticas feitas ao *Correio Braziliense*.

Para os jornais portugueses, a formação do Reino Unido de Brasil e Portugal, com a capital no Rio de Janeiro, primeiro, e depois a Independência do Brasil representavam uma verdadeira catástrofe, pois a economia de Portugal dependia da antiga colônia. Eles queriam a volta de d. João VI a Lisboa, o fim do Reino Unido e, na prática, o retorno do Brasil à condição de colônia.

Os jornais de Londres aparentemente incomodaram a Corte do Rio de Janeiro com suas críticas a ponto de o rei mandar apreendê-los em diversas ocasiões. Em 1818 foi divulgada a seguinte provisão:

> D. João, por Graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc. Faço saber a vós, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais. Que eu fui Servido Proibir a entrada e publicação do Periódico intitulado — *O Portuguez* — e Ordeno que nenhum dos meus vassalos residentes neste Reino e Domínio Ultramarinos o receba e venda ou retenha em seu poder o mesmo, o espalhe por qualquer modo, que seja [...].

Outra provisão foi divulgada em outubro de 1819 para impedir a entrada e a leitura no Brasil do *Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo*. Em novembro desse mesmo ano, um real aviso alertava contra a leitura desse jornal, "cujos discursos visivelmente mostram o danado Projeto de destruir a confiança que os Vassalos de S. Majestade têm no Seu Governo, e nos seus Ministros", e ordenava "que seja proibida a entrada e publicação de tão perigoso e perverso Escrito". Todas essas proibições tiveram pouco efeito.

Na verdade, os jornais procedentes de Londres, apesar de eventuais proibições frequentemente inócuas, "eram lidos com avidez no Brasil", como escreve Varnhagen. Segundo ele, "foram admitidos francamente no Brasil, e até protegidos indiretamente por El-Rei, que as lia para informar-se do que havia, para receber conselhos, e até para com isso tratar de conter os seus próprios ministros".4

Segundo um jornal da época, o *Astro da Lusitania* (1820-3), d. João VI "tinha determinado ao cavalheiro Heliodoro Carneiro que lhe enviasse de Londres o *Correio Braziliense* e o *Campeão Portuguez*, com o louvável fim de saber o que na Europa se passava". De acordo com outra fonte, Heliodoro Carneiro "servia de instrumento para el-rei ver e saber o que queria, tanto que lhe mandava por via dele o *Campeão*, o *Portuguez* e o *Correio Braziliense*". A Biblioteca Pública do Rio de Janeiro tinha uma assinatura de *O Portuguez*.

O governo subsidiou alguns jornais, mas a subserviência tinha um custo muito elevado.

Quanto mais duros eram os ataques às autoridades e à monarquia absoluta, mais aumentavam as vendas. E vice-versa.

O INVESTIGADOR PORTUGUEZ EM INGLATERRA, OU JORNAL LITERARIO, POLITICO, &C. (1811-9)

O jornal foi fundado em 1811 por três médicos desempregados — Bernardo José de Abrantes e Castro, adido da embaixada portuguesa, que seria o redator principal, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro, este último, judeu brasileiro formado em Edimburgo — com subsídios do embaixador português em Londres, o conde de Funchal, d. Domingos António de Sousa Coutinho, para combater a influência do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa.

Os fundadores tinham escrito ao embaixador dizendo que o *Correio Braziliense* "só procura cimentar a desconfiança entre o Soberano, e seus vassalos, romper todas as relações sociais, e fomentar a rebelião, e a anarquia. Julgamos pois fazer um importante serviço a s.a.r., à nossa Pátria, e ao mundo publicando um Jornal que faça cair aquele funesto periódico".

O conde de Funchal, depois de tentar um acordo com Hipólito, comunicou ao Rio que, como "não se havia podido arranjar com o *Correio Braziliense*", pedia ajuda para o *Investigador*, que "ao menos não seria um inimigo declarado como era o *Correio Braziliense*". O jornal recebeu ajuda do governo em pagamento dos "cento e tantos" exemplares que assinara, mas não precisou entregá-los. Segundo alguns cálculos, o *Investigador* recebia 14 mil cruzados da Corte, além de ter pagas as despesas com papel e tipografia e de receber apoio dos comerciantes portugueses em Londres. No prospecto de apresentação, *O Investigador* diz que guardará com a mais estrita severidade, o decoro e o respeito que são devidos ao Nosso Soberano, que nunca abusará da liberdade de imprensa.

O Investigador chegou a ser elogiado pela *Gazeta de Lisboa*, jornal governamental. Mas, talvez pela amizade pessoal de Nolasco com Hipólito, demorou um ano em atacar o *Correio Braziliense*, que considerou o *Investigador* um oponente "formidável", "belo jornal oficial da embaixada portuguesa" e "plagiário", que estava persuadido "da necessidade de combater e derrotar as perniciosas opiniões do Pedreiro-Livre, do Jacobino *Correio Braziliense*". Responder era "gastar cera com ruins defuntos".

Era tão notória a interferência de d. Domingos, o embaixador, no *Investigador* que passou a ser conhecido em Londres como o Redator Encoberto, embora não fosse tão encoberto assim.

Hipólito baixou o nível moderado e contido de sua publicação para fazer ataques pessoais e contínuos a d. Domingos, financiador de um jornal concorrente: "Sabemos que pela parte materna, se acha na seguinte descendência americana: uma mulata, filha bastarda, teve em dote as terras do Rio Verde, no Brasil, para casar, com o ouvidor; deste casamento nasceu a avó, ou mãe de Maria Antonia, que foi mãe do nosso amigo". Hipólito se referiu a ele também como "nosso parente macaco". Em outra ocasião, chegou a insinuar que teria havido uma relação

homossexual de d. Domingos com os redatores do *Investigador*.5

O conde das Galveias, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, escreveu do Rio de Janeiro aos governadores das províncias em 1811 que Sua Alteza Real recomendava particularmente que se promovesse o maior número de subscrições do *Investigador*, que estava sob os auspícios do príncipe regente. Mas faltava convicção ao jornal e capacidade aos seus redatores; era uma publicação que não podia "preencher, plenamente, as funções não só como defensor do governo, mas mesmo como empresa jornalística. Era pouco interessante como revista literária e política, e conheceu as vicissitudes de um órgão que não é animado pela convicção das ideias, nem pela capacidade de direção de seus fundadores", diz Mecenas Dourado.6

Nolasco, um dos redatores, amigo de Hipólito, era, segundo seu colega Abrantes, "muito bom para tudo, menos para dirigir um jornal". Em outra ocasião Abrantes o chamaria de "infame".7 Não é de estranhar que, dada a baixa qualidade dos redatores e a animosidade entre eles, o *Investigador* não fosse um bom jornal. Quando Abrantes voltou a Lisboa, escolheu para substituí-lo o brasileiro Miguel Caetano de Castro, também médico, como os dois outros fundadores. Mas ele não tinha nenhuma experiência em jornal e escrevia português com dificuldade. Abrantes teve que indicar outro redator para dar orientação ao jornal, um escritor experiente e com ideias políticas. Na ocasião, estima-se que o jornal não vendia mais de cem exemplares por edição.

A partir de janeiro de 1814 o principal redator do *Investigador* foi José Liberato Freire de Carvalho, um clérigo hábil na arte de escrever, que com o tempo adotou uma linha mais independente. Era muito ligado a d. Domingos, a ponto de ser considerado um apaniguado dele. Mais tarde mostraria relutância em seguir as instruções do embaixador português, na ocasião o conde de Palmella, que substituíra d. Domingos e quisera censurar previamente o conteúdo do *Investigador*, que passara a defender ideias liberais. O principal objeto das críticas de Liberato eram as relações com o Brasil.

Até 1818, aceitou a permanência da Corte no Rio de Janeiro, mas posteriormente passou a criticar o governo por achar que dava preferência ao Brasil em detrimento de Portugal. Segundo ele, "os ministros no Brasil vão despovoando Portugal e despejando os seus cofres e parece que a máxima desses ministros é que o Brasil deve receber tudo e que Portugal deve pagar tudo", acrescentando que desde o acordo comercial de 1810, o Brasil estava mais unido com Inglaterra que com Portugal. Segundo escreveu o *Investigado*r, Portugal "perdeu seu pai, seu soberano!". Mais tarde, José Liberato acusou a Corte de "covardia" por ter abandonado Portugal em 1807. Em lugar de escrever Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o nome oficial, usava Reino Unido Português, deixando de fora o nome do Brasil.

José Liberato passou a reclamar, também, dos baixos honorários que recebia e das dificuldades de encontrar leitores para um jornal a serviço do governo. Em carta ao embaixador, escreveu "querer que os redatores dependam, como até agora, dos subscritores e entrem apesar

disso a escrever em um sentido em tudo oposto às opiniões deles e só conforme com as do governo, é exigir, certamente, o impossível. Não se pode ao mesmo tempo servir a dois senhores".

Várias edições do jornal tiveram a circulação proibida. Mas ele não deixava de elogiar o monarca e, principalmente, criticar o Brasil. "É evidentíssimo", escrevia, "que todos os habitantes do Brasil devem de justiça mostrar-se gratos ao seu Monarca, e nunca em tempo algum devem esquecer tamanho bem e tão visíveis e assinalados benefícios. Sim, a este dever estão obrigados por honra, gratidão e lealdade todos *os sensatos e espirituosos habitantes do Brasil.*"

Ele queria "mostrar lentamente como Portugal não merecia ser tratado como colônia". O novo embaixador português em Londres, o conde e depois duque de Palmella, dizia que, embora o *Investigador* recebesse auxílio do governo, publicava artigos "impróprios do caráter que ele deve ter no público e por isso julgo que esses futuros artigos sejam aqui combinados na minha secretaria". José Liberato, porém, continuou indócil; achava os vencimentos insuficientes.

O jornal defendia, contra a opinião do *Correio*, que a capital do Reino Unido de Brasil e Portugal tinha que estar em Lisboa. e dizia que Portugal era tratado como colônia e desprezo pelo governo do Rio. Liberato escreveu em suas memórias que o governo queria desfazer-se da mãe-pátria e trocá-la por Montevidéu. A respeito de Hipólito, defensor do Rio de Janeiro como capital do Reino Unido, disse que era vaidoso e ingrato, além de "revolucionário e incendiário", o "único português que em Londres se declarou por meu inimigo", e que "só tinha por missão servir o Brasil, à custa da mãe-pátria". Disse ainda que "declarou-me uma guerra torpe e baixa". Aumentando a intensidade dos ataques, escreveu que Hipólito não tinha "probidade alguma política e indiferentemente vendia sua pena a quem melhor lhe pagava", e que por isso estava a serviço do governo do Rio de Janeiro. Um dos seus reproches a Hipólito era não ter nascido "português europeu".

Hipólito afirmou desconhecer os favores recebidos e escreveu que os redatores do *Investigador* se alugavam "para ter de que viver" e eram "lambe-pratos de South Audley Street" (o endereço da embaixada de Portugal em Londres); que não deviam escrever contra os interesses do governo que os sustentava; e que trabalhavam para desunir os interesses do Brasil e de Portugal. Considerava o jornal "mero veículo de insultos".

Depois de vários atritos com o governo do Rio de Janeiro, e principalmente pela insistência em que o rei e a Corte deveriam voltar a Lisboa, Liberato decidiu romper com os "assassinos de minha pátria!" e abandonou o jornal em junho de 1818. Nesse mesmo mês, d. João mandava cortar os subsídios e o *Investigador* deixou de circular em fevereiro de 1819, após 92 números. Ao deixar o jornal, Liberato retirou mais de mil libras. Castro e Nolasco receberam 400 mil-réis cada um do governo do Rio. Hipólito teria contribuído para o fim do *Investigador*, pois escrevia a d. João criticando o jornal e, como o *Correio Braziliense* também passou a receber ajuda da Corte, já não era necessário um jornal para combatê-lo. Essa intriga foi criticada asperamente pelo

Portuguez.

Com o fim do *Investigador*, para defender o governo dos ataques dos jornais portugueses no exterior, o marquês de Palmella, embora embaixador em Londres, financiou com mil francos por mês o lançamento de um jornal em Paris, *O Contemporâneo*. Era demasiado sério e pesado, e durou pouco tempo, tendo sido substituído pelo *Padre Amaro*, mais agressivo e mordaz.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ OU O AMIGO DO REI E DO POVO (1819-21)

Esse jornal foi lançado em Londres por José Liberato Freire de Carvalho com o dinheiro que recebeu ao deixar *O Investigador Portuguez*. Seu nome completo era: *O Campeão Portuguez, ou O Amigo do Rei e do Povo: Jornal Politico, Publicado Todos os Quinze Dias para Advogar a Cauza e Interesses de Portugal*. O historiador José de Arriaga8 afirma haver sido *O Campeão Portuguez* o jornal "que teve a mais direta influência na opinião pública pela erudição do seu fundador e o prestígio do seu nome". Defendia a monarquia constitucional e continuou manifestando-se contrário à continuação da Corte no Rio e à política "brasileira" do governo. Nesse ponto, Liberato prosseguiu nos ataques ao *Correio Braziliense* que tinha iniciado no *Investigador*.

Ao anunciar o lançamento do jornal, ele escreveu que, dada a presença da Corte no Brasil, Portugal carecia de um "governo próprio", e disse que o país não tinha "a posse exclusiva de suas próprias riquezas que o Brasil *inhumanamente* lhe devora em homens e dinheiro". Queria libertar Portugal "da dura escravidão em que estava, e da vil sujeição em que o tinha o Brasil".

No lançamento, escreveu que "louvará e tratará sempre com muito acatamento e respeito a pessoa de El-Rei [...]. *O Campeão Portuguez* bem longe de desejar revoluções em sua pátria, se oporá constantemente a elas". Liberato diria mais tarde que adotara no início uma linguagem "muito respeitosa e moderada" na defesa do abandonado e oprimido Portugal para não "assustar o governo", e "para que o meu pobre *Campeão* não morresse à nascença". Mas o assustou assim mesmo.

A tal ponto chegou a indignação com o governo português no Rio que o *Campeão* passou a defender não uma união de Portugal com o Brasil, mas com a Espanha: "Então é melhor que sejamos luso-espanhóis do que escravos de um país que se povoa com negros de África e *lazaroni* condecorados com a ordem da calceta". José Liberato entrou para o partido luso-espanhol-constitucionalista, com forte apoio dos militares. Outros portugueses, igualmente desgostosos com a permanência da Corte no Brasil e a ausência de d. João, pretenderam declarar a vacância do trono e entregar o governo ao duque de Cadaval.

O Campeão Portuguez irritou a Corte, assim como a tinha irritado *O Investigador Portuguez* no tempo de José Liberato. Um correspondente em Lisboa lhe escreveu:

> Aqui chegou do Rio de Janeiro a ordem para proibir o *Campeão*. Este governo, já mais prudente, não quis tomar sobre seus ombros este pecado do estulto e velho Portugal; contentou-se em mandar pregar pelas esquinas de Lisboa a proibição, assim como aparecera em corpo e alma nas esquinas do Rio de Janeiro [...]. Não tenha por isso susto, e fique certo, que se até agora

o liam cem, de hoje em diante há de ser lido por duzentos, ou mil.

Liberato parou com a edição do jornal em Londres em 1821, época em que foi publicado outro com nome parecido, *Campeão Lisbonense* (1821-3), de linha liberal, cujo redator seria deportado. Ao voltar a Portugal, ocupou por pouco tempo um cargo na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e publicou *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou O Amigo do Povo e do Rei Constitucional* — como escreve Tengarrinha, é significativa a alteração da ordem de "Rei" e "Povo" no título dos jornais —, em 1822 e 1823, período em que foi deputado nas Cortes, dirigindo agora seus ataques contra o imperador d. Pedro I e a Independência do Brasil. José Liberato tornou-se inimigo declarado de Hipólito, a quem acusou de ingrato e mal-agradecido por não reconhecer os serviços que lhe teria prestado, e de apóstata, porque, segundo ele, teria renunciado à cidadania portuguesa, nacionalizando-se inglês (ver p. 134). Criticou-o, também, pela ajuda que recebia da Corte do Rio.

José Liberato foi redator do jornal oficial *Gazeta de Lisboa* até o golpe que colocou d. Miguel como rei absoluto em 1828, quando foi destituído e teve que esconder-se para não ser preso. Voltou a ser eleito deputado quando d. Pedro IV (o antigo imperador brasileiro) ocupou o trono português, mas não voltou a redigir nenhum órgão de imprensa. Suas memórias foram publicadas em 1855.

O PORTUGUEZ: OU, MERCURIO POLITICO, COMMERCIAL, E LITERARIO (1814-22 / 1823-6)

Circularam 89 edições desse jornal publicadas por João Bernardo da Rocha Loureiro. Ele foi pioneiro do liberalismo em Portugal, onde associado a Pato Moniz publicou o *Correio da Peninsula, ou Novo Telegrapho*, um jornal bissemanal em 1809-10. Teve que fugir para Londres, onde escreveu de 1813 a 1814 o *Espelho Politico e Moral*, uma folha semanal sob os auspícios de Hipólito José da Costa, seu protetor, e, segundo José Tengarrinha, também com a ajuda de membros do Clube de Negociantes Portugueses em Londres. O Clube e Hipólito teriam ajudado no lançamento de *O Portuguez* em 1814 e colaborado na distribuição. Em seu primeiro número, o jornal propõe-se a ser útil aos negociantes de Portugal e suas ilhas e do Brasil (ver figura 25).

Rocha Loureiro era considerado "o mais perigoso dos escritores portugueses em Londres" e seu jornal o mais bem informado, o mais bem escrito, o mais liberal e progressista de todos os jornais portugueses publicados no exterior. Mas não era radical. Elogiou a Constituição espanhola de Cádiz de 1812 e preferia "um governo misto como o da Inglaterra ou semelhante à representação nacional dos Estados Unidos da América. Para tanto, requer uma Constituição e a restauração das Cortes e das antigas formas do nosso Governo, que mais se achegam às do governo britânico e tanto distam da maneira absoluta e destemperada por que hoje somos governados". Escreveu ele: "Que o rei faça uma revolução e já! Porque, se o rei a não fizer, a fará o povo!". O resumo de sua proposta era: Cortes, Constituição, Liberdade.

O Portuguez foi, junto com o *Correio Braziliense*, o jornal que mais incomodou a Corte do Rio e, principalmente, o governo de Portugal. Os dois eram os mais incisivos críticos do governo de Lisboa e dos desmandos administrativos. *O Portuguez* defendia a criação de uma Constituição portuguesa, com base na Constituição espanhola, por ter sido feita "à margem do rei". No entanto, sugeriu que o próprio d. João VI fizesse a Constituição portuguesa, o que não ocorreu.

Afirmava-se que o rei, quando estava no Brasil, não podia alegar ignorância do que acontecia em Portugal, pois lia regularmente *O Portuguez*.9 Rocha Loureiro escrevia no jornal os "Memoriais a d. João VI", que eram longas cartas abertas ao monarca nas quais narrava a calamitosa situação do reino, pedindo providências. Também publicou as "Cartas a Orestes", nas quais expõe o pensamento liberal e que tiveram grande repercussão.

Um aviso do governo de Lisboa dizia que as páginas de *O Portuguez* eram ainda "mais sediciosas e incendiárias, se é possível" que as do *Correio Braziliense*. Em dezembro de 1817, a Secretaria de Estado do Ministério do Reino alertava que suas "doutrinas revolucionárias podiam ser funestíssimas à tranquilidade dos Povos, e tinham já ao nosso parecer concorrido muito para alucinar esses homens desacordados, que se atreveram a conspirar contra seu legítimo Soberano, e a projetar nova forma de governo", além de "excitar o descontentamento da Nação contra o Paternal Governo de Vossa Majestade". O embaixador português em Londres manobrara nesse mesmo ano, perante o governo da Inglaterra, para que o editor do jornal fosse expulso do país, mas não conseguiu. Como escreveu Oliveira Lima:10

> Palmella [o embaixador] pedira, como um processo mais prático e expedito para a sua legação, a faculdade de solicitar com êxito a expulsão do redator d'*O Portuguez*, em vez de chamá-lo à responsabilidade perante os tribunais por difamação. Lord Castlereagh [secretário do Exterior] respondeu porém que, consultados os jurisconsultos da Coroa, tinham estes opinado que as leis vigentes não autorizavam uma tal violência administrativa, a qual seria violentamente atacada pela oposição, e aliás inutilizada pela colocação de um súdito britânico à frente da publicação como editor ostensivo ou testa de ferro.

Rocha Loureiro entrou em conflito com o *Correio Braziliense* a respeito das relações de Portugal com o Brasil. Ele dizia que o Brasil era um reino de "dois dias de idade" e não deveria predominar nas relações com Portugal. Posteriormente, criticou Hipólito pela ajuda que recebia da Corte do Rio. *O Portuguez* nunca obteve nem pediu recursos oficiais. Era lucrativo e seu redator conseguia uma renda de cerca de 12 mil cruzados por ano.11

Em 1820, depois da Revolução Liberal do Porto, Rocha Loureiro voltou a Portugal, foi nomeado cronista-mor do reino e foi deputado nas Cortes Constituintes. Opunha-se à continuação da presença de d. João no Brasil, segundo Tengarrinha, em sua defesa dos interesses dos comerciantes portugueses em Londres, insatisfeitos com a abertura dos portos e com o fim do monopólio no comércio, dos quais recebia uma generosa ajuda. Segundo ele, o Brasil ressecava os recursos de Portugal.

Quando faleceu o Conde da Barca, *O Portuguez* elogiou seus atos, mas apontou o que considerou um dos erros fundamentais em sua vida pública: "o sistema pródigo de destruir

Portugal para aumentar o Brasil: Deus lho perdoe".

No último número da primeira etapa, em 1822, ele agradeceu muito especialmente aos negociantes portugueses de Londres, "bem como dois ou três outros no Brasil que, por vezes, à sua própria custa, asseguraram a difusão do jornal".

Depois do golpe da Vilafrancada em 1823, que significou o retorno à monarquia absoluta, o jornal foi relançado em Londres. Nessa segunda etapa, de 1823 a 1826, o jornal foi perseguido e censurado pelo governo que se instalou em Portugal. Um decreto de novembro desse ano visava exclusivamente *O Portuguez*, considerado "o mais sedicioso de todos" os jornais. Rocha Loureiro negou legitimidade a d. Pedro I para ser rei de Portugal e para outorgar uma Carta ao país. Quando em 1826 morre d. João VI, que aceitara ser coroado rei absoluto de Portugal, escreveu: "Já era tempo de esse senhor fazer alguma boa ação!" e afirmou que a monarquia acabara. Também em 1826, o governo português processou Rocha Loureiro em Londres por delito de imprensa. Foi condenado e cumpriu pena na prisão. Quando, em outubro desse mesmo ano, o jornal parou de circular, tinha perdido difusão e influência.

É frequente confundir a folha de Rocha Loureiro com outras do mesmo nome. *O Portuguez: Diario Politico, Litterario e Commercial*, que surgiu em 1826-7 como jornal informativo de orientação liberal e defensor da Constituição, foi publicado em Lisboa por três sócios entre os quais estava Almeida Garrett, que era seu principal redator, e nele escreveu os primeiros folhetins da imprensa portuguesa. Justificativa: "não temos tido ainda um verdadeiro jornal". Ele foi, segundo Tengarrinha, o mais importante jornal da época, o de melhor qualidade editorial e gráfica, o primeiro a adotar um tamanho grande e também o primeiro em Portugal a ser lançado por uma sociedade por ações, com investimento de trinta a quarenta contos. Empregava umas cem pessoas e mantinha correspondentes em várias cidades. Tinha taquígrafos no parlamento para transcrever os discursos dos deputados. Vendido a sessenta réis, sua circulação era de 2 mil exemplares, sendo 1,5 mil de assinaturas. Alvo dos ataques da imprensa conservadora, foi fechado pelo governo da regente d. Isabel Maria depois de publicar 255 números, apesar de estar submetido à censura. Seus redatores, inclusive Almeida Garret, foram presos.

Pato Moniz, que publicara o *Correio da Peninsula, ou Novo Telegrapho*, em associação com Rocha Loureiro, escreveu durante alguns meses em 1820 *O Portuguez Constitucional*, também liberal. A folha foi relançada em 1821 como *O Portuguez Constitucional Regenerado*, também de curta duração, que foi continuado pelo bissemanário *Jornal da Sociedade Litteraria Patriotica*. Com o mesmo nome de *O Portuguez Constitucional* circulou um diário político em Lisboa em 1836, que tinha Almeida Garrett como sócio e diretor, mas fechou no mesmo ano. *O Portuguez Constitucional em Londres* foi um semanário liberal publicado em 1832, escrito por Paulo Midosi, que trabalhara com Almeida Garrett em seu primeiro diário.

Outros três jornais com o nome *O Portuguez* apareceram em Portugal nas décadas de 1840 e 1850.

Seu redator foi o padre franciscano Joaquim José Ferreira de Freitas, que adotara nacionalidade francesa. O jornal foi um ácido crítico de Hipólito José da Costa, mas, quando o *Correio Braziliense* parou de circular, em dezembro de 1822, o encarregado de negócios do Brasil em Londres, Caldeira Brandt, escreveu ao Rio que "convinha que outro jornal tomasse a defesa do Brasil: V. Exa. conhece perfeitamente que os obséquios ou serviços de tais escritores só têm por objeto receber dinheiro".

Caldeira Brandt fez um acordo com Ferreira Freitas para que *O Padre Amaro* defendesse o Brasil mediante pagamento de quarenta libras por mês. Ele escrevia, segundo Caldeira Brandt, "com mais correção e com mais graça a língua portuguesa do que qualquer outro dos periodistas". Tengarrinha, porém, diz que "tinha mau estilo e pior moral, pondo a sua pena em leilão a quem mais lhe desse. Serviu, assim, a vários amos com a mesma aparente convicção". E, como observou José Liberato, o padre franciscano vendia-se a todos. Antes do acordo com o representante brasileiro, ele se oferecera para defender a causa contrária "por muito dinheiro". Foi um contrato de "aluguel". Segundo *O Portuguez*, o *Sovéla*, como era conhecido, fora originariamente estabelecido "para destruir todos os jornais portugueses que se imprimem em Londres", mas depois passou a elogiá-los.

Rizzini12 mostra pouca simpatia por Ferreira de Freitas, "franciscano desertor, sujeito desregrado e venal", que apoiou as tropas francesas quando invadiram Portugal e que, enquanto negociava para receber dinheiro e defender o Brasil independente, também recebia dinheiro da embaixada de Portugal em Londres para atacá-lo. Mas segundo o *Padre Amaro*, foi o *Correio Braziliense* que teria recebido "soldada e lambeu pratos por muitos meses aqui em Londres". Afirmou também que o *Correio* tinha várias fontes de financiamento. Hipólito, por sua vez, publicou uma carta dizendo que Ferreira de Freitas foi "hábil tesoureiro" de várias lojas da maçonaria, "porque nunca mais ninguém soube do que veio a ser dos fundos. Apesar de ser Padre, casou-se naquela cidade [Madri], em segredo, e com justificações falsas", e posteriormente "o Coronel Freire lhe tirou a mulher em Torres Novas".

Em 1824, Ferreira de Freitas escreveu *Coup d'oeil sur l'état politique du Brésil, au 12 Novembre, 1823, considéré dans ses divers rapports avec le Portugal*, financiado pelo governo de Lisboa. Posteriormente, quando d. Pedro I saiu do Brasil em 1831, a pena de Ferreira Freitas seria alugada pelo Chalaça, fiel servidor do monarca, para atacar o Brasil e os que contribuíram para a deposição do imperador.

De 1826 a 1830, o padre franciscano publica em Londres o *Appendice ao Padre Amaro: Jornal, Politico, Historico, e Litterario*, que era uma continuação do *Sovéla*. Colaborou também com *O Cruzeiro ou a Estrella Constitucional dos Portuguezes* (1826-7), semanário editado em Londres para "defender as instituições que atualmente regem o Império do Brasil e o Reino de Portugal e combater os partidos que lhe forem contrários".

OUTROS JORNAIS DE LONDRES

O *Argus*, em 1809 do qual saíram quatro números, e *O Zurrague Politico das Cortes Novas*, ambos defensores do absolutismo, eram escritos por José Anselmo Corrêa Henriques, que foi extraditado da Inglaterra. Segundo José Liberato, *O Zurrague* era uma "produção bastarda que inclui em si tudo quanto há de mais miserável no estilo e na gramática, assim como tudo quanto há de mais vil, grosseiro e desprezível em indecência e personalidade". *O Portuguez* escreveu que "o jornal parece redigido por um moço de estrebaria, pois é tão indecente e tão fora de todos os eixos que bem podemos afirmar que nunca o prelo caiu depois que há imprensa sobre outra igual composição". Também circulou o *Microscopio de Verdades*, de Francisco Alpoim de Meneses, que teve oito números entre 1814 e 1815. Em 1816 foi lançado *O Espectador Portuguez: Jornal de Critica, e de Literattura*, de José Agostinho de Macedo, "escrito no tom baixamente violento de um energúmeno".

JORNAIS DE PARIS

Circulou nesse período *O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Literaria, Politica e Commercial*, jornal enciclopédico editado por Francisco Solano Constâncio entre janeiro e abril de 1815 e muito elogiado pela pureza de estilo, profundidade e imparcialidade.

Os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras; por huma Sociedade de Portuguezes Residentes em Paris* circularam entre julho de 1818 e abril de 1822. Era uma publicação trimestral dirigida pelo desembargador José Diogo Mascarenhas Neto, e foi considerada a mais notável publicação de temas científicos da época. Escrita num português excelente, publicava trabalhos originais de alto nível sobre diversos temas, "tratados com muito rigor e profundidade", e era comparável aos melhores jornais do gênero publicados na Europa, segundo Adrien Balbi, citado por Tengarrinha. Não abordava assuntos políticos, motivo pelo qual não foi perseguida pelas autoridades, mas apoiou a introdução de um regime liberal em Portugal. Chegou a ter cerca de 750 assinantes em vários países.

O Contemporaneo Politico e Litterario, entre janeiro e setembro de 1820, deu mais destaque aos temas políticos e de certa maneira complementava os *Annaes*. Também circulou o *Espectador Portuguez*, escrito, segundo Hipólito, com o tom baixamente violento de um energúmeno.

DEBATES TRANSATLÂNTICOS PELA IMPRENSA

No início de 1820, o *Correio Braziliense* mostrava as falhas informativas da *Gazeta de Lisboa*. "Ao mesmo tempo que os Governadores de Portugal mandam inserir na *Gazeta de Lisboa* notícias sobre a Turquia, ou do que passa no serralho do sufi [monarca] da Pérsia, não se lê naquele papel uma só palavra sobre os importantíssimos acontecimentos, que se estão passando na Espanha", escrevia, e perguntava de que servia uma gazeta em Lisboa se não informava sobre

os eventos do país vizinho.

A informação que a *Gazeta de Lisboa* escondia de seus leitores era o movimento liberal na Espanha, que promulgou a volta da Constituição de Cádiz de 1812. Como o *Correio Braziliense* afirmou, o governo temia que o movimento espanhol contagiasse Portugal, como realmente ocorreu. A revolta na Espanha provocou a Revolução do Porto em agosto de 1820, que marcou o desabamento do Antigo Regime em Portugal e no Brasil, propiciando a formação de um governo liberal e o lançamento de dezenas de jornais de diversas tendências nos dois países.

Nesse período, foi intensa a interação da imprensa dos dois países. As folhas portuguesas se informavam sobre o Brasil pelos jornais brasileiros e estes recorriam às notícias da imprensa portuguesa. O *Astro da Lusitania*,13 por exemplo, um jornal ultraliberal e ligeiramente anticlerical, e o mais popular de Lisboa, reproduzia artigos do *Correio do Rio de Janeiro*, assim como este transcrevia informações do *Astro* e do *Analysta Portuense*. No Rio de Janeiro, o *Reverbero Constitucional Fluminense* fazia uso farto dos artigos e das informações do *Campeão Portuguez* de Londres e do *Diario das Cortes* de Lisboa. *A Malagueta*, publicada no Rio por Luís Augusto May dizia que injustas atribuições feitas pela imprensa de Lisboa pretendiam "aterrar" o jornal e mencionava especificamente *O Independente*. O jornal *O Espelho* do Rio reproduzia com frequência a *Gazeta de Lisboa*.

Segundo o escritor português José Augusto dos Santos Alves, formou-se uma "dupla transição da circulação transatlântica da informação". Nesse período, "o conteúdo dos periódicos circulou, indubitavelmente, na 'ponte' transatlântica, proporcionada pelos circuitos comerciais entre o Brasil e Portugal, e inscreveu-se no 'comércio' das ideias e da opinião, nas 'estradas' da informação, confirmando a relação e a circulação da imprensa entre as duas 'margens' do Atlântico".

Lúcia Maria Bastos P. Neves escreve em "A guerra de penas"14 que, "inicialmente, os jornais e folhetos que circularam na América permitiram o estabelecimento de um diálogo entre as elites brasileira e portuguesa, que não colocou em questão a integridade do Reino Unido". Foi, segundo ela, a fase áurea do periodismo no mundo luso-brasileiro. Mas é um aspecto ainda pouco discutido nos estudos sobre a imprensa.

Os jornais brasileiros acompanharam com atenção os eventos em Portugal, como o juramento da Constituição de Cádiz, de caráter liberal, as sessões das Cortes Constituintes de Lisboa e as intervenções dos deputados brasileiros. Tinham, como fonte de informação, cartas desses deputados e o conteúdo dos jornais portugueses.

José Tengarrinha diz: "A questão do Brasil, num momento tão crítico das relações entre os dois reinos, merecia atenção muito destacada na imprensa portuguesa". O tema era recorrente nos jornais em língua portuguesa publicados em Londres e foi continuado pelas folhas que começavam a circular. Além disso, periódicos produzidos no Brasil eram lidos em Lisboa e mantinham ativa a discussão.

Os jornais publicados no Brasil em 1821 não pregavam, no início, a independência. O

separatismo era visto como uma ideia extremada que se queria evitar. "Até os liberais se identificavam com a ideia de um grande império português centralizado na América. As críticas primeiras à monarquia eram moderadas, feitas com muito cuidado." O objetivo comum das elites políticas e intelectuais era a promulgação de uma Constituição. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves menciona a preocupação dessas elites liberais em defender o constitucionalismo e na difusão de "um novo vocabulário político, comum às elites intelectuais de ambos os lados do Atlântico".

A situação mudou quando as Cortes Constituintes quiseram voltar o relógio da história e empurrar o Brasil à condição de colônia, e quando diversas publicações de Lisboa exaltaram Portugal e atacaram o Brasil, como fizeram os jornais de língua portuguesa editados em Londres. Uma das poucas folhas com cabeça fria, o *Astro da Lusitania*, escrevia ainda em janeiro de 1821 sobre a capital do Reino Unido, em Portugal ou no Brasil, e dizia que as Cortes deveriam ter tato político nessa questão. Em abril de 1822, o *Astro* afirmava que as Cortes tinham errado.

Lúcia Maria das Neves afirma que a campanha pela imprensa foi iniciada em 1821 pela carta do "compadre de Lisboa", em resposta ao "compadre de Belém" e às opiniões do *Astro da Lusitania*. Segundo ele, a capital do império português deveria estar em Lisboa, dada a superioridade lusitana, e dizia que, se isso não ocorresse, Portugal, o Jardim das Hespérides, que concentrava em si todas as delícias e prazeres da terra, seria uma colônia do Brasil, um gigante sem braços nem pernas, com clima ardente e pouco sadio, "terra dos macacos, dos pretos e das serpentes". Portugueses saíram na defesa do Brasil, com pesadas críticas ao autor do panfleto, mas os ataques pela imprensa continuaram.

Nos lamentos contra o Brasil, como diz "A guerra de penas", "transpareciam as insatisfações de Portugal com o abandono a que se viu relegado desde 1807, a nova dinâmica adquirida pelo Brasil com a presença da Corte, as contradições do sistema escravista" e as ambiguidades da Coroa. Quando o Brasil declarou sua independência, em 1822, a imprensa absolutista portuguesa culpou o governo liberal pela separação da antiga colônia, com o argumento de que num regime absolutista isso não teria sido possível. Um jornal que criticou a independência foi *O Brasileiro em Portugal*, publicado em Lisboa em 1822 por Joaquim Manuel de Faria Lima e Abreu, que polemizou com os jornais liberais. Posição diferente assumiu *O Brasileiro em Coimbra*, de 1823, a única folha em Portugal a defender a independência do Brasil. Dele, circulou apenas um número, que provocou um escândalo que fez com que seu redator, o estudante baiano Cândido Ladislau de Figueiredo, fosse expulso da cidade.

Segundo Tengarrinha, "foi visível a falta de consistência do debate político e ideológico na imprensa tanto por óbvia impreparação e imaturidade dos jornalistas como porque a sua análise se circunscrevia, em geral, ao imediato e casuístico".

Assim como fizera a monarquia absoluta, o novo governo português recorreu à censura. Paradoxalmente, em 11 de novembro de 1820, no mesmo dia em que o governo jurava a

Constituição liberal espanhola de Cádiz — enquanto as Cortes de Lisboa preparavam a Constituição portuguesa —, cujos pontos incluíam o fim da censura, a Comissão dos Censores determinava como deveriam ser censuradas as publicações. A incompetência e a falta de condições tornaram a censura pouco eficiente. No entanto, dois importantes jornais liberais, o *Astro da Lusitania* e *O Campeão Lisbonense* foram fechados em abril de 1823 por um governo constitucional (ver figura 18).

No mês seguinte, em maio de 1823, os conservadores voltaram ao poder, com d. João VI como rei absoluto, e a censura foi mais eficiente e muito mais ativa. A troca de informações entre os jornais de Portugal e o Brasil perdeu intensidade, mas não desapareceu. Os portugueses ainda eram poderosos e influentes no Brasil.

O interesse pela informação transcontinental aumentou durante o segundo período liberal português, que começou em abril de 1826, quando depois da morte de d. João VI, seu filho d. Pedro I, imperador do Brasil, tornou-se rei de Portugal como d. Pedro IV, apesar da proibição explícita da Constituição brasileira e dos protestos dos conservadores em Lisboa. Ele, do Brasil, outorga aos portugueses uma Carta Constitucional e três dias mais tarde abdica em favor de sua filha Maria da Glória, princesa do Grão-Pará e duquesa do Porto, de sete anos de idade, que assume o título de d. Maria II, e providencia seu casamento futuro com o infante d. Miguel, irmão de Pedro, que seria regente se aceitasse casar com ela e jurar a Carta. D. Maria II ainda estava no Brasil e d. Miguel estava exilado na Áustria. Ele voltou a Portugal, aceitou as condições, jurou fidelidade a d. Maria II, com quem se comprometeu a se casar, e à Carta, assumindo a regência, mas acabou não cumprindo os juramentos.

No Brasil, d. Pedro I era visto como crescentemente conservador e combatido pela imprensa liberal, que temia que ele não fosse realmente brasileiro e liberal, mas português e absolutista de coração. Além disso, grande parte da imprensa e da opinião pública, preocupada com seu envolvimento na sucessão portuguesa, se manifestava contrária a qualquer aventura do imperador fora do país. A oposição ao imperador, pelas ligações com Portugal e os portugueses, tornou-se cada vez mais agressiva. O visconde de Cairu escreveu dois panfletos sobre "a questão portuguesa", a favor dos direitos de d. Maria e contra as pretensões de d. Miguel.

A *Aurora Fluminense* criticou asperamente o elevado volume de recursos gastos pelo governo de d. Pedro para ajudar os liberais portugueses perseguidos por d. Miguel, que buscaram refúgio no Brasil. Havia, no fundo, o medo de uma nova colonização do país. Ao mesmo tempo, temia-se o predomínio do "miguelismo" no Pará e Maranhão, que poderia levar a uma secessão do Norte do país.

Em Portugal, porém, d. Pedro IV era visto como o paladino do liberalismo. A Carta Constitucional que ele outorgou, porém, embora muito moderada, pois devolvia ao monarca alguns dos poderes que perdera na Constituição de 1822, só foi parcialmente implementada devido à resistência da corrente absolutista instalada na administração e nas forças armadas e que contava com o apoio da Igreja. Somente três meses após sua promulgação começou a ser

publicada pela *Gazeta de Lisboa*, apesar de já ter sido impressa no Rio de Janeiro. A censura continuou. Um governo cada vez menos liberal na regência de d. Miguel propôs em 1827 onerar a imprensa com a implantação de um imposto do selo de dez réis sobre cada jornal enviado pelo correio, que foi rejeitado pela Câmara. Várias publicações foram fechadas.

O regente d. Miguel, muito popular, deu um golpe de estado em 1828 e assumiu como rei absoluto de Portugal, mas sem controlar os Açores, fiéis a d. Maria. Ele reforçou ainda mais a censura à imprensa. Começou então um período de guerra civil. D. Pedro, do Brasil, que representava as aspirações liberais dos portugueses, nomeou uma junta que começou a exercer a regência em 1830 a partir dos Açores. Em 1831, d. Pedro foi obrigado a abdicar o trono brasileiro e partiu para a Europa como duque de Bragança. Dois anos mais tarde, assumiu nos Açores a regência de Portugal em nome da filha.

Pouco depois de sua partida em 1831, começara no Brasil o saudosismo sebastianista, que pedia seu retorno e foi apoiado por diversos jornais, como o *Caramuru* e o *O Carijó*, por políticos como os irmãos Andrada, que antes o tinham combatido, e por uma grande parte da população. Surgiram boatos de que d. Pedro voltava numa esquadra britânica. Em Portugal ainda aparecem folhas lamentando a separação dos dois países. O jornal *Telescopio Brasiliense nos Açores, ou o Brasileiro Emigrado*, escrito nos Açores, mas impresso no Porto, do qual só se conhece o primeiro número, apoia a corrente liberal portuguesa e se mostra pessimista em relação ao Brasil depois da saída do imperador.

Em 1834, d. Pedro vence a guerra contra o irmão, mas morre de tuberculose, antes de completar 36 anos, quatro dias depois de colocar no trono sua filha d. Maria II, então com quinze anos, mas emancipada. Com sua morte, termina o sebastianismo no Brasil e rompem-se de maneira definitiva os vínculos monárquicos que uniam a antiga colônia à antiga metrópole e os lamentos da imprensa pelo retorno do monarca que fora expulso.

Um jornal como o semanário *O Brasileiro em Lisboa*, de 1837, do qual se publicaram dez números, tinha o objetivo, segundo o prospecto, de "pôr termo ao estado de ignorância em que até hoje havemos estado a respeito de um país que fez outrora parte deste reino" e que atravessava um período de grandeza e opulência. Foi promovido por "um diminuto número de patriotas brasileiros, e alguns portugueses, que para iguais fins se reputam cidadãos do mundo inteiro". Não havia nele as recriminações da década anterior. Com a imprensa dos dois países concentrada em questões internas, esmorecia a já muito frágil ponte transatlântica da informação.

5. *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-23)
Publicado por Manoel Antonio da Silva Serva

O padre jesuíta Serafim Leite escreveu que, durante a época colonial, a biblioteca do colégio dos jesuítas em Salvador, com vários milhares de exemplares, continha livros impressos no local. Não foi provado.

Um certo Alexandre José Vieira de Lemos teria instalado em Salvador em 1810 um prelo importado de Londres e em outubro pedira licença para "imprimir conhecimentos mercantis", a qual lhe fora concedida quatro meses depois, segundo escreveram Marcello e Cybelle de Ipanema.[1] Não há evidências de nenhum impresso ou mesmo da existência desse prelo.

A primeira tipografia na Bahia sobre a qual há informação concreta foi instalada em 1811. Alfredo de Carvalho[2] e Alexandre Passos[3] atribuem a iniciativa ao governador da capitania, Marcos de Noronha e Brito, oitavo conde dos Arcos. Ele teria convencido Manoel Antonio da Silva Serva, português instalado em Salvador, "negociante de grosso trato", isto é, de grandes quantidades, que vendia "móveis, cristais, lustres e mesmo livros", e que era também administrador da Real Fábrica de Cartas de Jogar, a montar uma oficina gráfica e lançar um jornal.

Essa versão parece improvável. Silva Serva viajara à Inglaterra para comprar tipos e um prelo em 1809, antes de o conde de Arcos assumir o cargo de governador em outubro de 1810. Em dezembro, ele pediu ao conde autorização para imprimir.

O funcionamento da tipografia e a publicação de uma gazeta foram autorizados por Carta Régia do príncipe regente d. João de 5 de fevereiro de 1811. Era a segunda oficina instalada no Brasil, depois da Impressão Régia em 1808, e a primeira de uma empresa privada.

Para colocá-la em operação foi necessário um acordo prévio com os oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que tinham o monopólio da impressão no Brasil, mas deram sua permissão. A Carta Régia ordenava ao governador que nomeasse um revisor, "de reconhecida capacidade, luzes e fidelidade, e de cujos princípios nada haja a recear". Talvez para não correr riscos, o governador assumiu, nos primeiros meses, essa tarefa de "revisor", até que em janeiro de 1812 passou a função a José Francisco Cardoso. Mais tarde foi criada na Bahia

uma Comissão de Censura composta por cinco membros.

A *Idade d'Ouro do Brazil*, a gazeta autorizada, começou a circular em 14 de maio de 1811. Adotara esse nome porque acreditava que a vinda da família real marcava o início de uma idade de ouro para o país. "Pode se dizer sem receio que esta é a Idade de Ouro do Brasil", afirmava o prospecto publicado no dia anterior ao lançamento, ressaltando a "bem merecida aplicação dum nome tão especioso", e comparava "o dourado século de Augusto com a presente idade do Brasil"4 (ver figura 24).

Tinha no início quatro páginas impressas no formato in-quarto e depois in-fólio pequeno, e circulava duas vezes por semana, nas quartas e sextas. O exemplar custava sessenta réis, a assinatura anual custava oito mil-réis e a assinatura semestral custava quatro mil-réis. Em 1812 o exemplar avulso foi aumentado para oitenta réis, mas a assinatura anual caiu para 7200 réis.

O prelo importado era um Stanhope de ferro, inglês, o mais moderno da época, que serviu de modelo à tipografia de Silva Serva para fabricar uma prensa de madeira. Para a composição do texto, foi "mandado vir de Inglaterra e de Portugal abundante cópia de tipos da mais elegante fundição e variedade".

Dada a grande dificuldade para encontrar mão de obra, Silva Serva treinava aprendizes, meninos que soubessem ler, escrever e contar. Ele escreveu ao príncipe regente d. João, que "mandou habilitar e instruir na Arte da Composição e da Imprensa todos os moços de préstimo que voluntariamente quisessem abraçar esta profissão". Conseguiu do governo dispensa de recrutamento para seus empregados. A oficina tinha um impressor chefe, um revisor de provas, seis aprendizes de composição entre doze e quinze anos, quatro impressores e um encadernador.

O PRIMEIRO MANUAL DE REDAÇÃO

O conde dos Arcos levara a sério sua função de revisor. Poucos dias antes do lançamento, preparou as normas para a *Idade d'Ouro* com o mesmo empenho de um editor, tornando-se autor do primeiro manual de redação do Brasil. O jornal deveria publicar escritos ministeriais e anunciar as novidades da forma mais exata. As notícias políticas deveriam ser contadas de maneira singela, relatando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem, direta ou indiretamente, a dar qualquer inflexão à opinião pública. Quando houvesse escassez de notícias, deveria publicar alguma descoberta útil. Deveria também explicar como o caráter nacional ganha em consideração pela adesão a seu governo e religião. E, pelo contrário, teria que meter "à bulha" ou mostrar "com graça, e pico, quanto têm perdido em consideração, todas as nações que se deixam despegar do governo e religião de seus pais". A gazeta deveria ainda "fazer menção dos despachos civis e militares, particularmente desta Capitania".5

A *Idade d'Ouro* tentou seguir essas instruções, mas nem sempre conseguiu contar as notícias da

maneira mais singela. Era um jornal conservador que defendia a causa dos portugueses no Brasil. Assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, tinha um cunho oficial e excelentes relações com o governo, do qual era uma espécie de porta-voz. Hipólito José da Costa qualifica a *Idade d'Ouro* no *Correio Braziliense* como uma folha "insulsa".

Silva Serva publicava os atos ministeriais, notícias da Corte e do exterior, extraídas das publicações dos navios que chegavam ao porto ou conseguidas com a tripulação e os passageiros. Os jornais estrangeiros eram uma boa fonte de informação para a folha baiana, assim como as cartas dos leitores. Numa nota, "O redator implora a todas as pessoas, especialmente aos senhores comerciantes, cujas relações com outras praças, assim nacionais como estrangeiras, são mais amplas, a bondade de lhe comunicar todos os artigos que nas suas cartas acharem dignos de merecer a atenção do público".

Outra fonte de informação era a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas o jornal não podia publicar as informações oficiais, por causa do monopólio outorgado a esse jornal. Ante as reclamações de leitores pela ausência de notícias sobre alvarás e leis, a *Idade d'Ouro* explicou que se tratava de "injustíssimo queixume", porque "a impressão de semelhantes papéis foi exclusivamente concedida à Impressão Régia do Rio por decreto de 1808", e que papéis diplomáticos "só os podemos publicar quando nos constam pela gazeta da Corte". O jornal baiano tinha mais espaço para artigos de opinião e para a divulgação de temas como comércio, agricultura, artes e literatura, e notícias da cidade, assuntos praticamente ignorados pelo jornal da Corte.

Silva Serva editou também *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, primeira revista de caráter literário publicada no Brasil. *O Patriota*, a segunda, foi lançada no Rio um ano mais tarde. Segundo anúncio publicado na *Idade d'Ouro*, *As Variedades* propunham-se a publicar "discursos sobre os costumes e as virtudes morais e sociais; algumas novelas de escolhido gosto e moral; extratos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira; resumo de viagens; pedaços de autores clássicos portugueses". O primeiro número é de janeiro de 1812; em março saiu um número duplo, o último, vendido por 1120 réis. Era vendida por assinatura e fechou por não ter conseguido um número suficiente de assinantes.

O bacharel português Diogo Soares da Silva de Bivar, o professor de filosofia e latim Gonçalo Vicente Portela e o padre Ignacio José de Macedo escreveram n'*A Idade d'Ouro*. Embora isso não fosse facilmente identificável, Macedo tinha tendência liberal, mas era partidário da união do Brasil com Portugal, para onde voltou em 1823, depois da Independência, ficando conhecido como o "Velho Liberal do Douro".[6]

Silva Bivar era, possivelmente, descendente do lendário herói medieval espanhol Rodrigo Díaz de Bivar, "El Cid Campeador".[7] Foi degredado para Moçambique, por colaborar com as tropas francesas que ocuparam Portugal, mas na escala do navio conseguiu ficar em Salvador e comutar a pena de degredo perpétuo por degredo na Bahia até conseguir em 1821 o "pleno gozo de sua plena liberdade" e "todas as honras e direitos".

Além de redator do jornal e de *As Variedades*, escreveu para o *Almanach para a Cidade da Bahia*,

primeiro almanaque impresso no Brasil, e depois para o *Mapa Estatístico e Comercial da Província da Bahia*. Ficou preso durante vários anos no Forte de São Pedro, de onde continuou escrevendo. A prisão tampouco impediu que casasse com uma dama da alta sociedade local e tivesse filhos. Um anúncio da *Idade d'Ouro* dizia que o redator de *As Variedades* fora "atacado de grave enfermidade, que por ora lhe tolhe da menor aplicação e cuidado literário", explicando o atraso da publicação dos folhetos de fevereiro e março, e alertava que se houvesse "continuação do seu impedimento atual", o dinheiro dos assinantes seria devolvido. O "impedimento" era certamente a dificuldade de escrever da cadeia. Em 1821, Silva Bivar seria censor da imprensa. Depois que a facção portuguesa foi derrotada na Bahia, ele aderiu à Independência e naturalizou-se brasileiro.

A circulação da *Idade d'Ouro*, de menos de duzentos exemplares, a maioria por assinatura, era bem inferior à esperada por seu editor, que se queixou da "fria indiferença" da população. O jornal era vendido em oito pontos da cidade de Salvador e distribuído também no interior, principalmente na região de Cachoeira, a mais desenvolvida. Seu representante na Corte era o livreiro Paulo Martins, que também vendia a *Gazeta do Rio*, e teve que suspender a venda de assinaturas da *Idade d'Ouro* devido à hostilidade da facção nativista.

PEDIDOS AO PRÍNCIPE

Hábil negociante, Silva Serva não duvidou em pedir um empréstimo ao príncipe regente para um projeto ambicioso. Ele queria aumentar a capacidade da tipografia; treinar mão de obra; e construir mais prelos de madeira no país, depois de ter fabricado um na Bahia que "em nada cede aos que mandou vir de Lisboa, mas antes na opinião dos entendedores lhe é muito superior pela perfeição das peças, pelo arranjo e disposição da máquina e pela maior facilidade de execução". Pretendia também publicar mais manuscritos, reforçar o estoque de papel e até fabricá-lo na Bahia. O pedido foi recusado. Segundo a Corte, "a situação do país não exigia o desenvolvimento de uma grande tipografia".

O comerciante português não desistiu e solicitou licença para cortar e exportar 6 mil quintais de pau-brasil, os lucros seriam revertidos à tipografia, mas recebeu nova recusa. (Laurence Hallewell8 informa erroneamente que a licença seria para fabricar prelos de pau-brasil.) Houve uma nova solicitação para instalar uma fundição de tipos para compor cuja resposta não se conhece, mas a fundição nunca foi construída.

Em 1815, Silva Serva finalmente conseguiu da Junta da Fazenda um empréstimo de quatro contos de réis para investir na empresa. Voltou da Europa com material tipográfico e trouxe de Lisboa um mestre livreiro, ao qual teve que convencer com "avultados estipêndios para o induzir a criar aprendizes e a habilitar oficiais na sua arte, de que aliás não há conhecimento algum na Bahia". Nessa viagem fez um acordo para receber os "melhores periódicos da Europa [...] donde se possa extrair alguma curiosidade, ou alguma reflexão de Literatura e Política" para

a *Idade d'Ouro*.

Com o reforço recebido, a tipografia aumentou a oferta e variedade de impressos. Silva Serva tornou-se também editor de livros — durante muito tempo o único da Bahia — e a tipografia estampou um bom número de obras. Para movimentar o estabelecimento, ele anunciou no Rio a disponibilidade de impressão em condições favoráveis e conseguiu encomendas dos comerciantes da Corte graças ao elevado preço da Impressão Régia.

Em janeiro de 1819, Silva Serva informou que o jornal só seria publicado por seis meses durante o ano, em virtude de se haverem "despedido muitos assinantes". Ele morreu em agosto, durante uma viagem ao Rio. O estabelecimento foi herdado por sua viúva, que mudou o nome para Typographia de Serva, e Carvalho e Typographia da Viuva Serva e Carvalho. Aparentemente, o jornal deixou de circular durante um período, pois somente foram encontrados exemplares de 1821, quando reapareceu como jornal diário, para alguns meses depois tornar a ser bissemanal.

A tipografia da viúva imprimiu diversos jornais entre 1821 e 1824, como o *Minerva Bahiense*, o *Espreitador Constitucional*, *Idade do Ferro*, *Echo da Patria*, *O Grito da Razão*, *Correio da Bahia*. Até 1830 estampou mais de uma dúzia de periódicos.

JORNAL COMBATIVO E POLÊMICO

Publicação conservadora, a *Idade d'Ouro* justificava o trabalho escravo, e o tráfico, como "um mal necessário" no Brasil, mas não em Portugal, pela falta de mão de obra aqui. Segundo o jornal, "seria antipolítica, e arruinadora a abolição da escravidão". Em 1817, demorou para informar sobre "a detestável rebelião" de Pernambuco, "perigosa e terrível para seus infames agentes", porque não queria enxovalhar a folha com "atentados infames", mas depois passou a publicar, com riqueza de detalhes, a "quixotada pernambucana". Os liberais chamavam o jornal de *Idade de Ferro*. No entanto, Nizza da Silva observa a preocupação do redator da folha em publicar notícias corretas e retificar quando tinha errado.

É perceptível uma mudança de orientação a partir da Revolução Liberal do Porto em agosto de 1820 e da instauração das Cortes Constituintes em Lisboa no ano seguinte, quando o jornal tornou-se mais combativo e polêmico. Chega a dar outra interpretação ao nome *Idade d'Ouro do Brazil* ao dizer que "augurava de longe" o dia 10 de fevereiro, data do movimento na Bahia a favor da Constituição. Mas a Constituição que o jornal apoiava era a portuguesa, que na prática levava o Brasil de volta à situação de colônia, obrigando as províncias a reportar-se diretamente a Portugal, e não ao Rio de Janeiro, e rompendo com a unidade do país.

O jornal se refere aos liberais como homens invejosos que semeiam a "discórdia entre portugueses de Portugal, e do Brasil, iludindo alguns brasileiros incautos com sonhadas vantagens da independência do Brasil". Em fins de 1822, diz que "o povo foi vítima dos embusteiros para pegar as armas com o falso pretexto de que Portugal o queria escravizar". Em

outubro desse ano, depois de proclamada a Independência, chegaram à Bahia tropas portuguesas e o jornal assegurou que não vinham contra o Brasil, mas a favor da Constituição e do rei (d. João VI, monarca de Portugal), e contra o príncipe (d. Pedro) e seus decretos. O jornal lamenta que o *Correio Braziliense*, até então partidário da união do Brasil e Portugal, passara a defender a Independência. Nesse período, atacou seu antigo benfeitor, o conde dos Arcos, "inimigo de todo o sistema de representação nacional, que ele reconhecia muitos defeitos na antiga administração, porém queria ser ele o reformador".

A *Idade d'Ouro*, diz Nizza da Silva, era o órgão de resistência dos portugueses de Salvador contra as tropas brasileiras. Conquistada a cidade, publicou seu último número em 18 de abril de 1823 lamentando o sangue português vilmente derramado; alguns autores, como Damasceno Vieira, acreditam que circulou até 24 de junho. A editora continuou publicando livros e só fechou as portas em 1846, depois de várias mudanças de nome.

As críticas de Nelson Werneck Sodré9 à *Idade d'Ouro* são do mesmo teor que as que emitiu sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (ver p. 118). Segundo ele, era "imparcialmente a favor do absolutismo", "um órgão de louvação", "do pior oficialismo", sem "nenhum respeito pela verdade", que "por doze anos sustentou coerentemente a posição defendida pelos dominadores lusos".

Ante esses comentários, Nizza da Silva10 observa que um periódico não se mantém idêntico do nascimento até a morte, e que o instantâneo que o historiador tira de apenas um período pode redundar numa imagem deturpada:

> Nelson Werneck Sodré, que rotulou a *Idade d'Ouro do Brazil* de "periódico áulico", não lhe retirou este rótulo depois do movimento constitucional da Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, quando a gazeta baiana se tornou abertamente partidária do constitucionalismo monárquico, atacando o ministério do Rio de Janeiro por ainda não ter aderido às Cortes de Lisboa.

É certo que Sodré exagerou e deixou de levar em consideração a época e as circunstâncias em que o jornal era publicado. Mas também é verdade que a *Idade d'Ouro* sempre defendeu a causa portuguesa e que a Constituição e as Cortes de Lisboa, que o jornal apoiava, eram contrárias aos interesses do Brasil. As Cortes queriam que d. Pedro fosse para a Europa, e que o Brasil fosse governado desde Lisboa. Sempre que as posições entre Portugal e Brasil eram conflitantes, o jornal escolheu Portugal.

Isso não impede, porém, o reconhecimento de que a *Idade d'Ouro* foi uma publicação útil e importante para a comunidade em que circulou. Em suas páginas encontra-se um rico caleidoscópio da sociedade, e fala-se de hábitos, cultura, crenças, comércio e economia. Decerto para a Bahia foi melhor contar com um jornal do que ficar sem ele. Como diz Nizza da Silva, os habitantes do Brasil na época viam o aparecimento das folhas periódicas como um benefício do qual tinham sido excluídos durante séculos. E um jornal diferente dificilmente teria sido permitido pela censura.

6. *O Patriota* (1813-4)[1]

Redator: Manuel Ferreira de Araújo Guimarães

O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro foi considerado por Carlos Rizzini[2] "a melhor publicação literária não apenas da Colônia, mas do Reino e da Regência". Em suas páginas, ele diz, foram publicados "preciosos inéditos" e com elas colaboraram os "mais distintos literatos do tempo". Considerado o jornal da intelligentsia, foi uma importante manifestação da vida intelectual da época, que dava prioridade à divulgação do conhecimento, especialmente de temas científicos.

Segundo Gondin da Fonseca,[3] era uma revista de cultura de enorme valor, em cujas páginas foram publicadas as primeiras ilustrações da imprensa brasileira. Helio Vianna menciona, num curto parágrafo, que *O Patriota* tratou de temas agrícolas e que foi o primeiro a fazê-lo "do modo mais brilhante, pela excelência das diversas memórias contidas em seus três volumes".

Seu redator era o coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que também escrevia na *Gazeta do Rio de Janeiro* (ver p. 116). Publicaram artigos em *O Patriota* José Bonifácio de Andrada e Silva, o inconfidente mineiro Manuel Inacio da Silva Alvarenga e uma rede de colaboradores de Portugal e das colônias portuguesas na Ásia e na África. No prospecto de lançamento, a publicação solicita a colaboração dos "sábios de nosso país".

O Patriota foi publicado por pessoas que tinham participado do círculo de d. Domingos de Sousa Coutinho, conde de Linhares, falecido um ano antes. Considerado o precursor das publicações científicas brasileiras, como seu nome indica, além de artigos sobre a ciência, tratava de uma enorme variedade de temas: literatura, arte, medicina, botânica, zoologia, história, economia, diplomacia e relatos de viagens. Publicava também resumos comentados de obras editadas pela Impressão Régia, alguns dos quais geraram controvérsias. A maioria dos artigos era original, escritos especificamente para a revista. *O Patriota* "não se constituiu em mero papel oficioso", no dizer de Marco Morel,[4] embora Nelson Werneck Sodré[5] insista em considerá-lo um exemplo da "imprensa áulica". Para Oliveira Lima: "Literariamente, porém, nada melhor reflete essa época de remodelação política e mais ainda social, e de inovação intelectual que, consciente ou instintiva, representa para o Brasil e sobretudo para sua capital a

transferência da sede da monarquia, do que *O Patriota* [...]. *O Patriota* foi a revista adequada à sociedade e ao momento histórico de d. João VI no seu reinado americano".

Circulou entre 1813 e 1814, e era uma revista mensal, depois bimestral, estampada pela Impressão Régia e graficamente bem cuidada. Era vendida no livreiro Paulo Martins, filho. Teve dezoito números, com 110 a 130 páginas cada. O exemplar custava 800 réis e a assinatura semestral, 4 mil réis, passando depois para 1200 réis e 6 mil réis, praticamente o mesmo preço do *Correio Braziliense*.

Hipólito José da Costa, ao saudar seu aparecimento, comentou que dez anos antes, estando a Corte em Lisboa, ninguém se atreveria, como fez a nova folha, a dar a um jornal o nome de *O Patriota* nem a publicar a *Henriada* de Voltaire, um "dos livros que se não se podiam ler sem correr o risco de passar por ateu, pelo menos por jacobino". Acrescentou que "temos agora que em tão curto espaço já se assenta que o povo do Brasil pode ler a *Henriada* e pode ter um jornal com o título de *Patriota*, termo que estava proscrito como um dos que tinham cunho revolucionário [...] nós julgamos isto matéria de importância". Era um indício, em sua opinião, de que já não se olhava para as ideias de melhoramento das instituições públicas como tendentes à anarquia, em vez de servir à grandeza do governo.

O aprimoramento das técnicas para melhorar a produção agrícola era uma preocupação recorrente na época. O primeiro ensaio do primeiro número é uma memória sobre o emprego do açúcar combinado com a pólvora, extraída do *Repertorio das Artes, Manufaturas, e Agricultura*. O segundo é uma memória sobre a cultura dos algodoeiros. De certa maneira, o periódico tentou dar continuação à informação tanto científica como prática iniciada pela Officina do Arco do Cego de Lisboa. Foi um reflexo do Iluminismo francês no Brasil na sua preocupação em difundir o conhecimento, embora não fosse político. Mas, apesar de suas boas intenções, *O Patriota* não conseguiu sobreviver por muito tempo.

III. JORNAIS NA INDEPENDÊNCIA E NA REGÊNCIA

Os jornais do período da Independência e da Regência são provavelmente os mais estudados da imprensa brasileira. Se nenhum outro período atraiu tanto a atenção dos historiadores foi, talvez, porque nunca os jornais foram tão decisivos para definir o futuro do país. Confrontavam-se projetos diversos para o Brasil, revelando concepções conflitantes do que deveria ser a nação. As escolhas feitas, os caminhos seguidos e a conformação política do país foram, em grande parte, resultado direto das polêmicas travadas pela imprensa, que contribuíram decisivamente para a formação da nacionalidade e a preservação da integridade territorial.

Barbosa Lima Sobrinho diz que nunca foi tão grande a influência do jornalismo no país. Como escreve o historiador Marcello Basile, "o início da formação da nação brasileira foi marcado por autênticas 'guerras de opiniões', por 'guerras de doutrinas', fazendo da imprensa lugar privilegiado nesse processo". Segundo Gondin da Fonseca, sem a coragem dos jornalistas da época, "as doutrinas liberais não teriam frutificado tão depressa no Brasil".

Não foi um debate tranquilo. "Insultos impressos" é como a historiadora Isabel Lustosa sintetizou as acaloradas polêmicas dos jornais entre 1821 e 1823. Esse comportamento começou a partir da Revolução do Porto, em agosto de 1820, que levou à queda da censura e ao fim do rigoroso controle estabelecido pela Corte, que desde 1808 só havia permitido a circulação de dois jornais políticos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brazil*, fiéis seguidores de sua orientação.

A partir de 1821 surgiu uma enorme quantidade de jornais, gazetas, revistas, panfletos e folhas avulsas de cunho político. Como escreveu Hipólito José da Costa, "a revolução começa a produzir escritos no Brasil que já deitam a barra um pouco mais adiante do que se podia esperar". No entanto, quando foi percebido que o movimento não era só liberal, mas também "recolonizador", e que a Constituinte de Lisboa de 1821 queria tirar do Brasil as liberdades e os avanços conseguidos com a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, os jornais e panfletos impressos no Brasil aproveitaram o fim da censura para hostilizar primeiro os portugueses, depois o imperador, quando acharam que defendia os interesses de Portugal. Inicialmente foram moderados na forma, mas em pouco tempo o comedimento anterior, forçado e artificial, e as limitações à expressão das ideias foram substituídos por uma explosão da linguagem e por pedidos radicais de reformas políticas. Insultos, injúrias, ofensas e difamações eram usados para desmoralizar o adversário.

Esse comportamento, que se estendeu pela década de 1820 e chegou até a Regência, chocou alguns historiadores. Octavio Tarquinio de Sousa deplorava o "lamaçal que era entre nós a imprensa no primeiro Reinado", e que, como notaria o historiador inglês John Armitage:

> era quase sem exceção, a mais deplorável possível, pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro que nada poupava, toda de jornais incapazes de discutir uma questão sem baixar ao mais desbragado personalismo, fosse para louvar, fosse para deprimir, oscilando entre "o parafraseado servil dos periódicos ministeriais e o tom licencioso e anárquico adotado pelos liberais".

Era, ele afirmou, uma imprensa "eminentemente política, apaixonadamente partidária, a especializar-se em insinuações as mais ferinas, antes de chegar sem rebouços ao doesto grosseiro", e que "em sua generalidade, toda a imprensa se ressentia de falta de serenidade, de imparcialidade, de moderação". Para ele, "os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensíveis como os seus antagonistas. Costumavam não só advogar doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como assacar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição".

Um panfletário como Justiniano José da Rocha escreveria, pouco depois desse período, que "a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento do político e até a habilidade do escritor eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo, e pelas ameaças de subversão".

Moreira de Azevedo disse em meados do século XIX que os jornais fundados em 1821 e 1822 usavam de uma "linguagem exaltada e veemente; inflamados os espíritos com as ideias de liberdade e independência, não mediam o excesso da linguagem", e mencionou o receio de que desse descomedimento da imprensa resultasse em uma explosão. Explicava que "não devem surpreender estes fatos; em um país novo, pouco ilustrado, compreende-se a influência que deviam exercer as folhas periódicas, que ódios não despertariam usando, quase todas, de linguagem exaltada, violenta, excitando o entusiasmo dos partidos e esforçando-se para defender as facções de que cada um era órgão". Ainda segundo ele, "muitos periódicos transformam-se em pasquins".

O crítico João Ribeiro escreveu que é impossível imaginar jornais de oposição mais agressivos, apaixonados e virulentos. Um viajante inglês na época da Regência anotou que "a maior parte [dos jornais] contém mais injúrias pessoais e impropérios do que informações ou discussões instrutivas sobre princípios políticos". Um escritor brasileiro, Vieira Fazenda, disse que "os jornais daquele tempo foram a válvula de onde partiram ofensas e calúnias contra os governantes. A linguagem cáustica e desabrida de alguns artigos ainda hoje provoca verdadeiras náuseas", e que "nunca a imprensa desceu tão baixo".

A falta de comedimento não era exclusividade de alguns jornalistas radicais. O arquiconservador José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, foi um dos panfletários mais agressivos, pródigo em derramar insultos sobre seus oponentes quando tinha esgotado argumentos mais racionais. Talvez ninguém tenha superado o imperador d. Pedro I, protegido pelo anonimato ou escondido atrás de pseudônimos, na tarefa de espalhar ofensas.

Mas a imprensa daquele período foi algo mais do que um amontoado de pasquins difamatórios. Os jornais tiveram uma transcendental importância política, sendo decisivos para a consolidação da unidade do país e para a formação do Brasil como nação.

No começo da década de 1820, estavam abertos ao Brasil vários caminhos. Havia uma escolha entre continuar como uma monarquia em que o rei detinha o poder absoluto, como queria o visconde de Cairu, e um regime constitucional. Ou entre a monarquia e a república,

sendo a última defendida por Antonio Borges da Fonseca e frei Caneca, o que decerto levaria ao desmembramento do Brasil em vários estados independentes, como acontecera com as colônias espanholas.

Outra escolha estava entre a consolidação do Reino Unido de Brasil e Portugal — opção inicial de Cairu, Gonçalves Ledo, Soares Lisboa, Hipólito José da Costa e outros jornalistas da época — e o Brasil independente — escolha que fariam mais tarde. E se a Independência parece hoje um processo natural, é oportuno lembrar que, durante um período, a maioria dos representantes do Norte e do Nordeste do Brasil nas Cortes de Lisboa apoiou a Constituição portuguesa e a união com Portugal, não com o resto do Brasil.

Conseguida a Independência, foram objeto de polêmica a Constituição e os limites dos poderes do monarca. Houve debates em torno da autonomia das províncias e da liberdade de imprensa, que José Bonifácio queria limitar e que Cairu tinha tentado impedir. Acirraram-se os embates entre o partido português, que apoiava o imperador, e os brasileiros, ressentidos com os privilégios dos portugueses.

Talvez no período mais crucial, as Cortes de Lisboa, depois de conseguir a volta do relutante d. João VI a Portugal, decidiram em 1821 que os governadores e os chefes militares das províncias brasileiras dependeriam diretamente de Lisboa. Queriam também a extinção dos tribunais do Rio criados em 1808 e a exclusão do nome do Brasil no título do monarca, de rei de Portugal, Brasil e Algarves. Mandaram fechar as academias da Marinha e de belas-artes removendo os professores para Lisboa. Os antigos monopólios comerciais em favor da antiga metrópole foram restabelecidos. Finalmente, foi determinado que o príncipe regente, d. Pedro, deixasse o Brasil, sem poder entrar em Portugal, forçando-o a viajar incógnito pela Europa. Para reforçar sua autoridade e impor suas decisões, Lisboa mandou mais tropas ao Brasil.

Praticamente todos os jornais do Rio, dos mais radicais aos mais conservadores, achavam que a causa passava pela permanência de d. Pedro, de modo que ele foi o centro das atenções da imprensa. Queriam atraí-lo e comprometê-lo. D. Pedro seria o instrumento para facilitar a transição e alcançar a Independência, de modo que poucas vezes uma figura pública no Brasil foi tão espontaneamente cortejada e enaltecida. “Não desdenhe da glória de ser o fundador de um grande Império”, escreveu um jornal. Como disse Justiniano José da Rocha, com o Fico ele deu à causa da Independência, já despida do seu caráter revolucionário, o apoio das tradições monárquicas e o prestígio da dinastia.

Mas quando foi coroado imperador e tentou limitar o alcance da Constituição, a imprensa voltou a se digladiar em torno dos poderes do soberano, do retorno ao absolutismo e da defesa da Assembleia. Como escreveu o *Jornal do Commercio* por ocasião de seu centenário: “A imprensa tinha exercido, no meio das ameaças dos oficiais, da soldadesca e dos populares, uma ação decisiva, obrigando, afinal, o imperador a aceitar os acontecimentos e a proclamar o regime constitucionalista”.

A imprensa foi fundamental para que o país encontrasse um caminho nesse caos de

tendências. Algumas províncias demoraram vários anos para aceitar o Brasil como país independente, o Rio de Janeiro como capital e d. Pedro I como monarca constitucional. Preferiam depender de Lisboa.

Mesmo depois da Independência, persistiu a atenção dos jornais sobre os acontecimentos nos dois países. Os portugueses ainda exerciam uma enorme influência na política, na sociedade, na economia e na imprensa do Brasil. Com a morte de d. João VI em 1826, o imperador brasileiro d. Pedro I o sucedeu no trono português como d. Pedro IV, mas logo abdicou em nome de sua filha Maria e nomeou seu irmão d. Miguel regente.

A queda em 1830 do rei absolutista da França, Carlos X, teve um impacto profundo na imprensa brasileira e pode se afirmar que redobrou o entusiasmo dos jornais mais exaltados em seu propósito de levar o imperador a deixar o trono. Wilson Martins opina: "Péssima que tenha sido, e efetivamente foi, a qualidade de tantos pasquins, é inegável que se lhes deve em grande parte a abdicação de Pedro I, pelo trabalho de agitação da opinião pública que realizaram". Quando d. Pedro retornou a Portugal e teve início a Regência no Brasil, a situação não se acalmou: diversos jornais e boa parte da população defendiam o retorno do imperador. Surgiu um poderoso movimento sebastianista no Brasil pedindo seu retorno, do qual participaram não apenas a colônia portuguesa mas também boa parte da sociedade, muitos dos políticos que tinham contribuído para a sua saída e da imprensa.

Nesse período, os jornais chegaram provavelmente ao paroxismo em abusos de linguagem e trocas de ofensas. Com evidente exagero, Gondin da Fonseca escreveu que "nunca houve na Terra, ou em qualquer dos outros planetas habitados que existam no Universo, jornais mais violentos do que os que saíram no Rio de Janeiro durante os primeiros tempos da Regência". Somente com a morte do antigo imperador, em 1834, é que o interesse dos jornais do Brasil por Portugal e vice-versa esmoreceu. O cordão umbilical tinha sido completamente cortado (ver p. 161).

COMO ERAM OS JORNAIS

Havia na época poucos obstáculos para o lançamento de um jornal, já que o custo era baixo. Eram necessários um ou dois redatores, que escreviam de casa e tinham outra fonte de renda. O conteúdo consistia em um ou vários artigos doutrinários, com frequência polemizando com outra publicação, cartas dos leitores, transcrição de artigos de outras folhas e anúncios. Um reduzido número de exemplares — a circulação raramente ultrapassava algumas centenas de cópias —, com quatro páginas de tamanho pequeno, podia ser impresso numa das tipografias existentes, então os exemplares podiam ser comprados na oficina ou entregues pelos Correios. Os jornais poucas vezes duravam mais do que algumas semanas, mas sempre havia novas publicações para ocupar o lugar das que desapareciam.

Como os artigos não eram assinados, o autor ficava com frequência anônimo, e não precisava

responsabilizar-se por suas diatribes. A linguagem, embora ousada e com frequência ofensiva, chegava a ser excessivamente formal e contrastava, como Gilberto Freyre observou, com a empregada nos anúncios dos jornais, nos quais se escrevia "português brasileiramente". Ficou fascinado com o estilo simples, claro e direto usado nos anúncios "por linha" das primeiras folhas brasileiras, os "classificados" de então. Escreveu ele: "Compara-se a língua dos anúncios de 1825 com a dos discursos dos constituintes do Império, ainda rançosa de casticismo: são duas línguas inimigas". Gilberto Freyre ainda mostrou a diferença entre a frase dos artigos políticos e literários nos jornais com a dos anúncios: "a superioridade de força e, direi mesmo, de beleza de expressão dos anúncios é enorme" e "às vezes maior, como expressão nacional, do que toda a nossa literatura do mesmo período, incluindo o romance com as suas moreninhas e as suas iaiás já meio desaportuguesadas".

Gilberto Freyre cita um diplomata português segundo o qual, mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil no século XIX está nos anúncios dos jornais que "constituem os nossos primeiros clássicos". Ainda de acordo com ele:

> No romance e na poesia, só nos livros de autores mais recentes ela [a língua portuguesa] vem revelando a espontaneidade e a independência que se encontram nos anúncios de jornais através de todo o século XIX. Anúncios já cheios de palavras de origem africana ou tupi-guarani; de brasileirismos do melhor sabor — sapiranga, cassaco, cambiteiro, aça ou assa, xexéu, troncho, perequeté, mulambo, munganga, cambado, zambo, cangulo, tacheiro, engurujado, banguê, banzeiro, batuque, munheca, batucar.1

Gilberto Freyre exagera ao afirmar que os jornais do século XIX não têm quase nenhum interesse, na parte editorial, para quem os folheie à distância, e que seus artigos de fundo e seus folhetins literários raramente nos comovem, mas que os anúncios, desde os primeiros números das gazetas imperiais, nos prendem aos hábitos e aos sentimentos mais íntimos de nossos antepassados.

No entanto, como escreveu Isabel Lustosa, "uma das marcas mais características da imprensa da Independência é a constante presença de aforismos e das gírias" e que, "por meio da imprensa da Independência, se encontraram a cultura popular e a cultura da elite". Ainda segundo Lustosa, a partir de 1821,o divisor de águas entre a linguagem literária e a popular foi reduzido.

Gilberto Freyre deve ter ficado entusiasmado em excesso com os anúncios, e diminuído a importância do conteúdo editorial, mas é inegável que a necessidade de chamar a atenção para comprar ou vender, em poucas linhas, umas botas de couro ou um escravo levou a uma linguagem despojada e direta, de fácil compreensão, próxima da comunicação coloquial de uso cotidiano, e muito diferente do estilo rebuscado e torturado dos artigos de fundo.

Raras vezes foi tão grande a influência do elemento estrangeiro na imprensa brasileira. Vários jornais surgidos com o fim da censura foram escritos por estrangeiros, como o *Correio do Rio de Janeiro* de João Soares Lisboa, *A Malagueta* de Luís Augusto May, o *Diario do Rio de Janeiro* de

Zeferino Vito de Meirelles, todos nascidos em Portugal, e a *Sentinella da Praia Grande*, de Joseph Stephano Grondona, italiano da Sardenha. Mas a maior contribuição talvez tenha vindo dos franceses, que montaram tipografias e abriram livrarias. Circularam no Brasil alguns jornais impressos nessa língua, como *L'Echo de l'Amérique du Sud, Courrier du Brésil* — extraordinariamente ativo na defesa de d. Pedro I e na polêmica contra os jornais liberais — e a *Revue Brésilienne*. E é de origem francesa o *Jornal do Commercio*, fundado por Pierre Plancher em 1827, depois de ter lançado no Rio de Janeiro *L'Indépendant* e *O Spectador Brasileiro*. O mais importante diário brasileiro do século XIX e começo do XX foi controlado pela família Villeneuve e orientado desde Paris, durante várias décadas, por Francisco Antonio Picot (François Antoine Picot), nascido em Zara, Dalmácia,2 hoje território croata.

Surpreende a escassa influência no Brasil do jornalismo inglês, apesar da predominância política e econômica desse país. D. João e sua corte chegaram ao Brasil protegidos pela esquadra britânica, fugindo das tropas francesas. Os ingleses dominavam o comércio externo, as finanças e a navegação do país. Seus investimentos e interesses financeiros superaram amplamente os dos outros países durante o século XIX. Eles construíram as ferrovias e os portos e trouxeram os cabos telegráficos submarinos. Seu modelo parlamentarista foi adotado no Brasil, mantendo-se, inclusive, o nome dos partidos. Antes da Independência, estavam baseados em Londres os jornais em língua portuguesa que mais discutiram e influíram nos assuntos brasileiros, e nessa mesma cidade era editada a publicação que serviu como modelo para jornais do mundo inteiro, o *The Times*. No entanto, tirando alguns periódicos de escassa repercussão interna, como *The Rio Herald* e *The Literary Intelligencer*, foi de pouca relevância a influência da imprensa inglesa sobre a brasileira, em comparação com a francesa.

1. *Conciliador do Reino Unido* (1821)[1]
Redator: Visconde de Cairu

A liberdade de imprensa é como o "vinho espirituoso, que atordoa as cabeças e arruína os estômagos débeis", escreveu o conservador José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu. Ele foi figura-chave no episódio da abertura dos portos de 1808 e no período da Independência, tanto por opor-se com extraordinária energia aos movimentos liberais, defendendo o poder absoluto do monarca, como por influir, de maneira decisiva, para que o príncipe regente d. Pedro permanecesse no Brasil e desse início ao processo de independência.

José da Silva Lisboa[2] nasceu em Salvador em 1756. Entrou em Coimbra em 1774, onde estudou filosofia e se diplomou em cânones. Foi professor substituto de grego e hebraico do Real Colégio das Artes, na mesma universidade, aos 22 anos. Voltou ao Brasil em 1779, onde foi professor durante três décadas e secretário da Mesa de Inspeção das Rendas da Bahia.

Poucas figuras públicas levaram o conservadorismo a limites tão extremos no Brasil como ele, que defendia o Trono e o Altar. Helio Vianna,[3] outro escritor conservador e admirador de sua "singular figura", escreveu que seus comentários eram muitas vezes apaixonados, mas sempre esclarecidos, e que "com toda justiça deve ser considerado o primeiro e o maior jornalista aqui em ação ao tempo da Regência e do Reinado de d. Pedro I, além de ter sido, então, o mais importante de nossos panfletários políticos". Uma opinião discutível e discutida (ver figura 13).

Sérgio Buarque de Holanda menciona suas "genuflexões constantes diante do poder".[4] Para Carlos Rizzini era "sempre empolado e bajulador", além de "adulador, turiferário do poder".[5] Mas a historiadora Isabel Lustosa afirma que há nos jornais e panfletos de Cairu verdadeiros tratados de filosofia política com vistas à educação dos povos, e que nem sempre ele pode ser chamado de empolado e bajulador.[6]

Suas ideias e sua agressividade lhe proporcionaram um bom número de inimigos entre seus contemporâneos. José Bonifácio fez dele um retrato caricato: "fração de gente, charlatão idoso, que abocanha no grego, inglês, hebraico" e que "escreve folhetos a milhares, que ninguém lê, porque ninguém o entende, por mais que lhe dê títulos diversos". Cairu polemizou asperamente

com jornalistas como João Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro* (ver p. 198), com Gonçalves Ledo, do *Reverbero Constitucional Fluminense* (ver p. 191), e com Cipriano Barata, da *Sentinella da Liberdade* (ver p. 306).

Helio Vianna escreve que Cipriano Barata "indignamente atirava-se contra a pobreza de Silva Lisboa quando jovem e à humildade de seus antepassados". De fato Barata, seu antagonista e inimigo durante décadas, escreveu sobre ele: "um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rotas e chichelos (sic) [...] e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bamba-querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia vezes de lenço [...] e um irmão deste e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco".

Cairu combateu com empenho os jornais liberais que ousavam dizer que a soberania era do povo, e não do imperador. Era censor e defendia a censura prévia com entusiasmo, para obstar os desvarios no vulgo e evitar as desordens sociais. Conclamava o "verdadeiro patriota e genuíno literato" a sentir uma sincera solicitude pelo sossego do Estado e consentir com o sacrifício de algumas palavras e linhas de sua obra a partir das observações de um censor judicioso — como ele. Defendia que os censores fossem tratados como guardas da honra da nação e da tranquilidade pública que zelam para que o Estado não sofresse detrimento, mas reconhecia que esse era, na realidade, um "ofício danoso, além de odioso". Quando a censura prévia foi extinta, embora se proibissem os escritos contra a religião, o soberano, a tranquilidade pública e os bons costumes, Cairu disse que a liberação fora precipitada por reduzir as demoras e eliminar as despesas, além de sobrecarregar os censores.

O visconde alertava contra os periódicos e papéis avulsos, lidos "sofregamente pelas classes inferiores", nas quais podiam disseminar ideias incendiárias, e contra os danos que sobrevinham à moral pública quando a liberdade de imprensa degenerava em licenciosidade. Para ele, pedir a liberdade de imprensa como um direito do cidadão era a "mania do século". Disse que não conhecia a senhora chamada "opinião pública", e combateu "a facção efêmera que ergueu a estátua da soberania do povo". Helio Vianna de certa maneira justifica a posição de Cairu sobre a censura ao dizer que "era natural que entendesse ele ser aquela liberdade [de imprensa] melhor quando estabelecida de modo a serem evitados quaisquer abusos".

Cairu publicou vários jornais de curta duração para defender as ideias conservadoras e a figura de d. Pedro. Apesar dos nomes diferentes, essas folhas mantinham uma continuidade pela coerência das ideias e a uniformidade do estilo. Antes de enveredar-se pelo jornalismo, já em idade avançada, ele escrevera diversos tratados numa linguagem erudita, sendo o mais importante *Princípios de direito mercantil*. Foi autor do primeiro livro impresso no país, *Observações sobre o comercio franco no Brasil*, saudado e duramente criticado por Hipólito José da Costa. A respeito de outra obra de Cairu, escreve Hipólito que "o autor, acostumado a examinar os objetos de comércio em pequeno, perde-se num pelágio onde é necessário melhor piloto". E

acrescentou: "É de se esperar que para outra edição se corrija a ortografia e gramática deste folheto, que todo ele está muito pouco digno da pena de um homem, que quer passar por escritor".

Cairu era, segundo Isabel Lustosa,7 "talvez a personalidade mais acatada do ponto de vista intelectual do Brasil daquele tempo — o Rui Barbosa do começo do século XIX". Mas nas publicações periódicas, ele esgrimia habilmente a pena como o mais combativo dos panfletários, trocando impropérios com os jornalistas liberais. Uma referência a Cipriano Barata mostra como seu estilo podia ser agressivo: "Sempre me arrepiou o rebuliço e asqueroso inseto do mesmo nome, que é salteador de livros e vive de tinta de escrever, nutrindo-se do veneno vitriólico que morta ficaria até a língua de um drago".

O *Conciliador do Reino Unido* foi lançado em março de 1821, e segundo Helio Vianna começava aí a carreira do mais notável publicista brasileiro do terço inicial do século XIX. Cairu tornou-se o primeiro brasileiro a redigir e publicar no Brasil um jornal privado, estampado pela única tipografia existente no Rio, a Impressão Régia, da qual era diretor. O nome já revelava um objetivo: defender o Reino Unido de Brasil e Portugal, além de cobrir de elogios o príncipe d. Pedro, do qual seria "valioso aliado permanente". Outro objetivo era defender a realeza, como Cairu explica exibindo uma falsa humildade: "ouvi a débil voz de um sincero, mas inválido veterano no Serviço do Estado, a quem já as cãs alvejam na mirrada cabeça; ele vos fala humilde". Foram publicados sete números em formato in-quarto de o *Conciliador do Reino Unido*.

Um folheto anônimo, atribuído a Cairu, o *Despertador Brasiliense*, defendia a permanência do príncipe regente d. Pedro no Brasil e incitava a desobediência aos decretos das Cortes de Lisboa. Quando estas determinaram em outubro de 1821 que o príncipe tinha que deixar o Brasil, mas não poderia ir a Portugal e deveria viajar de incógnito pela Espanha, França e Inglaterra acompanhado de pessoas que lhe seriam indicadas, e extinguia os tribunais que haviam sido criados no país, o *Despertador* escreveu que essa decisão era "ilegal, injusta e impolítica". Conclamava os brasileiros a decidir entre ficar sujeitos a Portugal ou rejeitar tudo o que as Cortes determinaram a respeito do Brasil sem a participação dos deputados brasileiros. Para o *Despertador*, os portugueses estavam fomentando a separação. Num momento em que d. Pedro ainda hesitava, essa foi, talvez, a publicação que mais influiu em sua decisão de ficar e declarar a Independência.

Ironicamente, Cairu foi, por determinação de d. Pedro, que ele sempre defendera, vítima da censura que tanto praticou. Um dos seus panfletos, publicado sem assinatura, a *Heroicidade Brasileira*, foi a primeira publicação apreendida da imprensa nacional. Nele comentava a expulsão da Bahia das tropas portuguesas do general Jorge de Avilez Zuzarte, que para Cairu eram traidoras, e as comparava ao Exército francês que em 1807 invadira Portugal. Disse dos corpos de tropas portuguesas "que tomávamos por defensores do país, ameaçando bombardear e saquear a cidade". D. Pedro não gostou dos ataques aos portugueses, que considerou inapropriados, e decidiu censurar seu fiel defensor: foram recolhidos os exemplares já impressos

porque, segundo portaria de janeiro de 1822, neles "se leem proposições não só indiscretas, mas falsas, em que se acham estranhamente adulterados os fatos acontecidos". A reação de Cairu ao ter que tomar o amargo remédio da censura que tanto receitava aos outros é desconhecida. Alguns jornalistas que se opunham a ele saíram em sua defesa.

RECLAMAÇÃO DO BRASIL

O jornal *Reclamação do Brasil*, escrito com o pseudônimo "Fiel à Nação", foi lançado em janeiro de 1822. Custava oitenta réis, saíram catorze edições semanais com 28 páginas e talvez tenha sido sua folha mais polêmica. Já no primeiro número, ele reage contra a determinação das Cortes de Lisboa de mandar d. Pedro sair imediatamente do Brasil, dizendo: "A continuidade da residência do Príncipe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessária, mas também indecorosa à sua alta hierarquia". Na *Reclamação*, se por um lado Cairu discorda das Cortes portuguesas, e segundo Lustosa de "forma corajosa" analisa e refuta seus decretos e medidas, provocando uma viva reação popular, ele não perde a ocasião de elogiar o príncipe regente.

Quando circulou pelo Rio "uma representação do povo" com 6 mil assinaturas pedindo a instalação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, Cairu a qualificou de projeto "anticonstitucional e incendiário, de sedução popular". Seu adversário João Soares Lisboa escreveu no *Correio do Rio de Janeiro* que ele andava "a vomitar pestíferos venenos contra os colaboradores da petição". Cairu não podia deixar de ficar horrorizado ao ver o povo participar ativamente da política. Numa sequência dessa publicação lançou o *Memorial apologético das Reclamações do Brasil*, em quatro partes.

ATALAIA

Cairu publicou também o jornal *Atalaia* em 1823, do qual se conhecem catorze números. Nele atacou a Assembleia Constituinte brasileira por não dar a d. Pedro, já coroado rei, o direito a um veto absoluto à Constituição e por recusar ao poder Executivo a iniciativa de promulgar leis, o que na opinião dos liberais representaria a anulação da Carta Magna e um retorno ao despotismo. A Assembleia, segundo ele, seria "mera farsa e paródia". O *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Gonçalves Ledo e Januário Barbosa, reagiu com linguagem igualmente injuriosa: "Brasileiros, as cãs deste velho não vos iludam a sinceridade. O amor do despotismo e da vida são muito fortes nos velhos emperrados em seus vícios".

José da Silva Lisboa escreveu um total de 32 panfletos polêmicos entre 1821 e 1828. Inspirou o decreto da abertura dos portos, em 1808, depois de três séculos de isolamento comercial; foi enfático em suas críticas aos decretos das Cortes portuguesas contra o Brasil; teve um papel fundamental na decisão do Fico de d. Pedro. Teve participação decisiva na história do país e foi um de seus escritores mais conservadores.

2. *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-2)[1]

Redatores: Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa

Quando o *Reverbero Constitucional Fluminense*, Escrito por Dous Brasileiros, Amigos da Nação, e da Patria começou a circular no Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1821, pouco depois de ter sido retirada a censura à imprensa, só eram impressos no Brasil jornais subservientes ao governo. O *Reverbero* foi a primeira publicação crítica e independente impressa no país. Foi fundada por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.

Gonçalves Ledo tinha estudado direito em Coimbra e era oficial-mor da contadoria do Arsenal do Exército, tinha uma fazenda e herdara do pai uma pequena loja no Rio de Janeiro. Barbosa, padre e pregador da Real Capela, foi catedrático de filosofia racional e moral. Deles e de João Soares Lisboa surgiu a iniciativa de uma Assembleia Constituinte no Rio.

O *Reverbero* — que significa luz refletida ou claridade intensa — foi o elemento de ligação entre os liberais. Do financiamento do jornal, por meio de subscrições, participaram "proprietários de lavouras, negociantes atacadistas e comerciantes varejistas. [...] Além disso, as relações pessoais e mercantis garantiram que as lojas de comércio, as oficinas dos artesãos e as casas de boticários se tornariam locais de difusão do jornal". Alguns negociantes ricos colaboraram com o *Reverbero*.[2]

O prospecto de lançamento saiu da Typographia Nacional, propriedade do governo, mas o jornal foi impresso pela Officina de Moreira e Garcez, uma tipografia nova e com poucos recursos, mas cujos proprietários simpatizavam com as propostas liberais dos redatores. As limitações da capacidade de composição provocavam grandes atrasos na divulgação das notícias, fazendo com que de maio a julho de 1822 voltasse a ser impresso na Typographia Nacional. A primeira informação sobre o Fico saiu com atraso, e a declaração da Independência, no dia 7 de setembro, só saiu na edição de 1º de outubro, o que foi interpretado por alguns historiadores como falta de interesse pelo evento. Carlos Rizzini, no entanto, afirma que a

tipografia demorava oito dias para compor e imprimir o *Reverbero*.3

O *Reverbero* tinha doze páginas em tamanho in-quarto (20 x 12,5 cm) e custava 120 réis. Começou quinzenal, passando, em janeiro de 1822, a semanal. Adotou o lema em latim "*Redire sit nefas!*" [Voltar atrás é um crime], verso da Ode II do livro 5º do poeta Horácio ao Povo Romano. Segundo Cecilia Helena de Salles Oliveira,4 a epígrafe, da forma como foi empregada, implicava efetivamente o empenho em construir um novo governo, uma nova autoridade pública e os espaços para o exercício da liberdade política, tal como era pensada pelos revolucionários do século XVIII (ver figura 34).

Já no primeiro número o *Reverbero* transcreveu um artigo do *Campeão Portuguez*, jornal editado em Londres, atacando a monarquia absoluta, e a "administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco dela a pobreza, calamidades e misérias", e celebrou a Revolução do Porto, que contribuíra para a "regeneração política". A folha pretendia "publicar tudo o que se possa concorrer a sustentar o sistema constitucional", mas receava a democracia total, que identificava como anarquia e desordem; e defendia a "Nação portuguesa", formada pela "união de todos os portugueses de ambos os hemisférios".

No segundo número saúda as Cortes Constituintes de Lisboa, menciona "o eterno vínculo que nos ligará eternamente" e assegura que "não abraçamos ideias quiméricas [...] de que acusam os Brasileiros", mas manda um alerta: "uma parte da nação livre não há de querer escravizar a outra" e "se a metade de uma família quiser tudo para si e não quiser repartir nada com a outra [...] a desunião e a guerra entrarão entre elas, e a separação e a inimizade são inevitáveis". O *Reverbero* queria "um governo liberal e permanente, regulado por leis fixas, bebidas na natureza". Para Nelson Werneck Sodré, foi o melhor arauto das reivindicações brasileiras.5

O jornal circulou até outubro de 1822, e teve 48 edições e três números extraordinários em seus treze meses de existência. Publicou artigos doutrinários na seção "Reflexões", a mais importante do jornal, notícias da Corte, correspondência dos leitores e transcreveu informações do exterior traduzidas de jornais de Paris e Londres, além do *Diario das Cortes* de Lisboa, com notícias sobre a elaboração da Constituição, do *Campeão Portuguez* e, principalmente, do *Correio Braziliense*.

Era um jornal de tom exaltado, que empreendia altos voos de retórica, e seus artigos com frequência pareciam peças de oratória. Isabel Lustosa diz que com o seu estilo grandiloquente e retórico era o mais verboso dos jornais da Independência, mas, ainda segundo ela, ao lado da seriedade e do bom nome de Ledo e Barbosa, sua exuberante retórica teria sido um dos motivos do sucesso do jornal.6

O ÚNICO JORNAL QUE FALA PORTUGUÊS

No começo, o jornal recebeu elogios de d. Pedro:

> *Reverbero*, que me sega [sic] pelas suas luzes e que me encanta pelas belas ideias, bom estilo e método de falar a verdade. E portanto permitam-me tão preclaros redatores, que eu os saúde, dizendo deste modo: "Periodistas, aprendei com o *Reverbero* e então sabereis escrever sem paixão, em estilo constitucional e sem serdes anticonstitucionais". [...] o único que fala português é o *Reverbero*, e que fala com amor à Pátria, porque em tudo diz a verdade.

Em outra ocasião, o imperador criticou os jornais do Rio, "à exceção do *Rebrebero* [sic] e da *Malagueta*, que tão minha companheira é". Comentando a opinião de d. Pedro, Helio Vianna disse que o *Reverbero* figurava entre os jornais mais bem escritos de uma época de geral descuido na linguagem impressa.7 Os artigos publicados nele eram preparados em conjunto e davam a seus autores extraordinário prestígio.

Gonçalves Ledo, que adotara o nome de Diderot, e Cunha Barbosa, Kant, eram maçons e politicamente ativos. Embora pertencessem a um ramo da maçonaria de tendência francesa, inspirado nos lemas de igualdade, liberdade e fraternidade, e de inclinação republicana, para os dois a república não era prioridade. O *Reverbero* era uma espécie de porta-voz da maçonaria, extremamente influente no Rio, e defendeu os princípios liberais, embora com limites: "Vale mais pertencermos a uma Monarquia Constitucional, em que há centro e limites aos diversos poderes, que constituem o Governo, do que abandonarmo-nos aos delírios de uma Democracia absoluta". Democracia, na época, era sinônimo de radicalismo.

O sistema político idealizado pelo *Reverbero* incluía apenas os portugueses nascidos no Brasil ou na Europa. Excluía os indígenas, porque não formavam parte da nação civilizada e "a população preta", por ser composta "quase toda de escravos"; as pessoas de cor — mistura de portugueses com pretos ou índios — entravam na categoria de portugueses. O jornal mostrou-se reticente em condenar o tráfico de escravos, dizendo que não tinha chegado o momento de atacar os participantes dessa atividade.

O *Reverbero* foi mudando de opinião ao sabor dos acontecimentos. Desde o primeiro número, defendeu a monarquia representativa e escreveu que o Rio de Janeiro só desejava possuir um governo liberal. Um leitor que assinou como "Teu Amigo Sacristão" contestou a opinião das Cortes de Lisboa e dos jornais portugueses de que a prosperidade do Brasil era a ruína de Portugal e que a abertura dos portos brasileiros causara a decadência portuguesa, argumentando que as manufaturas portuguesas não eram competitivas. Da mesma maneira que o *Correio Braziliense*, o *Reverbero* defendeu inicialmente, e com persistência, a manutenção do Reino Unido de Brasil e Portugal, com a sede do governo no Brasil. Manteve essa posição inclusive depois que as Cortes de Lisboa mandaram que o príncipe regente d. Pedro saísse do Brasil e extinguiram os órgãos administrativos criados aqui.

Somente em 1822 o jornal começa a mostrar a sua discordância, inicialmente de maneira tímida, em relação às Cortes. Ainda assim, descartava as propostas de fazer do Brasil um país independente e insistia na necessidade de manter a união com Portugal, dizendo: "Que outra Independência podemos nós desejar do que aquela, que nos afiança uma sábia e bem-proporcionada Constituição?". Em outra ocasião, rechaçou a injúria dos "rumores, que há pouco

giraram, de uma desmembração da Monarquia debaixo do título aliciador de 'Império do Brasil'. Todo bom fluminense tremeu quando ouviu começar surdamente este rumor", pois eram "projetos e planos tão insensatos como maldosos". O *Reverbero* escreveu também que "devemos apertar mais e mais a moral e sagrada cadeia que nos prende aos nossos Irmãos de Portugal. Do templo da Liberdade, que ali se ergueu é que nos há de vir a boa Constituição de que precisamos: uma Constituição pela qual todos os membros do grande Corpo do Estado gozem de um inteiro desenvolvimento". Isto é, prega a união com Portugal, mas em igualdade de condições.

O alarme soou quando Portugal quis que as diversas províncias se reportassem diretamente a Lisboa, sem nenhum contato com o Rio. Seria "monstruoso desunir as partes de um centro natural para as ligar a um centro imensamente remoto". Então o *Reverbero* perguntou: "como pode um Reino tão extenso, e tão separado [o Brasil] crescer em respeito, em força, e em glória, sem reunir-se primeiro em si mesmo, para reunir-se melhor com a Mãe Pátria?". Mas ainda argumentava que o termo "Independência" era sinônimo de "jacobinismo". Um leitor, porém, chegou a dizer que a abertura dos portos devia resultar na "Independência absoluta deste país, a sua separação de Portugal pela impossibilidade de fazer retrogradar do Comércio de todo o mundo, para o tornar exclusivo de Portugal".

Lentamente, e ante a determinação das Cortes em fazer o Brasil voltar, na prática, à condição de colônia, o *Reverbero* foi mudando de opinião. Passou a defender a Independência, a convocação no Rio de uma Assembleia Constituinte e a elaboração de uma Constituição que limitasse as prerrogativas do poder executivo. Assim, teve que enfrentar-se com o príncipe regente, que tanto admirara as primeiras edições do jornal.

Quando d. Pedro deu contínuas mostras de ambiguidade em relação à Assembleia Constituinte, Gonçalves Ledo, num discurso não isento de impertinência, perguntou: "Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade. Queres ou não queres? Resolve, Senhor!". D. Pedro, de gênio esquentado, num dos seus habituais ataques de cólera teria ameaçado Gonçalves Ledo de fazê-lo "enterrar vivo".

O jornal provocou também a ira de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, que chamou seus autores de "arquitetos de ruínas" e disse que o *Reverbero* queria "constituir o povo no mais perverso dos tiranos".

O *Reverbero* e seus redatores foram os principais antagonistas de José Bonifácio, chefe do governo, que os considerava demagogos. Em 1821, todos tinham o mesmo objetivo, a Independência do país, e sabiam que não poderiam consegui-la sem que d. Pedro fosse envolvido no processo. Mas, obtida a Independência, o *Reverbero* queria mais liberdades do que José Bonifácio, que ao exercer o poder, preocupado com as ameaças à estabilidade e à unidade territorial num período conturbado, julgava prudente conceder. Ele foi alvo dos "cem dragões da retórica do *Reverbero*", como chamava os inflamados ataques do jornal. E conseguiu fechá-lo: a última edição foi a de 8 de outubro de 1822.

A notícia de que o *Reverbero* deixava de circular foi publicada pelo *Correio do Rio de Janeiro* de 15 de outubro. Seus redatores justificavam, em sua explicação, que, como o jornal tinha sido "empreendido só para o fim de proclamar a Independência do seu país, nada mais lhes resta que desejar uma vez que ele vai ter uma Assembleia Constituinte e Legislativa, que já tem um Imperador de sua escolha, que é Nação, e Nação livre".

Salles Oliveira afirma ao longo de seu livro *A astúcia liberal* que atrás dos redatores do *Reverbero* havia uma rede de interesses políticos e econômicos, um conflito em torno da distribuição do poder político na Corte, e que defendiam uma parte do comércio atacadista e de donos de engenho. Segundo ela, queriam para seu grupo os cargos e benesses que detinham a aristocracia e os altos funcionários vindos de Portugal.

Gonçalves Ledo, assustado ante o radicalismo do momento político e a violência das medidas tomadas por José Bonifácio, sentiu-se ameaçado de morte, disfarçou-se de mulher negra e conseguiu fugir do país e refugiar-se em Buenos Aires; seus bens foram confiscados. Januário Barbosa foi preso em dezembro de 1822, ao voltar de uma missão oficial a Minas Gerais, e deportado para a França.

Quando ainda estavam no exílio, amigos de Gonçalves Ledo lançaram em agosto de 1823 um novo jornal, *O Sylpho: Periodico Fluminense*,[8] de tom moderado, ligado à maçonaria, que passou a defendê-los e comemorou quando foram absolvidos. Assim como fez o *Correio do Rio de Janeiro* (ver p. 198), *O Sylpho* defendeu os portugueses instalados no Brasil, mas durou apenas três meses. Quando Ledo e Barbosa retornaram ao Rio, José Bonifácio foi, por sua vez, deportado para a França.

Já no Brasil, começou um processo de decadência política dos antigos redatores. Gonçalves Ledo ficou com fama de pedante. Era tão orgulhoso que, segundo um contemporâneo mencionado por Isabel Lustosa em *Insultos Impressos*, não conhecia a cor do chão.[9] Seu fim político foi melancólico. Mudou de posição, virou "corcunda", como eram denominados os defensores do partido português, e deu todo o seu apoio ao imperador, que o premiou com uma condecoração, a do Cruzeiro. Eleito deputado, ao fazer um discurso a favor do governo na Assembleia Legislativa, provocou uma resposta de d. Pedro: "Forte tratante! É a terceira vez que o compro e de todas me tem servido bem!". Em 1828 recusou uma proposta para ser ministro da Fazenda, mas prometeu que continuaria ajudando o governo. Depois da volta de d. Pedro I a Portugal, não conseguiu reeleger-se deputado. No período da Regência, apoiou o conservador Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Januário da Cunha Barbosa foi eleito suplente de deputado em 1826, pelo Rio de Janeiro, mas não se reelegeu. Também achou mais conveniente aderir ao governo, em cuja defesa mostrou ainda mais entusiasmo que Gonçalves Ledo, com quem rompeu relações. Foi recompensado com a direção da Typographia Nacional e do *Diario Fluminense*, o diário oficial sucessor da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rizzini escreve que "minguava assim a escriba oficial, o antigo panfletário do *Reverbero*". Quando, em 1831, o imperador d. Pedro abdicou, Januário da Cunha

Barbosa perdeu as regalias, mas mudou de lado novamente, apoiando o governo de Feijó durante a Regência e reassumindo o cargo no *Diario Fluminense*. Nessa época foi tachado pelo jornal *O Martelo* de "homem de um talento extraordinário, até (segundo dizem) para virar casacas, e prontíssimo para qualquer empresa de rabiscar papel", segundo Helio Vianna. Ainda foi diretor da Biblioteca Nacional e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Barbosa Lima Sobrinho chamou Cunha Barbosa de "rancoroso". O general José Inácio de Abreu e Lima, seu contemporâneo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o considerava "liberalista profissional", além de "dono" do IHGB e o acusava de se valer do instituto em proveito próprio.

3. *Correio do Rio de Janeiro* (1822-3)1

Redator: João Soares Lisboa

"Pouco se podia esperar de um homem que sai para a rua calçado com uma meia branca e outra preta e levando por gravata no pescoço a meia preta que lhe faltava na perna que ia de branco", escreveu um leitor do *Correio do Rio de Janeiro*, assinando como "O Braziliense". Outro leitor, "Constitucional Fluminense", sugeriu: "correr um véu aos seus destemperos [...]; não sejamos ingratos a um escritor Braziliense, que só delira por efeito da demência, e não de malícia, ou vontade", e sugere que seja internado num dos cubículos da Santa Casa de Misericórdia, onde medicado "o poderão retornar ao seu antigo juízo". Outro leitor ainda, "Aprendiz de Horácio", discorda: "Não senhor, não é assim, ele está em perfeita saúde; nem a meia preta no pescoço em ar de gravata é símbolo de demência; prova, sim, que nesta ocasião estava distraído. O homem é hipócrita, é egoísta, creio eu". Uma carta de "Brasílico Luso Africano Indo & C." pede que parem os ataques "enquanto ele não melhorar".

"O Braziliense", autor da primeira carta, é possivelmente o redator do jornal, João Soares Lisboa. A pessoa a quem foi atribuída essa curiosa noção da moda masculina era José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, homem de idade já avançada. João Lisboa era liberal, defensor de drásticas mudanças políticas e se digladiou constantemente pela imprensa com o outro Lisboa, José, conhecido pelas ideias conservadoras, defensor do Trono e do Altar e crítico feroz da Revolução Francesa, a "maravilha fatal de nossa idade".

Cairu respondeu que o *Correio do Rio de Janeiro* era o "veículo geral da injúria", o *Correio das Más Novas*. Sobre seu redator, disse: "João Burro, de Lisboa, famoso estúrdio no tempo do Tutu Pombal, ganhou esse nome pela habilidade de dar cabeçadas em burros de saloios2 e postes da rua Augusta, divertindo os gaiatos da Praça do Comércio e saca-lenços do Rocio; mas enfim foi parar à calceta e dar a ossada na Trafaria". Por sua vez, o redator do *Correio* disse de Cairu que o despotismo era o ídolo do coração do visconde.

Sabe-se pouco sobre os primeiros anos da vida de João Soares Lisboa. Nasceu em Portugal e veio muito jovem ao Brasil. No fim do século XVIII, morava na capitania Rio Grande de São Pedro.3 Era comerciante de "grosso trato" (atacadista), matriculado na Junta Comercial da

Corte em 1818, e tinha conhecimentos de comércio e escrituração mercantil. Conseguiu uma concessão para fornecer víveres ao Exército em Montevidéu. Em 1821 mudou-se para o Rio de Janeiro, e pleiteou durante um tempo um cargo público, mas desistiu quando lançou o jornal. Foi um dos primeiros e principais defensores da Independência do Brasil, e dizia ter sido o primeiro a reclamá-la em público.

João Soares Lisboa não tinha estudos universitários, o que lhe era frequentemente lembrado pelos seus adversários; ele respondia: "mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma que foram, se não piores". No primeiro número do *Correio*, ele exagera suas limitações ao escrever: "não tínhamos suficiente cabedal intelectual de luzes para ilustrar, e dirigir-nos à opinião pública, mas tínhamos assaz firmeza de caráter, e probidade manifestada". Os concorrentes chegaram a duvidar que ele escrevesse os artigos publicados.

O *Correio do Rio de Janeiro* teve duas fases. A primeira, de 10 de abril até outubro de 1822, terminou quando Soares Lisboa foi perseguido pelo governo de José Bonifácio e teve que fugir para Buenos Aires. A segunda, de agosto a novembro de 1823, terminou quando foi embarcado num navio para ser deportado (ver figura 27).

O *Correio* de Soares Lisboa foi um dos primeiros jornais diários publicados no Brasil. Era impresso na Officina de Silva Porto, que Soares Lisboa administrava e na qual tinha participação. Como quase todas as folhas da época, tinha quatro páginas. Custava oitenta réis o exemplar avulso e 10 mil-réis a assinatura anual. Publicava, além dos artigos de Soares Lisboa, numerosa correspondência dos leitores, e transcrevia informações da imprensa portuguesa, como era costume na época.

Carlos Rizzini disse que João Soares Lisboa era "democrata ferrenho e desabusado" e, numa avaliação talvez algo exagerada: "em que pese os que até hoje o qualificam de bronco e ignorante, foi o melhor jornalista de seu tempo. Era quem melhor escrevia".[4] Uma carta num jornal concorrente, *O Espelho*, o elogiava pela "elegância e facilidade do seu estilo e muitas vezes pela força e a justeza das suas reflexões". Nelson Werneck Sodré o considerou uma "figura singular", um "articulista fácil, simples, contundente, eficaz em sua argumentação, apreciado pelos que tinham as mesmas ideias e seguiam as mesmas tendências, temido pelos adversários, com influência muito grande na opinião", e de excepcional coerência de pensamento.[5] Ele também o elogia pela lucidez da visão, clareza na orientação, firmeza na conduta e coerência. Alfredo de Carvalho escreveu que Soares Lisboa foi "um dos homens que mais esforçada e sinceramente pugnaram pela nossa emancipação política. Dos primeiros que abraçaram a ideia da Independência".[6]

Isabel Lustosa discorda deles e afirma que Lisboa, de vez em quando, derrapava no vernáculo e pecava pelo excesso de franqueza, de paixão e de transparência no manejo do jornal, no qual deixava claro quais eram seus interesses; mostrava certa ingenuidade na forma como se dirigia e se expunha ao seu público.[7] Esse é, no fundo, um elogio à honestidade do redator. Lustosa lembra também que os inimigos, não podendo acusá-lo de venalidade, diziam que era gordo,

esfarrapado e louco varrido. Ou então, pela falta de estudos, levantavam a suspeita de que ele não escrevera os artigos publicados no *Correio*. Para Oliveira Lima, admirador de José Bonifácio, o *Correio* era um "jornal escandaloso", que "estava na primeira fila dos que reclamavam não só princípios, como atos democráticos".

O JORNAL MAIS RADICAL DA ÉPOCA

Na verdade, ao contrário da linguagem rebuscada, dos circunlóquios e do pedante exibicionismo de erudição da maioria dos jornalistas da época, que o ridicularizavam pela falta de estudos formais, Soares Lisboa era direto. Escrevia com facilidade e com graça, o que não se pode dizer da maioria de seus adversários. Mas é certo, como diz Isabel Lustosa, que nem sempre usava corretamente o vernáculo.

No primeiro número, o *Correio do Rio de Janeiro* escreveu que o céu deu ao Brasil "um Rei, bom por caráter, um Príncipe liberal até por gênio". Mas assinalou que a "Soberania reside em a Nação" exercida por meio do Congresso, e que o Congresso Soberano não tem poderes absolutos, assim como o soberano não tem poder sem limite. Nas edições seguintes se destacou como um jornal radical e democrático, o mais radical da época, insistindo na soberania popular, e no "sagrado direito do homem", por cima da soberania do monarca. Escrevia que o povo era o legítimo soberano e que o príncipe regente fora investido de novos e legítimos poderes pelo Soberano Povo. Soares Lisboa dizia estar penetrado "do mais vivo amor à santa liberdade", e era um grande admirador de outro jornalista panfletário, Cipriano Barata.

Ao contrário dos jornais governamentais, como o *Diario do Governo* e *O Espelho*, ou de publicações radicais e jacobinas, como as de Cipriano Barata, ou ainda *O Tamoyo*, inspirado pelos Andrada, o *Correio* não participou da campanha para atacar indiscriminadamente os portugueses que moravam no Brasil. João Soares Lisboa tinha nascido em Portugal e com frequência era combatido — como fez d. Pedro I em várias ocasiões — pelo simples fato de ser português. Ele apontava para o perigo de estimular a divisão interna em vez de fortalecer a união até conseguir a Independência. Para ele, também eram "brasileiros" os nascidos em outras partes do reino e que moravam no Brasil, com direito a voto e a serem eleitos.

Em dezembro de 1822, um decreto de José Bonifácio, chefe do gabinete, mandava desapropriar os bens dos portugueses que moravam no Brasil. Isso levou os comerciantes e homens de negócios portugueses a associar-se politicamente aos grupos liberais perseguidos pelo governo. Salles Oliveira chega a afirmar que os objetivos do *Correio* e de seu redator, assim como os dos liberais, eram a distribuição de cargos e benesses e a defesa dos interesses de grupos de comerciantes e fazendeiros, e que o seu empenho pela Independência "simbolizava o desnudamento de uma guerra travada pelo domínio do mercado e pelo controle dos negócios públicos", e que "recorriam à violência sem máscaras para derrotar seus adversários".8 Embora seja evidente que havia interesses comerciais envolvidos, afirmar que as lutas políticas do tempo

da Independência e do primeiro Império envolviam basicamente questões econômicas parece ser uma colocação excessivamente simplista.

Na edição de 22 de abril de 1822, Soares Lisboa lembrou no *Correio* os acontecimentos de um ano antes, quando os eleitores e a multidão se reuniram na praça do Comércio para escolher os representantes às Cortes Constituintes de Lisboa e para que d. João VI adotasse a Constituição espanhola de Cádiz de 1812 enquanto as Cortes não concluíssem a que estava sendo preparada, e foram atacados pela tropa do general português Jorge de Avilez. Nessa edição, foi ele o primeiro a defender a necessidade de uma Assembleia Constituinte no Brasil, para evitar submeter-se às determinações das Cortes de Lisboa, que tentavam restaurar no Brasil a legislação da época colonial. Para convocar os procuradores provinciais, escreveu: "representemos ao nosso Regente (d. Pedro) que queremos, porque precisamos, já, já e já, Cortes, Cortes, Cortes". A ideia foi apoiada pelo *Reverbero Constitucional Fluminense*, e um documento, a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, foi assinado por 6 mil pessoas.

Soares Lisboa queria "evitar a prematura cisão entre Portugal e Brasil, conservando este a Categoria e Representação de Reino, para maior grandeza e prosperidade da Nação", mas uma Assembleia Constituinte deveria "deliberar sobre as justas condições do Brasil [sic] permanecer unido a Portugal; examinar se a Constituição que se está fazendo nas Cortes Gerais [em Lisboa] é adaptada ao Brasil". Os representantes nessa Assembleia deveriam ser escolhidos pelo povo por voto direto.

Para Cairu, sempre disposto a atacar qualquer indício de liberalismo ou ameaça ao poder real absoluto, a *Representação* era um projeto "anticonstitucional e incendiário, de sedição popular, o plano mais anômalo, cerebrino e extravagante, que se podia imaginar nas atuais circunstâncias"; numa referência ao temido espectro da Revolução Francesa, que tanto o apavorava, ele escreveu que a "requerida *Assembleia* é mera farsa e paródia da que perdeu a França e a Europa".

Soares Lisboa diz que o outro Lisboa lançara-se "na arena para combater o passo mais nobre e mais heroico, dado pelo ilustre povo desta cidade", e que "Ainda bem que todos conhecemos o homem: servil, teimoso, adulador, cheio de vaidade, de velhice". Desse confronto surgiram as curiosas cartas do *Correio* citadas no início deste capítulo.

Os jornalistas da época tinham uma maneira oblíqua e reverencial de se dirigir ao príncipe regente e depois imperador, mas não Soares Lisboa, que deixava os circunlóquios de lado. Por instigação de Gonçalves Ledo, numa carta pessoal encaminhada a d. Pedro, que não se definia em relação à convocação da Assembleia Constituinte, ele escreveu: "Senhor: falemos claro, ou V.A.R. [Vossa Alteza Real] quer representação Nacional no Brasil, ou não quer. No 1º caso, pode V.A.R. contar com um defensor denodado dos seus direitos; no 2º, não posso servir a V.A.R., e atrevo-me a afirmar-lhe que perde o Brasil para sempre". A seguir dizia: "deixei de ser vassalo e não voltarei à escravidão". Com base nessa carta confidencial, dois servidores do Paço abriram um processo contra Soares Lisboa. D. Pedro disse não saber nada disso e autorizou a publicação

da carta no *Correio do Rio de Janeiro*. O processo não andou.

Mas Soares Lisboa foi objeto de uma sórdida campanha feita pelo jornal governista *O Espelho*, do qual alguns artigos foram escritos pelo próprio príncipe regente e seus validos. Num deles, d. Pedro diz a Soares Lisboa: "Conheça-se, Sr. Arce Boliza; V.M. não é escritor, não é coisa alguma na República literária, é um triste *Rocinante*,[9] um miserável porta-freios, vá arrastando a sua perna, sempre na companhia dos bon vivants que lhe fazem roda".

Quando finalmente foi convocada a Assembleia, Soares Lisboa, em outra carta, fez ver a d. Pedro o que significava esse gesto: "Ah! Senhor, que fizestes? Uma Assembleia Constituinte em que se acha representada a soberania da nação é superior a vós, e no momento de sua instalação vós deixais de ser príncipe de fato, conservando só vossa dignidade de direito!!!".

Ele tinha insistido na necessidade de fazer eleições diretas para escolher os representantes na Assembleia e do juramento prévio da Constituição por d. Pedro. Quando foi determinada a escolha indireta dos representantes, dirigiu-se de novo ao príncipe: "quem autorizou s.a.r. para mandar o contrário daquilo que lhe Representaram os Povos desta Província?", acrescentando que d. Pedro não era livre quando se tratava dos negócios da nação.

Com essas cartas abertas, repletas de atrevimento, Soares Lisboa explicava a d. Pedro que a Assembleia Constituinte era superior a ele, e que devia submeter-se às leis, caso contrário não seria mais príncipe, já que não era mais príncipe por direito divino, mas por consentimento do povo, agora tornado soberano; e que o príncipe não poderia desfazer o que a Assembleia tinha feito. Conceitos extremamente ousados para a época.

Por ter interpelado o príncipe regente, José Soares Lisboa foi acusado do crime de abusar da liberdade de imprensa. Submetido a julgamento — o primeiro na história da imprensa brasileira —, foi absolvido por um júri popular, também o primeiro instalado no país. Houve protestos da imprensa governamental. *O Espelho*, como era de esperar, reclamou da absolvição, temendo que as ideias se propagassem.

As cartas abertas no *Correio* também defendiam o juramento prévio da Constituição por d. Pedro, e se opunham ao direito de veto absoluto à Constituição, reivindicado por d. Pedro e defendido por José Bonifácio.

Soares Lisboa provocou realmente a irritação de d. Pedro quando, para surpresa geral, escreveu que o monarca era democrata e republicano. Em outubro de 1822, dias depois de sua aclamação como imperador, Lisboa o saudou como "Pedro Luso-Brasileiro" e perguntou retoricamente "como há de ter inimigos, quem se esforça quanto pode por mostrar que de todos é amigo?". Como, ao contrário do que se esperava, d. Pedro não concedeu títulos de nobreza no dia da coroação, Lisboa disse: "Eis o homem singular!! *Eis o Pedro 1º sem 2º!!!* Eis um puro Democrata!!![10] Eis o ídolo das adorações políticas dos portugueses no Brasil!!!". Sugeria, assim, que a monarquia terminaria com d. Pedro I e que depois chegaria a República, e atribuiu ao imperador uma curiosa declaração que certamente nunca passara pela cabeça do monarca:

"Aceitando o Título de Imperador, porque antes e muito antes desta época disse Ele — o Brasil pertende (sic), e deve ser livre para ser feliz, e se os Povos manifestarem geral desejo de serem Republicanos, não acharão em mim oposição, antes farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu Concidadão". Acrescentou que "assim falava o coração, [...] assim obrava o Jovem Homem, e o Príncipe: assim obra ainda o Imperador do Brasil".

Dessa vez, não foi só *O Espelho* a reclamar. Para o governo, Soares Lisboa tinha ido longe demais. Foi intimado a comparecer perante o intendente-geral de polícia, que o proibiu de escrever e ordenou sua saída do país, "nas primeiras embarcações que deste porto se fizerem à vela", sob pena de prisão. Na interpretação de Octavio Tarquinio de Sousa, "João Soares Lisboa, tréfego jornalista português, vinha publicando artigos que [a José Bonifácio] lhe pareciam demagógicos e contrários à monarquia constitucional. Havia em verdade frases ambíguas nesses artigos e o propósito mais ou menos manifesto de criar confusão. Suspendeu o jornal e deu ordem ao jornalista de deixar o país no prazo de oito dias".11

D. Pedro, porém, cancelou a ordem de expulsão e Soares Lisboa continuou no Rio de Janeiro. Quando no fim de 1822 José Bonifácio decidiu acabar com os jornais liberais, numa medida conhecida como a Bonifácia, Soares Lisboa partiu para Buenos Aires, onde encontraria Gonçalves Ledo, o antigo redator do *Reverbero*. Mas nem lá conseguiria livrar-se dos persistentes ataques de *O Espelho*. De Buenos Aires escreveu uma carta a um conhecido em Montevidéu, com críticas a d. Pedro pela sua decisão de só jurar a Constituição se fosse digna dele: "Quer dizer, que se lhe não agradar a Constituição mandará fuzilar os que a fizerem!!!".

Voltou em fevereiro de 1823, aparentemente sob a proteção de burocratas, negociantes e autoridades policiais, "demonstrando força que o grupo de Ledo ainda conservara", segundo Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira.12 Ao retornar, foi preso por determinação dos Andrada, o que sugere que essa proteção foi insuficiente e que a força do grupo de Ledo não era tão grande. Mas Salles Oliveira afirma que o fato de encontrar-se na prisão era mera formalidade.

JORNAL ESCRITO NA CADEIA

Na cadeia, Soares Lisboa ainda sofreu os insultos do imperador publicados n'*O Espelho*. Submetido a julgamento, o conteúdo da carta interceptada contribuiu para sua condenação, no mês de julho, a dez anos de prisão e multa de 100 mil-réis, além das custas do processo, reduzida depois para oito anos e 50 mil-réis, mais custas do embargo. Ele recusou "a graça ou redução que fizeram os Meritíssimos" e disse que se contentava com a primeira sentença "se não houver outro remédio". Acusou os juízes de serem "ladrões piores que salteadores de estrada" por roubar sua liberdade.

Do cárcere, ele voltou a publicar o *Correio do Rio de Janeiro*, retomando a campanha pelas liberdades políticas e pela instauração de um governo republicano; defendeu posições próximas

das de Cipriano Barata na *Sentinella* e de frei Caneca no *Typhis Pernambucano*. Segundo Rizzini, em junho e julho saíram oito números esporádicos do *Correio* — em maio tinham sido publicados dois números extraordinários —, que circulou diariamente de novo de 1º de agosto a 24 de novembro.13 Era impresso na tipografia de Torres, localizada, muito adequadamente, na rua da Cadeia. Aos leitores, Soares Lisboa comunicou, de dentro da prisão, no dia 28 de julho: "Este periódico há de continuar diário em números extraordinários até o fim do corrente mês, e abre-se subscrição mensal para que se entregue diariamente nas casas dos subscritores. Preço da subscrição 1$600 [1600 réis] por mês. Quem quiser subscrever dirija-se à Cadeia, onde atualmente reside o Redator". Lustosa, que criticara seu estilo, reconhece que Soares Lisboa "voltara melhor redator do que fora", e que seus melhores artigos são os que escreveu da prisão.

A possibilidade de voltar a publicar o *Correio do Rio de Janeiro* foi, de certa maneira, uma concessão do imperador, que passara a hostilizar os Andrada e sabia da inimizade que lhes dedicava Soares Lisboa. Como esperava d. Pedro, o *Correio* voltou a atacar os três irmãos, "as Três Fúrias Infernais", e o jornal *O Tamoyo*, que fora fundado para defendê-los de seus numerosos inimigos (ver pp. 216-7). Escreveu o *Correio* que os três Andrada, chamados também de três Tamoios, eram "fratricidas, despóticos, anarquisadores [sic], infames perversos e pouco patriotas", donos de "soberba, exaltada inveja de todas as comodidades alheias, presunção de onisciência, ingratidão suma".

Do "Tamoio-palhaço" (talvez Martim Francisco) dizia que tinha "mobilidade contínua e gestos de macaco, voz gutural, distração habitual", além de "charlatanaria desmedida, insaciável desejo de primar desconfiança dos homens probos, propensão para a canalha". Do "Tamoio-Robespierre" (possivelmente Antonio Carlos), diz que tinha "voz intercadente, estrepitosa, perfídia de lobo, entranhas de tigre, desenvoltura de gestos e palavras, variedade contínua de opiniões". Do "Tamoio-Marat" (podia ser José Bonifácio), diz que tinha "Aspecto de fúria, cor verdoenga, olhos de víbora, política maquiavélica, espírito minucioso e mesquinho, ostentação de dialética". Disse também que não cabia a esse "trovão da Pauliceia" e "Franklin às avessas" o mérito da Independência do Brasil, mas que se devia aos Andrada o aumento de um déficit de 5 milhões no Tesouro Público, ao criar uma Corte nova com todo o aparato e o luxo de uma Corte Velha.

Os irmãos, manifestava ainda o *Correio*, tinham trabalhado "pela ruína da Pátria", estavam marcados "com o vil ferrete da traição" e eram "o espanto da Humanidade e escárnio dos presentes e os objetos de maldição dos vindouros".14 A agressividade e o tom panfletário foram a maneira que Soares Lisboa encontrou, escrevendo de dentro do cárcere, de dar o troco a quem o forçara a partir para o exílio e depois o mandara para a prisão. Quando os Andrada estavam no governo, criticou Martim Francisco na Secretaria da Fazenda pela falta de transparência nas contas.

Apesar da agressividade desses ataques, reconheceu: "Ninguém duvida da incorruptibilidade

e sabedoria dos Andradas", e em outro texto afirmou que eles "queriam o bem do Brasil, sua independência e felicidade". Mas não acreditava que pudessem alcançar esses objetivos num sistema liberal, dado seu desmedido orgulho e egoísmo. Lamentava que não mudassem seus procedimentos na vida política, porque "se eles quisessem fazer alguma coisa boa, sabem as veredas por onde se devem dirigir".

Soares Lisboa denunciou as condições em que viviam os presos, com os ferros causando uma espécie de embrutecimento que tornava o homem mais sensível um estúpido ou autômato, e queixou-se das "moléstias adquiridas no cárcere por falta de exercício". Continuou também sua campanha contra o poder de veto absoluto à Constituição que se arrogara o imperador, e insistiu que os poderes do monarca estavam subordinados à Assembleia.

De todos os liberais processados pelo governo, ele foi o único condenado, acusado de ter participado de articulações revolucionárias em Montevidéu e conspirar com oficiais das tropas portuguesas para desencadear um movimento armado contra o imperador. Salles Oliveira menciona os vínculos muito fortes que ele e Gonçalves Ledo mantinham com comerciantes de Montevidéu, "interessados nos lucros que esse comércio proporcionava, além dos dividendos auferidos com o contrabando".

Em fins de 1823, quando os Andrada foram desterrados, Soares Lisboa foi indultado com a condição de sair do Brasil. Publicou a última edição do *Correio* em novembro de 1823, dizendo: "Com este número damos fim à segunda parte de nosso Periódico: os Srs. Subscritores queiram ter a bondade de mandar à Cadeia receber o que lhes resta. O Redator".

Gondin da Fonseca transcreve e endossa a informação de Vale Cabral de que Soares Lisboa foi o fundador e ajudou, em 1824, Pierre Plancher a publicar o jornal *O Spectador Brasileiro*, o que é improvável[15] (ver p. 233). A Biblioteca Nacional repete a informação de que o jornal foi fundado por Soares Lisboa. Na verdade, o navio em que Soares Lisboa deixava o Brasil fez escala em Recife no momento em que ocorria a revolta da Confederação do Equador. Ele desembarcou e participou do movimento, tornando-se seu "partidário mais leal", segundo Alfredo de Carvalho.[16] Publicou quatro números de um novo jornal, o *Dezengano aos Brazileiros*, defendendo os ideais republicanos, e participou dos combates contra as tropas imperiais. Morreu numa emboscada em Couro d'Anta, Pernambuco, no último dia do mês de novembro de 1824.

4. *A Malagueta* (1821-2/1822-4/1828-9/1832)1
Redator: Luís Augusto May

> *Meu irmão, Luís Augusto May, portador desta, pede-me que o recomende a Vossa Senhoria. Ele é um doido varrido, mas como também faz caturrices pode diverti-lo nas horas vagas; queira portanto dar-lhe preferência a qualquer outro que esteja nas mesmas circunstâncias é o que espera o seu irmão Domingos.* O conhecimento que tem das línguas inglesa e francesa o habilita igualmente para o serviço civil e militar principalmente se o seu chefe o vigiar bem e não o deixar conversar demais…

A primeira parte desta carta, em itálico, é uma evidente brincadeira. Seu autor foi Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, que conhecera May em Londres. Em lugar do trecho em itálico acima, a versão correta, diz: "Escrevo esta carta ditando ao portador, o tenente Luís Augusto May, o qual, além do ofício que já escrevi a seu respeito, deseja esta carta particular com que se te apresente. É natural que escrevendo ele mesmo a carta, eu não diga nem muito bem nem muito mal". A segunda parte é idêntica nas duas. Antonio Teles da Silva, embaixador do Brasil em Viena e futuro marquês de Resende, não resistiu anos depois do episódio à tentação de relatar essa história a d. Pedro I, dizendo: "O Hipólito contou-me essa história".2

A carta, de 7 de setembro de 1810, foi ditada a May por d. Domingos de Sousa Coutinho, conde de Funchal, embaixador em Londres, que se encontrava doente, a seu irmão, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no Rio de Janeiro. Revela, mesmo na versão formal, a insistência de May para conseguir algumas palavras, ainda que não fossem muito lisonjeiras, que o recomendassem a uma alta autoridade. Na ocasião, ele era funcionário na secretaria da legação portuguesa em Londres. Nascido em Lisboa, ex-seminarista e tenente de Artilharia, estava vindo ao Brasil como intérprete dos trabalhadores suecos da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, na atual região de Sorocaba (SP).

Homem culto, ambicioso, de sólidos conhecimentos jurídicos, May procurou no Brasil aproximar-se de pessoas ligadas ao poder. Perseguiu com afinco honrarias, cargos públicos e promoções. Notabilizou-se pelo oportunismo e caráter volúvel, e por ser um falador incorrigível; "paroleiro", segundo Sousa Coutinho.

Pleiteou o cargo de sargento-mor e recebeu apenas o hábito de Cavaleiro da Ordem de São Francisco. Obteve um emprego de oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha, do qual

conseguiu aposentar-se em maio de 1820, mas quando a aposentadoria foi ameaçada pelas Cortes de Lisboa, que acabaram com a seção em que trabalhava, May iniciou a publicação do jornal *A Malagueta*, em dezembro de 1821, três meses depois de ter aparecido o *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.3 Para editar o jornal, recebeu ajuda de um comerciante português, Manuel Joaquim Portugal de Lima, que lhe cedeu o material tipográfico.

A Malagueta foi lançada como publicação independente, impressa na tipografia de Moreira & Garcez, e posteriormente na Impressão de Silva Porto &c. Custava cem réis, enquanto quase todos os outros jornais custavam oitenta. Consistia basicamente num longo e incisivo artigo de May, escrito na primeira pessoa, para aproximá-lo do leitor. Era uma publicação semanal, mas circulava de maneira irregular. Como diz o primeiro número: "não permitindo ainda o estado atual da Tipografia dos precitados Srs. [Moreira & Garcez] afiançar a saída regular de ulteriores trabalhos, serão estes anunciados em seu devido tempo". Por esse motivo, no começo, não oferecia assinaturas, só venda avulsa. May também reclamaria no futuro das aflições com os erros que se cometiam nas tipografias que imprimiram seu jornal (ver figura 16).

Hipólito José da Costa elogiou a publicação no *Correio Braziliense*: "No Rio de Janeiro aparece uma folha, de que já vimos três números com o nome de *Malagueta*: não é periódica, porque se publica ocasionalmente; nem é destituída de instrução, nem lhe falta um bom raciocínio, e menos a boa linguagem". Mas seu estilo foi considerado por Juarez Bahia como "descuidado, desabrido, abusado, radical, panfletário". Na verdade, a linguagem de *A Malagueta* era melíflua e insinuante; evitava os ataques diretos, as críticas mais ferinas eram precedidas de lisonjas e misturadas com elogios. Implorava ao mesmo tempo que agredia. Batia e se colocava como vítima. Mas adotou um tom pedagógico que atraiu os leitores.

Para Carlos Rizzini, May foi "o mais destro e pertinaz polemista da Independência", e também "culto, vaidoso e destemido, expoente do jornalismo desregrado de seu tempo".4 Gondin da Fonseca escreveu que era "o mais célebre jornalista da época".5 Segundo Mecenas Dourado, "O jornalista May é mais interessante do que a nossa historiografia costuma julgá-lo [...] foi uma singular figura de jornalista, e o seu jornal, incontestavelmente, superior aos congêneres da época, no Brasil [...].6 Alguns dos seus artigos atingiram a perfeição no sarcasmo e na justeza da crítica aos homens e às situações políticas do momento". Helio Vianna escreveu que foi o jornalista que maior número de polêmicas provocou no período da Regência e durante o Primeiro Reinado e dos mais combatidos em seu tempo.7

May defendeu uma causa popular: a permanência no Brasil do príncipe d. Pedro, "Filho da Constitucionalidade, Igualdade e Liberdade Monarco-Constitucionais", e manteve uma política de contestação às Cortes Gerais de Lisboa, embora advogasse pela manutenção da "Grande União Luso-Brasileira". Para ele, o Brasil ia do cabo Norte até do rio da Prata.

O êxito de *A Malagueta* foi imediato, e foram lançados em seguida oito folhetos para polemizar com ele ou combatê-lo. Estima-se que em pouco tempo conseguiu quinhentas

assinaturas no Rio, um número muito elevado na época, bem superior ao das publicações concorrentes, apesar do preço. Desde o começo polemizou com outros jornais, como o *Reverbero*, *O Espelho* e a folha em que estivesse escrevendo o futuro visconde de Cairu, que dizia ser May "um desses tigres devoradores sob a pele de mansíssimos cordeiros". A força do jornal valeu a seu redator a alcunha de "o Malagueta".

Partidário da Constituição e das liberdades, *A Malagueta* adotou uma linha liberal, levantou várias questões constitucionais importantes com profundo conhecimento de causa e, em algumas ocasiões, articulou argumentos sobre a condução do país bem construídos e relevantes; mas esteve sujeito a bruscas oscilações em sua orientação. Criticava o governo, mas também podia bajulá-lo quando convinha aos interesses do redator. Chegou a defender com entusiasmo iniciativas políticas que posteriormente combateria com o mesmo vigor. Como diz Isabel Lustosa, o jornal foi crítico do governo e seu mais constante bajulador. Com o tempo, foi perdendo, por sua linha volúvel, a credibilidade que obtivera na defesa da Constituição.

A vida do jornal, que teve várias fases, foi tão conturbada quanto sua orientação editorial. O Malagueta ambicionava ser nomeado para uma alta função no exterior. José Bonifácio, que conhecia sua atração por honrarias e empregos públicos, lhe ofereceu o cargo de oficial-mor da Secretaria dos Negócios Estrangeiros em Washington, desde que deixasse de publicar *A Malagueta*. Ele suspendeu a circulação do jornal e explicou aos assinantes, pelo *Correio do Rio de Janeiro*, que o fazia por "motivo de serviço nacional"; pouco depois diria, na primeira edição extraordinária de *A Malagueta*, que a suspensão era definitiva. Quando parou, o jornal tinha publicado 31 números, de dezembro de 1821 a junho de 1822. Mas não houve acordo sobre a remuneração; a nomeação não saiu. João Soares Lisboa escreveu no *Correio do Rio de Janeiro* que José Bonifácio fizera um jogo indecoroso com May, que rompeu com José Bonifácio e em dezembro anunciou que voltaria com o jornal para fazer oposição ao governo. Teve início então a segunda fase do jornal, em que circularam sete edições extraordinárias, sem periodicidade regular: a primeira em julho de 1822, a última em julho de 1824.

Nesse momento, foi atribuída a d. Pedro I a autoria de uma longa carta de virulência extremada assinada por "O Calmante no e da Malagueta", publicada no jornal *O Espelho* em janeiro de 1823.

Dizia que Luís Augusto May era: "esturdíssimo, esturradíssimo, constipadíssimo, matoníssimo, politiquíssimo, cacholíssimo Sr. Autor de um periódico cujo nome é o de uma pimenta que se chama aqui malagueta ou, por outra, p. que o pariu (a ele)", fazendo um trocadilho grosseiro e de mau gosto com a palavra indígena "bacupari", sinônimo de malagueta. O artigo também ridicularizava a figura de May: o nariz, "os pés não lhe fazem muita honra", as "canelas são bem esburgadinhas", "os joelhos furam as calças", as coxas, "barriga não tem, está pegada às costas", o umbigo, o pescoço, "os braços têm muita habilidade, e as mãos ainda muito mais, aparou a pena do Conde das Galvêas", e detalhadamente o resto do corpo; o qualificou de impostor, estouvado e interesseiro, fez insinuações grosseiras de homossexualismo e não

poupou nem sua mulher nem seus filhos, ao dizer que os deixava "fazer o que lhes parece". Chegou a acusar o jornalista de ter roubado documentos do conde de Funchal para vendê-los a Hipólito José da Costa. Isabel Lustosa diz que esta notável peça jornalística, atribuída a d. Pedro, foi "talvez única no seu estilo publicada no Brasil".8

May tinha elogiado d. Pedro em diversas ocasiões. Quando foi publicado o artigo ofensivo, pediu ao imperador que afirmasse publicamente, numa espécie de retratação, não ter sido ele o autor. D. Pedro prometeu fazê-lo através do *Diario do Governo*. Talvez como compensação e para acalmá-lo, por meio de um decreto que "procurava remediar o que outros tinham feito", conforme escreveu o imperador, May foi promovido em maio a oficial-mor graduado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, o posto mais alto do funcionalismo.

Mas, como não tivesse sido divulgado o desmentido, ele publicou, em edição extraordinária de julho de 1823, uma carta aberta ao imperador. Nela o lembrou da promessa não cumprida de levar a público que o governo não tomara parte na "publicação suja de 10 de janeiro", que a "todos parecera ter saído debaixo dos auspícios de Alta Proteção", numa clara referência ao imperador; agradeceu a mercê (promoção) recebida, procurando "remediar o mal que outros tinham feito"; e criticou duramente os irmãos Andrada e várias pessoas da Corte. Dirigindo-se a d. Pedro, escreveu: "Esta miséria só de per si obriga a Augusta Pessoa de VMI [Vossa Majestade Imperial] a tomar as suas medidas para se salvar da imputação que por lá fora se possa fazer — que VMI saboreia tais despropósitos".

No dia seguinte, José Bonifácio disse a May que ia visitá-lo em sua casa. Foi lá, não o encontrou e disse que voltaria mais tarde. May o esperou na companhia de duas pessoas. Apareceram vários encapuzados que atacaram o grupo com

> Espadas nuas e paus grossos que eu vi, e com os quais perpetraram em minha Pessoa o massacre que constou de grande primeiro golpe de espada, que foi aparado no castiçal, e na mão esquerda, e do qual resultou o aleijão e ferida aberta que ainda hoje conservo, de mais cinco golpes ou cutiladas, maiores e menores, na cabeça, que se me deram enquanto as luzes se não apagaram, além de dez ou doze contusões violentas no pescoço e corpo, de que resultou também o aleijão do dedo índex da mão direita; e isto além da ruptura que me sobreveio com os esforços que eu fiz quando na minha fugida dos assassinos, passei a vala que divide a minha chácara da do Padre Serafim dos Anjos, para cuja casa eu me refugiei com o auxílio da escuridão.

Varnhagen escreve que May se salvou "pela presença de espírito de uma preta", que apagou a luz, permitindo que ele fugisse precipitadamente para a chácara do padre vizinho. Um dos presentes, um padre, se escondeu embaixo de uma mesa.

A agressão provocou protestos generalizados, mas o *Diario do Governo* publicou artigos, durante vários dias, atacando *A Malagueta*, sem mencionar a violência contra seu redator. Quando finalmente o fez, um artigo assinado por "Observador" justificou o espancamento dizendo que era "muito e muito natural que um tal escritor provocasse a cólera de imensos indivíduos menos fleumáticos do que eu".

José Bonifácio foi apontado no Rio pela população e pela imprensa como suspeito de ter sido

o mandante da agressão. Gondin da Fonseca diz que sem dúvida foram os Andrada. Um leitor que assinava como "O Anti-Anarquista" escreveu no *Correio do Rio de Janeiro*:

> Não digo que José Bonifácio foi o autor de tão negro crime, porém, tanto peca o ladrão como o consentidor. Muito estimei que no *Tamoyo* se dissesse que os pasquins servem para mostrar as opiniões dos tempos. Ajunte-se os milhares que saíram nos tempos dos Andradas, a este que o sr. *Azurrague* apresenta agora, e veja-se qual é a opinião mais forte a respeito deles. Eis aqui um:
>
> "Chamam servis os Andradas,
> É calúnia, é falso, é peta:
> São liberais a matar,
> E que o diga o Malagueta".

No ano seguinte, num panfleto de ataque a May foi publicada esta quadra:

Caro Malagueta *Meu,*
O Mundo pasmado está
Do pouco se vos dá
Do muito que se vos deu!!!

No entanto, é provável que a ordem para o espancamento tivesse partido de d. Pedro. Um dos agressores deixou cair uma carta procedente da Bahia que o identificou como uma pessoa de "alto cargo", provavelmente Pedro Dias Pais Leme, futuro marquês de Quixeramobim; outros dois seriam membros da camarilha do imperador. May disse, na Câmara dos Deputados, que a ordem para a agressão não foi dada pelos Andrada, mas nunca quis revelar, por medo ou conveniência, quem a teria dado. Antonio Carlos afirmou, num discurso na Câmara, que "é público e todo mundo sabe quem foram os assassinos [agressores] do Malagueta", mas não disse seu nome. Numa carta escrita do exílio, José Bonifácio disse do imperador que "quando o doido do May escreveu contra ele, prorrompeu na atrocidade que todos sabem".

Devido aos ferimentos recebidos, o Malagueta foi aposentado, porém "com exercício" da função. Teria ainda recebido uma indenização em dinheiro, o que levou o visconde de Cairu a escrever que "levar pancadas e pedir indenizações assaz lucrativas!!! Não é mau negócio, assim ele dure muitos anos!!!". May continuou mandando cartas ao imperador pedindo favores, mesmo desconfiando ou tendo certeza de sua participação no atentado.

May foi eleito deputado e, ao sair da Câmara, em agosto de 1829, foi espancado de novo. Recebeu várias pancadas na cabeça com um pau com pregos na ponta e ficou seriamente ferido. Outro deputado que o acompanhava e acudiu em sua defesa também foi agredido. Novamente, é provável que o mandante fosse o imperador. Ele criara a Ordem da Rosa, em homenagem à futura imperatriz Amélia Eugênia; ela gostava dessa cor, que ficou na moda na Corte. Nas vésperas da cerimônia do casamento, May fizera uma referência irônica no artigo "As Fitas e as Devisas" (sic). Escreveu que deveria ser descoberto o verdadeiro significado da moda das fitas cor-de-rosa, pois todos os costumes têm causas, e fez alusão a possíveis perturbações da ordem.

O atentado foi atribuído à irritação que o artigo causara no imperador.

O *Jornal do Commercio* escreveu depois da agressão:

> A soltura de linguagem do redator da *Malagueta*, que nas suas cáusticas jeremíadas nem as cinzas dos mortos respeitava, tornasse como infalível uma tal catástrofe. Contudo um atentado destes é para lastimar, pois a vida do Cidadão e do Deputado deve ser respeitada, quando se trata de reprimir a ousadia do jornalista. Assaz castigado se acha o redator da *Malagueta* pelo descrédito em que caiu na opinião pública.

Com esse episódio terminou a terceira fase do jornal, que foi de 1828 a 1829, com 91 edições que não alcançaram a repercussão das primeiras. May, que certamente não ignorava de onde partira a nova agressão, escreveu cartas ao imperador pedindo novos favores. Não conseguiu reeleger-se deputado e tentou aproximar-se de Feijó, durante a Regência. Já no ocaso, escreveu ao regente dizendo que no tempo de d. Pedro I, “se então era odiado, ao menos não era eu desprezado; hoje vou à casa de V. Excia. (pela terceira vez) e seus lacaios correm com a gente; ora, isto é duro”. Esse sentimento de rejeição pelos novos ocupantes do poder pode ter sido um dos motivos que levou *A Malagueta*, em sua etapa final, que foi até 1832 e teve 36 números, a aderir ao movimento caramuru, que queria o retorno de d. Pedro ao Brasil. O jornal defendia a nulidade da abdicação do imperador e pedia sua volta para “pôr fim às nossas misérias” e impedir a desunião do Brasil.

A Malagueta tinha perdido sua antiga influência. Em abril de 1832 circulou a última edição, a oitava extraordinária. Segundo *A Aurora Fluminense*, fora “despedido pelo impressor que o alugava”. Quatro dias depois, May escrevia no *Jornal do Commercio*: “O redator da *Malagueta*, achando-se sem tipografia e tendo o que dizer, convida a qualquer senhor dono de tipografia a tomar conta da folha, ficando o redator responsável unicamente pela doutrina, em juízo e fora dele, e pelas correções e conduções dos originais”. Aparentemente, ninguém se interessou, pois ela nunca mais foi publicada.

5. *O Tamoyo* (1823)1

Inspirador: José Bonifácio de Andrada e Silva

José Bonifácio de Andrada e Silva, o arquiteto da Independência e primeiro brasileiro a ser ministro de Estado do reino, com funções semelhantes às de primeiro-ministro — o que segundo ele "não podia passar pela goela de muitos Europeus [portugueses], e o que é pior, nem pela de muitos Brasileiros" —, enfrentou a oposição dos liberais, a quem considerava demagogos que colocavam em risco a estabilidade política e a unidade do país, e fechou os jornais mais agressivos e influentes, como o *Reverbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*.

José Bonifácio, numa entrevista concedida a *O Tamoyo*, que o chama "o nosso velho do Rocio", talvez a primeira da imprensa brasileira, publicada em setembro de 1823, disse que pregava "a Independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da Monarquia Constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas". Afirmou que seu crime como chefe do Conselho de Ministros fora "ter sido brando e piedoso em demasia". Quando ele e seus irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos caíram, foram hostilizados pela imprensa e pela camarilha do imperador (ver figura 14).

Para enfrentar esses ataques, um mês depois, em agosto de 1823, foi fundado um jornal de combate, *O Tamoyo*, por seus seguidores, cuja orientação política coube a eles. O próprio nome do jornal já era uma provocação, pois foram os índios tamoios que no século XVI combateram os povoadores portugueses no Rio de Janeiro. Um artigo publicado pelo *Diario do Governo*, que Gondin da Fonseca atribui ao imperador, diz que o redator do *Tamoyo* "não teve vergonha, nem reverência à humanidade, sendo paulista, em tomar o título, não só de *Selvagem*, mas de *Canibal*, afetando pertencer à tribo dos *Tamoios*, que eram antropófagos, e não menos cruéis bebedores de sangue que os Botocudos".

O jornal, "o infame *Tamoyo*" e seus inspiradores foram saudados com uma saraivada de insultos pelo *Correio do Rio de Janeiro*, cujo redator, João Soares Lisboa, fora preso por decisão de José Bonifácio quando estava no poder. Em resposta, *O Tamoyo* disse que os Andrada deveriam tê-lo "feito dançar na corda", ou seja, enforcado alguns que o mereciam e derramar o sangue vil

dos perturbadores do sossego público. Em outra ocasião, descreveu Soares Lisboa como "um bojudo tonel, metamorfoseado de matéria morta em matéria viva e semi-racional, porém grosseira, hoje conhecido pelo nome de — *gordo redator do* Correio do Rio".

O Tamoyo era um jornal de pequeno formato, com as quatro páginas habituais, impresso na tipografia de Silva Porto &c. Circulava semanalmente, às terças-feiras, no início, mas dada a aceitação passou para bissemanal, saindo às terças e sextas, e depois para trissemanal, saindo às terças, quintas e sábados. Foi dirigido por dois amigos de José Bonifácio, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond e o desembargador Francisco da França Miranda. Quando estavam no governo os Andrada eram conservadores, mas, com eles na oposição, *O Tamoyo* foi extremamente agressivo e de linguagem virulenta. Como escreveu o historiador John Armitage, os "princípios livres ou, para melhor dizer, democráticos, que advogavam, contrastavam singularmente com aqueles que seguiram durante o tempo de seu Ministério". O jornalista conservador Firmino Rodrigues Silva disse que, com *O Tamoyo*, "os Andrada desancavam os adversários e silenciavam-nos com pancadaria". Segundo João Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro*, *O Tamoyo* tinha três caras: uma branca para lidar com os brancos; uma mulata para lidar com os parentes e uma preta para lidar com os moleques.[2]

No entanto, Aristheu Achilles[3] escreve que o jornal chamou a atenção pela amenidade e elegância do estilo e pela habilidade com que discorria. Além de manter polêmicas com outros jornais, como o *Correio*, *O Sylpho*, um periódico lançado para apoiar Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, e especialmente a *Sentinella* de Cipriano Barata, *O Tamoyo* fez oposição ao governo, mas preservou a figura do imperador. Seus principais alvos foram tanto os portugueses instalados no Brasil, contribuindo assim para acirrar as paixões do momento, como os liberais, que segundo o jornal foram tratados por José Bonifácio com excessiva brandura.

O Tamoyo apresentou um projeto para o futuro do Brasil que previa o fim da escravidão e a emancipação do índio, embora não a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, argumentando que as pessoas não nasciam iguais. Teve grande influência, apesar de uma vida curta de apenas três meses — de agosto a novembro de 1823, fechando no mesmo mês em que a Assembleia Constituinte foi dissolvida e os Andrada foram presos e desterrados. Nele foi publicada uma entrevista com José Bonifácio, talvez a primeira da imprensa brasileira.

O jornal teve uma continuação no período da Regência, quando os Andrada defenderam o retorno de d. Pedro ao Brasil. Foi relançado em novembro de 1833 como *O Tamoyo Constitucional*, que segundo Helio Vianna foi um jornal "nitidamente andradista, se não mesmo orientado ou redigido pelos irmãos Andradas", e era "melhor escrito que os outros da mesma época". Evaristo da Veiga atribui a publicação dessa folha à fábrica de pasquins mantida pelo mercenário português João Batista de Queiroz. Deste jornal só existe um exemplar.[4]

Outro jornal andradista precedeu *O Tamoyo*: *O Regulador*,[5] lançado em julho de 1822, quando José Bonifácio era chefe do gabinete. Era redigido por frei Sampaio, membro da maçonaria muito popular, e por Antonio José da Silva Loureiro, oficial da Secretaria dos Negócios

Estrangeiros. Seu primeiro nome foi *O Regulador Brasílico-Luso*, mas depois da Independência mudou para *O Regulador Brasileiro*. Era financiado pelo erário e se tornou porta-voz de José Bonifácio, a quem publicava elogios desgarrados — "Augusto Chefe do Poder Executivo do Brasil" — exagerando seu papel na Independência do Brasil. *O Regulador* começou a construção da imagem com que José Bonifácio passou à história, afirma Isabel Lustosa,6 e que continuou em *O Tamoyo*.

Bonifácio mandava cartas às províncias pedindo que assinassem *O Regulador*, que defendia o poder de veto absoluto à Constituição pelo imperador e o senado vitalício, opunha-se ao juramento prévio da Carta Magna pelo monarca e atacava com agressividade os partidos e os jornais da oposição, como o *Correio do Rio de Janeiro*, com o qual polemizou. Era contrário não apenas à aplicação das ideias republicanas no Brasil, como também à Revolução Francesa e às repúblicas do continente americano.

Segundo Lustosa, "o tipo de imprensa de situação, agressiva, persecutória, valendo-se dos recursos comuns dos pasquins e aos então chamados libelos difamatórios, foi inaugurado no Brasil durante a gestão do ministro José Bonifácio. O estilo, os Andrada levariam para os jornais que fizessem posteriormente. E ainda por muito tempo...".7

Os Andrada, que controlaram o país com mão de ferro no período que se seguiu à Independência, fechando jornais da oposição, prendendo e mandando jornalistas e políticos para o exílio, fora do poder se notabilizaram pelo abuso da liberdade de imprensa. Principalmente no período da Regência, quando se tornaram "caramurus" e pediam o retorno do imperador ao Brasil. Os jornais que os apoiavam eram particularmente virulentos. O que não impediu que seu mais feroz crítico, Soares Lisboa, escrevesse que os Andrada queriam o bem do Brasil, sua independência e felicidade, e não duvidava que eram incorruptíveis. O orgulho e a arrogância, disse ele, os levou a escolher os meios errados (ver pp. 206-7).

6. *Diario do Rio de Janeiro* (1821-59/1860-78)1

Fundador: Zeferino Vito de Meirelles

"Um urubu não sonha mais com um festim sobre a carcaça do que esse jornal com um subsídio."2 Foi assim que o *Diario do Rio de Janeiro*, depois de uma longa e tumultuada trajetória era visto no fim de sua vida. Mas antes de entrar em declínio fora uma das folhas mais admiradas do império. Foi o primeiro jornal brasileiro com informações sobre negócios e preços que conseguiu firmar-se e consolidar-se; é o antecessor dos atuais diários de economia. Perdeu o rumo e a credibilidade quando mudou de orientação e se transformou em jornal de partido — de vários partidos, na verdade —, e passou a viver de subsídios.

Antes de aparecer o *Diario do Rio de Janeiro*, houve uma tentativa de publicar uma folha com informações para os comerciantes. Em 1821, assim que a censura à imprensa foi retirada, o *Jornal de Annuncios* tentou implantar no Rio de Janeiro um novo tipo de jornalismo, fugindo da polêmica e da discussão doutrinária para concentrar-se em informações concretas e práticas, ao divulgar todas as semanas "os preços correntes da terra", prestando um serviço ao comércio. Impresso na Typographia Real, seu primeiro número, de 5 de maio de 1821, tinha duas páginas; os seguintes tinham quatro. Cobrava oitenta réis por linha inteira e quarenta réis por linha incompleta de anúncio. Foram apenas sete edições, a última em 16 de junho. Não se conhecem as razões do fracasso.

O *Diario do Rio de Janeiro*, também especializado na publicação do preço das mercadorias, teve uma vida muito mais longa e se tornaria um dos mais importantes jornais do país. Uma das diferenças em relação ao *Jornal dos Annuncios*, talvez decisiva, foi o fato de ser diário, o primeiro da imprensa brasileira; outra, o de publicar "gratuitamente todos e quaisquer anúncios ou notícias particulares (que convenham e seja lícito imprimir) inclusive os de Divertimentos e Espectáculos Públicos". Quem o lançou foi o português Zeferino Vito de Meirelles, em 1º de junho de 1821, quando ainda circulava o *Jornal de Anunncios*. Meirelles tinha sido operário e depois vice-administrador da Typographia Regia, onde o jornal foi impresso nos primeiros meses. Depois montou uma gráfica própria, a Typographia do Diario, uma das primeiras particulares instaladas no Rio de Janeiro, que imprimiria o *Diario* a partir de março de 1822,

assim como um grande número de jornais, atividade que lhe proporcionava uma receita adicional.

O *Diario do Rio de Janeiro* saía às oito horas da noite, impresso em mau papel almaço e em formato in-quarto. Os anúncios eram gratuitos, as notícias eram fornecidas pelo público. Duas vezes por semana, às terças e sextas, publicava uma detalhada relação dos preços das mercadorias. Era conhecido como *Diario do Vintém*, *Diario da Manteiga*, *Diario da Compra e Venda* ou *Diario do Azeite e do Vinagre*, o que indicava a variedade de produtos anunciados (ver figura 19).

Afirma Gondin da Fonseca que a informação de que o jornal "se chamava *Diario do Vintém* ou da *Manteiga*, porque custava vinte réis, um vintém, e dava todos os dias o preço da manteiga" fora divulgada pelo historiógrafo Max Fleiuss fiando-se em Vieira Fazenda.3 Mas Gondin discorda dele: "Enganaram-no, Mestre! O *Diario do Rio de Janeiro* custava um pataco: 40 réis. A assinatura mensal era de 640 réis; não de 480, como diz. E nunca esse papel, que eu visse, aludiu ao preço da manteiga… Aliás, ninguém cogitava de manteiga, no Rio de 1821".

Quem estava enganado, porém, talvez fosse Gondin da Fonseca. A informação sobre o preço da assinatura e o apelido do jornal não fora divulgada primeiro por Fleiuss. Já constava de um trabalho sobre a imprensa carioca publicado por Moreira de Azevedo na *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* de 1865,4 sete anos antes do nascimento de José Vieira Fazenda e várias décadas antes de publicar suas obras sobre o Rio de Janeiro. Além disso, consumia-se, sim, manteiga no Rio. Pouco depois dessa data, em seu primeiro número, o *Jornal do Commercio* de outubro de 1827 dava o preço da manteiga inglesa, entre 420 e 450 réis por libra-peso, e da francesa, de 320 a 350 réis.5 O aspecto em que Gondin está certo é no preço do exemplar — na primeira página do primeiro número do jornal está escrito "40 rs" — e no da assinatura. Mas falta explicar por que era conhecido como *Diario do Vintém*.

Para competir com o *Diario* foi lançado em setembro de 1822 outro jornal, *O Volantim*, que tentou uma fórmula diferente: era também diário, mas tinha conteúdo misto de anúncios gratuitos, comentários políticos e notícias extraídas de outros jornais. Era impresso na Typographia de Torres e Costa e custava quarenta réis o exemplar e 640 réis a assinatura mensal. Mas essa tentativa, assim como a do *Jornal de Annuncios*, fracassou. Ele parou de circular porque só conseguira 136 assinaturas, quando o número mínimo para ser viável eram quatrocentas, segundo escreveu o próprio jornal. Circulou de 1º de setembro a 31 de outubro de 1822, e teve 52 números.

Embora o *Diario* normalmente ficasse à margem das rivalidades políticas, isso não impediu que desse apoio discreto ao imperador d. Pedro I. Mais que folha doutrinária, como as outras da Corte, era um jornal essencialmente informativo, o primeiro do país. Seu objetivo era ser útil, servindo de orientação aos comerciantes e aos habitantes do Rio de Janeiro. Seus anúncios foram precursores dos classificados dos jornais atuais, que facilitam a troca de informações sobre

a procura e disponibilidade de bens e serviços. Como escreveu Moreira de Azevedo, até então quem queria comprar, vender ou alugar, ou precisava divulgar alguma notícia local tinha que pregar o anúncio manuscrito na esquina ou na porta da igreja, ou apregoar pelas ruas. O jornal publicava as listas de preços das mercadorias, os navios que atracavam e zarpavam, casas para alugar, escravos para vender ou fugidos; anunciava leilões e as novidades nas livrarias. Se ignorava a informação política não deixava de publicar notícias de roubos, brigas e assassinatos, como os atuais jornais populares, dos quais foi também um antecessor.

Foi precisamente uma notícia de escândalo mundano, das que atraem a curiosidade do leitor em qualquer época e em qualquer lugar do mundo, publicada em 19 de agosto de 1822, que teria custado a vida a Zeferino Meirelles, o dono. Dizia o *Diario* que "um indivíduo de família importante" teria mantido a filha em cárcere privado. O informante dizia que se não soltasse a filha divulgaria o nome e detalhes "das circunstâncias". Dez dias mais tarde, ao abrir a oficina, Meirelles levou um tiro no rosto. Ferido, passou a gestão do *Diario* e da tipografia a Antonio Maria Jourdan, francês. Morreu em novembro. Embora considere ser essa a explicação mais razoável para o crime, Rizzini registra também que d. Leopoldina escreveu a d. Pedro, seu marido, indicando que poderia haver implicações políticas ligadas a José Bonifácio.6

O *Diario* foi dirigido durante um longo período por Nicolau Lobo Vianna, e enfrentou a concorrência do *Diario Mercantil*, que foi comprado por Pierre Plancher como base para lançar o *Jornal do Commercio*, que lentamente conquistou a preferência do público.

Nos primeiros anos, o *Diario do Rio de Janeiro* foi radical em seu propósito de evitar as paixões políticas e as polêmicas doutrinárias e dava pouca atenção às trocas de ministérios. Mas não foi tão indiferente à política como alguns escritores têm alegado. É usado como argumento o fato de não ter informado imediatamente sobre a Independência. As razões, aparentemente, foram a demora em chegar a notícia de São Paulo e a precariedade das instalações gráficas do jornal, que publicou informações sobre o evento no dia 24 de setembro. Além disso, o conteúdo levou José Bonifácio, que comandava o ministério, a investigar os "escritos perigosos" do *Diario*.

Com o tempo, o jornal passou a participar da troca de diatribes. Abriu suas páginas para que o visconde de Cairu, sob o pseudônimo de "Jurista", defendesse o imperador, crescentemente autoritário, atacasse os liberais e polemizasse com *A Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga. Segundo Octavio Tarquinio de Sousa, o *Diario* passara a ser um instrumento da política dos caramurus.7 O próprio d. Pedro I escreveu no jornal.

Durante a Regência, o *Diario* continuou apoiando os caramurus, e em 1835 deu-se o curioso ataque de um grupo de manifestantes à tipografia do jornal, que foi empastelado, enquanto davam gritos em prol da liberdade de imprensa.

Até a década de 1840, o *Diario* foi o maior jornal de anúncios do Rio de Janeiro. Tinha 2700 assinantes, em comparação com os 2200 do *Jornal do Commercio*. Tornou-se uma publicação semioficial entre 1841 e 1846. Trocou várias vezes de dono e de orientação. Essas bruscas mudanças reduziram sua influência enquanto crescia a penetração e prestígio do *JC* (ver p. 240),

mas continuava sendo um dos mais importantes jornais do Rio e do Segundo Império.

O *Diario* participou de uma das confusões mais curiosas da literatura em língua portuguesa do século XIX. Quase toda a imprensa brasileira publicava romances-folhetins de origem francesa para aumentar a circulação. Um dos mais populares foi *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, que saíra no *Jornal do Commercio* em 1845 e 1846. Anos mais tarde, em 13 de julho de 1853, o *Diario do Rio de Janeiro* informava a seus leitores que essa obra tinha excitado tanto o interesse dos leitores "que todos esperavam ansiosamente pelo jornal que deveria publicar mais um capítulo", e que Dumas "julgou tão acertado continuar essa história, que muito tem de moral, e na qual o herói representa um papel extraordinário, que deu a lume um outro romance com o título de *A mão do finado*, que acabamos de receber e vamos publicar, certos de que nossos leitores lhe darão sabido apreço. Aqueles que leram *O conde de Monte Cristo* aplaudirão com entusiasmo *A mão do finado*". A publicação indicava no rodapé da primeira página: "Romance em continuação do *Conde de Monte Cristo*, por Alexandre Dumas".

Na verdade, *A mão do finado* não tinha sido escrita por Alexandre Dumas, como ele mesmo se encarregou de esclarecer numa carta publicada pelo *Jornal do Commercio* em janeiro de 1854 (ver p. 246). A trajetória desse romance é tão surpreendente quanto o enredo das histórias inverossímeis dos populares romances-folhetins da época. Como a obra de Dumas fora bem recebida no mundo inteiro, um editor de Lisboa teria pedido a um autor de peças de teatro, comédias e de romances de cunho popular, um funcionário dos Correios portugueses chamado Alfredo Possolo Hogan, que escrevesse uma continuação.

A mão do finado foi publicada simultaneamente em Lisboa, sem indicação de autor, e em Paris, mas impressa em Lisboa, com o título de *La Main du défunt*, "Pour faire suite au roman: Le Comte de Monte-Christo par Alexandre Dumas", assinada por F. Le Prince. Foi posteriormente traduzida para diversas línguas, e a maioria das edições atribuiu a autoria a Dumas. A acolhida foi surpreendente. Segundo escreveu Paulo Motta Oliveira, pesquisador da Universidade de São Paulo, "nenhum outro romance sobre o qual tenha me debruçado foi, de forma tão rápida e recorrente, publicado no restante da Europa e mesmo na América". Ele diz também que "esta obra foi o mais traduzido livro português de todo o século XIX". Ainda hoje, *A mão do finado* é frequentemente atribuída a Dumas e incluída em suas obras completas.

José de Alencar, que saíra brigado do *Correio Mercantil*, tornou-se redator-chefe do *Diario* em 1856 (ver pp. 225-6). Nele escreveu *O guarany* na forma de folhetim de rodapé, de janeiro a abril de 1857. Teve o impacto de uma telenovela atual: o êxito foi extraordinário e as vendas do jornal aumentaram. Entusiasmou principalmente o público feminino da alta sociedade e os jovens. Segundo o visconde de Taunay, despertou uma "verdadeira novidade emocional". Em suas reminiscências, escreveu que "o Rio de Janeiro em peso, para assim dizer, lia *O guarany* e seguia comovido e enleado os amores tão puros e discretos de Ceci e Peri", e lembra que quando o correio chegava a São Paulo, com muitos intervalos, reuniam-se os estudantes numa "república" em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diario do Rio de Janeiro*, para ouvirem

absortos e sacudidos a leitura feita em voz alta por algum deles. O jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se viam agrupamentos em torno dos fumegantes lampiões de iluminação pública de outrora. Com *O guarany*, segundo Taunay, se Alencar não "alcançou valiosos proventos pecuniários", conquistou "esse lugar de indiscutível supremacia, essa notoriedade que nunca mais deixou de circundar a sua personalidade".8

O guarany, que saiu no jornal sem o nome do autor, seria depois publicado em forma de livro. José de Alencar observou, magoado, que nos jornais não houve "qualquer elogio, crítica ou simples notícia". Também reclamou da ópera que Carlos Gomes fez inspirada em seu romance: "O Gomes fez de meu *Guarany* uma embrulhada sem nome, cheia de disparates, obrigando a pobrezinha Cecy a cantar duetos com o cacique dos Aymorés, que lhe oferece o trono de sua tribo e fazendo Pery jactar-se de ser o leão de nossas matas". No entanto, ele desculpa o compositor porque, "talvez por causa de suas espontâneas e inspiradas harmonias, não poucos hão de ler esse livro, senão relê-lo — o maior favor que merece um autor". O jornal publicou, também de José de Alencar, em forma de folhetim, *A viuvinha* e *Cinco minutos*, distribuídos gratuitamente aos assinantes (ver figura 31).

Durante vários anos, Alencar dependeu totalmente do trabalho no *Diario do Rio* — e o *Diario do Rio* dependeu do dele. Era redator-chefe, gerente, escrevia os editoriais e romances-folhetins. Publicou no jornal cartas a "um amigo", que assinava com o pseudônimo "Ig", e numa delas fez uma crítica devastadora do poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, que tinha sido patrocinado pelo imperador. D. Pedro saiu em defesa de seu protegido em artigos publicados no *Jornal do Commercio*. As desavenças com o monarca teriam repercussões negativas em sua carreira política. José de Alencar, como seu pai, foi eleito senador pelo Ceará, sua província natal, mas d. Pedro II vetou seu nome e ele não assumiu o posto.

O próprio Alencar contou como foi sua vida no jornal:

> Ao cabo de quatro anos de tirocínio na advocacia, a imprensa diária, na qual apenas me arriscara como folhetinista, arrebatou-me. Em fins de 1856 achei-me redator-chefe do *Diario do Rio de Janeiro*.
>
> É longa a historia dessa luta, que absorveu cerca de tres dos melhores anos de minha mocidade. [...] Ao findar o ano, houve ideia de oferecer aos assinantes da folha, um mimo de festa. Saíu um romancete, meu primeiro livro, se tal nome cabe á um folheto de 60 páginas.
>
> Escrevi *Cinco minutos* em meia duzia de folhetins que iam saindo na folha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do autor. A prontidão com que em geral antigos e novos assinantes reclamavam seu exemplar, e a procura de algumas pessoas que insistiam por comprar a brochura, somente destinada à distribuição gratuita entre os subscritores do jornal; foi a única, muda mas real, animação que recebeu essa primeira prova. [...]
>
> Logo depois do primeiro ensaio, veio a *Viuvinha*. Havia eu em época anterior começado este romancete, invertendo a ordem cronologica dos acontecimentos. Deliberei porem mudar de plano, e abri a cena com o princípio da ação. [...] Foi *O guarany*, que escrevi dia por dia para o folhetim do *Diario*, entre os meses de fevereiro [sic] e abril de 1857, si bem me recordo.
>
> No meio das labutações do jornalismo, oberado não somente com a redação de uma folha diaria, mas com a administração da empresa, desempenhei-me da tarefa que me impusera, e cujo alcance eu não medira ao começar a publicação, apenas com os dois primeiros capítulos escritos.

> Meu tempo dividia-se desta forma. Acordava, por assim dizer, na mesa do trabalho; e escrevia o resto do capítulo começado no dia antecedente para enviá-lo à tipografia. Depois do almoço entrava por novo capítulo, que deixava em meio. Saía então para fazer algum exercício antes do jantar no Hotel de Europa. A tarde, até nove ou dez horas da noite, passava no escritorio da redação, onde escrevia o artigo editorial e o mais que era preciso. O resto do serão era repousar o espírito dessa árdua tarefa jornaleira, em alguma distração, como o teatro e as sociedades.

O *Diario* deixou de circular em 1859, mas ressurgiu em março de 1860 sob a direção de Joaquim Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva e Henrique César Muzzio. Fora comprado por Quintino com dinheiro emprestado por B. Caymari, seu sócio. De acordo com vários historiadores, essa foi sua melhor fase. Com Saldanha Marinho, o jornal tinha uma orientação liberal e contribuiu, em 1860, para a derrota dos conservadores e a vitória do Partido Liberal.

Quintino, por indicação de José de Alencar, levou Machado de Assis para o *Diario*, onde foi cronista parlamentar, escrevendo sobre o Senado. Em 1861-2 publicava uma crônica aos domingos, "Comentários da semana", e em 1864-5 a seção "Ao acaso". Segundo H. Pereira da Silva, sua letra era tão ruim que os compositores foram um dia ao diretor do jornal para dizer que pouco ou nada entendiam.9 Quintino pediu um original, resmungou, tentou ler de novo e ordenou que fosse contratado um professor de caligrafia para o senhor Machado de Assis. Sua letra continuou dando trabalho aos compositores e revisores, e ele reclamava quando deturpavam seus textos.

Lúcia Miguel Pereira diz que, nessa fase, o *Diario* era um jornal admirável, bem impresso, bem redigido, com ótima colaboração. Segundo ela, "a importância do *Diario do Rio de Janeiro* na vida e na obra de Machado de Assis é imensa; convidando-o para lá, tirou-o Quintino Bocayuva do amadorismo das revistas literárias, pô-lo na obrigação de enfrentar o grande público, de dar sua opinião sobre os assuntos do dia, fê-lo refletir, pensar".10 Para Elói Pontes, o *Diario* era um dos mais populares da cidade. "Saldanha Marinho ressuscitando-o, dá-lhe feição combativa e linha distinta de cultura e ideias. A parte literária acolhe tudo quanto de melhor se contava então".

Nesse período, o *Diario* era, com o *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil*, um dos três jornais políticos mais importantes do Rio de Janeiro e tinha também singular relevância na cultura e na vida literária. Quase todos os principais escritores colaboraram com a folha.

Em 1864, Quintino Bocayuva assumiu a direção do *Diario* e lhe deu novo impulso. Em 1867 a redação foi desmantelada com a ida de Quintino Bocayuva aos Estados Unidos e de Saldanha Marinho para Minas Gerais. Machado de Assis foi para o *Diario Official*, onde ficou até 1874. Assumiu a redação por um tempo o antigo liberal e então conservador Antônio Ferreira Vianna.

Em janeiro de 1868, no início dessa fase de decadência, o folhetinista e panfletário conservador França Júnior,11 comparou no *Correio Mercantil*, onde escrevia com o pseudônimo Osiris, os jornais da época com instrumentos musicais. Disse que o *Diario do Rio de Janeiro*, embora formalmente conservador,

> é o *realejo* do progressismo.12 Ora, o progressismo já não é aquilo que foi nos primeiros dias de sua vida. Começando a

> acender uma vela a Deus e outra ao Diabo, em seu peregrinar pelos acontecimentos. […] O realejo é uma invenção sublime; de todos os instrumentos é o único que não compromete os executantes. A música já vem pronta no cilindro, e uma vez movida a manivela, qualquer um toca a variação mais difícil. O realejo repousa na manivela, que faz o que lhe mandam.

Ainda segundo França Júnior, o ministério precisava de um instrumento que executasse fielmente suas músicas e que "do *Diario* fez o Sr. Zacharias [de Góes e Vasconcellos, na ocasião primeiro-ministro, líder da ala progressista do Partido Liberal] a caixa harmônica onde rolam constantemente os cilindros do ministério". No *Diario*, acrescenta, o ministério acendia a vela a Deus. Ainda segundo França Júnior, "o *Diario do Rio de Janeiro* é o legítimo e genuíno órgão da *roupa velha*".

Em 1868 o *Diario* mudou de dono e meses depois passou a defender o gabinete. As transações teriam sido realizadas com ajuda do governo, por um preço de cinquenta contos de réis. O comprador foi Luis Antonio Navarro de Andrade, de ascendência portuguesa e espanhola, nascido no Uruguai, que recebeu ajuda do gabinete, incluindo a renovação do material tipográfico, mas não conseguiu levantar o jornal e o vendeu a Francisco Antonio Alves de Brito, que não quis manter Navarro como redator-chefe e lhe ofereceu o posto de correspondente na Europa. Na época se afirmou que também lhe fora oferecido um posto de cônsul no exterior, para mantê-lo longe. Navarro embolsou parte da remuneração oferecida, não viajou, escreveu no *Correio Mercantil* ter sido enxotado, "vítima de uma cilada infame" e afirmou que comprara o *Diario* por sabê-lo gordamente subsidiado, o que foi negado por Quintino; queria também que o gabinete Zacharias o compensasse pelos sacrifícios que fizera ao apoiá-lo.

Tendo se transformado em "folha ministerial", o *Diario* dependia de subsídios do governo para sobreviver. Numa tentativa de renovação, incorporou seu antigo rival, o *Correio Mercantil*. Voltou a defender abertamente o Partido Conservador e pedia um corretivo para os ataques da imprensa liberal. Na década de 1870 era o órgão dos conservadores mais extremados. Em 1875, vendia 5 mil exemplares. Fechou em 1878, pouco lamentado, tendo como seu último diretor Augusto de Carvalho.

7. *O Espelho* (1821-3)[1]
Fundador: Manuel de Araújo Guimarães

O Espelho foi talvez o jornal que informou de maneira mais completa sobre os acontecimentos políticos na época da Independência. Publicava transcrições dos outros jornais do Rio, do *Correio Braziliense*, das folhas da Bahia e de Pernambuco, registrava detalhadamente as sessões das Cortes e divulgava os atos oficiais. *A Malagueta* ironizou que o redator de *O Espelho* relatava, "em grande, quanta festa, procissão, bandos ou batuques que há nesta cidade".

Incluía também o preço dos principais produtos de exportação e consumo e a entrada e saída de navios. Começou com quatro páginas, prometendo aumentar seu número assim que o permitissem os recursos da tipografia. Circulou de outubro de 1821 a junho de 1823, com periodicidade semanal ou bissemanal e ampla difusão. Era impresso na Imprensa Nacional, antiga Impressão Régia, com quatro ou seis páginas, e vendido de oitenta a 120 réis o exemplar e a 1,2 mil-réis a assinatura trimestral.

O Espelho foi publicado pelo coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, certamente o jornalista mais experiente da época, que tinha sido redator do jornal literário *O Patriota* e escrevera por oito anos para a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Comemorou a Revolução do Porto de 1820 e o fim do absolutismo, mas tinha cunho oficialesco, alternando nessa função com o *Diario do Governo*. Foi utilizado para agredir a oposição e entrou em ásperas polêmicas com as folhas liberais, como *Reverbero Constitucional Fluminense*, *Correio do Rio de Janeiro* e *A Malagueta*. Cipriano Barata disse que era um "*Espelho* côncavo, que tudo representa ao revés", e que quando os Andrada estavam no Ministério o usaram para espalhar "ideias antiliberais". Werneck Sodré o considera um jornal áulico, com pretensões à imparcialidade e à neutralidade, e o calo do jornalismo oficial.[2] Como escreve Isabel Lustosa, foi um jornal extremamente virulento na linguagem, partindo para ataques pessoais, e nele foram impressos "os artigos mais insultuosos daquele período".[3] O jornal participou da primeira polêmica da imprensa brasileira, com o *Reverbero Constitucional Fluminense* (ver pp. 203-4).

O Espelho defendia José Bonifácio — que o poupou quando fechou outros jornais — e d. Pedro, que para o segundo número escreveu um artigo chamado "Pedro aos fluminenses", assinando

como “Príncipe Regente”. Enquanto circulou, foi o principal escoadouro para a veia panfletária do imperador. Nele, sob pseudônimo, castigava seus inimigos com artigos que “logo se denunciavam pela destampada virulência”, como escreveu Carlos Rizzini.[4] D. Pedro se referia ao redator do *Correio do Rio de Janeiro* como o “nunca assaz maldito João Soares Lisboa” e o “arquivelhaco”, e partiu para ataques pessoais e insultos grosseiros contra Luís Augusto May, redator de *A Malagueta*, a quem antes tinha elogiado (ver p. 211).

D. Pedro não seguiu o conselho que seu pai, o rei d. João VI, lhe mandou de Portugal e que foi publicado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* no dia 8 de setembro de 1822, curiosamente, um dia depois de ter sido proclamada a Independência: “Quando escreveres, lembra-te que és um príncipe, e que os teus escritos são vistos por todo o mundo; e deves ter cautela, não só no que dizes; mas também no modo de te explicares”. Na resposta, d. Pedro deu mais um exemplo de incontinência verbal: “Vossa Majestade está positivamente preso” — segundo Gondin da Fonseca, talvez para não dizer: “está positivamente bêbedo”.[5] E continuou dizendo que o povo brasileiro “não é um bando de vis carbonários e assassinos, como os que têm a Vossa Majestade no mais ignominioso cativeiro”. O imperador hostilizou repetidamente a imprensa e não poupou nem os jornais em que escrevia: “Irei agora ver se tenho o lenço bem posto, voltando-me e mirando-me no *Espelho*, mas desgraçadamente é só vidro, e aço nem dez réis, como tudo consiste nos Periódicos atuais terem muita passa e pouca uva, razão por que prometem muito e não cumprem”.

Fiel seguidor do príncipe, *O Espelho* atacou os portugueses asperamente na fase que antecedeu a Independência. Escrevia que “Portugal já está no seu decaimento, porque já tem mais anos que Matusalém” e que quando “começou a descer, principiou o Brasil a subir; tudo quanto Portugal desce, aumenta o Brasil”. Segundo a *Idade d’Ouro do Brazil*, o jornal fazia “mais dano aos lusitanos que um exército de 10 mil homens”.

Mas, nesse jornal, d. Pedro também manifestou sua aversão pelo trabalho escravo, “o cancro que rói o Brasil”, e disse que “logo que acabe o tráfego da escravatura, começarão a entrar homens livres a substituírem seus braços”.

A posição de jornal semioficial de *O Espelho* desgastou sua credibilidade. Depois que deixou de circular, Ferreira de Araujo continuou fazendo jornalismo oficial, tornando-se redator do *Diario do Governo*.

8. *Jornal do Commercio* (1827-)
Fundador: Pierre Plancher

O *Jornal do Commercio* foi a publicação mais importante do Rio de Janeiro e a mais influente do país durante a maior parte do século XIX e começo do século XX. É provável que em toda a história do Brasil nenhum outro periódico tenha igualado a relevância e o prestígio que alcançou em sua época áurea. Pode afirmar-se que teve aqui a influência que o *The Times* — considerado seu modelo — tinha na Europa.

É o segundo mais antigo jornal do Brasil e o terceiro da América Latina, o primeiro a utilizar um prelo mecânico na América Latina, provavelmente o primeiro impresso em rotativa1 e o primeiro brasileiro a usar linotipos para a composição do texto. Foi também o introdutor dos folhetins de rodapé.

Seu fundador foi o francês Pierre-René-François Plancher de la Noé, que chegara ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1824 a bordo do navio *La Cécile*. Era livreiro e editor e veio acompanhado de um impressor, Justin Victor Cremière. Trazia na bagagem uma tipografia completa, com prelos e caixas de tipos, e um grande número de catálogos e livros por ele editados.

Entusiasta partidário de Napoleão, Plancher, de família aristocrática, tinha aberto em Paris uma *maison d'édition* em 1812. Com o retorno dos Bourbon ao trono, publicou diversas obras filosóficas e políticas, mas foi preso, em 1815. Já solto, editou as obras completas de Voltaire em 42 volumes, além de algumas de Benjamin Constant, e foi o primeiro editor de Sir Walter Scott em francês. Em 1820 reabriu a livraria em Paris, mas, quando o conde d'Artois, que em 1824 assumiria o trono com o título de Carlos X, começara a agir com poderes absolutos, Plancher, com medo de ser preso, decidiu emigrar ao Brasil, para onde já tinha viajado um bom número de bonapartistas.

Ao chegar, quase foi deportado ao ser confundido com um tipógrafo francês revolucionário e falsário, mas conseguiu convencer o imperador d. Pedro I do equívoco e se comprometeu a naturalizar-se brasileiro — quando a pressão diminuiu, deixou a promessa de lado. Um mês depois de desembarcar se instalou no Rio com uma livraria e a Imperial Typographia. Em

junho, inaugurou as oficinas, com os dois prelos Stanhope, os mais modernos da época (ver p. 432), que tinha trazido, nos quais imprimia folhinhas, livros e calendários, e depois imprimiu a primeira novela brasileira. A tipografia era operada por Cremière, com dois ajudantes franceses e alguns escravos. Com grande facilidade para fazer relações com os poderosos e adaptar-se às circunstâncias, Plancher conseguiu rapidamente o título de impressor imperial e isenção de impostos.

Ainda em junho de 1824, quatro meses depois de sua chegada ao Rio e dezoito dias depois de inaugurar a tipografia, lançou um jornal, *O Spectador Brasileiro. Journal Politico, Literario, e Commercial*, anunciando que circularia todos os dias, "excetuando-se os Domingos e os dias Santos", mas no começo foi publicado apenas às segundas, quartas e sextas, passando a diário a partir de maio de 1826, quando se reunia a Assembleia Legislativa.[2]

Plancher lançaria também outros jornais, como *L'Indépendant, "feuille de commerce, politique e litteraire"*, o primeiro jornal em francês no Brasil, e *O Espelho Diamantino*, o primeiro jornal de moda.

"CASAMENTO POR UMA RIFA"

O *Spectador* seguiu o modelo de jornais franceses e ingleses, e seu título talvez tenha sido inspirado no *The Spectator* de Londres, semanário de grande prestígio. Era uma publicação polêmica, movimentada, nacionalista, conservadora e defensora do imperador d. Pedro I. Participou dos debates do momento e polemizou com ardor com as folhas liberais. Como diria mais tarde o *Jornal do Commercio*, tinha "a feição panfletária das folhas ardentes do tempo". Plancher escrevia ocasionalmente, num estilo "nervoso e buliçoso", sob o pseudônimo, totalmente transparente, de "Hum Francez Brasileiro". Publicava também informações do exterior com inevitável atraso: na edição de 1º de maio imprimiu uma notícia de São Petersburgo de 24 de janeiro.

Plancher tinha uma extraordinária noção de marketing. Lançou várias loterias para promover o jornal, tendo sempre o cuidado de evitar perguntas embaraçosas acerca do primeiro prêmio. Numa ocasião inventou um casamento pela loteria. Publicou um falso anúncio, bem-humorado, no número quatro do *Spectador*, com o título "Casamento por uma rifa".

> Um mancebo de bom caráter, bonito garbo, tendo todas as perfeições físicas que podem agradar, que quer mas não pode procurar uma mulher, sem ter adquirido uma fortuna, que o ponha em estado de tratar sua consorte com todo o melindre de que as Senhoras são merecedoras, propõe o meio seguinte obter o objeto de seus desejos. Ele oferece por dote o produto de uma Loteria a todas as Viúvas e Donzelas que tenham menos de trinta e dois anos.

O preço de cada um dos seiscentos bilhetes era de vinte réis. A feliz proprietária do número premiado "terá direito a sua pessoa e aos doze contos de réis" que pretendia arrecadar.

O número seis do *Spectador* informava que era tal a corrida compradora que por exigência do

público excluía da loteria as mulheres de cor e que havia muitos pedidos para ver o Formoso Estrangeiro (curiosidade natural ao sexo, sobretudo em tal circunstância), antes de comprar o bilhete, mas que as donzelas ficariam satisfeitas com um retrato "do herói da rifa". O *Spectador* disse que, no dia da rifa, "o feliz estrangeiro estará presente", mas até lá encomendara um retrato para expor às interessadas o objeto de seus desejos. Para manter o suspense, a edição seguinte dizia que os bilhetes estavam acabando. A demanda foi tão grande que um concorrente, o *Diario do Rio de Janeiro*, teve que informar que não vendia "os tristes bilhetes" e pedir que as pessoas não fossem até o jornal para comprá-los.

Finalmente, o *Spectador* informou na edição de número treze que "uma linda senhora, nascida na Europa, gozando de boa fortuna" e de apenas 22 anos, "oferece seus bens e seu coração ao belo estrangeiro". A loteria, portanto, era anulada e pedia às pessoas que tinham comprado os bilhetes que fossem à livraria para serem reembolsadas. A promoção certamente tornou o jornal mais conhecido, mas não se sabe se conseguiu um grande aumento no número de assinaturas entre o público feminino do Rio.

Grato pelos favores recebidos quando chegara, Plancher tornou o *Spectador* um defensor do imperador e de sua política cada vez mais conservadora, ao lado do *Diario Fluminense*, o novo nome do *Diario do Governo*. Polemizou com os jornais liberais, como a *Astrea*. Foi acusado de "corcunda", isto é, partidário dos portugueses, que apoiavam d. Pedro I ante os nativistas brasileiros. Evaristo da Veiga, antes de fundar a *A Aurora Fluminense*, chegou a colaborar no *Spectador*, mas afastou-se do jornal pelo caráter crescentemente governista que estava adquirindo.

Segundo Luís Antônio Giron,3 foi no *Spectador* que começou a crítica musical no Brasil, a partir de junho de 1826, principalmente dos espetáculos de ópera e música lírica do Imperial Theatro de São Pedro d'Alcantara. A primeira crítica, de um escritor que não era especializado em música, teve o título "Representação d'Adelina".

Em maio de 1827, o *Spectador* publicou uma carta considerada ofensiva à Assembleia Geral do Império provocando uma polêmica com a participação do próprio imperador, que aproveitou a oportunidade para hostilizar a Assembleia através da *Gazeta do Brasil*, um pasquim financiado pelo governo. O *Spectador* foi atacado por publicar a carta.

É provável que Plancher tenha utilizado esse evento como pretexto para anunciar o fechamento do jornal. Disse que o *Spectador* não era responsável pelas opiniões das cartas que publicava, e que não tinha participado da polêmica, conservando a mais estrita neutralidade, mas que, devido a um artigo publicado na *Astrea*, resolvia deixar o campo de batalha. Na verdade, já tinha um projeto para publicar uma folha menos polêmica, de informações comerciais. Defender o imperador, cada vez mais impopular, estava ocasionando um desgaste para a casa comercial Seignot-Plancher.

PARA O HONRADO CORPO DO COMÉRCIO

Em 1º de outubro de 1827 Plancher lançou o *Jornal do Commercio*. O nome foi inspirado no *Journal du Commerce*, publicação francesa fundada em meados do século XVIII, de tendência liberal e antiescravagista. Posteriormente mudaria de orientação e de nome, para *Le Commerce*.

O *Jornal do Commercio* não foi uma continuação de *O Spectador Brasileiro*, mas do *Diario Mercantil*, uma folha fundada em novembro de 1824, impressa por Plancher, que por sua vez era sucessora da *Folha Mercantil*, lançada um ano antes. Isso levou Gondin da Fonseca a dizer que a data de nascimento do *Jornal do Commercio* deveria ser recuada em pelo menos três anos.4 Ao comprar de Manuel Ferreira & Cia o *Diario Mercantil* por um conto de réis, Plancher montava a base para o lançamento do novo jornal e, ao mesmo tempo, eliminava um concorrente. O *Diario Mercantil* ainda circularia no mês de outubro, paralelamente ao *Jornal do Commercio*, publicando sua última edição no dia 31. Certamente, Plancher, um homem prudente, quis primeiro assegurar-se da boa receptividade antes de fechar o *Diario* de maneira definitiva (ver figura 29).

Para reforçar mais ainda o conteúdo e competir melhor com o *Diario do Rio de Janeiro*, Plancher incorporou também a seu novo jornal publicações comerciais que eram impressas em sua tipografia, como os *Preços Correntes dos Gêneros de Importação em Grosso*, as *Notícias Marítimas* e o *Movimento das Importações e Exportações*, editados por Thomas B. Hunt e J. C. Ramm, aos quais propôs uma associação com o *Jornal do Commercio*. Só Hunt aceitou.

No primeiro número, com quatro páginas de 21 x 30 cm, escreveu: "Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes conterá diariamente tudo o que diz respeito ao Comércio, tanto em Anúncios como em Preços Correntes exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações etc.". Acrescenta que os "proprietários [...] não pouparão nem despesas nem zelo para tornar esta empresa digna da aceitação pública" e pede "a proteção e assistência do honrado Corpo do Comércio".

Também na primeira página publica as "Notícias marítimas", com informações de entradas e saídas de navios, e de embarcações à venda. Ao contrário do *Spectador*, eminentemente político e polêmico, o novo jornal tinha uma finalidade prática: ser útil, com informações para os comerciantes do Rio.

Segundo Estevam Leão Bourroul, no começo, o *Jornal do Commercio* "não era diário: grosseiramente impresso, apenas com duas páginas em meia folha do pior papel, em papel de embrulho, contendo apenas notícias do movimento do porto e outras as mais comuns. Ainda assim, o *jornaleco* foi bem aceito pelo comércio da capital do Império". Ele reforça sua impressão negativa transcrevendo a opinião de J. M. de Macedo: "O mais rude, o mais incompleto, o menos digno órgão do comércio foi o melhor porque era o único".5

O papel e a impressão eram realmente bastante precários, mas certamente não é correto afirmar que ele foi bem aceito por ser o único. Antes de o *Jornal do Commercio* ser lançado já existia o *Diario do Rio de Janeiro*, que ocupava precisamente esse mesmo mercado de informação econômica e de anúncios (ver p. 223). O jornal foi bem aceito pela abundância e qualidade de

suas informações comerciais úteis, pelas notícias extraídas dos jornais estrangeiros e, mais adiante, pelos comentários sobre a vida política. E era, desde o princípio, uma folha diária.

Em dezembro de 1827, dois meses depois do lançamento, alegava ter novecentos assinantes e anunciava um aumento do preço da assinatura, fazendo algumas contorções aritméticas para provar que, apesar do preço elevado, era mais barato que os outros jornais. Passou a custar 12 mil-réis por ano, período em que publicava trezentas folhas. *A Aurora Fluminense* cobrava 8 mil-réis, o *Echo*, 9600 réis e o *Diario Fluminense*, 20 mil-réis. O *Jornal* afirmava, porém, que cada página impressa custava quarenta réis, enquanto a dos concorrentes saía por 76, 91 e 67 réis respectivamente; mas publicou informações conflitantes ao afirmar que tinha quatrocentos assinantes no fim de 1827.

PORTUGUESES OFENDIDOS

Já no segundo semestre de 1828, passada a reação negativa provocada pelo *Spectador*, o *Jornal do Commercio* anunciava ser "Folha Commercial e Politica", o que na prática significava publicar também informações políticas e, para acomodar o aumento do conteúdo, aumentava o formato do jornal, sem alterar o valor da assinatura. As mudanças foram bem recebidas. O jornal passou a dedicar semanalmente espaço à literatura e ao teatro. *A Aurora Fluminense* dizia que o *JC* era escrito num "português mestiço".

Félix Pacheco, que foi diretor um século depois, afirmou que o *Jornal do Commercio* não apoiava abertamente o governo nem era oposicionista, o que sugere que Plancher não queria desagradar quem fora seu protetor, mas também não estava disposto a assumir o ônus de sua defesa aberta. No entanto, como escreveu Octavio Tarquinio de Sousa, o *Jornal do Commercio* era um dos jornais "absolutistas", ao lado do *Diario Fluminense*, do governo, e d'*O Analista*, que combatiam os liberais e apoiavam o gabinete.6 Não tinha, porém, a agressividade e o descontrole do jornal do governo, por exemplo. Diferenciava-se de outras folhas por seguir o padrão dos jornais ingleses de tratar da política sem ser um panfleto, mas era difícil escrever sobre assuntos polêmicos sem ferir suscetibilidades.

Em 11 de agosto de 1830, o jornal publicou um artigo de Julio César Muzzi que a colônia portuguesa considerou altamente ofensivo. Dizia que os portugueses seriam os melhores colonos para o Brasil e que o país estaria em melhor situação se, desde a época do descobrimento, em vez dos "miseráveis escravos Africanos", o governo de então tivesse povoado o Brasil com portugueses. Mas agora "se devia animar a emigração de todos os países da Europa, menos de Portugal e ilhas" e "tratando nós de colonização, devíamos excluir a Portuguesa; por ser esta nação dada geralmente ao comércio, e por isso imprópria para tal fim, como se tem observado; nós não temos *raivinha* contra os Portugueses". O texto esclarecia que eles poderiam ser muito proveitosos, "porém, como colônia, nunca".

O artigo era uma das manifestações do medo existente na época de que o Brasil fosse

novamente colonizado por Portugal, dados o poder e a influência dos portugueses no Rio de Janeiro. A reação foi imediata. Os comerciantes portugueses cancelaram a assinatura, fizeram manifestações na porta do jornal e pareciam dispostos a depredar o edifício.

Para acalmar os ânimos, no dia seguinte, 12 de agosto, Plancher decidiu tranquilizar os portugueses e escreveu que, "ouvindo o parecer de muitos Comerciantes desta Praça", decidira fazer várias mudanças, "começando pela do Redator". Julio César Muzzi foi demitido e passou a trabalhar na *Aurora Fluminense*. Até o nome do jornal foi mudado; voltou a chamar-se *Diario Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*, e Plancher disse que recusaria artigos de política e de polêmica com outros jornais. A direção foi entregue a seu sócio Thomas Hunt; a empresa foi colocada em nome de Émile Seignot-Plancher, seu filho de dezesseis anos. No entanto, o jornal continuou tratando de questões políticas, dessa vez fazendo oposição a d. Pedro I, extremamente impopular, que abdicou em 7 de abril de 1831, e o jornal publicou sua carta de despedida. Muzzi, o jornalista demitido, voltou pouco depois à redação e a publicação recuperou seu nome em setembro.

Em pouco tempo se transformou numa fonte de informações confiável e num excelente negócio. Ao contrário das folhas eminentemente doutrinárias, algumas das quais o superavam em tiragem e prestígio, mas que eram efêmeras pela sua natureza e chegavam ao fim quando alcançavam seus objetivos políticos ou eram fechadas pela força, o *Jornal do Commercio* se consolidou como empresa, sob a esperta orientação de Plancher. Suas notícias eram fidedignas, desvinculadas das opiniões do jornal, e seu tom, com raras exceções, era moderado. Ele contratara um taquígrafo, que acompanhava os trabalhos da Assembleia.

Os pequenos anúncios de casas para alugar e mercadorias para vender atraíram leitores e proporcionaram receita. Mas havia espaço para emocionados anúncios pessoais, como um que começava assim: "Não é novo querer minha mulher Luiza Maria de Azevedo divorciar-se, sem ter motivos que justifiquem uma separação temporária, e muito menos perpétua; porque mulher é sempre mulher! e boa mulher".

Mas foram os classificados de escravos, informando sobre os navios que chegavam da África com uma nova carga humana ou oferecendo recompensa para capturar servos fugitivos, um dos pilares que sustentavam a empresa. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* mencionou a "mina dos anúncios dos escravos fugitivos e por vender". O *Jornal do Commercio* combatia a escravidão, mas lucrava com ela.

Esses anúncios refletiam, sem interrupção, a economia e a vida patriarcais do Império, como disse Gilberto Freyre.7 Ele menciona um viajante inglês, R. Walsh, que escreveu em 1830: "*O Journal* [sic] *do Commercio*, como o *Diario* [*do Rio de Janeiro*], é um impresso em papel deplorável, e a tipografia tão ruim que é dificilmente legível, mas é muito mais procurado que qualquer outro. Está quase que inteiramente cheio de editais e anúncios; cada edição contendo de 80 a 100". Quarenta anos mais tarde, outro excelente observador estrangeiro, Charles Pradez, segundo Freyre, escreveu: "Cada dia, nesta grande cidade do Rio de Janeiro, quatro colunas do

Journal [sic] *do Commercio* são consagradas aos anúncios das mutações deste singular gênero de propriedade. Primeiro, são os escravos para alugar, depois os que estão à venda, sem contar os negros anunciados em venda pública".

PROPRIETÁRIOS AUSENTES

Pierre Plancher decidiu voltar à França depois da queda do rei Carlos X em 1830 e do restabelecimento das liberdades constitucionais. Ofereceu o jornal, a tipografia e a livraria a um empregado, Hercule Florence, um jovem litógrafo francês de pouco mais de vinte anos, que recusou. Preferia acompanhar, como desenhista, o cônsul-geral da Rússia, o barão de Langsdorff, numa expedição pelo Brasil. Plancher insistiu e melhorou a proposta, mas não conseguiu demovê-lo. Florence seguiu viagem pelo rio Tietê, em São Paulo, Mato Grosso, Pará e Amazonas. Anos depois comentaria que se tivesse aceito a proposta estaria rico.8 É considerado o pioneiro da fotografia no Brasil.

Plancher vendeu o negócio em 1832 a dois franceses, Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougenot por 52 contos e 664 mil-réis, que não pagaram à vista. Eles colocaram como condição que Plancher continuasse na direção durante dois anos. Nessa época o *Jornal* já tinha conseguido setecentos assinantes. Ao embarcar para a França em 1834, ele deixava o jornal ainda mais próspero e se tornava seu representante em Paris.

No mesmo ano, o *Jornal do Commercio* teve que enfrentar a concorrência do *Diario Commercial*, uma folha lançada para substituir o *Le Messager: Journal Politique et Littéraire*. Era, possivelmente, a primeira tentativa de Eduardo Laemmert começar seus negócios no Brasil, um recém-chegado que tinha comprado uma impressora de ferro na Alemanha. Ele lançou uma "folha diária especialmente comercial", que polemizou com o *Jornal do Commercio*, mas fechou no mesmo ano. Plancher escreveu satisfeito de Paris a Villeneuve e Mougenot:9 "le *Diario Commercial* n'est plus!" [O *Diario Commercial* não existe mais!], e acrescentou "eu vos garanto que esta notícia me dá o mais vivo prazer!". Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert ganhariam fama como importantes livreiros e editores no Rio.

O principal concorrente continuava sendo o *Diario do Rio de Janeiro*, a folha de maior circulação, mas dez anos depois de seu lançamento, o *Jornal do Commercio* se consolidava e o ultrapassava, continuando com sua política de não indispor-se com o governo. Em agosto de 1832, em resposta à afirmação da *Aurora Fluminense* de que o *Jornal* tratava "de se congraçar com os da administração existente e de fazer sua transição por modo que a ninguém desgoste", respondeu que não precisava se congraçar com os homens da administração e que "união com o *Governo legítimo* foi e será sempre a sua máxima" e acrescentou que o "*Jornal do Commercio* nunca foi e nunca será um jornal de partido". A informação do exterior continuava chegando com grande atraso. A morte de d. Pedro em Portugal em 24 de setembro de 1834 somente foi publicada em 27 de novembro, mais de dois meses depois.

Pouco após comprarem o jornal, os dois sócios se desentenderam e Mougenot vendeu sua parte. Junius Villeneuve, filho de um general de Napoleão, tinha 21 anos quando foi contratado pela Marinha do Brasil, lutou nas guerras do rio da Prata como segundo-tenente e, licenciado, foi morar no rio da Prata. O preço total pago por Villeneuve a Plancher e a Mougenot pelo *Jornal do Commercio* foi de noventa contos de réis.

Uma vez dono, ele investiu em equipamentos e na redação. A família Villeneuve controlou o jornal durante mais de meio século, dando-lhe continuidade e estabilidade. Ausentes na maior parte do tempo, os donos não intervieram diretamente na gestão, mas deram a orientação. O *Jornal do Commercio* tornou-se a publicação mais importante e influente da época e deixava de ser uma folha comercial para tornar-se o principal veículo de formação da opinião pública. Mas, como disse o jornal em seu centenário, não esquecia quem era seu público principal: "Os permanentes interesses das classes conservadoras encontravam sempre guarida e proteção nas suas colunas".

A partir da agitada fase da Regência nos anos de 1830, o jornal foi contido, equilibrado, moderado e muito bem informado. O verdadeiro orientador, tanto da redação como da gestão da empresa, foi François Antoine Picot, de origem francesa, mas nascido em Zara, na Dalmácia. Ele se naturalizou brasileiro e mudou o nome para Francisco Antonio. Entrou no jornal em 1831, com 21 anos, na época de Plancher, que o considerava "um dos melhores jornalistas da folha", e casou com uma enteada de Junius Villeneuve, o novo proprietário. Em 1837 já era sócio e braço direito de Villeneuve. Desde então, até perto do final do século, foi o verdadeiro artífice do *Jornal* (ver figura 28).

Em 1832, foi necessário aumentar o formato para 37 x 40 cm para acomodar mais anúncios e mais informações, e em 1835, para 31 x 43 cm. O jornal continuava com quatro páginas. Em maio de 1836, o *Jornal do Commercio* escreveu que, como o número de assinantes tinha chegado a mais de 2 mil, era impossível entregá-lo no horário normal. Ele raras vezes entrava no prelo às dez da noite, muitas vezes à meia-noite e até mais tarde. Como eram necessárias dez horas de trabalho para a impressão, com os dois prelos de ferro, era difícil acabar de distribuí-lo antes das dez ou onze da manhã. Importou-se um prelo mecânico de Paris — "o primeiro a passar pelo Equador" —, que fazia a impressão em duas horas. Às seis da manhã, o jornal estava distribuído. No ano seguinte foram importados novos tipos, mais elegantes, para a composição.

As páginas do jornal continuaram aumentando de tamanho. Segundo Francisco de Souza Martins, o

> *Commercio* principiou em 1827 do tamanho de uma folha de papel almaço de marca vulgar: em 1833 aumentou a maior formato, e em 1838 avultou ao ponto em que o vemos hoje, competindo em tamanho, em variedade e interesse das matérias contidas em suas colunas e na nitidez e correção da impressão, com os mais acreditados jornais de França e da Inglaterra.

Mas acrescenta: *O Mercantil* rivaliza com o *Jornal do Commercio* em todas estas qualidades, e o

Diario do Rio aproxima-se-lhes.

Francisco de Souza Martins diz ainda que a tipografia do *Jornal* "é incontestavelmente a mais importante", e informa que tem três correspondentes no exterior: na França, em Portugal e em Montevidéu.10

O MAIS TERRÍVEL ANTAGONISTA

O *Jornal do Commercio*, segundo reconheceria em seu centenário, precisou lutar com "o mais terrível de quantos antagonistas — antes e depois — teve ele de enfrentar em sua longa vida de imprensa": *O Despertador, Diario Commercial, Politico, Scientifico e Litterario*, "especialmente dedicado ao comércio e aos outros ramos da indústria", que lhe ofereceu "combate franco e decisivo". Fora fundado em março de 1838, pelo português José Marcellino da Rocha Cabral, homem de talento e influente na colônia portuguesa, que participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do Real Gabinete Português de Leitura.

O novo jornal, constituído por uma sociedade por ações, contava com abundantes recursos e montou uma tipografia com equipamentos modernos. A lembrança do artigo de Muzzi contra a imigração portuguesa, publicado alguns anos antes no *Jornal do Commercio*, pode ter levado os comerciantes portugueses a apoiar o lançamento de *O Despertador*.

Rocha Cabral conseguiu aliciar o redator comercial, um dos mais importantes do *Jornal*, e contratou algumas das penas mais notórias da época, como Francisco de Salles Torres Homem, famoso jornalista do Império, protegido de Evaristo da Veiga, que foi o diretor do *Despertador*, autor dos mais desabridos ataques contra o *Jornal do Commercio* e que mais tarde seria presidente do Banco do Brasil e ministro da Fazenda; José da Gama e Castro; Firmino Rodrigues Silva, jornalista conservador e futuro senador. *O Despertador* adotou uma linha liberal, de apoio ao governo durante a Regência, e defendeu a maioridade de d. Pedro. Era uma espécie de porta-voz do grupo Progressista.

Houve, literalmente, uma guerra sem quartel entre os dois jornais, na qual o *Jornal do Commercio* pôs à prova seu instinto de sobrevivência. A redação usava com frequência a seção de correspondência para responder anonimamente a *O Despertador*. Ante uma acusação de plágio, o *Jornal* respondeu que para o público era absolutamente indiferente que os artigos "sejam inteiramente ou em parte de nossa pena", desde que interessantes e úteis, ou que por ter melhor opinião do talento dos outros "copiemos deles" em assuntos com "íntima ligação com os interesses do comércio". Por sua vez, acusou seu rival de "republicanismo", "fanatismo", "materialismo", e também do contrário: de ser extremamente conservador e catolicista. *O Despertador* disse que seu concorrente era uma "folha francesa". Por esse motivo ou não, Villeneuve se naturalizou brasileiro em 1840.

O Despertador teve grande influência no Rio de Janeiro e, segundo a *Revista do Instituto Histórico*

e Geográfico Brasileiro, foi um diário monumental na história da nossa imprensa. No período em que era dirigido por Torres Homem polemizou também com *O Brasil* de Justiniano José da Rocha.

Mas, exausto e parco de recursos, o jornal teve que fazer uma nova emissão de ações em 1840, elevando o capital a 120 contos. O *Jornal do Commercio* aumentou ainda mais a competição ao contratar taquígrafos para registrar e publicar os debates e as decisões da Câmara e do Senado, um dos motivos que levou seu competidor a acusá-lo de "monopolizador". Alguns redatores de *O Despertador* passaram para o *Jornal*, que aumentou o formato, melhorou o papel, comprou novos tipos, aprimorou a impressão, reforçou a redação e publicou mais informação comercial, mais folhetins e mais artigos de fundo do que nunca. Torres Homem afirmou que Villeneuve ainda devia dinheiro a Plancher pela compra do jornal, e ele teve que publicar suas contas para desmenti-lo.

O Despertador estava nas últimas. Tinha cada vez menos assinantes, cujo número teria caído para apenas 1400. Rocha Cabral afirmou que o *Jornal* fazia melhoramentos sucessivos para obrigar *O Despertador* a acompanhá-lo e quebrá-lo por falta de recursos, e foi o que realmente aconteceu. A folha começou a ter letras protestadas e em 1841 fechou as portas. Rocha Cabral ficou arruinado.

Segundo Torres Homem, o *Jornal do Commercio* foi financeiramente ferido durante a briga. De 1832 a 1835, teria ganhado oito contos por ano, e nos dois anos seguintes, quinze contos, mas em 1838, quando foi lançado *O Despertador*, teria perdido oito contos, e mais quinze contos em 1839. Torres Homem concluiu, talvez corretamente, que o jornal enfrentava problemas econômicos. Depois de fechado o concorrente, o *Jornal do Commercio* teve que reconhecer que o aumento de circulação não tinha compensado o acréscimo de despesas e anunciou um reajuste substancial no preço das assinaturas. Sua situação melhorou em 1841, quando o *Correio Official* deixou de circular e o *Jornal do Commercio* passou a publicar os atos do governo. Assegurou, porém, que não era "folha oficial" e disse que, em anos anteriores, publicara os debates no Parlamento sem receber "um real de estipêndio".

Um antigo redator de *O Despertador*, o francês Miguel Noel Burnier, fez uma realista avaliação da imprensa da época e das razões do fracasso do jornal. Numa carta, mencionou "o despotismo que na imprensa periódica exerciam os proprietários do *Jornal* [do] *Commercio* antes de aparecer *O Despertador* e os melhoramentos consideráveis a que os obrigou a existência de um concorrente". Segundo ele, a única folha que o enfrentava era o *Diario do Rio de Janeiro*, mas havia uma distância imensa entre eles, de modo que não podia ser considerado um concorrente, sendo apenas um excelente periódico de anúncios.

Para Burnier, o *Jornal* era a "folha oficial do governo" e estava intimamente ligado ao partido no poder, e por isso preparou um projeto para um diário alternativo. Para enfrentar o *Jornal do Commercio*, Burnier dizia que não era possível fazer um jornal superior ou mesmo igual a *O Despertador*, devido ao custo elevado. Ele chegou ao fundo da questão ao afirmar "que não é

possível que dois periódicos como *O Despertador* e o *Jornal do Commercio* existam ao mesmo tempo e prosperem no Rio de Janeiro: o número de assinantes não chega a sustentar a ambos".

Burnier acreditava que um competidor deveria ser inferior ao *JC*, com menos assinantes e menos despesas. Segundo ele, "há de ser inferior na parte comercial", a parte mais dispendiosa da redação, e ter menos notícias dos mercados das províncias e estrangeiros; deveria ser igual em anúncios e correspondências dos leitores, pelo menos igual em folhetins e novelas, e superior na parte política e industrial. No exterior, contaria com um correspondente em Paris. O formato seria menor, e a circulação esperada era de 1200 assinantes. Burnier detalha as despesas e receitas, com expectativa de um lucro de 600 mil-réis por trimestre, prevendo um capital inicial de vinte contos de réis. Não consta que o projeto tenha sido levado em frente, mas seus estudos mostram em detalhes a estrutura e os custos de uma empresa jornalística da época.

O *Jornal do Commercio* saiu do embate com *O Despertador* bem mais completo, melhor equipado e com 2500 assinantes, superando o *Diario do Rio*, que tinha 2200. Em termos de prestígio, o concorrente "já não lhe fazia grande sombra", como se dizia. A folha de maior circulação, no entanto, ainda era o *Correio Mercantil*, com 2700 assinantes, porém com menor influência. Com a aquisição de um prelo mecânico, o *Jornal do Commercio* conseguiu qualidade e nitidez que lhe permitiu igualar-se, em qualidade de impressão, aos melhores jornais da Europa.

OS MISERÁVEIS, O CONDE DE MONTECRISTO

Na obra *Não contem com o fim do livro*, o escritor e roteirista francês Jean-Claude Carrière comenta admirado, com o escritor italiano Umberto Eco, sua surpresa ao encontrar na biblioteca do grande colecionador brasileiro José Mindlin uma edição de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, traduzida para o português e impressa no Rio de Janeiro em 1862 — mesmo ano da edição francesa. Carrière talvez ficasse ainda mais admirado se soubesse que o romance de Victor Hugo foi publicado no Brasil, pelo *Jornal do Commercio*, antes que na França.

Precedida por uma extraordinária expectativa no mundo das letras, a publicação de *Les Misérables* fora colocada em leilão. A vencedora foi a editora belga A. Lacroix, Verboeckhoven et Cie., que pagou 500 mil francos (cerca de duzentos contos de réis, uma quantia muito elevada). O fato de que nesse momento Victor Hugo estava exilado na Bélgica deve ter contribuído para o resultado. Os principais jornais da época tentaram fazer acordos com a Lacroix11 para ter os direitos de reprodução. *Le Temps*, o diário francês de maior prestígio, ofereceu 200 mil francos (oitenta contos), mas não levou. Quem conseguiu o contrato de exclusividade para publicação de *Os miseráveis* na imprensa foi o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, que passou a receber os capítulos do romance assim que eram impressos, antes de a obra ser posta à venda na Bélgica.

O livro com a primeira parte de *Les Misérables* foi publicado em Bruxelas no dia 30 de março de 1862 e, simultaneamente, em Paris e outras capitais em 3 de abril. No entanto, nessas datas, os primeiros capítulos da obra já tinham sido lidos no Brasil. No dia 10 de março de 1862, o

Jornal do Commercio dizia a seus leitores que "assegurou-se o prazer de oferecer aos seus assinantes a leitura desse livro, cuja reprodução hoje encetamos, antes mesmo que em Paris alguém o tenha visto".12 Não mencionou quanto pagou pela exclusividade. O romance foi publicado como folhetim, em capítulos diários, no *Jornal do Commercio*.13 As edições se esgotavam assim que chegavam à rua, e o número de assinaturas aumentou substancialmente. Nesse mesmo ano de 1862, o romance de Victor Hugo foi publicado no Brasil, pelo jornal, em forma de livro, na edição que surpreendeu a Jean-Claude Carrière (ver figura 35).

Anos antes, em 1845-6, o *Jornal do Commercio* tinha publicado outro romance-folhetim de grande sucesso, *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, depois de sair em Paris no *Journal des Débats*. Em 1853 surgiu uma continuação desse romance, *A mão do finado*, que foi publicada pelo *Diario do Rio de Janeiro*14 (ver p. 224).

Gondin da Fonseca escreve que, quando um brasileiro em Paris mostrou o jornal a Dumas, para que soubesse como era conhecido no Rio, ele ficou chocado: não tinha escrito *A mão do finado* nem pretendera fazer uma continuação para *O Conde de Monte Cristo*, conforme explicou numa carta para o *Jornal do Commercio* datada de 20 de outubro de 1853, que foi publicada em 31 de janeiro do ano seguinte, em francês, acompanhada da tradução:15

> Monsieur,
>
> J'apprends que l'on publie à Rio, c'est-à-dire dans une des villes de l'Amérique du Sud, où je tiens le plus à être connu à cause de la bienveillance que m'ont toujours temoignée les lecteurs que j'ai dans cette belle et poétique ville, un roman que l'on fait passer pour être de moi et que l'on annonce comme la suite de Monte-Christo.
>
> Je n'ai jamais fait, et, quoique bien souvent solicité de le faire, je ne ferait probablement jamais la suite de ce livre etc.
>
> Senhor,
>
> Fiquei sabendo que foi publicada no Rio, isto é, numa das cidades da América do Sul onde tenho a honra de ser conhecido devido à boa vontade que sempre me demonstraram os leitores que tenho nessa bela e poética cidade, um romance que me foi atribuído e que se anuncia como a continuação de Monte Cristo.
>
> Eu nunca fiz, e, embora tenha sido insistentemente solicitado a fazê-lo, provavelmente nunca farei a continuação desse livro etc.

A carta termina assim:

> Peço-lhe pois a fineza, sr. Redator, cujo jornal tão espalhado está no mundo literário e político, de desmentir em meu nome essa notícia que será talvez de pouca importância para os outros, mas de uma certa gravidade para mim. Digne-se aceitar, sr. Redator, os meus mais sinceros agradecimentos. Paris, 20 de outubro de 1853 — Alexandre Dumas.

O PRIMEIRO JORNAL

O *Jornal do Commercio* foi o introdutor do folhetim no Brasil. Publicado no rodapé do jornal, quase sempre na primeira página, era um espaço reservado ao entretenimento. Podia ser tanto um romance por capítulos [*roman-feuilleton*], a variedade mais conhecida, como um tipo de ensaio leve sobre variedades, geralmente semanal, que evoluiu para a crônica atual, ou uma crítica de livros, música ou teatro (ver p. 232).

O romance-folhetim começou em Paris, em 1800, no *Journal des Débats*.[16] Recebeu um grande impulso na década de 1830 quando Émile de Girardin publicou uma tradução do romance anônimo espanhol do século XVI *El Lazarillo de Tormes* em 1836 e depois pediu a vários romancistas que escrevessem histórias para serem publicadas em seu jornal *La Presse*. O primeiro foi Balzac, que escreveu *La vieille fille*, publicado também em 1836. Victor Hugo, Alexis de Tocqueville e Alphonse de Lamartine também colaboraram com o jornal. Em alguns anos, as vendas de *La Presse* triplicaram.[17]

No Brasil, o *Jornal do Commercio* publicou folhetins em agosto de 1828, mas deu pouca continuidade a eles. Tornaram-se mais frequentes em 1836, mas a febre do romance-folhetim se daria somente a partir de 1838, quando a imprensa brasileira seguiu o exemplo de *La Presse*. Em 31 de outubro desse ano toda a primeira página do *Jornal do Commercio* foi ocupada pelo primeiro capítulo de *O capitão Paulo*, o primeiro folhetim de Alexandre Dumas, traduzido por Julio César Muzzi, o redator que provocara a irritada reação da colônia portuguesa no Rio anos antes (ver p. 238). Nos dias seguintes, a continuação do romance foi publicada no rodapé da primeira página. A obra tinha saído no *Le Siècle*, de Paris, cuja circulação aumentou em 5 mil exemplares. No Brasil, o primeiro jornal a publicar *O capitão Paulo* foi *L'Écho Français*, um semanário do Rio de Janeiro cujo proprietário era Junius de Villeneuve, o mesmo do *Jornal do Commercio*.

O romance-folhetim passou a atender um ávido público consumidor e foi usado pela imprensa brasileira para atrair leitores e aumentar a circulação. Obras como *Os três mosqueteiros*, de 1844, *Os miseráveis* e *O conde de Monte Cristo* foram decisivas para fazer do *Jornal do Commercio* o diário mais lido do Rio durante um longo período.

Na edição das *Proezas de Rocambole*, publicadas simultaneamente no Rio e em Paris, e que se estendeu durante vários anos, com diferentes títulos, houve episódios realmente rocambolescos. No Rio, quando o navio que trazia novos episódios do folhetim atrasou, o *Jornal do Commercio* ficou ameaçado de interromper temporariamente a publicação de *Rocambole*. Mas, para não decepcionar os leitores, o tradutor João Carlos de Souza Ferreira, que ocuparia o cargo de redator-chefe do jornal, decidiu escrever alguns capítulos por conta própria e matou alguns personagens. Ao chegar o navio com os episódios atrasados, ele percebeu que os personagens que ele matou ainda estavam vivos, e teve que usar de novo da imaginação para ressuscitá-los. Como os episódios originais eram tão inverossímeis como os inventados por ele, os leitores, pouco exigentes, nada perceberam.

O *Jornal do Commercio* dizia que *Rocambole* era o "infindável". De fato, depois que seu autor, o francês Ponson du Terrail decidiu matar o protagonista, o diretor do jornal francês *La Patrie* pediu que ressuscitasse o herói, porque, se perdesse os milhares de leitores que tinha ganho com as peripécias do personagem, o jornal fecharia. Apareceu assim *A ressurreição de Rocambole*.[18]

Numa ocasião anterior o jornal agiu com mais prudência e avisou a seus leitores que era obrigado a suspender a publicação de *O conde de Monte Cristo* por não ter chegado ainda de Paris a continuação do folhetim, mas oferecia, em seu lugar, *Alameda das viúvas*, "que em nada lhe

cede em interesse e movimento". O *Conde* somente voltaria um mês e meio depois. Mas voltou a desaparecer das páginas, substituído pela *Rainha Margot*, até que o conde reapareceu e a história foi concluída.

Ubiratan Machado menciona "a qualidade duvidosa das traduções, seja pela infidelidade grosseira ao original, seja pelo mau português em que eram redigidas. Mesmo assim, as incorreções passavam despercebidas por grande parte do público, ávido sobretudo de sensações". Numa obra foi traduzido "*la vieille Rome*" como "a bela Roma", e "*l'élevage du bétail*" como "o aluno do gado". Segundo Machado, "os erros são tão grosseiros que, em certos casos, nem se pode admitir desconhecimento do francês, mas puro desleixo".19

Justiniano José da Rocha foi um prolífico tradutor. Verteu dezenas de romances, novelas e contos do francês para publicação em folhetins. Em um mês, traduziu três volumes de *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e em dois meses e meio, 2 mil páginas de *O conde de Montecristo*. A maioria dos jornais traduzia e publicava os folhetins das publicações estrangeiras, geralmente francesas, sem autorização dos editores ou dos autores, e sem pagar um único réis pela reprodução.

O *Jornal do Commercio* começou a publicar romances-folhetins de autores nacionais já em 1839, um ano depois de *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, entre eles João Manuel Pereira da Silva, Justiniano José da Rocha e Francisco de Paula Brito. Algumas das mais importantes obras da literatura brasileira do século XIX foram publicadas inicialmente em suas páginas. Joaquim Manuel de Macedo escreveu os romances-folhetins *A Moreninha* e *O moço loiro*, além de folhetins no rodapé, aos domingos, nas seções "A Semana" e "Chronica da Semana" durante 25 anos. Bernardo Guimarães publicou nele *A escrava Isaura*. Da mesma maneira que faziam com os romances-folhetins estrangeiros, os jornais da província reproduziam, sem pagar, as obras dos autores nacionais.

SERENIDADE, FORÇA E PRESTÍGIO

A penetração do jornal foi registrada por Célio Debes. Em sua biografia de Campos Salles, escreveu que o pai deste, Francisco de Paula Salles, tinha como única distração ficar estirado na rede, em sua fazenda em São Carlos, no interior da província de São Paulo, e "demorar horas inteiras na leitura das notícias sobre política interna e externa, insertas no *Jornal do Commercio*".20

A primeira etapa do jornal foi de formação, com Pierre Plancher; a segunda, de desenvolvimento, durante a Regência; a terceira, de expansão, dirigida por Picot. Com ele, o *Jornal do Commercio* consolidou-se como o principal jornal do Império, e o mais lido nas províncias. Essa etapa, de um contínuo progresso, foi até 1890.

Alcindo Guanabara disse que o *Jornal do Commercio* manteve no período da Regência

> uma serenidade que seria, talvez, singular em tão agitada época: heis de encontrar em suas páginas todos os fatos, mas não

> percebereis nelas nenhum eco do muito que se dizia e que se transformava, nessa luta memorável, sob a influência da qual vacilou o Império. Esse alheiamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranquilidade num meio tão agitado, valeram ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do Segundo Reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça. Nesse trecho da vida é com verdade que se pode dizer que a história do *Jornal do Commercio* se confunde com a do reinado. [...] Os grandes nomes acotovelam-se. Justiniano José da Rocha, o maior dos jornalistas brasileiros; o Visconde de Jequitinhonha, o visconde de Araguaia, Porto Alegre, Rio Branco, Octaviano — que sei eu. Todos os grandes nomes e todos os grandes espíritos que fulguram nesses quarenta anos, emergem agora das coleções infinitas do *Jornal*. [...] A ação do *Jornal* afirma-se como intensa e eficaz, no terreno político, como no literário e artístico. Como sempre, o *Jornal* não é partidário; mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis, em suas páginas, o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis com mais detalhes, recebendo impressões mais nítidas, os fatos que constituem a vida. Essa foi a época brilhante de nossa vida política.21

Esse período de meados do século XIX foi considerado um dos mais criativos e dinâmicos da economia brasileira, e Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, sua figura mais representativa. Ele "reuniu os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e os fez convergir para um centro onde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país". Mauá escreveu no jornal com frequência.

Os principais jornais da época eram o *Jornal do Commercio*, o *Diario do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*, os dois últimos intensamente partidários e o primeiro neutro em questões políticas, e, como ele mesmo dizia, "governamental por índole, por programa", mas "absolutamente independente". Essa disposição de apoiar o governo do dia, com restrições, ficou também evidente quando o jornal disse que "põe ao serviço do princípio de autoridade, representado pelo governo, o seu prestígio de jornal sério", e reconheceu que "Os poderes públicos tinham no *Jornal* um cooperador tão desinteressado quanto eficaz", mas que quando é necessário analisar seus atos, combate-os sem violência de linguagem, salvaguardando o que as gentes pacíficas chamam 'bons princípios'". Alerta, porém, que os jornais que pretenderam seguir o exemplo do *Jornal do Commercio* morreram todos do mal dos "sete dias".

A AMANTE DO IMPERADOR

Novos concorrentes surgiram nos anos 1870. *O Globo* foi lançado em 1874 como órgão da Agencia Americana Telegraphica, de Manuel Gomes de Oliveira (ver pp. 424-5) e fechou em 1878. Foi relançado em 1881 sob a direção de Quintino Bocayuva e circulou até 1883, tendo alcançado um inegável prestígio. Machado de Assis escreveu sobre ele: "*O Globo* honra a nossa imprensa e merece ser coadjuvado por todos os que amam essa alavanca do progresso, [...] [em que] ocupa lugar distinto *O Globo*".

O Cruzeiro surgiu em 1878 como uma séria ameaça, com 12 mil assinantes. O redator Ernesto Mattoso disse que um acionista do *Jornal do Commercio* "ficou assustado, irrequieto, com medo de que *O Cruzeiro*, tão favorecido pelo comércio, viesse fazer sombra ao seu jornal". Até ver o "*pavoroso* primeiro número". Não conseguiu receber o papel encomendado na Europa e

comprou papel "na praça, amarelo, feio": "a montanha pariu um rato… Podemos dormir tranquilos", disse ele. *O Cruzeiro* fechou em 1883.

Quando Junius Villeneuve voltou à França em 1844, confiou a Picot, seu genro, naturalizado brasileiro no ano anterior, "a completa e absoluta direção" do jornal, segundo a edição do centenário. Seu herdeiro, Julio Constancio de Villeneuve, que tinha nascido no Rio, e acompanhado o pai à França com dez anos de idade, preferiu seguir a carreira diplomática no exterior e posteriormente recebeu o título de conde papal. Quando Junius morreu em 1863, em Paris, Julio confirmou Picot, seu cunhado, como diretor do jornal com plenos poderes.

Sua mulher, a condessa Anna Maria Cavalcanti de Albuquerque Villeneuve, nascida em Madri, de tradicional família nordestina, foi descrita pelos contemporâneos como de notável graça e beleza. Um contemporâneo mencionado por Cícero Sandroni a descreve numa recepção em Paris, "decotada sem exagero, nem uma joia, apoiada numa coluna. Dir-se-ia a mais bela das estátuas de mármore. Toda gente passava diante dela para admirá-la".22

O imperador d. Pedro II ficou apaixonado e se corresponderam durante anos.23 Ela o chamava "*Cher aimé*" e "*Mon bien aimé chéri*". Numa carta declara que "cada uma de tuas expressões tão apaixonadas me fazem estremecer de amor" e que "ao lhe escrever isso, meu coração bate mais forte e sinto o poder que teria sobre minha natureza o contato contigo". Anexa uma foto com vestido decotado, como ele tinha pedido: "Eu te amo e sou tua de toda minha alma. Eu te… braço tão ardentemente [sic] como tu desejas". As cartas de d. Pedro, em francês, muito mais ousadas que as endereçadas à sua amante mais conhecida, a condessa de Barral, são, como diz seu biógrafo José Murilo de Carvalho, de um erotismo explícito: "há amor, desejo, seios, lábios, corpos entrelaçados, carícias ardentes, êxtases de prazer, delírios, loucura". Numa delas, d. Pedro relembra "uma tórrida cena de amor no sofá da casa dela, imaginando corpos entrelaçados, desfalecendo de prazer". Em outra diz "que loucuras cometemos na cama de dois travesseiros!" e "Não consigo mais segurar a pena, ardo de desejo de te cobrir de carícias". A linguagem do imperador, com quase sessenta anos, lembra a do pai em plena juventude.

D. Pedro fora infeliz no casamento, arranjado aos dezoito anos em função de "negócios de Estado".24 Mostraram-lhe o retrato de sua noiva e, quando a viu em pessoa, ficou decepcionado e se lamentou com a aia: "Enganaram-me, Dadama!". A esposa que lhe arranjaram "era quase quatro anos mais velha, de modesta cultura, baixinha, sem beleza e manca". Na verdade, para ele, que perdera o pai e a mãe quando criança, o casamento contribuiu para reforçar a insegurança emocional. Não é surpreendente, portanto, a paixão do imperador ante a beleza e os atrativos da condessa de Villeneuve.

Picot deixou o Brasil definitivamente em 1852, quando foi morar em Paris, de onde orientou o *Jornal do Commercio* com atenção e mão firme. Recebia e comentava o jornal e os concorrentes, fiscalizava as contas e dava instruções precisas para a redação e a administração. Fazia acordos, contratava e coordenava os colaboradores na Europa, cujos artigos lia e corrigia antes de enviar

ao Rio, comprava folhetins e novelas para publicação, acompanhava a evolução das artes gráficas, negociava com os bancos. Era uma tarefa complexa, pois a correspondência, por via marítima, demorava quarenta dias a chegar. Não há notícias de que qualquer outro jornal importante tenha sido dirigido de maneira tão pouco ortodoxa — e poucos jornais foram administrados, de perto ou de longe, com tanta eficiência.

Ele aconselhava ao redator-chefe que os artigos publicados deveriam manter o "meio-termo, para que não nos alienassem as simpatias da lavoura nem as do governo" e também mostrar "que o *Jornal* não está segregado do povo, por cujos interesses zela tanto, se não mais, do que qualquer outro jornal". Uma de suas obsessões era a precisão da linguagem. Reclamava que a qualidade da revisão estava "mais 'pió' do que nunca, na frase do caboclo" e mencionava erros como "qualidades iminentes", troca de "reduzido por realizado", "chave por fase", "certo por ante", "expedidos por despendidos".

Segundo Picot, as crônicas que Jayme de Séguier escrevia desde Lisboa continuavam a sair tão cheias de erros que lhes tiravam todo o valor. "Penso que tudo é possível com os compositores e revisores do *Jornal* e com a impossibilidade absoluta que há de achar-se nessa redação uma alma caritativa que consagre uma hora cada 15 em 15 dias para ler uma prova". Numa outra carta sobre as crônicas de Séguier dizia que "há muita gralha, muito erro de caixa; mas a par destes há outros que bradam aos céus, que não fazem sentido, que não têm construção nem sintaxe" e acrescentou: "prometo um queijo de ouro a quem me explicar o que significa o seguinte" e, depois de reproduzir uma frase confusa, comentou: "Que angu! Que vatapá!". Em outra ocasião disse que a última crônica saíra "com alguns erros que lhe espatifam o sentido", como "perpetua-se" em lugar de "perpetra-se". O redator-chefe respondeu, sutilmente, que as crônicas de Séguier eram lidas na redação e pouco emendadas, "porque o talento, a vivacidade e a graça do escritor desculpam os atentados que sua pena comete contra a formosa língua portuguesa".

O diretor chegava a reclamar de que "o pessoal desta redação não corresponde aos meus desejos e intuitos". A respeito da apresentação gráfica: "ainda noto tipos levantados e linhas tortas [...]. Nossos rivais, cuja impressão é muito inferior à do *Jornal*, sobretudo da *Gazeta* [*de Noticias*], que está muito ruim, não têm nem tipos levantados nem linhas tortas". Em outra ocasião dizia que as matrizes mal preparadas tornavam parte do jornal ilegível.

Picot achava que a *Gazeta de Noticias* era mais enfática que o *Jornal do Commercio* em relação ao governo. "Admira-me a diminuição da tiragem da folha que nos quer mal [não a identificou, mas provavelmente se referia a *O Paiz*]; mas não me admira o aumento da *Gazeta* [*de Noticias*] a qual pelo simples fato de fazer oposição, numa quadra tão melindrosa como a que atravessamos, deve ser mais procurada, embora a impressão seja péssima e as caricaturas medonhas". Segundo ele, *O Paiz* e a *Gazeta de Noticias* tinham bastante circulação no Rio, mas o *Jornal* era muito mais lido nas províncias.

Picot ficava impaciente com os erros do noticiário internacional. Numa ocasião escreveu de Paris uma carta duríssima:

> Como vamos de telegramas? Sinto que cada vez pior. O *Jornal do Commercio* de 10 de fevereiro [...] traz o seguinte telegrama: Paris, 9 de Fevereiro. — "O Príncipe de Orleans que viera a esta capital, *trazendo uma proclamação de seu pai*, o conde de Paris, foi preso em casa do *duque de Hugues*. — *Foi causa desta prisão ter o povo descoberto e dado parte dele ao governo*". Não há uma palavra de verdade nos motivos e pormenores desta prisão que deixo sublinhados. O duque não trouxe uma proclamação de seu pai, nem foi preso na casa do duque de Hugues (que não sei quem seja), não foi o povo que descobriu a presença do duque de Orleans, nem foi o povo que deu parte ao governo! O mais está certo! Cumpre-me acrescentar que a patada do *Jornal* foi tanto mais triste e vergonhosa que na folha da véspera, 9 já tinha publicado dois telegramas da *tramposa* da Havas, sobre o mesmo assunto, *estes exatíssimos*. [...] A Havas deu exatamente a coisa conforme se passou. Porque cargas d'água veio NO DIA SEGUINTE um telegrama do *Jornal* procurar desmanchar a versão da Havas inventando circunstâncias e fatos que nunca se deram? [...] compromete o crédito do *Jornal* cujos telegramas não podem mais inspirar nem sombra de confiança. Doeu-me.

Em outra carta menciona um telegrama do próprio *Jornal*: "'A França *recusou* tomar parte na conferência proposta pelo imperador Guilherme II contra os socialistas'. A notícia é falsíssima em todas as suas particularidades". Acrescentou que a França concordou em participar e que a conferência "não *é contra* os socialistas, *é a favor* deles!". As informações que irritavam Picot eram enviadas por um serviço de informação telegráfica que o *Jornal* mantinha em Buenos Aires.

Ele não gostava dos folhetins escritos no Brasil para o *Jornal* e acompanhava com atenção os jornais concorrentes: "Quem é Victor Leal, que publica na *Gazeta* [*de Noticias*] *O Esqueleto*? Gosto da linguagem". Em suas cartas também havia elogios para os escritores da casa: "O *Jornal* traz um bem lançado artigo assinado R que acaba com o aforismo: 'a experiência é como a camomila, quanto mais amarga melhor'. De quem é?".

Numa carta de 1850 ao jornalista conservador Firmino Rodrigues Silva, contratado como correspondente em Minas Gerais,25 Picot revela o grau de informação e de isenção que esperava dele:

> Desejo um correspondente que por todos os correios me escreva uma carta noticiosa sobre as coisas mineiras, estado da agricultura, indústria, sobre tudo aquilo enfim que pode interessar ao leitor. As cartas devem ser escritas com a mais rigorosa imparcialidade, circunstância difícil de preencher, em uma localidade agitada pelo espírito de partido como é Minas, se as cartas tocarem na política, coisa que se deve evitar, limitando-se o escritor ao papel de simples cronista.

Aos gestores da empresa no Rio, ele escrevia: "Será que preciso repetir mais uma vez que não é daqui [Paris] que se administra o *Jornal*!?". A verdade é que Picot orientava o *Jornal*, sim, desde Paris, com mão de ferro, e esse foi um dos motivos de seu êxito.

Em 1850, ante a demanda por mais informações e a crescente procura dos anunciantes, o *Jornal* aumentou o formato de novo e mais uma vez em 1853, ficando com 60 x 64 cm, três vezes maior que o tamanho do lançamento. Aproveitou-se também para reforçar a cobertura dos temas econômicos. Segundo Victor Vianna, redator-chefe, "os redatores comerciais do *Jornal do*

Commercio foram colaboradores de todo o movimento de criação econômica e industrial do tempo de Mauá". Foi nas páginas do jornal que o barão, com o pseudônimo "V", defendeu a fusão do Banco do Comércio com o Banco do Brasil e combateu o padrão-ouro. Mas o jornal criticou várias iniciativas dele que não tinham o apoio do imperador.

O redator-chefe, Manoel Moreira de Castro faleceu em 1860 e foi substituído por Carlos Emílio Adet, francês que morava no Rio desde os oito anos, mas que voltara à França para estudar. Estava ele na porta do jornal um dia quando um jovem deputado perguntou sobre a formação do novo ministério. Adet escreveu alguns nomes num papel, colocou num envelope e lhe entregou com o compromisso de que só o abrisse depois de formado o novo ministério. Resolvida a crise política, o deputado ficou surpreso ao ler no papel os nomes dos novos ministros ao lado das respectivas pastas — inclusive o dele, ministro da Marinha. O jovem deputado era Affonso Celso, futuro visconde de Ouro Preto.

O *Jornal do Commercio* publicou folhetins-ensaios brasileiros, provavelmente escritos pelos redatores, mas sem assinatura, como tudo que saía no jornal. Segundo o *Jornal*, a primeira obra em vernáculo de autor conhecido data de 1846 e foi escrita por Luiz Carlos Martins Pena, crítico de ópera e música lírica da publicação e autor do folhetim *A Semana Lirica*. Antonio Candido diz que ele foi o criador do teatro brasileiro, e talvez o maior dramaturgo que já tivemos. A crítica de teatro Barbara Heliodora afirmou de Martins Pena: "É o primeiro autor brasileiro, pois refletiu a precariedade das instituições e a fragilidade da vida cultural no início do Brasil independente".26 Diversos autores, porém, afirmam que o primeiro folhetim brasileiro, na forma de ensaio ou crônica, foi escrito por Justiniano José da Rocha no jornal *O Chronista*, em 1836.

José Maria da Silva Paranhos, que trabalhava no *Correio Mercantil*, foi contratado por Picot e, a seu pedido, escreveu anonimamente todas as semanas, em 1850 e 1851, uma seção que alcançou grande prestígio, "Cartas ao amigo ausente". Eram "crônicas folhetinescas". O senador Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, quis conhecer o autor, vencendo a relutância de Picot em apresentá-lo, e convidou Paranhos na hora, em nome do ministro dos Negócios Estrangeiros, para secretariar a missão que partia para Montevidéu, onde negociaria com o Uruguai e duas províncias da Argentina um acordo para enfrentar o ditador Juan Manuel Rosas. Terminada a missão, Paranhos ficou na capital uruguaia como ministro do Brasil. Começava assim a carreira diplomática que o levaria, já com o título de visconde do Rio Branco, à presidência do conselho de ministros pelo Partido Conservador. Seu filho, o barão do Rio Branco, também ficaria muito próximo do *Jornal do Commercio*, como se verá adiante. Na mesma época, Gonçalves Dias foi contratado para ser redator parlamentar e publicou no *Jornal* o folhetim-romance *Leonor de Mendonça*.

Francisco Octaviano de Almeida Rosa destacou-se como um dos jornalistas mais influentes de meados do século XIX, escrevendo aos domingos "A Semana". O *Jornal* disse que como folhetinista não houve quem o excedesse, com um estilo sutil, alado e leve. Segundo Gondin da

Fonseca: “Não tem remédio senão lê-lo quem quiser conhecer a sociedade literária, artística e mundana de então”.27 Sua mulher, Eponine, foi uma das amantes de d. Pedro II.

Quando mudou para o *Correio Mercantil*, propriedade de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, seu sogro, Francisco Octaviano indicara para substituí-lo José de Alencar, que tinha então 25 anos. A sugestão não foi aceita dada sua juventude. Quem o substituiu foi Justiniano José da Rocha, que escreveu a um amigo contando que aceitara a proposta do *Jornal*: “Se bem não goste de escrever semelhantes artigos, pois não tenho jeito para engraçado, e vou dando às Semanas uma severidade *diversíssima* da farandolagem bailarina e adulatória que lhes dava o Octaviano”.28 Justiniano opinava que Francisco Octaviano, de quem dizia ser amigo, tinha “arte felina e essa hipocrisia que o enfeita”. Na verdade, “A Semana” de Justiniano não estava à altura daquela de seu antecessor. Ele ficou pouco tempo na função.

O *Jornal*, depois de tentar com vários escritores, chamou finalmente José de Alencar, que não aceitou, preferindo escrever no *Correio* de Francisco Octaviano. Mais tarde, porém, publicaria três folhetins no *Jornal do Commercio*. Outros colaboradores foram Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Raul Pompeia e José Veríssimo. De Portugal, escreveram Teophilo Braga, Oliveira Martins (*Cartas de Inglaterra*) e Guerra Junqueiro.

O *Jornal do Commercio* era conhecido como o Senado da Imprensa. Em folhetim-crônica publicado pelo *Correio Mercantil*, o jornalista conservador França Júnior fez uma bem-humorada comparação dos jornais da época com instrumentos musicais.29 Do *Jornal do Commercio* disse que “é o órgão de todos os dias. É o piano de estudos das meninas em uma casa de família. Toca tudo, desde a polca lundu, escalas e exercícios até as músicas de Ketterer e Thalberg.30 É o valente piano de armário em que o ministério costuma exercitar as suas composições, e mandar ensaiar os seus aprendizes”. E continuou: “O *Jornal do Commercio* é o órgão com o qual não se pode confiar; desafina na melhor ocasião, quando menos se espera começa a tocar ‘música de bravura’ e uma vez transtornado, é difícil fazê-lo parar”.

O *Jornal*, que nunca aceitara ser “órgão ministerial”, foi consistente em seu alinhamento com o governo. Um comentarista que assinava com o pseudônimo Carijó e Comp. escreveu em janeiro de 1852 sobre a maneira como o *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil*, considerados por ele os dois principais jornais do Rio, tinham visto o ano anterior. Acreditava que o *Jornal* tinha um falso patriotismo, pois em seu comentário “encontrou só que louvar e nada que censurar [...] e esqueceu de incluir-se no comentário sobre as melhorias materiais alcançadas pelo país, pois no ‘fogo do patriotismo’ não lembrou de dizer [...] quanto agadanhou a sua empresa do tesouro público nacional, quantos melhoramentos materiais por via dele obteve”.

CORRESPONDÊNCIA DO EXTERIOR

Talvez pela origem do fundador, dos proprietários e dos principais dirigentes, nascidos no exterior e interessados no que acontecia fora do Brasil, o *Jornal do Commercio* dava grande

importância, desde a sua fundação, à informação internacional.

Junius Villeneuve organizou, a partir de 1833 ou 1834, um serviço de correspondência do exterior. O *Jornal* teve assim uma cobertura própria de eventos como as guerras no rio da Prata, a partir de Montevidéu e Buenos Aires, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, os conflitos no Oriente Médio e a Guerra Franco-Prussiana. O gaúcho José Cândido Gomes, que cobriu a guerra do Paraguai, foi considerado o primeiro correspondente de guerra brasileiro. O *Jornal do Commercio* tinha também um fluxo contínuo de correspondências de Londres, Paris e Lisboa. Mais que notícias, os correspondentes mandavam cartas com longas análises sobre os acontecimentos, e não raro escreviam também folhetins.

Para receber as notícias, que antes da instalação do telégrafo chegavam por navio, com grande atraso, o *Jornal* instalou uma estrutura de comunicação separada. Organizou em Lisboa um serviço, *Nosso Boletim*, que selecionava e resumia as informações da imprensa europeia e fazia uma composição em chapas estereotipadas, já prontas para a impressão, que eram enviadas pelo primeiro vapor disponível. Quando chegavam ao Rio, essas chapas eram impressas imediatamente e o *Boletim* era entregue aos assinantes junto com o *Jornal*. Quando a alfândega começou a atrasar a liberação das chapas, em 1879, o serviço foi interrompido.

O *Jornal* também utilizava as informações da imprensa da Europa e dos Estados Unidos. Assim que ancorava um navio no meio da baía da Guanabara, uma embarcação especial era despachada para buscar os jornais estrangeiros e se fazia um resumo das notícias para o dia seguinte.

Segundo o próprio *Jornal*, o serviço de informação internacional era tão completo que as publicações do rio da Prata esperavam com ansiedade a mala postal procedente do Rio para traduzir imediatamente os resumos publicados pelo *Jornal*.

As notícias internacionais ganharam rapidez com a instalação do cabo submarino ligando o Brasil à Europa. A edição de 25 de dezembro de 1873 informava sobre a chegada do cabo telegráfico ao Rio. Em 12 de julho de 1874, publicou-se que a Agencia Americana Telegraphica tinha recebido no dia anterior um despacho de Londres informando sobre uma mensagem do marechal Mac Mahan (o nome correto é Mac-Mahon) à Assembleia francesa em Paris, com um texto tão confuso que, segundo o escritor venezuelano Eleazar Díaz Rangel, talvez tenha sido compreendido unicamente pela delegação francesa no Rio.31 Foi o primeiro telegrama do exterior no *Jornal do Commercio* (ver p. 425).

O *Jornal* também foi o primeiro do Rio a publicar notícias da Agencia Telegraphica Reuter-Havas, no dia 25 de julho de 1874. A primeira notícia, vinda de Lisboa, era ininteligível. Dizia que a Assembleia de Versalhes rejeitava uma proposta para a proclamação da República, e que fora proposta a dissolução da Assembleia. Outro telegrama, este de Paris, na mesma coluna, corrigia essa informação. Em geral, a edição dos telegramas era confusa.

Há uma curiosa confusão relacionada à data dos primeiros telegramas do exterior publicados pelo *Jornal do Commercio*. Pierre Frédérix, em sua história da Havas e da Agence France-Presse,

afirma que o *Jornal* publicou as primeiras informações telegráficas na América do Sul no dia 1º de agosto de 1874.32 Nelson Werneck Sodré diz que a Reuter-Havas se instalou no Rio em 1874, e que em 1º de agosto de 1877, o *Jornal do Commercio* publicava os primeiros telegramas por ela distribuídos.33 Como visto acima, ambos estão errados.

Díaz Rangel observa que o erro de datas cometido por Werneck Sodré foi repetido várias vezes, inclusive pelo próprio *Jornal do Commercio*, na edição do sesquicentenário. Acrescenta: "Ainda que pareça insólito, o diário, em lugar de consultar sua coleção, incorre no mesmo erro, aparentemente reproduzido da versão de Werneck Sodré, que também erra no ano".34 A história oficial do *Jornal do Commercio*, publicada em 2007 para comemorar seus 180 anos, insiste na informação errada. "Mas, segundo Nelson Werneck Sodré, só a partir de 1º de agosto de 1877 o *Jornal do Commercio* publicaria os primeiros telegramas por ela distribuídos", diz.35

Ao contrário do que afirmam vários trabalhos sobre a imprensa, o *Jornal do Commercio* não foi a primeira folha brasileira a publicar notícias telegráficas do exterior. A primazia cabe a dois jornais do Nordeste, o *Jornal do Recife* e o *Diário de Pernambuco* (ver pp. 396-7). Mas o *Jornal* foi a publicação que mais ênfase e espaço deu à informação internacional. O escritor carioca Luís Edmundo elogiou seu "belo serviço de telegramas", que considerava algo excepcional — uma opinião bem diferente das mal-humoradas críticas de Picot.

EÇA DE QUEIROZ, O GRANDE AUSENTE

O *Jornal do Commercio* perdeu uma grande oportunidade de ter Eça de Queiroz como colaborador assíduo. Ele queria escrever para um jornal brasileiro e mandou uma carta em 1879 a seu amigo Ramalho Ortigão, que fora coautor de vários de seus romances:36

> Eu preciso fazer correspondência por higiene mental. Tenho-me posto no mau hábito de ler, todas as manhãs, montões de jornais, e esta grossa massa de política cai no meu cérebro, não é digerida, e pela sua presença impede o jogo regular das faculdades artísticas [...]. Preciso purgar a inteligência destas fezes. Quero um vaso. O *Jornal do Commercio* parece-me poder preencher esta função útil. Veja Você se é possível que obtenha um vaso. Deve entender, porém, que eu não quero evacuar *grátis*, e é esta outra feição da questão que é importante considerar. Trate-me disto e responda.

Ramalho Ortigão tratou do assunto com o conde de Villeneuve, mas não chegaram a um acordo e outro vaso foi procurado. Eça passou a colaborar com o jornal concorrente *Gazeta de Noticias*, onde escreveria algumas de suas melhores páginas.

Ramalho Ortigão escrevia para o *Jornal*, mas sua colaboração era vista com restrições. Segundo o redator-chefe, J. C. de Souza Ferreira, ele era "um escritor brilhante e enérgico, mas está muito longe de ser correto; a gramática é frequentemente muito esquecida em seus escritos, a língua em sua formosura ofendida ainda mais. [...] Isto que Ramalho escreveu [transcreve um trecho das *Farpas*] será tudo quanto quiserem Ramalho e os chasqueadores, mas não é português".37

A prosperidade do jornal era crescente. Em 1875 vendia 15 mil exemplares, de longe a maior circulação do país. Tinha em suas oficinas três impressoras Marinoni de quatro cilindros e três de dois cilindros, todas acionadas a vapor. Carlos Rizzini, que seria diretor do *Jornal* no fim dos anos de 1950 e início dos 1960, escreveu a respeito dessa época:

> Não conheço gerência mais apertada e inteligente, mais efetiva e onímoda [...] Toda a corporação administrativa e redatorial do *Jornal do Commercio* recebia porcentagens sobre os lucros (gordos) da empresa. O gerente 5%, o redator-chefe 6% e de degrau em degrau, os repórteres 0,50%. Era empresa opulenta, ganhando por volta de 1880 em média 700 contos por ano.

E acrescentou que, entre outros benefícios, a empresa estabeleceu uma aposentadoria espontânea.

Na verdade, o lucro do *Jornal* era muito alto, mas não chegava a esses níveis; ficava, aproximadamente, na metade do valor indicado por Rizzini. Como foi visto, uma das principais fontes de receita eram os anúncios classificados, especialmente os referentes a escravos. Entre 1808 a 1888, foram publicados nos jornais do Rio 1 milhão de anúncios comprando, vendendo ou procurando escravos fugidos, a maioria no *Jornal do Commercio*, que em parte deveu a eles sua prosperidade, na base de oitenta réis por linha.

O *Jornal* apoiou o fim da escravidão, mas se mantinha solidamente monarquista, embora também tivesse colaboradores republicanos como Carlos de Laet, que escreveu durante dez anos a popular coluna "Microcosmo". Quando um dia foram cortadas algumas linhas de sua crônica, Laet deixou de escrever, reclamou publicamente e se transferiu, com a coluna, para *O Paiz*. O redator-chefe do *Jornal*, José Carlos de Souza Ferreira, escreveu a Picot que fez tanto quanto era possível para reter Laet — "humilhei-me quase" —, só não sacrificando "a dignidade do jornal".

INSULTOS, CALÚNIAS, DIATRIBES

A seção "A Pedidos" "é criação e invenção do Brasil, coisa tão nossa como o Pão de Açúcar, as revoluções incruentas e a goiabada", escreveu Olavo Bilac. Os jornais publicavam, nessa seção também conhecida como "entrelinhados" e "apedidos", cartas apócrifas, acusações, futilidades, piadas, recomendações médicas, reclamações, anúncios comerciais e brigas políticas. Também era usada para defender ideias e, principalmente, atacar os inimigos de maneira anônima. A seção mais conhecida e usada era a do *Jornal do Commercio*.

Publicada sob a rubrica "Publicação A Pedido", a seção, muito lida, foi criticada de forma áspera e era extremamente influente — além de ser uma excelente fonte de renda. Divulgava indistintamente artigos e análises de alto nível, opiniões, transcrições de outros jornais e uma boa dose de insultos. Servia tanto como área para debates quanto como esgoto. A publicação era paga por adiantado pelo autor — como qualquer outro anúncio.

Os "A Pedidos" do *Jornal do Commercio* foram importantes como tribuna de debates numa

época em que a imprensa era, quase toda, partidária. Alcindo Guanabara disse que a seção era uma instituição, "uma coluna livre, cuja existência, só por si, demonstra quanto naquela época os dirigentes tinham em apreço o debate público, de que o povo era o juiz. O *Jornal* vinha ao encontro de uma evidente necessidade do meio, abrindo suas colunas a todos os que tivessem uma opinião e a quisessem emitir, sem outra restrição do que a imposta pelo decoro". Mas nem sempre a restrição do decoro era observada.

Alcindo Guanabara afirma também que até a queda do Império nenhum governo deixou de recorrer a essa coluna, para defender-se ou explicar-se. Segundo ele, o "entrelinhado" matou o jornal partidário, tornando-o uma desnecessária sobrecarga. A partir de 1860, pode se dizer "que é nos A Pedidos do *Jornal* que se travam os mais brilhantes debates públicos e se digladiam os mais brilhantes dos nossos escritores partidários. Não há mais um progresso, não se faz mais uma conquista, não se derruba mais um ministério, não se liquida mais uma situação, sem se travar, nessa arena, a luta que esses atos provocam". Nos "A Pedidos" se liquidam as rivalidades e decepções da guerra do Paraguai, pleiteia-se a Lei do Ventre Livre. "Tomem-se os nossos homens mais brilhantes de 1875 a 1888, e se não os encontrardes combatendo em outro terreno, certo os encontrareis nos entrelinhados do *Jornal*, mal embuçados em pseudônimos transparentes".

Segundo Nelson Lage Mascarenhas:

> Na seção de anúncios e de A Pedidos encontravam os grandes jornais a fonte de receita substancial. Bem curiosa esta seção. As discussões das demandas jurídicas, com sabor de escândalo, transpunham-se para ela. Cobravam-se dívidas mediante comunicados onde o credor pedia o pagamento do débito sob ameaça de publicação do nome do devedor. Denúncias contra a administração, autoridades, direção de colégios, contra os políticos, os vizinhos, as desvantagens pessoais, tudo sob o anônimo, achavam ali seu desaguadouro. Eram as célebres mofinas, de que Machado de Assis dizia tanto gostarem os fluminenses.
>
> Fazia-se propaganda: de mercadorias, das virtudes milagrosas de remédios, de processos curativos infalíveis, de sanguessugas impolutas para as sangrias, então em grande voga. Não se usavam títulos gritantes, ocupando colunas de jornal. Desconheciam esse meio de chamar a atenção dos leitores. O processo era outro, mais sutil, mais penetrante.38

Os "A Pedidos" eram usados anonimamente pelos ministros do Império, diretamente ou por intermediários, onde escreviam o que não queriam estampar nas colunas do *Diario Official*; os nomes mais famosos se escondiam atrás de pseudônimos.

O próprio *Jornal do Commercio* também apresentava a seção como uma tribuna livre:

> todos os que se sentiam insultados, ofendidos, prejudicados, todos que tinham uma ideia e a queriam anunciar achavam nos A Pedidos a garantia de seu desabafo, o amparo de suas afirmações. Era campo neutro, onde todos podiam entrar. Os governos se defendiam em artigos e os grandes escritores assinavam com pseudônimos tirados dos nomes de estadistas ingleses naquela época.

A colocação do *Jornal* é um eufemismo. Esqueceu de mencionar os insultos, calúnias, diatribes. O economista Eugênio Gudin lembra: "Havia também no *Jornal* uma seção de matéria paga, sob a epígrafe de 'A Pedidos', em que se travavam discussões de interesses ou de caráter

pessoal. Os debates eram vazados numa linguagem desabrida como hoje seria difícil encontrar a equivalente". Numa linguagem mais direta, a seção foi definida com um "cano de esgoto" e como "farta e rendosa, se bem que imoral".39

Kátia Maria de Carvalho Silva escreve que um cidadão qualquer denunciava injustiças de que se julgava vítima, e essas queixas eram envolvidas em calúnias. A Lei de Imprensa da época não previa o delito da calúnia. Era permitido fazer na imprensa, anonimamente, qualquer acusação contra a polícia, o governo, a magistratura, o imperador.40 Segundo Octávio Malta, "Os A Pedidos eram a ponte de fixação dos azedumes e da agressividade dos periodistas anônimos. E, entre os anônimos, contavam-se políticos, ministros de Estado e, recuando na história, vamos encontrar o nosso primeiro imperador colaborando na esquina da verrina". E acrescenta: "A mais famosa coluna A Pedidos foi do *Jornal do Commercio*. Em poucos palmos, às vezes em polegadas apenas de prosa contundente, explosiva, destruíam-se reputações de tradição excelente".

Nem o imperador era poupado. Escreveu o ministro da Áustria no Brasil que o tom dos ataques da imprensa a d. Pedro II "causaria ao autor de tais artigos em toda a Europa, e até mesmo na Inglaterra, onde se tolera uma dose bastante forte de liberdade, um processo de alta traição". Mas d. Pedro II os tolerava: "Os ataques ao imperador [...] não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário".

Joaquim Nabuco emitiu também um juízo bastante severo a respeito dos "A Pedidos". Ele escreveu em seu diário que era

> o *Jornal do Commercio*, a única empresa desse gênero no mundo. Percebe um tanto por cada calúnia de que é canal e que só a sua grande publicidade estimula. É a lavanderia do país, e pela roupa suja que recebe cobra o dinheiro de que se sustenta. Não é nada mais do que um muro branco no qual não é proibido "déposer des ordures" [jogar lixo]. Não é escrito nem arranjado, nem combinado, nem feito; é impresso, e o tipógrafo é apenas o divulgador do contribuinte. Não tem redação, como a lama não tem estilo nem vergonha nacional, a exceção da imprensa universal, muito rico pelo gênero de especulação desonesta que prossegue, imagem fiel de uma certa sociedade luso-fluminense.

Mas na edição que comemorou seu centenário, o *Jornal do Commercio* comenta que Nabuco foi um pouco injusto e que os abolicionistas, entre os quais ele se encontrava, usaram amplamente a seção para divulgar suas ideias. O próprio Nabuco escrevera vários artigos nessa seção sob o pseudônimo de Garrison, Ruy Barbosa como Grey e Gusmão Lobo como Clarkson. Ficaram conhecidos como "os ingleses do senhor [Rodolpho] Dantas". Igualmente, esse espaço foi utilizado pelos escravagistas para combater a imprensa abolicionista.

A respeito dos "A Pedidos", o escritor Santa-Anna Nery disse que alguns estrangeiros ficavam escandalizados com essa forma especial de nossa imprensa e outros a encontravam simplesmente cômica. "No entanto, nada tem de extravagante: ela tem suas razões de ser, e estas existem...". Menos tolerante, o escritor paulista Estevam Leão Bourroul qualifica a "Seção Livre" como um "cano de esgoto de afrontosas mofinas".

Marialva Barbosa escreve que, segundo o *Correio da Manhã*, "milhares de contos de réis

saíram do Banco da República para pagar a jornalistas, amigos do governo, elogios ignóbeis que depois eram transcritos nos 'A Pedidos' do *Jornal do Commercio*".41

Quando o *JC* percebeu que a seção afetava sua imagem de jornal sério, o redator-chefe escreveu ao proprietário, o conde de Villeneuve: "Tenho sido um pouco rigoroso em receber publicações a pedido violentas e insultuosas; desejo apertar mais a restrição porque entendo que o jornal deve impor-se por todos os aspectos ao respeito geral; perderemos algum dinheiro a princípio? Talvez, mas ganharemos em consideração mais tarde, estou certo, também pecuniariamente". Em outra carta, disse: "Folgo em saber que encontrou todo o apoio, como eu esperava, o meu propósito de banir da seção A Pedidos publicações violentas e insultuosas".

O próprio conde de Villeneuve chegou a recomendar mais moderação nas descomposturas dos "A Pedidos", mais rigor na recepção das publicações mais violentas e insultuosas, e mais critério, "embora fosse prejudicar, por momentos, os meus interesses". Aparentemente, o controle não foi suficientemente rigoroso, as inserções de insultos continuaram, mediante pagamento, e os interesses do conde foram pouco prejudicados.

Que o *Jornal do Commercio* continuou publicando os lucrativos insultos pode ser visto pelas *Cartas do Brasil* escritas pelo francês Max Leclerc, enviado especial do *Journal des Débats* de Paris:

> A imprensa se avilta aceitando publicar em suas colunas de anúncios, sob o título de inserções a pedidos, libelos infames, ataques anônimos contra personagens públicos ou privados, contra as instituições, pagos pelos interessados, entre os quais está algumas vezes a polícia. Não insisto mais, é um tema muito penoso; mas os brasileiros devem ter em vista que esse recanto mal afamado dos jornais, onde o leitor, levado por uma curiosidade malsã, deita o olhar em primeiro lugar, é um ponto gangrenado do corpo social: é preciso extirpá-lo a ferro e fogo.

Leclerc, ao comentar a queda do Império, diz que tudo era questionado no Estado, nenhuma glória, nenhuma reputação permaneceram intactas. "Os ataques anônimos, inseridos nos jornais mediante pagamento, foram o mais seguro agente de desagregação política: a disciplina, no Exército como nas funções públicas, foi mortalmente atingida."42

Os "A Pedidos" começaram a mudar sua linguagem depois de 1889, embora no começo do século XX ainda guardassem alguma virulência. Com o tempo a seção ficou bem-comportada e foi cada vez menos lida.

A CHEGADA DA REPÚBLICA

Em junho de 1889, Souza Ferreira dava a Picot em Paris uma visão realista da situação política do país: "Continuo no *Jornal* a mostrar os inconvenientes da República no Brasil, mas a nossa posição é difícil". Em agosto, ele contratou o republicano Raul Pompeia, cujo romance-folhetim *O Ateneu*, na *Gazeta de Noticias*, lançado depois em livro, tivera grande repercussão. Ele passou a escrever a coluna "Aos Domingos", e no ano seguinte seria também correspondente no Rio de *O Estado de S. Paulo*. Souza Ferreira relatou a Picot como se deu a contratação: "Estou fazendo novas experiências com outro moço muito talentoso, instruído, reconhecido escritor de

mérito e que foi elogiado no *Jornal* por C. de Laet. Está escrevendo debaixo do mesmo título com a assinatura J, é o dr. Raul Pompeia".

Gondin da Fonseca afirmou que o *Jornal* "quase não deu a notícia da proclamação da República", mas não é correto. No dia 16 publicou, na seção "Gazetilha", uma extensa reportagem que é leitura obrigatória para qualquer historiador desse período, narrando minuciosamente os acontecimentos do dia anterior, escrita por Souza Ferreira.

Na verdade, o *Jornal* aceitou a República realisticamente, mas foi difícil a adaptação ao novo regime, situação agravada pela atitude dos dirigentes no exterior. O proprietário, conde de Villeneuve, monarquista até a medula, anunciou por carta à direção do *Jornal* sua intenção de demitir-se da carreira diplomática e de entregar pessoalmente ao imperador, quando chegasse a Paris, as funções que exercia. Como temia que essa atitude fosse considerada hostil pela República, alertou o *Jornal* sobre possíveis represálias, mas não deu instruções especiais à redação, apenas que se orientasse pelo "interesse do país e a atitude do mesmo governo". Mais tarde, porém, criticou a redação por "adesão passiva aos golpistas", uma acusação pouco justa num momento difícil. Achava que havia no *Jornal* repórteres republicanos e reclamava do republicanismo do correspondente em Buenos Aires. Não queria, porém, que a redação atacasse o governo. Contentava-se com o silêncio.

Picot também passou a reclamar quando o *Jornal* chamou de "ilustre" o marechal Deodoro, presidente da República, e orientou a redação a "não atirar flores ao governo da situação, mas não atacá-lo" e a ter com ele uma relação pacífica. O redator-chefe mencionou a difícil posição em que se encontrava de procurar "salvar a dignidade do *Jornal*, sem comprometer seus interesses de outra ordem"; disse também que "não julgamos acertado hostilizar o governo porque receamos vê-lo substituído pela anarquia".

O *Jornal* singrou com prudência as águas turbulentas dos novos dias da República, fazendo uma cobertura moderada e criticando com firmeza e sem asperezas a política econômica de Ruy Barbosa, embora fosse a primeira folha a protestar contra a censura do governo republicano, imposta à imprensa por um dos mais destacados jornalistas da época, Quintino Bocayuva. Proibido de publicar a mensagem de despedida de d. Pedro, deixou também de divulgar o manifesto do marechal Deodoro sobre a Proclamação da República. O banimento e a partida de d. Pedro e da família imperial no navio que os levou ao exílio foram narrados por Raul Pompeia, republicano e ardente partidário do marechal Floriano Peixoto.

A relação com o Governo Provisório foi claramente definida pelo redator-chefe, Souza Ferreira, ao dizer que "o *Jornal* tem se mantido em reserva limitando-se a dar notícias e deixando caminhar o governo a que se submete, mas a que não aderiu expressamente". O *Jornal* aceitava com resignação os fatos consumados. Seus dirigentes, intimamente, achavam "abominável o modo porque foi apeado o Imperador", mas reconheciam que "a catástrofe, mais dias menos dias, era fatal".

UM REPUBLICANO COMPRA O JORNAL

Essa situação, pouco sustentável, só durou alguns meses. Em outubro de 1890, a empresa foi vendida a um grupo encabeçado por José Carlos Rodrigues. Segundo a edição do primeiro centenário, começou então o "período verdadeiramente áureo do *Jornal do Commercio*", uma opinião discutível.

José Carlos Rodrigues nasceu em 1844 em Cantagalo (RJ), estudou direito em São Paulo enquanto colaborava com o *Correio Paulistano* e o *Correio Mercantil*, e foi morar nos Estados Unidos, de onde escreveu para o *Diario Official* (ver figura 30).

Aparentemente, teve que sair do Brasil por problemas com a Justiça. Segundo o *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt,43 José Carlos Rodrigues era estelionatário e falsificara em 1866 a firma do ministro da Fazenda, João da Silva Carrão, de quem era oficial de gabinete, para roubar 12,3 contos aos cofres públicos. Precisou sair do país e embarcou para os Estados Unidos num navio a vela. Em 1882 foi para a Inglaterra. Voltou vinte anos depois, quando o processo já prescrevera.

Sua correspondência na imprensa chamou a atenção do redator-chefe do *Jornal*, para o qual passou a escrever a partir de 1869. Lançou uma revista em português nos Estados Unidos, *Novo Mundo*, mas lida no Brasil, escreveu para algumas das mais influentes publicações norte-americanas e transitou pelo mundo das finanças e dos negócios, tornando-se um hábil articulador. Morou um tempo em Londres como correspondente do *Jornal* e colaborador do *The Times* e do *Financial News*,44 cujo dono ofereceu vender-lhe metade da empresa. Também intermediou com bancos ingleses empréstimos destinados a empresas e ao governo brasileiro.

Quando morreu o redator-chefe do *Jornal do Commercio*, o português Luiz Joaquim d'Oliveira e Castro, em 1888, tanto o dono como o administrador sugeriram o nome de José Carlos Rodrigues para o cargo, mas o gerente do jornal no Rio argumentou que não convinha nomeá-lo, porque era republicano. Em 1890, estava Rodrigues em Londres quando surgiu a oportunidade de comprar o *Jornal do Commercio*, que publicou duas versões da negociação com algumas pequenas variações.

Segundo a versão de Picot,45 o conde de Villeneuve fizera ouvidos de mercador a várias propostas para vender o *Jornal*, mas Eduardo Prado "abalroou-o direta e fortemente" para que mencionasse um preço e o conde repetiu que não estava à venda. Ante a insistência de Prado, disse 3 mil contos, equivalente a 8 milhões de francos, quatro à vista e o resto a prazo, além da condição de manter no cargo o triunvirato dirigente por cinco ou seis anos. Segundo o conde, o *Jornal* dava um rendimento bruto de trezentos contos, mais do que Prado imaginava. Na verdade, o lucro médio dos cinco anos anteriores tinha sido de 350 contos. Prado aceitou imediatamente.

Segundo a versão do próprio José Carlos Rodrigues,46 ele fora procurado em Londres pelo escritor Eduardo Prado, monarquista e membro de uma tradicional família de São Paulo.

Quando lhe contou que o conde estava desgostoso com o *Jornal*, José Carlos Rodrigues perguntou: "Por que não vende?". "E quereria você comprá-lo?" "De certa, será agora facílimo obter o capital necessário." Eduardo Prado falou com o conde e este disse que tinha recebido outra proposta, mas preferia vendê-lo a Rodrigues, que tinha também a recomendação de Picot. Ele não teve dificuldade em levantar o dinheiro: 3500 contos. Foi organizada uma sociedade em comandita — pela qual um sócio solidário é o gestor e assume todas as responsabilidades; os outros são sócios passivos, comanditários, sem mais responsabilidade que o capital que colocaram —, da qual participaram 28 investidores. Rodrigues, o sócio solidário, gerente e diretor da sociedade e da redação, ficou com uma cota de apenas 250 contos.

A demanda para participar da nova empresa foi enorme, e vários interessados ficaram fora do negócio, entre eles Rodolpho Dantas, que, frustrado, lançou o *Jornal do Brasil* no ano seguinte. O nome que Dantas escolheu não foi coincidência. O *Jornal do Commercio* era geralmente conhecido como o *Jornal*. Uma nova folha chamada *Jornal do Brasil* certamente causou confusão entre os compradores.

O *Jornal do Commercio* mudou de mãos em outubro de 1890. A empresa compradora, Rodrigues & C., solicitou um empréstimo de 2,6 mil contos ao Banco do Brasil. Aparentemente, alguns dos antigos dirigentes tentaram bloquear a negociação de Rodrigues para favorecer uma oferta concorrente. Feita a venda, eles sairiam para trabalhar no *Jornal do Brasil*: não queriam receber ordens de um antigo empregado.

Filindal, pseudônimo de um redator de *O Estado de S. Paulo*, jornal que também foi vendido na mesma semana, ao comentar a troca de controle, fez uma crítica devastadora do *Jornal do Commercio*.47 Depois de afirmar que eram "as duas empresas jornalísticas mais importantes da República", escreveu na primeira página do *Estado*:48

> O grande órgão [o *Jornal do Commercio*] é a última barreira de tradicionalismo, de monarquismo e de carrancismo que se esboroa. E quem tiver de lhe fazer a crítica e de lhe analisar a longa história, não lhe há de levar à conta unicamente o mal que fez *pelo bem* que poderia ter feito e que deixou de fazer, mas também os males que espalhou intencionalmente, parte por inépcia, parte por teimosia de velho emperrado, parte por estulto orgulho de poder inatacável.
>
> Fundado quatro anos depois da independência,49 o *Jornal* nasceu com este princípio: sustentar as ideias de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil, e com este ideal: fazer fortuna.
>
> Ora o que me boqueabre e me arrepia de espanto é a solidez com que o monstro pôde sustentar durante sessenta e quatro anos, inabalavelmente, sem a mínima vacilação aquele princípio e aquele ideal! — E aquele ideal, sim senhores, porque o *Jornal* continuou a mantê-lo, mesmo depois de estar podre de rico, rico até a putrefação e a delinquescência e depois de ter feito milionário um dos seus antigos entregadores.
>
> Nesse longo período, o *Jornal* não deu um único passo que não fosse no terreno de sua própria prosperidade material, não deu o mínimo empurrão ao acreditado carro do progresso, [...] não se bateu por nenhuma causa generosa, nunca teve um vislumbre de patriotismo, nunca se serviu de seu prestígio, que chegou a ser imenso, para levar este país à conquista de algum bem, fosse qual fosse. [...]
>
> Foi ele que inventou a mofina e criou a publicação a pedido, desenvolvendo-a até torná-la uma necessidade social em toda a nação; do a pedido nasceu a nefanda, a criminosa ignomínia que se chama ainda hoje o testa de ferro, instituição que em nenhum outro país se conhece com funções normais, regulamentadas, com caráter profissional. Foi o órgão da intriga, da

calúnia, da injúria, da infâmia pública: não se lhe devem benefícios, mas devem-se-lhe muitos crimes, muitas baixezas, muitos ódios e muitas lágrimas.

Foi ele o maior corruptor do caráter nacional, porque sendo o maior em prestígio, e por muito tempo o único, nunca teve patriotismo, nem civismo, nem escrúpulos. [...] Ultimamente, esporeado pela concorrência, é que ele começara a modificar-se para melhor, para pouco melhor. [...]
Foi por isto, porque eu sempre o julguei odiosíssimo, que tive uma alegria enorme ao saber da venda do *Jornal*.

Filindal não explicou como, com tantos defeitos quanto ele aponta, o *Jornal do Commercio* era, segundo ele, com *O Estado de S. Paulo*, a maior empresa jornalística da República, e o jornal de maior prestígio.

Menos rigorosa, embora também crítica, é a opinião de Max Leclerc, enviado ao Brasil pelo *Journal des Débats* de Paris depois da proclamação da República:50

Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Noticias*, realizam excelentes negócios; recebem tantos anúncios que, não lhes sendo mais suficientes a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. O *Jornal* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é um *Times* sem os "leading articles": um bom repositório de fatos, um apanhado útil de documentos.

Barbosa Lima Sobrinho saiu, décadas mais tarde, à sua defesa:51

O paralelo entre o *Jornal do Commercio* e o *Times* [feito por Leclerc] não deixa de conter alguns equívocos. Havia que considerar, também, a diferença de ambientes em que os dois jornais atuavam. [...] no Brasil surgira, com a República, uma nova influência que desejava encontrar nos seus jornais meros cooperadores de ações governamentais, não críticos [...]. Era preciso agir com prudência e aqui estava, à frente do *Jornal do Commercio*, um homem de excepcional integridade que era o conselheiro Souza Ferreira, que não ignorava a mudança do ambiente com que deveria contar a ação da imprensa brasileira.

Mas se é correto afirmar, como observaria mais tarde Ruy Barbosa, que o *Jornal do Commercio* era no Brasil o equivalente ao *The Times* na Inglaterra, faltava realmente ao *Jornal* o vigor e a disposição, presentes no jornal inglês, de opinar com rigor e de enfrentar o governo quando este, em sua opinião, saísse dos trilhos. O *Jornal* deixou de assumir o papel de orientar a opinião pública; estava empenhado em defender a estabilidade política na seção "Várias". Em sua correspondência para o *Journal des Débats*, Max Leclerc reconheceu que o *Jornal* era "imparcial até a impassibilidade".

O *Jornal do Commercio*, coerente com seu tom austero, era o único diário do Rio que, como escreveu Olavo Bilac, não publicava os resultados do jogo do bicho:52

Não há, por exemplo, no Rio de Janeiro um só jornal, que, no seu artigo de fundo, nas suas crônicas e nas suas notícias, se atreva a dizer que o jogo do bicho não é uma chaga social; todos os jornais declaram que essa jogatina ignóbil é um vício desmoralizador e funesto. [...] Entretanto, todos eles (com exceção apenas do grave *Jornal do Commercio*) publicam anúncios e "palpites" dessa genial invenção do barão de Drummond.

PROXIMIDADE COM O GOVERNO

Rodrigues, ao assumir o controle, fez vultosos investimentos para modernizar a empresa.

Aumentou a tiragem, trouxe ao Brasil as primeiras linotipos53 e, talvez, as primeiras rotativas para impressão. O *Jornal* manteve o mesmo estilo sóbrio e moderado, sisudo e conservador, mas houve duas mudanças importantes no caráter da publicação. Uma foi a substituição da influência francesa por um modelo mais próximo da Inglaterra e dos Estados Unidos. Se antes o foco era Paris, agora seriam Londres e Nova York; reforçou ainda mais a informação internacional e fez com que o *Jornal* passasse a usar com maior frequência o telégrafo internacional, apesar das elevadíssimas tarifas do cabo submarino. A outra modificação, talvez mais importante, foi na relação com o poder. O *Jornal*, instintivamente, sempre tinha dado, na época do Império, apoio, às vezes crítico, ao governo do dia com o objetivo de manter a estabilidade institucional, mas não se comprometia com ele e se mantinha afastado do dia a dia da política. Na nova etapa, José Carlos Rodrigues ficaria muito próximo dos primeiros presidentes civis da República, Prudente de Morais e, principalmente, Campos Salles e Rodrigues Alves, de quem era conselheiro e defensor. Com frequência, as "Várias" eram inspiradas no Palácio. Prudente de Morais chegou a escrever anonimamente algumas delas para responder a seus adversários. Numa, ele disse: "julgamo-nos autorizados a declarar que o Sr. Francisco Glicério não interpreta perante o Congresso a política do Sr. Presidente da República, como se tem feito acreditar em certos grupos políticos. O discurso pronunciado ontem [...] denuncia aliás a sua completa divergência dos atos que pretende praticar o Sr. Presidente da República".

O proprietário do *Jornal* fizera um convite a Rodrigues Alves, antes de ser eleito presidente da República, para ser o redator-chefe, que foi recusado. Ao deixar o governo, Prudente manifestou "o meu mais profundo reconhecimento e sincera gratidão [...] pelo valiosíssimo apoio [...] ao meu atribulado governo".

Depois de eleito, mas antes de tomar posse, Campos Salles, ao planejar a viagem para a Europa na qual se encontraria com governantes e banqueiros, aceitou a sugestão de Rodrigues de levar Tobias Monteiro, redator do *Jornal*, na comitiva, o que é um exemplo das relações estreitas entre o *Jornal* e o governo. Monteiro desempenhou a dupla função de jornalista e de secretário particular do presidente durante a viagem, "facilitando-lhe o acesso às informações". Realmente, Tobias Monteiro — a quem Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, qualificava como "um mulatinho pernóstico que foi copeiro de Ruy Barbosa" — escreveu artigos bem informados sobre a missão do presidente eleito na Europa, importantes para seus leitores, mas não se pode afirmar que ele era um observador isento.

Essa relação íntima do *Jornal* com o presidente se manteve durante todo o governo de Campos Salles. Numa carta a José Carlos Rodrigues, depois de enumerar alguns dos seus problemas, o presidente conclui: "Peço que pense nestes assuntos e dê-me os seus conselhos e os seus auxílios. O *Jornal* tem uma importante missão aí". Campos Salles chegou a mandar notas para publicação: "Tive uma carta muito interessante do Luiz Viana e dela fiz um extrato para as 'Várias', se V. julgar que está em bons termos e sem inconvenientes. Está entendido que V.

poderá fazer as alterações que quiser e até inutilizá-lo. Acho que neste momento de intrigas o pensamento de Luiz Viana pode ser-me favorável".54

Assis Chateaubriand, o fundador dos Diários Associados, que chegaria a comprar o *Jornal do Commercio*, escreveu que "nenhum homem de imprensa, até hoje, governou tanto o Brasil como Rodrigues" e que "no seu tempo, o Brasil tinha dois chefes da nação — o do Catete e ele. Orientando a maior tribuna jornalística do Brasil, José Carlos Rodrigues impunha, pela capacidade de crítica construtiva e da crítica positiva, a sua opinião ao Executivo e ao Congresso".

Segundo seu concorrente, Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio* recebia vinte contos por mês da "verba secreta da polícia". Dizia também que o governo Campos Salles mandava publicar artigos favoráveis, com gastos de "milhares de contos", que depois eram transcritos nos "A Pedidos" do *Jornal*. Com sua linguagem desabrida, Bittencourt chamava Rodrigues de esperto, ardiloso, falsário e ladrão, dizia que vendera o passado de honra, austeridade e independência do jornal, transformado em "cocotte" de alto bordo, exigente e insaciável, que vendia apenas de 1,5 mil a 2 mil exemplares. Marialva Barbosa disse que quando perdeu uma encomenda da Prefeitura, na época de Pereira Passos, o *Jornal* começou a fazer-lhe críticas diárias.55

Durante o período em que comandou a diplomacia brasileira, o barão do Rio Branco frequentava assiduamente a redação. Sobre ele escreve Luís Edmundo em *O Rio de Janeiro de meu tempo*:56

> Há, ainda, um repórter inteligente que é bom não esquecer, pois muito honra a profissão. As grandes notícias oficiais, as que se escondem de todo o mundo, referentes, sobretudo, à política externa do país, só ele as colhe e as faz publicar no *Jornal do Commercio*, que para tão alto serviço não lhe paga, entretanto, sequer um real. [...] Chama-se José da Silva Paranhos, e é nosso ministro do Exterior... [...] Todas as noites [...] o barão do Rio Branco sobe, pachorrentamente, as escadas do *Jornal do Commercio* como as de uma repartição. É a sua hora de serviço.

Durante a questão Acre com a Bolívia, um redator do *Jornal*, Tobias Monteiro, "foi o instrumento do barão para esclarecimento do problema", como escreveu Danton Jobim.

Rio Branco orientava a opinião do *Jornal* sobre assuntos internacionais, inspirando ou escrevendo as "Várias" sobre política externa. Eugênio Gudin lembra:57

> Vi, contudo, mais de uma vez o Barão do Rio Branco sair a pé do restaurante Brahma depois do jantar e subir as escadas do *Jornal*, à esquina da Rua do Ouvidor, para redigir ou retocar essa ou aquela notícia. Rio Branco dava muita importância à publicidade, conquanto não em proveito próprio. Não hesitava, porém, em gastar, mesmo na imprensa europeia, quando julgava oportuno elevar o conceito do Brasil. Desse e de outros saiu o refrão "Dinheiro haja, senhor Barão", atribuído ao grande presidente Rodrigues Alves.

O *Jornal* conseguia do barão informações exclusivas a tal ponto que as folhas concorrentes recebiam notícias do governo através dele, como se fosse seu porta-voz. Posteriormente, porém, ele se desligaria do *Jornal do Commercio* para colaborar com o *Jornal do Brasil*, que estava

sendo lançado, mas voltaria mais tarde ao velho diário. Como sempre, Rio Branco insistia em controlar a orientação do jornal na área diplomática, como indica uma carta de agosto de 1908:

> Meu caro José Carlos Rodrigues. Como é que o *Jornal do Commercio*, um jornal seu, meu amigo, e folha em que trabalho como você sabe (ainda ontem à noite mandei-lhe um tema importante para [ilegível] uma coluna), como é que o *Jornal do Commercio* publica sem me ouvir uma VRIA como a primeira que acabo de ler com o maior espanto?

José Carlos Rodrigues deu apoio a Rodrigues Alves nas horas difíceis das revoltas da população contra a urbanização do Rio e a vacina obrigatória. Esses movimentos contavam com o apoio do *Correio da Manhã*, que dava seus primeiros passos como publicação popular.

Durante o Império, o *Jornal* assegurava que nunca fora folha oficial e que tinha pelo governo "deferência e respeito", mas que mantinha "a maior e mais completa independência". O *Jornal* de José Carlos Rodrigues não poderia dizer isso. Num período extremamente conturbado da República, preferiu apoiar o poder central para não contribuir para a instabilidade do país. No entanto, continuou, como antes, afastado da briga entre os partidos políticos, mantendo sua neutralidade. Numa carta a José Carlos Rodrigues, em Londres, o redator-chefe, Félix Pacheco, diz que "compreendendo que precisava ficar a igual distância de gregos e troianos, de sorte a sustentar a linha severa do *Jornal*, que não pode nem deve ser instrumento de nenhum grupo, tenho tido que empregar a maior habilidade, a fim de que se conservem inalteráveis as normas na folha". Affonso Arinos de Mello Franco disse que "é através do escrupuloso noticiário político do tradicional diário que melhor podemos acompanhar os acontecimentos".

INFLUENTE, INCOLOR E TÍMIDO

O volume e a variedade de informações, tanto do Brasil como do exterior, aumentaram consideravelmente. Era tal a credibilidade que quando o vespertino *A Notícia* publicou informações em 1895 sobre a luta dos cubanos pela independência, o público só acreditou quando a notícia foi confirmada pelo *Jornal do Commercio* no dia seguinte.58 O *Jornal* se consolidou como leitura indispensável da elite dirigente e continuou extremamente próspero. Segundo Luís Edmundo, em *O Rio de Janeiro do meu tempo*: "é impresso em grande formato. [...] Leem-no, atentos os homens do comércio, da política, os funcionários públicos, os quadros da tropa, todos, enfim, buscando informes em primeira mão, discretos e garantidos. Até quem não o lê, assina-o, como os bons mercieiros, que vivem a emprestá-lo à freguesia, hábito muitíssimo do tempo". E acrescenta: "não há empresa jornalística mais prestigiosa, mais sólida nem mais sisuda".59 Coelho Netto faz uma descrição parecida:

> Terminada a leitura, o taberneiro entregava o jornal ao caixeiro para que o levasse ao freguês mais importante e, até à noite, a folha andava de casa em casa, lida, relida, informando sobre a política, sobre o preço dos gêneros e das fazendas, sobre os casos das ruas e fazendo sorrir e chorar com os episódios do folhetim, sempre suspenso no ponto mais interessante.

O economista Eugênio Gudin escreveu na edição do sesquicentenário: "O *Jornal do Commercio*

em nossa casa era tão constante quanto o café da manhã e devo confessar que, desde logo (14 anos), comecei a tomar interesse pelo que se passava no Brasil e no mundo através do *Jornal do Commercio*, cujo proprietário-diretor, na época, José Carlos Rodrigues, era nosso vizinho à Rua Conde de Baependi". Ainda segundo Gudin:

> O *Jornal do Commercio* ao tempo em que comecei a lê-lo (1900) era de longe o diário de maior prestígio no Brasil. Havia outros como a *Gazeta de Noticias*, o *Jornal do Brasil*, *A Notícia*, a *Tribuna*. Mas nenhum o igualava em força e prestígio. Esta força vinha do governo Campos Salles, sobretudo depois que Tobias Monteiro, tendo representado o *Jornal* na viagem à Europa do presidente eleito, tornou-se o secretário de fato do presidente.60

Para André de Séguin des Hons, o *Jornal*

> era o órgão tradicional da burguesia brasileira. Diário conservador, tinha adquirido um caráter institucional por causa de sua longa tradição, de sua seriedade, de seu tom de detentor da verdade. Esta imagem de marca do jornal, que fez dele quase um símbolo de distinção de uma elite social, contrasta com a corrupção que grassava em numerosas redações. O *Jornal do Commercio* foi um dos pilares da Velha República e pesa com uma inclinação sempre conservadora sobre a vida política do país. Ele foi a principal testemunha e o principal representante do enriquecimento da burguesia cafeeira e dos seus jogos políticos.61

Quando ousou discordar, fazendo oposição ao governo de Floriano Peixoto, o *Jornal* sentiu a mão dura e forte do poder. Rodrigues, ameaçado de prisão, teve que esconder-se na casa de seu amigo Antonio Jannuzzi durante mais de um ano; ocultava-se da polícia, quando era procurado, atrás de uma parede falsa. Mas o *Jornal* passou a silenciar sobre o governo — só publicava os atos oficiais —, e foi pressionado através do Banco do Brasil, sem resultado. No Palácio do Governo perguntavam ao repórter do *Jornal* onde estava o bandido José Carlos Rodrigues e diziam que ele poderia ser considerado responsável na ausência do diretor. Mas o *Jornal* não apoiou os revoltosos da Armada contra Floriano, temendo uma guerra civil.

Rodrigues foi muito criticado, até pelos amigos, por não ter tomado posições mais firmes. Um deles escreveu-lhe que "não havia a mínima razão para você ter deixado a cidade, e que bem ao contrário, era um momento tão sério e angustioso para o país que você devia achar-se à testa do seu *Jornal*, criticando ou apoiando o governo como entendesse, que porém a atitude silenciosa do seu *Jornal* era de estranhar". Rodrigues respondeu que não tinha deixado a cidade, continuava indo ao escritório e que na atitude silenciosa do *Jornal* não havia "nada de estranhável. O *Jornal* não entende de lutas armada, nada tem com elas. [...] Além disso havia as consequências".

Por causa dessa omissão, Gondin da Fonseca foi rigoroso, mas não injusto, ao afirmar que "O *Jornal do Commercio* foi sempre muito incolor, dúbio, sem personalidade. Ficou neutro, até em momentos em que a neutralidade era inconcebível, como por exemplo, em 93, durante a revolta da armada". E o comparou a *Le Temps*, de Paris, o jornal francês de maior influência no tempo de Adrien Hébrard, possivelmente seu maior editor. Um redator do *The Times* acusou José Carlos Rodrigues de ser tímido e incapaz de dirigir a opinião pública por meio de seu grande jornal. Essa omissão ante os eventos também foi duramente criticada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em 1894, durante a presidência de Floriano Peixoto, houve pelo menos duas tentativas de tirar o *Jornal* das mãos de José Carlos Rodrigues. Uma delas partira de Henrique Villeneuve, sobrinho do conde Villeneuve, que anteriormente se opusera à venda a José Carlos Rodrigues. Outra de José Ferreira Ramos, dono do Banco Rural e Hypotecario. Quando soube que Ramos tinha comprado as ações da família Prado na empresa, Rodrigues "ficou tristíssimo" e deu uma ampla procuração a seu amigo Antonio Jannuzzi para que vendesse suas ações por 550 contos também a Ferreira Ramos. Mas Jannuzzi, percebendo que Rodrigues tinha tomado essa decisão num momento de depressão, não procurou o comprador. Ele depois lhe agradeceria por esse gesto.

O PRIMEIRO APOIO A DREYFUS

Ruy Barbosa, diretor do *Jornal do Brasil,* que fora perseguido pelo marechal Floriano e teve que sair do país, aceitou um convite de José Carlos Rodrigues para escrever no *Jornal do Commercio* desde Londres. Na primeira de suas crônicas, editadas depois em forma de livro com o título *Cartas de Inglaterra*, ele defende o capitão do Exército francês Alfred Dreyfus, judeu, da acusação de alta traição. Dreyfus foi condenado e degradado à ilha do Diabo, na Guiana Francesa. As acusações e o processo estimularam uma onda de antissemitismo na França. Datada de janeiro de 1895, a carta foi publicada em fevereiro com o título "O processo do capitão Dreyfus" e mostra as irregularidades cometidas no processo judiciário. Antecedeu em três anos a famosa "J'Accuse…!", de Émile Zola, carta endereçada ao presidente da República francesa e publicada no jornal *L'Aurore*. Dreyfus, em suas memórias, escreveu que a voz de Ruy Barbosa, *"le grand homme d'État brésilien"*, fora a primeira a levantar-se a seu favor e registrou seu "discernimento notável e grande liberdade de espírito".

Joaquim Nabuco, que tinha sido correspondente em Londres, também aceitou um convite de José Carlos Rodrigues para voltar a escrever no *Jornal*. Publicou uma série de artigos, entre janeiro e março de 1895, sobre o presidente do Chile José Manuel Balmaceda, que se suicidou depois de ser derrotado numa guerra civil. Era, na verdade, um pretexto para escrever indiretamente sobre o Brasil. Os artigos tiveram grande repercussão e foram reunidos em um livro com o título *Balmaceda*.

A guerra de Canudos foi coberta, por um tempo, por um enviado especial, o capitão Manoel Benício. Suas reportagens são de grande interesse para os historiadores. Walnice Nogueira Galvão diz que ele não teve a mesma preocupação de Euclides da Cunha com o estilo, o que atribui às condições difíceis na hora de escrever, mas foi, talvez, o jornalista que melhor informou sobre a guerra de Canudos.62 Empregava menos chavões e descia a minúcias como o preço da comida e do sabão para lavar a roupa. Ao contrário de Euclides da Cunha, que nem sequer chega a mencioná-la, ele se queixa da censura. Suas reportagens foram as primeiras a mostrar a enorme incompetência do general Arthur Oscar, entrando em detalhes sobre a

desorganização, a penúria e a fome no acampamento da tropa. Mas Manoel Benício não pôde ficar no sertão baiano até o fim do conflito. À repercussão de seus escritos e à pressão do governo é atribuída a decisão do *Jornal* de chamá-lo de volta. Benício foi ameaçado de morte por oficiais ligados ao general.63 Já no Rio, denunciou a degola dos prisioneiros, que mencionara em sua correspondência: "Diversos soldados que inquiri afirmam — surpreendidos — 'que o jagunço degolado não verte uma xícara de sangue' e que 'o fanático morto não pesa mais que uma criança'". Ele publicou um livro denunciando o massacre de Canudos, *O rei dos jagunços*.

No começo do século XX, o *Jornal do Commercio*, próspero economicamente, ergueu sua nova sede na avenida Central — atual avenida Rio Branco — com um custo de quase 1300 contos. O construtor foi Antonio Jannuzzi, o mesmo que dera abrigo a José Carlos Rodrigues quando foi perseguido pelo governo de Floriano Peixoto. Era certamente a publicação mais bem equipada do Brasil.

Antes da mudança, porém, Luís Edmundo fez uma observação bem pouco lisonjeira e certamente exagerada: "Funciona o velho órgão na rua do Ouvidor, num prédio antigo que cheira a mofo e onde ratazanas cruzam pelas pernas dos redatores, na hora do serviço". Na nova sede, porém, a redação era "sóbria, elegante, um tanto clássica no mobiliário, com mesas enfileiradas e de estilo. Havia qualquer coisa de majestático, de solene, de respeitável", segundo Humberto Ribeiro.

No entanto, a mudança representou um elevado custo para a empresa. Receoso de abandonar as tradições da rua do Ouvidor, sede no século XIX da maioria dos jornais do Rio, o *Jornal do Commercio* foi o último a mudar para a avenida Central, onde a maioria dos terrenos já tinha sido vendida. Só encontrou um pequeno terreno, precisamente na esquina da rua do Ouvidor, pelo qual pagou o preço mais alto da avenida, teve que adquirir um prédio ao lado, de cinco pavimentos sem acabamento, por quinhentos contos, e improvisar uma comunicação interna entre as duas construções. A oficina contava em 1907 com três rotativas Marinoni, duas delas de grande porte, e três linotipos Mergenthaler.

O jornal estava no auge da fama. Na história da imprensa brasileira provavelmente não houve, em sua melhor fase, outra publicação tão examinada, comentada e criticada.

Luís Edmundo fala sobre o *Jornal* "vovô":

> Caricaturam-no como um velhinho curvo, de barbas brancas e de pau na mão. Quando em contendas com seus colegas, estes chamam-no "caduco", "velho tonto", "gaiteiro"; descobrem-lhe reumatismos nas "Várias", rugas na "Gazetilha" e, nos "A Pedidos", flatulências senis. A verdade, porém, é que se ele não possui a ligeireza d'*A Cidade do Rio* e a graça da *Gazeta de Noticias*, ainda está muito bem conservado para sua idade e para o ambiente sisudo e conservador em que surgiu. [...] Não há empresa jornalística mais prestigiosa, mais sólida, nem mais sisuda.64

José do Patrocínio escreveu a propósito da morte do redator-chefe, Luiz de Castro:

> O *Jornal do Commercio* é impessoal. Não se sabe onde começa nem acaba o talento de cada um de seus redatores. Sabe-se que ali dentro há um mundo de saber, de opinião, de virtudes e de perversidade. [...] Quando se lê o *Jornal*, vê-se desfilar a nossa

sociedade: é uma exposição permanente de nossas grandezas e nossas misérias. O civismo e o servilismo, a verdade e a calúnia, a apoteose e a injúria acotovelam-se diariamente em suas páginas.65

A respeito da mudança gráfica realizada em 1908, Olavo Bilac comentou em artigo publicado no *Diário do Rio* e no *Correio Paulistano* que os velhos leitores do *Jornal do Commercio* tiveram "um movimento de surpresa e desgosto, quando viram a folha transformada, menor, mais bem paginada, de leitura mais fácil. A reforma não foi tão radical como poderia e deveria ter sido; mas, ainda que incompleta, bastou para surpreender os sexagenários e septuagenários que encaram com horror toda novidade".66

Olavo Bilac ainda disse que o *Jornal* estava trabalhando havia bastantes anos por uma revolução íntima, dirigida com muito tato e muita prudência por José Carlos Rodrigues, quase despercebida. O *Jornal do Commercio* tinha sido o "mastodonte", folha grave, pesada, seríssima e formidável, em cujas colunas nunca aparecia um sorriso. Era "um conselheiro Acácio e um gato pingado. Nele, a gravidade e a tristeza se confundiam de modo íntimo e seu bom senso chegava às raias da tolice; e a melancolia do estilo dos seus redatores dava à gente ideias de suicídio. Não era um jornal — era uma máquina de moer notícias. Não tinha movimentos instintivos".

Bilac acrescentou que há cerca de dez anos "tudo nele começou a transformar-se imperceptivelmente. Primeiro, uma pequenina flor no peito; depois, uma gravata clara [...] depois, a cartola substituída por um chapéu de palha... A graça, o bom humor, achando ali uma porta entreaberta penetraram na casa, e se instalaram nela". Houve, disse, uma revolução escandalosa: "Agora, mudado o formato, é que os fiéis dos hábitos adquiridos percebem a revolução. [...] O carro de bois transformou-se em automóvel". Na *Gazeta de Noticias*, ele mencionou: "o *Jornal do Commercio*, esse venerando ancestral (que, se não me engano, em abril de 1500 já dava minuciosa notícia da ancoragem de Cabral em Porto Seguro)".

Segundo João Luso, José Joaquim Medeiros e Albuquerque, por ocasião do seu exílio voluntário, após o malogro da campanha presidencial pró-Ruy, mandava de Paris, semanalmente, uma correspondência que constituía autêntica novidade no jornalismo brasileiro e possivelmente na imprensa diária do mundo. Eram resumos das mais notáveis obras literárias que iam aparecendo na Europa.67

"VÁRIAS", A SEÇÃO MAIS INFLUENTE

A seção mais polêmica e rentável do *Jornal do Commercio* podia ser "A Pedidos", mas a mais influente era "Várias", correspondente aos editoriais de hoje. O nome era uma abreviação de "Várias Notícias", seção que começou publicando informações gerais. A primeira "Vária" era um comentário que passou a refletir a opinião da folha. Não era publicada diariamente: por conselho de Picot, só deveria sair quando um evento a justificasse. Tal era a fama de sua influência que se dizia que as "Várias" derrubavam ministérios, embora seja difícil dizer quais de fato derrubou.

Alguns depoimentos, extremamente subjetivos, mostram a influência da seção. Prudente de Morais, neto, que se escondia discretamente sob o pseudônimo de Pedro Dantas, escreveu:

> Nas conversas dos maiores, uma coisa despertava enorme interesse e curiosidade: a importância por todos atribuída a uma família de entidades que não foi difícil de identificar em sua natureza, dir-se-ia quase que sobrenatural, as "Várias". Algo de misterioso e terrível. Ver, entender, acompanhar as Várias era um dever de todo cidadão prestante. Quem não estivesse a par da "Vária" do dia era, como dizer? Hoje diríamos, talvez, um alienado, incapaz de participar de qualquer conversa mais séria e mais profunda. Não leu a "Vária"? Então não sabe nada. Cresça (leia a "Vária") e apareça. As "Várias", sussurrava-se, derrubavam chefes políticos e ministérios. [...] Nem mesmo quando foi possível identificá-las, encontrá-las na terceira página e fazer algum esforço para tomar conhecimento do que nelas se continha, foi suficiente[mente] esclarecido o mecanismo de sua força. Derrubar ministérios, com uma conversa por escrito? Bem, vamos deixar prá lá, coisas, esquisitices de gente grande. É preciso crescer para entender. Outros interesses, outras leituras, um mínimo de familiarização com os mecanismos de formação do poder político, acabaram por elucidar como poderia uma "Vária" derrubar o gabinete.68

Segundo Eugênio Gudin: "A seção vital do *Jornal do Commercio* era a das 'Várias Notícias'. O adjetivo 'Várias' passou, aliás, a ser substantivo. Você já viu a 'Vária' do *Jornal do Commercio*, hoje? Dizia-se correntemente [...]. As principais 'Várias', sobretudo a primeira delas, traduziam o pensamento do governo".

Danton Jobim mostra o impacto de uma "Vária":

> Entre os artigos que o próprio barão [do Rio Branco] redigiu para os jornais amigos é justamente famosa uma "Vária" *do Jornal do Commercio* que alarmou o presidente Affonso Pena pelo tom violento em que fora vazada. Nessa "Vária" do velho órgão, sempre moderado em suas críticas, certas declarações do ex-ministro são consideradas como palavras de um insensato, o que causou escândalo.69

Marialva Barbosa disse: "Nenhuma das colunas do *Jornal do Commercio* possuía maior força jornalística do que as 'Várias'. Inúmeros eram os pedidos, lembretes, ordens para que determinada informação saísse sob a forma de 'vária'. Segundo depoimentos, era uma seção de tamanha repercussão que, tal como o próprio diário, passava a ser um substantivo".70

Humberto Ribeiro escreveu no *Jornal da ABI*:

> O *Jornal do Commercio* não tinha "artigo de fundo". Tinha as "Várias". Tinham a força de uma sentença. Por causa de uma "Vária", Ruy Barbosa, que já tinha sido convidado pelo presidente, Rodrigues Alves, não representou o Brasil na Conferência da Paz depois da I Guerra Mundial. A "Vária" dizia que todos os países tinham escolhido seus chanceleres para representá-los, foi atribuída ao ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama. Ruy declinou o convite e a delegação brasileira terminou sendo chefiada por Epitácio Pessoa.

Somente os editoriais do *Correio da Manhã*, na década de 1950, "puro arame farpado", como disse Paulo Francis, teriam, provavelmente, uma influência semelhante.

NOVA MUDANÇA DE CONTROLE

O *Jornal* lançou em dezembro de 1909 uma edição vespertina com o mesmo nome, de aparência e conteúdo mais leve, que circulou até abril de 1922. Nela, Lima Barreto publicou em

forma de folhetim *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Barreto, que fora boicotado pela imprensa por causa de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, no qual mostra veladamente o *Correio da Manhã* e seu proprietário, Edmundo Bittencourt, seria sempre grato a Félix Pacheco por essa oportunidade (ver pp. 408-9). Disse dele: "Não é do sr. Félix Pacheco, senador e redator-chefe do *Jornal do Commercio* de quem falo. É do Félix, protetor dos escritores desprezíveis e desprezados a quem me refiro e de quem só tenho recebido homenagens".

Em 1915, um quarto de século depois de ter adquirido o controle, José Carlos Rodrigues vendeu por 2 mil contos de réis sua participação e sua posição como sócio solidário da empresa em comandita ao comendador português Antonio Ferreira Botelho, um empregado do jornal que cuidava da administração e que desde 1908 era o gerente. A redação continuou sendo dirigida por Félix Pacheco.

José Carlos Rodrigues voltou sua atenção para os estudos de religião e para sua paixão como bibliófilo: a Bibliotheca Brasiliense, na qual investiu grande parte de sua fortuna. Como diz Rubens Borba de Moraes,71 Rodrigues "conseguiu formar a melhor coleção de livros raros jamais feita por um brasileiro", que ele enriqueceu com comentários muitos deles "perfeitos". "Para redigi-los, tinha, não só a cultura geral e histórica necessárias, mas o sentido seguro do valor de uma obra em relação às outras e a determinado assunto." Borba de Moraes considera a catalogação das obras feita por Rodrigues "excelente", muito superior a tudo quanto se publicava em Portugal e no Brasil à época, e afirma que atingiu o alto padrão das bibliotecas francesas do tempo. Reitera que "é a melhor bibliografia de brasiliana que se escreveu". A coleção forma hoje parte da coleção Benedicto Ottoni da Biblioteca Nacional. Há nela obras raríssimas como a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* [Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil] e o *Mundus Novus*.

Foi lançada em 1916 uma edição paulista com a compra de *O Commercio de São Paulo*, que mudou seu nome para *Jornal do Commercio*. Seguiria a mesma orientação do diário do Rio, "absolutamente estranho à política. Orgão tradicionalmente neutro", sem tomar o lugar de ninguém e prometendo fazer uma folha criteriosa e bem variada, com a convicção de que "essa orientação neutra é o que melhor se coaduna com o ambiente paulista". A edição paulista, dirigida por Mário Guastini, ganhou vida própria, e sua orientação não tinha o rigor da edição carioca. De 1911 a 1914, o *Jornal* publicou a revista mensal de luxo, o *Jornal Ilustrado*, e durante um tempo o *Jornal de Modas*, ambos impressos na Europa, que foram interrompidos por causa da Primeira Guerra Mundial.

Em sua preocupação em consolidar as instituições, da mesma maneira que fizera durante a administração de Rodrigues, em sua nova etapa o jornal continuava próximo dos presidentes da República, dando-lhes apoio. Na questão das Cartas Falsas, quando o *Correio da Manhã* publicou correspondência atribuída a Arthur Bernardes, com insultos ao Exército e ao ex-presidente Hermes da Fonseca, provocando violentas declarações dos militares, o *Jornal* apoiou o governo. Como fizeram presidentes anteriores, Epitácio Pessoa escreveu pessoalmente uma "Vária", que

foi publicada como a opinião da folha, na qual tentava apaziguar os ânimos exaltados. Disse que o governo se mantinha imparcial nas discussões políticas e que as declarações dos generais refletiam apenas opiniões pessoais e que não eram uma "manifestação coletiva".

Em 1919, o diretor da edição vespertina, Renato Lopes, desentendeu-se com Félix Pacheco e fundou seu próprio diário. O nome da nova publicação não foi casual. Renato Lopes aproveitou o fato de que o *Jornal do Commercio* era normalmente conhecido como o *Jornal* para batizar sua folha, que depois seria comprada por Assis Chateaubriand, com esse mesmo nome: *O Jornal*.

A embaixada francesa preparou um plano, em 1923, para comprar o *Jornal do Commercio*, que comparava, por sua influência entre a elite política e os homens de negócios, a *Le Temps* de Paris.72 Segundo um plano preparado pelo embaixador A. R. Conty, o jornal custaria 16 mil contos de réis (30 milhões de francos na época) e seria comprado pelos irmãos Guinle e seu cunhado Linneu de Paula Machado, que segundo o embaixador controlavam um grupo muito rico, muito poderoso e muito sério, além de francófilo. O governo francês aportaria 10 mil contos e a parte brasileira os restantes 6 mil. A direção política do jornal e o controle acionário seriam franceses. A embaixada criaria um serviço de informação encarregado de controlar a orientação do jornal, mas todo o acordo deveria permanecer em segredo. Félix Pacheco, ministro das Relações Exteriores, continuaria na direção. O embaixador francês, porém, não obteve a aprovação na França para o plano. Os ingleses também teriam feito uma tentativa de comprar o jornal, e não foram os únicos. O preço indicado pelo embaixador Conty parece excessivamente alto. Quase quatro vezes superior a outra proposta de compra feita pelo jornal.

Como escreveu Fernando Morais,73 essa outra oferta partiu de Assis Chateaubriand, que tinha recebido apoio do *Jornal do Commercio* quando chegara ao Rio e trabalhara nele. Pediu então a ajuda de Julio Mesquita, proprietário de *O Estado de S. Paulo*, que o ajudou na avaliação da empresa. O comendador Antonio Ferreira Botelho, o vendedor, já tinha concordado com o preço de 4,5 mil contos e os outros termos da transação, e dado a Chateaubriand uma opção de compra, quando o presidente, Arthur Bernardes, interferiu vetando o negócio, na véspera de sua concretização. Ferreira Botelho disse que não tinha como resistir às pressões de um presidente da República que governava sob estado de sítio. Bernardes foi orientado, na recusa, por seu ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, que nesse mesmo ano comprou o *Jornal*. Por coincidência, fora ele, como redator-chefe da edição vespertina, quem dera apoio a Chateaubriand quando chegou ao Rio. Pacheco cedeu metade de seu capital, como sócio solidário, a Oscar da Costa, gerente.

Segundo interpretou a embaixada francesa em sua correspondência com a chancelaria, quem na verdade tinha comprado o *Jornal do Commercio* fora o governo brasileiro, sem fornecer detalhes. Lamentou, porém, que, desde que Félix Pacheco assumira o controle, "ao contrário do que acontecia antes da mudança da direção", os artigos que mandava para publicação eram recusados. Curiosamente, a edição paulista do *Jornal* continuou apoiando a causa francesa. Segundo a embaixada, o cônsul alemão em São Paulo prometera cinquenta toneladas de papel

além de equipamentos de impressão, mas não cumpriu a promessa, e o diretor do jornal, "homem de princípios pouco recomendáveis", não quis perder o apoio da colônia francesa, "alinhou-se definitivamente a nossa causa" e mudou a orientação política.

DIFICULDADES ECONÔMICAS

Na segunda metade da década de 1920, o *Jornal do Commercio* adotou algumas medidas que só podem ser explicadas por dificuldades econômicas. Em julho de 1927, o Banco do Brasil tomou a sede do jornal em pagamento de dívidas no valor de 16 mil contos. Segundo a empresa, essa quantia era bastante inferior ao valor real dos prédios. A sociedade teve que reduzir o ativo em seu balanço assim como o capital de 7 mil para 4,9 mil contos. No ano seguinte a edição paulista do *Jornal do Commercio* foi fechada sem muitas explicações, mas era evidente a necessidade de economizar. A edição vespertina tinha acabado em 1922.

O *Jornal* continuava dando seu apoio ao governo, independentemente do partido que estivesse no poder ou de sua linha política. Mas, em 1930, num gesto extremamente raro, criticou o presidente Washington Luís e apoiou a Aliança Liberal, assim como a posse de Getúlio Vargas. Como escreveu André de Séguin des Hons, "que este monumento histórico do tradicionalismo fosse para a oposição para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas é provavelmente um sintoma de uma ruptura em vias de acontecer".74 Mas logo retornou à sua vocação governista e, ao contrário da maioria dos jornais, que pedia uma Assembleia Constituinte e se manifestava a favor do levante de São Paulo em 1932, as "Várias" defenderam os atos do Governo Provisório, a quem emprestou "o mais decidido e desinteressado apoio".

Félix Pacheco, o proprietário, morreu em 1935, e o jornal ficou com sua viúva, que doaria metade das ações a Elmano Cardim, o redator-chefe. O *Jornal* já tinha perdido muito de sua influência. Seu modelo e estilo não tinham sido renovados para acompanhar uma sociedade que se modernizava. Seus redatores ainda escreviam com caneta. Segundo Eugênio Gudin:

> O grande prestígio do *Jornal do Commercio* durou ainda alguns anos depois que sua propriedade passou às mãos de um comendador português, cujo nome não me ocorre, e pouco depois para o Sr. Félix Pacheco, ministro do Exterior no governo Arthur Bernardes e, finalmente, para o Sr. Elmano Cardim, jornalista primoroso. [...] Já não era, porém, o todo poderoso *Jornal do Comércio* do tempo de José Carlos Rodrigues.75

No entanto, ainda conservava a imagem de prestígio. Ruy Barbosa tinha chamado o *The Times* de Londres "um monumento à civilização da Grã-Bretanha" e, no começo dos anos 1940, Sobral Pinto observou que, no caso do Brasil, o mesmo poderia ser dito do *Jornal do Commercio*, onde escrevia uma coluna semanal sobre questões jurídicas a pedido de Elmano Cardim.

No Estado Novo, o *Jornal* se desgastou ao colocar-se de maneira acrítica ao lado da ditadura. Divulgou em 30 de setembro de 1937 como "furo" o Plano Cohen, um documento forjado no Estado-Maior — escrito pelo capitão Olympio Mourão Filho, integralista — sobre um suposto complô comunista para tomar o poder e que serviu como pretexto para a decretação do Estado

de Guerra no dia seguinte. A manchete do *Jornal* era: "O programa comunista para o Brasil", com base no documento lhe fora entregue pelo Gabinete do Ministro da Guerra. No dia seguinte, a informação foi publicada por todos os jornais, inclusive de novo pelo *Jornal do Commercio*, por se "haver esgotado a nossa edição de ontem". Mas outros jornais, como o *Diario Carioca*, *Correio da Manhã*, *Diario de Noticias* e *Jornal do Brasil* se mostraram mais cautelosos ao dar a informação.

A notícia da queda de Vargas, em outubro de 1945, foi publicada na página 4; sua morte, nove anos depois, só encontrou lugar na página 5. A primeira página era toda ela dedicada ao noticiário internacional. A informação política tornava-se cada vez mais escassa, para dar espaço ao noticiário econômico, aos assuntos legais e à informação internacional. O *Jornal* mantinha um pequeno núcleo de leitores na elite, mas não os influenciava como antes. Novos concorrentes, como o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diario de Noticias*, *Jornal do Brasil*, tinham surgido ou se modernizado e desempenhavam parcialmente o antigo papel do velho órgão. Cícero Sandroni escreveu que "Elmano Cardim insistia em manter [em meados da década de 1950] a estrutura do *Jornal* que recebera de Félix Pacheco, embora naquela conjuntura estivesse propenso [a] vendê-lo".76

O interessado foi o advogado e político Francisco Clementino de San Thiago Dantas, dono de razoável fortuna e ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que o comprou em março de 1957. Queria um órgão moderado para transmitir às classes conservadoras suas ideias de renovação da política, da economia e da sociedade. Segundo um amigo, considerava que as classes dirigentes estavam "carentes de esclarecimentos sobre o sentido das transformações do Brasil no após-guerra". Cícero Sandroni diz que as "Várias", sob a direção de Dantas, confirmam uma visão clara e inteligente, não só dos problemas brasileiros, mas também da conjuntura internacional.

Ele fez um considerável esforço de modernização do *Jornal*, negociou acordos com publicações estrangeiras como o *Financial Times*, introduziu uma tipologia elegante e atual. O novo diretor era Octávio Thyrso Lúcio Cabral de Andrade. Como chefe de redação foi contratado Luís Paulistano, que fizera fama no *Diario Carioca* e levou consigo uma nova equipe. Correu o boato de que os jornalistas recém-contratados eram aconselhados a levar sua própria máquina de escrever, "porque o pessoal de lá ainda escreve a mão" — uma das primeiras medidas realmente foi comprar vinte máquinas de escrever para a redação. O *Jornal* publicou mais fotografias e foi um dos primeiros diários da imprensa brasileira a contratar diagramadores para organizar a paginação e medir previamente o tamanho das matérias; antes, a disposição gráfica das páginas era decidida pelo chefe da oficina. O velho *Jornal do Commercio* tentava renovar sua apresentação sóbria, modernizar-se e recuperar parte de sua antiga influência.

Os conservadores não gostaram da nova orientação. Roberto Campos conta em suas *Memórias* que Dantas assumira "a penosa tarefa de escrever diariamente a 'vária', ou seja, o editorial, àquela ocasião um importante '*opinion maker*'. Sempre que viajava, cabia-me a tarefa.

Mas o parto mental diário de escrevê-la, corriqueiro para San Thiago, era para mim uma tortura".77 Segundo Campos: "O jornal, aliás, se encaminhara para uma postura nacionalista, de apoio ao monopólio estatal do petróleo, e triunfalista, de apoio à construção de Brasília. Ambas as posturas me desagradavam". Ele não explica o que teria levado Dantas a pedir sua colaboração sabendo que suas ideias eram opostas à orientação que queria dar ao jornal. Maurício Loureiro Gama, jornalista de São Paulo conhecido pelo conservadorismo, escreveu no *Diario da Noite* paulista que o *Jornal* "sofreu substancial desfiguração doutrinária, vinculando-se ao trabalhismo, ou melhor, ao PTB, oportunista e demagógico".

Nessa época, escreveu Austregésilo de Athayde, dirigente dos Diários Associados, que Chateaubriand já

> pensava no *Jornal do Commercio* considerando que nenhum outro era mais representativo da evolução econômica, social e política do Brasil, sobretudo no Segundo Reinado [...] Lembro-me que enquanto Elmano Cardim decidiu transferir a San Tiago Dantas a propriedade do *Jornal do Commercio*, Chateaubriand disse-me: "O San Tiago não tem experiência nem tarimba de jornalista profissional e menos ainda de administrador dos negócios da imprensa. É hora de estarmos à espreita, esperando que o fruto amadureça e caia em nossas mãos".78

Foi exatamente o que aconteceu.

Um ano e meio depois da compra, em setembro de 1958, um incêndio destruiu o velho prédio art déco da avenida Rio Branco. Os prejuízos foram elevados, estimados em mais de 9 milhões de cruzeiros, e não estavam totalmente cobertos pelo seguro. Em lugar de recomeçar, Dantas preferiu vender, como previra Chateaubriand, que se ofereceu como comprador. Como os Diários Associados não tivessem dinheiro, o vendedor arrumou o financiamento necessário. Chateaubriand, várias décadas depois de sua primeira tentativa, realizava o velho sonho de controlar o *Jornal do Commercio*. Roberto Campos comemorou: "Quando um incêndio destruiu a sede do jornal, na rua do Ouvidor, obrigando San Thiago a vendê-lo a Assis Chateaubriand, considerei tratar-se de um castigo merecido, o que amuou San Thiago a ponto de não nos falarmos por algumas semanas".

Wilson Figueiredo lembra como foi aquela curta fase do *Jornal* com Dantas:

> No começo de 1957 falava-se com admiração (e uma ponta de inveja) do que acontecia do lado ímpar da avenida Rio Branco, esquina do Ouvidor. Reformava-se o vizinho *Jornal do Commercio*, com dois mm, que recolhia na praça mal remunerada nomes para intimidar qualquer concorrência. A expectativa política adulava a outra reforma. San Tiago Dantas ia filtrar o trabalhismo, tão populista, para consumo conspícuo. Em 1958, o *Jornal do Commercio* pegou fogo, San Tiago desistiu e foi se eleger deputado federal em Minas Gerais pelo PTB, Assis Chateaubriand comprou o que sobrou, a reputação e pouco mais que o título. Reforma é gente.

Luiz Paulistano, o chefe de redação, costumava dizer: "Minha opinião é a opinião do jornal em que trabalho". Mas tudo tinha limites. Com a troca de proprietário, decidiu sair: "Vou botar meu paletó e não volto. Com Chatô eu não trabalho". Já tinha trabalhado com ele no passado.

Chateaubriand realizava sua velha ambição de controlar os mais antigos jornais do país e do

continente: *O Diário de Pernambuco* (1825), o *Jornal do Commercio* (1827) e o *Monitor Campista* (1834),79 de Campos dos Goytacazes (RJ). Aparentemente, queria colocar o *Jornal do Commercio* num patamar especial. Escolheu Carlos Rizzini, jornalista de prestígio e respeitado historiador da imprensa brasileira, para dirigi-lo. Mas Rizzini o transformou numa publicação veementemente conservadora; talvez muito mais radical em seu conservadorismo do que fora durante o Império e os primeiros anos da República. Alinhou o *Jornal* às posições mais extremadas e maniqueístas da Guerra Fria e, apesar de suas estreitas relações pessoais com Jânio Quadros, criticou asperamente sua política externa, passou a defender a "China Livre" de Taiwan e a condenar qualquer aproximação diplomática ou comercial com a China Continental. Rizzini dizia que as Forças Armadas brasileiras estavam minadas pela "corrosão vermelha", e que Picasso estava velho e quase octogenário, podre de rico, e lhe bastava, para divertimento, o comunismo.

Depois dele, o *Jornal* apoiou o golpe de 1964, como quase toda a imprensa, e considerou os Atos Institucionais um mal necessário, "indispensáveis restrições a certas garantias constitucionais". Mas defendeu a posse dos governadores da oposição Israel Pinheiro de Minas Gerais e Negrão de Lima do Rio de Janeiro, eleitos em 1965. O jornalista Moacyr Padilha assumiu a chefia da redação, antes de ir para *O Globo*, tentou melhorar o jornal. Segundo Eugênio Gudin: "Passados anos, e já em declínio, fazendo o *Jornal* parte dos Diários Associados, ainda houve alguns lampejos da pena do saudoso e brilhante Moacyr Padilha".

O *Jornal do Commercio* foi perdendo relevância. Especializado em informações econômicas, procurou um nicho no mercado do Rio de Janeiro, onde seu nome ainda ecoava. Em junho de 1965, a revista *Propaganda* escrevia que o jornal era rentável, a aparência gráfica tinha melhorado e a página editorial se destacava pela sua personalidade. "Porém, sua circulação e influência são tão escassas que, se amanhã o *Jornal do Commercio* desaparecer, sua ausência só seria percebida pelos leiloeiros do Rio, seus principais anunciantes e por algumas centenas de saudosistas: seus leitores". A revista assinalava que, por ser o órgão preferido para anunciar leilões, atas e balanços, tinha uma boa base para ampliar a cobertura dos assuntos econômicos e financeiros e poderia aproveitar a falta de informações que sentia o homem de empresa brasileiro para tornar-se um órgão indispensável de consulta. Depois, retomando uma longa tradição, poderia abrir suas páginas para análises em profundidade do mundo cultural e dos acontecimentos políticos.

No aspecto gráfico, dizia *Propaganda*, o *Jornal do Commercio* deveria reparar o crime de não publicar mais o tipo de letra desenhado na Inglaterra especialmente para ele quando estava sob a direção de San Thiago Dantas, que era, talvez, o mais elegante e legível de toda a imprensa brasileira. Mas, em lugar de fazer um jornal especializado em economia e finanças, dirigia-se a um público indiferenciado e de menor poder aquisitivo, competindo com os outros jornais do Rio até o ponto de fazer reportagens ilustradas de cunho policial. Das doze páginas diárias, duas eram dedicadas ao esporte, um espaço maior que o reservado ao noticiário econômico. E

concluía: "Logicamente os leitores buscam em outros jornais as informações esportivas, policiais e inclusive econômicas, onde são mais abundantes e melhor analisadas".

O *Jornal do Commercio* sofreu intensamente durante os momentos mais agudos da crise dos Diários Associados. Uma grande parte do pessoal foi demitida e os salários e colaborações foram pagos com considerável atraso. Austregésilo de Athayde, que fora diretor associado e era condômino, ficou cinco anos sem receber.80

Em 1972 houve uma tentativa de reativação, quando a chefia da redação foi confiada a Aloysio Biondi, um dos melhores e mais combativos jornalistas de economia do Brasil no século XX. Ele ajustou o foco nas questões econômicas e reanimou o jornal, numa tentativa de torná-lo, de novo, relevante. Mas, segundo Biondi, a pressão sobre a empresa, decorrente das críticas à política econômica do governo, fez com que a experiência, que terminou em 1973, não durasse mais de dez meses. Nesse período, o *Jornal do Commercio* preparou um suplemento de economia de doze páginas, com dados do IBGE e artigos críticos da política econômica do então ministro da Fazenda Delfim Netto, para ser encartado em todos os jornais da cadeia Diários Associados do país, com cerca de 1 milhão de exemplares. O diretor-geral do grupo, senador João Calmon, foi pressionado pelo governo e impediu sua distribuição.81

A circulação do *Jornal do Commercio* era de 4 mil a 5 mil exemplares apenas, mas, de acordo com Biondi, era lido na Escola Superior de Guerra e tinha influência no Rio. Biondi disse que teve que deixar o cargo por pressão do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, o que ele nega.

O *Jornal do Commercio* perdeu de novo o foco e a oportunidade ímpar que teve de ser o principal jornal de economia do Brasil — tendo sido o primeiro a tratar da concentração de renda, de acordo com Biondi —, esse mercado foi ocupado por outras publicações. Nas décadas seguintes, teve que competir por leitores e, principalmente, por anúncios de natureza legal como balanços e atas de empresas, não apenas com dois pequenos jornais do Rio, o *Monitor Mercantil* e o *Diário Mercantil*, este último também editado pelos Diários Associados, mas também com a *Gazeta Mercantil* e, mais recentemente, com o *Valor Econômico* e o *Brasil Econômico*.

No começo do século XXI, tentou ampliar sua influência e tornar-se uma publicação de alcance nacional, com impressão simultânea em Belo Horizonte e Brasília nas oficinas dos jornais associados dessas cidades, e também em São Paulo. A experiência foi abandonada e voltou a ser impresso unicamente no Rio. O atual *Jornal do Commercio* não tem o prestígio do passado, mas tem conseguido sobreviver.

9. *A Aurora Fluminense* (1827-35)1

Redator: Evaristo da Veiga

Na noite de 8 de novembro de 1832, Evaristo da Veiga, deputado e redator do jornal *A Aurora Fluminense*, do Rio de Janeiro, estava na livraria do irmão João Pedro e conversava com vários amigos quando foi alvejado por tiros de pistola. O rosto foi atingido por um pedaço de chumbo. Segundo escreveu Evaristo em seu jornal: "Fomos feridos pouco abaixo do olho esquerdo". Outras três pessoas ficaram feridas, uma delas com "dois quartos de bala na cabeça", outra com "catorze bagos de chumbo no braço e outra recebeu "duas feridas no peito, outras duas em uma mão, e sobre o olho". Segundo Evaristo, "os tiros não aprofundaram, talvez em razão de ser a pistola carregada em demasia". Depois de ferido, ele pediu um livro e disse: "Bom, não estou cego, ainda posso ler".

O atentado causou consternação no Rio, mas não em alguns jornais. De acordo com o próprio Evaristo: "o tiro, na *Trombeta*, no *Clarim* e no *Caramuru*, foi objeto de violentos insultos contra nossa pessoa; esses escritores simpatizaram claramente com o assassínio". *O Martelo*, uma folha próxima dos irmãos Andrada e que hostilizava continuamente Evaristo e a *Aurora*, lamentou a má pontaria do atirador:

Deu-se um tiro no Evaristo,
No Livreiro Deputado,
Muito mal feito foi isto!
Foi tiro muito mal dado!

No mês anterior ao atentado, *O Martelo* chamara Evaristo de "insolente", "atrevido", "livreiro energúmeno e desprezível", lamentando que ainda houvesse "incautos a quem ele, com seus escritos hipócritas e contraditórios, arraste, como carneiros, para o lado que segundo seus interesses particulares e os da sua súcia moderada lhe convém". Mas no jornal também cabiam marteladas bem-humoradas, como o diálogo de um partidário de Evaristo e um rústico: "'Que! Pois V. Mercê pode duvidar da sabedoria de um homem no meio de tantos livros?' 'Duvido, duvido', replicou o rústico; 'se ele os trouxesse na cabeça, escusava ocupar estantes'". Não se

sabe quem escrevia *O Martelo*: seu redator se manteve no anonimato e "ficou hidrófobo quando pretenderam descobrir-lhe a identidade", diz Gondin da Fonseca. Helio Vianna afirma que o jornal era escrito por um militar.

O Caramuru, de David da Fonseca Pinto, outro jornal ligado aos Andrada, também lamentou que Evaristo tivesse escapado vivo e tentou pôr a culpa do atentado na própria vítima: "fora o mesmo Sr. Evaristo quem o mandara perpetrar, recomendando que o fizessem de forma que o não ofendessem a fim de ter também uma razão para alegar contra os partidos que diariamente têm sido assassinados pelos jacobinos". Acrescentava que Evaristo "não respeita a honra, nem as virtudes, nem o saber" e depois, justificava o atentado: "parece observar-se em quase toda a população um geral sentimento em se não haver cumprido o assassínio!" e "se tem desenvolvido indignação contra os que prenderam o assassino!". Na época, assassino era sinônimo de criminoso. Em outra edição, o *Caramuru* afirmou que o descomedimento e mesmo a insolência da *Aurora* "lhe devem ter ganhado o ódio e indignação de muitos, como de fato acontece". Antes do atentado, *O Caramuru* já tinha dito que Evaristo era "livreiro mal-encarado, com olhar de porco".

O autor do disparo, um sapateiro, foi preso e indicou o coronel Ornellas, amigo de José Bonifácio de Andrada e Silva, como a pessoa que o tinha contratado indiretamente. Instaurado o processo, o advogado do coronel foi o desembargador Japi-Assú, o mesmo envolvido no assassinato de Libero Badaró (ver p. 320). O processo não deu em nada.

Evaristo da Veiga, que era a figura mais importante do partido moderador nos primeiros anos da Regência, foi o alvo predileto dos insultos e ameaças dos caramurus. Os indícios, aparentemente, apontavam para os irmãos Andrada como mandantes do atentado. Mas Evaristo não acreditou na cumplicidade de José Bonifácio: "queremos acreditar que o sr. José Bonifácio não interveio no crime: não o temos por feroz e perverso [...] Mas quanto a seu irmão, o Sr. Martim Francisco, cuja alma rancorosa todos conhecem, temos mais de uma razão para suspeitá-lo". Segundo Octavio Tarquinio de Sousa essas suspeitas tinham pouco fundamento. O assunto foi logo esquecido, e o episódio ficou como exemplo da violência da vida política e da linguagem sem freios da imprensa da época.

Evaristo Ferreira da Veiga era filho e irmão de livreiro. Seu pai, Francisco Luís Saturnino da Veiga, morou um tempo em Vila Rica, a capital de Minas Gerais, e teria tido algum contato com os inconfidentes. Abriu uma livraria no Rio, na qual Evaristo aprendeu latim, francês, inglês e italiano, mas não chegou a estudar em Coimbra, como sonhara — numa referência maliciosa à sua falta de estudo superior, *O Martelo* escreveria: "Possuímos um Franklin, a quem só falta o título de Doutor". Sua "universidade" seria a livraria do pai.

Ele ajudou Evaristo e seu irmão mais velho a abrir outra livraria, a João Pedro da Veiga & Comp., em 1823. Em 1827, ele teria seu próprio negócio, a Evaristo da Veiga & Comp., comprada do francês Jean-Baptiste Bompard, que se tornaria a maior do Rio.

Como Hipólito José da Costa, a quem foi comparado, Evaristo defendia a União do Brasil e

Portugal e combateu a Revolução de Pernambuco de 1817. Depositou grandes esperanças nas mudanças liberais iniciadas com a Revolução do Porto em 1820, mas as medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa, que levariam o Brasil de volta à condição de colônia, foram decisivas para a construção de um ideário segundo o qual a formação política do país estaria ancorada na Independência, na monarquia constitucional, na liberdade individual e na liberdade de imprensa.

Evaristo, poeta bissexto, foi autor em agosto de 1822 da letra do *Hymno Constitucional Braziliense*, conhecido como *Brava gente brasileira* ou *Hino à Independência*, e que começa com "Já podeis da Pátria filhos/ Ver contente a mãe gentil;/ Já raiou a Liberdade;/ No horizonte do Brasil".

Foi o Hino Nacional até que em 1922 — exatamente um século depois de Evaristo ter escrito a letra — foi oficialmente substituído pelo atual, com música de Francisco Manuel da Silva e letra de Joaquim Osório Duque Estada. O visconde de Cairu, sempre disposto a agradar a realeza, afirmou que o autor da letra do hino fora d. Pedro, ao que Evaristo respondeu dizendo que "esse hino é saído do humilde balcão e produção mesquinha de nossa mocidade".

Segundo Juarez Bahia, Evaristo interessou-se pelo jornalismo ao visitar, ainda menino, as oficinas da Impressão Régia.2 *A Aurora Fluminense. Jornal Politico e Litterario* foi fundada em 21 de dezembro de 1827, por José Apolinário de Moraes, José Francisco Sigaud, médico francês, e Francisco Valdetaro. Evaristo da Veiga passou a escrever no jornal, tornando-se o redator principal e, a partir de 1829, o único. O jornal esperava que o estilo e a imparcialidade da linguagem lhe assegurassem um porvir estável.

Tinha no começo quatro páginas, passando a seis em 1830. Em 1827 era bissemanal, circulando às segundas e sextas. Em 1828, já trissemanal, saía às segundas, quartas e sextas. Custava oitenta réis o exemplar e 2 mil-réis a assinatura trimestral. Era impresso na Typographia do Diario do Rio, depois na Officina de R. Ogier, na Typographia Americana e finalmente na Imparcial, de Francisco de Paula Brito. Em 1829 foi retirado o artigo "A" e o nome do jornal ficou apenas *Aurora Fluminense*.

Seu tom liberal desagradou as folhas que apoiavam o imperador. Desde o começo envolveu-se em polêmicas com os órgãos absolutistas: *Diario Fluminense*, *Courrier du Brésil*, *O Analista* e *Jornal do Commercio*. Assim que saiu à rua, a *Gazeta do Brazil*, subsidiada por d. Pedro I e com a qual ele colaborava, escreveu que a *Aurora* era uma "fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo que, graças à fraqueza de nosso governo, tanto pulula por ora entre nós".

Ante a linguagem agressiva da imprensa, a *Aurora* escreveu no terceiro número que seria um triunfo digno da civilização se os jornalistas abandonassem o sarcasmo, a satírica alegórica, "a calúnia, a intriga e outros muitos abusos criminosos, de que se vão enchendo as colunas de nossas folhas periódicas com notável escândalo dentro e fora do Império", e menciona as contestações pueris e indecentes que tanto escandalizam e irritam os espíritos.

Como disse Octavio Tarquinio de Sousa, a imprensa do Rio era, "quase sem exceção a mais

deplorável possível, pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro que nada poupava, toda de jornais incapazes de discutir uma questão sem baixar ao mais desbragado personalismo, fosse para louvar, fosse para deprimir".3 Nesse meio, o jornal de Evaristo destoava.

A Aurora Fluminense defendia o fim da escravidão, mas não abruptamente, a reforma agrária, o estímulo à educação e o fortalecimento do poder Legislativo frente a um Executivo forte: "Ora será por ventura decente que um ramo do Corpo Legislativo prometa estar sempre em perfeita harmonia com o Ministério? Não seria melhor desejar que o Ministério marchasse sempre de acordo com a Câmara?".

O mesmo comedimento, moderação e equilíbrio era usado em relação às finanças públicas. "Os empréstimos têm tantos inconvenientes que o Governo sábio só deve recorrer a eles, como o enfermo recorre a um remédio violento, e o seu primeiro dever, logo que contraiu o empréstimo, é procurar extingui-lo", escrevia o jornal.

A Aurora Fluminense foi continuadora — ou uma extensão, como escreve Juarez Bahia — do *Correio Braziliense*. Ambos fizeram uma apreciação serena de um período conturbado e de mudanças, optando pela moderação num momento em que a predominância das ideias extremas poderia levar à deflagração de graves conflitos e à desintegração do país. Juarez Bahia diz ainda que a *Aurora* era um jornal mais simples e mais eficiente que seus concorrentes, tinha menos pretensão bacharelesca, e sua linguagem elegante, repassada de ironia, contribuiu para um padrão de estilo até então desconhecido na imprensa.4 Segundo Moreira de Azevedo, "em vez de divagações indiscretas e insulsas, que pejavam nos periódicos da época, lia-se naquele jornal uma linguagem expressiva porém comedida, uma ironia frisante, porém branda, precisão e fluidez no estilo, beleza e riqueza de ideias".5

Num pequeno jornal da época, *Os Dois Compadres Liberais*, pode ler-se: "Eu gosto d'*Aurora*, porque seu autor, além de ser muito liberal, tem firmeza de caráter em sustentar o que escreve". Se a *Aurora* seguiu uma linha independente, sem vínculos com nenhuma das facções que lutavam pelo poder, era, ao mesmo tempo, um jornal pragmático. Via a monarquia como o instrumento político que manteria o país unido dentro de um regime liberal. "Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada — é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais". E pregava: "Queremos Constituição, não queremos Revolução".

Para Antonio Candido, Evaristo "não via outra bússola para a nação recém-criada, nem outro meio de instituir a pauta de razão em face dos movimentos irregulares da sociedade em mudança. [...] A aplicação correta da Constituição era a ordem, a unidade, o progresso e a presença de um soberano hereditário lhe parecia favorecê-los". Evaristo representava, "graças a seu apego ao constitucionalismo, a forma mais adequada de transação — um dos segredos da unidade nacional". Ainda segundo Antonio Candido, ele tinha uma "personalidade coesa e excepcional, em que a placidez não impedia a bravura, a moderação não obstava o impulso renovador, a paixão política se casava com a imparcialidade, a paixão para a vida pública à

modéstia e ao mais absoluto desinteresse".6

Depois de meio ano de circulação, dizia a *Aurora* que evitava "cuidadosamente os dois extremos, da servilidade abjeta, e do louco exaltamento [...] Os absolutistas, e os homens iscados de velhos prejuízos nos trataram de *revolucionários*, e sediciosos; e os anarquistas taxaram-nos de *equívocos*, *pouco enérgicos* e mesmo de *lisonjeiros*". Em relação aos liberais exaltados, afirmava: "Confundem alguns a violência, o furor com a energia, estão persuadidos que a moderação é indício de fraqueza [...] Nada mais perigoso do que semelhante doutrina, especialmente nos tempos de mudanças políticas". Octavio Tarquinio de Sousa disse de Evaristo que era "fundamentalmente moderado, uma natureza que abomina os extremos; um indivíduo fadado à posição de equilíbrio entre a conservação e o progresso, entre a tradição e a novidade", e dono de uma "coerência tanto mais notável quanto os acontecimentos se sucediam vertiginosamente, em mutações bruscas e imprevistas".7

Numa das apreciações mais felizes sobre Evaristo, Antonio Candido diz:

> foi o herói das virtudes medianas e ninguém justifica melhor o dito de Leopardi, segundo o qual "a paciência é a *mais heroica das virtudes* justamente por não ter aparência alguma de heroísmo". Nele, a vontade predominava sobre a sensibilidade e a inteligência, traduzindo-se pela famosa moderação, que adotou por princípio tático e se tornou a palavra de ordem do movimento subsequente ao Sete de Abril.8

O prestígio de seu nome se estendeu por todo o país a ponto de ele ser eleito deputado pela província de Minas Gerais, onde nunca tinha estado; na verdade, nunca tinha saído do Rio de Janeiro.

O conceito de povo que tinha a *Aurora* não era abrangente: nele não se encaixava toda a população. Às vezes é possível perceber em suas palavras um eco das ideias de seu inimigo, o reacionário visconde de Cairu. A *Aurora* expressa também as ideias de jornais moderados como *Astrea* e *o Independente* ao escrever: "Quando dizemos — *povo* — claro que não falamos da massa ignorante, ou destituída de interesse na ordem social, que os demagogos adulam, e de que fazem o objeto de suas especulações; mas sim dos homens pensantes, honestos, e que nada tendo a ganhar na anarquia, olham todavia com justo receio para qualquer ensaio de despotismo". Diz Basile que para eles o ideal de nação era um meio-termo entre o absolutismo e a anarquia, rejeitando preceitos sociais igualitários.9 Evaristo também relutava em aceitar a ideia de uma federação: "Os argumentos que se leem em vários jornais a favor da federação não nos parecem convincentes, nem razoáveis".

Nos primeiros anos, *A Aurora Fluminense* não atacou o imperador diretamente. Mas, ante a visível inclinação de d. Pedro pelo absolutismo e o aumento da influência do partido português, houve uma polarização da vida política e uma intensificação da virulência da linguagem na imprensa. A *Aurora* não ficou alheia a essa radicalização. Depois da Noite das Garrafadas, confronto violento entre portugueses partidários do imperador e brasileiros em abril de 1831, o jornal aderiu ao movimento que pedia a abdicação de d. Pedro, mas se opôs simultaneamente

tanto aos jornais áulicos e defensores das prerrogativas dos portugueses como à imprensa dos ultraliberais.

Os portugueses tinham enorme influência na sociedade e na vida pública. Exerciam importantes cargos públicos, dominavam grande parte do comércio, interferiam na política, controlavam diversos jornais. Tudo isso talvez fosse inevitável num país que acabava de conseguir a Independência, mas predominava a sensação de que eles agiam com certa insolência.

O confronto e a radicalização levaram o imperador a abdicar em nome de seu filho Pedro em 7 de abril de 1831 e a retornar a Portugal. Evaristo escreveu uma crítica a d. Pedro, já sem amarras, com uma linguagem violenta: "O perjuro abdicou — que se vá em paz gozar os frutos de suas traições. [...] A Constituição seja o nosso Norte; com ela tudo venceremos: prudência, concidadãos, moderação, ordem e respeito a todos os nossos chefes".

Com o retorno do ex-imperador a Portugal como d. Pedro de Alcântara, duque de Bragança, houve um período de indecisão e incerteza sobre o rumo que o Brasil tomaria. Os radicais mais exaltados queriam "o governo do povo por si mesmo, na significação mais lata". Isto é, pediam a abolição da monarquia e a instalação de um regime federativo e republicano, que conduziria inevitavelmente a uma divisão do país com a instalação de várias repúblicas, como já fora tentado fazer em 1824. Evaristo, temeroso da anarquia e do desmembramento do país, escrevia: "a república virá talvez, mas não a única da França de 1793, nem a federal da América do Norte; porém, a multíplice, nominal, regida por inumeráveis pequenos chefes militares". Temia repetir-se no Brasil o que acontecera na América espanhola. Ele escreveria na última edição da *Aurora* "que a revolução era inevitável, porque o Monarca e a Nação tinham se divorciado".

Ante o vazio legal e político que se abriu com a abdicação, Evaristo decidiu que era necessário "apoderar-se da revolução", como escreve Octavio Tarquinio de Sousa, para impedir que o Brasil "se perdesse nos abismos da dissolução social". Ele participou ativamente da formação da Regência em suas várias etapas e apoiou o governo de Feijó, um liberal de temperamento conservador, para garantir a manutenção da ordem. "Não consiste a liberdade em abater por tal modo o governo que ele não possa preencher os fins para que foi instituído", disse. Transformou-se no líder do partido moderado e foi o principal articulador político durante esse período. Dizia-se que governava o Brasil do balcão da livraria. Afirmava que sua preponderância era moral e podia ser exercida por qualquer outro cidadão. Gondin da Fonseca afirma que Evaristo se apoderou da revolução do 7 de abril como se fosse seu dono.10 Seu jornal, que crescera na oposição, transformara-se no principal defensor do governo da Regência.

Vários dos líderes moderados eram ideologicamente republicanos, mas sacrificavam esse ideal para tentar instalar a ordem e manter a unidade do Brasil, e achavam que no momento isso só seria possível com a monarquia constitucional. Antonio Candido disse que Evaristo aceitou a dinastia de Bragança para conciliar a liberdade com a exigência da ordem. E acrescenta, numa interessante observação, que seu drama foi ser, no fundo, um republicano paralisado pelo

reconhecimento dessa necessidade básica em um momento de crise.

Embora de 1831 a 1833, os primeiros anos da Regência, a *Aurora* fosse o jornal de maior circulação do Rio, com 1100 assinantes, tinha poucos anúncios. O próprio Evaristo da Veiga e seu irmão, donos de livrarias e de uma tipografia, anunciavam seus negócios não na *Aurora Fluminense*, mas no *Jornal do Commercio* e no *Diario do Rio de Janeiro*. A *Aurora* fora concebida como órgão de doutrinação política, não como folha de anúncios. Mas a influência do jornal ultrapassava em muito sua circulação. Era com frequência lido coletivamente e cada exemplar estava ao alcance de muitas pessoas (ver figura 15).

Os caramurus, conservadores associados ao grande contingente português, formaram o Partido Restaurador, que defendia o retorno de d. Pedro ao Brasil como imperador, objetivo que não era irrealista. A pressão popular pela volta crescia e tinha o apoio de pessoas ilustres, como os Andrada. Joaquim Nabuco assegura que a maioria do povo era caramuru. Mais de uma vez espalhou-se o boato de que d. Pedro embarcaria para o Brasil sob a proteção da esquadra inglesa, e chegaram a correr rumores de que ele já tinha efetivamente colocado o pé no país. O espectro do retorno pairou como uma ameaça sobre o Brasil. A *Aurora* escreveu que "a restauração seria ensanguentada, horrível, efêmera".

O temor do retorno de d. Pedro levou a *Aurora* a uma linguagem extremamente agressiva. Gondin da Fonseca chega a comentar que a moderação de Evaristo foi tão violenta quanto a exaltação dos exaltados, e transcreve, como exemplo, um virulento ataque da *Aurora* de 1832 contra o antigo imperador:

> Quereis ver os brasões de d. Pedro e sua gente? Lembrai-vos: a traição da praça do Comércio; iníquas perseguições de muitos patriotas; a dissolução da Assembleia, o desterro de alguns, e insultos em um Decreto a todos os deputados; a usurpação do poder soberano e constituinte da nação; sangue derramado em quase todo o império por meio das comissões militares; os estragos da guerra sobre muitas províncias; o assassinato jurídico de Radcliffe[11] encomendado a seus algozes de toga.[12]

A *Aurora* faz uma longa lista de outras acusações, entre as quais "o extermínio de mais de três mil recrutas do infeliz Ceará; a mortandade de presos do Ceará em porões de navios", e entra depois na vida pessoal do imperador ao mencionar "os tormentos e morte da virtuosa imperatriz Leopoldina; o adultério, a violação, a mais nojenta prostituição em seus palácios". "Eis uma resumida resenha dos títulos que tem d. Pedro à nossa gratidão", conclui.

Mas quando d. Pedro morreu, em dezembro de 1834, e desapareceu o perigo da restauração, Evaristo, que tanto o combatera, foi generoso ao lembrar o antigo monarca: "se existimos como corpo de nação livre, se nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas [...] devemo-lo muito à resolução que ele tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência".

Para a *Aurora*, um membro da família real, dessa vez o menino de cinco anos Pedro d'Alcântara, futuro imperador, personificava de novo "o símbolo da união e da integridade" do Brasil. Gondin da Fonseca afirma: "Evaristo soldou o Brasil que, sem ele, se teria talvez desfeito

em cacos depois de 1831".13

Até 1833 a *Aurora* tinha defendido a centralização do poder. Era contrária a estabelecer uma federação no Brasil por achar que poderia levar à separação das províncias e a sua transformação em repúblicas independentes. Houve momentos em que federalismo pareceu sinônimo de republicanismo, mas, a partir daquela data, a *Aurora* aceitou a federação, não por estar convicta de sua necessidade, mas devido à disseminação da ideia e sua aceitação geral.

Por adotar geralmente uma posição moderada, Evaristo foi combatido pelas duas facções, a dos conservadores (a *Aurora* continuou sendo o alvo predileto de seus jornais) e a dos extremados. Ele escreveu que "o nome de *moderado* nos foi imposto, como um estigma afrontoso", mas, como foi visto, eventualmente participou também dos excessos da época. Numa espécie de autocrítica, Evaristo escreveu:

> A maior parte dos jornais que possuímos (e nesta parte também nos confessamos culpados ou arrastados pela força da torrente) mais invectivam que argumentam os nomes próprios e não as doutrinas enchem quase todas as páginas. Conhecemos que esse vício é ainda mais notável nas folhas que pertencem à comunhão exaltada, porém não são isentos de tal censura os periódicos da moderação.

Com o tempo Evaristo ficou mais conservador. Disse que os liberais atacavam os que "não desejavam promover um choque violento entre os proprietários e os que nada possuíam". E, se temera o retorno do imperador, o déspota, mais medo tinha da desordem: "Não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize".

Por causa da linguagem desabrida que adotou em algumas ocasiões, Nelson Werneck Sodré14 afirma que *A Aurora Fluminense* não foi modelo de ética jornalística, pois seu redator, quando duramente atacado, revidou com aspereza; e se sofreu campanhas torpes, cutiladas violentas, provocações de toda ordem, ele não permaneceu insensível, recorrendo a "tremenda clava demolidora, em que difamação, mentira, injúria constituíam elementos singulares".

Danton Jobim, por seu lado, fica perplexo ante Evaristo e seu jornal:

> A enorme influência do diretor da *Aurora Fluminense* sobre o governo da Regência, que ocupou o poder durante a minoridade do imperador Pedro II, foi, talvez, caso único em nossa história. Pois bem, confesso que não tive paciência de ler as longas pregações desse livreiro que, com a sua pena de pato, do balcão de sua loja, exercia forte autoridade sobre os partidos políticos e o governo. Seu estilo nada tem que o recomende ao espírito de hoje, suas ideias não são muitas nem tão brilhantes que expliquem, por si sós, o êxito político que seu jornal alcançou.15

Numa curiosa visão de suas responsabilidades como jornalista e como deputado, Evaristo explicou que em certa ocasião escrevera como jornalista contra determinado político em função de rumores e boatos, com base nos "diz-se", "conta-se", mas que como legislador necessitava "de provas e não de simples suspeitas" contra ele e que só poderia decidir com provas, testemunhos e documentos. Explicava que "onde há sistema representativo e imprensa livre, os periódicos ainda os mais seguidos são órgãos dos boatos acreditados e podem emitir com toda a franqueza o seu voto singular, a opinião de deduzirem das aparências das coincidências, das

possibilidades" e reconhecia: "nunca tive aquela certeza que deve ter o juiz, o legislador".

Ele se via como um analista e comentarista de informações de domínio público — às vezes de origem duvidosa —, não como um repórter preocupado com a precisão da informação.

Um jornal que se solidarizou com Evaristo foi *O Republico*, de Borges da Fonseca, que utilizava uma "linguagem áspera e violenta". A *Aurora* era escrita com um estilo simples e pouca preocupação com a forma. Como diz Tarquinio de Sousa, Evaristo tachava o estilo de Martim Francisco de "altissonante"; mas o dele era considerado "baixissonante"; ele próprio reconhecia o escasso brilho de seu estilo: "confessamos que a nossa frase é pouco sublime: somos do povo e escrevemos para o povo: basta-nos clareza e verdade".

Nesse período, a *Aurora* era o jornal mais vendido no Rio de Janeiro e o mais influente. "Evaristo, na imprensa, fez a Regência e Ruy fará a República", disse Joaquim Nabuco, mencionando que Evaristo exercia então uma ditadura da opinião. Gondin da Fonseca concorda e acrescenta que "a exercia pela coação do talento".16 Ele considera Evaristo o maior jornalista brasileiro pela ação que desenvolveu nesse período, ao combater sem ódio e sem transigência de princípios os homens da extrema esquerda e da extrema direita, "e batendo-se corajosamente contra os que incitavam certos vagabundos a matá-lo".

Atacado por vários lados, cansado, aos 36 anos, Evaristo fechou a *Aurora*. A última edição, de número 1136, circulou em 30 de dezembro de 1835, oito anos depois de ser lançada. Ele fez um balanço no primeiro e único artigo que assinou desde a fundação do jornal, e justificou a agressividade do passado: "A linguagem enérgica que a *Aurora Fluminense* ergueu nos dias de Março [de 1831], tem sido acremente censurada, desde que a exageração mesma dos ressentimentos trouxe após si a acostumada reação; estava contudo ela a par das exigências da crise". A respeito do movimento para o retorno de d. Pedro, afirmou: "O redator da *Aurora Fluminense* julgou-se obrigado a combater com todos os seus recursos o partido restaurador. Não era uma linguagem mole e cortês que convinha empregar na peleja". Reconheceu que minimizou as falhas do governo da Regência: "Julgamos porém, que no precipício em que estivemos, que valia mais disfarçar-lhe alguns erros, do que cairmos nas mãos de quem suspirava manifestamente pelo regresso do d. Pedro I, e pelo regime da reação". Afirma que enfrentou o radicalismo usando a moderação ao dizer que a *Aurora*, "combatendo as exagerações republicanas, pouco depois travara peleja contra as exagerações monárquicas [...]. Evitamos os dois extremos", trilhando o caminho médio. Justificou as mudanças de posição: "na escola da experiência aprende-se a reformar algumas de suas opiniões e doutrinas". Confessou que fora parcial em ocasiões, quando agiu mais como político que como jornalista:

> O bem público mesmo obriga muitas vezes a calar algumas coisas e sem trair a verdade, a dizer aos cidadãos que figuram sobre a cena política, só aquilo que convém ao país. Mas se os nossos juízos, uma ou outra vez têm sido inexatos ou apaixonados, nunca (e em voz alta o dizemos), nunca tivemos a intenção de caluniar ainda os mais rancorosos inimigos, jamais descemos a lançar mão desse meio abominável, e que nenhumas circunstâncias justificam. Nas polêmicas contra o *Aurora Fluminense* se têm sustentado, a nossa vida privada, os nossos hábitos externos, as nossas relações mais queridas foram

dilaceradas por um modo indigno e que não podia deixar de exacerbar o coração mais frio. Nunca pagamos na mesma moeda.

No entanto, reconheceu que "demos à polêmica maior espaço do que cumprira" e que "em várias ocasiões ela imprimiu nos artigos da *Aurora Fluminense* uma cor de personalidade que aborrecemos". Evaristo disse que fechava o jornal porque não era mais preciso trocar o sacrifício de seu repouso e a paz e a tranquilidade de seu espírito pelo afã de jornalista, e que podia retirar-se da arena sem detrimento para a causa pública. O que restava a fazer era mais obra do legislador do que do jornalista.

Evaristo morreu em maio de 1837, de uma "febre perniciosa" ou de uma "pericardite", antes de completar 38 anos. Para o *Correio Official*, ele foi o "Franklin brasileiro". O *Jornal de Debates* escreveu: "Evaristo morreu de uma paixão generosa". Segundo o crítico João Ribeiro, "de todos [os órgãos da imprensa], porém, aquele que maior influxo exerceu foi *A Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, o maior de nossos antigos escritores de imprensa".

O conservador Justiniano José da Rocha, seu grande admirador, numa polêmica com Antonio Carlos de Andrada, escreveu no jornal *O Brasil* em 1840 que Evaristo foi um "cidadão benemérito a quem talvez mais devamos a existência de nossa bela pátria, que outros quiseram entregar às vinganças de uma restauração" e que ele "se pôs diante do carro da revolução despenhado em 7 de abril, em risco de ser por ele esmagado; um Evaristo que para salvar vítimas e refrear os furores da populaça, expôs sua popularidade".17

Ao contrário de outras folhas da mesma época, como o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* e o *Diario do Rio de Janeiro*, feitas por uma equipe e que foram fundadas para informar, não para defender uma doutrina política, e que tiveram longa duração — os dois primeiros ainda circulam —, *A Aurora Fluminense* teve vida efêmera e era um jornal pessoal. Seu objetivo era difundir as ideias de seu redator e influir politicamente no destino do país, como de fato influiu. Era a extensão do seu inspirador e se confundia com ele. Como outras publicações doutrinárias, não sobreviveu a ele, nem era essa a intenção.

Um jornal de mesmo nome foi lançado em maio de 1838, talvez por Torres Homem. Pretendia ser uma continuação do antigo periódico, com "modificações", mas não tinha nenhuma relação com a *Aurora* de Evaristo. O último número circulou em julho do ano seguinte.

10. *Sentinella da Liberdade* (1830-7)1

Redator: Cipriano Barata

O período da Independência é pródigo em jornalistas exaltados e em jornais de linguagem desabrida e insultuosa. Mas provavelmente ninguém superou Cipriano Barata como jornalista panfletário, nem seu jornal, *Sentinella da Liberdade*, teve rival em agressividade. Para o conservador Helio Vianna,2 de todos os jornalistas brasileiros o que melhor mereceu o título de agitador popular foi, sem dúvida, Cipriano Barata, a quem qualifica como revolucionário, parlamentar, pasquineiro e insultador, além de destacar sua vocação a demagogo. De acordo com Helio Vianna, ele foi também o civil que mais prisões militares conheceu no Brasil, "motivadas pelo inegável perigo representado por seus constantes incitamentos à revolta". Nelson Werneck Sodré o considera uma figura extraordinária, um agitador que foi ignorado ou no mínimo ridicularizado pela historiografia oficial, da qual seria uma de suas maiores vítimas.3 Na verdade, foi coerente com suas ideias durante toda a vida; arriscou-se e foi preso por defender a Independência e a monarquia constitucional.

Cypriano José Barata d'Almeida nasceu em Salvador, filho de um tenente das tropas portuguesas. Estudou filosofia e matemática em Coimbra e foi cirurgião, embora não tivesse concluído o curso de medicina, lavrador de cana e de mandioca, e professor. Notabilizou-se, porém, como agitador. Em 1798, durante a Inconfidência Baiana, da qual não é certo que tenha participado,4 foi denunciado à rainha d. Maria pelo padre José da Fonseca Neves, capelão dos engenhos de açúcar, por "publicar suas depravadas paixões entre os rústicos povos, já com palavras, já com escritos", e teve sua biblioteca de 74 livros confiscada, assim como seus cinco escravos. Foi preso e absolvido depois de um ano no cárcere. Em 1817, embora morando em Salvador, tornou-se amigo de vários revoltosos da Revolução de Pernambuco.

Nas Cortes Constituintes de Lisboa, em abril de 1822, brigou com o outro representante da Bahia, o marechal Luís Paulino Pinto da França, português dez anos mais jovem. Quando este defendeu o envio de tropas portuguesas à província. Cipriano Barata deu-lhe socos e o empurrou escadaria abaixo no Convento das Necessidades, onde se reuniam os constituintes, quebrando-lhe várias costelas. Durante as sessões, ele se opôs ao pedido, feito pelos

portugueses, de que o príncipe regente, d. Pedro, saísse do Brasil. Disse que a d. Pedro "nada falta; tem soldados, tem marujos, [...] dinheiro e socorro de braços fortes e ainda tem outros meios que eu de propósito não explico". Acrescentou que se os portugueses insistissem, "teremos de ir 'defender a nossa pátria'". Como as pressões continuassem, Barata disse que as tropas do imperador da Áustria, sogro de d. Pedro, poderiam invadir Portugal. Segundo uma testemunha, foi "o dia do juízo", o maior tumulto nas Cortes, e alguns deputados fugiram da sala. É claro que se tratava de uma ameaça vazia (ver figura 17).

Barata se negou a assinar e jurar a Constituição feita em Portugal e, com receio de ser preso, teve que fugir sem passaporte para a Inglaterra, de onde retornou ao Brasil. Desembarcou em Pernambuco, pois a Bahia ainda estava ocupada pelas tropas do general português Madeira de Melo, que combatia a Independência do Brasil. Colaborou com a *Gazeta Pernambucana*, começando assim sua vida jornalística. Segundo Helio Vianna, "levado pela vocação de demagogo, depois de revolucionário e parlamentar, encontrou o seu melhor campo de ação: o pasquim"; era "essencialmente pasquineiro e insultador", mas "também inteligente e conhecedor do meio em que agia". Logo lançou seu próprio jornal.

Recusou uma comenda dada pelo governo, a Ordem do Cruzeiro, com o grau de dignitário, um dos mais altos, e escreveu um panfleto explicando o motivo da recusa, de grande repercussão. Achava que esse tipo de honraria representava um retorno ao passado da monarquia absolutista e a um império aristocrático.

NA GUARITA DE PERNAMBUCO

O primeiro número, *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Alerta!*, foi publicado em 9 de abril de 1823. Seria o início de uma série de jornais cujo nome começava com *Sentinella da Liberdade na Guarita de*..., seguido do local em que estivesse no momento — geralmente preso, pois a maioria dos jornais escreveria do cárcere, o que aumentava a violência de sua linguagem. Helio Vianna se refere a essas folhas como "seus malfeitos e violentos pasquins". A *Sentinella* circulava às quartas-feiras e sábados, no formato 19 x 23 cm, com quatro páginas, e era vendida por quarenta réis, sessenta réis quando tinha um suplemento. A primeira etapa do jornal, que teve 66 números, terminou em novembro.

Barata disse no primeiro número que escrevia para "ensinar, edificar, e fixar a opinião pública, e até moralizar os homens", e alertou: "O Brasil está recheado de traições e intrigas: por mar e por terra; em Portugal, e entre nós mesmos se maquina a nossa perdição e cativeiro". Queria defender a Independência e a monarquia constitucional e, desde o começo, ficou clara a hostilidade obsessiva em relação aos "vândalos portugueses", aos quais dedicava "um rancor intensíssimo"; clamava vingança contra eles e lançou-lhes uma bem sortida variedade de diatribes e insultos.

Alfredo de Carvalho afirma que a acolhida do jornal foi extraordinária e que os exemplares

eram disputados com ânsia e lidos às portas das boticas e às esquinas por numerosos grupos que saíam repetindo as frases de Barata:5 "Independência e Imperador: eis a nossa senha; ódio, extermínio, vingança contra os vândalos portugueses: eis a nossa missão". Dada a procura, os primeiros números foram reimpressos várias vezes. Como disse Carvalho, seu objetivo era exaltar a Independência dentro da monarquia constitucional, sufocando quaisquer tentativas de manter a união entre Brasil e Portugal. Nos portugueses, ele personificava quanto de "vil, abjeto e pérfido desagrada a espécie humana".

Vianna afirma que Barata usava linguagem confusa, cuja veemência não conseguia mascarar a exiguidade de dotes de escritor. Mas Alfredo de Carvalho disse que "escrevendo ao correr da pena, em linguagem a todos acessível, conseguia vulgarizar as suas opiniões". Afirmou também que Barata, "famoso agitador" e "atrabiliário", era monarquista, apesar das aparências em contrário: "fazemos-lhe inteira justiça considerando-o defensor esforçado dos mais livres princípios, mas... à sombra do trono". Essa opinião é endossada por Helio Vianna, que afirma que a ideia de seu republicanismo nasceu do extremado oposicionismo e do posterior federalismo. No entanto, é necessário lembrar que Barata fora um dos inspiradores intelectuais da Revolução de Pernambuco de 1817, cuja ideologia era claramente republicana. Teve o cuidado, porém, de poupar o imperador em suas críticas nos primeiros anos depois da Independência, culpando os ministros pelos problemas.

A influência dos jornais de Barata, mesmo fora de Pernambuco, era enorme. Foi o jornal de província que mais repercussão teve no Rio de Janeiro, segundo Isabel Lustosa.6 Muitos dos seus artigos inflamados eram transcritos pelo *Correio do Rio de Janeiro*, do seu grande admirador João Soares Lisboa. Como Soares Lisboa, Cipriano Barata achava que o poder do imperador emanava do povo e que ele estava sujeito às Cortes e às leis. Cipriano saudava o monarca desde que fosse constitucional. "Viva o Imperador segundo a livre Constituição e de outro modo não", escreveu. Era contrário ao poder de veto absoluto da Constituição que d. Pedro se atribuía com o apoio de José Bonifácio.

Barata mencionava os "perigos em que ando de ser assassinado por Ordens da Corte" e dizia não saber "qual será o derradeiro dia e momento de minha existência, na presença de um facão de assassinos assalariados para me darem o golpe". Seu jornal provocou uma forte reação do seu conterrâneo José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, dando o início a uma troca de insultos entre dois ilustres baianos de idade provecta: "Se tal é qual se diz esse renegado, digo que as suas papeladas da nova imunda escola veterinária [numa referência ao fato de Barata ser cirurgião], são receita mais pestífera que as balas corruptas do Levante".

Como resposta, Barata disse de Cairu:

> só admira o descaramento com que este desembargador vende a sua pena. Infame; tu já estás às bordas da sepultura e não te pejas de querer ser escravo? [...] Anda, vilão, fomenta o partido do despotismo [...]. Seu estilo é embrulhado, obscuro e cheio de caduquice; tu excitas o riso e eu te falo em linguagem de negro: Pai Zuzé da Sirva Liziboa, Preto Veio, tu faze coza de molecage; vai timbora toma sura de teu sinhô. Tu eze escravo que dize muita mentira, não tem mazi remédio! Oia a cara

diere! Sem vergonha! Cruzu! Agoa sagrada![7]

Cairu continuou atacando quem "ergueu a estátua da soberania do povo para nos arrojar à anarquia gálica [numa referência à Revolução Francesa], ou à barbaridade etiópica". Sobre Cipriano Barata, escreveu: "Sempre me arrepiou o rebuliço e asqueroso inseto do mesmo nome, que é salteador de livros e vive de tinta de escrever, nutriendo-se do veneno vitriólico, que morta ficaria até a língua de um drago".

O Diario do Governo, atacando com humor, criou uma seção chamada "Sentinella no alto do Pão de Açúcar" e disse que Barata, "escritor incendiário, um brasileiro estragado pelo veneno das ideias ultraliberais, lança no meio dos seus concidadãos, os archotes da destruição e da anarquia". Um leitor desse periódico escreveu: "vou limpar a minha espingarda para fazer *Sentinella no Pão de Açúcar* contra o Demagogão de Pernambuco, o novo Belzebu, mas das baratas". Em outra diatribe, disse que "O Barata merece execração pública, porque prega a desobediência, e a anarquia".

Para *O Tamoyo*, o jornal dos Andrada, Barata era "Apóstolo da Anarquia" e "infinitíssimo Mosquito Pernilongo, grande chefe dos outros mosquitinhos de certo charco, ou lodoso mangue, a que indevidamente chamam *loja;* um Palhaço das Cortes de Lisboa, transformado em nojenta Barata, cujos serviços prestados à causa da anarquia, e da imoralidade, mereciam alguma coisa mais do que os estéreis elogios do Sr. Resende".

Em Pernambuco, suas ideias e a veemência com que as expressava provocaram a reação dos conservadores no poder. Vários jornais foram lançados para combatê-lo. Soldados de cavalaria entraram na loja em que se vendia a *Sentinella*, rasgaram os exemplares que encontraram e ameaçaram espancar o dono quando tentou impedi-los.

Eleito representante na Assembleia Geral Constituinte no Rio, Barata adotou uma posição radical e se recusou a tomar posse alegando que suas opiniões eram quase todas contrárias ao projeto da Constituição; que tinha inimigos na Assembleia, que estava cercada de mais de 7 mil baionetas; que poderia ser assassinado no Rio, "onde facilmente poderei ser surpreendido"; que poderia colaborar analisando de longe o projeto da Constituição.

Em lugar de ir de Pernambuco ao Rio, já derrotadas as tropas do general Madeira, decidiu voltar para a Bahia, mas sua casa foi cercada por 150 homens de cavalaria e ele, apesar das imunidades parlamentares, foi preso no forte do Brum, no Recife, com o pretexto de forçá-lo a ir para o Rio. Quem assumiu seu lugar na Assembleia Constituinte foi precisamente seu rival Cairu, cujas ideias políticas eram também radicais, mas arquiconservadoras, e que aproveitou a circunstância para atacá-lo.

Barata escreveu mais uma edição do jornal, a de número 66, *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada, e Preza na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida. Alerta!*, na qual narrou e reclamou da violência a que estava sendo submetido. Quando foi levado ao Rio, a Constituinte tinha sido dissolvida por determinação do imperador. Barata ficou preso na

Fortaleza de Santa Cruz. Em sua ausência, a *Sentinella da Liberdade em Sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, Onde Hoje Brada Alerta!* foi publicado interinamente pelo padre João Batista da Fonseca, que preparou cinco números.

Somente um ano depois de preso, Barata e outro acusado, o capitão João Mendes Viana, redator do *Escudo da Liberdade do Brazil*, foram julgados e condenados porque "procuraram, por meio de suas perniciosas doutrinas e escritos incendiários, anarquizar os povos, chamá-los à rebelião, dividindo-os e afastando-os da devida obediência à Minha Imperial Pessoa contra a qual atraiçoada e aleivosamente atentavam", e para "que tão enormes delitos não fiquem impunidos [...] sejam breve e sumariamente sentenciados".

Mas, ao contrário do que diziam os autos do processo, eles não foram imediatamente sentenciados. Continuaram presos, dessa vez na Fortaleza da Laje, de onde Barata foi transferido de novo, por motivos de saúde, para a de Santa Cruz. Finalmente, os dois foram condenados à prisão perpétua. Quando d. Pedro I visitava a prisão, "Cipriano Barata acintosamente virava as costas ao régio inspetor", escreve Vianna.8 Quando finalmente obteve um alvará de soltura, não houve muita pressa em acatar a decisão da Justiça. Barata saiu da prisão, doente, aos 68 anos, passando sete deles detido pelo crime de opinião. "Toda a guarnição [da Fortaleza de Santa Cruz] foi lhe prestar homenagem, como pedindo desculpas por tê-lo tido preso",9 e Barata foi aclamado pela população como mártir.

NA GUARITA DO QUARTEL GENERAL DE PIRAJÁ

De volta à Bahia, depois de nove anos de ausência, Barata lançou a *Sentinella da Liberdade — hoje na Guarita do Quartel-General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos.* Logo se indispôs com as autoridades e os liberais moderados, que não aceitavam suas ideias revolucionárias. Durante um distúrbio foi preso e enviado novamente para o Rio de Janeiro.

Antes da viagem, escreveu a *Nova Sentinella da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro, na Bahia de Todos os Santos*, da qual teriam sido impressos 37 números. Depois, escreveu uma *Sentinella, na Guarita do Quartel-General de Pirajá — hoje preza na Guarita da Ilha das Cobras em o Rio de Janeiro*. Foi de novo transferido duas vezes de prisão, das quais publicou duas novas *Sentinellas*, uma na *Guarita de Ville-Gaignon* e outra na *Guarita da Fragata "Nictheroy"*, já na época da Regência.

As linhas seguintes dão uma ideia do estilo sem freio de Barata, que ataca

> os traidores, que ainda parecem esperar pelo Demônio do Brasil, ex-imperador d. Pedro I, não obstante ser este um monstro assassino, e crudelíssimo traidor, adúltero forçador das caçadas, chefe dos crapulosos, ladrão insaciável, ímpio, perjuro, hipócrita, modelo do vício da torpeza mais que os Janízaros da Constantinopla, tirano feroz escravizador do Brasil; em fim, Demônio que apenas pode ser comparado a ele só: & cia.

O governo da Regência, que o desapontou, não sai, em seu jornal, muito melhor parado do que o monarca deposto. Diz que é "despótico e tirano", "prevaricador e perseguidor do Povo" e

“vai arruinando tudo”, “parece pretender a glória de destruir metade dos brasileiros [...] e meter em ferros a outra metade, que deve trabalhar na escravidão”. “Tudo isto e ainda mais se diz acerca dos crimes do Governo”.

Barata foi de novo transferido para uma prisão da Bahia, de onde publicou uma *Sentinella da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel-General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos. Alerta!!*, seguida pela *Sentinella da Liberdade, desta vez da Guarita do Quartel-General de Pirajá: mudada despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia; donde generosamente brada — Alerta!!!* O jornal foi impresso no Rio.

Livre de novo, Barata se transfere para Pernambuco, onde tinha menos inimigos que em sua terra natal. Entre 1832 e 1834 publicou 32 números de um novo jornal, *Sentinella da Liberdade em sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!!!*, assumindo a defesa do federalismo. Já septuagenário, termina com essa série sua carreira de jornalista engajado. Retira-se a Natal, onde sobrevive como professor de ensino primário, farmacêutico e cirurgião, até morrer, com 76 anos.

O *Jornal do Commercio*, depois de mencionar sua vida tempestuosa, disse que

> o Sr. Barata tinha-se apartado das fileiras dos agitadores liberais, de que se mostrara o campeão, para ser, na Paraíba, um dos maiores e acérrimos defensores da ordem e da integridade do Império. Ao menos, pôde ele reparar, no termo de sua existência social, alguns desvarios semeados pelas diversas fases políticas do Brasil, onde seu nome apareceu outrora, capitaneando as falanges dos agitadores políticos. A terra lhe seja leve!!!

Os jornais de Barata tiveram uma legião de seguidores, que adotaram o nome de *Sentinella*, entre eles a *Sentinella do Cerro*, de Teophilo Ottoni, e a *Sentinella da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, do italiano Giuseppe Stephano Grondona, um antigo carbonário, cônsul de Nápoles e Roma no Rio. Grondona adotou uma linha ambígua e seu jornal pareceu em ocasiões dar apoio aos irmãos Andrada, mas ele negou qualquer relação com eles ou com o jornal *O Tamoyo*, e disse: “não nos identificaremos nunca com outras doutrinas que não sejam as do nosso mestre *Sentinela de Pernambuco*”. Em Recife circulou em 1847 e 1848 uma nova *Sentinella da Liberdade*, liberal, que aderiu ao movimento praieiro.

11. *O Typhis Pernambucano* (1823-4)
Redator: frei Caneca

Joaquim da Silva Rabelo nasceu em Recife em 1779. Estudou no convento de Nossa Senhora do Carmo, onde recebeu o hábito de carmelita. Mudou o nome para Joaquim do Amor Divino Rabelo, mas por ter herdado o apelido de Caneca de seu pai, tanoeiro de profissão, era conhecido como frei Caneca — frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Completou os estudos no seminário de Olinda, onde se ordenou em 1801 e lecionou retórica e geometria, além de filosofia racional e moral. Frequentou várias sociedades de estudos e lojas maçônicas, onde teve contato com as ideias liberais. Depois da Revolução de Pernambuco de 1817 foi preso e passou quatro anos no cárcere em Salvador, embora autores como Marco Morel afirmem que não chegou a participar do movimento e que as acusações contra ele não passaram de "uma intriga de convento". Mas a prisão, onde escreveu um compêndio de gramática da língua portuguesa, o mudaria profundamente. De volta a Pernambuco, defendeu os direitos dos portugueses residentes no Brasil.

Em março de 1823, ele escreveu as *Cartas de Pitia a Damão*, uma suposta correspondência de dois filósofos gregos que moraram em Siracusa no século IV antes da era cristã. As dez cartas foram publicadas no *Correio do Rio de Janeiro* e posteriormente impressas em Recife. Frei Caneca havia escrito diversos panfletos políticos que tiveram repercussão e publicara várias cartas no *Correio do Rio de Janeiro* quando, em 25 de dezembro de 1823, o carmelita frei Caneca publicou o primeiro número de *O Typhis Pernambucano*, inicialmente impresso na Typographia de Miranda & Cia. e depois na Typographia Nacional. Circulava semanalmente, às quintas-feiras, em formato in-fólio pequeno (30 x 21 cm) e custava oitenta réis.

O frei recorreu à mitologia grega para escolher o nome do jornal: Tífis era o piloto da nau *Argos*, que fora construída para procurar o velocino de ouro. O jornal seria o piloto que orientaria a opinião pública nos mares revoltos da política. Em todos os números, o redator recorreu a imagens e termos náuticos, numa tentativa de tornar mais acessíveis seus argumentos. A primeira edição do jornal dizia:

> Quando a Nau da Pátria se acha combatida por ventos embravecidos; quando, pelo furor das ondas, ela ora se sobe às nuvens,

ora se submerge nos abismos; quando, levada do furor dos Euripos, feita o ludíbrio dos mares, ela ameaça naufrágio, e morte, todo Cidadão é marinheiro [...] cada um [deve] prestar a diligência ao seu alcance, e sacrificar-se pelos seus concidadãos em perigo.

Ainda usando a imagem marítima, escreveu que a pátria era como "uma nau destroçada pela fúria oceânica, ameaçando soçobro, carecendo da ajuda decidida e abnegada de todos os seus filhos". Demandava "o norte da Independência ou Morte" e tinha uma orientação segura "no imortal Pedro I", mas denunciava que o imperador estava "rodeado de lisonjeiros sem caráter, inimigos encarniçados do Brasil".

O *Typhis* não pretendia provocar uma revolução social, pelo menos inicialmente. Fazia referência aos "homens probos, constitucionais, ricos proprietários, tudo que é gente de bem". Diz Alfredo de Carvalho que nos primeiros números frei Caneca se absteve de atacar abertamente o imperador, preferindo lançar a culpa pelos atos despóticos sobre os conselheiros que o cercavam, a quem acusava de servir a facção portuguesa. Ele se considerava o "mais sincero republicano de seu tempo e a mais nítida encarnação do espírito revolucionário do começo do século", e afirmava que seus argumentos eram coordenados com lógica e enunciados com precisão.1

Em 1824 frei Caneca se opôs à dissolução da Assembleia Geral Constituinte e à deportação dos irmãos Andrada, que em sua opinião se tornaram bodes expiatórios, e condenou os pretextos que foram usados para expulsá-los do país. Como escreve a *História geral da civilização brasileira*: "É o que se verifica exatamente com frei Caneca, que irá escalpelar os pretextos do golpe minuciosa e magistralmente, logo nos primeiros números do *Typhis Pernambucano*".2

Ele também questionou o direito do monarca de promulgar a Constituição, usurpando o direito do povo, e criticou a Carta Magna outorgada por d. Pedro I, na qual se atribuía o direito de arrogar-se como o Poder Moderador, que na opinião de frei Caneca era a "chave mestra da opressão da nação brasileira". Defendia a liberdade de imprensa e o fim da escravidão. Dizia que o Brasil era demasiado grande e que sua variedade era mais adequada a um sistema federativo do que ao centralismo do governo, e atacava o Senado vitalício.

Essas posições provocaram a reação dos defensores do imperador e da monarquia absoluta. Frei Caneca foi combatido por José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, que publicou o folheto *Rebate Brasileiro Contra o Typhis Pernambucano*, de quinze páginas, em abril de 1824. Ao revelar seu temor de que "as más artes declamatórias do redator podem ter feito impressão no vulgo", Cairu estava reconhecendo a influência do *Typhis*, que segundo ele usava a "linguagem de *sans-culotismo*, dos vis doutores do Palais Royal, somente acreditando nos alfarrábios da escola veterinária do Barata". Qualifica o jornal como "incendiário Papel" e diz que frei Caneca e seus companheiros são "charlatães em polícia, que se nos metem à cara, como luzes do mundo, não passando de noturnos pirilampos".

Helio Vianna diz que frei Caneca era um "bem aproveitado discípulo de Barata" e que "*O Typhis Pernambucano*, que pode ser considerado legítimo herdeiro dos métodos desabridos e

violentos da *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*", além de afirmar que era um jornal caluniador.3 Werneck Sodré lamenta a maneira como frei Caneca foi tratado pela "historiografia oficial".

Quando a província de Pernambuco encabeçou em 1824 a Confederação do Equador, que pretendia constituir no Norte e no Nordeste do Brasil uma república independente, frei Caneca foi um dos líderes e começou a preparar uma Constituição para o novo Estado, enquanto o *Typhis* foi o órgão do movimento.

O último número circulou em agosto de 1824. Frei Caneca parou de escrever para juntar-se às tropas que combatiam no interior da província. Ao ser esmagado o levante, Cairu escreveu: "acabemos não só em Pernambuco como em todo o Brasil com os Demagogos e Revolucionários". Preso novamente, frei Caneca foi condenado à morte. Antes de ser executado, por determinação do bispo do Rio de Janeiro, foi destituído de suas dignidades canônicas. Como o carrasco se recusasse a enforcá-lo e vários presos da cadeia, apesar das ameaças, se negassem a substituí-lo nessa função, frei Caneca morreu "arcabuzado" em janeiro de 1825.

12. *O Republico* (1830-1/1831-2/1834/1837/1853-5)[1]

Redator: Antonio Borges da Fonseca

Em mais de meio século de jornalismo panfletário, o imperador do Brasil foi o alvo predileto de Antonio Borges da Fonseca, um "liberal exaltado". Ele dizia que d. Pedro I era "caríssimo", não por ser amado pelo povo, mas pelo que custava ao erário. Borges da Fonseca tornou-se um incansável defensor da República, atacava a Constituição e pregava o fim da monarquia, o federalismo e até o desmembramento do Brasil. Depois que o imperador abdicou e voltou a Portugal, ele sugeriu que lhe fosse retirada a cidadania brasileira e, num momento de incoerência, quis que o Norte do Brasil fosse separado num Império independente, com a princesa Januária, irmã mais velha de d. Pedro II, como monarca.

No início da Regência, com o país extremamente conturbado pelas lutas entre conservadores e exaltados, Borges da Fonseca moderou sua linguagem, assumindo uma posição ideológica próxima à de Evaristo da Veiga e da *Aurora Fluminense*, mas se arrependeu mais tarde de sua moderação.

Joaquim Nabuco disse: "na galeria dos nossos tribunos republicanos Borges da Fonseca figura, porém, como o que mais distintamente possuiu envergadura revolucionária".[2] Para Gondin da Fonseca, "era um homem que amava a agitação das massas e cujas ideias republicanas e jacobinas lhe trouxeram grandes disfavores",[3] lembrando que em meados do século XIX não havia no Brasil clima para os jacobinismos e republicanismos de Borges da Fonseca. Alfredo de Carvalho disse que era agitador, o mais fecundo dos nossos jornalistas políticos e um trêfego republicano que arvorava o pábulo dum nacionalismo radical.[4]

Antonio Borges da Fonseca nasceu em 1808 na Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), em uma família tradicional de militares a serviço da Coroa portuguesa. Um antepassado seu foi governador da Paraíba e outro do Ceará; outro Borges da Fonseca apoiou a Revolução de Pernambuco de 1817. Ele se formou no Liceu Pernambuco, recém-fundado — alguns autores dizem que teria estudado no Seminário de Olinda — e foi mestre de primeiras letras da Cidade Alta. Participou em 1824 da Confederação do Equador, em Pernambuco e na Paraíba, onde se

encontrava, e não foi preso por ter fugido em tempo. Tinha dezesseis anos.

Ao longo de sua vida fundou entre 21 e 25 jornais, alguns publicados simultaneamente, e escreveu um bom número de proclamações e folhetos. Os jornais mais conhecidos foram *O Republico*, publicado em várias fases, *O Nazareno*, *O Tribuno*, a *Gazeta Paraibana* e a *Abelha Pernambucana*. Borges da Fonseca adotou uma ortografia peculiar, que qualificava como "ortografia filosófica ou da pronunciação", isto é, marcada pela fonética da região.

O comércio foi uma de suas obsessões, da qual tratou em quase todos os jornais que escreveu. Não aceitava a predominância dos comerciantes estrangeiros, principalmente os portugueses, e sempre defendeu a nacionalização da atividade. Queria proibir a imigração de Portugal, impedir que os portugueses já residentes no Brasil fossem empregados no comércio e que os estrangeiros pudessem "negociar a retalho".

GAZETA PARAIBANA (1828-9)

Para combater uma sociedade secreta, a Coluna do Trono e do Altar, fundada para defender a volta ao absolutismo, foi criada outra sociedade também secreta, uma espécie de maçonaria conhecida como A Jardineira ou Carpinteiros de São José. Borges da Fonseca era membro dessa sociedade e lançou a *Gazeta Paraibana*, aos vinte anos de idade. Ele escreveria quase quatro décadas mais tarde, em 1867: "Estabeleci na Paraíba a *Gazeta Paraibana* e guerra de morte declaramos ao partido português. Em consequência fui processado e preso por ter provocado rebelião contra a pessoa do Imperador, segundo os 'colunas', e só em março de 1829 obtive a liberdade por decisão de um conselho de jurados, que não achou matéria para acusação". O jornal atraiu a atenção de folhas conservadoras, que logo passaram a atacá-lo. Pelo seu envolvimento político, Borges da Fonseca teve que demitir-se do cargo de mestre de escola.

ABELHA PERNAMBUCANA (1829)

Borges da Fonseca transferiu-se para Recife, onde também participou das atividades dos Carpinteiros de São José e fundou a *Abelha Pernambucana*, um jornal bissemanal de formato 28 x 20 cm, que custava oitenta réis o exemplar e 640 réis a assinatura mensal. Sairam 142 números, o primeiro número deles em abril de 1829. Propôs-se a utilizar a "linguagem da razão e da decência", mas adotou posições radicais. Como disse Alfredo de Carvalho, pregava um mal definido republicanismo. Curiosamente, o primeiro número dizia que a publicação era "inimiga acríssima dos dois extremos — República e Absolutismo".

A *Abelha Pernambucana* elogiou a figuras tão radicais como Cipriano Barata e frei Caneca e digladiou-se com *O Amigo do Povo* (1829-31), que chamava de "O Inimigo do Povo", e com o diário *O Cruzeiro* (1829-31), órgão da Coluna do Trono e do Altar, que qualificou a *Abelha* como papelucho imundo, uma "injúria atroz" para a província. Borges da Fonseca conta: "Publiquei

nesta cidade [Recife], a *Abelha Pernambucana*. Novas perseguições, tentativas de assassinato por parte dos 'colunas' contra minha pessoa, e afinal processo por abuso de liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa, prisão e absolvição pelo júri". Realmente, um militar ameaçara atacá-lo com sua espada quando o encontrasse, e sua morte chegou a ser anunciada por um jornal de Minas Gerais. Uma folha concorrente da *Abelha* reconheceu que "a redação não é má; mas a doutrina é de animal de ferrão". Outro jornal escreveu que era "folha liberalíssima, e valorosa enxada na vinha da Liberdade, Independência e Constituição".

O REPUBLICO

Foi o jornal mais famoso dos publicados por Borges da Fonseca, que chegou a ser conhecido com a alcunha de "Repúblico", mas teve uma circulação irregular. Helio Vianna divide a publicação em cinco etapas (ver figura 32).

A primeira, no Rio de Janeiro, vai de 1830 a 1831, quando Borges da Fonseca foi à Corte como membro da sociedade secreta A Jardineira. No Rio, escreveu: "Eis-me em 1830 na Corte e à frente da direção suprema do partido liberal brasileiro, partido democrata, partido republicano" — uma afirmação um tanto exagerada. O formato dos dezessete primeiros números do jornal era in-quarto (21 x 15 cm), mas foi aumentado a partir do número dezoito, sinal da prosperidade e da boa aceitação do jornal pelos leitores, como diz Helio Vianna.

No primeiro número, em 2 de novembro, Borges da Fonseca não se declara abertamente republicano. Recorre à etimologia da palavra "república", "coisa pública", na tradução literal do latim, para dizer que o título significava que ele queria "o bem público". Como ele explicou: "A significação simples e natural da palavra — Repúblico — suficientemente mostra que eu só desejo o bem público". O lançamento foi saudado por *A Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga; para ele, os artigos de seu redator eram dignos de louvor e mostravam firmeza de caráter, mas posteriormente ele condenaria seu radicalismo. No sexto número, Borges da Fonseca poupa o imperador: "como brasileiro, que amo a monarquia, eu não tenho podido ver sem dor como pérfidos amigos do Monarca o vão precipitando".

No oitavo número, como faria um jornalista conservador, Borges da Fonseca condena como provocadoras as festas de São Paulo por motivo da deposição do rei Carlos X do trono da França em 1830, de que resultaram desordens então comunicadas à Câmara de Deputados. Em outra edição, aconselha "o nosso Piedoso e Magnânimo Monarca, nosso Grão Pedro a escapar das artimanhas de 'infiéis conselheiros'".

Ante a notícia do assassinato de Libero Badaró, atribuída ao ouvidor Candido Ladislau Japi-Assú de Figueiredo e Mello, Borges da Fonseca disse que ele tinha a proteção do imperador e, inflamado, acusou d. Pedro da autoria do crime. As informações acerca da viagem do monarca a Minas Gerais tiveram um viés e uma linguagem negativos. Os ataques se tornam mais diretos: "O Imperador do Brasil é tirano, porém em comparação a outros tiranos, ele é menos". Em

outra ocasião, Borges da Fonseca diz que d. Pedro captava a benevolência dos brasileiros enquanto se mostrava amante do sistema constitucional.

A influência do jornal ficou patente na Noite das Garrafadas, em 13 de março de 1831, da qual Borges da Fonseca participou ativamente, como um dos líderes das manifestações. Os portugueses, defensores da monarquia absoluta, gritavam nas ruas do Rio de Janeiro: "Morra *O Republico*, a fogueira com *O Republico*" e "Viva o imperador absoluto". D. Pedro abdicou, em 7 de abril. Como participante do movimento que levou à abdicação do imperador, "nossa revolução", Borges da Fonseca ocupou vários cargos públicos. Apoiou o partido liberal, adotou uma linha moderada e aproximou-se de Evaristo da Veiga, mas defendeu o federalismo e entrou em polêmica com *A Aurora Fluminense*.

Na segunda etapa, *O Republico* foi publicado em 1831 na Paraíba, terra natal do redator e para onde voltara como secretário do governo, "a fim de deixar a Corte a Evaristo e a sua influência maléfica". Lançou três números do jornal em Pernambuco, aos 23 anos. Brigou com os sucessivos presidentes da província e teve que abandonar o cargo, "por crime de concussão", prometendo nunca mais aceitar cargos públicos.

Borges da Fonseca voltou ao emprego e lançou em abril de 1833 um novo jornal, *O Publicador Parahybano*, órgão oficial do governo, que transferiu para Recife, e que teve curta duração, fechando em novembro desse mesmo ano. Ele foi acusado de matar o redator de uma publicação concorrente, mas as informações sobre esse estranho evento são muito precárias. A esse respeito, Helio Vianna diz: "assassínio político, ou, pelo menos, a sua tentativa, cometeu ele contra o redator do *Raio da Verdade*". Transcreve a seguir um pasquim da época, *O Soldado Aflito*, o qual afirma que "o redator do Raio é igualmente assassinado pelo facinoroso 'Republico' [...] O redator era federalista e da oposição! [...] Deverá por consequência morrer". O único comentário de Vianna é que "A isto não aludiu evidentemente o 'Republico'".

Borges da Fonseca não conseguiu ser deputado pela Paraíba e voltou ao Rio, onde iniciou a terceira etapa do jornal, em abril de 1834, da qual existem poucos exemplares. Aparentemente ele enfrentou novo processo e voltou à Paraíba. *O Republico* reapareceu de novo no Rio em 1837, numa quarta etapa. O *Diario do Rio de Janeiro* faz referência às "belas frases que sempre ornaram as páginas do Republico, tão ilustrado pelos talentos do Sr. Borges da Fonseca". Outro jornal do Rio escreveu que o promotor Guerra "vai imediatamente acusar todos os números do Republico, pretéritos, presentes e futuros, o que de novo fará com que o Sr. Borges da Fonseca se ausente do Rio de Janeiro". Mas não sobreviveu nenhuma cópia desta fase.

No *Correio do Norte*, do qual publicou catorze números em 1841 e 1842, Borges da Fonseca, republicano convicto, sugeriu separar o Norte do Brasil como Império independente, tendo como soberana a princesa d. Januária. Um jovem juiz de direito, José Tomaz Nabuco de Araujo Jr., cujo pai teria sido exonerado do cargo de presidente da Paraíba por influência de Borges da Fonseca, segundo se disse na época, teve que lembrar ao ardoroso panfletário, no jornal conservador *A Ordem*, a contradição de que um antigo republicano defendesse a criação de mais

um Trono na América do Sul.

O NAZARENO (1843-8)

O Nazareno foi o pasquim mais duradouro e um dos mais afamados de Borges da Fonseca, segundo Helio Vianna. Começou em Nazaré da Mata (PE), em maio de 1843, de onde vem seu nome. Circulava uma vez por semana em dias indeterminados, mas em agosto passou a bissemanal. Nesse jornal, disse Alfredo de Carvalho, ele "deu largas à sua índole indisciplinada, com a violência de linguagem habitual".5 Borges da Fonseca teve que suspender a circulação durante algumas semanas ao ser denunciado por publicar "expressões injuriosas" contra o imperador e por outras "provocações" para derrubar a monarquia. Foi julgado e absolvido. Considerava-se um "batalhador da República e da queda da Monarquia" e queria seguir o exemplo de frei Caneca e de Cipriano Barata. Simultaneamente, escreveu para vários pequenos jornais, como *O Verdadeiro Regenerador*, *O Espelho*, *O Verdadeiro*, *O Eleitor*.

Em agosto de 1844, *O Nazareno* foi transferido para Recife quinze meses depois do lançamento, com a Typographia Social Nazarena, também propriedade de Borges da Fonseca. Sua circulação foi irregular, com interrupções frequentes. Durante um tempo foi trissemanal, aumentou o tamanho das páginas e aceitou a publicação de pequenos anúncios, chegando a publicar folhetins de rodapé, e circulou como *O Nazareno, Diario da Tarde*.

No começo do Movimento Praieiro em Pernambuco, o jornal se manteve distante das duas tendências, tanto do Partido Conservador, como da facção do Partido Liberal que encabeçara a revolta. Procurava combater o partido que ocupava o poder e era atacado por ele. Borges da Fonseca foi indiciado por delito de imprensa pelo governo conservador da província, que suspendeu temporariamente a circulação do jornal, visto como um órgão liberal.

Inicialmente o jornal foi bem recebido pelos "praieiros", mas, quando eles ocuparam o governo, em 1844, e foram veementemente criticados, disseram que o jornal era guabiru, apelido dos conservadores. Ante as mudanças de opinião, um jornal "praieiro" escreveu: "*O Nazareno* guabiru-cabano ou o cérbero da quadrilha baronista".

Sobre a falta de limites da imprensa desse período escreveu Joaquim Nabuco: "O pasquim exerceu considerável influência em nossa política e foi um dos principais instrumentos de sua profunda democratização. Todos os partidos e grupos serviram-se dessa arma desmoralizadora contra os adversários".

O embate ganhou intensidade, as acusações mútuas aumentaram exponencialmente. *O Nazareno* teve ásperas polêmicas com o *Diario Novo*, o órgão dos praieiros no governo. Borges da Fonseca combateu o que chamava "a súcia da Praia". Segundo ele, "A Praia tomou a peito o aniquilamento d'*O Nazareno* desde seu nascimento; previa ela que *O Nazareno* devia matá-la". Foi preso em 1845 por um artigo publicado em outro jornal, *O Verdadeiro Regenerador*, e absolvido, depois quase morreu numa tentativa de assassinato por um membro da polícia,

possivelmente a mando do presidente da província. Borges da Fonseca pediu então que Sua Majestade e seu governo "compreendam a nulidade do partido praieiro". Em 1848, esteve preso no subterrâneo da fortaleza do Brum, "debaixo de sete chaves, engaiolado como se fora um tigre", de onde continuou escrevendo. Em junho o jornal foi publicado pela última vez.

O TRIBUNO (1847/ 1866-7/ 1869)

Em abril de 1847, durante o governo praieiro, apesar da sentença anulada, Borges da Fonseca foi de novo processado por "injúria ao imperador e incitação à separação entre o norte e o sul", e condenado a oito anos de prisão e multa.

O *Diario Novo*, seu rival, escreveu um artigo que foi transcrito pelo *Jornal do Commercio* do Rio:

> O sr. Borges exerceu, como costume, o seu gênio atrabiliário; não faltou reputação a quem poupasse, não obstante as providências do júri [...] Triunfou a imprensa, porque a imprensa livre, como todo o mundo entende, não é paradeiro de quanta picardia e insulto se pode imaginar, e dirigidos a reputações mais elevadas — o sr. Borges nunca usou de outra linguagem que não fosse o insulto.

Depois, a pena foi rebaixada para quatro anos e nove meses e multa. O jornal ainda o considerava "o mais famoso anarquista do Brasil [...] verdadeiro bandido sem crenças, sem princípios, sem convicções [...] incitando ao povo princípios errôneos, ideias perigosas [...] estragando a imprensa, mais sublime das instituições liberais", e disse que "O sr. Borges nunca usou de outra linguagem que não fosse a do insulto, nunca expôs princípios, nunca combateu princípios; foram sempre os seus periódicos o receptáculo de quanta imundície aí havia".

Quem saiu na defesa de Borges da Fonseca durante o julgamento foi o *Diário de Pernambuco*, órgão dos guabirus, em artigo também transcrito pelo *Jornal do Commercio*: "Essa sessão foi com efeito muito calorosa: o povo desenvolveu grande entusiasmo pelo acusado e vitoriou-o por diversas vezes", a polícia "fez evacuar as galerias, quase a ponta de baioneta", e "durante a noite postou grandes troços de tropa no Arco de Santo Antônio e no da Conceição; reforçou com praças de cavalaria a guarda do Tribunal". O jornal concluiu que o veredito foi "mais um triunfo do poder sobre a imprensa, mas um triunfo bárbaro, mesquinho". Depois, a pena foi rebaixada para quatro anos e nove meses e multa. No tribunal, ele foi defendido pelo líder conservador Nabuco de Araujo Jr., pai de Joaquim Nabuco.

Em agosto de 1847, Borges da Fonseca lançou *O Tribuno*, para o qual escrevia da prisão, assim como para *O Nazareno*, jornal transformado em diário vespertino. Quando os conservadores guabirus voltaram ao poder substituindo os liberais praieiros no governo de Pernambuco, ele foi libertado da prisão no Recife e durante um tempo se aliou aos guabirus, sobre cujos líderes derramou entusiásticos elogios.[6] *O Tribuno* arremeteu contra os praieiros "cheio de ódio", na expressão de Alfredo de Carvalho, pelas perseguições e a prisão sofrida em abril de 1847, atacando com "inaudita violência e com epítetos injuriosos aos chefes liberais". O jornal teve a circulação interrompida entre junho e agosto de 1848. Ao reaparecer, atacou com a mesma fúria

tanto liberais como conservadores. Parou definitivamente em novembro. Seu redator, porém, encontrou tempo para fazer outros dois jornais, *A Mentira*, do qual saíram nove números entre julho e setembro de 1848, e *O Advogado do Povo*, que também teve nove edições.

Borges da Fonseca se reconciliou com os praieiros à véspera da rebelião armada. No começo, se opôs à violência, mas, quando começaram os combates, aderiu com entusiasmo ao movimento e entrou no Recife à frente de quatrocentos homens. Sua cabeça foi colocada a prêmio. Ele pregava: "Quem não é por nós, é contra nós. Liberdade e paz aos que nos ajudarem; aniquilação e morte aos que nos combaterem e ajudarem o governo imperial".

Derrotado o movimento, foi preso novamente e condenado a prisão perpétua, sendo enviado a Fernando de Noronha. Quem presidiu o tribunal que o condenou em 1849 foi Nabuco de Araujo, o mesmo que o defendera em 1847. *O Nazareno* e *O Tribuno* deixaram de circular. Borges da Fonseca foi anistiado em 1852 e assumiu a redação de outro jornal, *A Revolução de Novembro*, para "contestar as falsas doutrinas dos que, vendidos ao Governo, pretendiam desvirtuar a gloriosa revolução de 1848". Saíram oitenta números.

No ano seguinte, voltou ao Rio, onde em maio começou a última etapa de *O Republico*, em formato grande, que vai até dezembro de 1855. Nele escreveu diversas "cartas abertas" a d. Pedro II que terminavam quase sempre com "Deus vos preserve, Senhor, e vos ilumine" e "com o mais profundo respeito, é de Vossa Majestade Imperial reverente servo — O Redator do *Republico*", mas atacavam o monarca continuamente. Combateu a política de conciliação entre os partidos liberal e conservador e as instituições monárquicas (para ele, a Constituição de 1824 era a "defunta"); atacou e ridicularizou os principais políticos do Segundo Império. Chamava José Maria Paranhos, visconde do Rio Branco, de "Maria Patranha"; Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, de "Imperador Honório".

Entrou em polêmica prolongada com o jornal *Velho Brasil* de Justiniano José da Rocha, que com seu panfleto *Ação; Reação; Transação* foi durante um tempo o "ideólogo" da conciliação. Acredita-se que Justiniano se referia a *O Verdadeiro Regenerador*, de Borges da Fonseca, quando escreveu: "Para em Pernambuco mais espalhar na *classe inferior* as suas monstruosas doutrinas cria esse partido [liberal] um periódico em formato pequeno que as ponha ao alcance dos que menos tempo têm para ler, menos ainda para refletir dos que por triste predisposição facilmente se inflamam em incendiárias declamações, faz aparecer o *Regenerador*".

Persistente na luta contra a monarquia, Borges da Fonseca voltou à Paraíba e lançou *O Prometeu*, um pasquim ao estilo antigo, em 1856, ano em que tentou de novo, sem resultados, candidatar-se a deputado. No Recife fez uma folha de apenas dez números, *O Constituinte*, em 1861.

Em 1866 relançou *O Tribuno* com críticas à Guerra do Paraguai, e em setembro de 1867 sugeriu um protesto contra a continuação da "guerra contra os estados da América espanhola, filha do capricho e da iniquidade". Foi agredido por paisanos e soldados, preso e condenado a sessenta dias de cárcere por desacato, mas não deixou de publicar o jornal. Nele, Castro Alves

publicou a poesia "O povo ao poder". No último número da segunda etapa de *O Tribuno*, em dezembro de 1867, Borges da Fonseca volta a defender os ideais republicanos: "o direito à vida material, à vida intelectual e moral, à liberdade, à soberania, isto é, ao sufrágio universal. Isto só se obterá com a República". Lançaria ainda outra fase do jornal em 1869, que durou alguns meses e foi a última.

Borges da Fonseca morreu em 1872, quando ainda faltavam dezessete anos para a proclamação da República que ele tanto anelava. No entanto, no fim da vida, confessara-se "monarquista pessoal", pois acreditava que com d. Pedro II seria possível alcançar as reformas pelas quais se batia. "Não sou hoje republicano", afirmou.

13. Jornais baianos

A informação de que uma tipografia poderia ser instalada na Bahia sem licença do governo alarmou as autoridades. Em junho de 1811, um mês depois do lançamento do jornal a *Idade d'Ouro do Brazil* em Salvador, o embaixador em Londres, d. Domingos António de Sousa Coutinho, marquês de Funchal, enviou mensagens ao ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o conde de Linhares, seu irmão, e ao conde dos Arcos, governador da Bahia, alertando-os de que o navio *Americana* levava a bordo "uma imprensa e duas caixas de tipos" para a casa Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, em Salvador.

Segundo o marquês, "É Hipólito José da Costa, editor do *Correio Braziliense*, quem diligencia esta expedição", com o objetivo de "ensinar o modo de publicar obras incendiárias contra o governo de s.a.r. o Príncipe Regente Nosso Senhor, clandestinamente, e sem que se saiba de onde vêm". O governador da Bahia foi instruído a apreender o equipamento. Mecenas Dourado afirma que a participação de Hipólito não teve caráter ideológico, mas foi "um ato comercial de corretagem".

É provável que, como afirma Mecenas Dourado, Hipólito fosse apenas intermediário na venda da tipografia, sem a intenção de orientar uma publicação "incendiária", como a que lhe atribui o embaixador em Londres, que lhe devotava uma profunda inimizade. Mas é certo que Hipólito tinha conhecido em Londres Domingos José Martins, um dos sócios da empresa destinatária do material, e fizera com ele uma viagem a Paris.1 No entanto, não está claro porque teria sido necessária sua intermediação, uma vez que a casa Barroso, Martins, Dourado & Carvalho decidira estabelecer em Londres uma sociedade com o português Custódio Pereira de Carvalho.2

De acordo com Laurence Hallewell, o prelo foi apreendido.3

AS VARIEDADES

Em 1812 foi publicada em Salvador a primeira revista do Brasil, *As Variedades, ou Ensaios de Literatura*. Foi impressa na tipografia de Silva Serva, o dono da *Idade d'Ouro do Brazil*, e editada por ele. Não teve a acolhida esperada. Foram publicados só três números, de acordo com o editor, por causa do "número de assinaturas, até aqui muito limitado". A revista era escrita por

Diogo Soares da Silva de Bivar, redator da *Idade d'Ouro do Brazil*, jornal também editado por Silva Serva. Publicava artigos sobre política, ciências e artes, países, anedotas e curiosidades (ver p. 166).

SEMANARIO CIVICO

Em 1821, pouco antes do levantamento da censura, foi lançado na Bahia o *Semanario Civico*. Seu fundador foi o comerciante português Joaquim José da Silva Maia. Seguiu a mesma orientação da *Idade d'Ouro do Brazil*: era um jornal conservador, defensor da facção portuguesa, da união do Brasil com Portugal e contrário à Independência brasileira. Deu apoio ao general Ignacio Luiz Madeira de Mello, governador de armas, em sua luta na Bahia contra as tropas brasileiras, e recebia proteção do governo. Conhecido como *Semanario Cinico*, foi publicado de março de 1821 a junho de 1823; custava oitenta réis o exemplar e 1,8 mil-réis a assinatura anual.

Curiosamente, seu fundador, Silva Maia, procurador da Câmara e juiz do povo, tinha algumas ideias liberais, segundo Carlos Rizzini. Ele defendia a monarquia constitucional no Brasil e, quando voltou a Portugal, defendeu a Constituição e se opôs a d. Miguel, que pretendia ser rei absoluto. Derrotadas as forças constitucionalistas, retornou ao Brasil e se instalou no Rio de Janeiro.

DIARIO CONSTITUCIONAL

Quando, por influência da Revolução Liberal do Porto, o governo da Bahia mudou em 10 de fevereiro de 1821, a Junta Provisional eleita se declarou a favor da Constituição portuguesa, mas foi recebida com desconfiança, porque, de seus nove membros, seis tinham nascido em Portugal, e uma grande parte da população queria que a maioria fosse de brasileiros.

Para combater a Junta foi lançado em agosto de 1821 o *Diario Constitucional*, primeiro jornal diário da província, por Francisco José Corte-Real (que mudaria seu sobrenome para Corte-Nacional e depois para Corte-Imperial), por Eusébio Vanério e por José Avelino Barbosa. Escreveu também nele Francisco Gomes Brandão, chegado de Coimbra, que também mudaria o sobrenome para Gêe Acayaba de Montezuma. Anos mais tarde ele se aproximaria dos Andradas e receberia o título de visconde de Jequitinhonha. Era impresso na Typographia da Viuva Serva & Carvalho, que também imprimia a *Idade d'Ouro do Brazil*. Para a escolha de um novo governo, os brasileiros e o *Diario Constitucional* queriam eleições com predominância de brasileiros; já os portugueses e sua imprensa defendiam a continuidade da Junta. Foi a primeira campanha eleitoral brasileira. Os ânimos se exaltaram e as autoridades proibiram em dezembro a publicação do *Diario*, deixando como únicas publicações em circulação a *Idade d'Ouro do Brazil*, o *Semanario Civico* e o recém-lançado *Minerva Bahiense*, também de Silva Maia, assim como várias outras folhas, todas partidárias da Coroa. O *Diario* só voltou a circular dois meses depois, em fevereiro de 1822, quando a eleição foi vencida pelos brasileiros. Em maio era bissemanário e o

nome mudou para *O Constitucional*.

O jornal circulou num ambiente extremamente hostil. As tropas da Bahia eram comandadas pelo general português Madeira, árbitro dos destinos da província, que só recebia ordens de Lisboa, e na província havia uma poderosa colônia lusitana que lançou novas publicações para combater *O Constitucional*, o único a defender a causa brasileira contra mais de meia dúzia de publicações partidárias de Portugal. O general Madeira hostilizou o jornal, dizendo que era "incendiário e seus redatores perturbadores da ordem estabelecida". Ele conseguiu que fosse enviado um ofício ao ouvidor do crime alegando que os redatores "cada dia se tornavam mais arrojados, espalhando doutrinas que excitavam os povos à rebelião e os provocavam a desobedecer as leis e as autoridades constituídas, desacreditando-as aleivosamente para lhes diminuir a força moral".

A tipografia em que era impresso foi invadida por um grupo de militares, o jornal empastelado, os equipamentos quebrados, o dono insultado, agredido e advertido para nunca mais imprimir *O Constitucional*. A seguir, os soldados foram à casa de Corte-Real, que não se encontrava nela, o que o livrou de ser morto segundo uma testemunha contemporânea. Os móveis foram todos destruídos.

Corte-Real e os outros redatores já tinham mudado para a vila de Cachoeira, que reconhecera d. Pedro como príncipe regente em junho de 1822 e imperador em maio de 1823, e que fora transformada na capital da facção brasileira na Bahia. Lá, em março de 1823, eles lançaram *O Independente Constitucional*, primeiro jornal baiano fora da capital, impresso por uma tipografia com prelo, tipos e impressor, enviados do Rio pelo imperador numa escuna. Vencidas e expulsas as tropas portuguesas, o jornal voltou a Salvador em agosto, e em 1825 voltou a ser *Diario Constitucional*. Dois anos mais tarde, fechou as portas.

14. Jornais de Pernambuco

Pernambuco foi a terceira capitania a ter uma tipografia. Ricardo Fernandes Catanho importou uma imprensa da Inglaterra e em 1815 solicitou licença para fazê-la funcionar, a qual lhe foi concedida no ano seguinte. O que ele não conseguiu, porém, foi encontrar tipógrafos para colocá-la em operação — a escassez de mão de obra seria uma constante da indústria gráfica brasileira.

A tipografia de Fernandes Catanho somente começaria a funcionar durante o movimento revolucionário de Pernambuco em 1817 — um de seus nomes foi Officina Typographica da 2ª Restauração de Pernambuco. Segundo escreveu o francês L. F. Tollenare, dois frades, um inglês e um marinheiro francês, foram os tipógrafos improvisados que colocaram o prelo em operação; outra fonte da época diz que um inglês, James Pinches, montou a tipografia e a administrou por alguns dias.

O primeiro impresso que saiu do prelo foi a narrativa dos acontecimentos da revolução republicana, o *Preciso dos successos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustissima e gloriosissima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de Março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquella parte do Brasil o monstro da tyrannia real*. O documento ficou conhecido como *Preciso* — expressão tirada literalmente do francês *précis* [resumo]. Foram também impressas outras proclamações.

Dominada a revolução, foi expedido um aviso dizendo que "El-Rei Nosso Senhor, tomando em consideração o infame abuso que se fez da oficina tipográfica de Pernambuco, havia por bem cassar a licença que concedera" e mandava fechar as portas e remeter os caracteres para a oficina régia da Corte. Mas houve grande demora no cumprimento da ordem real, que só foi obedecida pela metade quase um ano e meio mais tarde. Uma boa quantidade de tipos ficou em Recife, no Trem (Arsenal) de Guerra.1

AURORA PERNAMBUCANA

Por influência da Revolução do Porto de 1820, utilizando os tipos da "prensa tipográfica dos rebeldes" e um prelo de madeira construído nas oficinas do Trem, começou a funcionar uma

nova tipografia na província, a Officina do Trem de Pernambuco. Imprimiu papéis oficiais e o primeiro periódico, a *Aurora Pernambucana*, criado sob os auspícios do governador Luiz do Rego Barreto e escrita pelo seu secretário, Rodrigo da Fonseca Magalhães, de "estilo moderado e fluente" e "que jamais se deixou arrastar a desregramentos de linguagem". Na primeira edição da *Aurora*, o redator lamentava a falta de condições: "por desgraça nossa achamo-nos destituídos de imprensa, de tipos, de impressores, de tudo". Por esse motivo, dizia, "Não é possível por agora publicar este jornal de dois em dois dias ou diariamente como se deseja. Sairá quando puder ser".2 Circulou de março a outubro de 1821.

Com novo nome, a Officina do Trem Nacional de Pernambuco também estampou outros periódicos, como o *Segarrega*, de periodicidade irregular e tendência moderada (1821-3), e o *Relator Verdadeiro*, também irregular, que circulava uma ou duas vezes por mês (1821-2).

Uma nova tipografia foi trazida da Inglaterra pelo governo local, com "um elegante prelo de ferro adornado com uma águia do mesmo metal", como diz Pereira da Costa. Era um prelo Columbian, conhecido como Eagle ou "prelo da águia", dos mais modernos da época (ver figura 33). Pouco depois, outra imprensa foi trazida da Inglaterra por Manuel Clemente do Rego Cavalcante, que compraria também a tipografia do governo. Funcionou como Cavalcante & Companhia e imprimiu, além de jornais, os primeiros livros da província. Um ano mais tarde, porém, voltou às mãos do governo, que não o pagou, desfez a transação e decidiu estabelecer, de novo, uma imprensa oficial, e ordenou que lhe fosse entregue todo o material da oficina.

Em 1823, Miranda Falcão instalara um pequeno estabelecimento gráfico, a Typographia de Miranda & Cª, na qual foram impressos numerosos jornais, entre eles o *Typhis Pernambucano* de frei Caneca, a *Sentinella da Liberdade* de Cipriano Barata, *O Liberal* e o *Dezengano aos Brazileiros*, de João Soares Lisboa. Durante a Confederação do Equador, Miranda Falcão dirigiu a Typographia Nacional do governo rebelde. Derrotado o movimento, ele foi preso, mas quando foi solto negociou com o governo da província a compra de suas instalações gráficas, nas quais começou a imprimir, em novembro de 1825, o *Diário de Pernambuco*, que circula até hoje.

GAZETA PERNAMBUCANA

A *Gazeta Pernambucana* começou como jornal informativo e comercial e se tornou um veículo de grande influência política na província. Não tinha periodicidade fixa, saindo uma ou duas vezes por mês. Custava oitenta réis e circulou de setembro de 1822 a abril de 1824. Foi fundado por Manuel Clemente do Rego Cavalcante, dono da Typographia de Cavalcante & Cª em que era impresso. Diz Alfredo de Carvalho que era notável pela nitidez da impressão em excelente papel de linho.

Ao assumir a redação da *Gazeta Pernambucana*, em seu quarto número, o padre Venâncio Henrique de Rezende advertiu: "não sabemos jogar espada, nem pau, nem esgrima, atirar pistola, ou faca: em uma palavra, não sabemos manejar arma alguma nem as trazemos conosco.

Portanto, desprezando todos os desafios que com qualquer delas nos hajam de fazer, aceitamos porém aquele mais usado pelos escritores, cujas armas são a pena e a razão". Ele era defensor da Constituição e das instituições representativas, defendia d. Pedro I e combatia os portugueses, o que pode explicar o aviso de que andava desarmado. Eleito deputado da Assembleia Constituinte, viajou para o Rio de Janeiro, onde foi acusado de ser republicano. No fim da vida, virou conservador.

Seu sucessor foi Cipriano Barata. Suas ideias não eram muito diferentes das de Venâncio Henrique de Rezende, mas foi menos comedido ao expressá-las. Disse que seu trabalho seria como uma continuação dos brados de alerta da *Sentinella* (ver pp. 306 ss.). Quando Barata saiu, a *Pernambucana*, como era conhecida, foi combatida pelo *Typhis Pernambucano* de frei Caneca por defender o nome indicado pelo imperador para substituir o governador da província. Durante a Confederação do Equador, o governo de Pernambuco anulou a venda de sua tipografia a Rego Cavalcante, que não estava pagando as prestações, e em 1824 a tomou de volta para estabelecer uma imprensa oficial.

15. Jornais das províncias

MINAS GERAIS

Na Vila Rica, o padre José Joaquim Viegas de Menezes, que aprendera artes gráficas na tipografia do Arco do Cego em Lisboa, utilizou a técnica da calcografia para gravar em placas de cobre um poema em homenagem ao governador de Minas Gerais em 1807 e o imprimiu numa pequena prensa doméstica (ver pp. 90-1). Em 1820 ele construiu, também na Vila Rica, um prelo a pedidos de um chapeleiro e sirgueiro — artífice de trabalhos com seda — português com talento para a mecânica, Manuel José Barboza Pimenta e Sal, a quem ensinou a moldar e fundir tipos metálicos. "Para fazerem o prelo, fundirem *tipos* preparando as respectivas *matrizes*, e conseguirem os muitos utensílios, sem oficinas apropriadas, sem material conveniente e sem artistas capazes de fabricá-los perfeitos, e ainda sem os instrumentos adaptados a misteres tão delicados e difíceis — deviam ter sido enormes, na verdade", segundo uma história da imprensa mineira publicada no século XIX. Barboza montou um estabelecimento completo, a Officina Patricia de Barboza e C.

O padre Viegas escreveu ao imperador que tinha concluído "a prontificação de uma tipografia que bem merece o epíteto de 'Patricia' pelo emprego de letras e máquinas construídas na mesma Imperial Cidade", e pedia isenção do serviço militar para os empregados. Outra fonte diz que a tipografia teve esse nome "porque todos os seus utensílios foram aqui fabricados sem modelos, e sem outra direção, que o desenho achado em alguns livros; e para maior glória dos mesmos, grande porção de tipos se fundiu de chumbo extraído de nossas Minas".

Mas essa não foi a primeira oficina gráfica a funcionar em Minas Gerais. Concluída em fins de 1821, a tipografia só recebeu autorização para imprimir em abril do ano seguinte. Nesse meio-tempo, em fevereiro de 1822, o governo da província instalou em Ouro Preto, a capital, uma tipografia "minúscula", segundo Viegas, chamada a Nacional, que foi a primeira a produzir impressos.

A Patricia, porém, foi a primeira a imprimir um jornal: o *Compilador Mineiro* (1823), trissemanal, de orientação nacionalista, que apesar de ter sido bem recebido durou apenas três meses; a *Abelha do Itaculumy* (1824), conservador, também trissemanal, que circulou durante um

ano e meio; *O Universal* (1825), liberal moderado, publicado durante dezessete anos, foi a folha mineira mais importante da época, escrita por Bernardo Pereira de Vasconcelos até 1833 e posteriormente por José Pedro Dias de Carvalho, que fez oposição a Vasconcelos quando ele se tornou mais conservador; e o *Companheiro do Conselho*, *O Diario do Conselho do Governo da Província de Minas* e *O Patriota Mineiro*, lançados todos em Ouro Preto em 1825.

Além da Typografia Patricia, em Minas Gerais foram construídas outras duas oficinas gráficas nos anos 1820. Uma delas, de 1828, foi obra do ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes, no Tijuco, atual Diamantina, que imprimiu o jornal o *Echo do Serro*, o primeiro da região e o terceiro da província. Outra tipografia foi montada por outro ourives, Geraldo Pacheco de Melo, no Arraial do Itambé, perto do Tijuco, de onde saiu o *Liberal do Serro*.1 Estima-se que em 1828 havia seis tipografias em Minas Gerais, todas com prelos de madeira fabricados no país. A partir de 1830, um grande número de cidades mineiras instalou tipografias e publicou jornais.

Minas foi surpreendentemente fértil na produção de jornais durante o Primeiro Reinado. Além dos já mencionados, *O Telegrapho*, extremamente conservador e que polemizou com a imprensa liberal e circulou até 1839, foram importantes *O Precursor das Eleições*, primeiro jornal apolítico; *O Novo Argos* (1829) e o *Astro de Minas* (1827), de São João d'El-Rey, que seguiram a mesma linha moderada de *O Universal*; e *O Amigo da Verdade* (1829), conservador.

PARÁ

A primeira tipografia da província do Pará foi construída de maneira improvisada por João Francisco Madureira Pará em 1820. Ele fez um prelo de madeira e fabricou os tipos "aplicando-se então a abrir punções, moldar os caracteres, fundir os tipos, dirigir os trabalhos da máquina; e finalmente organizar a imprensa, pondo-a em estado de poder trabalhar", como ele mesmo explicou. Madureira fez tudo isso orientado por algumas estampas estrangeiras, sem sair do Pará e sem receber recursos do governo, tendo levantado o dinheiro com particulares mediante uma subscrição pública. O funcionamento da tipografia foi aprovado e ela começou a estampar folhetos, documentos e papéis avulsos, sem nunca estampar um jornal. Seus impressos "eram grosseiramente compostos, com tipos imperfeitos, de um só corpo". Era, inevitavelmente, uma oficina precária, mas foi a primeira que teve a província.

A primeira folha, *O Paraense*, foi impressa pela Imprensa Liberal, uma tipografia comprada em 1821 em Portugal por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, associado a Simões da Cunha e José Baptista da Silva — que mudaria o sobrenome para Camecran —, que levaram ao Pará o impressor português Daniel Garção de Mello e dois tipógrafos. A primeira edição, impressa em março de 1822, com Patroni como redator, apoiava as Cortes portuguesas e a subordinação do Pará a Lisboa, não ao Rio de Janeiro. O jornal publicava o brasão do Reino Unido de Brasil e Portugal e divulgava os atos oficiais, mas com seu tom liberal, linguagem exaltada e ataques à Junta do Governo na Província alarmou as autoridades portuguesas.

Patroni foi preso e enviado a Portugal. O jornal passou a ser feito pelo cônego João Baptista Gonçalves Campos e Baptista Camecran. Inicialmente seguiram a orientação de Patroni de defender a Constituição portuguesa, mas depois apoiaram a Independência. O cônego foi agredido fisicamente na rua e preso várias vezes. Teve que retirar-se para o interior da província e passou o jornal a outro clérigo, mas ele foi fechado pouco tempo depois por pressão das autoridades.

A tipografia foi retomada pelo antigo impressor, mudou seu nome para Imprensa Constitucional e lançou o *Luso Paraense* em 1823 — que tanto Carlos Rizzini como Nelson Werneck Sodré chamam de *Luso-Brasileiro*. Era o segundo jornal da província e apoiava Portugal. Quando o Pará aceitou a independência do Brasil, a tipografia, agora chamada Imprensa Imperial e Nacional passou a imprimir *O Independente*, novo nome da folha. Outros jornais paraenses de vida efêmera foram *A Voz das Amazonas*, *Orphêo Paraense*, *O Publicador Amazoniense* e seu sucessor *Sentinella Maranhense na Gorita do Pará*, impresso numa pequena tipografia comprada no Maranhão.

MARANHÃO

O primeiro jornal maranhense foi *O Conciliador do Maranhão*, lançado em abril de 1821 como folha bissemanal manuscrita. Foi impressa a partir de novembro numa tipografia importada de Londres pelo governador da capitania, o marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, com recursos da Real Fazenda. O equipamento era um Columbian de ferro, conhecido no Brasil como "prelo da águia", por ter uma enorme águia com asas abertas esculpida no topo. O redator era o oficial maior da Secretaria do Governo, e os impressores foram contratados em Lisboa.

De linha intransigente, *O Conciliador* defendia com notável agressividade a causa de Portugal, condenando o "separatismo das províncias do Centro-Sul", que queriam a independência e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Reagiu à proclamação da Independência como uma quebra do juramento de fidelidade ao rei português. Circulou até julho de 1823, quando o Maranhão foi incorporado ao Império. Em seu lugar foi publicada a *Gazeta Extraordinaria do Governo Provisorio*, com os atos oficiais. Outros jornais maranhenses dos anos 1820 foram *O Amigo do Homem* (1824-7), *O Argos da Lei* (1825), que polemizou com *O Censor*, jornal que mudaria o nome para *O Censor Maranhense* (1825-30). O mais famoso deles foi *O Farol Maranhense*, redigido por José Candido de Moraes e Silva.

OUTROS ESTADOS DO NORDESTE

O Recife foi o polo irradiador a partir do qual se fundaram várias tipografias e se lançaram jornais nas províncias nordestinas durante o Primeiro Reinado. A primeira oficina gráfica do Ceará foi enviada do Recife a Fortaleza em 1824 a bordo de um navio de guerra e instalada com

o nome de Typographia Nacional do Ceará. Em abril, imprimiu o primeiro jornal, o *Diario do Governo do Ceará*, bissemanal. Era pequeno, com 20 x 14 cm, e teve como redator o padre Gonçalo Mororó. Durou pouco tempo. Em 1825, circulou *O Cearense*; em 1829 saíram *Diario Cearense*, *Gazeta Cearense*, *Diario do Conselho Geral da Provincia do Ceará*.

Na Paraíba foi instalada a Typographia Nacional da Parahyba em 1826, pelo inglês Walter S. Boardman, que comprara o equipamento no Recife. A primeira publicação impressa foi, provavelmente, o semanário *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, nesse mesmo ano, sucedido em 1828 pela *Gazeta Parahybana*, folha "anticonstitucional e republicana", onde o panfletário Antonio Borges da Fonseca começou no jornalismo.

Também saiu do Recife o material para a instalação de outras oficinas no Nordeste. Numa delas, a Typographia Natalense, primeira do Rio Grande do Norte, implantada em 1832, se imprimiu *O Natalense*, que antes fora estampado no Maranhão, em Pernambuco e no Ceará. Cinco anos mais tarde, a oficina e o jornal foram fechados pelo presidente da província. Outra tipografia foi a Sociedade Patriótica de Maceió, que em 1831 publicou o *Iris Alagoense*, que no ano seguinte teve o nome mudado para *Federalista Alagoense*.

RIO GRANDE DO SUL

A primeira tipografia que funcionou na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Imperial Typographia do Exército, foi usada para imprimir instruções e boletins militares durante a guerra Cisplatina. O prelo era móvel e em fevereiro de 1827 estampou o segundo *Boletim do Exercito*, às margens do rio Palma. Só imprimiria outros dois boletins. Na batalha do Passo do Rosário as tropas argentinas fizeram prisioneiros um grande número de brasileiros, tomaram material bélico e "*una imprenta*".

O primeiro jornal gaúcho foi o *Diario de Porto Alegre*, feito por dois gráficos franceses, Claude Dubreuil, impressor, e Estivalet, tipógrafo, que tinham desertado do Exército argentino. A tipografia fora comprada no Rio de Janeiro em 1821 com recursos obtidos por subscrição pública patrocinada pelo governador da capitania, o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. Custou 918 mil-réis e chegou a Porto Alegre em agosto de 1822. Como o governador foi preso e levado ao Rio de Janeiro, o jornal não foi publicado na época. Somente em junho de 1827 foi lançado o *Diario de Porto Alegre*, que era impresso numa folha pequena e circulava nos dias úteis. Foi sucedido, no ano seguinte, por *O Constitucional Rio-Grandense*, bissemanal. Em 1829, foi publicado *O Amigo do Homem e da Patria* e no ano seguinte, *O Vigilante*.

IV. INFRAESTRUTURA

A imprensa diária brasileira mostra profundas contradições ao longo de sua história. Os jornais tiveram uma extraordinária influência na definição da estrutura política do país e na formação da sociedade. Desempenharam um papel preponderante nas principais mudanças da ordem jurídica: na proclamação da Independência; na abdicação de d. Pedro I e sucessão pelo seu filho, d. Pedro II; na abolição da escravidão e queda da monarquia; no desabamento da estrutura da República Velha e na Revolução de 1930; na queda de Getúlio Vargas em 1945 e em seu suicídio em 1954; no golpe de 1964. Mas se sua influência é indiscutível, chega a surpreender o escasso interesse de grande parte da população brasileira, ao longo da história, pela leitura de jornais. Sua circulação tem sido extremamente baixa quando comparada não apenas com os diários dos países desenvolvidos, mas à de vários países latino-americanos. Em duzentos anos de imprensa, pouco se leu jornal. Essa contradição revela uma imprensa diária feita, quase toda ela, para uma elite instruída, com pouco apelo e baixa penetração entre as classes sociais mais baixas.

A historiadora Emília Viotti mostrou as raízes profundas do problema:

> A maioria da população do interior [...] continuava à margem da História, desprovida de informações. Por ocasião do movimento da Independência, um viajante francês que percorreu o interior de São Paulo observava que a população ignorava o que se passava a alguns quilômetros, nas cidades de São Paulo e Rio. A ignorância e o desinteresse resultavam não apenas da falta de comunicações fáceis e rápidas, ausência de correios e jornais que mantivessem informada pelo menos uma parte da população. Eram fruto da falta de cultura e ausência de tradição de participação política, consequência das práticas paternalistas do período colonial.1

Raramente o problema da imprensa no Brasil foi definido com tanta precisão. Emília Viotti observa a precariedade das comunicações, a ausência de um serviço de correios que entregasse os jornais aos assinantes e, principalmente, a falta de instrução pública e a exclusão da maioria da população das decisões políticas, reservadas a uma minoria. O resultado, aponta, é a ignorância e o desinteresse pelo que acontece ao redor. E esses problemas persistem.

Aos problemas estruturais que limitaram a expansão da imprensa podem ser acrescentados outros mais específicos do setor, como a falta de mão de obra especializada — resultado em parte do baixo nível educacional —, infraestrutura gráfica insuficiente, tradicional escassez de papel e um pequeno número de pessoas em condições de ler jornal. Pode ser observada ainda a dependência dos jornais do monopólio das notícias internacionais exercido pelas agências e a deformação criada pela própria imprensa ao depender excessivamente dos favores dos poderes públicos.

A melhora da instrução e o fluxo imigratório aumentaram, ainda que de maneira moderada, o universo de leitores; a chegada do telégrafo submarino acelerou o acesso à informação internacional; a implantação das ferrovias facilitou a distribuição dos jornais no interior do país; o crescimento da economia e da renda implicou um aumento da circulação — mas a imprensa diária ainda tem que lidar com uma série de entraves ao seu desenvolvimento no Brasil.

1. Sociedade

POPULAÇÃO

A baixa densidade demográfica, a composição social da escassa população, o baixo índice de urbanização, o elevado nível de analfabetismo e uma desigual distribuição da renda foram obstáculos para o desenvolvimento de uma imprensa forte no Brasil.

Nos séculos XVI e XVII, o número de habitantes era extremamente baixo. Portugal não podia fornecer a mão de obra necessária para desenvolver a produção agrícola e mineral. O reino tinha colônias em várias partes do mundo para povoar, e o medo de perder parte das terras do Brasil para outros países europeus o levou a proibir a entrada de estrangeiros. A opção foi recorrer ao trabalho escravo, primeiro de índios nativos, depois de negros africanos.

A riqueza proporcionada pelo ouro e pelos diamantes de Minas Gerais, no século XVIII, provocou um extraordinário fluxo migratório. A população, que era de 300 mil habitantes no fim do século XVII, multiplicou-se por dez, para quase 3,2 milhões, um século mais tarde. De Portugal chegaram de 500 mil a 800 mil pessoas; da África foram trazidos quase 2 milhões de escravos. Em 1819 havia no país 3,6 milhões de pessoas, das quais 1,1 milhão escravas e 800 mil indígenas. Na primeira metade do século XIX, o tráfico negreiro continuou intenso, apesar de proibido. Somente de 1841 a 1850, ano em que o governo realmente decidiu acabar com esse comércio, entraram no país 335 mil africanos.

A população brasileira passou de cerca de 3 milhões em 1808 a 7,7 milhões em 1854. Em comparação, os Estados Unidos saltaram de 5,5 milhões em 1800 para 33,2 milhões em meados da década de 1860.

O primeiro censo do Império, em 1872, revelou uma população de apenas 9,9 milhões de habitantes, 8,4 milhões de pessoas livres e 1,5 milhão de escravos. Pouco menos de metade da população, 4,2 milhões, não tinha profissão definida, 1 milhão se dedicava a serviços domésticos, meio milhão eram costureiras, um quarto de milhão eram operários e 120 mil se dedicavam à indústria e ao comércio. A classe média foi estimada em 3%. Essa estrutura social não favorecia a leitura da imprensa.

Em 1889, ano da proclamação da República, o Brasil tinha 12 milhões de habitantes, dos quais

se disse na época que eram 1 milhão de índios "inúteis ou quase", 1 milhão de escravos ou ex-escravos e seus descendentes "quase inúteis". Dos outros 9 milhões, 400 mil famílias eram proprietárias de escravos — fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados. O espaço entre os escravos e as altas classes não se achava suficientemente preenchido. Havia talvez 2 milhões de pessoas economicamente ativas: negociantes, empregados, operários ou criados; e 6 milhões de agregados das fazendas, caipiras, matutos, capangas, capoeiras ou vadios e ébrios. Era um perfil pouco propício à mobilidade social.

IMIGRAÇÃO

A imigração foi vista como uma alternativa ao trabalho escravo para aumentar a produção, basicamente agrícola. Com o fim da legislação colonial, que proibia a presença de estrangeiros no Brasil, houve algumas tentativas de atrair imigrantes europeus nos primeiros anos da Independência, que resultaram na vinda de portugueses, suíços e alemães principalmente, mas em pequeno número. Enquanto os Estados Unidos atraíam mais de 5 milhões de pessoas entre 1820 e 1861, no Brasil entraram menos de 50 mil imigrantes do começo do século até 1850.

Suprimido o tráfico de escravos em 1850, foi reforçado o estímulo para atrair mão de obra europeia destinada à lavoura. O número total de imigrantes não foi o esperado, mas aumentou sensivelmente a imigração portuguesa, que chegou nos mesmos navios negreiros que tinham trazido os africanos, segundo escreveu Luis Felipe de Alencastro. Seu destino principal foi o Rio, onde seu número dobrou: em 1870, metade da população masculina da cidade era estrangeira, sobretudo portuguesa. Entre 1820 e 1876, o ritmo imigratório foi lento, de apenas 350 mil pessoas. Mas nos quarenta anos entre 1890 e 1929 houve um surto e entraram no Brasil 3,5 milhões de pessoas: 1,2 milhão de italianos, 1 milhão de portugueses, 550 mil espanhóis, 112 mil alemães, 108 mil russos e 80 mil austríacos.

A imigração poderia ter sido um poderoso fator de estímulo à imprensa. Os imigrantes eram, em sua maioria, adultos, etapa da vida em que as pessoas são mais propensas a ler para informar-se e defender seus direitos e interesses, e a entrada massiva no país foi acompanhada de um aumento da circulação dos jornais e do lançamento de uma ampla variedade de publicações em língua estrangeira. Porém, o impacto na leitura de jornais foi muito inferior ao que se poderia esperar. Bem menor, por exemplo, que nos Estados Unidos, onde a imigração deu lugar ao lançamento de novos jornais de grande circulação em língua inglesa e à renovação dos existentes.

A maioria dos imigrantes nos Estados Unidos procedia de países com elevados índices de alfabetização e procurava, além de oportunidades econômicas, liberdade para suas ideias políticas e crenças religiosas, e queriam integrar-se no país que os acolhia. A leitura de jornais era uma das maneiras de assimilação. No Brasil, a grande massa de imigrantes era proveniente de países onde o índice de analfabetismo oscilava em torno dos 70% a 80%. Poucos liam jornais

em sua nação de origem e poucos liam no Brasil. As autoridades brasileiras não tinham políticas adequadas para a assimilação dos imigrantes.

O maior contingente de estrangeiros foi dirigido para a lavoura, com resultados decepcionantes. As condições de trabalho eram precárias; a maioria dos proprietários de fazendas conservava a mentalidade escravocrata e nem sempre tratava os imigrantes como homens livres. As multas arbitrárias aos colonos, o duvidoso cálculo das contas feito pelos donos da terra, a obrigação de só fazer compras na fazenda, os juros escorchantes sobre a dívida, os contratos ambíguos e leoninos, a falta dos pagamentos devidos e outros abusos provocavam reclamações e confrontos. O suíço Thomas Davatz escreveu que os colonos sujeitos ao regime de parceria não passavam de "pobres coitados, miseravelmente espoliados, de perfeitos escravos, nem mais nem menos, e que encontravam, às vezes, maior dificuldade em se libertar do que os próprios pretos". As casas em que moravam, de pau a pique, sem forro, pareciam senzalas.1 Os governos da Itália e da Espanha chegaram a proibir a emigração para o Brasil.

Muitos colonos abandonaram as fazendas quando encontravam uma oportunidade. Mudaram para as cidades, voltaram para seus países de origem, ou emigravam para outros países. Essas circunstâncias eram pouco propícias para que o hábito da leitura fosse desenvolvido. Ainda nos casos em que o colono era alfabetizado, o pequeno excedente que conseguia reunir não dava muita margem para comprar jornais. Deve-se também considerar a escassa monetização nas relações de trabalho no campo, onde quase todos os pagamentos eram feitos em espécie. O isolamento e a quase autossuficiência das fazendas, as grandes distâncias dos centros urbanos e as dificuldades dos transportes pela falta de estradas eram obstáculos adicionais para a leitura dos jornais pela população rural — que era a grande maioria do país. Na verdade, também era improvável que os donos de fazendas fossem leitores de jornais ou tivessem interesse neles.

A libertação dos escravos em 1888 colocara no mercado de trabalho livre um grande contingente de mão de obra que não fora preparado para enfrentar as novas circunstâncias. Criou-se uma numerosa população marginal, uma massa amorfa, em sua maioria analfabeta, sem emprego fixo e carecendo de habilidades ou treinamento para integrar-se na economia produtiva. Surgiu assim um proletariado industrial brasileiro.

URBANIZAÇÃO

Os habitantes das cidades são mais propensos que os do campo à leitura. Mas até bem entrado o século XX o Brasil teve uma população essencialmente rural. No começo do século XIX, as cidades tinham uma estrutura precária e uma baixa população, mesmo em comparação com o resto da América Latina. Em 1810, o Rio de Janeiro, a capital, tinha 60 mil habitantes; Salvador, 48,5 mil; Recife, 45 mil; São Luís, 17,5 mil, São Paulo, 14 mil; Belém, 11 mil. Todas essas capitais, menos São Paulo, eram portos de exportação. Nesse mesmo ano, a Cidade do

México tinha 140 mil habitantes; Havana, 75 mil; Lima, 60 mil; Buenos Aires, 45 mil.

O crescimento das cidades brasileiras durante as primeiras décadas do Império foi lento, com exceção do Rio, a sede da Corte. Em 1872, a proporção de pessoas que moravam em cidades de mais de 50 mil habitantes era de apenas 5,9% para uma população de 9,9 milhões. Cresceu para 9,4% em 1900, quando havia 17,4 milhões, e continuava sendo muito baixa em 1920, com 10,7%, quando a população total era de 30,6 milhões. Isto é, quase nove de cada dez pessoas no país ainda moravam no campo.

O Brasil só se tornaria um país urbano a partir da segunda metade do século XX. Em 1940, menos de um terço da população estava nas cidades. Nas três décadas seguintes, porém, a população urbana quase quadruplicou em números absolutos. Chegou a 55,9% em 1970. Em 2005, segundo a ONU, apenas um sexto da população brasileira era rural.

A imigração teve um papel fundamental nesse incipiente movimento de urbanização. Embora a maioria dos imigrantes tivesse ido para a lavoura, um bom contingente ficou nas cidades e um número não desprezível dos que estavam no campo acabou deixando as fazendas devido às condições precárias.

O Rio de Janeiro de 1872 tinha 275 mil habitantes, dos quais 84 mil eram estrangeiros; em 1890, tinha 522 mil, com um quarto de estrangeiros. Na cidade de São Paulo, em 1890, dos 65 mil habitantes, pouco mais de um quinto tinha nascido fora do país. O enorme crescimento da cidade, que mais que triplicou em dez anos, chegando a 240 mil habitantes em 1900, deveu-se à imigração.

Para integrar a grande massa de imigrantes, o governo da recém-instaurada República decretou que todos os estrangeiros radicados no Brasil em 15 de novembro de 1889 adquiriam automaticamente a cidadania brasileira, a menos que manifestassem expressamente, no prazo de seis meses, na câmara municipal da localidade em que residiam, sua decisão de manter a cidadania de seu país de origem. As pessoas que entraram no país depois dessa data também foram compulsoriamente nacionalizadas, mas tinham um prazo de dois anos para conservar sua nacionalidade, o que ficou conhecido como “decreto da grande naturalização”.

Imigrantes ou filhos de imigrantes compunham uma grande parte da classe operária de São Paulo. Em 1893, mais da metade da população de 130,8 mil era estrangeira. Nesse mesmo ano, quatro de cada cinco trabalhadores das indústrias paulistas não eram brasileiros. Em 1900, essa proporção era de nove em cada dez, quase todos italianos. No Rio, a proporção de empregados estrangeiros na indústria em 1890 era menor, 39% dos 49 mil operários, mas ainda assim era expressiva.

O aumento da urbanização e da industrialização deveria ter provocado um surto extraordinário da imprensa. Cresceram, de fato, tanto o número e a circulação dos jornais em língua portuguesa como o de publicações lançadas em língua estrangeira. Esse surto de leitura foi bem inferior, porém, ao ocorrido em outros países. Além do elevado índice de analfabetismo, a pouca familiaridade com a língua era um obstáculo à leitura dos jornais em

português. Em 1900, ao comemorar seu 25º aniversário, *O Estado de S. Paulo* lamentava, não sem certo exagero, que uma grande parte da população não tivesse condições de ler o jornal: "A capital tem talvez mais de 200 mil habitantes, desses mais de metade não falam nem leem a língua portuguesa".

RENDA

Outro obstáculo para a disseminação da cultura e da leitura de jornais era a baixa renda da população. Nas cidades, os industriais ofereciam condições de trabalho extremamente precárias e, para manter baixos os salários, contratavam um considerável número de mulheres e de crianças, que recebiam uma remuneração inferior à dos homens adultos.

Em 1901, crianças de nove a onze anos representavam uma parcela considerável da mão de obra da indústria manufatureira das principais cidades. Uma pesquisa à qual apenas 38 de 160 empresas responderam constatou que 19% dos trabalhadores eram mulheres e 12% eram crianças. Nas indústrias do grupo Matarazzo, o maior de São Paulo, um terço dos empregados eram menores de dezesseis anos e trabalhavam treze horas por dia. No censo de 1920, a proporção de mulheres na indústria chegava a 28,6%, com jornadas de doze horas.

Em algumas indústrias era comum o castigo corporal para os meninos, que trabalhavam das dezenove até as seis horas, onze horas seguidas, com intervalo de vinte minutos para descanso; e nem sempre lhes era concedido o repouso semanal. O fato de que esse regime laboral impedia as crianças de frequentar as escolas parecia ser a menor das preocupações dos industriais, mas assim era inevitável um baixo nível de instrução mesmo entre a população urbana. Como escreveu Franco Cenni, a grande maioria dos italianos em São Paulo eram analfabetos ou semianalfabetos e tinham jornada de trabalho extremamente pesada.

Com a introdução das leis trabalhistas na década de 1930, as empresas tiveram que fazer algumas concessões. Ante a crescente complexidade da produção industrial, precisavam de operários cada vez mais especializados e de técnicos, aos quais tiveram que oferecer melhores remuneração e condições de trabalho. Mas preferiam trazê-los do exterior a incentivar sua formação no Brasil.

As mudanças demográficas, com o aumento da imigração e da urbanização e a industrialização incipiente, tiveram um impacto positivo, embora limitado, na imprensa. Além de massas de trabalhadores rurais ou urbanos com baixa qualificação, chegaram ao Brasil pessoas da classe média ou com elevado nível de educação: técnicos, escriturários, professores, escritores, médicos, artistas, advogados, jornalistas. Sua presença foi decisiva para a proliferação, no fim do século XIX e começo do XX, de jornais para os imigrantes. A colônia italiana em São Paulo chegou a ter cinco diários à sua disposição, alguns de grande influência, como o *Fanfulla*. Circularam também diários em espanhol, alemão, árabe e outras línguas. Os descendentes desses imigrantes, mais integrados ao país, começavam a ler publicações em

português, mas em número ainda reduzido.

EDUCAÇÃO

Olavo Bilac colocou a questão de maneira clara no começo do século XX:

> O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, 150 mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê [...]. E por que não lê? Porque não sabe!

Hoje, se a situação melhorou, essa continua sendo a principal barreira à expansão da imprensa. O Brasil sempre teve índices de analfabetismo superiores aos de vários países latino-americanos. A maioria da população sabe identificar os caracteres e rabiscar o nome, mas uma grande parte das pessoas consideradas alfabetizadas tem dificuldade em compreender o sentido de um texto escrito, o que a impede de ler um jornal, e boa parte das pessoas que avançaram nos graus de ensino até o nível superior não levou da escola o gosto pela leitura e o hábito de ler. E a baixa escolaridade não apenas limitou a leitura dos jornais, mas afetou também a qualidade das redações. Até poucas décadas, os diários empregavam repórteres de duvidosa alfabetização, que apuravam as informações e as relatavam a um redator, que as transformava numa narrativa com princípio, meio e fim.

O problema vem de longe. Na época colonial, o único ensino era dado pelas ordens religiosas, principalmente dos franciscanos e dos jesuítas, e estava concentrado nas artes liberais e nas letras. Era humanístico, acadêmico e abstrato, não muito diferente do ministrado em Portugal, e orientado para as famílias dos estratos sociais mais elevados da colônia.

Os jesuítas instalaram colégios dotados de grandes bibliotecas, nas principais cidades da colônia, especialmente no Norte e no Nordeste do país, as regiões mais prósperas, e no Rio de Janeiro. O ensino era gratuito, mas chegava a um limitadíssimo número de pessoas, em parte pela falta de incentivo e pelo desinteresse em aprender.

Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, ordenou a expulsão dos jesuítas em 1759. Segundo Laurence Hallewell, a grande perda que o Brasil sofreu foi a destruição das suas bibliotecas: 15 mil volumes se perderam em Salvador, outros 5 mil no Rio de Janeiro, além de 12 mil no Maranhão e no Pará.2

As limitações da educação ministrada pelos jesuítas têm recebido críticas, em grande parte bem fundamentadas, mas nem Pombal, apesar de ter tentado implantar um ensino laico, nem seus sucessores conseguiram montar um sistema que substituísse o que fora suprimido. O Brasil entrou no século XIX com a imensa maioria da população analfabeta e sem um plano para uma instrução pública ampla. Na cidade de São Paulo, por exemplo, apenas 2,5% da população sabia ler e escrever em 1808.

A comparação com a educação nos Estados Unidos na mesma época é chocante. A alfabetização entre os homens adultos na Nova Inglaterra em 1660 era de 60%, passando em 1710 a 70% e em 1760 a 85%. Entre as mulheres, sabiam ler e escrever de 30% a 40% no começo do século XVII e 60% em 1760. Ainda na Nova Inglaterra, apenas 20% das mulheres que tinham nascido entre 1766 e 1795 não sabiam ler e escrever, e 10% dos homens. No estado de Nova York, a proporção de crianças nas escolas passou de 37% em 1800 para 60% em 1825. Em outros estados, a falta de instrução estava mais disseminada. Na Virgínia, a alfabetização era de 46% na década de 1640 e de 62% em 1710 e três quartos das mulheres e dos escravos eram analfabetos. A educação primária era responsabilidade dos poderes locais, mas o governo central deu uma grande contribuição ao doar aos estados 77,6 milhões de acres (244 milhões de hectares) de terras para que fossem destinados a escolas públicas. Posteriormente, daria mais 22,7 milhões de acres (92 milhões de hectares) para escolas secundárias, universidades, hospitais e outras instituições.3

É também evidente o contraste entre o ensino no Brasil colonial e nas colônias da América espanhola. Sérgio Buarque de Holanda afirma que durante a colonização espanhola foram instaladas "nada menos de 23 universidades, seis das quais de primeira categoria (sem incluir as do México e Lima). Por esses estabelecimentos passaram, ainda durante a dominação espanhola, dezenas de milhares de filhos da América que puderam, assim, completar seus estudos sem precisar transpor o oceano". Ao todo, estima-se que 150 mil pessoas frequentaram essas universidades na época colonial. A Universidade de Santo Domingo foi fundada em 1538; a de San Marcos de Lima, em 1551, com os mesmos privilégios e limitações que tinha a de Salamanca; a da Cidade do México, em 1553.

Os brasileiros, dada a falta de cursos de ensino superior na colônia, proibidos pela Corte, tinham que estudar em Coimbra, a única universidade em todo o Império português, que formou apenas 720 brasileiros entre 1775 e a Independência. Nesse mesmo período, da Universidade do México saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados.4

A Primeira Reforma

A mudança da Corte de Lisboa para o Brasil em 1808 deu início às reformas, com a reprodução no Brasil de algumas das instituições portuguesas. Foram instalados os cursos de medicina na Bahia, de agricultura, engenharia civil e mineração na Academia Militar do Rio e posteriormente de direito em São Paulo e Olinda (PE). Foram também criadas escolas agrícolas de ensino médio, que fecharam por falta de alunos. A primeira universidade brasileira surgiria apenas mais de um século depois.

Na primeira Constituição, de 1824, não faltaram boas intenções para melhorar a educação: determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, todas as vilas e todos os lugarejos, e de escolas para meninas em cada povoado; garantia a instrução primária gratuita para todos os cidadãos. Mas, devido à distância entre as ideias e as condições existentes (falta de

recursos, docentes com aptidão e empenho das autoridades), nada disso foi cumprido. Das 74 escolas criadas na província de São Paulo, apenas trinta ainda funcionavam em 1832. Faltavam professores, "a quem o mesquinho ordenado não convidava para semelhante emprego", como se escreveu na época. Dez anos depois, a situação não tinha melhorado. Havia apenas 65 escolas. A baixa remuneração do pessoal docente seria uma constante na história do país.

Para contornar essas deficiências adotou-se no Brasil o método lancasteriano de ensino, utilizado em vários países da Europa e na Argentina. O "ensino mútuo", como ficou conhecido, foi desenvolvido pelo quacre inglês Joseph Lancaster para contornar a falta de professores onde houvesse muitos alunos e poucos recursos. Consistia no treinamento de alunos bem dotados que, ao chegar a determinado nível de instrução, passavam a ensinar, cada um deles, a um grupo de dez alunos (decúria), sob a supervisão de um orientador. Era um regime rígido que previa o castigo corporal. Depois de quinze anos sem dar os resultados que dele se esperavam, o método lancasteriano foi deixado de lado. Faltaram, de novo, os recursos mínimos para sua aplicação, mas, principalmente, alunos num método desenvolvido para ser aplicado em massa.

Em 1834 a instrução pública foi descentralizada. As assembleias provinciais ficaram responsáveis pelo ensino primário e secundário. Na prática, as províncias passaram a cuidar, de maneira precária, da escola primária, enquanto o ensino secundário foi quase todo ministrado por entidades privadas, que funcionavam sem restrições. Os números mostram que o ensino não era uma prioridade dos governantes. No Rio de Janeiro de 1847, havia 1352 crianças matriculadas nas escolas públicas; em Minas Gerais, não chegavam a 6 mil; em São Paulo, eram 2,6 mil. O Ceará tinha cinquenta professores primários e Pernambuco, oitenta. O analfabetismo parecia ser uma condição inerente ao gênero feminino. Somente a partir de meados do século XIX as jovens "bem-nascidas" começaram a frequentar a escola.

As primeiras estatísticas nacionais mostraram que em 1869, em uma população de 9,65 milhões de habitantes, havia 120 mil crianças na educação primária e 10 mil na secundária. Em 1872, em 10 milhões de pessoas, 1,56 milhão era alfabetizada; na escola primária havia 140 mil crianças e havia 9,4 mil na secundária. Já no fim do Império o número de escolas dobrou para 7,5 mil, e a proporção de escolas em relação à população passou de 1,2% para 2,1%, continuando pífia. Ainda assim um desempenho melancólico.

Nos Estados Unidos, que se adiantaram à maioria dos países na expansão do ensino, o analfabetismo em meados do século XIX era de 22,6% considerando toda a população e de 10,7% entre os homens brancos maiores de vinte anos. Na Europa, esse índice era muito mais elevado. Foi estimado em 60% da população incluindo a Rússia, embora em alguns países fosse surpreendentemente baixo: na Suécia, 10%; na Escócia e na Prússia, 20%. Mas na Inglaterra e no País de Gales ainda era de 30% a 33%; na França, de 40% a 45%; na Itália, na Espanha e nos Bálcãs chegava a 75%.

No fim do século XIX, ante a demanda de mão de obra mais qualificada para atender às necessidades da Revolução Industrial, os países europeus investiram para erradicar o

analfabetismo e aumentar o grau de instrução da população. Foram criadas leis introduzindo o ensino primário universal, obrigatório, gratuito e laico para ambos os sexos. Em alguns anos, o ensino mudou o panorama social desses países: milhões de pessoas passaram a frequentar as escolas, os índices de analfabetismo desabaram e a leitura de jornais disparou.

Fenômeno semelhante se deu em vários países da América Latina. Na Argentina, a revolução da educação começou na presidência de Domingo Faustino Sarmiento (1868-74), que dobrou o número de escolas e inaugurou um grande número de bibliotecas. Continuou com seu sucessor, Nicolás Avellaneda, e teve seu ponto culminante em 1884, com a lei que introduzia o ensino laico, universal e gratuito, do presidente Julio Roca. Como nos países europeus, a lei foi, em grande extensão, cumprida, e o número de escolas aumentou expressivamente. Os analfabetos, que eram 77,4% da população em 1869, ficaram em 53,3% em 1895, 35,9% em 1914 e 13,6% em 1941. Fenômeno semelhante se deu no Chile e no Uruguai, onde o ensino também foi estendido a toda a população ainda no século XIX.

No começo do século XX, a maior parte da população desses países sabia escrever e ler e gostava de ler e aprender. Em 1918, a proporção de analfabetos no exterior era de 7,7% nos Estados Unidos, 16% na Grã-Bretanha, 29,5% na Argentina, 8,7% no Uruguai. Não é surpreendente que o índice de leitura de jornais de Argentina, Uruguai e Chile seja tradicionalmente muito superior ao do Brasil.

A nova massa de pessoas alfabetizadas e com instrução foi vista como uma oportunidade pela imprensa. Nos Estados Unidos, a imprensa de massa surgiu antes da metade do século XIX. Nas últimas décadas desse século, foram publicados na Europa novos jornais populares, de poucas páginas e baixo preço, que alcançaram níveis de circulação sem precedentes. Na França, *Le Petit Journal* vendia 594 mil cópias em 1870, *Le Petit Parisien* chegou a 1,3 milhão em 1902, *Le Matin* e *Le Journal* vendiam cerca de 1 milhão em 1914. Na Inglaterra, o *Daily Mail* alcançava 1 milhão de exemplares no começo do século XX. Na Alemanha surgiram jornais dirigidos especialmente para a nova massa de leitores, os *general anzeiger*. Nunca a imprensa tinha sido tão florescente. Em contraste, em Portugal, Espanha e Itália, a circulação dos jornais era chocantemente baixa.

No Brasil, a tênue melhora no ensino e o aumento da população, no fim do século XIX, se refletiram num aumento da circulação dos jornais, mas de maneira modesta. Os dados sobre a circulação são controversos, no entanto é improvável que algum jornal tenha ultrapassado por um longo período a média de 25 mil exemplares por dia até o começo do século XX, quando o *Jornal do Brasil* alegava vender 50 mil cópias diárias.

Instrução negligenciada

A instrução pública ainda não era considerada prioritária. Eduardo Prado observou "a educação artificial" da época. Um jornalista francês, Max Leclerc, escreveu no *Journal des Débats* que na sociedade brasileira do fim do Império, governada pelos interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários de terras exploradores de escravos, os interesses morais do

povo não foram jamais atentamente considerados nem seriamente defendidos. A instrução primária, embora confiada às províncias, era negligenciada. Segundo ele, a esta massa imensa de camponeses, operários agrícolas, libertos, escravos e miseráveis que viviam, sem necessidades nem utilidade, comendo algumas bananas e um pouco de farinha de mandioca, abandonados a si mesmos e à sua preguiça no campo, não eram dados os meios necessários para sair da ignorância, para elevar-se a uma condição mais digna e humana.

Leclerc observa ainda que a instrução secundária, menos sacrificada, era ministrada em alguns estabelecimentos públicos e em numerosas instituições privadas nos grandes centros. Os programas eram bastante densos e satisfatórios na aparência, mas devido à mediocridade dos professores, à indolência dos alunos e ao relaxamento da disciplina o resultado era medíocre.

Todos os esforços, todos os favores do poder, continua Leclerc, eram canalizados para o ensino superior. Ricamente dotado, perfeitamente equipado de laboratórios, bibliotecas, museus, só conseguiu, de maneira geral, fabricar fracassados. Era um edifício demasiado rico e demasiado pesado para os alicerces frágeis e mal construídos em que se apoiava. O estudante, insuficientemente preparado, sem uma base sólida, assimilava mal a ciência que lhe era ensinada nas faculdades, mas não lhe faltavam pretensões. Uma massa de falsos doutores e de "bacharéis" transbordou naturalmente das profissões liberais para a política, em que deslumbraram um povo de iletrados com sua ciência de pacotilha. Ainda de acordo com ele, alguns desses "bacharéis",

> fatigados, intoxicados pelo abuso de um licor demasiado forte para seu cérebro de neófitos, perderam o equilíbrio e se lançaram de corpo e alma nas filosofias mais místicas e mais obscuras. [...] Formou-se um contraste chocante entre a ignorância ingênua das massas e a ciência falsa e suficiente de uma minoria. A doença social tornou-se mais aguda.

Leclerc acrescenta que, infelizmente, a educação do caráter e a educação física eram tão negligenciadas como a do espírito. Nos estabelecimentos de ensino, a estreita disciplina dos jesuítas não fora substituída por nada. A educação era tão defeituosa que muitos chefes de famílias ricas enviavam seus filhos para serem educados na Europa, principalmente os paulistas. Em São Paulo, porém, ele detectou a existência de uma elite que não ficava atrás das mais cultivadas da Europa.5

As questões ligadas à educação, nunca prioritárias, passavam de um ministério para outro. Houve ocasiões em que a Secretaria de Instrução Pública era também a dos Correios e Telégrafos; em outras se misturava com os Negócios Interiores. Nos estados, a Educação compartilhava a secretaria do Interior ou a de Agricultura, Indústria e Comércio. Isso era um sintoma da indiferença com que se tratava a educação primária. Somente em 1930, com Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Na República, tentou-se melhorar a qualidade do ensino e aumentar o número de escolas, inspirando-se no modelo dos Estados Unidos, e houve progressos. A proporção de pessoas alfabetizadas dobrou numa década, passando de 2,12% em 1890 para 4,45% em 1900. Mas ainda

era de 7,49% vinte anos mais tarde. O estado com melhor desempenho foi o Rio Grande do Sul, que em 1907 tinha mais crianças em idade escolar nas escolas do que qualquer outro: 228 por mil habitantes. São Paulo, o segundo, tinha 162. Essa preocupação com o ensino, que vinha do século XIX, ajuda a explicar por que o Rio Grande do Sul é ainda hoje o estado brasileiro com maior número proporcional de leitores de jornal.6

O exemplo do estado de São Paulo ilustra bem a atitude dos poderes públicos para com a instrução primária. As autoridades mostravam preocupação em melhorar o nível de instrução, mas só até certo ponto. As reformas começaram em 1834 e continuaram em 1846. A instrução primária para os meninos incluía leitura, escrita, teoria e prática de aritmética, noções gerais de geometria prática, gramática e língua nacional e princípios de moral cristã e religião. Previa-se um máximo de sessenta alunos por aula. Para as meninas o currículo era quase igual, mas a aritmética se limitava às quatro operações, não incluía geometria, e era acrescido de prendas domésticas. Previa-se quarenta alunas por aula. Houve uma melhora do ensino nos primeiros anos das reformas: "Pelo menos, os alunos que saíam dessas escolas, desde que tivessem um professor dedicado, sabiam ler, escrever e contar". Mas depois, com as escolas públicas negligenciadas e com uma "fiscalização deficientíssima", a qualidade voltou a cair.

Uma lei provincial de 1874 baixada por Rodrigues Alves tornava a educação compulsória para meninos de sete a catorze anos e para meninas de sete a onze em todas as cidades em que houvesse escolas oficiais ou subvencionadas. Foi uma medida progressista e ambiciosa, mas não havia recursos para implementá-la. Cinco anos depois, o Parlamento recusou-se a aprovar lei semelhante que tornava obrigatório o ensino primário no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, a alfabetização para maiores de seis anos subiu de 5% em 1836 para 30% em 1872 e 45% em 1887. Se esses números pareciam excelentes em relação ao resto das províncias, eram ainda melancólicos comparados com o exterior.

Com a chegada da República, São Paulo deu um impulso à instrução primária. A década de 1893 a 1903 foi considerada a idade de ouro ou "o período áureo" da educação em São Paulo, mas, depois desse período, o ensino deixou de ser prioritário.

Warren Dean pintou um quadro negro em plena "idade de ouro":

> O governo de São Paulo ignorava a necessidade dos que não possuíam terras com a mesma efetividade com que favorecia a dos fazendeiros. Não tentou criar uma classe alfabetizada estável de cidadãos quer nas cidades, quer no interior. Não havia [...] nem instrução pública nem direitos políticos ampliados [...]. Os gastos do Estado com instrução pública não excediam, em média, sessenta e cinco centavos de dólar (3 mil-réis) *per capita* ao ano, entre 1890 e 1900. Em consequência disso, as classes da sociedade que não possuíam terras se viam privadas de uma das principais vias de mobilidade ascendente. Por outro lado, as oportunidades educacionais dos filhos da elite eram muito extensas. A aprendizagem técnica no estrangeiro tornou-se corriqueira, e novas escolas superiores de Engenharia Civil, Medicina e Agricultura foram acrescentadas à tradicional faculdade de Direito. O ingresso nas escolas era limitado, pois quase todos os colégios secundários pertenciam a particulares.7

Essa avaliação talvez seja excessivamente negativa, mas historiadores da educação

concordam que os recursos destinados à educação primária de São Paulo eram insuficientes para atingir todas as crianças do Estado. O historiador Bruno Bontempi Jr. afirma que a rede escolar paulista foi ampliada sem um aumento proporcional dos recursos, com a consequente queda na qualidade, ameaçando os ganhos que houve nos primeiros anos da República.

> Assim, entre 1890 e 1914, a matrícula geral no ensino primário paulista decuplicara, passando de 14 427 para 152 826 alunos; do mesmo modo, o número de grupos escolares aumentara de 38 unidades em 1898, para 150 em 1914. [...] No interior, um grande número de grupos escolares fora criado, nem sempre contando com bons edifícios e mobiliário, materiais didáticos e professores qualificados em número suficiente. Na Capital, as matrículas foram garantidas mediante o desdobramento dos grupos escolares já existentes, ou seja, estes passaram a funcionar em dois turnos.

Ainda de acordo com ele: "A praxe instituída de obrigar o professor de escola isolada a arcar com o aluguel da casa, tanto quanto a redução do salário dos professores são medidas que [...] indicam a tendência das 'reformas parciais' [...] de comprometimento da eficácia das primeiras reformas".8

Segundo o recenseamento escolar determinado em 1920 pelo diretor-geral de Instrução Pública de São Paulo, Antonio de Sampaio Dória, 74,2% das crianças de sete a doze anos eram analfabetas: das 547 975 em idade escolar, 407 830 não sabiam ler, escreveram Elizângela Treméa Fell e Marcia Regina Ristow.

A educação primária era obrigatória para as crianças dessa idade, mas como não havia escola para todas Sampaio Dória decidiu, em lugar de construir novas escolas, que fossem matriculadas apenas as crianças de nove e dez anos, reduzindo o horário das aulas de oito para três horas diárias e com as escolas funcionando em dois turnos. O ensino primário era gratuito e obrigatório. "É que, apesar de [São Paulo] ser o estado mais rico da União, não aplicava recursos suficientes para a instrução pública", disse outro estudioso da educação. O princípio estabelecido por Sampaio Dória, de uma "escola aligeirada e simples" como o preço da "democratização do ensino", seria resgatado e disseminado várias décadas depois, tornando-se uma das normas que orientou a educação: aumentar o número de alunos baixando o nível do ensino. Quase meio século depois da reforma de Sampaio Dória, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, secretário de educação de São Paulo decidiu "democratizar" o ensino secundário, baixando a qualidade e aumentando o número de vagas.

No resto do país a situação era muito pior. A população brasileira tinha 80% de analfabetos. Em 1915 apenas 915 mil crianças estavam na escola primária e em 1922 só 29% da população em idade escolar frequentava a escola.

A situação mudou para melhor a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que criou o Ministério da Educação e da Saúde. O currículo foi modernizado, a rede primária foi expandida e o governo começou a dar atenção ao ensino secundário, com reflexo nos índices escolares.

Mas o Estado Novo bloqueou e restringiu quaisquer tentativas de melhora do ensino

superior. O governo passou a administrar as universidades demitindo grande número de professores suspeitos de serem "progressistas". A Universidade do Distrito Federal foi fechada. Entre 1935 e 1940 o número de estudantes universitários caiu 25%.

Foi inegável, porém, a preocupação dos poderes públicos, nas décadas seguintes, de estender a educação básica. Para 44,7 milhões de habitantes em 1930 havia 2,1 milhões de crianças matriculadas no ensino primário; em 1998 eram 35,8 milhões para uma população de 158 milhões, ou seja, o número de matrículas aumentou dezessete vezes, enquanto a população quase quadruplicou. Os índices de alfabetização continuaram melhorando, mas nem de longe com a velocidade necessária: de 15,8% em 1872 passaram para 24,5% em 1920, para 60,3% em 1960, para 66,2% nos dez anos seguintes e para 74,5% em 1980. O mesmo nível da Europa 130 anos antes. Em São Paulo, o desempenho foi bem superior. O índice de alfabetização passou de 45% em 1887 para 75% em 1920 e 85% em 1946.

Como de maneira melancólica observa Laurence Hallewell, apesar desse crescimento era ainda baixa a porcentagem dos que tinham um mínimo de capacidade de leitura. Os dados superestimavam a alfabetização funcional. Em 1970, o censo registrava 66,2% de alfabetizados, mas apenas 35% tinham completado a quarta série. Em 1969, de 13 milhões de crianças de sete a catorze anos, menos da metade frequentava a escola e menos de 20% permaneceram nela até ser adequadamente alfabetizadas. Depois do golpe militar de 1964, as despesas com ensino no orçamento federal caíram de 11% para 7,4%; um dos cortes foi o programa de alfabetização de adultos de Paulo Freire. Posteriormente, foi lançado o programa Mobral, que utilizou grande parte de seus métodos.9

Com base no Anuário Estatístico do Brasil, Alfred Stepan escreveu: "Muitas crianças não vão às escolas. Das que vão, a pobreza e o baixo nível de ensino provocam um baixo índice de frequência às aulas. Enquanto 47 015 207 escolares ingressaram no primeiro ano primário, em 1963, apenas 2 248 684 passaram para o segundo. No mesmo ano, somente 646 521 crianças completaram o curso primário".10

O Brasil somente conseguiu instituir o ensino básico universal na década de 1990, como diz o demógrafo Cassio M. Turra, da Universidade Federal de Minas Gerais. Ainda assim, esse ensino universal esbarra na qualidade: em 2014, o país ficou classificado em 38º lugar entre 44 países no programa Pisa.

Em 2008, o índice de analfabetismo tinha caído para 10%, mas ainda era o segundo mais alto da América Latina, atrás apenas da Bolívia. Esse número não significava que 90% da população maior de quinze anos tivesse condições de ler um jornal ou compreender um texto. A persistência do analfabetismo funcional entre 21% e 33% da população, de acordo com as diferentes estimativas, é um reflexo da qualidade ainda deficiente de grande parte do ensino.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 97,9% das crianças brasileiras de sete a catorze anos frequentavam a escola em 2008. Dez anos antes eram 94,7%.

Mas o índice de escolaridade da população de dezoito a 24 anos de idade com onze anos de estudo — um indicador que é considerado essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional, bem como a capacidade de uma sociedade de combater a pobreza e melhorar a coesão social — continuava sendo chocantemente baixo, 36,8%, embora tivesse dobrado em relação aos 18,1% de dez anos antes.

Hallewell observa que "no Brasil como em muitos outros países os esforços oficiais tendem a enfatizar demais a oferta de instrução e a dar pouquíssima atenção à falta de motivação para ler. Um aspecto perturbador é o decréscimo da taxa de alfabetização das faixas etárias mais jovens. De cinco a nove anos, 29,5% sabiam ler em 1970 e 29,34% em 1980". Ele afirma que o Brasil é ainda, em todos os níveis, uma sociedade essencialmente oral.

De qualquer maneira, o número de pessoas em condições de ler um jornal ou um livro no Brasil já é, há algumas décadas, bastante elevado em termos absolutos. Mas poucas adquiriram o hábito. A Unesco estabeleceu um índice mínimo de venda de cem jornais por mil habitantes maiores de quinze anos para determinar se um país possui um nível cultural adequado. Mesmo antes da expansão da internet, que afetou toda a imprensa escrita, o nível de leitura do Brasil não chegava a um terço desse índice.

Por que esse descaso pela leitura, se uma grande quantidade de pessoas possui um nível educacional e poder aquisitivo semelhante ao de outros países em que se leem mais jornais? Uma tentativa de explicação é que nesses países a alfabetização das massas e a melhora do poder aquisitivo aconteceram ainda no fim do século XIX e começo do XX, quando o principal meio de informação era o jornal, visto também como veículo de difusão cultural e indispensável para a instrução. A leitura da imprensa tornou-se um hábito que foi passando de pai para filho na maioria dos lares. Já no Brasil, a disseminação do ensino e a melhora da renda só aconteceram depois da metade do século XX. Nessa época, o rádio e depois a televisão se tornavam o meio de comunicação de massas. Os brasileiros aderiram a esses meios sem passar pelo impresso e, para a maioria, sua leitura tornou-se dispensável, por falta de hábito. A baixa qualidade do ensino também não incentiva os jovens a iniciar-se no hábito da leitura de jornais ou de livros. Como escreveu Hallewell, o Brasil é, em todos os níveis, uma sociedade essencialmente oral.

DIREITOS POLÍTICOS

Desde seu nascimento, a imprensa brasileira foi eminentemente política e, por um longo período, mais doutrinária do que informativa. Os jornais participaram e talvez tenham sido o elemento decisivo nos debates que se travaram nas décadas de 1820 e 1830 para definir o rumo que o país, saindo da condição de colônia, deveria tomar, e para a formação da nação (ver p. 177). Mas esse debate foi limitado a uma minoria, o reduzidíssimo número de cidadãos que formava a elite econômica e social do Império e da República Velha. A grande maioria da população permaneceu alheia a isso; não tinha direitos políticos plenos nem lhe era permitido

votar ou ser votada.

É certo que uma parte dos homens livres sem direitos políticos por não acumular um nível suficiente de riqueza, chegou a participar de manifestações e fez ouvir sua voz, mas foram ocasiões pontuais. A norma era que as decisões políticas ficassem restritas a uma minoria. O resto era considerado demasiado pobre ou ignorante para ser consultado.

Se ao cidadão comum não era permitido participar da vida política, por que ele haveria de ler os jornais, cujo conteúdo editorial era essencialmente político? Isso não aconteceu apenas no Brasil. Quando na França, pela lei eleitoral de 1831, foi dobrado o número de cidadãos eleitores, aumentou simultaneamente o número de leitores de jornais.

Os primeiros direitos políticos no Brasil foram outorgados pelas Cortes Constituintes de Lisboa, que em 1821 determinaram a eleição de um deputado para cada 30 mil cidadãos, que deveria representar o país na elaboração da Constituição que estava sendo debatida. A população foi estimada em 4 milhões de pessoas, das quais 2 milhões livres e talvez 10 mil alfabetizadas. O Brasil ficou com o direito de indicar 72 deputados e Portugal, com uma população menor, 130, quase o dobro. Foram as primeiras eleições realizadas no país.

A Constituição de 1824, outorgada pelo imperador d. Pedro I, estabeleceu eleições indiretas e sufrágio censitário, pelo qual só poderiam votar os cidadãos que comprovassem possuir patrimônio ou renda mínima. O argumento para restringir o acesso ao voto era garantir a independência do votante, pois só um homem de algumas posses poderia ser realmente independente.

A escolha dos representantes no Parlamento era feita em duas etapas. Um grupo de votantes escolhia os eleitores e estes selecionavam os candidatos a senador ou deputado. Nas eleições primárias, realizadas nas assembleias paroquiais, os votantes tinham que ser homens livres com mais de 25 anos de idade e "renda líquida anual de 100 mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos". Podiam votar também os homens casados e os oficiais militares com mais de 21 anos. Mas eram excluídos os filhos que morassem com os pais, a menos que exercessem cargos públicos, a maioria dos criados, os religiosos de clausura e os condenados pela Justiça. As mulheres e, obviamente, os escravos também ficavam de fora. No entanto, como a legislação permitia que todos os homens libertos, desde que nascidos no Brasil, fossem cidadãos, abria a porta para que os analfabetos e os antigos escravos, desde que tivessem 100 mil-réis, pudessem votar. José Murilo de Carvalho observa que a exigência de renda era muito baixa, o que permitiu que metade da população em condições de votar comparecesse às urnas, mas era uma parcela reduzida do total de habitantes.

Nessas eleições primárias, feitas nas assembleias paroquiais, os votantes escolhiam os eleitores entre os cidadãos com renda de 200 mil-réis e de religião católica. Na etapa seguinte, realizada nas assembleias provinciais, os eleitores, escolhidos na etapa anterior, votavam nos candidatos a deputado e a senador. Um deputado, cujo mandato era de quatro anos, deveria ter renda de pelo menos 400 mil-réis; um senador, cujo mandato era vitalício, precisava ter acima

de quarenta anos e renda mínima de 800 mil-réis. Os antigos escravos libertos não podiam ser eleitos senadores ou deputados, mas seus filhos podiam, desde que tivessem a renda necessária. Os vereadores eram escolhidos diretamente pelos votantes nas eleições paroquiais.

Esses critérios concentravam o poder político num reduzido número de pessoas e excluía a grande maioria da população. João Francisco Lisboa, um liberal, explica no *Jornal de Timon*, em meados do século XIX, o conceito de "povo" e o papel da imprensa:

> o povo, não a multidão ou a totalidade dos habitantes de um país, mas o povo depurado e qualificado pelos haveres, pela idade, pelo domicílio, ou já simplesmente certas classes de povo, mais graduados pelas riquezas, pelos cargos ou profissões. Uma vez feita a escolha dos seus representantes ou procuradores, fica inteiramente apartado da direção dos negócios públicos; nem mais exerce sobre eles outra influência que a da opinião, influência é certo, colossal e irresistível, o primeiro poder das sociedades bem organizadas, depois da invenção da imprensa e dos jornais, contanto que alcance, como na Inglaterra, modelar-se pela própria sabedoria.11

Como fica evidente, a depuração e a qualificação do povo por haveres, para diferenciá-lo da multidão, e ainda a seleção de certas classes de povo, graduadas pelas riquezas, era a função da legislação eleitoral. Escolhidos os representantes, até mesmo esse povo deveria ficar afastado da coisa pública. Quem formava a opinião, daí em diante, era a imprensa.

O resultado da votação para a escolha de senador em São Paulo, publicada pelo primeiro *Correio Paulistano*, em 12 de outubro de 1832, dá uma ideia de como era reduzido o número de eleitores:

CANDIDATO	VOTOS
Diogo Antonio Feijó	78
Antonio José do Amaral	72
Bento de Oliveira Braga	58
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	50
João Pedro Maynard	50
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	38
José Bonifacio de Andrada e Silva	27
Pedro de Araujo Lima	23
Joaquim José da Silva	22
Manoel José de Sousa França	9
José Pancracio	7

Feijó, que seria depois regente do Império, foi eleito com 78 votos, seis a mais que o segundo colocado; José Bonifácio, o patriarca da Independência, recebeu apenas 27 votos.

Com o tempo, a comprovação da renda, que era feita pelas mesas no momento de votar, se

tornou em algumas regiões mera formalidade. Um eleitor podia afiançar, de palavra, a renda de algumas pessoas, o que aumentou o poder dos senhores de terras, pois passaram a incluir seus agregados nas listas eleitorais. Esse poder era reforçado pelo fato de as eleições serem abertas, sem voto secreto, e, portanto, mais fáceis de controlar. Da mesma maneira, um mesário podia tirar da lista um inimigo ou o inimigo de um amigo. Nas eleições primárias, a violência não era desconhecida, desencadeada geralmente pelos mais poderosos. Quase todas as eleições foram vencidas pelo partido do governo; só dois ministros perderam uma eleição durante o Segundo Reinado. No Império, como aconteceria na República, as eleições eram controladas pelos chefes políticos locais, mediante um sistema de clientelismo.

Para acompanhar a inflação, uma reforma eleitoral reajustou os valores de acesso às urnas. Dobrou para 200 mil-réis a renda mínima dos votantes — quem não dispusesse dessa quantia era classificado como "indigente" —, para 400 mil-réis a dos eleitores, 800 mil-réis a dos candidatos a deputados e 1,6 milhão a dos senadores. Com esses novos limites, os praças da tropa ficaram impedidos de votar, uma vez que o soldo não chegava ao limite mínimo.

O Brasil não foi o único país a manter longe das urnas as classes economicamente menos favorecidas. Mas, enquanto outros países, já no século XIX, foram incorporando as massas ao processo político, o Brasil as manteve, durante um longo período, à margem das eleições.

Lei Saraiva

A Lei Saraiva de 1881 representou, no espírito e na maioria dos pontos, um avanço na legislação eleitoral. Redigida por Ruy Barbosa, mas adotada pelo esforço político de José Antonio Saraiva, ministro do Império, introduziu as eleições diretas para o Parlamento de quatro em quatro anos e o voto secreto, permitiu a candidatura dos não católicos e de estrangeiros naturalizados, introduziu o título de eleitor, que era expedido por um juiz, e uniformizou em 200 mil-réis a renda mínima para os eleitores, mas exigiu a comprovação da renda no momento da inscrição.

Uma cláusula dessa legislação, basicamente progressista ao instituir a eleição direta e dar direito de voto aos não católicos, trouxe um grande retrocesso na democratização do processo eleitoral. Desde as primeiras eleições no Império, os analfabetos tinham direito ao voto, mas, pela Lei Saraiva, que ganhou o apelido de "censo literário", o pedido do título de eleitor deveria ser feito escrito de próprio punho do interessado, o que representava um teste de alfabetização. Assim, colocava, em princípio, os analfabetos à margem da vida política. Nessa época, apenas 20% dos brasileiros sabiam ler e escrever. Como menores de 25 anos, pessoas de baixa renda e mulheres não podiam votar, o eleitorado ficou extremamente reduzido. Se antes da Lei Saraiva era de 1,1 milhão de pessoas, 11% da população, na teoria caiu para apenas 145 mil (1,5%). Somente em 1945 a proporção de eleitores alcançaria o porcentual anterior a essa lei. Mas ela abriu uma brecha permitindo que um eleitor redigisse o pedido de inscrição de um analfabeto, de maneira que muitos ainda conseguiram ser incluídos nas listas. Em 1886, cinco anos depois de

decretada a lei, votaram nas eleições parlamentares cerca de 400 mil eleitores. Um número menor que na década anterior, mas a proporção de votantes não caiu aos alarmistas 1,5% que repetem alguns historiadores. As brechas abertas por Ruy Barbosa aos analfabetos, rotineiramente aproveitadas, seriam fechadas pela República. Segundo um observador estrangeiro, o Império vivia de paz e de inércia; não permitiu a educação política das massas nem colaborou para que se formasse um espírito público que tomasse consciência de si mesmo e se manifestasse. Com a República, a idade mínima para votar baixou de 25 para 21 anos e acabou a necessidade de uma renda mínima para fazer a inscrição, embora a lei excluísse os mendigos; mas foi negado o voto ao analfabeto, que só voltou a partir de 1985, como facultativo. Como escreveu um observador contemporâneo, era o corpo eleitoral mais restrito do mundo. Nas eleições para o Congresso de 1912 votaram 1,2 milhão de pessoas, 5% da população — a metade, proporcionalmente, do que no Império.

As mulheres, por sua vez, só conquistariam o direito ao voto em todo o território nacional em 1932 — o Rio Grande do Norte se adiantara, neste ponto, ao resto do país, incluindo as mulheres em 1927. Mesmo assim, em 1933, o número de eleitores era de 1,4 milhão em uma população de 40 milhões de pessoas (3,6%). Nada muito diferente da época do Império. Só a partir de 1956 é que 11% da população voltou a ter direito ao voto — a mesma proporção que no Império.

Quando as massas ganharam acesso às urnas, os jornais populares que souberam captar o interesse de uma parte da população pela política e pelo exercício do voto conseguiram bons resultados. Entre eles estavam a *Última Hora*, *O Dia* e a *Luta Democrática* do Rio de Janeiro.

Fundado na década de 1950 por Antônio de Pádua Chagas Freitas, *O Dia* fez uma cobertura política abertamente populista, tornou-se o diário de maior circulação do país e foi a alavanca que fez repetidas vezes de seu dono deputado federal, levando-o ao governo do Estado e elegendo vários colunistas deputados estaduais ou federais. A *Luta Democrática* conseguiu para seu dono e diretor, Tenório Cavalcanti, a maior votação para deputado federal do país, apesar de ser candidato por um partido tão pouco populista como a UDN. Como disse o ex-prefeito do Rio, Cesar Maia, ele conseguiu "espantosos" 20% dos votos em 1960, quando se candidatou a governador da Guanabara, superando os outros candidatos.

2. Comunicações

Ao completar oitenta anos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tornou evidente a precariedade histórica do transporte rodoviário no Brasil ao dizer que, quando ele nasceu, em 1931, havia no Brasil uma única estrada asfaltada, entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, em Minas Gerais.1 Essa precariedade fica ainda mais evidente quando se sabe que a estrada entre o Rio e Juiz de Fora tinha sido construída na época do Império e inaugurada por d. Pedro II em 1861, setenta anos antes de FHC nascer. Em meados da década de 1950, havia apenas mais duas estradas asfaltadas no Brasil, a rodovia Presidente Dutra, entre o Rio e São Paulo, e a via Anchieta, entre São Paulo e o porto de Santos, além de um trecho da Anhanguera.

A ausência de uma eficiente malha de transportes, que dificultou a expansão dos serviços postais e foi um obstáculo ao desenvolvimento da imprensa no Brasil, vem do período colonial, quando a construção de vias de comunicação internas foi desencorajada pela metrópole, que também cerceou o contato entre as capitanias e a livre circulação entre elas. Somente no fim do século XVIII e começo do século XIX o poder público fez algumas tentativas de melhorar os transportes terrestres. As obras da Estrada Real Caminho Novo da Piedade, de São Paulo ao Rio, foram concluídas, embora com atraso, em 1778, depois de enfrentar a difícil topografia da área, conhecida como "sertão incompreensível", e a oposição dos contrabandistas, cujos interesses foram contrariados.

No entanto, e apesar das proibições oficiais, foi estabelecido, no tempo da colônia, um ativo serviço informal de transporte no sul do país, realizado por tropeiros, entre São Paulo e a capitania do Rio Grande de São Pedro, que com a independência mudaria o nome para província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As tropas tinham itinerários, tarifas, cronogramas e pousos no caminho previamente estabelecidos. O tropeiro, a cavalo, quase sempre um escravo liberto, estava no comando, e cada um dos trocadores, escravos a pé, cuidava de um lote de sete animais carregando até sete arrobas (103 quilos) de mercadorias cada. Os tropeiros também prestavam um serviço informal de correios — na época um monopólio concedido pela Coroa — transportando cartas mediante pagamento. Os burros eram geralmente comprados nas feiras de Sorocaba (SP), que chegavam a vender 50 mil animais por ano. O pouso era feito nas vendas ao longo do caminho, um desses pontos de parada deu origem à cidade de Curitiba.

Houve também um sistema de transporte por meio de tropas entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais no período da mineração, geralmente com trinta a cinquenta animais cada uma e seis a doze arrobas (88 a 176 quilos) de carga por mula. A organização deste sistema de transporte de longa distância foi elogiada pelo cientista alemão Von Martius.

Como escreveu Emília Viotti da Costa: "Na falta de outras formas de comunicação, os mascates e os tropeiros constituíam, na época, o principal veículo de comunicação entre as cidades do interior e o mundo exterior".

Segundo o geógrafo francês Pierre Deffontaines, "por muito tempo a rede de viação não passou de um conjunto de trilhas para animais, impraticáveis ao trânsito de viaturas; o carro de bois era empregado principalmente nos serviços internos das fazendas". Ele escreveu, em meados da década de 1930, que a "conservação, até o presente, do transporte em caravanas de muares, para a circulação geral, se justifica pelas dificuldades da estrada", e acrescentou que a profissão de tropeiro continuava sendo das mais comuns, garantindo a exportação de produtos exóticos e de minérios a enormes distâncias. Ainda segundo ele, a unidade brasileira "foi realizada, em grande parte, por esses tropeiros nômades".2

As tropas pouco mudaram durante vários séculos e se mantiveram como um sistema confiável de transporte. Prestaram serviços durante a colônia, no período da Independência, no Império e na República. Coexistiram com a navegação a vapor e mesmo com a ferrovia. Só vieram desaparecer bem adiantado o século XX, com o avanço do caminhão, que as tornou obsoletas.

Quando o primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi publicado no Brasil, em 1808, sua leitura ficou basicamente limitada à cidade do Rio de Janeiro pelas dificuldades de comunicação da capital com o resto do país. Mas, com a instalação da Corte no Rio, foram tomadas algumas medidas para melhorar o transporte. O governo ordenou em 1809 que o governador da capitania de Goiás abrisse uma estrada de 121 léguas, do Registro de Santa Maria — local onde se cobravam os impostos, na divisa de Minas Gerais, Bahia e Goiás, e que posteriormente seria um entroncamento rodoviário — ao Porto Real do Pontal, em Goiás, na comarca do norte, "construindo pontos nos ribeirões, pondo canoas nos rios caudalosos e invadeáveis, mantendo cavalgaduras nos postos". A notícia da conquista de Caiena pelos franceses chegou por essa estrada, alcançando o Rio através da Vila Rica.3

A Regência, na década de 1830, mandou abrir caminhos de Minas até o mar passando pelas capitanias de Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro, para promover o desenvolvimento dessas regiões, e isentou de impostos as mercadorias que por eles trafegassem. Também foi feita uma ligação de Minas à Bahia, passando pelo Arraial do Tijuco (atual Diamantina) e Cachoeira. No entanto, todas essas vias logo ficaram praticamente intransitáveis por efeito das chuvas, das enchentes, do pouco uso e da falta de manutenção.

Em 1861 o imperador inaugurou a estrada União e Indústria, que unia inicialmente Petrópolis (RJ) e Juiz de Fora (MG), numa extensão de 144 quilômetros. Foi a essa estrada que se referiu

Fernando Henrique Cardoso. Quem a construiu foi Mariano Procópio Ferreira, que recebeu uma concessão e se ressarciu dos custos cobrando pedágio. Seu traçado seguiu o antigo Caminho Novo da colônia, que era utilizado por tropeiros e muares. Foi a primeira estrada pavimentada do Brasil e a primeira a ser construída com macadame4 na América Latina. Considerada a principal estrada de rodagem do Império, fez durante muito tempo concorrência à ferrovia, mas foi um exemplo raro.

Viajar entre São Paulo e Santos, pela Serra do Mar, era uma aventura. A viagem de ida e volta demorava de dez a doze dias em meados do século XIX; as carroças não podiam carregar mais de quarenta ou 45 arrobas, e com frequência a carga se deteriorava à espera de ser transportada. Quando em 1908 o primeiro automóvel tentou descer a Serra do Mar pela velha estrada colonial, a única existente, demorou 24 horas e foi necessário desobstruir parte da trilha com dinamite.5

Como escreveu Emília Viotti da Costa, a má conservação dos caminhos e a precariedade dos meios de transporte foram sempre um entrave ao desenvolvimento econômico. No período de chuvas, quando grossas enxurradas escavavam buracos profundos, o trânsito ficava interrompido pelos desmoronamentos. Como as pontes eram carregadas pelas enchentes, os tropeiros tinham que vadear rios.6

NAVEGAÇÃO FLUVIAL E CABOTAGEM

No período da colônia a navegação fluvial era uma alternativa ao transporte terrestre, principalmente pelo rio São Francisco. No período da colônia e do Império o São Francisco foi elo entre o Sul e o Norte, a espinha dorsal da comunicação entre essas regiões pelo interior do país. Como escreveu Vicente Licínio Cardoso, era "o rio da unidade nacional". Em São Paulo, o Tietê, a principal via de transporte para o interior desde o tempo dos bandeirantes, foi utilizado também pelos correios particulares, o que fez com que várias cidades surgissem às suas margens. Mas poucos rios eram adequados para a navegação, nem todos eles corriam na direção desejada, e nem sempre foram aproveitados adequadamente.

A navegação pelo litoral brasileiro foi difícil e ocasionalmente perigosa nos tempos dos navios a vela. Os ventos e as correntes marítimas eram um obstáculo à comunicação do Norte com o Sul do País. Com frequência era mais fácil a comunicação do Pará e do Maranhão com Lisboa do que com o Rio de Janeiro.

O monopólio da navegação de cabotagem ficou reservado a portugueses e brasileiros em 1814, quando o príncipe regente d. João proibiu a navegação costeira a estrangeiros, além da descarga de produtos procedentes da Ásia em navios que não fossem portugueses ou brasileiros, pilotados por portugueses ou brasileiros e com três quartos da tripulação portuguesa ou brasileira. Ele quis compensar aos comerciantes e armadores portugueses a perda do monopólio da exportação de produtos brasileiros e da navegação com o Brasil. Em 1816, o porto do Rio de

Janeiro recebeu 1062 embarcações de cabotagem e o de Salvador, 290. Os estaleiros ao longo da costa aumentaram sua atividade construindo sumacas e barcos.

Apesar do monopólio da cabotagem a brasileiros e portugueses — ou talvez por causa disso —, a comunicação do Rio com as províncias do Norte continuava problemática. O jornal *A Aurora Fluminense* escreveu em 1827: "Há quase um ano aqui [no Rio de Janeiro] não chega nenhum navio do Maranhão. As províncias situadas ao norte do cabo de S. Agostinho [em Pernambuco] parece que não pertencem ao Brasil; visto que tão poucas relações temos com elas". Para manter o contato, o jornal sugeria que o correio utilizasse alguns barcos a vapor e outras pequenas embarcações à custa do governo.

Foi criado um serviço de navegação a vapor entre Rio e Santos em 1827; a Regência estimulou em 1833 a fundação de uma empresa para direção e custeio de paquetes a vapor para alguns portos; em 1839, os principais portos marítimos do país já estavam unidos pela cabotagem a vapor. Enquanto uma embarcação a vela demorava mais de três semanas entre Salvador e Rio, o vapor fazia quinzenalmente o percurso em três dias e meio. Para Belém, o tempo caía de três meses, na estação das chuvas, para duas semanas.

Em 1837 foi fundada em Londres, com um capital de 100 mil libras (750 contos de réis), a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor para o Brasil, que prestava serviços de cabotagem. Fazia o percurso do Rio ao Pará em 22 dias, com escalas em Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Nesse ano navegou o primeiro navio a vapor do Brasil, construído pela Companhia do Rio Doce. Três anos mais tarde, foi aprovado um contrato para a navegação por paquetes a vapor entre a Corte e Belém a favor da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.

As companhias estrangeiras de navegação tiveram permissão para fazer transporte de cabotagem no Brasil em 1862. Essa permissão se estendeu em 1866 à navegação pelo rio Amazonas. A empresa Garrison & Co. recebeu autorização para fazer transporte de carga e correio entre o Pará e o Rio. Os ingleses, que dominavam o transporte marítimo internacional e eram donos de metade dos navios que entravam no Rio de Janeiro, passaram a controlar também o serviço de cabotagem no Brasil até a proclamação da República, quando a permissão de operar no país foi anulada.

A navegação nas costas brasileiras, além de demorada, era precária e perigosa. Ventos e correntes contrárias dificultavam a cabotagem e houve casos de pessoas que desistiram de viajar do Rio para a Bahia depois de três tentativas de contornar Cabo Frio. O padre Vieira observou que dos últimos oito navios que tentaram ir de São Luís até Recife, apenas um conseguiu chegar; os outros tiveram que voltar depois de insistir durante alguns meses, e um deles foi levado pelo vento até o Caribe.7

Os naufrágios com perdas de vida eram frequentes. O poeta Gonçalves Dias morreu quando o navio *Ville de Boulogne* afundou no litoral do Maranhão, em 1864. O romancista Manuel Antonio de Almeida afogou-se num naufrágio em 1861, nas proximidades de Campos, na costa da província do Rio de Janeiro.

Mas precária e perigosa como era a navegação costeira, os navios de cabotagem eram os únicos portadores dos jornais da Corte para o Norte e do Norte para o Sul. No século XX, a cabotagem, nacionalizada e ineficiente, perdeu mercado para estradas de rodagem no transporte de cargas e para o ônibus e o avião.

FERROVIAS

A implantação das ferrovias, em meados do século XIX, que permitiram um serviço regular e substituíram, em quase todas as rotas em que operavam, as estradas de rodagem, pouco confiáveis, melhorou os serviços internos de comunicação e transporte. A primeira linha do Brasil e da América do Sul foi a Estrada de Ferro Mauá, que ia de Porto de Mauá, na baía da Guanabara, até Fragoso (hoje Leopoldina), na base da serra de Petrópolis. Foi inaugurada em 1854 e tinha 14,5 quilômetros, percurso que era completado em 23 minutos. A iniciativa coube a Irineu Evangelista de Sousa, que recebeu do imperador d. Pedro II o título de barão de Mauá na inauguração.

Não era, porém, a primeira ferrovia construída na América Latina. A primazia coube a Cuba, que inaugurou em 1837 uma linha de noventa quilômetros entre Havana e Guines. Mas o Brasil se antecipou à Argentina, cuja primeira ferrovia, que unia o centro de Buenos Aires ao subúrbio de La Floresta, só começou a funcionar em 1857.

Ainda em 1858 entrou em operação a Estrada de Ferro Dom Pedro II, futura Central do Brasil. Chegava a Minas Gerais por um traçado que seguia os antigos caminhos coloniais e tinha uma extensão de 828 quilômetros. Era a maior empresa do Império, e em 1865 passou ao patrimônio do Estado, por não ter sido possível à sociedade concessionária levantar os fundos para a conclusão das obras, de modo que o governo teve que assumir o compromisso de desenvolver as linhas. Também em 1858 foi inaugurada a estrada de ferro desde o Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro (conhecido como Campo de Santana, hoje praça da República) até a estação de Queimados. O trajeto, de 48 quilômetros, era percorrido em uma hora; em 1864, com 133 quilômetros, chegou a Valença.

A Recife and São Francisco Railway Company, com 31,5 quilômetros, foi inaugurada em 1858; em 1862 a província tinha 125 quilômetros de estradas de ferro e em 1867 era instalada a Recife-Caxangá. Em 1860 entra em operação a Bahia and San Francisco Railway Company, que chega a Alagoinhas três anos depois.

Em 1867 foram inaugurados os 139 quilômetros da São Paulo Railway Company, que mudou o nome para Estrada de Ferro Santos-Jundiaí quando foi encampada pelo governo brasileiro. Essa ferrovia, cuja construção foi concluída dez meses antes do prazo, teve um impacto extraordinário no desenvolvimento econômico de São Paulo. Em 1873 foi feita a ligação de Itu a Jundiaí e em 1875 de São Paulo a Ipanema (Sorocaba).

No Império foram construídos 9,5 mil quilômetros e nos quinze primeiros anos da República

Velha, 17 mil quilômetros. Em 1928 a malha ferroviária tinha 31,8 mil quilômetros e em 1955 chegava a 37 mil. Pierre Deffontaines observa que no interior do país muitas linhas suportavam apenas trens com cinco ou seis unidades, e que no Brasil, ao contrário do que acontecera nos Estados Unidos, os trilhos precipitaram o povoamento, mas não o precederam nem o organizaram; as diversas estradas funcionavam isoladas e sem uniformização.[8] Os traçados para o interior eram aleatórios. Em geral convergiam para as capitais e estabeleciam pouca conexão entre as cidades do interior, deixando regiões isoladas umas das outras. Além disso, a grande variedade de bitolas dificultava a intercomunicação.

No entanto, a malha ferroviária melhorou extraordinariamente o transporte de passageiros e mercadorias, e permitiu que os jornais da capital fossem distribuídos diariamente nas cidades do interior, aumentando sua circulação e reforçando sua influência.

TRANSPORTE AÉREO

A imprensa brasileira utilizou extensivamente o transporte aéreo não apenas para levar os jornais a outros estados como também, dada a precariedade dos serviços telegráficos e da telefonia, para levar às redações notícias de todo o país. Foi graças à introdução da aviação que os jornais puderam ser transportados de maneira regular e rápida e que a imprensa melhorou seu serviço de informação.

Um voo realizado em 1919 por um hidroavião da Marinha, levando correspondência entre Rio de Janeiro, Ilha Grande e vários navios da esquadra é considerado o início do Correio Aéreo Naval. Trata-se, porém, de um episódio isolado e simbólico.

O primeiro serviço postal aéreo data de 1931, com a criação do Correio Aéreo Militar (CAM), quando um avião partiu do Campo dos Afonsos, no Rio, e levou uma mala postal até São Paulo, num voo de cinco horas e meia. Mas somente em 1934 o CAM começou a transportar correspondência do Departamento de Correios e Telégrafos sem cobrar frete.

Em 1941, da fusão dos Correios Aéreos Militar e Naval resultou o Correio Aéreo Nacional (CAN), transformando-se no único serviço postal aéreo. Desde então, o CAN estendeu sua área de ação para todo o território nacional, realizando um trabalho pioneiro de penetração e integração, ligando áreas do país que se encontravam isoladas. Transportava regularmente malas postais para localidades que antes recebiam correspondência com atraso de várias semanas (ver p. 395).

As primeiras empresas da aviação civil no Brasil tinham capital estrangeiro — francês, alemão e norte-americano. O primeiro voo comercial brasileiro foi realizado em 1925 por três aviões da Lignes Aériennes Latécoère, francesa, montados no Campo dos Afonsos, que voaram até Buenos Aires transportando malas postais.

Em maio de 1927 começou a operar a Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), que usava hidroaviões entre Porto Alegre e Rio Grande. Foi seguida pelo Sindicato Condor em novembro

desse ano, com voos entre Rio de Janeiro e Porto Alegre, também por hidroaviões, com escalas em várias cidades do litoral, chegando depois a Natal. De Natal, a Latécoère estabeleceu um serviço de navegação rápida até Dacar, na África, de onde seguia de novo por avião até a Europa. A demora da correspondência entre o Brasil e a Europa caiu para apenas seis dias.

Uma linha entre Porto Alegre e Belém, também pela costa, com inúmeras escalas, que levava quatro dias, foi inaugurada em 1930 pela Nyrba do Brasil, que mudaria seu nome para Panair do Brasil. A Viação Aérea São Paulo (Vasp) surgiu em 1934 com apoio do governo estadual. O avião chegava a regiões do Brasil não servidas regularmente por outros meios de transporte. O número de quilômetros de linhas aéreas passou de 6 mil em 1927 a 62 mil em 1937 e 134 mil em 1947. Foram transportados 62 mil passageiros em 1937 e 819 mil em 1947.

O clima do país representava um obstáculo aos primitivos aparelhos da época. O calor era um problema para a refrigeração dos motores e os movimentos das massas de ar, nas horas mais quentes, impediam a atracação dos dirigíveis zepelim antes das quatro ou cinco da tarde. As chuvas afetavam os aeroportos; as pistas, quase todas de terra, ficavam moles, dificultando a aterrissagem e decolagem dos aviões de carga. Em algumas regiões, como a Bahia, os aeroportos, durante a estação chuvosa, se tornavam inacessíveis; em Porto Alegre, as chuvas tornavam extremamente delicada a operação de decolagem.

Essas circunstâncias climáticas tornaram mais apropriado, nos primeiros anos, o uso dos hidroaviões. A vegetação teimava em reaparecer na superfície das pistas, que ficavam cobertas de grama, mas a situação melhorou com a modernização de aparelhos e aeroportos. Operacionalmente deficitárias, as empresas de transporte aéreo recebiam subsídios do governo federal.

Os voos de e para os Estados Unidos começaram em 1934, quando a Pan American Airways inaugurou um voo entre Miami e Buenos Aires com escalas em várias cidades do litoral brasileiro; a Panair também passou a operar do Rio a Miami. Para a Europa havia voos da Air France e da Ala Littoria, italiana. A viagem demorava dois dias e meio, incluindo o voo sem escalas de doze horas sobre o Atlântico. Segundo Deffontaines, não havia linha aérea intercontinental tão bem servida como a do Atlântico Sul e do Brasil, com partidas de três em três dia em cada sentido.

A decadência das ferrovias e da navegação de cabotagem, que foram nacionalizadas e se tornaram modelo de ineficiência, foi acelerada com a entrada do motor a explosão e do automóvel. O avanço da rodovia e a consolidação da aviação mudaram o cenário dos transportes no Brasil.

A imprensa adotou rapidamente esses dois modais. No transporte dos jornais a curtas distâncias passou a usar o caminhão; para maiores distâncias, o avião. Assim como no século XIX e até bem entrado o século XX navios eram ainda utilizados pelos jornais para receber despachos, crônicas e reportagens de correspondentes no Brasil e no exterior, evitando o elevado preço dos telegramas e do telefone, o avião foi, por várias décadas, o meio preferido

para receber as notícias e matérias pouco urgentes de sucursais e colaboradores. Somente nas últimas décadas, com a redução do custo, a imprensa passou a depender unicamente do telex e do fax, já obsoletos, e, atualmente, da internet.

CORREIOS

Os correios públicos foram essenciais para o desenvolvimento da imprensa em todo o mundo. Eram o meio de distribuição imprescindível para fazer chegar os jornais às mãos dos leitores, mas foram, em muitos países, um eficiente instrumento do Estado para controlar a imprensa. Os serviços postais, ao onerar a distribuição com tarifas muito elevadas, limitavam a leitura dos periódicos às pessoas de alta renda, e ainda eram uma excelente fonte de receita. Temerosos da capacidade dos jornais de disseminar notícias inconvenientes e pensamentos perigosos, os governos usaram os Correios para limitar a circulação das publicações e evitar que as classes socialmente inferiores fossem contaminadas com ideias revolucionárias, além de utilizá-lo como instrumento de censura. Como tinha o monopólio do serviço postal, o Estado controlava o conteúdo e deixava de entregar as folhas que considerava perigosas. Esse foi o modelo adotado na Europa.

Um caminho diferente foi seguido pelos Estados Unidos. Desde a época da independência, o correio público foi utilizado para incentivar a disseminação da imprensa. Um grande número de agências foi aberto em todo o país e a distribuição dos jornais foi subsidiada. Enquanto em 1828 os Estados Unidos tinham 74 agências de correio por 100 mil habitantes, a Grã-Bretanha tinha catorze e a França, quatro. O volume de correspondência por habitante era o mesmo na França e nos Estados Unidos, mas a rede dos correios norte-americanos era muito mais ampla. Se esse país seguisse o critério francês de só manter agências que gerassem uma receita mínima equivalente a duzentos dólares, teria fechado 90% da rede.9

Essa política expansionista foi resultado da introdução da Lei dos Correios de 1792, que atendeu a crescente demanda de municípios e aldeias para a instalação de novas agências. A lei determinou também que a imprensa recebesse um tratamento privilegiado, com tarifas subsidiadas. Os jornais pagavam um centavo por exemplar enviado até uma distância de 100 milhas (160 quilômetros) e 1,5 centavo além dessa distância, o que permitiu aos pequenos jornais atender o grande número de assinantes que ficava longe de sua sede.

Além disso, os correios transportavam gratuitamente os exemplares destinados a outros jornais. Na década de 1840 cada jornal recebeu 4,3 mil exemplares de outras publicações por ano com custo zero para quem os enviava e para quem os recebia. A despesa, para os editores, era apenas a de imprimir as cópias que mandavam aos outros jornais. Como os editores se sentiam livres para reproduzir informações de outras publicações, os Correios permitiram a formação de redes informais de notícias entre os jornais americanos, aumentando a quantidade e variedade de informações.

Na década de 1830, o correio dos Estados Unidos transportou 2 milhões de jornais a mais que cartas. Em 1832, os jornais representavam 95% do peso transportado pelo correio, mas apenas 15% da receita. As publicações norte-americanas podiam ser colocadas no correio em qualquer cidade, enquanto em vários países europeus somente podiam ser postadas na capital. Como, apesar dos subsídios, o correio não era deficitário, então era frequente a abertura de novas rotas de distribuição, ainda que não fossem inicialmente rentáveis, expandindo a malha de agências. Não é de surpreender que no século XIX a leitura de jornais nos Estados Unidos estivesse mais difundida do que na Europa.

Já o correio britânico cobrava um imposto do selo de quatro pence por jornal distribuído, o que elevava a sete pence o preço do exemplar para o assinante, limitando sua circulação a pessoas de altas posses. Havia também o pagamento de três pence por libra-peso (454 gramas) de papel usado e de uma taxa de 42 pence por anúncio publicado, qualquer que fosse o tamanho. Isso explica por que os jornais de Nova York tinham mais publicidade do que toda a imprensa britânica combinada e também porque nos Estados Unidos o anúncio representava uma proporção muito maior da receita dos jornais, facilitando sua expansão.

Os jornais britânicos ainda eram obrigados a fazer no correio uma caução de trezentas libras, quantia elevada na época, como garantia de eventuais processos na Justiça por sedição ou blasfêmia. Era outro obstáculo ao lançamento de novas publicações. A circulação dos jornais ingleses deu um salto extraordinário depois que esses tributos foram suprimidos. A eliminação do imposto do selo em 1855, especialmente, possibilitou a redução do preço de venda de cada exemplar de sete para dois pence e, em muitos casos, um.

A França também exigia uma caução em dinheiro para os jornais e cobrava deles um imposto do selo, além de submetê-los a um regime de censura. A Espanha exigia da imprensa uma espécie de fiança ou depósito prévio, como era chamado, e, como os outros países europeus, tinha um imposto do selo. Na Itália foi estabelecida uma lei do selo, o *bollo*, e em alguns casos uma taxa sobre cada assinatura vendida. Além de caro, o correio italiano era pouco eficiente: entregava os jornais apenas duas vezes por semana e os exemplares costumavam chegar ao assinante já manuseados, tendo sido lidos por algum amigo do carteiro ou algo do gênero. Na Lombardia havia mais casas de loteria do que agências do correio. Enquanto o imposto sobre o selo foi mantido, não houve praticamente imprensa diária na Itália para as classes média e trabalhadora.

O atual Canadá seguiu uma política oposta à dos Estados Unidos. O correio estabeleceu tarifas postais muito elevadas e não deu aos jornais um tratamento diferenciado. O serviço postal era uma atividade lucrativa e todos os anos enviava dinheiro para Londres, mas sua capilaridade era limitada e transportava um baixo volume de correspondência. Conforme a população avançava para o Oeste, os pedidos de abertura de novas agências postais nos novos assentamentos rurais não eram atendidos. O território dispunha de apenas sete agências por 100 mil pessoas. Um historiador do correio canadense reconheceu que as tarifas eram

"exorbitantes", mas "os súditos leais relevam facilmente muitas coisas como essa". O tratamento restritivo dado à imprensa no Canadá ajuda a entender por que não alcançou o grau de desenvolvimento da norte-americana.

O correio brasileiro

O correio brasileiro esteve mais perto do modelo norte-americano que do europeu. O Brasil não estabeleceu o imposto do selo sobre os jornais, que tinha desconto nas tarifas postais, e não usou o correio para censura.

Como nos Estados Unidos, houve no Brasil uma intensa troca de exemplares entre as folhas de todo o país, de modo que os jornais costumavam transcrever notícias e comentários das publicações de outras praças. Quando foi lançada *A Aurora Fluminense*, seu redator, Evaristo da Veiga, anunciou que os jornais que quisessem fazer troca de folhas deveriam remeter as suas à Typographia do Diario do Rio de Janeiro, onde a *Aurora* era impressa, e pedia o endereço dos redatores para enviar-lhes o jornal. *O Observador Constitucional*, publicado por Libero Badaró em São Paulo, tinha repercussão na Corte porque seus artigos eram reproduzidos pela *Astrea*, um jornal liberal do Rio, e as peças inflamadas de Antonio Borges da Fonseca influíram na opinião pública também por serem republicadas na Corte. Os jornais das províncias faziam farto uso dos jornais do Rio. Havia uma intensa troca, com um jornal reproduzindo e comentando os artigos do outro, "criando uma rede nacional de debates".10

Tudo isso foi possível pela distribuição, ainda que precária, dessas publicações pelos Correios. Da mesma maneira que nos Estados Unidos, o serviço postal permitiu a criação de uma espécie de rede nacional de informações e de difusão de ideias.

Como escreve Marcello Basile, durante o período da Regência Provisória, nos anos 1830, foi baixada uma medida isentando do porte, nos correios em todo o país, os periódicos enviados às bibliotecas públicas e cobrando apenas a oitava parte do porte para os periódicos dirigidos aos assinantes particulares. Em 1842 foi dado um desconto de 75% ao porte de papéis impressos. Mas ainda assim o custo dos correios era considerado excessivo e seu funcionamento, precário.

As deficiências e insuficiências dos correios brasileiros vêm dos tempos da colônia. Os reis de Portugal tiveram uma política restritiva em relação ao transporte de correspondência no Brasil, autorizando apenas o correio marítimo. Ao impedir a entrega de cartas por via terrestre, que não fora previsto na concessão, a Coroa pretendia manter o monopólio outorgado ao correio-mor.

Finalmente, uma incipiente atividade postal na colônia começou de maneira regular quando em 1663 o alferes João Cavalheiro Cardozo foi nomeado para o cargo de auxiliar dos Correios da Capitania do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro auxiliar do correio-mor do Brasil. O serviço, no entanto, era precário. Em 1717, uma Carta Régia reforçava a proibição do transporte de correspondência por particulares. É evidente que essas medidas restritivas tiveram pouco efeito prático. Os tropeiros, os condutores de gado e os viajantes eventuais faziam o serviço de

entrega de cartas que o correio-mor estava, inicialmente, impedido de fazer e, mais tarde, não conseguia fazer (ver p. 369).

Em 1773 foi estabelecida a primeira comunicação postal terrestre entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Era um serviço mensal de estafetas criado pelo governador da capitania paulista. O provimento dos estafetas ficava a cargo dos moradores das estações ao longo do caminho.

Para não depender dos limitados serviços do correio, houve na colônia várias iniciativas não oficiais de entregas de cartas. Em Minas Gerais, a capitania mais rica e a que mais precisava de um correio, foram instalados vários serviços de estafetas. Um deles, em 1771, montado pelos contratadores de diamantes, utilizava dois ou três estafetas muito velozes e unia Tijuco (hoje Diamantina), Vila Rica e Rio, mas durou pouco tempo. Em 1783, o governador de Minas Gerais lamentava que a falta de comunicação regular estava prejudicando a maioria dos negociantes, que não podia pagar "um expresso", como era chamado o correio particular.

Um decreto da Coroa portuguesa de 1798 regularizou o serviço postal marítimo, e um alvará instituiu o transporte frequente de correspondência entre Lisboa e Rio de Janeiro e regulou, finalmente, o correio terrestre. A primeira agência postal do interior foi instalada na cidade de Campos, na capitania do Rio. A linha postal entre Rio e Vila Rica, uma distância de oitenta léguas (480 quilômetros), empregava duas pessoas, um estafeta e um escravo, e fazia o trajeto em quinze dias. Da Vila Rica a Sabará, a catorze léguas (84 quilômetros), um estafeta demorava quatro dias. O posto mais longínquo, de Sabará ao Arraial do Paracatu (atual Paracatu), a 117 léguas (840 quilômetros), requeria dois soldados, que faziam o trajeto em 42 dias. Cada linha postal contava ainda com um escravo e uma cavalgadura por estafeta.11

Depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, o correio se expandiu. Em 1813 já havia um serviço entre São Paulo e Rio, e do Rio para Vila Rica, São João d'El-Rei, Sabará, Vila do Príncipe, Goiás, Campos e Vitória. No interior, o correio unia Goiás, Mato Grosso, Pará e Maranhão. Uma linha marítima servia as principais cidades do Nordeste e o Rio. Em São Paulo, as principais vilas da capitania eram ligadas à capital. Em 1817 foi estabelecido um serviço até o Rio Grande do Sul, mas, como disse um viajante da época, "a remessa era tarda e a entrega incerta".

Até o alvará de 1798, o correio para o interior de São Paulo era ainda um serviço feito por particulares. Um viajante podia levar cartas para os conhecidos, e os vizinhos podiam contratar um correio, conhecido como "próprio", para carregar a correspondência. Em 1801 foram implantadas duas linhas postais a partir da capital: uma para o interior, com destino a Porto Feliz e Itu, que utilizava parcialmente o rio Tietê, e outra para o litoral, chegando a São Vicente e Paranaguá, que na época fazia parte da capitania.

Quando, com o fim da censura em 1821, houve uma verdadeira explosão no lançamento de jornais, além do pequeno número de leitores que os buscavam nas oficinas de impressão, o principal meio de distribuição foi o serviço dos correios, que atendia os assinantes tanto da cidade em que eram editados como de outras localidades. O *Correio do Rio de Janeiro*, por

exemplo, escrevia em 1822 que os assinantes deveriam dirigir-se ao redator "diretamente pelo Correio (porte pago) e o Redator se obriga a fazer-lhes remessa das folhas regularmente por todos os Correios. Aos Senhores Subscritores da Cidade serão entregues as folhas em suas casas".

O primeiro serviço do correio oficial no interior paulista foi instalado em 1824 entre São Paulo e Campinas, passando por Jundiaí, Itu e Sorocaba, por dois mensageiros a pé (pedestres), que faziam a linha de dez em dez dias e depois a cada cinco dias. Com o aumento do volume de correspondência, Itu e Sorocaba iniciaram linhas diretas com a capital da província. De São Paulo ao Rio, a correspondência era despachada por mar, também de cinco em cinco dias.

Esses serviços eram insuficientes, mas apesar das deficiências o governo insistia no monopólio dos Correios para o transporte de cartas. Um decreto de março de 1829 dizia que "nos lugares onde houver Correios regularmente estabelecidos, fica sendo proibida toda e qualquer remessa de cartas, sem ser feita pelas malas dos mesmos Correios". Uma exceção eram as cartas levadas por escravos, criados ou caixeiros para seus senhores ou a correspondência carregada por boiadeiros e tropeiros para os donos dos produtos por eles transportados. Se outras pessoas quisessem transportar cartas deveriam dirigir-se ao correio e pagar o porte.

Os jornais passaram a usar os serviços do correio para atender os escassos assinantes no interior — "Um sujeito que assinava um diário [era] uma raridade", menciona Nelson Werneck Sodré —, e os exemplares eram entregues, assim como as cartas, com uma demora de cinco a nove dias.

Cartas publicadas pelos jornais nas primeiras décadas do Império reclamam com frequência da morosidade dos serviços. Em 1830, um correspondente do *Farol Paulistano* em Resende (RJ) reclamava que o administrador do correio da cidade "abria as folhas" endereçadas a outras pessoas e as lia antes de entregá-las aos destinatários. As obras impressas, inclusive jornais, tinham um desconto de 75% nas tarifas postais, mas ainda assim era um enorme peso para a imprensa.

Mas o correio permitiu uma ampliação do alcance e da capilaridade da distribuição dos jornais, que passaram a ser lidos e comentados no interior. Nas colunas das primeiras folhas impressas em São Paulo, por exemplo, são comuns os comentários escritos em cidades bastante afastadas da capital e até em outras províncias. São também comuns as transcrições de artigos de periódicos da Corte e de regiões mais afastadas transportados pelos correios.

A chegada dos jornais constituía um evento importante nas cidades do interior, como deixa transparecer uma carta publicada em maio de 1830 em *O Farol Paulistano*, o primeiro jornal impresso de São Paulo, escrita por um leitor da Vila de Porto Feliz: "é costume reunirem-se muitos cidadãos nos dias em que ali chega o correio, já para lerem todos os periódicos da Corte, e desta Cidade, já para se comunicarem as notícias recebidas por cartas particulares". O leitor afirma que, numa ocasião em que não chegaram os jornais, houve uma comoção, com boatos de um levante armado. Um cidadão foi destacado para ir até a vizinha Vila de Itu, onde encontrou

o "pedestre" (estafeta) que já se dirigia para Porto Feliz com os jornais esperados e que não tinham sido remetidos antes por engano.12

Até 1842, a correspondência tinha que ser procurada pelos interessados nas agências dos Correios. A partir dessa data as cartas começaram a ser entregues em domicílio no Rio de Janeiro e nas principais cidades; os entregadores eram chamados "carteiros".

O jornal *O Brasil*, publicado três vezes por semana por Justiniano José da Rocha na Corte, reclamava em setembro de 1843 que a tarifa para remeter um exemplar às províncias era de dez réis, mas o menor selo de porte era de trinta réis. Como o correio saía de cinco em cinco dias, em cada remessa eram mandados normalmente dois exemplares, raramente três e, quando havia um feriado na semana, apenas um. No entanto, tinha-se que pagar trinta réis cada vez pela remessa. O jornal pedia a emissão de selos de dez réis. Em 1869, Salvador de Mendonça, ao comentar o fim do jornal *O Ypiranga*, de São Paulo, dizia que a imprensa vegetava sob o peso dos salários dos tipógrafos, do custo exorbitante do papel e "mais que tudo do pavoroso porte da circulação, verdadeiras asas de chumbo".

A malha postal brasileira era ainda muito limitada, com um baixíssimo número de agências, e a periodicidade dos seus serviços era pouco compatível com as necessidades da imprensa. As entregas da correspondência eram esparsas e, para um jornal diário, um correio que somente saía para outras cidades a cada cinco ou mais dias e que demorava outros tantos para chegar ao destino era melhor do que nada, mas representava um freio para a difusão dos jornais.

Essas deficiências levaram o *Diario de Pernambuco* a instalar em 1852 um correio alternativo para a distribuição no interior da província. Como escreveu Alfredo de Carvalho: "A extrema irregularidade das comunicações postais, então pouco frequentes, muito demoradas e pouco seguras" levaram o proprietário do *Diario* a montar um serviço particular de entregas com o fim de levar o jornal "para qualquer cidade, vila ou povoação" onde houvesse um número suficiente de assinantes que cobrisse as despesas. O correio do *Diario* transportaria também, gratuitamente, as cartas dos leitores.13 Qualquer localidade a menos de vinte léguas (120 quilômetros) de Recife e com cinquenta assinantes receberia o correio semanalmente; com noventa assinantes, duas vezes por semana; entre vinte e quarenta léguas (120 e 240 quilômetros) com oitenta assinantes, uma vez por semana, e com 150 assinantes, duas vezes por semana.

A periodicidade da entrega dos jornais, limitada a uma ou duas vezes por semana pelo correio montado pelo *Diário de Pernambuco*, também deveria ser insatisfatória. Não há notícias sobre a aceitação do serviço nem sobre quanto tempo durou, mas o fato de um jornal ter tomado a iniciativa de montar um correio paralelo é, por si, uma indicação da precária qualidade dos serviços dos correios oficiais, ainda que a imprensa não pudesse prescindir deles.

Em 1867 havia 75 agências dos Correios no interior. Para a região Norte, o serviço de transporte de correspondência somente funcionava de três em três dias, para outras zonas de cinco em cinco dias e em algumas áreas do Sul e do Centro apenas a cada dez dias. Com a

instalação das ferrovias, o serviço melhorou; cartas e jornais começaram a ser transportados com maior frequência, e a distribuição dos jornais pelos Correios recebeu um forte impulso. Ainda em 1867 começou o serviço postal diário entre São Paulo, Jundiaí e Campinas graças à inauguração da ferrovia. Pouco tempo depois a entrega diária foi estendida a Santos e Itu. Em 1882, *A Provincia de São Paulo* pagava 5,3 contos de réis de selos nos Correios, que fazia a entrega da grande maioria dos exemplares impressos.

Quase um século mais tarde, os assinantes do interior de São Paulo ainda recebiam os jornais pelo correio com um dia de atraso; só os que moravam perto da capital podiam recebê-lo no fim do mesmo dia.

Depois da permissão dada a companhias estrangeiras para fazer serviços de cabotagem e transportar o correio nas últimas duas décadas do Império, melhoraram os serviços postais entre o Norte e o Sul do país e, portanto, a entrega dos jornais. Com o retorno do monopólio estatal, os Correios diminuíram o uso da cabotagem, pouco confiável. Um documento interno de 1911 mencionava que os regulamentos vigentes habilitavam os Correios a "reprimir quaisquer irregularidades cometidas pelos paquetes do Lloyd Brasileiro no serviço postal marítimo". Pouco a pouco, foi reduzido também o uso da ferrovia. Ante a crescente inoperância, esses modais foram substituídos pelos transportes rodoviário e aéreo.

Comunicação com o exterior

As notícias demoravam meses para chegar ao Brasil colônia. A morte do rei d. José I de Portugal, em fevereiro de 1777, só foi conhecida em São Paulo três meses depois. Na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul somente se soube que Portugal estava em guerra com a Espanha três meses e meio depois do começo das hostilidades; quando a notícia chegou, a guerra já tinha acabado.

A primeira edição do primeiro periódico impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de setembro de 1808, publicou uma informação procedente de Amsterdam datada de 30 de abril e outra de Londres de 17 de junho — com cinco e três meses de atraso. O número de 17 de setembro trazia informações de Roma de 21 de maio, de Viena de 8 de junho e de Londres de 28 de junho. Em 30 de setembro, a *Gazeta* tinha notícias de Coimbra de 18 de julho. Na edição de 28 de abril de 1821, o jornal afirmava ter recebido jornais do exterior de 10 de fevereiro, mas quase todas as notícias da Europa eram de janeiro.

As informações procedentes da América Meridional — como o periódico chamava a América do Sul —, de especial interesse para o Brasil, pois tratavam principalmente da luta pela independência travada contra a Espanha, chegavam com um atraso ainda maior. Não havia comunicações diretas entre a maioria das colônias espanholas e o Brasil. As notícias viajavam por navio para Londres ou Nova York, de onde eram remetidas, também por navio, para o Brasil e outros países da região.

A edição de 28 de abril da *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou notícias sobre Simón Bolívar

datadas de 27 de novembro, com uma demora de cinco meses. O próprio Bolívar escreveu de Lima ao general colombiano Francisco de Paula Santander que "primeiro sabemos de Rússia que de Caracas". Um jornal de Santo Domingo informava sobre o vizinho Haiti, situado na mesma ilha, com notícias extraídas dos jornais que chegavam de Londres. A declaração da independência da Venezuela foi conhecida no Chile, também via Londres, com oito meses de atraso. A notícia da sublevação em Quito, em agosto de 1809, contra a Coroa espanhola somente foi publicada em Buenos Aires em novembro. A comunicação entre as diversas regiões da América do Sul era tão precária que ficava mais fácil viajar de Lima para Iquitos, cidade peruana situada na região amazônica, indo de navio para Liverpool e de lá até Iquitos.

As informações sobre as sessões das Cortes de Lisboa, que preparavam a Constituição do então Reino Unido de Brasil e Portugal, também chegavam com enorme atraso. A edição de 13 de setembro de 1821 da *Gazeta* publicava informações sobre a sessão do dia 7 de maio, e a edição de 30 de março de 1822, sobre a sessão de 7 de dezembro do ano anterior.

As diversas regiões do Brasil estavam isoladas umas das outras. Devido ao regime dos ventos e às correntes marítimas, o Pará e o Maranhão constataram, na época da colônia, ser mais fácil o contato com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Em 1831, a informação de que o imperador d. Pedro I tinha abdicado em 7 de abril só foi conhecida nas províncias muito tempo depois. Pernambuco recebeu a informação por meio de uma fragata inglesa procedente da Bahia.

Correio aéreo

O Brasil começou a usar o avião para serviços do correio em 1919, quando a Marinha fez um voo postal, com um hidroavião levando correspondência entre os navios da esquadra durante as manobras. Em 1931, foi criado o Correio Aéreo Militar, operado por oficiais da Aviação Militar, comandados pelo major Eduardo Gomes. Era o primeiro serviço regular de correio aéreo, mas somente em 1934 começou a transportar a correspondência do Departamento de Correios e Telégrafos. Em 1941, o CAN estabeleceu rotas em todo o território nacional e instalou linhas regulares com vários países do continente. Mas o funcionamento do Correio Aéreo Nacional (CAN) não impediu que a decadência dos serviços postais se agravasse. Segundo João Pinheiro de Barros Neto, a inoperância e a burocratização interna levou "a uma decadência da qualidade dos serviços prestados, culminando, no início da década de 1930 em um estado de sensível degenerescência". Ainda segundo ele, o serviço postal fora confiado a "agentes semianalfabetos"; os horários regulamentares nem sempre coincidiam com os interesses deles; os Correios eram o encosto de filhos de famílias importantes. Além disso, aparecia "a malandragem que iria exercitar-se na criminalidade específica de subtração de valores, do furto de correspondência e de emissão de valores falsos".14

Durante um período da ditadura de Getúlio Vargas, José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas, introduziu nos Correios uma cultura de disciplina. Houve uma visível melhora, mas foi temporária, e nos anos 1960 a situação voltara a ser lastimável. "As

reclamações eram gerais e os serviços de Correio e de Telegramas era motivo de piadas e de chacotas. Além da desorganização funcional, o DCT prestava serviços precários e sem qualquer confiabilidade."15

A irregularidade das entregas e as limitações dos serviços postais, que impediam o atendimento aos assinantes levaram as empresas jornalísticas a instalar as suas próprias estruturas de distribuição. Ao longo da década de 1970, no entanto, os serviços postais melhoraram — em parte pela criação da Rede Postal Aérea Noturna, que dinamizou o transporte da correspondência —, mas seriam cada vez menos usados pela imprensa.

Correio marítimo

Um serviço regular de correio entre a metrópole e a colônia somente foi introduzido no final do século XVIII, quase três séculos depois do descobrimento. Em 1798 Portugal incorporou o serviço postal ao Estado e criou os Correios Marítimos, com uma linha regular entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Dois navios saíam de Lisboa a cada dois meses, um para as capitanias de Pará, Maranhão e Pernambuco, situadas ao Norte; outro para Bahia e Rio de Janeiro. O primeiro brigue usado nesse serviço, construído na Bahia em 1797, naufragou três anos depois. A maioria das embarcações teria vida igualmente curta devido ao grande número de acidentes no litoral brasileiro e aos ataques dos piratas: a média era de apenas dois ou três anos. Para aliviar a situação, embarcações portuguesas, tanto mercantes como de guerra, também foram autorizadas a transportar correspondência.

O decreto de 1798 regulou, finalmente, o correio terrestre no Brasil. A primeira agência postal do interior foi instalada na cidade de Campos, na capitania do Rio (ver p. 380). Com a chegada da Corte ao Brasil em 1808 começou um serviço de transporte marítimo e postal com a Inglaterra, e em 1810 foi assinada uma convenção postal que estabelecia o intercâmbio mensal de correspondência entre o porto inglês de Falmouth e o Rio de Janeiro, passando pela ilha da Madeira, Pernambuco e Bahia. No começo, somente navios britânicos poderiam ser usados; mais tarde o serviço seria também aberto a embarcações brasileiras e portuguesas.

Os navios demoravam meses, mas a introdução de serviços postais regulares representou um grande avanço nas comunicações com a Europa. Para os jornais, a chegada dos paquetes, com publicações e viajantes, representava a possibilidade de receber notícias da Europa e da América com certa regularidade, embora ainda com grande atraso.

As embarcações a vela foram paulatinamente substituídas pelos navios mistos que utilizavam também o vapor, reduzindo substancialmente o tempo de navegação. Em agosto de 1838 o *Jornal do Commercio* comemora a primeira viagem dos navios a vapor *Sirius* e *Grande Occidente*, "a despeito dos temporais e ventos contrários", e diz que "antes de muito tempo poderemos contar de uma companhia de navegação para a Europa". Nessa edição publicava o prospecto de uma companhia em Londres para ligar o Brasil à Inglaterra. O jornal escrevia em novembro de 1845 que uma companhia de navegação organizada em Liverpool mandara construir quatro

embarcações a vela, equipadas também de uma hélice acionada por "uma máquina de vapor" de cem cavalos.

No ano seguinte, o jornal escrevia que o primeiro desses navios, o *Antelope*, numa viagem experimental, tinha demorado 35 dias na travessia de Liverpool ao Rio — em lugar dos trinta previstos —, e que "por diferentes vezes teve de parar o mecanismo para acertá-lo". A viagem de regresso estava prevista em 32 dias. O *Antelope*, o primeiro navio a hélice que chegou ao Rio, foi o precursor da linha de vapores que se pretendia instalar entre a Inglaterra e o Brasil.

Em 1849, o *The Times* de Londres informava sobre a formação de duas linhas regulares de navios a vapor que transportariam as malas do correio entre a Inglaterra e o Brasil, com demora de apenas trinta dias. Um navio sairia mensalmente da Inglaterra para o Rio com escala no Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. A viagem completa, de ida e volta, demoraria 71 dias. Outra linha chegaria até Montevidéu e Buenos Aires. A notícia foi confirmada com a contratação, pelo governo britânico, da Royal Mail Steam Packet Company, que recebeu subsídios para o transporte de malas ao Brasil em vapores de rodas. Em 8 de fevereiro de 1851 o *Jornal do Commercio* escrevia: "Chegou ontem o vapor inglês *Teviot*, inaugurando a linha Southampton-Rio em 28 dias e 19 horas".

Também começaram a operar as inglesas Lamport & Holt, a partir de Liverpool, em 1856, a Anglo Brazilian Steam Navigation e a Booth Steamship. Durante a maior parte do século XIX, a navegação para o Brasil foi dominada pelas companhias inglesas, e metade do comércio e do transporte exterior do Brasil eram realizados em navios dessa bandeira.

O primeiro vapor francês entrou no Rio em 1854. A Alemanha começou sua primeira linha regular em 1853, com a Hamburg Brasil. O serviço com os Estados Unidos data de 1865.

Em 1875, seis companhias inglesas, quatro francesas e uma italiana recebiam subsídios do governo brasileiro, e estava sendo renegociado um contrato com uma linha norte-americana que transportava o correio uma vez por mês. Esse fluxo de navios garantia que as notícias e os jornais chegassem ao Brasil quase semanalmente.

O paquete a vapor era mais rápido, mais seguro, menos irregular e imprevisível que o navio a vela, mas não sem falhas. No final do século XIX usuários reclamavam que "deixou de haver regularidade na partida dos paquetes" ou que não havia "planos possíveis com a irregularidade na saída dos paquetes de Southampton". Apesar desses contratempos, os vapores faziam o percurso da Europa ao Brasil na metade ou em um terço do tempo dos veleiros. Em 1872, a viagem de Southampton ao Rio demorava apenas 22 dias.

A transição entre os dois sistemas de navegação foi lenta, e durante várias décadas a vela e o vapor coexistiram. Em Belém do Pará, nos anos de 1872 e 1873, foram constatadas trinta entradas de onze veleiros procedentes de Portugal e 49 entradas de oito vapores. As empresas de navegação portuguesas costumavam utilizar embarcações a vela; as inglesas, navios a vapor. No último quartel do século XIX já eram raras as embarcações a vela de longo curso. E navegação mais rápida significava, para a imprensa, a chegada mais rápida das notícias do exterior.

Na edição de *O Commercio do Porto* de 12 de novembro de 1865 é registrada com surpresa a rapidez com que o vapor *Navarra* tinha feito a viagem proveniente do Brasil: "Chegou três dias mais cedo do que se esperava. Parece-nos que desde que se acha estabelecida a carreira dos paquetes para o Brasil é esta uma das viagens mais rápidas que se tem feito. Foi de dezessete dias".

Mesmo depois da introdução do cabo submarino, os navios continuaram a ser amplamente usados pela imprensa. Dado o custo elevado, os jornais só recorriam ao telégrafo para transmitir um pequeno número de notícias muito urgentes. A maioria das matérias dos correspondentes ainda seguia pelo correio marítimo até bem entrado o século XX.

O jornal mais rico e influente da época, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, utilizava os telegramas da agência Havas e dispunha de um serviço telegráfico próprio — mas o meio mais comum de comunicação continuava sendo o navio a vapor. Quinze anos depois da instalação do telégrafo transatlântico, Francisco Antonio Picot, que orientava o jornal desde a França, avisava com frequência ao redator-chefe que, pelo próximo navio, remeteria "as correspondências de Paris, Londres, Viena e a Crônica". Num dia 2 de julho, o jornal *O Republico* do Rio de Janeiro publicou crônica de seu correspondente em Londres, datada do dia 12 do mês anterior, que fora enviada a Lisboa para de lá ser despachada ao Brasil pelo vapor que saía no dia 14. Nessa crônica, ele comenta um longo artigo no *The Times* sobre a guerra de Canudos datado de 6 de maio, quase dois meses antes.

Machado de Assis, ante a precariedade dos serviços telegráficos escreveu que "Nunca os paquetes foram mais necessários do que hoje" para a imprensa. Na verdade, não foi o telégrafo que veio substituir o navio para o transporte de material jornalístico pouco urgente, mas o avião.

TELEFONE

O primeiro telefone do Brasil foi instalado na Quinta da Boa Vista para uso do imperador d. Pedro II em 1877. Fora fabricado pela Western and Brazilian Telegraph Company, a mesma empresa que operava o cabo submarino e os telegramas internacionais, e que passara a projetar e instalar linhas telefônicas para os serviços públicos, os únicos usuários da época. Em 15 de novembro de 1879 foi formada a Companhia Telephonica do Brasil com capital da Western. Quatro anos mais tarde o Rio de Janeiro já contava com cinco estações telefônicas, com capacidade para mil linhas cada uma, e o serviço chegava até Petrópolis.

Em 1880, a telefonia ficou sob a alçada da Repartição Geral de Telégrafos, mas atraiu a atenção das empresas privadas, que a partir de 1882 receberam concessões para a exploração do serviço. Durante quase um século, os telefones no Brasil foram operados, em sua maioria, por capital estrangeiro.

Em 1883 é instalada em Santos uma central com 75 aparelhos, talvez a primeira do estado de

São Paulo. No ano seguinte a telefonia chega à capital paulista. A Companhia Rede Telephonica Bragantina instalou entre 1896 e 1915 uma rede de 1600 quilômetros de linhas, a maior do país. A primeira central telefônica automática foi instalada em Porto Alegre, em 1922, a segunda em Rio Grande (RS), em 1925, a terceira em São Paulo, em 1928, e a quarta no Rio no ano seguinte. A primeira central PABX foi instalada no Rio em 1931.

A maior operadora, a canadense Brazilian Traction Light & Power, de energia elétrica e bondes urbanos, colocou o negócio de telefonia numa subsidiária, a Brazilian Telephone Company, em 1923, incorporou outras empresas e em 1956 mudou o nome para Companhia Telefônica Brasileira (CTB). No Sul do país operava a Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da norte-americana ITT.

Durante mais de um século, os serviços telefônicos, além de precários, com equipamentos obsoletos, mau atendimento e pouca manutenção, eram um luxo ao qual uma reduzida parcela da população tinha acesso. Para as camadas mais pobres e uma boa parte da classe média era um sonho distante. A demanda era muitas vezes superior à capacidade da CTB, que detinha o monopólio na região Centro-Sul. O primeiro telefone público foi instalado no Rio em 1935, passando então a estar disponível em alguns estabelecimentos comerciais.

Em 1939, o Brasil contava com apenas 300 mil aparelhos, um terço deles no Rio. No fim dos anos 1940, o número de telefones no Rio tinha dobrado. Ainda assim, a CTB estava muito longe de atender os pedidos, não tendo interesse de investir no aumento da oferta, ou sequer na manutenção da base já instalada. Em 1961, o número de telefones em todo o país era de apenas 1,1 milhão, 80% na região Sudeste. A falta de um sistema amplo de telefonia dificultou, de maneira extraordinária, a expansão da economia e o desenvolvimento dos negócios. As concessionárias alegavam que as tarifas irrealistas inviabilizavam os investimentos.

Os jornais recorreram ao uso do telefone para substituir, onde era possível, o serviço ainda mais precário do telégrafo. Nos anos 1930, as publicações de São Paulo e Rio mandavam a maioria das matérias pela mala postal do trem noturno. Ainda nos anos 1950 e começo dos 1960, recorriam regularmente ao transporte aéreo para as matérias menos urgentes.

No Rio Grande do Sul, a CTN, foi nacionalizada pelo governador Leonel Brizola em 1962. Depois de uma disputa entre o governo federal e o do estado da Guanabara, a CTB foi colocada sob intervenção e estatizada em 1966. Operava em cinco estados na região Sudeste e era responsável por dois terços dos telefones instalados no país.

Estatizados, os serviços não apresentaram melhorias sensíveis. Em 1985, o país contava com 14,6 milhões de aparelhos, e somente 50% das chamadas eram completadas. Uma linha telefônica chegava a custar 4 mil dólares e tinha que ser incluída como um bem na declaração do imposto de renda. No fim da década seguinte, o serviço de telefonia foi privatizado.

TELÉGRAFO ÓPTICO

O telégrafo óptico foi inventado pelo francês Claude Chappe para enviar sinais de um ponto a outro. A primeira linha, de Paris a Lille, foi construída por ordens de Napoleão em 1794.

O sistema de telégrafo óptico instalado no Brasil com a chegada da Corte de Lisboa, em 1808, consistia numa série de torres ao longo da costa, situadas em locais estratégicos e dentro do alcance visual uma das outras, para comunicar detalhes sobre as embarcações que se aproximavam e sua nacionalidade. No alto de cada torre havia três hastes móveis de madeira, que eram dispostas para representar um sinal codificado, visível pela torre mais próxima, que repetia o sinal para ser visto pela torre seguinte.

O primeiro telégrafo óptico começou a funcionar em 1809 entre Cabo Frio e o Rio de Janeiro. Os sinais eram transmitidos ao Morro do Castelo e à Quinta da Boa Vista. Outras torres foram construídas em Niterói, Maricá e na entrada da baía da Guanabara. Posteriormente foram instalados telégrafos ópticos para a comunicação entre as fortalezas do litoral, em Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Santa Catarina. O sistema foi controlado pelo Ministério da Guerra até 1838, quando passou para o Ministério da Justiça.

TELÉGRAFO ELÉTRICO

O telégrafo "acionado por um fluido elétrico", como se dizia na Inglaterra na época, foi introduzido no Brasil pelo ministro da Justiça Euzebio de Queiroz, que em 1851 decidiu substituir o telégrafo óptico, muito lento. Disposto a eliminar o tráfico negreiro, ele quis estabelecer uma comunicação rápida entre o Rio e o porto de Mangaratiba, usado pelos navios que traziam escravos da África. Contratou um professor de física da Escola Central, Guilherme Schüch de Capanema, que realizou o primeiro teste com materiais improvisados.

No dia 11 de maio de 1852 o imperador, situado no Paço da Quinta da Boa Vista, e o ministro Euzebio de Queiroz e Capanema, instalado no quartel-general do Campo de Santana, se comunicaram pelo telégrafo elétrico, ligados por uma linha subterrânea. O *Jornal do Commercio* escreveu: "A obra não está completa. Não se pode estabelecer conseguintemente nenhuma conversa regular. Mas já houve comunicação entre as pessoas colocadas nas duas extremidades dos fios". Oito anos depois de ter sido instalado nos Estados Unidos, o telégrafo chegava ao Brasil, mas, se o país foi rápido na introdução da telegrafia, seria extremamente lento em desenvolvê-la. Em 1854, o governo resolveu estabelecer cinco linhas telegráficas. Três eram urbanas, a quarta ia até Niterói e a outra ia a Petrópolis passando pelo porto de Mauá.

O telégrafo foi aberto para o uso por particulares cinco anos depois de sua inauguração, mas era pouco utilizado: as falhas eram frequentes pela falta de técnicos e pela escassa manutenção. Enfrentava também o ceticismo da população, que não acreditava que mensagens pudessem ser transmitidas através de um fio eletrificado; era visto mais como um passe de mágica que como uma inovação tecnológica. Sofreu os ataques da imprensa sob a alegação de que o clima brasileiro não era adequado para a telegrafia elétrica. Além disso, o serviço era caro, com uma

tarifa de 1 mil-réis por telegrama de vinte palavras.

Em 1861, dos 65 quilômetros de fios instalados, cinquenta estavam no caminho para Petrópolis — quinze deles submarinos — e o resto dentro da cidade do Rio. Só havia dez estações telegráficas em atividade. Em 1864 o fio telegráfico chegava até Cabo Frio.

A expansão do telégrafo terrestre se estendeu pelo território nacional a partir da Guerra do Paraguai (1864-70). A necessidade de informações rápidas levou o governo a instalar precipitadamente uma linha terrestre, com alguns trechos submarinos, do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, que foi concluída em 1866. Por ter sido feita de maneira apressada, ela apresentou deficiências e houve sérios problemas de manutenção. As transmissões telegráficas tiveram um funcionamento irregular e o serviço, devido aos contínuos reparos, ficou interrompido durante vários meses.

O sistema era coordenado pela Repartição Geral de Telégrafos (RGT), sob a direção de Capanema desde 1855 até o fim do Império. A rede brasileira já era de 2200 quilômetros em 1868 e continuou crescendo na década seguinte. Em direção ao Nordeste, a RGT instalou uma linha terrestre que ligou as principais cidades. Em 1873 foram instalados 218 quilômetros entre Maceió e Recife; em 1881 chegava a Fortaleza. Dois anos antes, das vinte províncias, treze já dispunham de telégrafo. A rede da RGT foi complementada pelas linhas telegráficas terrestres estendidas ao longo dos 17 mil quilômetros de ferrovias, com aparelhos telegráficos em cada estação.

O cabo submarino da Western and Brazilian Telegraph ao longo da costa brasileira (ver pp. 404-5) fazia concorrência ao telégrafo público, com tarifas mais baixas e maior opção de horários. Ao mesmo tempo, oferecia serviços alternativos aos usuários e aumentava a possibilidade de comunicação a longas distâncias. Apesar da competição, o serviço telegráfico era caro. Em 1881, transmitir um telegrama a uma distância de quatrocentos quilômetros custava cem réis por palavra. Acima dessa distância, o preço aumentava e se tornava proibitivo.

Quando foi proclamada a República havia 19 mil quilômetros de fios telegráficos, com uma média anual de 429 mil telegramas transmitidos entre 1880 e 1889. Esse número era pouco superior a 9 milhões em 1940, notadamente baixo.

O serviço continuava precário. Mal conseguia transmitir três palavras por minuto. Além dos problemas enfrentados pela falta de manutenção, as longas distâncias, a queda de árvores sobre os fios, a ação dos pássaros, as chuvas, a umidade, o escasso preparo da mão de obra e o descaso das autoridades, as linhas telegráficas também eram alvo da ignorância e de atos predatórios de viajantes e tropeiros, que cortavam os fios, disparavam contra os isoladores e cortavam ou queimavam os postes. Em 1900, as paralisações dos telégrafos chegaram a 20 mil horas.

O telégrafo interno permitia aos jornais a transmissão de notícias, mas uma parte do território nacional continuava isolada do resto do país, mantendo-se na mesma situação de vários séculos atrás, quando as informações eram levadas a lombo de burro pelos tropeiros. A notícia da proclamação da República só chegou a Goiás, Mato Grosso e Amazonas com três

meses de atraso. Além disso, devido ao elevado custo, o telégrafo era usado com extraordinária parcimônia. A menos que se tratasse de notícia urgente de grande importância, os jornais de São Paulo, por exemplo, recorriam ao trem noturno para receber informações do Rio de Janeiro. Em 1890 as tarifas foram reduzidas para setenta réis por palavra e foi concedido um desconto de 50% para as mensagens da imprensa. Ainda assim, continuou pouco usado.

O telégrafo foi incorporado aos Correios em 1931, como Departamento de Correios e Telégrafos, e em 1969 como Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Em 1957, funcionou a primeira central manual de telex e, nesse mesmo ano, começaram as operações entre Campinas, São Paulo e Rio do primeiro sistema de micro-ondas da América Latina.

Os serviços telegráficos, que nunca foram de alta qualidade, pioraram significativamente ao longo do tempo. No início dos anos 1930, a transmissão e a entrega de telegramas "estavam em 'deplorável decadência' sempre sujeitos a atrasos e sucumbindo à concorrência de empresas particulares".[16] Nos anos 1960 e 1970, "o telégrafo, por exemplo, era constantemente interrompido por defeitos nas linhas físicas insuficientes e sem manutenção, tanto que os telegramas seguiam por mala postal".[17] Até 1975, "as unidades com serviços telegráficos de maior porte não podiam comunicar-se entre si".[18]

A partir da introdução do telex no Brasil, em 1957, com centrais manuais, que permitiam a troca de mensagens telegráficas diretamente entre os usuários, sem a necessidade de intermediários, e do fac-símile, diminuiu expressivamente a importância dos Correios como transmissores e entregadores de telegramas e de mensagens. Os jornais não precisavam mais deles e fizeram uso intensivo do telex e do fax, mas ambos ficaram obsoletos rapidamente com a disseminação da internet.

CABO SUBMARINO

O telégrafo submarino, instalado na segunda metade do século XIX, permitiu ao Brasil uma comunicação rápida com a Europa e os Estados Unidos. A conexão telegráfica foi realizada em quatro etapas: 1) o lançamento de um cabo através do oceano Atlântico ligando a Europa a um porto brasileiro; 2) a interconexão por cabo dos principais portos brasileiros; 3) o lançamento de um cabo entre o Brasil e a América do Norte; 4) conexão com os países do Cone Sul e o Pacífico. Os jornais conseguiam publicar notícias do dia anterior, em lugar de esperar várias semanas pela chegada dos navios com a mala postal (ver p. 375).

As primeiras tentativas, a partir dos Estados Unidos, de instalar um telégrafo submarino no Brasil fracassaram. Em 1851 J. L. Leonhardt propôs ao embaixador brasileiro em Washington instalar o telégrafo elétrico em várias cidades, mas ele morreu durante as negociações com o governo. Pouco depois, Percy Mac Collins negociou um contrato para uma linha submarina; o decreto chegou a ser lavrado, mas não assinado, o que provavelmente livrou o país de uma dor de cabeça jurídica, pois ele foi à falência. Um projeto de James Scrymser, que procurou uma

concessão em 1868 para sua companhia, a International Ocean Telegraph Co., com a ajuda do governo norte-americano, foi recusado.

Finalmente, um acordo feito em 1861 e ratificado em 1865, assinado por representantes de França, Brasil, Haiti, Itália e Portugal, dava preferência e garantias a Pier Alberto Ballestrini, italiano, e à companhia que ele pretendia formar para instalar um cabo submarino transatlântico que iria da Europa até a América. A linha sairia de Lisboa, passando, entre outros pontos, por Cádiz, Marrocos, Madeira, Cabo Verde, Brasil, Guiana Francesa e Caribe, chegando aos Estados Unidos por New Orleans. A concessão seria por 99 anos, e os países assumiram o compromisso de não cortar ou danificar o cabo em caso de guerra. No Brasil, Balestrini teria direito a uma subvenção pecuniária. Ele não tinha recursos, mas obtivera a concessão para depois negociá-la, o que não conseguiu fazer. O acordo caducou em 1868 sem que a companhia tivesse sido constituída.

Irineu Evangelista de Sousa, então visconde de Mauá, que participara de um grupo de investidores que negociou com Ballestrini e depois pressionou para que a franquia ao italiano fosse revogada, recebeu em 1872 o direito de instalar um cabo submarino entre o Brasil e Portugal, onde se conectaria com o telégrafo de outros países da Europa. O cabo sairia de Carcavellos, perto de Lisboa, seguiria pelas ilhas da Madeira e Cabo Verde e atravessaria o oceano Atlântico, chegando ao cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, e por fim em Pernambuco.

Mauá cedeu a concessão em 1873 à The Brazilian Submarine Telegraph Company, de Sir John Pender, o maior operador mundial da época, que contratou a Telegraph Construction and Maintenance (Telcon) para fabricar e instalar o cabo. A conexão entre o Brasil e a Europa foi completada em junho de 1874. Alguns anos depois, entre 1882 e 1884, as linhas foram duplicadas. No total foram instalados 11,8 mil quilômetros de cabos.

Essa era a conexão internacional. Uma concessão por sessenta anos para a instalação de um cabo telegráfico submarino em toda a costa do Brasil, do Pará até a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi outorgada em 1870 pelo imperador d. Pedro II a três ingleses, Sir Charles Tilston Bright, E. B. Webb e William Jones. Eles não conseguiram instalar o cabo submarino e venderam em 1873 essa concessão à Telcon, que por sua vez a repassou à Western & Brazilian Telegraph Co. Dessa maneira, a empresa de Sir John Pender passou a deter os direitos tanto da linha do cabo submarino que ligava toda a costa brasileira como a conexão telegráfica com o exterior.

Em 1873 foi instalado o cabo submarino entre o Pará e o Rio de Janeiro. A obra foi extremamente rápida: demorou apenas um mês, por exemplo, para estender o cabo de Pernambuco até o Pará. A ligação entre essas duas províncias foi concluída em setembro de 1873, e o jornal *O Liberal* do Pará foi provavelmente o primeiro a utilizar o telégrafo no Brasil, ao mandar um telegrama para o Diretório Liberal de Pernambuco.

O cabo chegou ao Rio de Janeiro na véspera do Natal desse mesmo ano, ligando a Corte com

o norte do país. O primeiro telegrama do Rio foi enviado pelo imperador d. Pedro às províncias do Norte com congratulações "por tão fausto acontecimento". Em fim de junho e começo de julho de 1874, tanto o *Jornal do Recife* como o *Diário de Pernambuco* publicaram informações nacionais e internacionais, transmitidas pelo telégrafo e fornecidas pela Agência Americana.

O cabo que ligava pela costa o Rio de Janeiro ao Norte do país foi conectado com a Europa através da linha que a Brazilian Submarine Telegraph Company tinha instalado de Lisboa até Pernambuco. Em 22 de julho de 1874 foi feita oficialmente a primeira comunicação telegráfica direta do Rio com a Europa, apenas oito anos depois da instalação do primeiro cabo submarino transatlântico, entre a Inglaterra e os Estados Unidos. No dia 23, d. Pedro II enviou telegramas à rainha Vitória da Inglaterra, ao papa Pio IX, ao rei Luís de Portugal, ao imperador Guilherme I da Alemanha, ao presidente Grant dos Estados Unidos, ao presidente Mac-Mahon da França e ao presidente da Western and Brazilian. Mauá recebeu do imperador o título de visconde, como reconhecimento de sua participação na instalação do telégrafo submarino.

No dia 7 de julho de 1874, dias antes, portanto, da inauguração oficial, o *Jornal do Commercio* do Rio publicava um anúncio da Western and Brazilian com uma tabela dos preços dos telegramas para diversos países. Um telegrama de vinte palavras para a Inglaterra custava o equivalente a 94 dólares na época.

Como os preços para a transmissão de cada palavra eram extraordinariamente elevados, o telégrafo transatlântico foi usado com muita parcimônia. Os maiores usuários eram as casas comerciais para a transmissão dos preços de matérias-primas, como café, açúcar e algodão, das taxas de câmbio e das ações. O telégrafo, ao mesmo tempo que facilitava as transações comerciais, foi usado ocasionalmente como instrumento de manipulação dos mercados e pela imprensa.

A ligação telegráfica do Brasil com o Caribe e a América do Norte começou a funcionar em 1892 e foi feita pela companhia francesa Société Française des Télégraphes Sous-Marins, que recebeu a concessão em 1890 e instalou um cabo que saía do Pará e chegava, em conexão com outra empresa, aos Estados Unidos.

Até o rio da Prata

Para a ligação com o Sul foi criada a Companhia Telegraphica Platino Brasileira em 1872, que lançou um cabo do Rio de Janeiro a Chuí, na fronteira com o Uruguai. Dois navios foram perdidos durante a operação. A extensão dos cabos submarinos no litoral brasileiro era de 3760 milhas (7 mil quilômetros). De Chuí, o cabo seguiu para Montevidéu e Buenos Aires, onde foi inaugurado pelo presidente Domingo Faustino Sarmiento.

Esse ramal também foi operado pela Western and Brazilian. Em 1879, a Companhia Telegraphica mudou o nome para London Platino Brazilian Telegraph Company. Uma segunda linha, do Rio até o Sul, foi instalada em 1884. De Buenos Aires, um fio telegráfico terrestre chegava até Valparaíso no Chile, ligando assim o Brasil às repúblicas sul-americanas do Pacífico

e ao cabo submarino que chegava à costa Oeste dos Estados Unidos.

A instalação do telégrafo representou um extraordinário avanço para a imprensa, mas o serviço telegráfico submarino também era problemático e sujeito a interrupções. Em 27 de julho de 1874, poucos dias depois da inauguração, as transmissões tiveram que ser interrompidas devido a uma avaria no cabo nas costas de Portugal, que foi "rapidamente reparada". O cabo da Brazilian Submarine Telegraph Co. chegou a quebrar entre Lisboa e a ilha da Madeira e precisou ser substituído em 1882. Essa empresa foi incorporada pela Western Telegraph, que lançou novos cabos em 1901 e 1906.

Para a ligação submarina entre o Norte e o Sul do país, a Western só dispunha de um cabo que estava frequentemente avariado por causa da grande quantidade de arrecifes nas costas brasileiras. Mesmo quando funcionava sem interrupções, sua capacidade de transmissão era insuficiente para a crescente demanda de tráfego. Como por contrato a empresa era obrigada a manter uma eficiente comunicação telegráfica, pediu permissão para lançar um segundo cabo às suas custas, prometendo reduzir em 50% as tarifas dos telegramas para a imprensa. O governo brasileiro proibiu essa expansão durante o Império, o que foi mantido pelo governo provisório da República. Em 1890, a Western chegou a pedir a intervenção do governo britânico para ajudá-la em sua demanda. Seja por causa desta intermediação ou por outros motivos, o governo autorizou nesse mesmo ano a instalação de um segundo cabo submarino ao longo da costa brasileira.

Para reforçar a conexão do Brasil com a África foi autorizada em 1891 a instalação de um segundo cabo submarino que começava em Pernambuco, passava por Fernando de Noronha e chegava ao Senegal. Em 1892 expirou a concessão das linhas telegráficas operadas pela Brazilian Submarine; para renová-la, ela se associou à Brazilian and Western, formando uma nova empresa, a Pacific and European Telegraph Company, que também ligaria o Brasil à Argentina e ao Chile. A Western & Brazilian e a Brazilian Submarine se fundiram em 1899 para formar a Western Telegraph Co. Quando em 1909 Richard R. Reidy recebeu autorização do governo para construir uma segunda operadora de cabos submarinos no litoral brasileiro, aumentando assim a competição, a Western reclamou e conseguiu que a concessão fosse anulada.

As conexões telegráficas do Brasil e de boa parte da América Latina com a Europa eram feitas por companhias de capital britânico, o que lhes dava o controle das comunicações externas. Esse controle não era apenas teórico, como foi demonstrado durante a Primeira Guerra Mundial, quando as transmissões de telegramas ficaram subordinadas aos interesses do governo de Londres.

Uma alternativa à companhia inglesa foi criada com a concessão dada em 1909 à companhia alemã Deutsche-Südamerikanische Telegraphengesellschaft para a instalação de um cabo submarino entre o Brasil e Tenerife, nas ilhas Canárias, de onde se conectava com a África e o continente europeu. Isso permitiu uma considerável redução no custo dos telegramas, mas, durante a Primeira Guerra Mundial, a empresa alemã perdeu a concessão.

O monopólio britânico sobre as transmissões telegráficas internacionais com a Europa, não apenas do Brasil e da América Latina, mas também dos Estados Unidos, somente foi rompido a partir da década de 1920 com a chegada de outro meio de comunicação, a radiotelegrafia, que permitia o envio de mensagens por ondas hertzianas.

Com o rádio, a capital mundial das comunicações se tornou Nova York, e o predomínio norte-americano das telecomunicações mundiais foi consolidado com seu controle inicial das ligações por satélite. Com a proliferação dos satélites, no entanto, esse controle foi suavizado.

No Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial, as conexões internacionais eram feitas pela tradicional Western, a All American da ITT, a italiana Italcable, a Radional de capital norte-americano e a Radiobrás. Essas concessões foram anuladas e todas as operações foram assumidas pela Embratel, então estatal. Com a privatização no fim dos anos 1990, aumentou a competição e o preço das ligações internacionais desabou. Finalmente, a internet facilitou a comunicação com o exterior.

3. Agências de notícias

No começo da Primeira Guerra Mundial (1914-8), Jorge Mitre, diretor e membro da família proprietária do jornal argentino *La Nación*, pediu à agência de notícias Havas que transmitisse os comunicados alemães e austríacos, junto com os franceses e ingleses. Resposta: "*Nous sommes françaises*".

É certo que, mesmo se a agência quisesse atender o cliente, a censura francesa teria impedido a transmissão dos comunicados dos países inimigos.1 Mas ficou claro na resposta que a prioridade da Havas, no momento, não era fazer uma cobertura equilibrada do conflito, mas ajudar o país a ganhar a guerra; a informação e a desinformação eram armas a serem usadas contra o inimigo, assim como a artilharia, a cavalaria, os tanques ou os navios da Armada. Segundo um documento interno da agência: "É indispensável [...] que nossos clientes recebam exclusivamente notícias provenientes dos países amigos da França, e que nós contribuamos para fazer perder à Alemanha, no continente sul-americano, o terreno que adquiriu desde há vários anos".

Também nos períodos de paz as relações da Havas com o governo francês eram comprometedoramente estreitas, e com bons motivos: a ação da diplomacia francesa no exterior foi facilitada pelas notícias da Havas. O Quai d'Orsay, como também é conhecido o Ministério das Relações Exteriores da França, exercia sobre ela uma influência discreta, adoçada com subsídios.

Um correspondente em Paris do *The Times* de Londres escrevia no século XIX que a Havas:

> está inteiramente às ordens do governo do momento, e este suprime ou modifica tudo que lhe desagrada. Em troca, lhe dá facilidades que não têm outros jornalistas. Como atrasando, por exemplo, os despachos dos correspondentes dos jornais de Londres para favorecer as notícias transmitidas pela Havas e pelo jornalista da Reuter, que trabalham juntos e se beneficiam do mesmo privilégio.2

Segundo o jornal francês *Le Parlement*: "A agência Havas se tornou, por força das circunstâncias, no humilde servidor dos governos. [...] Dá as notícias que é preciso saber, quando é necessário saber; ela escolhe qual é a verdade".

O historiador da imprensa francesa Pierre Denoyer reconhece que a Havas "não era verdadeiramente independente", mas tenta justificar suas ligações com o governo. Diz que, para

fornecer notícias a jornais estrangeiros, a agência, que “suportava elevados gastos de distribuição e transmissão, executava um serviço nacional. Parecia legítimo que fosse desonerada, pelo Governo, de uma parte das despesas que assim assumia”. Denoyer afirma que o subsídio representava um terço dos gastos gerais do Serviço de Informação da agência.3

Durante quase meio século a Havas teve o monopólio virtual da informação internacional no Brasil e na América Latina, tanto das notícias que chegavam do exterior como das publicadas em outros países sobre a região. O Brasil via o mundo através de olhos franceses, e o mundo enxergava o Brasil por meio desses mesmos olhos. Esse monopólio só chegava a ser muito tenuemente quebrado pela ação do pequeno número de correspondentes no exterior mantidos por alguns jornais.

O jornalista Danton Jobim lembrou em meados do século passado que os telegramas da Havas eram publicados na primeira página dos jornais brasileiros. “Tudo que sabíamos sobre a marcha dos problemas do mundo eram eles que nos informavam, salvo o caso de uma ou outra correspondência de Paris ou Londres, mandada por via marítima”. Jobim menciona os métodos do jornalismo francês, “mais preocupado com a interpretação das notícias do que com as próprias notícias”, e diz que “a Havas não cultivava muito a virtude da objetividade”. Além disso comenta que “o governo a subvencionava e circulavam rumores a respeito de diplomatas estrangeiros em Paris que estipendiavam generosamente a velha agência”. “Sendo profundas nossas afinidades de espírito com os franceses, procuramos um serviço francês de informações, que visse o mundo segundo as nossas simpatias e nossos interesses, isto é, do ponto de vista de Paris”, concluiu.4

Na verdade, não foi a imprensa brasileira que escolheu ser informada pela Havas: foi um acordo entre as agências internacionais que definiu isso. Nem o Brasil nem o resto da América Latina foram consultados.

HAVAS NO BRASIL

A Havas, associada à agência inglesa Reuter, chegou ao Brasil com o telégrafo submarino. No dia 25 de julho de 1874, o *Jornal do Commercio* do Rio publicava na primeira página vários telegramas da Reuter-Havas. Eivadas de erros, essas notícias confundiam mais do que informavam.5

Não há consenso em relação ao jornal brasileiro que publicou os primeiros telegramas do exterior nem à data em que foram publicados. O venezuelano Eleazar Díaz Rangel escreveu que foi o *Jornal do Commercio* no dia 25 de julho de 1874.6 O francês Pierre Frédérix afirma que foi o *Jornal do Commercio* em 1º de agosto de 1874.7 Nelson Werneck Sodré também menciona o *Jornal do Commercio*, mas deu duas datas: agosto de 1877 e 1895.8

O mais provável é que tenham sido os jornais de Recife os primeiros do Brasil e da América do Sul. Recife era o ponto de chegada do cabo submarino procedente da Europa e, por esse

motivo, foi a primeira cidade de toda a América Latina a receber informações por telégrafo.

O *Jornal do Recife* publicou em 30 de junho de 1874 notícias telegráficas procedentes da Europa, distribuídas pela Agência Americana, brasileira. Esse jornal e o *Diario de Pernambuco* publicaram também informações nacionais dessa mesma agência. Na segunda quinzena de julho, o *Diario* passou a receber notícias da Reuter-Havas9 (ver p. 425).

Em 2 de setembro o *Jornal do Commercio* divulgava a primeira notícia telegráfica de interesse direto do Brasil, informando que os estaleiros ingleses Blackwall tinham lançado o navio *Purus*, encomendado pelo governo brasileiro. A Reuter-Havas também passou a fornecer aos jornais brasileiros notícias do Brasil, a partir das áreas onde o telégrafo estava instalado, como Bahia e Pernambuco.

Além do *Jornal do Commercio*, vários periódicos do Rio passaram a publicar telegramas do exterior. *O Globo* utilizava os serviços da Agência Americana, que pertencia à mesma empresa (ver p. 424). Em 1875, ano em que foi lançada, a *Gazeta de Noticias*, também do Rio, recebia os telegramas da Reuter-Havas.

A FORMAÇÃO DE UM CARTEL

Charles-Louis Havas tinha sido banqueiro, armador de navios, importador de algodão do Brasil, fornecedor do Exército e sócio de *La Gazette de France*, um dos quatro jornais autorizados por Napoleão Bonaparte. Com a queda do regime napoleônico, do qual era credor, ficou arruinado. Em 1832 montou em Paris o Bureau Havas, que traduzia notícias dos jornais estrangeiros e as distribuía aos periódicos franceses. Depois distribuiu também à imprensa notícias da França. Em 1835 instalou a Agence Havas, a primeira agência mundial de notícias, que contava com correspondentes próprios na França e nas principais capitais europeias. As informações eram enviadas por um serviço de pombos-correio.

Em 1848 Havas deu emprego a dois refugiados políticos da Alemanha. Um deles era Bernhard Wolff, que no ano seguinte, quando o telégrafo elétrico da Prússia foi aberto ao público, montou na Alemanha a Wolffs Telegraphisches Bureau, primeira agência telegráfica da Europa. O outro era Paul Julius Reuter, que quatro anos antes mudara em Londres seu nome original, Israel Beer Josaphat (ou Isräel Ben Jehosaphat Beer), ao converter-se ao cristianismo. Ele também se dedicou a distribuir notícias na Europa continental até que, em 1851, quando foi instalado o cabo submarino entre Dover, na Inglaterra, e Calais na França, fundou em Londres sua própria agência, a Reuter.10 Inicialmente, os maiores clientes dessas agências eram bancos e casas comerciais, mas elas se expandiram e os jornais passaram a ser atendidos com prioridade.

As três agências, as mais importantes da Europa, para evitar a competição, dividiram o mundo em áreas de influência. A Wolff, que mudaria o nome para Continental, ficou com os países de língua alemã e o Leste Europeu. À Havas coube a Europa meridional, e parte do Oriente Médio e da África. A Reuter se reservou o Império britânico, o Extremo Oriente e o

norte da Europa. As três trocavam notícias entre si, em uma espécie de Tratado de Tordesilhas informativo, cuja existência foi mantida em segredo. Kent Cooper, diretor da norte-americana Associated Press, escreveu com algum exagero que esse foi "o primeiro, o maior e o mais poderoso monopólio internacional do século XIX". Ele também afirmou que à família de banqueiros Rothschild foi atribuída uma influência sobre as agências, que ficava atrás unicamente da exercida pelos respectivos governos.11

Para estender suas atividades em outras regiões do mundo, as agências adotaram o lema "*follow the cable*" [siga o cabo]. Esperavam que um cabo telegráfico fosse instalado, abrindo um novo mercado, para depois abrir escritórios e distribuir notícias aos jornais.

A Havas fundou também, como negócio paralelo, uma agência de publicidade. Alguns jornais regionais pagavam à agência não com dinheiro, mas com espaço. Ela revendia esse espaço a empresas que queriam colocar anúncios nos jornais. Foi o começo de uma agência que passaria a chamar-se Société Générale des Annonces.

Em 1872, a Reuter tentou comprar a Havas, debilitada pelos efeitos da guerra franco-prussiana. Chegou a oferecer o equivalente a 90 mil libras, proposta bem recebida, mas recusada por pressões internas. Havas e Reuter então se associaram para entrar juntas na América Latina, ainda à sombra do Império Britânico, mas de colonização latina. Fizeram um acordo conhecido como "Joint Purse Agreement" [Acordo de Fundo Comum], pelo qual as participariam equitativamente das despesas e dos resultados na região. O objetivo final desse acordo era uma fusão.

O primeiro passo do acordo foi dado em 1874 com a criação da Agencia Telegraphica Reuter-Havas no Rio de Janeiro e escritórios conjuntos em Montevidéu e Buenos Aires. O diretor-geral da agência para a América do Sul era o francês Elie Mercadier. Havia um correspondente no Rio, Ruffier, e outro em Santiago do Chile. No primeiro ano, os gastos foram de 4250 libras.

Além de distribuir notícias aos jornais, a Reuter decidiu instalar um serviço de transmissão de telegramas para particulares, entre América Latina, América do Norte, Índias Ocidentais e Europa, mas colocou na direção um homem sem experiência, "cuja única capacidade parecia ser a de fazer erros", segundo uma história oficial da agência, e perdeu muito dinheiro.

A Havas ficou indignada por ter que compartilhar os prejuízos do desastre. Também estava descontente com as notícias que recebia da América Latina, de escasso interesse para os jornais franceses. Em 1876, a parceria foi desfeita, e com ela a possibilidade de uma fusão. A Reuter saiu da América Latina.

A Havas ficou com o monopólio virtual do mercado da informação internacional da região durante quase meio século. Continuou, porém, dependendo dos ingleses. O cabo submarino até o Brasil era controlado por uma companhia inglesa, a Western and Brazilian (ver pp. 393-4), e a Havas precisou instalar em Londres, em vez de Paris, seu serviço telegráfico para a América do Sul, o Bureau Amsud.

A agência norte-americana Associated Press (AP), uma cooperativa de jornais, fez um acordo

com as três agências europeias em 1870, renovado em 1875, que permitia a Reuter, Wolff e Havas compartilhar as elevadíssimas tarifas telegráficas entre a Europa e os Estados Unidos. O acordo foi ampliado em 1893, quando a Associated Press12 passou formalmente a fazer parte do "cartel" informativo. Concordava em pagar 3600 libras anuais pelas notícias do resto do mundo que recebia delas e se comprometia a não enviar notícias dos Estados Unidos diretamente à América do Sul ou à Europa ou a qualquer território já servido pelas três agências. As "três irmãs", por seu lado, não podiam vender informações diretamente aos jornais dos Estados Unidos ou do Caribe.13 A AP seria a fornecedora exclusiva do cartel das notícias originadas nos Estados Unidos. As notícias que o Brasil recebia dos Estados Unidos, por exemplo, só podiam ser escritas pela AP, que as mandava para a Havas, que por sua vez escolhia as que considerava adequadas e decidia como e quando enviá-las aos jornais brasileiros.

Essas cláusulas nortearam as relações entre as quatro agências durante quatro décadas. Para a AP, o acordo foi decisivo em sua briga com sua principal concorrente, a United Press, que fechou. Anos mais tarde surgiria outra agência com o mesmo nome.

TELEGRAMAS A PREÇO DE OURO

Um sério problema que enfrentaram os jornais e as agências foi o preço extraordinariamente elevado dos telegramas transatlânticos. O historiador oficial da Havas, Pierre Frédérix, diz que os serviços da Amsud para a América Latina eram extremamente sumários e que os assinantes pagavam uma fortuna por eles. Um telegrama de vinte palavras custava vinte libras, o equivalente a cinquenta francos-ouro por palavra.14 Segundo Frédérix, um suntuoso almoço nos restaurantes da moda de Paris, como o *Champeaux* na Place de la Bourse, *Chez Peter's* na Passage des Princes, *Grand Véfour* na Galerie de Beaujolais ou o *Boeuf à la Mode* na Rue de Valois custava cinco francos-ouro.15 Essa comparação talvez seja exagerada, mas dá uma ideia do elevado custo dos telegramas.

Desde o início houve uma declarada animosidade das companhias telegráficas em relação às agências e aos jornais. Além de cobrar caro, chegaram ao ponto de recusar-se a aceitar os despachos da imprensa porque "não eram econômicos". Como controlavam os meios de comunicação, tentaram também controlar a informação que transmitiam, censurando ou negando-se a servir as agências e, para competir com elas, improvisaram um serviço próprio de informações, de curta duração.16

Segundo anúncio publicado no *Jornal do Commercio*, um telegrama de vinte palavras para a Inglaterra custava 90 mil-réis (equivalente a 94 dólares da época); para a França, 92,3; para a Alemanha, 92,7; e para Portugal, 78,5. Em sentido contrário, uma palavra transmitida desde Londres custava 4,8 mil-réis. Um anúncio em *A Provincia de São Paulo* de maio de 1875 informava que, pela tarifa econômica, o preço da primeira palavra transmitida à Inglaterra, a partir de Santos, custava 23 mil-réis e cada palavra adicional custava 5,1 mil-réis. Para a Costa Leste dos

Estados Unidos, 24 mil-réis e 7,1 mil-réis respectivamente. Eram telegramas pagos literalmente a preço de ouro e diamantes.

Quando Ruy Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República, enviou telegramas aos jornais europeus para explicar a política econômica do Governo Provisório, em dezembro de 1889, um diretor do *Jornal do Commercio* comentou que os "telegramas, publicados em Lisboa, em Paris e em Londres devem ter custado muitos contos de réis". Frederico de S. (pseudônimo de Eduardo Prado) escreveu em *Fastos da ditadura militar no Brasil*:

> O sr. Ruy Barbosa, ministro das Finanças (e, ao que parece, ministro do fio elétrico) tem o telegrama fácil, fluido, longo, monótono, por vezes infeliz e frequentemente contraditório. É natural, de resto, que sejam extensos e repetidos os telegramas de quem telegrafa à custa da Nação, para se pôr bem em evidência perante a Europa, deixando numa modesta sombra os colegas bem-amados.

Numa crônica na *Gazeta de Noticias*, em 1902, Olavo Bilac menciona que o *Jornal do Commercio* pagara a peso de ouro as 283 palavras de um telegrama.

CÓDIGOS ENIGMÁTICOS

As agências podiam enfrentar melhor do que os jornais o preço do telégrafo porque entregavam a mesma mensagem a vários clientes. Para reduzir os custos, criaram códigos telegráficos. O dicionário organizado pela Havas possibilitava agrupar 25 mil palavras em francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, português e romeno. A agência tinha também uma lista com quatrocentos "homens ilustres" da Europa. Assim, a palavra "imperfore" transmitida ao Rio de Janeiro significava "o príncipe de Saboia-Carignan morreu"; economizava-se assim 124 francos-ouro.17

O *Jornal do Brasil*, conforme escreveu seu diretor, Rodolpho de Sousa Dantas, ao barão do Rio Branco, também tinha um código telegráfico quando foi lançado, em 1891. "Com ele [...] V. poderá, por sua parte, imaginar outras combinações e me dirá quais, em ordem a pouparmos trabalho e dinheiro, acordando em nomes que signifiquem bancos, instituições, etc."

O uso de códigos e a compressão das notícias em poucas palavras para economizar as despesas telegráficas davam lugar a confusões e mal-entendidos. Na imprensa brasileira, a "tradução" deficiente desses telegramas sintéticos ocasionou a publicação de muitas notícias erradas a ponto de a informação telegráfica cair no descrédito. Ficou famosa a expressão "mentir como um telegrama".

Os jornais reproduziam as curtas e secas notícias da agência que chegavam à redação, sem reescrevê-las para torná-las compreensíveis ou dar-lhes uma sequência narrativa. Na seção de notícias do exterior era colocado um telegrama em cima do outro, conforme chegavam, às vezes repetitivos ou acrescentando detalhes irrelevantes e com frequência truncados, fazendo pouco sentido.

Machado de Assis escreveu sobre as notícias telegráficas: "Não tínhamos ainda este cabo

telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves”. Dizia que a imprensa ainda dependia dos artigos que chegavam por navio: “Há homens simplórios que, desde a inauguração do cabo, estão plenamente convencidos da inutilidade dos paquetes, quanto a notícias. O cabo inutilizou-as”. Mas segundo ele, “nunca os paquetes foram mais necessários do que hoje”. Ele menciona os problemas provocados por telegramas sintéticos e confusos:

> A vocação do telégrafo é um logro. [...] Quando a agência Havas nos disse gravemente que o governo da Inglaterra propusera 4000 libras para o Ceará, houve pasmo e agradecimento nas fisionomias. [...] Toda a gente fiou-se na palavra da agência, cuja gravidade, veracidade e universalidade são conhecidas. Vai senão quando, descobre-se que não houve pedido de libras ao parlamento inglês. Era o inverso do nosso adágio. O telegrama era só para brasileiro ver. [...] Seu mérito é a rapidez; seu defeito é a concisão e a confusão. Tem obrigação de dizer as coisas por meias palavras...18

Em agosto de 1875, a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro escrevia: “Este despacho foi retardado em consequência de ter vindo ininteligível o primeiro que recebemos”.

Alguns erros na “tradução” de telegramas passaram ao folclore do jornalismo e são lembrados até hoje. Durante a Segunda Guerra Mundial, a imprensa argentina publicou uma notícia da agência Reuters com a chegada a Suez do muito importante general Kennelsone, que já tinha morrido. Na verdade, o telegrama era o título de um sumário geral das notícias da Zona do Canal. Percebido o engano, os jornais de Buenos Aires mantiveram o general vivo durante alguns dias, o despacharam para uma viagem de inspeção, até que, finalmente, o mataram num “acidente de avião”.

Um telegrama da Reuters em 1901, “MCKINLEY SHOT BUFFALO”, foi interpretado como uma referência à habilidade do presidente norte-americano William McKinley de caçar búfalos. Um jovem jornalista de Nova York teria desconsiderado a notícia perguntando-se porque os ianques achavam que as caçadas do presidente teriam interesse para alguém fora dos Estados Unidos. Só mais tarde, percebeu-se que, na verdade, McKinley tinha sido assassinado a tiros na cidade de Buffalo, no estado de Nova York.

Em outra ocasião, a imprensa informou que “o almirante no comando da frota turca bombardeou o porto de Dulcigno no Mar Adriático”. Mas o que o telegrama “admiral bombardier dulcigno” informava era o resultado da corrida de cavalos no hipódromo de Newmarket, na Inglaterra.19

Durante a Segunda Guerra, o jornal mexicano *Excélsior* reclamou de um telegrama da Reuters segundo o qual Rudolph Hess, o segundo homem na hierarquia nazista, tinha sido descoberto em Ploughman, na Inglaterra. A notícia correta, transmitida por outra agência, era que Hess tinha sido encontrado por um camponês (“ploughman” em inglês) depois de ter pulado de paraquedas na Escócia, com a aparente intenção de negociar a paz.

Alguns jornais usavam a imaginação para dar vida aos enigmáticos telegramas. Em seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto mostra como o jornal *O Globo*

(jornal fictício que na verdade era uma referência ao *Correio da Manhã*) reescrevia e "enriquecia" os telegramas do exterior:

> Se havia um atentado anarquista ou um terremoto na Europa e o telegrama era por demais conciso, Adelermo tinha o encargo de desenvolvê-lo, de explicá-lo, de reconstruir a cena para o gosto público. Às vezes, pediam-se-lhe mais detalhes; o diretor queria a descrição do complot, a cena da "sorte", à lôbrega luz de um fumarento lampião, em uma mansarda. Adelermo era obediente e fazia.

O jornal *A Noticia*, do Rio de Janeiro, reclamava em maio de 1902 da qualidade dos serviços da Havas, que, apesar de cobrar caro, não dava notícias importantes, como os acontecimentos em Portugal e "as experiências da aeronave Santos Dumont".

Para reduzir sua dependência em relação à Havas, os jornais com mais recursos contavam com correspondentes, a maioria pessoas que moravam fora do Brasil e que eventualmente mandavam comentários. Eram poucos os que tinham algum vínculo de emprego ou que escreviam regularmente. A correspondência chegava por navio. O custo impunha uma enorme parcimônia no uso do telégrafo.

A TRAMPOSA HAVAS

O *Jornal do Commercio* montou um serviço telegráfico internacional via Buenos Aires, mas era pouco satisfatório. Francisco Antonio Picot, que orientava o jornal desde Paris, reclamava continuamente dos erros de informação e achava que manter o serviço era uma perda de dinheiro e de prestígio. "Quero somente repetir que o sistema seguido pelo *Jornal* no tocante a telegramas não presta e que fora melhor acabar com ele e poupar esses cobres. Gastarmos dinheiro grosso para nos desacreditarmos com a publicação de notícias falsas é erro que brada aos céus." Ele teve que reconhecer que, apesar de todas as deficiências, "A experiência tem provado que o que há de melhor neste gênero é o serviço da *tramposa* Havas", e dizia que os telegramas do *Jornal* continham "às vezes notícias de carcará, às vezes falsas".

O redator-chefe do *Jornal* atribuía a inexatidão das notícias aos problemas de transmissão e defendia a manutenção do serviço telegráfico próprio porque recebia notícias que a agência não dava, e também porque, "ficando só em campo, a Havas se aproveitaria da falta de concorrentes". Não há indicação de quanto tempo durou esse serviço telegráfico próprio do *Jornal*, mas certamente não fez competição à Havas (ver p. 389). *O Paiz*, do Rio, por seu lado, instalou um Centro Telegraphico, que nada mais era que uma maneira de revender os telegramas da Havas a outros jornais. No Brasil, o serviço da agência demorou para ser aceito por alguns jornais. *O Estado de S. Paulo* só o contratou em 1890.

Em carta ao barão do Rio Branco, Rodolpho Dantas, do *Jornal do Brasil*, mostrava-se insatisfeito com os serviços da Havas: "V. sabe como a agência Havas está servindo mal; além do serviço dela, que vamos contratar, careceremos pois ser informados também pelos correspondentes sempre que ao critério deles um fato afigurar-se digno de ser telegraficamente

noticiado”.

Ao convidar Joaquim Nabuco para ser correspondente do *Jornal do Brasil* em Londres, Dantas também reclamou da agência: “Você sabe como é insuficiente o serviço da Havas e como carecem os jornais de supri-lo, pedindo aos amigos e correspondentes esse obséquio”. E afirmou ainda em outra carta: “O barão do Rosário — correspondente para assuntos econômicos — só nos casos extraordinários me telegrafará de Londres; o encargo principal dele ali serão cartas quinzenais sobre a situação do mercado e dos negócios financeiros”.

O *Jornal do Brasil* montou uma rede de correspondentes e investiu num serviço telegráfico diário. Informava em 1º de janeiro de 1901:

> Além do serviço combinado com um dos primeiros órgãos de publicidade do continente americano e dos seus correspondentes literários em Lisboa, Porto, províncias de Portugal, Paris e Roma, o *Jornal do Brasil* tem correspondentes telegráficos especiais em Paris, Roma, Londres, Lisboa, Montevidéu e Buenos Aires, recebendo, em média, pelo cabo submarino de seiscentas a mil palavras diárias.

DESCONTOS PARA A IMPRENSA

O elevado custo e a baixa demanda limitaram no início as transmissões da Havas para a América Latina a apenas cinquenta palavras por dia. Os correspondentes da agência na região tinham limites rigorosos para usar o telégrafo. “No mês passado transmitimos menos de 210 palavras da América do Sul”, escreveu um funcionário. Em 1882, a tarifa telegráfica foi reduzida para dezessete francos-ouro. Um diretor da Havas lamentou, no começo do século XX, que “desde há 30 anos não deixamos de explicar à Western [a operadora do cabo submarino] que toda redução de tarifas se traduziria automaticamente num aumento do seu tráfego” e lembrou que no começo “nós mal conseguíamos mandar dez palavras por dia da América do Sul. Nós recomeçamos quando chegamos a 50 e depois a 100 palavras. Daqui a um ano ou dois chegaremos sem dúvida a 700, ou 800 palavras”.20

As companhias telegráficas negociaram com muita relutância descontos especiais para a imprensa. Na França, desde 1878 os jornais conseguiram tarifas reduzidas para mandar telegramas entre as dezesseis e as dez horas. Na Grã-Bretanha o desconto era de 50% das dezenove às sete horas, mas os jornais mais ricos dispunham de um fio especial privado. No Brasil, a Western deu um desconto de 20% para a imprensa nos primeiros anos, que depois ampliou para 50%. Ainda assim, mandar notícias do exterior por telégrafo era um luxo. Os correspondentes continuavam usando o correio marítimo.

Para reduzir os custos, a Havas arrendou da Western Corp. um serviço de cabo. Quando o custo caiu, dos dezessete francos por palavra em 1882 a 1,25 franco em 1911, a agência conseguiu oferecer suas notícias aos jornais por preços bem inferiores e o volume do tráfego disparou. Mas os custos da Havas no Brasil e no resto da América Latina eram normalmente superiores à receita. A agência só conseguiu manter seus serviços na região mediante subsídios do governo.

Uma redução dos custos a partir de 1923, quando passou a transmitir as notícias por radiotelegrafia, melhorou as contas.21

Dada a escassez de notícias de outros estados nos jornais brasileiros, a Havas passou a fornecer também informação nacional. Jornais do Rio e de São Paulo publicavam normalmente notícias de outras regiões assinadas com o "H" da Havas. A agência fez acordos com os governos da América Latina para mandar notícias aos jornais europeus. Em maio de 1903, o diretor-geral para a América Latina fez a seguinte proposta ao barão do Rio Branco, conhecido por não economizar recursos para conseguir uma apreciação favorável da imprensa estrangeira:

> A Agência Havas se incumbiria de transmitir, a seu custo, à Europa e de comunicá-las aos jornais que têm a assinatura de seus serviços, 300 palavras por mês ou 900 por trimestre. O número de palavras que ultrapasse 900 por trimestre seria da responsabilidade do governo e reembolsado por ele segundo a tarifa de imprensa. A transmissão dessas 900 palavras de Londres para Paris, Berlim, Viena, Lisboa, etc., representa uma despesa relativamente elevada, a qual fica por conta da Agência Havas.

O serviço da Havas para a América do Sul, que antes era mandado de Londres, passou a ser retransmitido desde Nova York para Buenos Aires e de lá redistribuído, em espanhol, para os jornais assinantes da região. Ocasionalmente era transmitido em francês diretamente de Paris.

Chegaram ao Brasil outros serviços informativos do exterior, geralmente com patrocínio oficial, que não fizeram concorrência séria à Havas. Miguel Arco e Flexa, que cuidava da informação internacional de *O Commercio de São Paulo*, lembra que havia grande interesse da colônia italiana em 1911 pelas notícias da guerra entre a Turquia e a Itália. Um serviço subsidiado pelo governo enviava as notícias diretamente de Roma para o jornal *Fanfulla*, que as repassava a *O Commercio de São Paulo* em troca de informação nacional.22

No começo do século XIX, quando os investimentos da Alemanha na América Latina cresciam consideravelmente, uma empresa alemã recebeu autorização para instalar um cabo submarino até o Brasil em 1909, competindo com a Western britânica (ver p. 399). Acompanhando o cabo chegou a agência alemã de notícias. A Continental, antiga Wolff, conseguiu renegociar o acordo com a Havas para operar também na América do Sul, ainda que de maneira limitada, mas em 1912 a Havas ficou preocupada com o volume de notícias alemãs, gratuitas ou quase gratuitas, nos jornais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires.

Uma comunicação interna da agência francesa constata: "Os alemães, cuja instalação na América Latina se afirma dia a dia, e com ela o desejo de conquistas comerciais e políticas, que se traduz, notadamente, pela construção de cabos, querem levar à América Latina, em certas circunstâncias, notícias favoráveis aos seus interesses", e afirma que há uma "inspiração governamental" por trás das atividades da Continental.

CHEGAM AS NORTE-AMERICANAS

A Havas recuperou, na Primeira Guerra Mundial, o terreno que perdera para os alemães na

região. Mas, durante o conflito, a agência enfrentou dificuldades. A transmissão dos despachos de Paris a Londres, onde estava a sede do serviço latino-americano, demorava de quatro a 72 horas. Os ingleses controlavam também as informações que trafegavam pelos cabos submarinos para a América Latina. O rigor da censura e a demora das comunicações, em mãos dos britânicos, levaram a Havas a transferir para Nova York o serviço informativo destinado à América Latina.

O maior problema da agência, porém, foi a questão da credibilidade, levantada, como foi visto anteriormente, por Jorge Mitre, diretor do influente jornal *La Nación*, de Buenos Aires. Ele questionou a Havas: "Por que não há comunicados alemães nem austríacos nos seus serviços? Vocês riem de nós…". Ao receber a resposta de que a agência era francesa, cancelou o contrato com a Havas,23 procurou agências dos Estados Unidos, país que ainda era neutro e, portanto, não sofria com a censura ou a pressão do governo. Mitre disse que queria se livrar de um serviço que, sendo defeituoso na origem, não era nem econômico nem eficiente, e que "o Brasil e a Argentina há muito tempo foram considerados terra conquistada" pela Havas. Considerava as informações da agência o "lento veneno" da propaganda.24 Quis contratar as notícias da Associated Press (AP), que se encontrava amarrada pela sua adesão ao cartel de agências e nem respondeu ao telegrama dele.

La Nación assinou em 1916 um contrato com a United Press Association (UP), agência concorrente da AP, e montaram um serviço conjunto para mandar notícias aos jornais latino-americanos.25 Enquanto a Havas tinha que pagar 25 centavos de dólar por palavra para enviar suas notícias de Londres a Buenos Aires, o Departamento de Estado conseguiu que uma empresa telegráfica norte-americana que operava na América Latina cobrasse tarifas reduzidas, mas apenas para as agências dos Estados Unidos, discriminação que tornou ainda mais difícil a vida da Havas na região. A UP vendeu no Brasil seus serviços para *O Imparcial* de José Eduardo de Macedo Soares, *O Paiz* de João Lage, o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*.

Quando os Estados Unidos entraram em guerra contra a Alemanha, em 1917, os censores de Nova York foram ainda mais implacáveis que os da Europa e as linhas de transmissão se mostraram igualmente lentas. Os clientes latino-americanos deixaram de receber os comunicados alemães.

A AP renegociou com uma Havas enfraquecida e passou a atender *La Nación*, que desfez o contrato com a UP. Disse que entrara na América Latina por "razões práticas e patrióticas" e afirmou que as notícias da Havas sobre a América Latina no exterior eram "pouco melhor do que nada".

Para diminuir a imagem negativa dos Estados Unidos na América Latina, o Departamento de Estado sugeriu que a AP contratasse como correspondentes e pagasse altos salários aos diretores dos principais jornais da região, ainda que não escrevessem nada, porque o dinheiro seria reembolsado pelo governo. A agência recusou.

Um dos argumentos das agências norte-americanas para vender seus serviços era a ligação

das agências europeias com o governo, que limitava sua liberdade de informar. A United Press dizia, com bons motivos, que a Havas era financiada e orientada pelo Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de "controlar as notícias que distribuía e pressionar para sua publicação depois de terem passado por um critério puramente político na seção de imprensa do Quai d'Orsay, que exerce um rigoroso controle técnico e financeiro". Mas isso não impedia que tanto a AP como a UP também promovessem, com suas informações, os interesses do governo de seu país, em acordo com ele. Quando o presidente da United Press veio à América do Sul, trouxe no bolso uma carta de apresentação assinada por Woodrow Wilson, o presidente dos Estados Unidos. Kent Cooper, da AP, que estava empreendendo uma "cruzada" para acabar com o cartel europeu, também procurou altos funcionários do governo antes de viajar à região.

As reclamações sobre a parcialidade e qualidade das notícias da Havas logo se estenderam também às agências norte-americanas. Gilberto Amado escrevia que a United Press e a Havas continuavam julgando os brasileiros indignos da verdade, pobres bugres que convinha manter completamente alheios do que acontecia no mundo.

HAVAS ENVENENA A ÁGUA

Depois da Primeira Guerra, o contrato global entre as agências participantes do cartel precisou ser refeito. A AP estava profundamente insatisfeita com a maneira como a Reuter tratava suas informações. Dizia que a imagem dos Estados Unidos no exterior estava sendo deturpada porque a agência "informava ao mundo sobre índios em pé de guerra no Oeste, linchamentos no Sul e crimes bizarros no Norte. [...] Nunca foi mandado nada positivo sobre a América". Segundo um diretor, o noticiário da Havas na América Latina tinha "envenenado a água". Não era correto com os Estados Unidos e não apresentava a vida ou as aspirações americanas, disse esse mesmo diretor. Um observador comentou que os leitores no exterior nada sabiam sobre o progresso norte-americano. Outro disse que, antes da entrada da United Press na região, a visão que a América do Sul tinha dos Estados Unidos era de um Oeste selvagem cujo esporte predileto era assaltar trens, roubar bancos e exterminar índios.26 Curiosamente, anos mais tarde, os países do Terceiro Mundo fariam à AP e às outras grandes agências ocidentais acusações semelhantes, de destacar o trivial, pitoresco e depreciativo, ignorando as notícias positivas e apresentando ao resto do mundo uma imagem negativa e deturpada.

Depois da guerra, a área de influência da Continental, antiga Wolff, ficou limitada à Alemanha e aos países de língua alemã; seu antigo território foi partilhado pela Havas e a Reuters. Um novo entendimento deixava a AP livre para distribuir suas informações na América Latina, mas no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai havia um limite para o número de jornais que podia atender. Além disso, os entendimentos previam uma garantia de receita mínima para a Havas. A AP fez acordos com vários dos principais jornais brasileiros, e O *Correio*

da Manhã foi um dos seus primeiros clientes no país.

Esse acordo foi modificado em 1927 e extinto em 1933, quando já não tinha efeito prático. A América Latina deixava formalmente de ser "território Havas". A agência francesa perdia os restos do monopólio virtual que tinha desde 1875 de informar à região, e a Reuters voltou a colocar timidamente o pé nesse mercado.

A penetração da AP e da UP na América do Sul teve o firme apoio do governo de Washington, que conseguiu que as companhias telegráficas norte-americanas baixassem o preço para as agências norte-americanas para dezesseis centavos por palavra nas transmissões à América do Sul, com o objetivo de tirar a Havas do mercado. O governo francês se prontificou a cobrir a diferença.

Nos fim dos anos 1920 e na década de 1930, o entrosamento entre a embaixada francesa no Rio e a Havas foi considerado "perfeito". A embaixada se movimentava cada vez que aparecia na imprensa uma informação negativa da França e, quando uma medida do governo brasileiro era considerada contrária aos interesses franceses, a agência rapidamente publicava repercussões mostrando como essa decisão tinha sido mal recebida nos meios interessados. A embaixada contava com a "ajuda preciosa" de Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, diretor financeiro do *Globo* e, como explicou ao ministério, uma pessoa extremamente influente.

Em 1933, o embaixador francês no Rio, Albert Kammerer, escreveu à chancelaria dizendo que todos os dias se reunia com o diretor da agência, M. Barthès, e que juntos "combinamos frequentemente que telegramas ele distribuía aos assinantes e que são publicados com frequência. Eu pessoalmente me ocupo desta tarefa, à qual atribuo a mais alta importância". Ele insistia com a Havas para que ampliasse a tarefa de promover a França e mantinha contínuos encontros com diretores de jornais. Tal foi sua interferência que a chancelaria precisou lembrá-lo de que "a maneira discreta de proceder serve melhor aos nossos interesses do que a propaganda", e pediu que evitasse as polêmicas públicas. Aparentemente, a diretriz do ministério teve pouco efeito, pois o embaixador continuou interferindo nas atividades da Havas.27

Apesar da ajuda ministerial, a agência enfrentava problemas financeiros e de qualidade para enfrentar a concorrência da United Press no Brasil. Vendia seus serviços a 24 jornais, que nem sempre pagavam, e a embaixada tinha que insistir para que fossem enviados ao Rio jornalistas de melhor nível, em vez de empregados sem envergadura e sem meios; caso contrário, dizia, as agências norte-americanas tomariam conta, como já acontecera no Chile.

Com o uso da radiotelegrafia a partir dos anos 1920 para transmitir as informações, as agências romperam o monopólio virtual que o cabo submarino teve durante meio século. A primeira estação de rádio de emissão por ondas curtas utilizada pela Havas foi construída em Pontoise, perto de Paris, para servir Brasil, Uruguai e Argentina.

UMA AGÊNCIA GLOBAL

Quando a United Press fez em 1914 o primeiro contrato com *La Nación* era uma agência nacional, cuja função era servir os jornais norte-americanos com notícias dos Estados Unidos e escassa presença no resto do mundo. A situação mudou radicalmente depois de um acordo nos anos 1920 com *La Prensa* de Buenos Aires o jornal de maior prestígio da América Latina, extraordinariamente próspero, que alterou o panorama da informação internacional. O jornal contratou a UP para que instalasse escritórios em vários países e mandasse informações, mas não pediu exclusividade. O custo para *La Prensa* foi astronômico, estimado em 500 mil dólares da época por ano, provavelmente o valor mais alto, em termos reais, até hoje pago por um jornal a uma agência de notícias.

A United Press passou a distribuir, aos jornais do Brasil, da América Latina e depois em outras regiões, as notícias obtidas mediante o contrato com *La Prensa*. Desde então é considerada uma das quatro maiores agências internacionais de notícias, ao lado da Associated Press, Havas (depois Agence France-Presse) e Reuters. Em sua expansão, a UP também foi ajudada pelos preços especiais das companhias de telegrafia dos Estados Unidos para agências de notícias desse país. No fim dos anos 1930, com exceção do Brasil e da Argentina, poucos jornais da América Latina publicavam informações da Havas. O mercado fora tomado pela United Press.

A Reuters tentou voltar muito timidamente, no período entreguerras, depois que o príncipe de Gales, herdeiro do trono britânico, mencionou, na Câmara de Comércio de Manchester em 1931, que em sua viagem pela região ficara preocupado com a "deplorável situação das notícias britânicas na Argentina, Brasil e em outras repúblicas sul-americanas", lamentou que a maioria das notícias fosse de agências não britânicas e sugeriu seguir o exemplo norte-americano de promover seus produtos mediante uma divulgação sofisticada.

Aparentemente, o mundo oficial britânico sentia mais a falta das notícias da Reuters do que os jornais do Brasil e da região. Em maio de 1937, o secretário da Câmara Britânica de Comércio em São Paulo escrevia no jornal *The Daily Telegraph* de Londres: "Durante anos, as Câmaras Britânicas de Comércio têm urgido a necessidade de serviços britânicos de notícias, inaugurados se for necessário com apoio oficial nos estágios iniciais".

A agência britânica fez um acordo com a Havas para operar na América Latina, permitindo em troca que ela entrasse no Extremo Oriente. Teve o encorajamento do Foreign Office e montou um tímido serviço centralizado na Argentina com mil palavras diárias, enquanto os concorrentes distribuíam de 10 mil a 15 mil. Não surpreende que nos dois ou três anos em que esteve na região somente um jornal comprasse suas informações. Foi um fracasso caro.

A Reuters reconheceu que a América Latina era o mercado mais difícil de penetrar. Ironicamente, diz a primeira história oficial da agência, um de seus concorrentes era o serviço telegráfico com propaganda britânica distribuído pelo Foreign Office gratuitamente aos jornais.

Com o fim do cartel das agências, a Havas se agarrou precariamente a uma parte do mercado latino-americano, fazendo em 1933 um acordo para um serviço combinado Havas-AP na América do Sul, que deu poucos resultados.

BRASIL, CAMPO DE BATALHA

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, até entrar na contenda, em 1942, o Brasil foi um movimentado campo de batalha para a propaganda dos países em conflito. As agências dos países aliados eram AP, UP e Reuters; as dos países do Eixo eram a Transocean, alemã, e a Stefani, italiana, que tinham escassa penetração na imprensa brasileira. A Transocean influía nos jornais *Meio-Dia* e *Gazeta de Noticias* do Rio, defensores da Alemanha nazista, e, dos diários de importância, somente o *Jornal do Brasil* publicava seus telegramas; já a Stefani tinha uma presença relevante unicamente no *Fanfulla*, o principal jornal escrito em italiano de São Paulo e admirador do governo fascista. Quando o Brasil entrou na guerra, essas agências deixaram de operar no país.

Durante a guerra, a Havas desapareceu como agência de notícias. Quando a França foi derrotada e parcialmente ocupada pela Alemanha, em maio de 1940, a Havas foi nacionalizada e transformada no Office Français d'Information (OFI), na verdade um órgão de propaganda do governo francês instalado na cidade de Vichy, no sul da França, submisso às diretrizes de Berlim. O OFI enviava notícias assinando Havas, Havas-OFI ou Havas-Telemundial, mas sem revelar sua ligação com a Alemanha.28

A Reuters ocupou e administrou oito dos escritórios da antiga Havas na América Latina, entre eles os do Brasil, empregou seus jornalistas e atendeu seus clientes.29 Era a oportunidade para voltar a um mercado no qual colecionara fracassos. Os custos de transmissão e outras despesas da antiga Havas ficaram por conta do governo britânico, e houve um conflito quando a Reuters passou a enviar aos jornais assinantes desse serviço também os comunicados alemães, contra a vontade do governo que pagava essas contas.

Em Londres, jornalistas da antiga Havas fundaram a Agence Française Indépendante (AFI), com financiamento do governo britânico. A AFI fez um acordo para transmitir, pela rede de comunicações da Reuters, 12 mil palavras por dia aos jornais de América Latina, Europa e Oriente Médio. Funcionavam no Brasil o OFI, do governo francês de Vichy, e a Reuters e a AFI, que dividiam o mesmo escritório no Rio.

A Agence France-Presse (AFP) foi fundada em agosto de 1944, com a liberação de Paris, e ocupou o lugar da antiga Havas como a agência nacional da França. Pode afirmar-se que nasceu de uma cesariana no cadáver ainda quente da Havas, tendo o governo francês como parteira. Ocupou depois da guerra todos os antigos escritórios da Havas na França e no exterior. No Rio, o diretor da sucursal, Gabriel Lacombe, que dirigira anteriormente a Havas e a AFI, lamentou o abandono do nome Havas, muito conhecido no Brasil; mas esse não era seu único problema.

Durante a guerra, o mercado brasileiro e de toda a América Latina já havia sido ocupado pelas agências norte-americanas UP e AP.30

Em alguns anos, a AFP recuperou e ampliou o antigo território da Havas. Em 1950, um terço das notícias de agências internacionais na região tinha sua assinatura, graças, em parte à cobertura esportiva. Um dos de seus redatores foi o primeiro a chamar Pelé de "pérola negra".31

O CONTROLE NORTE-AMERICANO DA INFORMAÇÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial, a imprensa do Brasil e do resto da América Latina ficou numa forte dependência dos Estados Unidos para o fornecimento de insumos básicos: notícias, papel e publicidade — além de eventuais subsídios diretos — dentro da Política da Boa Vizinhança.

Depois que os Estados Unidos entraram no conflito em dezembro de 1941, as empresas norte-americanas diminuíram o volume de publicidade na América Latina. Não tinham o que vender, porque a indústria norte-americana de bens de consumo passara a fabricar material bélico.

Essa perda de receita poderia enfraquecer a imprensa da região, especialmente os jornais, revistas e emissoras de rádio que defendiam a causa dos aliados.32 Quem mudou essa situação foi Nelson Rockefeller, titular do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos (OCIAA), um organismo subordinado ao Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Segundo o pesquisador norte-americano Edward Jay Epstein em *The Rockefellers*, ele conseguiu que o Departamento do Tesouro isentasse de impostos o custo dos anúncios colocados nos jornais da América Latina pelas empresas dos Estados Unidos que cooperavam com o Escritório. Dessa maneira, Rockefeller passou a controlar melhor a opinião dos meios de comunicação latino-americanos.

A publicidade canalizada por meio dessa isenção chegou a representar mais de 40% das receitas dos jornais, revistas e emissoras de rádio latino-americanos, de acordo com Epstein. Os anúncios eram dirigidos aos meios de comunicação propensos a aceitar a orientação política do Escritório — e eram negados aos que não se mostravam muito cooperativos ou eram abertamente favoráveis às potências do Eixo. Em 1941, o volume de publicidade dessa origem distribuído no Brasil era de 4 milhões de dólares; em 1945 o valor era cinco vezes maior: 20 milhões de dólares.

De acordo com Antonio Pedro Tota, como não havia o que vender, a maioria dos anúncios era institucional, mostrando produtos e serviços que o consumidor não podia comprar no momento, mas que teria ao seu alcance quando a guerra terminasse. Rockefeller manobrou habilmente para influenciar alguns dos meios mais importantes da América do Sul. Quando houve uma aguda escassez de papel de imprensa, o Escritório cuidou que as licenças para compra fossem distribuídas unicamente aos jornais amigos.

Segundo Epstein, o Escritório de Rockefeller montou um esforço de propaganda virtualmente sem precedentes na história dos Estados Unidos. Providenciava gratuitamente não apenas editoriais "enlatados", reportagens, fotografias, artigos exclusivos, reportagens e outros materiais, mas também estimulava a circulação de revistas de massa, suplementos e documentários. Sua maior influência foi sobre os pequenos meios de comunicação e sobre aqueles situados no interior, demasiado pobres para assinar agências de notícias e serviços de informação.

O Escritório providenciou viagens aos Estados Unidos a alguns dos mais famosos editores e jornalistas brasileiros, onde aprenderam novas técnicas de jornalismo, e garantiu a concessão de bolsas de estudos para seus filhos. Mais de 1200 jornais e duzentas estações de rádio recebiam das agências de notícias ou diretamente uma dieta diária de 30 mil palavras de "notícias" em português e espanhol. No Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda do governo de Getúlio Vargas participou da divulgação do material, assim como a Agência Interamericana (ver p. 428).

A Gazeta de São Paulo informou em 1941, quando o programa de Rockefeller estava sendo montado, que ele previa a distribuição de filmes norte-americanos, de notícias para levar "a verdade dos fatos" à América Latina, de dinheiro para estimular a solidariedade interamericana e o melhor conhecimento dos Estados Unidos e da realização de pesquisas de opinião pública.

Rockefeller pediu a Kent Cooper, diretor-geral da agência de notícias Associated Press, que emprestasse ao Escritório alguns dos seus jornalistas na América Latina. Cooper recusou, mas, quando os Estados Unidos entraram na guerra, a agência colaborou com o governo. Um jornalista da AP comandou a divisão de Imprensa e Publicações da OCIAA.

O Escritório estimou que mais de 75% das notícias do exterior chegavam à América Latina através de Washington, que fazia uma rígida seleção e monitorava sua divulgação. Provavelmente essa percentagem é exagerada, mas é clara a influência política dos Estados Unidos sobre as informações transmitidas pelas agências e publicadas pelos jornais do Brasil e da América Latina. Segundo Luciano Klockner, "O controle [das notícias] era quase completo, pois a United Press, na origem, definia qual a 'informação' passível de ser divulgada, enquanto a autocensura dos produtores e editores se encarregava de bloquear as notícias de caráter 'duvidoso'". Além disso, para desencorajar pontos de vista diferentes, foi criada uma lista negra de jornais e emissoras de rádio suspeitos de simpatia pelos países do Eixo. Empresas latino-americanas que quisessem fazer negócios com os Estados Unidos eram desencorajadas de manter relações comerciais com esses meios.

George Gallup, que depois se tomaria famoso, e um grupo de cientistas sociais realizaram pesquisas sistemáticas de opinião pública no Brasil. "Observadores" clandestinos, vinculados à Associação Americana de Agências de Publicidade, informavam ao Escritório de Rockefeller sobre a política editorial e as opiniões pessoais dos proprietários e editores de jornais; de maneira sistemática eram organizados dossiês sobre a tendência dos principais veículos de

comunicação da América Latina.

Para reforçar ainda mais a influência norte-americana durante a guerra, o Escritório de Rockefeller incentivou a entrada na região da revista *Seleções do Reader's Digest*, com edições em espanhol e português, e do semanário *Time* com a preparação de edições específicas para a América Latina, também impressas para a região. Mais diretamente, durante a guerra circulou em vários países da América Latina a revista ilustrada *Em Guarda*, a que se seguia em caracteres menores "para a defesa das Américas". Também nessa época, e com o mesmo objetivo de fazer propaganda, foi lançado o programa radiofônico e depois televisivo *Repórter Esso*.

Segundo o professor britânico Jeremy Tunstall,33 depois da guerra as agências norte-americanas de publicidade instaladas na América Latina não encorajavam seus clientes a anunciar em jornais, mas em revistas, rádio e televisão.

O RETORNO DA REUTERS

Depois de entregar à AFP os escritórios da Havas que tinha ocupado durante a guerra, a Reuters decidiu continuar na América Latina. Por um momento, a iniciativa pareceu dar bons resultados e a agência chegou a alcançar na região uma receita superior à que obtinha nos Estados Unidos.34 Ainda assim perdia dinheiro. Os jornais, escassos de recursos, tinham à sua disposição informações mais baratas e trocaram de agência. A Reuters concentrou-se em apenas três países: Brasil, Argentina e Chile. Chegou a conseguir um contrato com *La Prensa* de Buenos Aires, mas sua presença na região era precária. Desde 1950 não tinha um único correspondente na América Latina.

Em 1958, cansada de perder dinheiro, se convenceu de que não conseguiria enfrentar a concorrência e foi embora de novo. Na verdade, os concorrentes ficaram surpresos com o fato de a Reuters ter permanecido durante esse período do pós-guerra na região. Segundo seu diretor-geral, que sugeriu instalar uma agência regional "com o apoio dos interesses britânicos", isto é, com dinheiro do governo, "não havia nenhuma possibilidade de ter um serviço de notícias bem-sucedido na América do Sul a menos que fosse fortemente subsidiado".

A saída precipitada da Reuters deixou uma má lembrança na América Latina. Ruy Mesquita, quando era editor da seção Internacional de *O Estado de S. Paulo*, disse que a última notícia que o jornal tinha publicado sobre a agência era um quadro na primeira página com o título "A vergonha da Reuters": "Seu gerente veio de Nova York, nos telefonou para dizer que o contrato para fornecer notícias estava cancelado, colocou a chave do escritório no bolso e pegou o próximo avião de volta para Nova York". Mas nem todas as notícias da região eram negativas para a agência, que teve bons resultados, especialmente no Brasil, com a Comtelburo (Commercial Telegram Bureaux), seu serviço de notícias econômicas, dirigido não para os jornais, mas para os mercados de bolsa, câmbio, cotações de commodities ou fretes.

A Comtelburo, que fora fundada em 1869 em Liverpool, autorizada a funcionar no Brasil em

1900 e comprada pela Reuters em 1944, tinha na prática o monopólio dessas informações, e tornou-se extremamente rentável. A sede no Brasil ficava em São Paulo e tinha escritórios no Rio, em Santos (café) e no Recife (algodão), e onze agentes no interior. Informava sobre cada embarque de café, cacau ou algodão no momento em que era feito.

Quando a Reuters ganhou musculatura econômica graças à receita da Comtelburo, o diretor-geral, Gerald Long, convencido de que a agência "não podia ser mundial" se estivesse fora da América Latina, determinou em 1964, uma vez mais, o retorno à região, "a mais difícil de todas", cenário de uma série de derrotas e retiradas, apesar do estímulo e do dinheiro do governo.

Como nas outras vezes, a Reuters contou com a ajuda sempre discreta do poder público. Mas agora tinha também a colaboração de treze dos principais jornais latino-americanos em sete países, que montaram em 1970 uma agência regional de notícias em bases cooperativas, a Agencia Latinoamericana de Información (Latin). A Reuters tinha quase metade do capital da empresa. Do Brasil participaram *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Diário Popular*. Quase todos os dezessete jornalistas da Latin eram latino-americanos, e toda a infraestrutura de comunicações, a administração e a gestão financeira, além dos canais de distribuição, eram da Reuters, que também mandava as notícias para seus clientes em outros lugares do mundo. Além das notícias da América Latina de seus correspondentes, a Latin traduzia para o espanhol e o português e distribuía as notícias da Reuters.

Dessa maneira, a agência britânica conseguia um serviço de informações da América Latina com um custo marginal e fazia acordos com vários dos mais poderosos jornais da região. A agência, chamada depois Latin Reuters, chegou a ter mais de 130 clientes, mas a experiência fracassou, porque a empresa perdia dinheiro. Os jornais associados não se entendiam entre si. Antes de fechar, recebeu ajuda do governo da Venezuela.

Para os jornais que participaram, a Latin foi um mau negócio, mas, através dela, a Reuters conseguiu assentar-se finalmente na América Latina, quase um século depois da primeira tentativa. Agora já era uma agência "mundial", como queria Gerald Long. Em 2008, foi comprada pela Thomson, uma empresa canadense de informação profissional. Hoje, a Thomson-Reuters é a maior agência global de informação.

A UP — que mudaria o nome para United Press International (UPI) depois de incorporar a International News Service, do grupo Hearst — foi durante várias décadas a principal fornecedora de notícias para os jornais brasileiros. E entrou em decadência, pediu concordata duas vezes e em 2000 foi comprada pela News World Communications, do reverendo Moon. Hoje, a sigla UPI só é lembrada no Brasil por velhos jornalistas.

Depois da guerra, várias agências nacionais europeias se instalaram no Brasil. Entre elas a Deutsche Presse-Agentur (DPA), uma cooperativa de jornais alemães; a Ansa, italiana, e também uma cooperativa; e a EFE, propriedade do Estado espanhol.

AGÊNCIAS BRASILEIRAS

Em mais de duzentos anos de imprensa o Brasil teve vários jornais de prestígio, mas, apesar de várias tentativas, nunca conseguiu montar uma agência nacional de notícias. Na Europa e nos Estados Unidos, quase todas as agências foram formadas como cooperativas de jornais, que se juntaram para compartilhar os custos. Isso não aconteceu no Brasil nem no resto da América Latina.

O pesquisador britânico Jeremy Tunstall atribui isso às características da imprensa da região.35 Os donos de jornais latino-americanos não se viam como membros de um setor com interesses em comum, mas como rivais políticos e comerciais, o que abriu um espaço para que as agências internacionais, além de trazer informações do exterior, também fornecessem notícias locais aos jornais.

A primeira agência brasileira de notícias e provavelmente a primeira da América Latina foi a Agencia Americana Telegraphica, do Rio de Janeiro, fundada em fevereiro de 1874 pelo banqueiro Manoel Gomes de Oliveira. Num comunicado, ele disse: "Seguindo o exemplo da Europa e dos Estados Unidos busquei fundar, baseado no princípio da associação, uma agência de despachos telegráficos, noticiosos, políticos e comerciais pelo modelo das agências Havas e Reuter da Europa". Assinou um contrato por dez anos com a Western and Brazilian Telegraph Company, "sob vantajosas condições", para a transmissão dos despachos da agência. E concluiu: "A Agencia Americana Telegraphica vai ser, pois, o centro de todas as comunicações telegráficas com as províncias do Brasil, a Europa, a América do Norte, e os Estados do Sul e do Pacífico". Os despachos da agência conteriam informação de "interesse público, político ou econômico; os sucessos importantes, os acidentes graves, o movimento do câmbio, os despachos marítimos, as transações notáveis, a situação dos fundos públicos e títulos particulares".

Gomes de Oliveira disse que o preço das transmissões telegráficas era "excessivo" e que um despacho de vinte palavras do Pará ao Rio e vice-versa custava 40 mil-réis. Mas o assinante da agência receberia sessenta palavras por dia ou 1800 por mês "pagando cada um mensalmente quantia menor ao de um só despacho diário de 20 palavras apenas!". A assinatura era anual ou trimestral, pelo preço de mil-réis diários pagos adiantados.36

A Agencia Americana afirmava contar no exterior com agentes especiais em Antuérpia, Berlim, Gênova, Hamburgo, Havre, Lisboa, Londres, Madri, Nova York, Paris, São Tomás, Viena e, no Brasil, Pará, Pernambuco e Bahia. O representante para o Norte era João de Almeida, "ilustrado jornalista da corte". Como fica evidente pelo texto do comunicado, o principal objetivo da agência era vender aos comerciantes informações econômicas do exterior, além de fornecer notícias à imprensa.

Manoel Gomes de Oliveira publicou a partir de agosto de 1874, também no Rio de Janeiro, o diário *O Globo*, "Orgão da Agencia Americana Telegraphica, dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria", que afirmava ter "completa neutralidade dos partidos

políticos".

O *Jornal do Recife* foi provavelmente o primeiro jornal a publicar no Brasil e na América Latina uma notícia internacional recebida pelo telégrafo. Segundo escreve Luiz do Nascimento, o *Jornal do Recife* divulgou em 30 de junho de 1874 seu primeiro telegrama do Exterior, fornecido pela Agencia Americana, com a qual assinara contrato para receber notícias do exterior e do Brasil.37 Antecipou-se assim a seu concorrente, o tradicional *Diario de Pernambuco*, que publicou no dia 5 de julho de 1874 uma edição extraordinária de uma página, inaugurando o serviço telegráfico nacional, fornecido pela Agencia Americana, ao qual foi acrescido, no fim da segunda quinzena do mês, o noticiário do Exterior, a cargo da Agência Reuter-Havas. Segundo o *Diario*, logo mais os telegramas do país passariam a ser mandados por correspondentes especiais.38

No dia 12 de julho, o *Jornal do Commercio* do Rio imprimia uma notícia de Londres do dia anterior informando que em Paris o marechal Mac Mahan (sic, referia-se a Mac-Mahon, presidente da França) enviara mensagem à Assembleia rejeitando que se votassem as leis constitucionais. Como escreveu Eleazar Díaz Rangel, é possível que a notícia fosse entendida unicamente pela delegação francesa no Rio, e ela provavelmente foi transmitida pela Reuter-Havas39 (ver p. 259).

O projeto da Agencia Americana teve fôlego curto. Para cobrir os custos, teve que aumentar o preço das assinaturas, com poucos resultados. Em outubro de 1874, meses depois do lançamento, *O Globo* ocupava a primeira página inteira para reconhecer que o projeto da agência não tivera a acolhida esperada, dados os preços "onerosíssimos" dos telegramas e, para atrair um número maior de assinantes, anunciava a publicação de um boletim vespertino de notícias de uma folha. Passaria a cobrar 20 mil-réis por mês, em lugar de 60 mil-réis. Numa estranha promoção, prometeu distribuir antecipadamente, entre os assinantes, os lucros que pretendia conseguir no valor de 270 contos de réis.

Em meados de 1875, Manoel Gomes de Oliveira já não era mais proprietário do *Globo*, tendo sido substituído por uma sociedade anônima. O jornal deixou de publicar telegramas e voltou a informar a seus leitores sobre os eventos no exterior por meio dos jornais que chegavam por navio. Fechou em 1878 para ser reaberto em 1881.40

Olavo Bilac participou da criação de uma agência de notícias em 1908, também chamada Agencia Americana, com a ajuda do barão do Rio Branco e patrocinada pelo Itamaraty, que fez um empréstimo de 27 contos de réis. Teve a colaboração de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras. Cásper Libero foi o diretor da agência em São Paulo; mais tarde ele seria diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro e diretor e proprietário do jornal *A Gazeta* de São Paulo.

A finalidade da nova Agencia Americana era informar aos homens de negócios brasileiros sobre as cotações internacionais das commodities, como café, algodão, açúcar e cacau, e das bolsas de valores em Nova York, Paris e Londres; fazia também um trabalho de propaganda divulgando os produtos brasileiros no exterior. Bilac cuidou de todo o planejamento, das

comunicações por telégrafo e até da escolha dos correspondentes no exterior. Ficou indignado com as acusações e insinuações nos jornais sobre as relações da agência com o Itamarary. Qualificado como "picareta" e "mordedor ministerial"; no mesmo ano da fundação, 1908, devolveu o dinheiro do empréstimo apesar da resistência do ministro, deixou a agência nas mãos dos outros sócios e decidiu nunca mais escrever para a imprensa.

As informações a respeito desta segunda Agencia Americana são igualmente escassas e contraditórias. Foi escrito e repetido com insistência que teve curta duração. Miguel Arco e Flexa, que trabalhou no escritório da agência em São Paulo, disse que funcionou entre 1912 e 1914.41 A agência, porém, teve vida mais longa. Martins Fontes viajou a Paris, em 1914, para assumir o escritório da agência nessa cidade. Ele tinha sido o representante da Americana em Santos, junto com Eduardo Machado, e escreveu que o plano de Bilac era admirável e que "todos ainda se recordam em Santos das vantagens da nossa agência. Nunca houve serviço tão rápido, tão exato, tão minucioso, tão bom". Martins Fontes e Machado fundariam depois em Santos a Agência Sul-Americana. Um jornalista português, Reinaldo Ferreira, foi a Paris em 1920 para trabalhar na sucursal da Agencia Americana, que continuou intimamente ligada ao governo. Durante a Conferência da Paz de Versalhes, em Paris, o diretor da sucursal era também o chefe do setor de imprensa da embaixada. A sucursal de Lisboa foi chefiada pela jornalista portuguesa Virgínia Quaresma, que trabalhara durante vários anos como repórter nos jornais do Rio de Janeiro.

Durante décadas, os principais jornais brasileiros publicaram diariamente telegramas do exterior assinados pela Agencia Americana. Na Revolução de 1930, com a tomada do poder pela Aliança Liberal, a sede no Rio foi invadida e destruída pela multidão, assim como todos os órgãos de imprensa que tinham apoiado o governo de Washington Luís. Não foi relançada.

No fim da década de 1920 operavam no Brasil outras duas agências, a DTM, com notícias nacionais, e a Agência Brasileira de Notícias (ABN), em 1924, com informações do Brasil e do exterior, principalmente da Europa. A ABN foi fundada por Jaime Adour da Câmara, em associação com o poeta Américo Facó. Em 1927, o também poeta Raul Bopp foi nomeado diretor em São Paulo e, segundo ele, conseguiu um razoável destaque na imprensa paulista. Depois de várias mudanças de controle, a ABN hoje forma parte do grupo de mídia ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, liderado pela Record.

Nos anos 1930 começou a funcionar a Agência Nacional, de caráter oficial, inicialmente sob a orientação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), produzindo informações para a Voz do Brasil. Em 1979 foi transformada em Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e em 1988 mudou para Radiobrás — Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com a fusão das duas. O serviço informativo da antiga EBC passou a ser elaborado pela Agência Brasil (ABr). Em 2007, todos os serviços jornalísticos dependentes do governo federal foram colocados sob a égide da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A União Jornalística Brasileira foi criada por Menotti del Picchia em 1934 e comprada três

anos mais tarde por Monteiro Lobato. Durante um tempo defendeu a Itália fascista e o integralismo de Plínio Salgado. Assis Chateaubriand fundou a Agência Meridional, mas seu escopo era limitado: distribuía as informações produzidas pelos órgãos dos Diários Associados em todo o Brasil para os jornais do grupo e para outras publicações.

A Agência Interamericana, através de acordo com o Escritório de Assuntos Interamericanos de Washington, teve como principal função durante a Segunda Guerra Mundial traduzir e divulgar nos jornais e nas emissoras de rádio informações vindas dos Estados Unidos favoráveis aos Aliados. Também passou a produzir reportagens e artigos no Brasil, alguns dos quais escritos por Carlos Lacerda. Tinha sede no Rio e era dirigida por Armando d'Almeida; o chefe do escritório de São Paulo, onde trabalhou Cláudio Abramo, era Arnaldo Pedroso d'Horta (ver p. 420).

Duas outras agências foram fundadas naquela época: a Transpress e a Agência Sul-Americana de Notícias (Asapress), que funcionou de 1943 a 1951, foi relançada e passou a ser operada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil, até desaparecer durante a ditadura militar.

A Press Parga foi outra tentativa de montar uma agência noticiosa brasileira, na qual também trabalhou Cláudio Abramo. Era um empreendimento precário: não tinha repórteres e reescrevia as informações publicadas pelos jornais e as mandava para os clientes de outras cidades.

Ante a falta de uma grande agência nacional, os principais jornais tiveram que montar, individualmente, uma cara estrutura própria para cobrir as notícias do país, ainda que de maneira não totalmente satisfatória, com sucursais ou correspondentes nas grandes cidades. As dificuldades econômicas dos últimos anos os levaram a reduzir drasticamente a cobertura nacional. Os jornais menores, incluindo os regionais, renunciaram quase que completamente a ter informação própria fora das cidades em que eram editados.

Nas últimas décadas, os grandes jornais de influência nacional, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* criaram suas próprias agências de notícias. Trata-se de uma solução precária, pois falta a eles a estrutura de uma agência. Na verdade, sua principal função é distribuir suas informações e suas colunas de opinião a jornais menores, tratando-se de um subproduto. A prioridade não eram os clientes, mas os jornais do mesmo grupo, para os quais até recentemente reservava notícias exclusivas.

Ainda assim, dada a falta de uma agência nacional, são essas agências dos grandes jornais que fornecem as informações nacionais e regionais aos jornais menores. É um noticiário concentrado em temas políticos e econômicos e complementado com as opiniões dos colunistas, mas são poucas as notícias do Brasil fora do triângulo Brasília-Rio-São Paulo; essas agências, e os jornais que as controlam, ignoram com frequência o que acontece no resto do país. Como resultado, o Brasil é mal coberto por sua própria imprensa.

As agências estrangeiras instaladas no país também distribuem notícias nacionais aos jornais brasileiros, mas seu principal objetivo é a informação sobre política, economia e negócios e seus

maiores clientes são as instituições financeiras.

A cobertura do exterior é ainda fornecida pelas agências internacionais. O número de correspondentes brasileiros no exterior é muito reduzido. Como ao longo da história de sua imprensa, o Brasil ainda vê o mundo através de olhos estrangeiros.

4. Instalações gráficas

IMPRESSÃO

Se um impressor dos tempos de Gutenberg, em meados do século XV, fosse enviado às oficinas de *A Provincia de S. Paulo* em 3 de janeiro de 1875, não teria grandes dificuldades para adaptar-se ao equipamento que estava imprimindo o primeiro número do jornal. O rústico prelo Alauzet manual, comprado no Rio de Janeiro de segunda mão, era metálico, mas não muito diferente das impressoras que ele conhecia. A enorme roda de ferro era ainda movimentada a mão — embora o concorrente *Correio Paulistano* já contasse com uma Alauzet acionada a vapor. Imprimia a primeira e a quarta páginas e, depois, do outro lado do papel, a segunda e a terceira.

Como no tempo de Gutenberg, o texto era composto manualmente, letra por letra. O impressor do passado também não estranharia a precariedade das instalações: a oficina era pobremente iluminada por duas velas de sebo, cujo consumo era controlado com rigor pelo gerente. Talvez encontrasse diferença na falta de preparo dos impressores, alguns negros livres, pois o jornal combatia a escravidão, recrutados às pressas e com alguma dificuldade no largo da Misericórdia e nas proximidades da Caixa d'Água, e colocados para trabalhar sem praticamente nenhum treinamento.

Essa cena típica dá uma ideia da precariedade da infraestrutura gráfica da imprensa brasileira na maior parte de sua história: equipamentos obsoletos, falta de mão de obra qualificada e uma gestão preocupada em administrar recursos escassos. Isso não significa que a imprensa brasileira não contasse, ocasionalmente, com equipamentos gráficos à altura das publicações mais adiantadas do exterior. Os prelos em que foram impressas as primeiras folhas, a partir de 1808, por exemplo, eram os mais modernos da época; os parques gráficos dos diários atuais não ficam atrás dos da imprensa norte-americana ou europeia. Mas a maioria dos jornais, durante mais de duzentos anos, deparou com impressoras antiquadas, falta de tinta e de papel, escassez de tipógrafos e impressores. Como um século atrás observou o *Jornal do Brasil*, "os jornais argentinos superam os brasileiros no que se refere à confecção gráfica, por contarem com oficinas melhor aparelhadas".

A precariedade do parque gráfico afetou negativamente o desempenho da imprensa. A

impressão deficiente tornava difícil a leitura dos jornais, a lentidão dos equipamentos atrasava sua saída, a baixa capacidade fazia com que o número de exemplares impressos nem sempre conseguisse atender a demanda potencial.

As insuficiências do parque gráfico eram frequentemente uma consequência da escassez de divisas, que tornava problemática a importação de equipamentos. Houve períodos de exceção, como nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, durante o governo do presidente Dutra, quando a imprensa conseguiu modernizar-se, depois de um longo período de obsolescência. No entanto, já na década de 1950, a importação voltou a ser dificultada. Nesse período, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, que se caracterizou pelo design gráfico inovador, teve que adaptar-se a uma impressão deficiente por causa da longa espera pela licença para importar uma rotativa. A *Última Hora*, lançada nessa mesma década, foi um modelo de jornalismo moderno, mas seus equipamentos foram sempre extremamente precários. Carlos Lacerda, que editava a *Tribuna da Imprensa*, seu concorrente, dizia que o jornal era impresso numa máquina de moer cana. A *Folha de S.Paulo* demorou vários anos para conseguir a licença de importação de uma rotativa.

No fim dos anos 1960, o governo militar isentou de impostos a entrada de materiais para diversos setores, inclusive a indústria gráfica, através do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (Geipag), permitindo a renovação dos equipamentos dos jornais, extremamente defasados. O seguinte período de modernização do parque gráfico se deu a partir dos anos 1990, depois da abertura dos mercados no governo Collor.

NO BRASIL, OS PRELOS MAIS MODERNOS

A imprensa brasileira começou bem equipada. A frota que trouxe o príncipe regente d. João e a Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 transportou também várias caixas de tipos e dois prelos Stanhope. Haviam sido comprados em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e estavam ainda no cais em Lisboa quando foram embarcados precipitadamente no navio *Medusa*. Nelson Werneck Sodré afirma que se tratava de "rudimentares impressoras de madeira, compradas na Inglaterra por 100 libras esterlinas".1 O preço foi esse mesmo, mas as impressoras não eram nem rudimentares nem feitas de madeira.2

Os prelos Stanhope, desenvolvidos em 1800, eram os mais modernos da época, e representaram o maior avanço das artes gráficas desde Gutenberg. Receberam o nome de seu inventor, Lorde Stanhope. Eram resistentes e duráveis. Foram os primeiros prelos fabricados com ferro fundido, com exceção da base de madeira, e incorporavam alavancas que possibilitavam uma pressão maior e mais uniforme sobre o papel, melhorando a qualidade da impressão e exigindo menos esforço do impressor. O *The Times* de Londres, que usava esses prelos, fazia cerca de duzentos impressões por hora, mas alguns jornais conseguiam uma produção maior. Podiam imprimir também folhas maiores que as habituais, e seu preço era

muito superior ao dos prelos de madeira. Como Stanhope não quis patentear seu invento, para estimular seu uso, o prelo passou a ser fabricado em vários países. Foi mencionado por Honoré de Balzac no romance *Ilusões perdidas* (ver figura 26).

Sobre sua robustez é suficiente dizer que até o começo da década de 2010, um prelo Stanhope construído na França estava em funcionamento em Alcázar de San Juan, na Espanha, na Imprenta Castellanos, imprimindo cartazes de touradas. Fora comprado em 1847 por José Castellanos, bisavô do proprietário. É um dos raríssimos casos de um equipamento de impressão usado pela mesma empresa no mesmo prédio por um período tão longo.[3]

Os prelos Stanhope foram utilizados, ainda em 1808, pela Impressão Régia no Rio, que neles imprimiu livros, material para o governo e o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*. Outro prelo do mesmo fabricante entrou em funcionamento na Bahia em 1811, na tipografia de Silva Serva, que imprimiu o periódico *A Idade d'Ouro do Brazil*.

O Brasil foi provavelmente o primeiro país a utilizar um prelo Stanhope fora da Inglaterra. Aos Estados Unidos, só chegou em 1811. E por causa das guerras napoleônicas, que dificultaram o comércio com a Inglaterra, os países do continente europeu só tiveram acesso a esse prelo depois da derrota de Napoleão Bonaparte. A França somente teria importado seu primeiro Stanhope em torno de 1814;[4] segundo James Moran, ele chegou à Alemanha em 1815 e à Suécia em 1828.[5]

Os Stanhope instalados na Impressão Régia foram usados como modelo para fabricar prelos de madeira. Em 1810 um desses prelos e caixas de tipos foram remetidos à Província Cisplatina, atual Uruguai. Numa tentativa de reduzir a dependência do exterior e incorporar uma nova tecnologia, a Impressão Régia começou também a fundir tipos para composição, mas a iniciativa não teve continuidade (ver p. 110).

Houve uma tentativa de enviar um Stanhope a São Paulo, onde fora instalada uma fundição, a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema na atual região de Sorocaba, como modelo para a construção de outros prelos metálicos. Affonso A. de Freitas diz que a Junta Diretora da Imprensa Nacional, sucessora da Impressão Régia,

> separou e encaixotou um velho prelo de ferro fundido do inventor Stanhope e que, na época, seria o que de melhor e mais perfeito existisse no Brasil se não estivesse estragadíssimo pelo uso, na ideia, diz a Junta em sua resposta ao governo, de que, existindo em S. Paulo fabrica de fundição de ferro, pudesse ele servir de modelo e em tempo oportuno ser a Imprensa Nacional suprida de prelos de ferro em substituição dos de madeira ali existentes "já muito deteriorados e que cada dia iam sendo mais".[6]

Porém, nunca saiu do Rio e o Brasil não chegou a fabricar prelos de ferro fundido.

A informação de Affonso de Freitas sugere que o prelo "estragadíssimo" instalado na Impressão Régia não teria recebido a manutenção apropriada, um problema comum na época. O *Jornal do Commercio*, estampado pelo livreiro e editor francês Pierre Plancher também num Stanhope, trazido na bagagem quando desembarcou no Brasil, não era modelo de qualidade

gráfica; era considerado um periódico "grosseiramente impresso".

Durante o Primeiro Reinado, o Brasil importou outros equipamentos gráficos modernos, robustos e fáceis de usar. O primeiro prelo que chegou a Pernambuco, em 1817, foi um Columbian. Era um equipamento metálico, de boa aparência, com um sistema de manivelas que requeria menos esforço dos impressores. Tinha sido inventado por George E. Clymer nos Estados Unidos apenas três anos antes, em 1814, mas só foi bem aceito depois que ele mudou para a Inglaterra. Tinha na parte superior uma imponente águia em ferro fundido, com as asas abertas e um ramo de oliveira no bico, pelo que o prelo era também conhecido nos Estados Unidos como "Eagle" [águia], e no Brasil como "prelo da águia". Foi o primeiro fabricado em grandes quantidades.

O Maranhão importou de Londres uma prensa Columbian em 1821, mas a tipografia não tinha caracteres apropriados para a língua portuguesa. Também em 1821 a Typographia Nacional de Pernambuco pagou cerca de 3,2 mil-réis para adquirir uma Columbian. Alagoas e Paraíba receberam uma prensa dessa marca dois anos depois.7 Laurence Hallewell afirma que o prelo Columbian da Paraíba assim como o que chegara a Pernambuco em 1821 teriam sido importados da Inglaterra, o que parece correto.8

Um prelo mais fácil de usar, o Washington, foi desenvolvido nos Estados Unidos por Samuel Rust, que o patenteou em 1821, mas começou a fabricá-lo vários anos depois. De estrutura muito mais leve que o Stanhope ou o Columbian, tinha uma alavanca articulada, em lugar das manivelas dos outros prelos, e uma mola. Só chegou ao Brasil em 1847, importado por uma tipografia do Maranhão. Tal foi sua aceitação que alguns anos depois já havia em São Luís onze prensas Washington. Uma delas fora importada, em 1848, pelo jornal *O Progresso*, o primeiro diário maranhense.

A utilização desses prelos indica que vários dos primeiros jornais brasileiros eram estampados nos equipamentos mais modernos da época, mas não houve renovação do parque gráfico. O Brasil demoraria várias décadas para contar com máquinas de impressão cilíndrica, movidas a vapor, como a que o *Times* de Londres introduzira em 1814.

VELHAS PRENSAS DE MADEIRA

A maioria das tipografias brasileiras não podia pagar o elevado preço de um Stanhope ou de um Columbian. Quase todos os jornais eram impressos em prelos de madeira, feitos no Brasil. Hallewell diz que nove prelos de ferro equivaliam a quase trinta de madeira. Havia prensas de modelo muito antigo, de "parafuso", mais parecidas à de Gutenberg que ao prelo de Stanhope, feitas no Brasil.

A primeira prensa brasileira foi feita em Vila Rica, pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes, que aprendera artes gráficas na tipografia do Arco do Cego em Lisboa. Ele utilizou a técnica da calcografia para gravar, em placas de cobre, um poema em homenagem ao

governador de Minas Gerais em 1807 e o imprimiu numa pequena prensa doméstica (ver p. 335). Em 1820, construiu um prelo a pedidos de um chapeleiro e sapateiro português, Manuel José Barboza Pimenta e Sal, a quem ensinou a moldar e fundir tipos metálicos. Barboza montou um estabelecimento completo, a Officina Patricia de Barboza e C., usada para a impressão do jornal *Abelha do Itaculumy*. O padre Viegas escreveu ao imperador que tinha concluído "a prontificação de uma tipografia que bem merece o epíteto de 'Patrícia' pelo emprego de letras e máquinas construídas na mesma imperial cidade", e pedia isenção do serviço militar para os empregados. Esse prelo fora construído para uso próprio. Estima-se que em 1828 havia seis tipografias em Minas Gerais, todas com prelos de madeira fabricados no país. No Pará, João Francisco Madureira fabricou um prelo próprio e moldou tipos, também em 1820.

Antes deles, em 1814, o português Manuel António da Silva Serva, que instalara uma tipografia em Salvador e já publicava a *Idade d'Ouro do Brazil*, o segundo jornal impresso no país, informou ao príncipe regente d. João que não seria preciso recorrer à Europa cada vez que fosse necessária uma nova prensa de impressão. Ele

> se propôs a fazer construir no país os prelos de que se carecessem para ampliar a oficina, e não é sem prazer que ele conseguiu fazer acabar o primeiro, o qual em nada cede aos que mandou vir de Lisboa, mas antes na opinião dos entendedores lhe é muito superior pela perfeição das peças, pelo arranjo e a disposição da máquina e pela maior facilidade de execução, em abono do que tem o suplicante a honra de pôr na augusta presença de v.a.r. [Vossa Alteza Real] o impresso junto, primeiro fruto do novo prelo.

Silva Serva queria uma licença para cortar e exportar para a Inglaterra 5 mil quintais de pau-brasil — na época monopólio da Fazenda Real — e aplicar o lucro na construção dos prelos. A petição foi negada. Ele pediu também, nesse ano, permissão para instalar uma fundição de tipos dentro da oficina tipográfica, mas não há notícias de que tivesse recebido autorização ou de que os tipos tivessem sido fabricados.

No exterior, a velocidade dos prelos manuais era de duzentas a 250 impressões por hora, ou até mais. No Brasil os dados são imprecisos. Há referências a que o prelo da tipografia de *O Farol Paulistano*, primeiro jornal de São Paulo, conseguia imprimir apenas 25 jornais por hora ou 225 por dia em nove horas de trabalho, um número excessivamente baixo. Esse prelo funcionou até 1879.

O *Jornal do Commercio* do Rio, ao importar em 1836 a primeira impressora automática do hemisfério sul, explicou a seus leitores que, como tinha mais de 2 mil assinantes, seus dois prelos de ferro não davam conta da impressão, que só terminava de manhã, de modo que o jornal não podia ser entregue antes das dez horas ou onze horas. Teve que mandar vir de Paris um prelo mecânico (fabricado pela casa Firmin Didot ou Selligne, com cilindros distribuidores de tinta sobre as formas), "o primeiro que passou o Equador". Em lugar das dez horas anteriores, a impressão do jornal demorava apenas duas. Pouco depois, o *Jornal* afirmava possuir o maior parque gráfico do Rio de Janeiro e certamente também do Brasil: três impressoras mecânicas e

quatro manuais. Mais adiante disse que importou a primeira rotativa e a primeira linotipo. Em 1900 tinha doze linotipos e três monotipos.

Os jornais brasileiros também importaram equipamentos Alauzet, que tinham uma enorme roda metálica, acionadas primeiro manualmente e depois a vapor. Vieram, igualmente, impressoras Marinoni, fabricadas em Paris, que eram máquinas planas, com alta velocidade de impressão.

AS PRIMEIRAS ROTATIVAS

A substituição das máquinas de impressão plana pelas rotativas permitiu uma impressão mais rápida, um incremento da tiragem dos jornais e uma grande redução dos custos. Para imprimir com a máquina plana, a folha de papel é colocada sobre a forma com as letras já entintadas, e depois prensada. As rotativas imprimem pressionando cilindro contra cilindro. Sobre a forma com a composição já montada, coloca-se uma folha de papel machê de estereotipia, que depois é prensada, de maneira que as letras são gravadas na superfície. Essas folhas são usadas para formar as "telhas", que se adaptam ao cilindro da rotativa. A impressão é feita em bobinas de papel contínuo.

As rotativas começaram a ser introduzidas lentamente no Brasil no fim do século XIX e início do XX, adquiridas da francesa Marinoni. Tanto a *Gazeta de Noticias* como o *Jornal do Commercio*, ambos do Rio, e *O Estado de S. Paulo* alegaram terem sido o primeiro diário brasileiro a importar uma, mas a primazia cabe provavelmente à *Gazeta de Noticias*.

No começo do século XX, vários jornais brasileiros encomendaram rotativas especialmente feitas para eles, como *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e *Correio da Manhã*, que conseguiu atender uma demanda reprimida por falta de capacidade de impressão e pela escassez de papel.

Um equipamento intermediário entre a impressora plana comum e a rotativa é a máquina rotoplana. As primeiras unidades foram desenvolvidas ainda no século XIX. Mais lentas que as rotativas, mas de preço muito inferior, foram muito usadas até recentemente por jornais diários de pequena circulação no interior do Brasil.

A partir da década de 1960, as rotativas tipográficas, conhecidas como letterpress, passaram a ser substituídas por rotativas offset, que utilizam o processo litográfico de impressão indireta, com melhor qualidade e reprodução da cor. O jornal pioneiro na América Latina foi provavelmente o *BP Color*, do Uruguai. No Brasil, o primeiro a utilizá-la foi o *São Paulo Shimbun*, um jornal da colônia japonesa, seguido por *Correio Braziliense*, *Brazil Herald*, *Cidade de Santos* e o *NH*, de Novo Hamburgo (RS). A *Folha de S.Paulo* foi um dos primeiros diários do mundo com tiragens superiores a 250 mil exemplares a ser impresso em offset. *O Globo* seguiu seu exemplo alguns anos depois.

A escolha errada na hora de renovar os equipamentos causou sérios transtornos a alguns dos maiores e mais tradicionais jornais brasileiros. Na década de 1970 *O Estado de S. Paulo* teve que

decidir se encomendava as tradicionais rotativas tipográficas ou as novas rotativas offset, para sua nova sede, e escolheu a tecnologia antiga. Somente nos anos 1990 é que optaria pelo offset, quando já não era tão moderno. O mesmo erro de avaliação foi cometido pelo *Jornal do Brasil*, que encomendou rotativas tipográficas, também nos anos 1970, ao mudar de sede. Mas, ao contrário do *Estado*, nunca teve oportunidade de corrigir seu erro. Nos anos 1990, em meio a uma crise financeira, sem condições de investir para renovar seu parque gráfico, preferiu contratar os serviços de impressão de *O Dia*.

A partir de meados do século XX, os jornais brasileiros deram preferência às impressoras norte-americanas. Nas décadas seguintes, a indústria alemã detinham 50% do mercado mundial de rotativas, mas no Brasil a norte-americana Goss-Rockwell controlava 90%. Durante a renovação gráfica dos jornais iniciada em 1990, a MAN Roland, alemã, conseguiu pôr o pé no mercado. No entanto, alguns especialistas afirmam que os equipamentos europeus, projetados para jornais com menos páginas, menos cadernos e menos cor, eram pouco adequados às necessidades brasileiras e precisaram ser continuamente adaptados.

O JORNAL, LETRA POR LETRA

Durante quase um século, os jornais foram compostos manualmente, como no tempo de Gutenberg. O tipógrafo (compositor) pegava com uma mão os tipos das caixas, um por um, e os colocava num "componedor", uma espécie de régua metálica que levava na outra mão, montando o texto. Com prática, conseguia compor de 1200 a 1500 caracteres por hora, talvez 10 mil por dia. Um jornal diário precisava de vários compositores. Num periódico de quatro páginas, como a maioria das folhas do início do século XIX, a composição manual podia demorar dezesseis horas.

Houve várias tentativas, ao longo do século XIX, de substituir a composição manual, demorada, pela mecânica, sem resultados satisfatórios. O francês Ambroise Firmin-Didot, um dos mais renomados especialistas em artes gráficas, escreveu em 1851:

> As máquinas para compor tipos que pretendem substituir a mão de obra não tiveram até agora nenhum sucesso, apesar de todos os sistemas novos que oferecem os engenheiros. Eu acredito que a composição nunca será executada satisfatoriamente por uma máquina; quanto à distribuição mecânica, os operários a consideram como impossível.

Os jornais brasileiros fizeram tentativas de introduzir a composição mecanizada. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro comprou em 1885 equipamentos de composição da empresa dinamarquesa Kustedein, para as notícias de última hora, mas foram retiradas do serviço em 1890 por não darem o resultado esperado: perdia-se tempo e não se economizava mão de obra.

Somente com a invenção da linotipo, no fim do século XIX, a máquina substituiu o compositor manual. A linotipo tem um teclado semelhante ao de uma máquina de escrever; quando esse teclado é acionado, as matrizes das letras metálicas se colocam automaticamente uma ao lado

da outra formando linhas. Cada linha é fundida com o chumbo derretido de uma pequena caldeira. As linhas são depois montadas manualmente numa forma, a rama, que é um quadrado metálico, para formar as páginas para impressão. O processo era conhecido como "composição a quente". Uma linotipo conseguia 10 mil caracteres por hora, o que acabou provocando desemprego entre os compositores.

Francisco Antonio Picot, o administrador do *Jornal do Commercio*, escreveu em agosto de 1889 uma carta a José Carlos Rodrigues, colaborador do jornal que no ano seguinte adquiriria seu controle. Nela, disse ter lido no *The Times* de Londres notícia da abertura de uma subscrição para lançar em Londres uma nova máquina de compor, a linotipo. Mandou pedir uma brochura com explicações dessa "maravilhosa invenção. Vi tudo e estou com a cabeça tonta, tal é a minha admiração".

As primeiras linotipos usadas no Brasil foram importadas pelo *Jornal do Commercio* em 1903. O segundo jornal a usá-las, em 1905, foi o *Fanfulla*, um diário feito em São Paulo para a colônia italiana. *O Estado de S. Paulo* demorou em introduzir linotipos em sua oficina: Julio Mesquita disse que seria o último a montar as máquinas de compor, porque ameaçavam arruinar a classe tipográfica. O último dos diários importantes foi o *Correio da Manhã*. Em 1927, a oficina do *JC* contava com 32 linotipos.

As linotipos não apenas aceleravam e barateavam o custo da composição: permitiram também aumentar com facilidade o número de páginas dos jornais para publicar mais informações e anúncios.

Na guerra dos jornais, o *Correio da Manhã*, talvez o mais agressivo da época, acusou em 1906 *O Paiz* e o *Jornal do Brasil* de lesar o fisco ao tentar retirar da alfândega oito linotipos como se fossem máquinas de escrever, para pagar menos impostos. As linotipos não tinham classificação aduaneira e deveriam pagar 15% *ad valorem* como máquinas de oficinas.

O reinado da linotipo durou menos de um século. A composição a quente, com chumbo derretido, foi substituída em todos os jornais pelos equipamentos computadorizados de fotocomposição a frio. Os jornais brasileiros estiveram entre os primeiros do mundo a adotá-la. As linotipos, um dos mais complexos equipamentos já fabricados, se transformaram em peças de museu.

A ETERNA ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA

A escassez de mão de obra especializada nas oficinas foi um problema do qual se ressentiu continuamente a imprensa diária e toda a indústria gráfica brasileira. Já no Brasil holandês, no começo do século XVII, Maurício de Nassau insistia na remessa de um prelo e um tipógrafo, que não chegaram. Os jesuítas instalados na região das missões pediram em vão a seus superiores em Roma que enviassem um irmão douto em artes gráficas, mas tiveram que treinar guaranis para imprimir livros e obras religiosas.

Para operar os equipamentos da Impressão Régia no Rio, foi necessário dispensar alguns soldados que estavam embarcados na nau *Príncipe Real* e vários grumetes da nau *Medusa*, a mesma que transportou os prelos que estavam em Lisboa, por terem prática no serviço de tipografia. Além disso, uma das primeiras providências da Impressão Régia foi treinar aprendizes para composição e impressão.

Na Bahia, Silva Serva, dono do jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, informou ao príncipe regente d. João que mandara vir de Lisboa um hábil mestre livreiro para criar aprendizes e habilitar oficiais, "de que aliás não há conhecimentos alguns na Bahia", e pediu isenção do recrutamento das Tropas de Linha e Miliciana para todos os empregados da oficina tipográfica. Silva Serva recrutava meninos entre doze e quinze anos que soubessem ler, escrever e contar como aprendizes. Empregava um impressor-chefe, quatro impressores, seis aprendizes e um encadernador. Quando em 1814 ampliou a tipografia, foi a Lisboa para contratar um compositor e outro impressor.

Pernambuco obteve uma autorização para importar uma tipografia em 1817, mas não conseguiu colocá-la em funcionamento por falta de tipógrafos; só funcionou no ano seguinte graças a "dois frades, um inglês e um marinheiro francês" que entendiam da arte gráfica. O Maranhão teve que trazer de Portugal um impressor e um tipógrafo para operar o equipamento importado da Inglaterra. Era contínuo o pedido das oficinas gráficas para isentar os empregados do serviço militar, pois não teriam como substituí-los. Quando um governador da província de São Paulo quis punir o *Correio Paulistano* pelas suas críticas, convocou os tipógrafos para a Guerra do Paraguai; o jornal deixou de ser impresso diariamente e só conseguia circular esporadicamente com tamanho reduzido. Os tipógrafos eram bem remunerados: em Pernambuco, segundo Pereira da Costa, ganhavam cem réis para compor mil letras.

Na época, eram necessárias pelo menos cinco pessoas para acionar uma tipografia com prelo manual: mestre, impressor, compositor, revisor de provas e encadernador. O historiador norte-americano Jeffrey L. Pasley, que descreveu o trabalho de impressão nos prelos manuais dos Estados Unidos, afirmou que os impressores formavam uma elite dentro da classe trabalhadora, mas o trabalho em si era sujo e mal-cheiroso, e requeria grande esforço físico.[9] Os aprendizes preparavam bolas de pele de ovelha, que eram empapadas em urina para aumentar a suavidade e espremidas na mão, usadas para entintar os tipos.[10] A tinta era com frequência feita no local. Era necessário molhar o papel, "bater" os tipos com as bolas de pele de ovelha empapadas de tinta ou com o tampão. Para imprimir, acionava-se a manivela que baixava a platina, fazendo pressão sobre os tipos.

Dois operários experientes podiam imprimir, na melhor das hipóteses, 240 folhas por hora, por um lado, para depois imprimir o outro lado. Feita a impressão, tinham que dobrar o papel. Um jornal semanal com quinhentos ou seiscentos exemplares requeria um dia e parte do outro para ser produzido. O exercício da função de impressor durante anos a fio podia causar deformações físicas: alongamento do braço direito, problemas de coluna, andar trôpego e

desajeitado. Era uma profissão propícia ao alcoolismo.

No Brasil as condições não eram melhores que nos Estados Unidos. Impressores trabalhavam até a exaustão devido ao esforço para imprimir com os prelos manuais de parafuso; requeriam "o serviço de um homem possante, que terminava muitas vezes por morrer tísico" segundo José Maria Corrêa de Frias, dono da Typographia Maranhense.

A impressora Alauzet do *Jornal do Commercio* "era movida a braços, por três pretos de cada lado, que faziam vibrar a grande roda de dois metros de altura, e que quando cansados, eram substituídos por outros seis". Alguns eram escravos do jornal, que depois foram libertos; outros eram homens livres ou escravos alugados. Dois escravos trabalhavam também como compositores.

No Maranhão, a arte de compor e imprimir foi inicialmente exercida pelos gráficos portugueses que chegaram com os primeiros prelos. Dada a carência de pessoal qualificado, as tipografias passaram a empregar crianças para a tarefa de composição. Nessa província foi projetada a caixa maranhense de armazenar tipos, de tamanho menor, adequada para uso das crianças. Meninos de dez a doze anos acionavam os modelos menores das prensas Washington, importadas dos Estados Unidos.

Os periódicos de São Paulo no século XIX, ante a escassez de mão de obra, tinham que contratar pessoal gráfico da Corte. No lançamento do jornal *O Ypiranga* foi trazido um tipógrafo do Rio, mas ele logo se desentendeu com a empresa e se negou a compor. A tipografia teve que ser vendida a um antigo tipógrafo, que conseguiu fazer o jornal. Comentando, anos depois, o fechamento de *O Ypiranga*, Salvador de Mendonça mencionava, entre outros fatores, "o peso dos grandes salários do pessoal tipográfico ainda escasso".

SINDICATOS E GREVES

Os empregados do setor gráfico estavam mais organizados para defender seus interesses do que a maioria dos trabalhadores de outros ofícios. O primeiro sindicato brasileiro foi a Imperial Associação Typographica Fluminense, fundada em 1853; o segundo, a Associação Typographica Maranhense, de 1857.

As greves chegaram a paralisar os jornais em diversas ocasiões. Em 1858, o sindicato dos gráficos fez a primeira greve do Rio e a segunda do Brasil. Reivindicava um aumento de dez tostões (mil-réis) no salário dos compositores. Os diários — *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* — recusaram, os compositores pararam e os jornais deixaram de sair. Circulou diariamente, durante três meses, uma publicação dos grevistas, o *Jornal dos Typographos*, composto e impresso por eles em tipografia própria. O governo tentou ajudar as empresas enviando operários gráficos da Imprensa Oficial para substituir os grevistas. Eles inicialmente se recusaram a trabalhar, até que, pressionados, fizeram os jornais circular de novo. Quando a greve terminou muitos tipógrafos encontraram fechadas as portas dos jornais

em represália.

No fim do século XIX e começo do século XX, as greves pararam os jornais paulistas em várias ocasiões, mas nem sempre as reivindicações eram salariais. Em junho de 1890, os compositores pararam por um dia *O Estado de S. Paulo*. Segundo declarou um tipógrafo ao *Echo Popular* do Rio, "a questão não é de salário; é simplesmente devido à incompatibilidade em que se acham com o paginador [chefe da oficina] daquele órgão de publicidade, ao qual atribuem a má direção e senões inconvenientes que se dão na marcha do trabalho".11

Os gráficos aprenderam rapidamente a lei da oferta e da procura. Para pressionar os jornais e aumentar os salários limitavam a entrada na profissão, de maneira que a demanda de pessoal qualificado sempre fosse superior ao número de compositores disponíveis no mercado. Uma das reivindicações dos sindicatos era impedir a admissão de aprendizes nas oficinas dos jornais. Em São Paulo, exigiram a preferência no emprego aos filiados à União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). Um líder gráfico escrevia que a situação do assalariado era como a de uma

> mercadoria na praça: o patrão, que precisa dessa mercadoria, e que a compra, como qualquer de nós compra feijão ou carne. [...] É por isso que os trabalhadores modernos organizam sindicatos para valorizar o trabalho, monopolizando-o de certo modo, assim como os negociantes modernos organizam "trusts" para valorizar seus gêneros.12

Aplicando esse princípio, em 1904 os gráficos de São Paulo se opuseram à chegada de compositores do Rio alegando que já havia profissionais desempregados na cidade. Era um pretexto para evitar a concorrência: na verdade, alguns meses antes a UTG tinha afirmado que era baixo o número de compositores sem emprego e que, portanto, em caso de greve conseguiriam vencer, desde que não chegassem profissionais de outras praças. Para impedir um aumento da oferta de mão de obra, a UTG incluiu em seus estatutos que tentaria evitar "a aprendizagem exploradora nas casas de obras ou nos jornais diários". Os sindicatos sempre tentaram controlar a porta de entrada no mercado de trabalho. A UTG proibia a filiação dos aprendizes como sócios.

Uma das reivindicações nas negociações com as empresas era a manutenção de um bom nível de qualidade da composição e impressão dos trabalhos gráficos. Como havia poucas escolas profissionais, as pequenas gráficas se tornaram "viveiros de aprendizes", onde nem sempre recebiam o treinamento adequado, dando lugar a impressos de baixa qualidade. A ênfase do sindicato na qualidade, além do orgulho profissional, refletia também uma preocupação com a entrada de grande número de novos candidatos no mercado de trabalho — aumentando a oferta da mão de obra.

LINOTIPISTAS CONTRA COMPOSITORES

Os gráficos, principalmente os compositores e depois os linotipistas, se consideravam uma elite no mundo do trabalho, superiores aos profissionais de outras categorias. Como dizia o

Jornal dos Typographos, "a classe tipográfica é nobre, tem elevado sentimento, [...] jamais se porá em paralelo aos acendedores de gás". Havia também oposição à entrada de mulheres na profissão. Um tipógrafo lamentava que "o sexo feminino pertencesse à mesma arte", e perguntava se "poderá [...] o trabalho da mulher suplantar a qualidade do nosso ou ser mais classificado ou mais bem pago".

Os gráficos eram altamente politizados, com uma forte influência anarquista. Em 1906, como represália a demissões nas oficinas de *O Estado de S. Paulo*, a UTG orientou seus membros a votar contra o candidato de Julio Mesquita nas eleições estaduais.

A introdução das linotipos nas oficinas dos jornais provocou demissões em massa. Um linotipista fazia pelo menos o trabalho de seis compositores manuais, classe que representava mais de três quartos do pessoal gráfico. Os sindicatos culparam "o capitalismo voraz dos donos dos jornais" e tentaram resistir à entrada do novo equipamento. Os tipógrafos incluíram nos estatutos da UTG que se deveria evitar, "por todos os meios possíveis, a introdução em oficinas das máquinas de compor". Um jornal anarquista viu a situação de maneira diferente e afirmou que o problema não eram as máquinas, que faziam os trabalhos pesados e grosseiros, domavam as forças da natureza e executavam os esforços mais violentos, mas a propriedade privada dos instrumentos de trabalho.

A introdução da linotipo provocou um conflito entre compositores manuais, que ficavam sem emprego, e linotipistas. A UTG tentou articular, com outras entidades congêneres, no Brasil e no exterior, "um movimento antilinotipista" e impediu a filiação dos linotipistas, que fundaram seu próprio sindicato. Segundo o jornal *La Lotta Proletaria*, "os linotipistas chegaram a um tal estágio de baixeza moral que eles se olham com raiva quando estão trabalhando na mesma oficina". O mesmo periódico contava que o diretor de um jornal comprara uma nova linotipo, mas ela não estava funcionando e perguntou: "defeito de montagem ou a mesma máfia linotipista de sempre?". O diretor quis contratar mais um linotipista, mas os outros se opuseram. "Assim, os linotipistas trabalham TRS HORAS-extras todos os dias."

A UTG, que defendia os compositores manuais, definhou e desapareceu com a saída dos sócios mais radicais. Os linotipistas passaram a ser a elite da profissão. A operação dos equipamentos era complexa e requeria um longo treinamento. Eram remunerados por linha de composição e conseguiam excelentes salários, com frequência superiores aos dos jornalistas cujas matérias compunham. Costumavam ter um elevado nível cultural. Um linotipista de tendência anarquista do *Correio da Manhã* lia peças do dramaturgo norueguês Ibsen, e obras dos filósofos alemães Schopenhauer e Nietzsche.13

Como antes fizeram os compositores, os linotipistas também controlavam o acesso ao ofício, de maneira que sempre houvesse escassez de profissionais. Impediram, por exemplo, que os compositores manuais que perdiam o emprego fossem treinados para aprender o manejo das linotipos. Opuseram-se à contratação de aprendizes, "para deixar o trabalho da máquina com os poucos que já sabem trabalhar, constituindo-se assim o mais odioso exclusivismo", escrevia *La*

Lotta Proletaria, que pedia que a aprendizagem fosse estendida a todos os tipógrafos indistintamente.

Os linotipistas mantiveram sua força de pressão nos jornais até bem adiantado o século XX. Tradicionalmente, a redação enviava às oficinas, para composição, um grande número de matérias, sem cálculo prévio do espaço que iam ocupar no jornal. Muitas delas sobravam e não eram aproveitadas. O custo desse desperdício era elevado. Quando na redação os jornais passaram a ser previamente diagramados, com cálculo preciso do tamanho e do espaço a ser ocupado pelas matérias, as sobras de textos compostos e não aproveitados praticamente desapareceu. Na *Folha de S.Paulo*, os linotipistas, que eram pagos por linha composta, reclamaram: ao deixar de compor as matérias que antes sobravam, ganhavam menos. Fizeram greve. Só voltaram a trabalhar quando a empresa garantiu um ganho mínimo, independentemente do número de linhas compostas.

A situação mudou no último terço do século XX, com a introdução da fotocomposição a frio, mais eficiente e com equipamentos de manejo mais simples. A digitação dos textos podia ser feita por uma datilógrafa com um curto treinamento. Essa transição durou pouco tempo. Num novo avanço da técnica, os jornais adotaram a composição direta, que eliminava as funções da antiga operadora da fotocomposição: o jornalista, ao escrever a matéria, já a está compondo, realizando o trabalho que antes era feito pelos compositores e linotipistas. As linotipos se transformaram em peças de museu.

No Brasil, os sindicatos, enfraquecidos, ofereceram pouca resistência. Os linotipistas foram aposentados compulsoriamente. Em outros países, os sindicatos apresentaram uma feroz resistência à introdução de novos equipamentos. Pararam repetidamente a circulação dos jornais e provocaram o fim de vários deles. Finalmente, conseguiram boas condições para abrir mão do monopólio que tinham sobre as oficinas.

PAPEL ESCASSO E CARO

A escassez, o preço elevado e a baixa qualidade do papel são fatores que inibiram o desenvolvimento da imprensa. Foram um verdadeiro pesadelo desde o começo. Os primeiros números do *Jornal do Commercio* do Rio como observou um historiador, estavam impressos "com apenas duas páginas em meia folha do pior papel, em papel de embrulho".14

O *Correio Paulistano*, patriarca da imprensa de São Paulo, chegou a ficar uma semana sem circular por falta de papel. Por ocasião do fechamento em 1869 do jornal *O Ypiranga*, Salvador de Mendonça reclamava do "custo exorbitante do papel e outros materiais importados", além da escassez e do custo da mão de obra e dos correios.

De acordo com uma estimativa, o custo para se publicar um periódico mensal, composto de 32 páginas no formato in-quarto, seria da ordem de 610 mil-réis anuais, dos quais cerca de 80% seriam gastos com a compra de papel e o restante com as despesas referentes à redação e

distribuição.15 *A Provincia de São Paulo* tinha que mudar com frequência a largura do jornal e o número das colunas para adaptar-se ao tamanho de papel disponível. O *Correio da Manhã* reclamava que não chegava o papel importado que recebia regularmente, o que afetou sua circulação. Olavo Bilac escreveu que "Um dos fatores que contribuiu para a expansão da imprensa foi a queda do papel importado, que em 1897 passou de 60 para 10 réis, privilegiando e estimulando a produção de publicações populares".

O Brasil, com abundância de madeira, poderia ter instalado, já no século XIX, uma próspera indústria papeleira, mas a fabricação de papel foi prejudicada pela política aduaneira. Durante muito tempo, as tarifas alfandegárias para a importação de papel em branco eram superiores às tarifas para o papel impresso.

Foram feitas várias tentativas de fabricação, que duraram pouco, assim que a Corte portuguesa chegou ao Brasil. Em 1809 foi construída uma pequena fábrica no Andaraí, Rio de Janeiro. Em 1812, o comerciante português Manuel António da Silva Serva, dono de uma tipografia em Salvador e do jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, o segundo instalado no país, propôs ao príncipe regente a construção de uma fábrica de papel na Bahia, para a qual solicitou subsídios do governo, que nunca chegaram. Um empreendimento importante foi a Fábrica de Orianda, em 1851, perto de Petrópolis, que só funcionou durante dez anos. Em Salto (SP) foi construída outra fábrica, em 1889, que funciona até hoje e é a mais antiga em operação no Brasil — produz papel para a Casa da Moeda.

Até 1913, o Brasil só tinha duas empresas de papel de dimensão razoável: a Cia. Melhoramentos, pioneira na produção nacional de celulose e no reflorestamento, e a Klabin. Nenhuma das duas fazia papel para jornal; elas só atendiam uma pequena parte da demanda interna, a qualidade do papel produzido era baixa e o preço era alto. Bom ou ruim, qualquer papel fabricado no Brasil teve, por muitos anos, um preço sensivelmente mais alto do que o importado, sem considerar as tarifas alfandegárias. Com incentivos do governo de Getúlio Vargas, com empréstimos subsidiados, acesso a moeda estrangeira e a garantia de monopólio, a Klabin instalou uma fábrica em Monte Alegre no Paraná, que começou a funcionar em 1946, e em 1962 produzia dois terços do papel de imprensa.

Os jornais tentaram produzir papel para não depender do irregular fornecimento do exterior. *O Estado de S. Paulo*, que pensara no assunto já no começo do século XX, fez vários projetos, que não chegou a desenvolver, para uma fábrica de papel nos anos 1950. Finalmente, no início dos anos 1980, realizou seu velho sonho ao formar a Papel de Imprensa S.A. (Pisa), em associação com o *Jornal do Brasil* e o *Correio do Povo* de Porto Alegre. Os três jornais, em má situação financeira, contaram com participação e financiamento do governo federal.

Foi construída uma fábrica em Jaguariaíva (PR). A Pisa perdeu dinheiro e foi vendida em 2000 ao grupo norueguês Norske Skog, o segundo maior produtor do mundo, que se associou à Klabin, que, por sua vez, desfez o acordo e em 2003 deixou de fabricar papel para a imprensa.

Em declarações à revista *Negócios da Comunicação*, Afonso Noronha, vice-presidente da

Norske Skog, reclamou da falta de neutralidade tributária para o papel imprensa:

> Quando importamos, o papel não paga diversos impostos no país de origem e, ao chegar ao Brasil, também não recolhe taxas pois é usado para fins editoriais e, por isso, é imune. Quando fabrico, não posso me creditar do ICMS dos insumos, como energia, que preciso pagar. O papel imprensa é imune para quem compra, não para quem fabrica, isto é, o fabricante é obrigado a arcar com os impostos das matérias-primas.

A produção nacional de papel de imprensa encolhe ano após ano. Em 2010, foi de 124 mil toneladas, menos da metade das 266 mil fabricadas dez anos antes. Em 2013, a produção foi de 128 mil toneladas, ligeiramente inferior às 131 mil de 2012. Mas a importação de 318 mil toneladas em 2013 representou uma queda de 21% em relação ao ano anterior, o que significa uma grande redução do consumo de papel pelos jornais.

5. Subsídios e subvenções

Justiniano José da Rocha, que já foi considerado o maior jornalista brasileiro, fez um discurso ímpar na história do Parlamento. Contou como ele e mais dois companheiros da redação do jornal *O Brasil*, que defendia o governo do Partido Conservador, receberam como presente escravos africanos que tinham sido apreendidos durante a repressão ao tráfico. Poucas vezes foi exposta de maneira tão direta a relação de uma parte da imprensa com o governo. Justiniano era deputado e fora esmagado num desastroso embate com o primeiro-ministro, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, de seu próprio partido. No discurso, tentou se explicar e justificar. Segue um resumo do sua intervenção como foi registrada nos anais da Câmara de maio de 1855:

> Nós três abundávamos nas ideias ao Ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nenhum favor material me foi feito, nem nós pensávamos em favores materiais. E, senhores, já que falo nisso, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos e eu estava conversando com o Ministro que os distribuía e S. Excia. me disse:
>
> Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?
> Um africano me faria conta, respondi-lhe.
> Então, por que não o pede?
> Se V. Excia. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas.
> O Ministro chamou imediatamente o oficial de gabinete, e disse-lhe:
> Lance na lista um africano para o dr. Rocha, um para o dr. Fulano e outro para o dr. Beltrano…

O ministro era Bernardo Pereira de Vasconcellos. Os drs. Fulano e Beltrano os jornalistas Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva.

Justiniano José da Rocha tinha feito uma campanha contra o tráfico de escravos protestando contra a frouxa repressão e contra o direito de propriedade que o Estado se arrogava ao apreender os africanos vindos de contrabando e distribuí-los de forma ilegal e imoral para estabelecimentos públicos e pessoas ligadas ao poder, às quais queria o governo subornar ou obsequiar.1 Justiniano mudou de opinião e passou a reclamar não do tráfico ou da distribuição imoral dos escravos apreendidos, mas da maneira como era feita a partilha, pois "os inimigos do ministério foram tanto ou mais bem aquinhoados que os seus amigos". Quando, finalmente, chegou a oportunidade, ele e seus amigos se aproveitavam dessa prática que ele antes

considerava ilegal e imoral.

Prosseguindo em seu discurso, Justiniano expôs suas misérias. Disse que era um jornalista pobre, fiel à causa conservadora, mas tinha família numerosa e enfrentava dificuldades: "Casei-me sem o dote o mais insignificante, casei só por inclinação e Deus abençoou o meu consórcio dando-me um filho por ano". Mas "escrevíamos um periódico, desamparados de todos, e ignorando nós mesmos o nosso destino". Apenas em 1841, disse, é que *O Brasil* recebeu ajuda do chefe do Gabinete (primeiro ministro) conservador, Paulino José Soares de Sousa.

> O Sr. Paulino se entendia com a tipografia, administração e distribuição da folha. Nós nada disso sabíamos, nem queríamos saber. Escrevíamos e mandávamos nossos artigos à tipografia. Às vezes, senhores, eu, que tinha família numerosa, (*o orador começa a soluçar*) [...] também a desgraça veio parar sobre a minha família, levando-me o pai. (*A voz do orador fica suspensa pela comoção, e vários dos Srs. Deputados lhe dirigem palavras consoladoras.*)
>
> Então, o Sr. Paulino em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nele algumas notas de 200$000 (200 mil-réis) (*o orador continua em pranto*). E, senhores (*com força*), eu vivia com família numerosíssima, e digo esta verdade que não me pode ficar mal. [...] E, senhores, nunca me supus rebaixado quando o Sr. Paulino, em troca de um trabalho de 14 horas me dizia: "Rocha, aqui tens".

Justiniano continuou afirmando que vivia com a maior economia, privado de todos os regalos, sem teatro, nem visitas, nem festas, lutando para sustentar a família. Sua esposa só vestiu seda em 1848, quando ele era deputado e viviam numa casa térrea, de rótula.

O sr. Paulino decidira suspender a circulação de *O Brasil*, mas Justiniano quis continuar e, "sem o haver pedido nem solicitado", recebeu "o auxílio avultadíssimo" de 600 mil-réis. Depois chegaram as dificuldades. "Nesse tempo ninguém perguntou: 'Como vive o Rocha? O que dá de comer a seus filhos?'."

Disse que morava numa "casinhola". Na verdade, ele mudara cinco anos antes para uma casa no Catumbi, inaugurada com solenidade. Fora "recentemente construída com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte", "mas não tão pequena que nela não se pudesse dar um baile"; seu dono "sabe reconciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edifício", segundo escreveu José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, em sua seção Cartas ao Amigo Ausente no *Jornal do Commercio*.

Justiniano continuou queixando-se. Disse que ficara doente: "Deus quis levar-me deste mundo... antes o houvesse feito... [...] Restabeleci-me". A seguir, reclama de sua condição de "jornalista ministerial": "As folhas da oposição são sustentadas com muita facilidade pelos seus assinantes, a esperança excita-os [...]; as folhas ministeriais custam muito a ser pagas pelos assinantes". Acrescenta que, "sem desdouro, sem descrédito nenhum para os indivíduos, há auxilio dado à imprensa ministerial para sustentar e divulgar as doutrinas que o Governo entende úteis", afirmando:

> com mais ou menos generosidade, todos os Ministérios têm auxiliado, concorrido para os gastos da imprensa; quando sei

que caracteres muito nobres têm recebido esses auxílios sem desar, nunca supus que isso me fosse desairoso… Eu estava na firme persuasão que, recebendo este auxílio para a despesa da tipografia, auxílio de que raras migalhas podiam ficar, […] o Governo não me fazia nenhum presente, o Governo não se desonrava fazendo-o. […] E eu, pela minha parte entendia que nada havia nisso de infamante para o caráter de um homem de bem.

Sua consciência estava "firmemente persuadida […] que pagar trabalhos reais, feitos a bem de interesses públicos, não é corromper, seduzir e comprar; vil seria eu se um só dia, uma hora somente tivesse escrito em política contra a minha opinião. Nunca o fiz, nunca hei de fazer".

Ele interrompe a narrativa para dizer que, "atacado repentinamente de forte erisipela, ardendo em febre e tiritando de frio […], fui a pé para a casa da minha residência, que ficava bem longe, porque não tinha dez tostões para pagar um tílburi".

Justiniano ainda se considerava credor do governo que apoiara. Avaliou que os serviços que prestou como jornalista "estão muito acima do que por eles foi dado" e que tinha recebido uma paga ridícula pela sua dedicação aos correligionários: "O que fiz foi na persuasão de que não era indigno, nem me aviltava: não o fiz escondido, fi-lo assinando recibos".

Num desafio direto ao governo, Justiniano fez um requerimento para pedir as listas de todas as comissões de serviço especial não previstas no orçamento, com o nome e a data de quem recebeu. Dessa maneira, expôs o ministro da Justiça, Nabuco de Araujo, que lhe pagava os serviços de jornalista com a verba secreta da polícia. O pedido para divulgar os pagamentos a jornais e jornalistas não foi aprovado. O marquês do Paraná, com quem Justiniano se digladiara na tribuna, tentou limitar o constrangimento e disse que não quisera chamá-lo de venal, nem de fariseu, nem feri-lo em sua honra. No entanto, defendeu a prática de comprar a opinião da imprensa ao dizer que "é necessário que essa tarefa seja recompensada. Não pretendo que o meu ministério seja diferente dos outros".

O discurso revela que Justiniano José da Rocha achava normal receber dinheiro público porque as transações eram transparentes, feitas mediante recibo dos valores pagos; condenável, em sua opinião, era o pagamento feito por fora, sem deixar rastros. O requerimento para abrir as contas dos subsídios aos jornalistas foi evidentemente recusado pela Câmara: o governo não tinha nenhum interesse em revelar a quem corrompia nem quanto gastava para comprar opiniões favoráveis — essa era uma prática corrente. Nabuco de Araujo, segundo escreveu seu filho Joaquim Nabuco, nas contas secretas nos ministérios de que participou, deixou recibos dos jornalistas que recebiam o dinheiro. Mas Nabuco nunca divulgou nomes: a subvenção, disse, "obedecia à necessidade de defesa que as administrações todas sentiram". Na verdade, depois do discurso em que pedira a divulgação das contas secretas dos subsídios, Justiniano continuou pedindo dinheiro a Nabuco de Araujo, enquanto este foi ministro da Justiça, por serviços prestados aos conservadores, e ameaçou, diversas vezes, aderir ao Partido Liberal.

O discurso de Justiniano — que marcou o fim de sua carreira política — ficou famoso. Tanto por revelar, de maneira chocante, um raro caso em que um jornalista reconhece receber dinheiro do governo, como pelo tom lacrimoso e de autocompaixão. A maioria dos jornalistas

que recebem dinheiro ou favores do governo é muito mais discreta.

A história da imprensa brasileira é a história dos subsídios, numa extensão muito maior do que tem sido reconhecido. Uma boa parte dos jornais, grandes e pequenos, tem vivido à sombra do poder público. O chanceler alemão Bismarck deu às verbas que usava para corromper jornais e jornalistas o nome de Reptilienfond — fundo dos répteis. Praticamente todos os governos do Império e da Primeira República subsidiaram a imprensa, compraram seus elogios ou estimularam seu silêncio com fundos secretos. Os governos posteriores não perderam o hábito, mas foram mais hábeis em dissimular essas práticas.

Os governos justificaram o pagamento de dinheiro público em troca de uma opinião favorável da imprensa. No século XIX, a imprensa, extremamente politizada, se dividia no apoio a um dos dois partidos, conservador ou liberal. Quando o partido de sua preferência estava na oposição, o jornal atacava furiosamente todos os atos do governo, quaisquer que fossem; quando seu partido ocupava o poder, esperava dele ajuda para sobreviver. Raros eram os jornais equilibrados que julgavam as medidas do governo de maneira independente. Uma parte do dinheiro pago pelo governo ia diretamente para o bolso dos jornalistas que escreviam a favor; outra parte ia para os jornais; outra ainda era usada, publicamente, para pagar os artigos que apareciam nas colunas "A Pedidos", a tanto por linha, de acordo com a tabela oficial do jornal (ver p. 464). A maneira de recompensar os elogios da imprensa mudou ao longo do tempo, mas a prática governamental de ajudar os jornais que escrevem a favor não foi interrompida.

Já em 1821, ano em que a imprensa deixou de ser censurada, um grupo de 65 maranhenses enviou carta ao imperador dizendo que o governador e capitão general da província, "pródigo dos fundos públicos e ávido de lisonja", mandava pagar 50 mil-réis por mês a um dos redatores do periódico *Conciliador* e o nomeara oficial mor da Secretaria do Governo, "com ordenado e tudo, em remuneração aos elogios e hinos feitos a este General". Esse redator foi também nomeado diretor da Imprensa, "que mantinha à custa da Fazenda Nacional".[2]

O senador Manuel Francisco Corrêa, um político que ocupou vários cargos públicos no Império, escreveu sobre a agressividade da imprensa da época e a necessidade que o governo tinha de comprá-la para defender-se. Como justificativa, menciona um observador inglês que dizia: "Não quero graças com quem dispõe de um jornal, sobretudo se goza de crédito. Ele pode despejar todos os dias contra mim a metralha de tantas bocas de fogo quanto são os seus leitores". Correa sugere: "Para fazer calar essa formidável artilharia, banquetes, festas, afagos, e se por infortúnio tal é o caso excepcional… dinheiro".

"Com a liberdade de imprensa surge a crítica dos atos do governo e a necessidade da defesa dele. [...] O governo viu-se forçado a recorrer às folhas de grande circulação, onde aparecia a censura, pagando como qualquer outro o espaço ocupado pelos artigos que lhes mandava", diz Correa. O pagamento tinha que ser feito pelos cofres públicos, pois os ministros não tinham recursos e as câmaras se recusavam a aprovar verbas com essa finalidade. "No ministério a que

pertenci, não na repartição a meu cargo, que não dispunha de verba adequada, fez-se despesa desta ordem, com a atenuante" de que se destinava a pôr fim ao regime de escravidão, acrescenta. O "ministério presidido pelo Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas,3 empenhado também na extinção do elemento servil, foi bastante largo na despesa com a imprensa", conclui. Correa ainda conta um episódio curioso e totalmente incomum: o Ministério da Justiça manteve um jornal com a verba secreta, mas tal foi a procura que o periódico deixou lucro. O ministro ficou bastante embaraçado para resolver o problema de como fazer para que essa receita extraordinária e inesperada proporcionada pelo lucro do jornal entrasse no balanço do exercício financeiro.4

O marquês do Paraná disse: "É sabido geralmente que em toda parte onde há sistema representativo o governo não pode durar muito lutando contra a imprensa, se em face dessa imprensa não houver quem o defenda, quem justifique sua política. [...] Não pretendo que este ministério seja diferente dos outros". Eusébio de Queirós, em carta ao jornalista Firmino Rodrigues Silva, afirma que "a imprensa ordeira deve ser animada, e que estou disposto a auxiliar com o necessário, já que os agitadores não cessam de intrigar". E segundo o visconde do Rio Branco: "Todos os ministros do Brasil [...] têm lançado mão deste meio, têm mandado [...] artigos que explicam e justificam seus atos, defendendo os princípios e os interesses que incumbe sobretudo ao governo defender e sustentar". Barbosa Lima Sobrinho dá o nome de alguns desses distribuidores de benesses: Eusébio de Queirós, Nabuco de Araujo, Paulino José Soares de Sousa, o marquês do Paraná e o próprio Zacarias de Góis, este "apesar de seu temperamento áspero de censor romano".

O imperador d. Pedro II decidiu acabar com os pagamentos secretos aos jornais, aos quais se opunha, lançando um jornal para defender a política do governo. "Cada vez acho mais precisa a folha oficial e depois que souber todas as despesas que se fazem com a defesa do Ministério na imprensa hei de trabalhar novamente para que se efetive a criação dessa folha", escreveu o monarca em janeiro de 1862. Quando recebeu as informações ficou surpreso ao ler que o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra era quem mais pagava a imprensa.

> Estranhei que o *Correio da Tarde* que recebe a maior parte dessa despesa escrevesse um artigo censurando o despacho do Ministério de Silveira Lobo que é procurador fiscal de Alagoas; mas Paranhos [visconde do Rio Branco] acudiu logo que era preciso não defender todos os atos do Ministério e que era da opinião manifestada no referido artigo a do redator principal da folha, como se eu pudesse admitir tal independência de caráter.

D. Pedro conseguiu que fosse publicado um jornal do governo, o *Diario Official do Imperio do Brasil*, que chegou a alcançar um nível de qualidade razoável, mas, como escreveu Manuel Francisco Correa, "é tão reduzido o número de seus leitores que um sarcástico ex-senador da República, deputado que foi durante a monarquia, escreveu que quem quiser que alguma publicação não seja lida, esconda-a no *Diario Official*". Além disso, o imperador não alcançou seu objetivo de acabar com os pagamentos à imprensa.

Alguns jornais denunciaram essa prática de "subvenções". O *Jornal do Commercio* do Rio escreveu em janeiro de 1879 que a Câmara votou um requerimento para que fossem apresentadas as contas "das quantias ilegalmente gastas no último decênio com discriminação das que foram absorvidas pela imprensa. [...] Nada de reticências, que neste caso serão covarde perfídia". Acrescentou que o ministro da Fazenda "terá de reconhecer que não recebemos um só real que não fosse a tanto por linha", e acrescentou que "por muitos anos publicamos gratuitamente não artigos políticos, mas anúncios, declarações, editais e mais expediente de diversas repartições do Estado, que assim poupou alguns contos de réis". A *Gazeta de Noticias* tinha feito um pedido semelhante, mas o governo, nem nesta ocasião nem em outra, divulgou uma lista de pagamentos à imprensa.

Um editorial do jornal monarquista *O Commercio de São Paulo* dizia, em 1897, a respeito do massacre dos jagunços de Canudos: "Infelizmente, no Brasil, a maioria da imprensa está dividida em duas classes: a primeira goza direta ou indiretamente dos benefícios do Tesouro, a segunda pretende gozar deles. Daí vem que não há um protesto contra cenas daquelas, em que o Exército vitorioso macula o triunfo, trucidando cruelmente criancinhas de seio e mães desamparadas". Anos mais tarde o *Commercio* pediria ao Tesouro paulista uma participação nesses benefícios.

Quando José de Alencar, então deputado, denunciou a corrupção no país e a desmoralização da imprensa, o chefe do Gabinete conservador, visconde do Rio Branco, disse na Câmara que o governo não podia prescindir, em certos casos, dos órgãos de maior circulação, pois de outro modo sua causa, que era também a causa do país, correria à revelia e seus atos passariam desfigurados aos olhos de muitos. Ele confirmou que todos os ministros do Brasil tinham usado desse meio e mandado aos jornais artigos que explicam e justificam seus atos, acrescentando que o gabinete de Zacarias de Vasconcellos também tinha declarado à Câmara que despendera "várias somas" com a publicação de artigos.

O governo distribuía dinheiro não só para defender sua política, mas também para agredir seus rivais. Por ordem do Partido Conservador, José de Alencar, um liberal, foi atacado e sua obra literária foi menosprezada por José Feliciano de Castilho e Franklin Távora, pagos pelas verbas secretas. Um dos órgãos usados contra Alencar foi seu antigo jornal, o *Diario do Rio de Janeiro*, já em acelerada decadência.[5] Alcindo Guanabara, secretário do jornal abolicionista de José do Patrocínio, *Cidade do Rio*, assumiu a direção de *As Novidades*, um órgão do gabinete escravagista do barão de Cotegipe que combatia os abolicionistas.[6]

O presidente Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) reconheceu em suas memórias, *Da propaganda à Presidência*, o pagamento de subsídios aos jornais, mas assegurou: "Não corrompi a imprensa". Disse que, quando foi ministro do Governo Provisório da República, eliminara a verba secreta, mas como presidente, e ante os ataques dos jornais, "não duvidei em enveredar por esse caminho francamente aberto e trilhado pelos que me antecederam", e afirmou que mantinha a convicção da legitimidade do ato perante a moral pública. Assegurou que a verba

secreta era de apenas 1 milhão de réis: “Se isso constitui um crime, eu o confesso, sem declinar de mim a responsabilidade inteira”.

O *Correio da Manhã*, talvez seu maior inimigo, atacou Campos Salles com furor e com o exagero que lhe era peculiar:

> milhões de contos de réis saíram do Banco da República para pagar jornalistas, amigos do governo, elogios ignóbeis que eram depois transcritos nos “A Pedidos” do *Jornal do Commercio*. [...] Era preciso comprar na imprensa um unânime coro de aplausos para o governo que tais atos praticava [...] era preciso pedir à imprensa que pintassem um quadro risonho e cor-de-rosa. E tais pinturas custavam muito caro.

Ruy Barbosa, em seu discurso “A imprensa e o dever da verdade”, condenou com veemência o sistema de “subvenções”, que qualificou como “venalidade propinada pelos nossos governos à imprensa”. Usou, como era seu estilo, uma linguagem rebuscada: “Ao derredor do poder formigueja a multidão venal, e os governos, se algum embaraço topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita”. Disse também: “O milho é o ídolo dos afocinhadores da mentira. [...] Outrora se amilhavam asnos, porcos e galinhas. Hoje em dia há galinheiros, pocilgas e estrebarias oficiais, onde se amilham escritores”. E também:

> a voz geral, o escândalo geral, a crença geral de uma prostituição de consciências mais contagiosa que a das mulheres de mau viver, de um messalinismo pior que os dos lupanares, custeado a expensas do Tesouro Nacional ou dos tesouros dos Estados, para burlar a Nação, endeusando os seus emporcalhadores, e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra.

A indignação de Ruy Barbosa se concentrou em Campos Salles quando este reconheceu, em *Da propaganda à República*, ter pago a jornalistas para defender a política econômica do seu ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho:

> Aí por começos deste século ou fins do outro, quando redigia *A Imprensa*, arguí o governo federal de subornar jornalistas; luxo, que [...] já nos andava custando alguns milhares de contos.
>
> A publicidade presidencial negou rasamente a increpação, tachando, com aspereza, de calúnia redonda a minha denúncia. Não se desembolsara. Não se desembolsara coisa nenhuma com os honrados periodistas daquele tempo [...]. Ilibados eram todos. A taça do entusiasmo, que cada manhã se lhes enchia e transbordava era, desde o fundo até às verteduras, limpa de interesse. Não havia laivo metálico entre as bolhas do champanha espumejante nas homenagens ao governo.
>
> Pois bem, senhores. Anos depois escreve o presidente de então as memórias da sua passagem pelo Catete. [...] Pôs a boca no mundo e confessou, a medo, nas confidências do testamento, o que, durante a vertigem da sua possança, mandara desmentir com indignação e desabrimento. Gastara, sim, gastara com a imprensa, mas não tanto quanto os malevolentes haviam propalado.
>
> Aqui estão as suas próprias palavras. “Qualificando de criminosa a minha conduta”, dizia ele, “e pretendendo dar uma agravante ao crime, os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montaram a uma soma avultadíssima, que calcularam em seis a oito mil contos...”
>
> “No Banco do Brasil”, prosseguia, “encontra-se a conta corrente do movimento do Tesouro, onde eram escrituradas estas despesas que não excedem a mil contos de réis.” Aí está senhores. Que mais eloquente documento histórico se poderia imaginar, ou exigir do que este? Nele tendes confessada, por um ex-presidente da mais ortodoxa honestidade, a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais. [...].

> Não percebia que o governo enganava os contribuintes, a quem deve lisura e verdade nas contas, quando lhes inculcava de sincera uma publicidade venal, de expressão do sentimento público a do interesse de escritores vendidos. Não, senhores, não o percebia; e é para esse estado singular de consciência que chamo a vossa atenção. [...]
>
> Se já não estivesse habituado o país a considerar esse mercenarismo como trivial na política brasileira, seria admissível que um presidente de República, tido e havido geralmente por honrado, confessasse haver gasto mil contos do erário nacional na peita de jornalistas, sem murmurar uma desculpa, ou recorrer a uma atenuante, antes levando a mal que alguém descobrisse nessa liberdade com os dinheiros públicos uma circunstância agravativa dos atos, cuja inocência não se pudesse mostrar por outros meios?
>
> Mas as despesas referidas [...] estão positivamente capituladas como criminosas na legislação brasileira, onde o Código Penal, no art. 221, qualifica de peculato o "subtrair, consumir ou extraviar dinheiros da Fazenda Pública", entregues "à guarda ou administração" de quem os extravia, consome ou subtrai, e a lei de responsabilidade do presidente da República averba, em delinquência contra a guarda constitucional dos dinheiros públicos, os atos presidenciais, que "dissiparem os bens da União, ordenando despesas não autorizadas por lei".
>
> Pouco faz ao caso que, em lugar de seis ou oito mil, apenas mil fossem os contos de réis malbaratados. [...] A malversação não avulta, nem míngua, com a maior ou menor monta dos bens malversados.
>
> Destarte se pronuncia a lei escrita; e não me consta que reze de outro modo algum sistema de moral, salvo o contemplado na ironia do provérbio, e segundo o qual quem furta é ladrão, quem muito furta, barão. [...]
>
> Eis aí, senhores. Quereis saber se "as subvenções" aos jornais [...] cessaram, ou persistem, se enchem, ou vazam? Pois "a simples leitura dos jornais" vo-lo deixará ver com a maior evidência na atitude deles para com o governo.
>
> Benigna atitude? É que os jornais estão subvencionados. Atitude hostil? É que já não estão subvencionados os jornais. Melhora a linguagem das gazetas? Sinal claro de que as subvenções engrossam. Piora? Sinal certo de que se adelgaçam. De sorte que [...] seria a imprensa um como realejo, cuja manivela está nas subvenções.
>
> Quem o terá dito? Eu? Não. [...] é um antigo presidente da República brasileira, que, criminado por indiscretos de corromper jornalistas, se descarta a si mesmo da tacha de corruptor, dardejando contra o jornalismo a de habitualidade na corrupção.

Campos Salles não foi o único a receber as flechadas de Ruy Barbosa. Ele menciona:

> um mimosito de seus oitocentos contos a certo jornal bem conhecido. Mais tarde veio à luz dos prelos outro caso, o de menos grossura na quantia, mas, pelas circunstâncias, talvez de caracterização ainda mais escandalosa. Era de um telefonema do presidente da República ao diretor do Banco do Brasil, para meter no bolso de certa redação em apertos financeiros a soma de duzentos contos de réis. O recado telefônico se cumpriu à risca, e o feliz periodista entrou no gozo de mais essa munificência, como quem tem a dentadura vezeira no traquejo da marmelada. Correndo essa mesma administração, tive ensejo eu próprio de combater no Senado, mostrando, com a exibição fotográfica dos mais autênticos documentos, as larguezas de um dos seus ministérios, no hábito de lubrificar Marinonis com o azeite do Tesouro.

Barbosa afirma que "um dos nossos mais antigos e bem medrados periódicos", acusado de ser useiro desses negócios, escreveu que "o governo passado 'subornou jornalistas', e que, sob essa administração, 'os dinheiros públicos, para corrupção da imprensa, foram todos conscienciosamente aplicados com a compra do apoio dos jornais sérios', excluindo ele, naturalmente por ser o mais sério de todos". E aponta os canais pelos quais escoava o dinheiro:

> Era, primeiramente (*à tout seigneur tout honneur*), o Ministério das Relações Exteriores, a maior barraca da feira, a comprar e vender, não só aqui, mas no estrangeiro, e a que o privilégio de sacar sobre a nossa delegacia em Londres ensanchava, nas suas operações, facilidades invejáveis.
>
> Numa palavra, eram as mil tetas, os ubres, maiores ou menores, ressumantes de grosso leite em eterna apojadura, desse

animal multimâmio, a que ora se chama nação, ora administração, ora fazenda, orçamento, ou erário, e de cujos peitos se dependuram, aos milhares, as crias vorazes na mamadura, mamões e mamadores, para cuja gana insaciável não há desmame.

Os administradores que ladripam ou ladroam do Tesouro Público, para assalariar escritores, ou os escritores que embolsam tão vil salário, para embutir à opinião pública o contrário do que sentem, são artistas das mesmas artes: a da corrupção e a da impostura. Furtam uns e outros ao público, para o trair. Uns e outros iludem o público, para o despojar.

Ruy Barbosa mencionou em seu discurso o nome de dois presidentes da República, Campos Salles e Wenceslau Brás, e o do prefeito (Antonio Augusto de Azevedo) Sodré, do Rio, como corruptores, mas deixou de dizer quais eram os jornais e os jornalistas que foram corrompidos e receberam o dinheiro público.

No fim de dezembro de 1915, *O Estado de S. Paulo* se defendeu da acusação de ter recebido uma subvenção mensal de vinte contos de réis: "é redondamente falso", escreveu. "O *Estado* nunca recebeu, de governo algum, um real de subvenção", afirmou, e expôs as contas do jornal. Só recebeu dos governos dinheiro pelos anúncios, editais e reproduções nas seções livre e editorial, pagos pela mesma tabela que o público. O valor médio dessa publicidade foi de 6,75 contos mensais. O *Estado* acrescentou que era o jornal de maior circulação de São Paulo, "e quiçá da República", aproveitando a ocasião para condenar as subvenções dos governos à imprensa em sete editoriais da seção "Notas e Informações", possivelmente escritos por Julio Mesquita.

Ele escreveu a respeito de Campos Salles e de seu livro *Da propaganda à Presidência*, mas, em lugar da indignação moral e do fogo sagrado que emanam da catilinária de Ruy Barbosa, adota um tom moderado e, em certos momentos, parece justificar ou pelo menos entender os motivos dos subsídios pagos por Campos Salles e por seu antecessor, Prudente de Moraes, para defender seus governos dos ataques da imprensa.

A respeito de Prudente, diz o *Estado* que, quase indefeso, asperamente açoitado por todos os lados, pediu ao ministro da Fazenda que procurasse um jornal no Rio que o defendesse da campanha feroz, do verdadeiro vendaval de oposição, mais pessoal que político. Mas não o fez por iniciativa própria: foram os amigos e correligionários que a isso o arrastaram, vencendo uma resistência tenaz de vários meses. *O Estado* acredita que a despesa deve ter sido insignificante. Um dos jornais mencionados foi a *Gazeta de Noticias*, jornal que anos antes tinha escrito contra as subvenções e pedido a divulgação dos nomes de quem recebia dinheiro das verbas secretas. Recebeu de quinze a vinte contos.

Sobre Campos Salles, o jornal afirma que subvencionou a imprensa por entender que os governos não podiam viver sem o apoio da opinião pública. Campos Salles, afirma o *Estado*, "dá conta exata do que despendeu" e não gastou um real com a imprensa dos estados e do exterior. Foi um total de apenas mil contos de réis em quatro anos, uma quantia que, repartida entre vários jornais, não permite acumular grandes fortunas. Campos Salles "irritou-se com a escandalosa reviravolta" de algumas folhas subvencionadas, mas foi uma irritação ingênua, porque essa atitude devia ser esperada: "Quanto mais o sol descamba, tanto mais exigem, para

adorá-lo, os que nem no zênite o adoram de graça. O apetite dos que se corrompem é insaciável e cresce sempre".

Segundo o *Estado*, se vivesse na época em que o editorial foi escrito, Campos Salles estaria arrependido

> de ter estabelecido como uma espécie de dever dos governos a subvenção à imprensa. Não o acusamos. Somos os primeiros a reconhecer a pureza de suas intenções. [...] Acontece, porém, em nossa república, que o que deveria ser simples transigência, rigorosamente fiscalizada, com uma dura necessidade, logo descambou para um abuso enorme, que ninguém procura fiscalizar, porque já todos o aceitam sem repugnância.

O jornal afirma que, na época em que os editoriais foram escritos, o governo gastava mais de mil contos por ano — o que Campos Salles gastou no quadriênio.

Ainda segundo o *Estado*, Campos Salles verificou com pesar que só prosperavam os jornais de oposição e que tanto era maior a prosperidade quanto mais veemência empregavam no ataque. "O seu espírito de retidão revoltou-se contra isto." O Império não teria caído sem a tendência demolidora da maioria da imprensa. Campos Salles, escreveu o jornal, incomodou-se com a inclinação dos jornais para a demagogia e os inclinou, com subvenções, para a outra banda, mas tanto se inclinaram que o mal que pretendia cortar pela raiz, em vez de desaparecer, recrudesceu: "Outrora só iam por diante os jornais oposicionistas. Hoje, em regra, só se mantêm os que são governistas profissionais [...] e são imensamente mais infiéis e mentirosos que os outros...".

Também eram subvencionados jornais que "não existem", jornais que "não circulam, ninguém os vê, ninguém os lê. Não têm oficinas nem escritórios de administração e redação. Há jornais (?) no Rio, subvencionados por S. Paulo, que não aparecem à venda, nem no Rio, nem em outro qualquer ponto do Brasil. [...] Passou a ser modo de vida fundar um jornal ou coisa parecida, para explorar S. Paulo". A imprensa da época, com raras exceções, não seria capaz de viver se se emancipasse da tutela que os governos lhe ofereceram.

Para o *Estado*, as relações do governo com a imprensa eram verdadeiramente escandalosas, altamente imorais e secretas. No Império, não eram secretas. Em momentos excepcionais o governo precisava orientar a opinião pública na discussão de algum problema de alcance social ou político. Cita como exemplos o projeto da Lei do Ventre Livre, que João Mendes de Almeida defendeu no *Jornal do Commercio* e foi pago pelo visconde do Rio Branco, e a campanha para libertar os escravos sexagenários defendida, no mesmo jornal, pelos artigos de Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Gusmão Lobo, "o grupo dos ingleses", como era chamado; as despesas de publicação foram pagas pelo governo. "[Rodolpho de Sousa] Dantas assumiu sem hesitar a responsabilidade deste gasto ilegal." Ele usou o mesmo argumento de Rio Branco de que não se envergonhava de ter saído dinheiro do orçamento para fins tão confessáveis e com intuitos tão nobres. Ambos se colocaram à disposição do Parlamento para prestar contas, mas isso não foi exigido deles. Foram só alguns contos de réis, "legitimamente cobrados ao governo pelo *Jornal*

do Commercio".

O *Estado* afirmou que o maior de todos os males que a imprensa trouxe consigo era de ordem moral. Contra a passividade louvaminheira dos jornalistas domesticados surgiu a imprensa amarela, a imprensa de escândalo, que por sistema achava tudo mau, via tudo podre, e substituia o argumento pelo insulto bravio, a prova pela calúnia. O povo gostou da reação, mas logo se cansou e os desempregados desse jornalismo se ofereceram aos governos, que aceitaram a oferta. Surgiu um "jornalismo venal, torpemente agressivo, sem freio de qualquer espécie na agressão, indo, com o mesmo sereno e frio impudor, da perfídia relativamente inofensiva de uma insinuação velada até à ofensa profunda e grosseira, pública e atrevida como um punhado de lama ou uma pedrada em plena rua, à hora mais clara do dia!".

No entanto, a "raça dos escribas dissolventes" vivia folgada e milagrosamente, em perfeita paz com as autoridades, tão perfeita que até parecia cumplicidade, sempre de acordo com o jornal. O aventureiro chegava e começava a operar com o maior desembaraço, distribuindo injúrias à esquerda e à direita, contra pessoas que nunca tinha visto, que não conhecia. A questão era haver quem lhe aquecesse as costas e as algibeiras. A isso os governos se prestavam de boa vontade, principalmente por vaidade, por amor da doce embriaguez do elogio perene e incondicional que era o motivo obrigado de todas as produções do escritor assalariado, em regra tão destro no panegírico como na verrina. As vítimas da exploração estavam sempre convencidas de que aquilo era verdade, concluiu a série de editoriais do *Estado*.

Como foi visto, embora critique Campos Salles por ter dado subsídios à imprensa, o jornal procura entender-lhe os motivos e não lhe parece escandaloso fazer algum pagamento, desde que necessário e sob controle, mas não aprova as subvenções sem freio, que favoreceram o surgimento de jornais de escândalos.

Diferentemente desse jornal, a maioria dos escritores reage com uma indignação semelhante à de Ruy Barbosa em relação a Campos Salles, que passou à história como sinônimo de corruptor de jornais. É provável que fosse, como ele escreveu, mais moderado do que seus antecessores e sucessores nos gastos com a imprensa, mas, como reconheceu em suas memórias ter feito os pagamentos, enquanto outros os ocultaram ou os minimizaram, tornou-se paradigma de corrupção.

Em dezembro de 1915, *O Combate* de São Paulo, jornal de orientação parecida à do *Estado*, publicou uma série de artigos — "O 'Avança' no Tesouro" — sobre "uma chaga que vem corroendo as finanças paulistas e esfacelando o caráter nacional: as subvenções à imprensa". Afirmou que eram estreitas as amizades entre o jornal *A Republica* e o Tesouro de São Paulo: "O intuito do governo paulista, subvencionando esse jornaleco, não foi outro que conseguir determinado efeito político": São Paulo temia uma intervenção federal. O esquema funcionava da seguinte maneira: *A Republica*, do Rio de Janeiro, publicava um artigo elogiando o governo de São Paulo e o artigo era reproduzido na "Seção Livre" ou em "A Pedidos" do *Correio Paulistano* ou de *O Estado de S. Paulo*, a um preço de 2 mil-réis a 5 mil-réis por linha. Quando o Tesouro

deixou de encomendar artigos ao jornal carioca, este voltou-se "contra os amos da véspera", com injúrias de uma "infâmia" e uma "ferocidade de canibais" tais que *O Combate* disse que sua dignidade não permitia reproduzir. Assustado, o governo paulista, "depois de ter suspendido essa subvenção, depois de ter sido por ela [*A Republica*] vilmente injuriado, voltou a dar-lhe um 'auxílio mensal'". Segundo *O Combate*, os homens do governo de Oscar Rodrigues Alves nivelaram-se aos "chantagistas" em negócios.

O jornal também disse que Sampaio Vidal, secretário da Fazenda, praticou um crime quando mandou dinheiro clandestinamente a jornais como *A Capital* para ser elogiado, "sem se lembrar de que os abissínios sempre apedrejaram o sol no ocaso". Sampaio Vidal e os jornais chantagistas eram réus do mesmo delito, com a diferença de que um pagava e os outros recebiam, todos lesando o erário estadual.

O Combate critica igualmente Cardoso de Almeida por ter "consentido o derrame de dinheiro à imprensa venal", em proporções só atingidas na época de Albuquerque Lins. E afirma: "Há cerca de 15 dias, *A Gazeta* apresentou ao sr. Cardoso de Almeida uma conta de 35 contos. Era o preço das descomposturas que na sua primeira coluna escreveram contra o sr. Julio Mesquita. [...] E os 35 contos foram pagos".

Barbosa Lima Sobrinho afirma que, segundo uma informação que lhe merecia confiança, o governo de Wenceslau Brás despendera 55 mil contos com a imprensa e que Rodrigues Alves nunca utilizara esse procedimento, mas não ignorava que vários de seus ministros recorriam a ele, abrindo verbas de "publicidade" nos orçamentos.7

Barreto Leite Filho disse à *Folha de S.Paulo* que todo jornal subvencionado pelo governo federal era automaticamente subvencionado pelos governos estaduais, com algumas exceções: "Havia alguns raríssimos governos estaduais, entre os quais o do Rio Grande do Sul, porque Borges de Medeiros era um homem extraordinariamente austero, que não dava dinheiro a jornal nenhum".8 No entanto, segundo Nelson Werneck Sodré, Borges de Medeiros dava dinheiro aos jornais *A Federação* e *O Paiz* a pedido de Washington Luís.9

O economista Eugênio Gudin lembrou, na edição de 160 anos do *Jornal do Commercio*, a generosidade do barão do Rio Branco em seus pagamentos à imprensa no Brasil e no exterior: "O barão do Rio Branco dava muita importância à publicidade, conquanto não em proveito próprio. Não exitava [sic], porém, em gastar, mesmo na imprensa europeia, quando julgava oportuno elevar o conceito do Brasil. Desse e outros saiu o refrão 'Dinheiro haja, senhor Barão', atribuído ao grande presidente Rodrigues Alves".

O refrão "E... dinheiro haja!" foi realmente muito utilizado pela imprensa com referência a Rio Branco. Danton Jobim corrobora esse hábito do barão ao perguntar: "Quem ignora que o grande homem de Estado [Rio Branco] não alimentava o menor escrúpulo em utilizar-se do recurso da subvenção a influentes jornalistas estrangeiros sempre que o aconselha o interesse do país?". Jobim reconhece que "Dinheiro haja" era a alusão obrigatória "aos gastos excessivos com que, segundo voz corrente, o barão alimentava sua diplomacia", mas afirma que ele nunca

precisou subvencionar jornais brasileiros.10

Se o governo brasileiro comprava a opinião dos jornais estrangeiros, os governos estrangeiros também compravam a opinião dos jornais brasileiros. Em 1923, o embaixador da França no Rio de Janeiro, A. R. Conty, escrevia que no Brasil, "mais do que em qualquer outro país, o jornalismo é uma atividade que deve reportar benefícios a quem nele trabalha. Os jornalistas brasileiros estão automaticamente do lado de quem paga mais. Nós podemos estar entre eles: é uma questão de dinheiro".

Ele propôs à Chancelaria comprar o *Jornal do Commercio* (ver p. 284). Não obteve aprovação, mas conseguiu influenciar a edição paulista desse jornal. Segundo o embaixador:

> como o cônsul alemão havia prometido ao dito jornal um presente de 50 toneladas de papel e material de impressão, mas não cumpriu sua promessa, o diretor do jornal, homem no fundo pouco recomendável e dos mais interesseiros, compreendendo que iria perder importantes clientes na colônia francesa, decidiu apoiar decididamente a nossa causa e mudar a orientação política.11

O embaixador não menciona quanto custou esse apoio.

Também eram comuns os pagamentos de empresas a jornalistas. Mário Hora conta que em 1910, durante a "Revolta de João Cândido" (ele não usa a expressão mais comum, Revolta da Chibata), foi até a sede da Light, como jornalista, para perguntar por duas irmãs e a noiva, que lá trabalhavam como telefonistas, e foi chamado pelo diretor:

> O senhor como irmão de duas empregadas da Companhia podia ter-se apresentado sem alegar sua condição de jornalista. A Light está habituada a tratar seus colegas de outra maneira. Veja. E abriu [um] "dossier". Nas páginas em branco estavam colados recortes das "campanhas" contra a Companhia, com uma anotação final: "Começada no dia tal e terminada no dia tal. Pagos tantos contos". Ali estavam recortes de vários jornais, jornalecos, revistas e revistecas com as respectivas quantias com que foram silenciados. Era uma clara e vergonhosa chantagem que esteve em moda por muito tempo e serviu como recurso para solucionar as aperturas financeiras de alguns periódicos da época.12

Mário Hora diz que saiu de lá "com a cara calçada de vergonha", e comentou que "ressalvadas honrosas exceções", o jornalismo era assim e continuou assim por alguns anos. No entanto, não é improvável que algumas dessas "campanhas" tivessem sido encomendadas pela própria empresa.

Um editorialista de *O Jornal* de Assis Chateaubriand disse que a Light pagava para que atacassem a companhia em áreas que funcionavam bem, para depois dizer que era vítima da imprensa. Samuel Wainer13 corrobora em suas memórias que a empresa distribuía propinas a todos os jornais do Rio, inclusive *A Manhã*, do Partido Comunista, e que os editorialistas mais influentes recebiam pagamentos para torná-los mais dóceis: "As exceções eram raríssimas". Quando Edmar Morel trabalhava no diário *A Batalha*, a Light dava aos repórteres oitenta passagens de bonde por semana para, quando escrevessem sobre acidentes, colocar a culpa no passageiro imprudente do bonde. Nelson Werneck Sodré escreveu que a Light mantinha em sua folha de pagamentos influentes personalidades que pudessem alterar a dinâmica de seus

negócios no país.

Vários donos de jornal foram colocados como exemplo de ávidos receptores de dinheiros públicos, e também privados, mas de maneira alguma foram os únicos: João Lage de *O Paiz*, José do Patrocínio da *Cidade do Rio* e Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados.

Em 1924, Chateaubriand procurou a embaixada da França, segundo esta informou à Chancelaria em Paris, "apesar de seu passado germanófilo", para pedir ajuda financeira em troca de "promessas de neutralidade e mesmo de amizade". Poucas semanas depois, ele rompeu o contrato com a agência de notícias francesa Havas e passou a publicar informações apenas da norte-americana United Press, continuando com sua política germanófila e antifrancesa. Não obstante, pediu autorização da embaixada para publicar os artigos do ex-presidente francês Poincaré, que apareciam num jornal argentino, e se comprometeu a arcar com os custos de transmissão de Buenos Aires ao Rio. Depois, segundo a embaixada, exigiu que as firmas francesas colocassem anúncios para pagar as despesas, "mostrando, uma vez mais, sua legendária falta de escrúpulos".14

Numa briga com Chateaubriand, o interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, anunciou falcatruas envolvendo seu antecessor, Estácio Coimbra, e os Diários Associados, que teriam recebido quase cem contos de réis para publicar informações favoráveis. Ele mostrou algumas faturas, e Chatô reagiu dizendo que aquilo não era nem imoral nem ilegal, mas uma prática comum:

> Do governo de Pernambuco recebemos o que receberam os jornais do Rio e de São Paulo: a importância da mensagem do governador do estado [...] algumas vezes essa mensagem era dada na íntegra, outras vezes em tópicos. O pagamento feito a nós era feito igualmente ao *Jornal do Commercio*, ao *Correio da Manhã*, a *O Globo*, ao *Estado de S. Paulo* e aos demais jornais que inseriam as mensagens.

Não é possível avaliar se os outros jornais mencionados pelo fundador dos Diários Associados foram pagos para publicar matérias favoráveis ao governo de Pernambuco ou se foram citados aleatoriamente por ele como justificativa. Mas o caso mostra como Chateaubriand considerava normal vender as informações e a opinião de seus jornais.

Os jornalistas também participaram da distribuição generosa de dinheiro, prebendas e empregos do governo. Até meados do século XX, o trabalho na imprensa era mal remunerado e exigia, para sobreviver, uma fonte de renda alternativa. Muitos recebiam dinheiro e empregos pelo fato de serem jornalistas.

Miguel de Arco e Flexa, que foi diretor de *A Gazeta* de São Paulo, escreveu que no começo do século XX, quando entrou na imprensa:

> Trabalhar em jornal [...] significava obter um "passe-par-tout". [...] Trabalhar em jornal era um "bico". [...] Assegurava, a quem fosse admitido no círculo fechado que era a imprensa daquele tempo, uma esperança de tornar-se alguma coisa no "mundo". Por exemplo, fazer-se funcionário público para assegurar-se, no fim do mês, um vencimento certo.15

A prática dos jornalistas de ocupar empregos públicos continuou. Segundo os "Cadernos da

Comunicação", "Jornais como *O Globo*, *Diario de Noticias*, *Correio da Manhã*, todos eles tinham seus redatores-chefes ocupando excelentes cargos públicos. Lá no *Diario Carioca* havia um grupo que trabalhava no governo, outro na Câmara de Vereadores, de Deputados e no Senado. Com isso, o jornalista andava no fio da navalha, estava sempre comprometido". José Maria da Silva Perdigão, em depoimento à ABI, disse que, "em geral, os jornalistas que faziam essa parte política tinham sempre um emprego no Senado ou na Câmara". Paulo Motta Lima foi ainda mais explícito: "Na maioria dos casos, os jornalistas do governo eram contemplados com nomeações para cargos públicos, em repartições onde não tinham obrigação de comparecer".

O *Diario Carioca* tem sido apontado como um caso evidente de empreguismo público. Pagava mal e atrasava os salários, mas a direção arrumava empregos públicos para os jornalistas.

Segundo depoimento de Janio de Freitas:

> O *Diario Carioca* era uma empresa destinada a produzir recursos para seus proprietários: Horácio de Carvalho Jr., J. E. de Macedo Soares e até alguns não proprietários, diretores do jornal. Era conveniente para essas pessoas manter um relacionamento dúbio e, às vezes, mudar de posição em 24 horas em função de uma possibilidade de negócios, de participação no governo, de indicação de alguém para a Sumoc,16 para IBGE etc.

Ainda segundo Freitas:

> Várias pessoas do *Diario Carioca* pretenderam compensações pelo papel que haviam desempenhado durante a campanha antigetulista. E o Café Filho, que foi benevolente com outros jornais, não foi com o *Diario Carioca*. A única pessoa convidada para ocupar um cargo foi o Prudente de Moraes, neto.17

Depois, o jornal mudou de casaca e apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek.

> Quando Juscelino foi eleito, houve uma corrida da direção do *Diario Carioca*, acompanhada de alguns redatores, repórteres políticos, ao Catete, numa disputa de cargos, de nomeações, absolutamente carnavalesca.
>
> Isso sempre foi muito característico do *Diario Carioca*. Não que fosse só ele, mas isso no *Diario Carioca* era o fundamental de sua atividade, a despeito de haver nele, contraditoriamente, uma equipe de jornalistas que se formou de uma maneira tão profissional que acabou vindo a ter uma influência decisiva no desenvolvimento da imprensa brasileira "dita moderna".18

Carlos Castello Branco, que foi nomeado procurador do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), reconheceu, em entrevista, a distribuição de empregos públicos aos jornalistas do *Diario Carioca*:

> Durante o governo de Café Filho, Odylo Costa, filho era procurador geral do IAPC. Era meu amigo e, para me ajudar, me colocou como redator do IAPC, a mim e a Ferreira Gullar. A profissão de jornalista ainda não dava estabilidade, embora os salários estivessem melhorando. O *Diario Carioca* e a *Última Hora* melhoraram muito o padrão do jornalista. Então, eu pedi ao Autran Dourado, que era secretário de imprensa do Juscelino, que me arranjasse um lugar de procurador. E o Autran, muito meu amigo, ia muito em casa, acabou arranjando. E fui nomeado em 1960 pelo Juscelino.19

Ferreira Gullar disse à revista *Comunicação* que no "*Diario Carioca* alguns jornalistas eram pagos pelo governo, em empregos conseguidos pela direção do jornal. Luiz Paulistano [chefe de redação] era funcionário do DCT".20

Evandro Carlos de Andrade era conferente da Casa da Moeda e redator-chefe do *Diario Carioca*. Trabalhava de três a quatro horas por dia contando moedas, depois foi funcionário do Ministério da Fazenda. Segundo ele: "Em Brasília, todo jornalista era funcionário público. De certa maneira, fazia parte da ética da profissão — que era muito mal paga — complementar o salário com um emprego público. Quando fui dirigir *O Globo* pedi demissão do Ministério da Fazenda". Ainda segundo Andrade, quando Armando Nogueira trabalhava no *Diario Carioca*, foi viajar com João Goulart, que o nomeou "advogado ou algo assim de um daqueles institutos de previdência".

A distribuição de cargos públicos em Brasília, num passado não tão remoto, mencionada por Evandro Carlos de Andrade, foi confirmada por Villas-Bôas Corrêa em entrevista à revista *Imprensa*:21

> Pergunta — "O Congresso emprega muito jornalista?"
>
> Resposta — "E ninguém trabalha. Não há emprego só para jornalista. É a família toda. [...] Uma família de jornalista tinha 18 de seus membros no funcionalismo do Congresso, sem contar os colaterais e os genros".
>
> "Chega-se a um ponto em que não se sabe se o sujeito é representante do jornal no órgão ou representante do órgão no jornal. As duas coisas se misturam, fazem uma amigação (?) moral".

Fernando Pedreira, que mais tarde seria diretor de redação de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil*, disse à revista *Imprensa*: "Na época do parlamentarismo, o então primeiro-ministro San Thiago Dantas havia me nomeado oficial da Chancelaria, a minha revelia, por interferência de Renato Archer".22 O biógrafo de Rubem Braga escreveu que "na tradição mineira os jornalistas trabalhavam em imprensa oficial ou no gabinete do governador ou ministro."23

Nos anos 1970, *O Estado S. Paulo* publicou várias matérias sobre as subvenções pagas a jornais e jornalistas no antigo estado do Rio de Janeiro, antes de sua fusão com o estado da Guanabara. Um bom número dos meios de comunicação e dos jornalistas do estado sobrevivia graças às verbas oficiais. Em janeiro de 1973, o *Estado* informou que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Rio iniciara o pagamento de faturas "frias" como forma de "auxílio financeiro" a jornalistas credenciados na casa. O governador Raymundo Padilha já concedia uma verba ao sindicato dos jornalistas para comprar brinquedos aos filhos dos associados. Mais de 70% dos filiados ao sindicato participaram da distribuição da verba dos brinquedos; apenas quarenta jornalistas não receberam.

O governo fluminense pagava subvenções à quase totalidade das emissoras de rádio, cinquenta semanários e dez diários, de acordo com critérios políticos. Os beneficiados se comprometiam a divulgar as obras do governo. Para preparar esse material, um *pool* de jornalistas recebia as notícias oficiais e as "trabalhava" para distribuí-las aos jornais.

Segundo o *Estado*, era comum a distribuição de subvenções a jornais fluminenses que só editaram dois ou três números; seus diretores recebiam mensalmente entre quinhentos e 15 mil cruzeiros, em nome de empresas que não mais existiam. Dos dez diários, apenas não eram

subvencionados o *Diário de Petrópolis*, cujo dono era filiado ao MDB, e *A Tribuna* de Niterói, cujo proprietário discordava dos critérios de distribuir o dinheiro. A oposição ao governo estadual levou a *Tribuna* a uma situação de quase insolvência, com débitos com o INPS. Os dois jornais fora do esquema foram convocados pelo diretor da Polícia Política do Estado (Dops). O diretor do *Diário de Petrópolis* disse que as duas convocações, assim como o corte de todos os anúncios oficiais, foram inspiradas pelo governador Raymundo Padilha para abrandar as críticas.

O jornal que mais anúncios recebia do governo era *O Fluminense*, o único diário em todo o estado impresso em rotativa, controlado por Alberto Torres, irmão de um ex-governador do estado. Vivia dos anúncios classificados e dos subsídios, enquanto outros dependiam apenas dos subsídios. O valor total das subvenções para a imprensa fluminense era de 600 mil cruzeiros. O governo do Rio chegou a pagar 500 mil cruzeiros por um suplemento publicado em um diário carioca.

Quando os estados do Rio e da Guanabara se fundiram, o brigadeiro Floriano Peixoto Faria Lima foi nomeado, em 1974, governador do estado unificado pelo presidente Ernesto Geisel. Ele suspendeu o pagamento das subvenções assim como a publicação de editais e anúncios e decidiu que no futuro o governo só anunciaria em jornais que apresentassem a inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes.

Villas-Bôas Corrêa menciona o caso de um repórter do *Globo*, Antônio Viana, que ficara quase milionário como corretor exclusivo da publicidade institucional do Serviço Social da Indústria (Sesi), graças à sua amizade com Euvaldo Lodi. Faturava por mês "mais do que a soma dos nossos salários de um ano".24

Ricardo Noblat menciona que em Brasília era raro o jornalista de um salário só, e diz que conheceu um com quatro empregos: um no *Jornal do Brasil*, outro no *Estado de S. Paulo*, que era funcionário do Senado e de um banco mineiro: "Um jornalista assim carecia de independência para exercer seu ofício".25

Até há pouco tempo, o pagamento de "subsídios" em algumas ocasiões era justificado por jornalistas de prestígio. Barbosa Lima Sobrinho escreveu que a ausência de uma imprensa partidária isola os governos privando-os de defesa e perguntou: "Que fazer, senão acudir-se do processo das subvenções?".

> Justifica-se também, quanto ao profissionalismo da imprensa, a aceitação daqueles auxílios governamentais, uma vez que luta asperamente para manter a sua gazeta. O caso de Justiniano da Rocha, por exemplo, tem defesa. Adepto de um partido político e mantendo sua folha numa época em que o jornal trazia *deficit* avultado, a subvenção constituía, não só uma recompensa de seu trabalho, como o meio de manter a gazeta e, consequentemente, a propaganda do partido a que se filiava.

Barbosa Lima Sobrinho assinala, porém, que o uso da subvenção, defensável nesses termos, merece censura quando se afasta de tais limites, e que há "folhas que se fundam exclusivamente para conquistar direitos aos cofres públicos". Ele sugere que o governo limite as subvenções,

evitando que sejam recebidas por periodiqueiros mais ou menos chantagistas e limitando a subvenção a jornais eficientes de grandes tiragens.26 O que Barbosa Lima Sobrinho não explica é como a imprensa subvencionada poderia manter sua independência e cumprir com sua obrigação de fiscalizar o governo se sua sobrevivência dependesse dele.

Os governos já recorreram à violência física, às ameaças, à arbitrariedade e à tortura para eliminar as críticas da imprensa. Ultimamente vêm mostrando preferência por comprar os elogios com dinheiro ou favores. A imprensa tem uma memória longa para lembrar que as alternativas mencionadas de pressão ou persuasão não foram necessariamente abandonadas, e também para saber que há circunstâncias em que a subvenção, direta ou indireta, é mais insidiosa e pode ser mais perigosa para a liberdade de imprensa do que as ameaças.

RELAÇÃO VNIVERSAL,
DO QVE SVCCEDEO EM PORTVGAL,
& mais Prouincias do Occidente, & Oriente, deſdo
mes de Março de 625. atê todo Setembro de 626.
Contem muitas particularidades, &
corioſidades.

*Ordenada por Franciſco d'Abreu natural
da Cidade de Lisboa.*

Com todas as licenças neceſſarias.

EM BRAGA.
Impreſſa por Fructuoſo Lourenço de Baſto, anno de 1627.

1. Uma das primeiras relações — folhas informativas impressas — escritas em Portugal, é atribuída a Manuel Severim de Faria. Relata acontecimentos ocorridos em 1626 com pouco sentido de atualidade. Foi impressa em Lisboa nesse ano e reimpressa em Braga no ano seguinte. Uma segunda relação com os eventos de 1627 foi estampada em Évora naquele ano.

ASTRO DA LUSITANIA.

Num. I.

Eu desta vida só fico contente,
Que a minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

LISBOA, 30 DE OUTUBRO DE 1820.

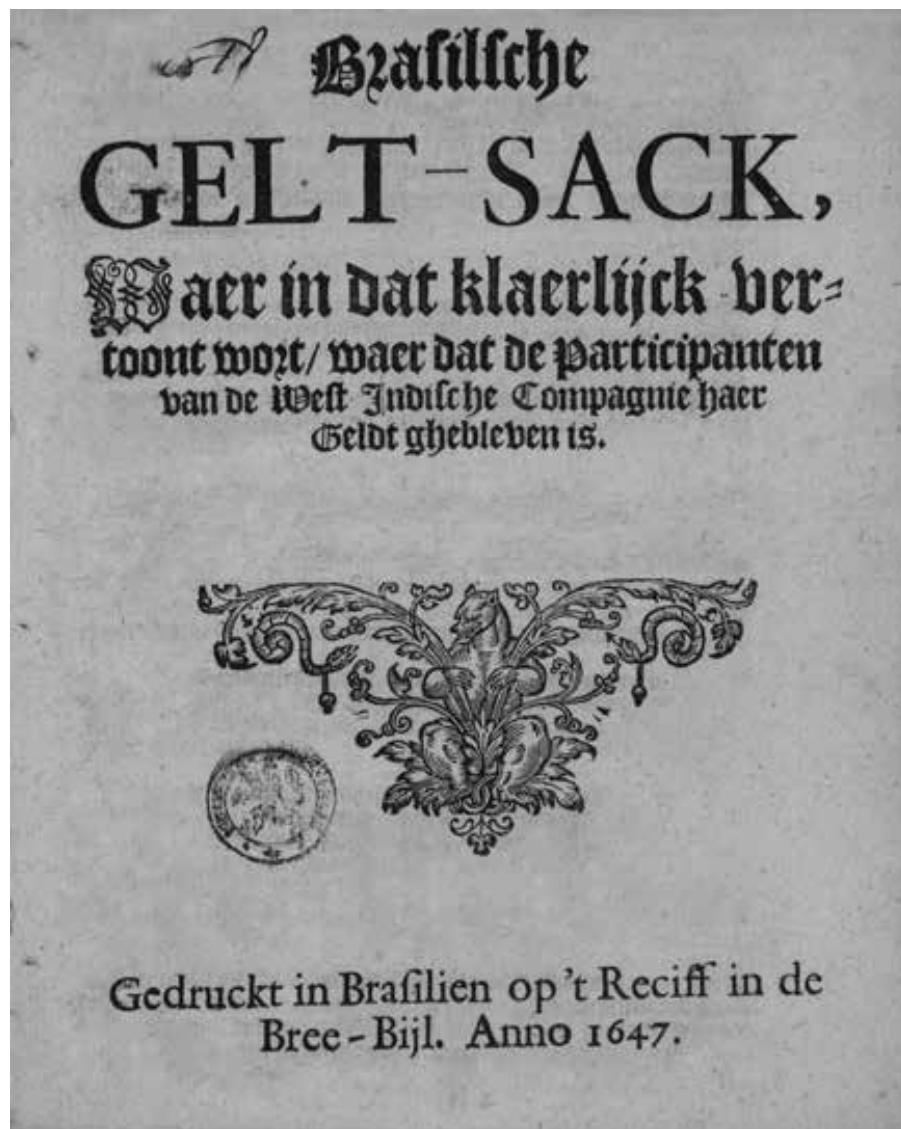
INTRODUCÇÃO.

2. Com a Revolução do Porto de agosto de 1820 e o fim da censura, surgiu em Portugal uma infinidade de novas publicações. O *Astro da Lusitania*, trissemanal, a folha mais popular de Lisboa, era ultraliberal e ligeiramente anticlerical. Publicava abundante informação sobre o Brasil. Teve vida curta, de 1820 a 1823, fechado por decisão do governo. Seu redator era Joaquim Maria Alves Sinval.

Brasilsche

GELT-SACK,

Waer in dat klaerlijck ver-
toont wort/ waer dat de Participanten
van de West Indische Compagnie haer
Geldt ghebleven is.

Gedruckt in Brasilien op 't Reciff in de
Bree-Bijl. Anno 1647.

3. Maurício de Nassau, quando esteve em Pernambuco no segundo quartel do século XVII, não conseguiu receber da Holanda a tipografia que pedira. No entanto, há na Biblioteca Nacional uma série de brochuras escritas em holandês, que sugerem terem sido impressas em Recife. Alfredo de Carvalho diz que se trata de um libelo difamatório anônimo; hoje acredita-se que foi estampado na Holanda.

Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt.

4. Obra provavelmente escrita em 1514, por autor até hoje desconhecido. É o relato de viagem de duas caravelas autorizadas pelo rei de Portugal para explorar a costa do Brasil e que teria chegado, pela descrição, até o rio da Prata. Suas informações foram incorporadas no globo terrestre feito por Johannes Schöner, em 1515. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional. Foi escrita em um alemão arcaico "horrível", segundo Stefan Zweig.

DELA DIFERENCIA ENTRELO

TEMPORAL YETERNO

CRISOL DE DESENGAÑOS, CONLA ME
MORIA DELAETERNIDAD POSTRIMERIAS HV
MANAS, YPRINCIPALES MISTERIOS DIVINOS

POR EL

P. IVAN EVSEBIO NIEREMBERG

DELA COMPANIA DE

IESVS

Y TRADVCIDOEN LENGVA GVARANI

POR EL PADRE

IOSEPH SERRANO

DELAMISMA COMPAÑIA.

DEDICADO ALAMAGESTAD DEL

ESPIRITV SANTO

CONLICENCIA DELEXELENTISSIMO

SENOR

D.MELCHCR LASSO DE LA VE
GA PORTO CARRERO

Virrey, Governador, y Capitan general del Peru

Impresso en las Doctrinas Año de M.D.CC.V.

5. Uma das obras estampadas nas missões jesuíticas da "Província do Paraguai" no começo do século XVIII. Foi escrita pelo padre espanhol Juan Eusebio Nieremberg y Otín e traduzida para o guarani pelo padre José Serrano, em quatro volumes. Sua qualidade gráfica é comparável às melhores obras impressas na Europa na época. É o livro mais conhecido e de maior valor dos impressos nas missões.

D. O. M.

LUZEIRO EVANGELICO

Que moſtra à todos os Chriſtaõs das Indias orientais o caminho vnico, ſeguro, & certo da recta Fè, para chegarem ao porto da ſalvação eterna, ou

INSTRVCÇAÕ

dos principais Artigos da Religião chriſtaõ controvertidos, os quais ſe explicaõ com claridade, & ſe provaõ com evidencia pela Eſcritura ſagrada, pelos ſacros Concilios, & ſantos Padres dos primeiros ſeculos.

Obra de muita vtilidade para os Miniſtros, & chriſtaõs todos Catholicos, & Proteſtantes doutos, & indoutos.

Dedicada ao

SANTISS. PADRE, E PASTOR

DA IGREJA CATHOLICA

CLEMENTE XI.

PONTIFICE MAXIMO,

Pelo R. P. Fr. Joaõ Bauptiſta Morelli de Caſtelnovo Menor Obſerv. Ref. da Provincia Romana, Miſſionario Apoſtolico pola Sac. Congregacion de Propaganda Fide.

A devoçaõ do Sargento-maior D. Franciſco de Olavide, morador de Manilla.

Eſcrita em S. Thome Cidade da India oriental, Anno de 1708 & impreſſa em Mexico Cidade da India occidental Anno de 1710.

6. Primeira obra impressa em português na América, foi escrita nas Filipinas por frei João Bauptista Morelli del Castelnovo. Não foi estampada no Brasil, onde não havia tipografias, mas no México, em 1710. E não era destinada ao Brasil, mas às Índias Orientais. Um dos três exemplares conhecidos está na Biblioteca Municipal de São Paulo. *D.O.M.* significa em latim *Deo Optimo Maximo*, "Deus, o melhor e o maior".

7. Em 1808, pouco antes da instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, o padre José Joaquim Viegas de Menezes imprimiu um opúsculo com um poema dedicado ao governador da província de Minas Gerais. Como era difícil fundir os tipos para a composição do texto, ele utilizou a técnica da calcografia, que consiste na gravação de letras e imagens em chapas de cobre. Na gravura, o governador e sua mulher.

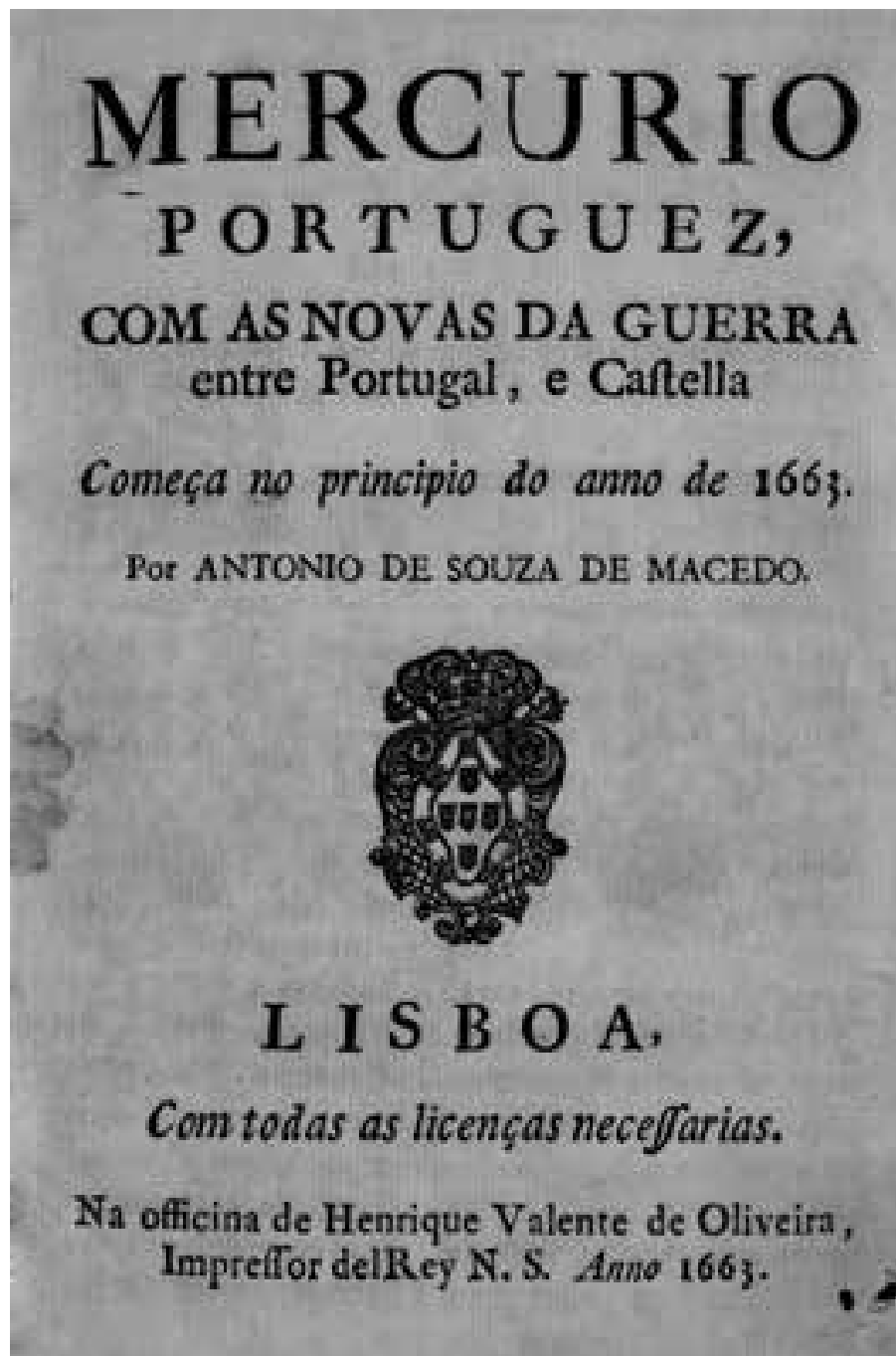
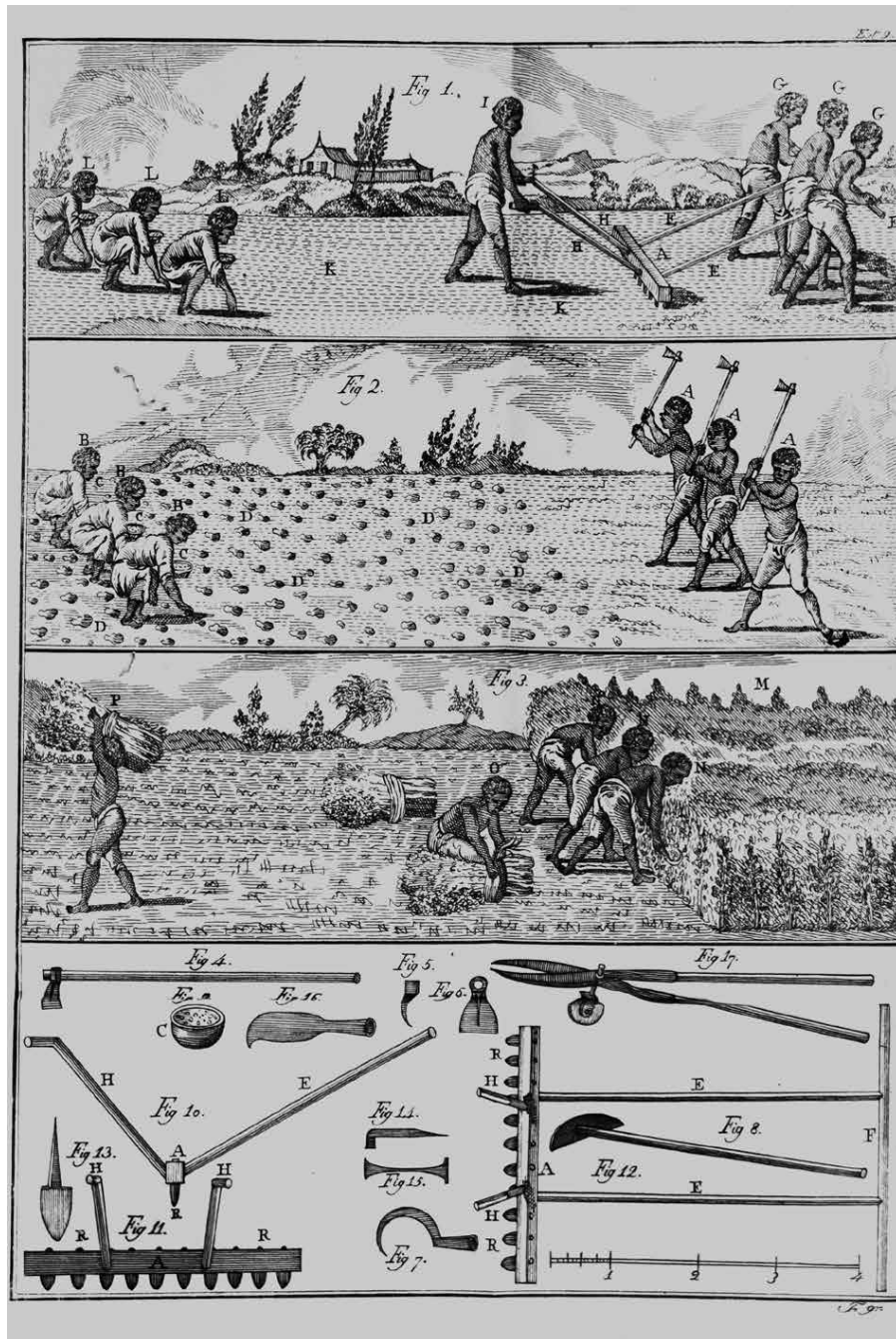
MERCURIO
PORTUGUEZ,
COM AS NOVAS DA GUERRA
entre Portugal, e Castella

Começa no principio do anno de 1663.

Por ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO.

LISBOA.

Com todas as licenças necessarias.

Na officina de Henrique Valente de Oliveira,
Impressor delRey N. S. *Anno* 1663.

8. Periódico de circulação mensal, foi escrito por António de Souza de Macedo, considerado o primeiro jornalista de Portugal. Polêmico e panfletário, seu objetivo era levantar o ânimo dos portugueses na guerra com a Espanha. O jornal circulou de 1663 a 1667, quando foi suspenso pela rainha Maria Francisca, e seu redator, desterrado. Macedo disse que deixava o *Mercurio* "por não ter espírito de mártir nem cobiça para ladrão".

9. *O fazendeiro do Brazil*, obra em onze volumes, foi publicada pela Casa Literária do Arco do Cego de Lisboa, uma instituição de excelente qualidade editorial e gráfica, que funcionou de 1799 a 1801, quando foi incorporada à Impressão Régia. Foi dirigida pelo padre franciscano frei José Mariano da Conceição Veloso, nascido em Minas Gerais. Grande parte do trabalho foi orientado para a melhora da produção agrícola e mineral do Brasil.

10. Os índios guaranis construíram uma tipografia nas missões jesuíticas, orientados pelos padres. O prelo foi feito de madeira, e para fundir os tipos fizeram uma liga de chumbo, estanho e ferro. Foram instalados fornos para fundir um minério com 60% de teor de ferro. A tinta foi feita a partir de uma madeira conhecida como "tapy". Com essa oficina improvisada conseguiram uma alta qualidade gráfica, que funcionou de 1700 a 1727.

RELAÇAÕ
DA ENTRADA QUE FEZ
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR
D.F. ANTONIO
DO DESTERRO MALHEYRO
Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747. havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomeação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi.
COMPOSTA PELO DOUTOR
LUIZ ANTONIO ROSADO
DA CUNHA
Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Residuos do Rio de Janeiro.

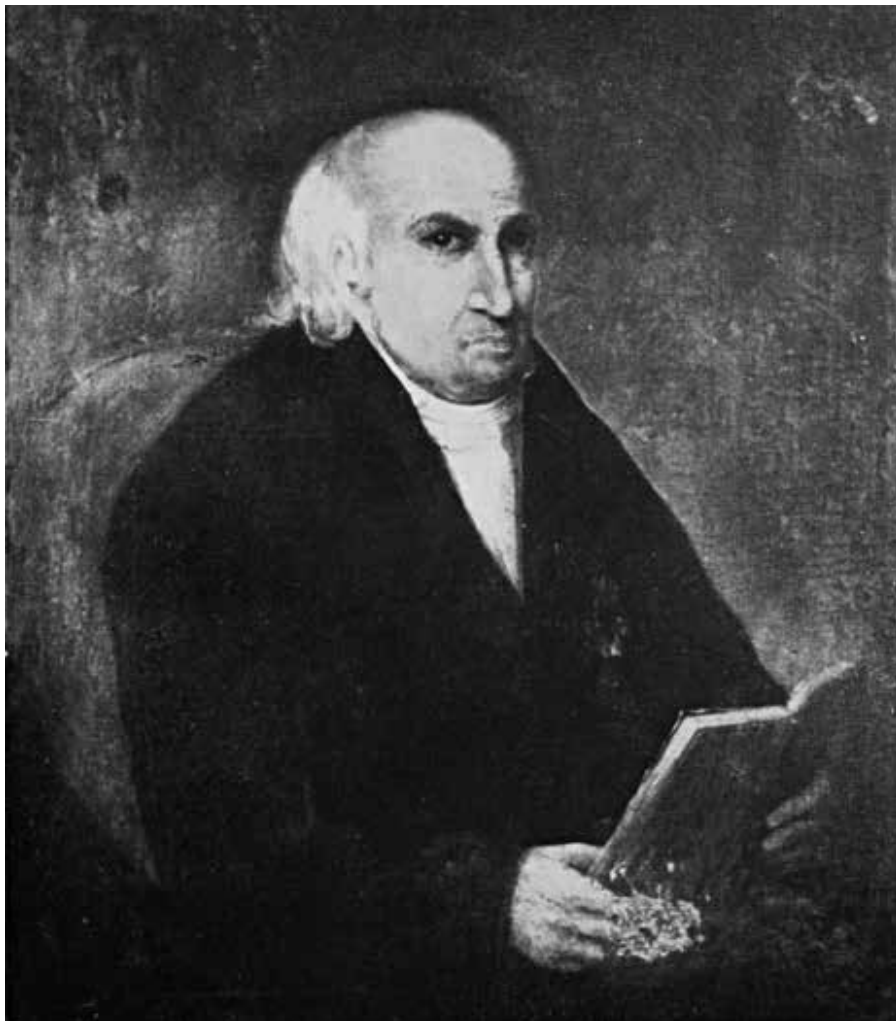
RIO DE JANEIRO
Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONCECA.

Anno de M. CC. XLVII.
Com licenças do Senhor Bispo.

11. Primeira obra estampada no Brasil de que se tem notícia, data de fevereiro de 1747. Foi escrita pelo "juiz de fora" Luís António Rosado da Cunha e relata os festejos no Rio de Janeiro pela chegada do bispo Antonio do Desterro Malheyro. Foi impressa pelo tipógrafo português António Isidoro da Fonseca. Quando a Corte de Lisboa teve conhecimento dessa obra, mandou fechar a tipografia.

בראשית ברא
אלהים את
השמים ואת
הארץ: והארץ
היתה תהו ובהו
וחשך על פני
תהום ורוח אלהים מרחפת על פני
המים: ויאמר אלהים יהי אור ויהי אור:
וירא אלהים את האור כי טוב ויבדל
אלהים בין האור ובין החשך: ויקרא
אלהים לאור יום ולחשך קרא לילה
ויהי ערב ויהי בקר יום אחד:
ויאמר אלהים יהי רקיע בתוך
המים ויהי מבדיל בין מים למים: ויעש
אלהים את הרקיע ויבדל בין המים
אשר מתחת לרקיע ובין המים אשר
מעל לרקיע ויהי כן: ויקרא אלהים
לרקיע שמים ויהי ערב ויהי בקר יום
שני: ויאמר
אלהים יקוו המים מתחת השמים אל
מקום אחד ותראה היבשה ויהי כן:
ויקרא אלהים ליבשה ארץ ולמקוה
המים קרא ימים וירא אלהים כי טוב:
ויאמר אלהים תדשא הארץ דשא
עשב מזריע זרע עץ פרי עשה פרי
למינו אשר זרעו בו על הארץ ויהי
כן: ותוצא הארץ דשא עשב מזריע
זרע למינהו ועץ עשה פרי אשר זרעו
בו למינהו וירא אלהים כי טוב: ויהי
ערב ויהי בקר יום שלישי:

ויאמר אלהים יהי מארת ברקיע
השמים להבדיל בין היום ובין הלילה
והיו לאתת ולמועדים ולימים ושנים:
והיו למאורת ברקיע השמים להאיר
על הארץ ויהי כן: ויעש אלהים את
שני המארת הגדלים את המאור
הגדל לממשלת היום ואת המאור
הקטן לממשלת הלילה ואת הכוכבים
ויתן אתם אלהים ברקיע השמים
להאיר על הארץ: ולמשל ביום
ובלילה ולהבדיל בין האור ובין
החשך וירא אלהים כי טוב: ויהי ערב
ויהי בקר יום רביעי:
ויאמר אלהים ישרצו המים
שרץ נפש חיה ועוף יעופף על הארץ
על פני רקיע השמים: ויברא אלהים
את התנינם הגדלים ואת כל נפש
החיה הרמשת אשר שרצו המים
למינהם ואת כל עוף כנף למינהו
וירא אלהים כי טוב: ויברך אתם
אלהים לאמר פרו ורבו ומלאו את
המים בימים והעוף ירב בארץ: ויהי
ערב ויהי בקר יום חמישי:
ויאמר אלהים תוצא הארץ נפש חיה
למינה בהמה ורמש וחיתו ארץ למינה
ויהי כן: ויעש אלהים את חית הארץ
למינה ואת הבהמה למינה ואת כל
רמש האדמה למינהו וירא אלהים
כי טוב: ויאמר אלהים נעשה אדם
בצלמנו כדמותנו וירדו בדגת הים

12. O *Pentateuco* foi a primeira obra impressa em Portugal, em 1487, na cidade de Faro, por Samuel Gacon, em hebraico. O único exemplar de que se tem notícia se encontra na British Library, em Londres.

13. José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, inspirou a Carta Régia que proclamou a abertura dos portos do Brasil em 1808. Com o fim da censura, foi o primeiro brasileiro a redigir e editar um jornal de propriedade privada, o *Conciliador do Reino Unido*. Extremamente conservador, foi a favor da censura à imprensa e defendeu a monarquia absoluta e o liberalismo econômico. Publicou diversos jornais no período da Independência e polemizou com as publicações liberais.

14. José Bonifácio de Andrada e Silva foi o orientador político de *O Tamoyo*, jornal agressivo e de linguagem virulenta, mas também elogiado pela amenidade e elegância do estilo. O principal alvo das críticas eram os portugueses instalados no Brasil. Como ministro de Estado e preocupado com a estabilidade política, José Bonifácio fechou jornais influentes como o *Reverbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* e perseguiu os seus redatores.

Anno de 1827. Numero 1.

A AURORA FLUMINENSE.

JORNAL POLITICO, E LITTERARIO.

Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia,
He a nossa obrigação.
Por S. M. O IMPERADOR D. PEDRO I.

Sexta feira 21 de Dezembro.

INTRODUCÇÃO.

15. *A Aurora Fluminense* foi um jornal moderado numa época em que a imprensa se caracterizou pelo extremismo e desmando da linguagem: "Queremos Constituição, não queremos Revolução", dizia. Mas houve ocasiões em que foi tão agressivo como os concorrentes. Seu redator foi o livreiro autodidata Evaristo da Veiga, cuja influência foi decisiva durante o período inicial da Regência, quando exerceu uma ditadura da opinião.

N. 14

A MALAGUETA.

SEIS DE ABRIL DE 1822.

Quando se diz á cerca dos Negocios do Estado — que me importa! — deve-se contar que o Estado está perdido.

J. J. Rousseau.

Carta que a S. A. R. dirige o Redactor.

16. *A Malagueta*, bem escrito e argumentado, evitava ataques diretos; as críticas mais ferinas eram precedidas de elogios. Usado também para pedir favores, tanto criticava o governo como o bajulava. Seu redator foi o português Luís Augusto May, ex-seminarista, tenente de artilharia e dotado de sólidos conhecimentos jurídicos. Foi violentamente agredido duas vezes, talvez por ordens do imperador.

17. Cipriano Barata, panfletário, agitador, exaltado, foi provavelmente o jornalista que mais prisões militares conheceu em toda a história da imprensa brasileira ao ser condenado pelo crime de opinião. Foi um dos inspiradores da Revolução de Pernambuco de 1817. Publicou vários jornais cujos títulos começavam com *Sentinella da Liberdade na Guarita de*... A seguir vinha o nome da prisão da qual escrevia.

CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

18. Foi escrito e impresso mensalmente em Londres, a partir de 1808, uma vez que não era possível publicá-lo no Brasil "pela censura prévia" e "pelo perigo a que seus redatores se exporiam", segundo seu redator, José Hipólito da Costa. Opunha-se ao poder absoluto do monarca, pedia o fim da escravidão e dos monopólios públicos. Deixou de ser publicado em 1822, quando já não havia censura e o Brasil era independente.

N. I. 40 rs.

DIARIO
DO RIO DE JANEIRO.

SEXTA FEIRA, 1. DE JUNHO, E [illegible] DO ANNO 1821.

S. Firmo M. O B. Jacobo de Sorapa. F. *Começa a Novena do Espirito Santo, e a Trezena de Santo Antonio.*

Observações Meteorologicas, feitas no dia 31 de Maio.					
Horas	Thermometro.		Barometro		Estado do Ceo.
	Fahrenheit	Reaumur.	Pollegadas Franc.	Pollegadas Ingl.	
7 manhã	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Sol [illegible]
Meio dia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 tarde	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

O Sol nasce ás 6 horas 50 minutos, passa pelo Meridiano ás 11 horas 57 minutos 25 segundos, e põe-se ás 5 horas 24 minutos.

A Lua põe-se ás 6 horas 28 minutos da noite.

Marés. { Preamar ás 3 horas 50 minutos da tarde, e ás 4 horas 15 minutos do dia 2. Baixamar ás 10 horas e 3 minutos da noite.

19. Primeira folha diária e precursora da imprensa econômica no Brasil, foi lançada em 1821 por Zeferino Vito de Meirelles. Era conhecido como *Diario do Vintém* e *Diario da Manteiga*, e anunciava uma relação detalhada das mercadorias. Passou a publicar informações políticas e se tornou um dos mais importantes jornais do Segundo Império. Teve um fim melancólico.

ALEXANDRE POPE.

ENSAIO

SOBRE A CRITICA

DE

ALEXANDRE POPE

TRADUZIDO EM PORTUGUEZ

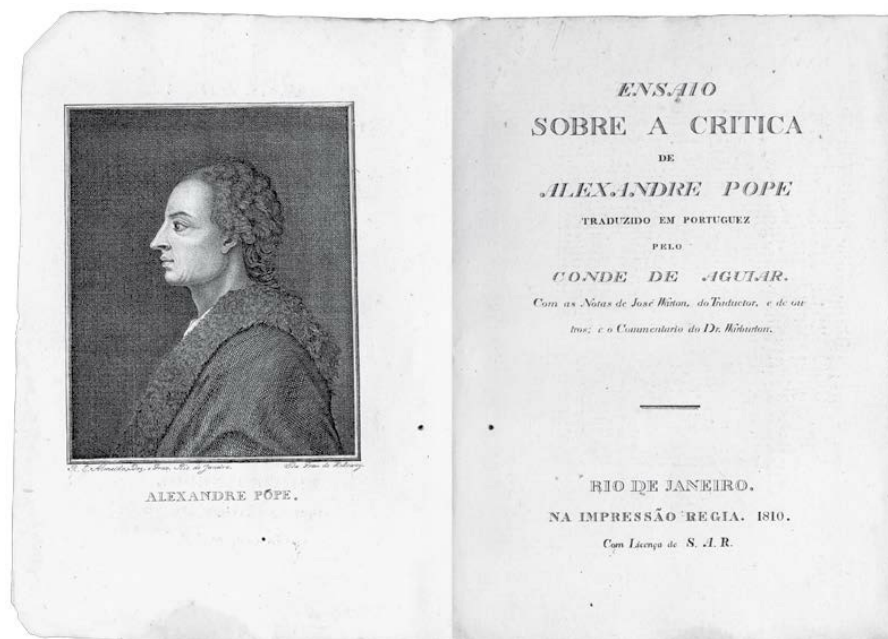
PELO

CONDE DE AGUIAR.

Com as Notas de José Warton, do Traductor, e de outros; e o Commentario do Dr. Warburton.

RIO DE JANEIRO.

NA IMPRESSÃO REGIA. 1810.

Com Licença de S. A. R.

20. A Impressão Régia do Rio de Janeiro chegou a alcançar uma elevada qualidade gráfica. O primeiro livro ilustrado que estampou foi o *Ensaio sobre a crítica de Alexandre Pope* em 1810, cuja alta qualidade foi destacada por Paulo Duarte.

Num. 1 1

GAZETA DE LISBOA.

Com Privilegio de S. Mageſtade.

Terça feira 1 de Janeiro de 1743.

INTRODUCÇAM
As futuras noticias do preſente Anno.

DEU fim o anno de 1742, deixando armados nam ſó na Europa, mas ainda na Aſia, e na America varios theátros, em que os curioſos da hiſtoria moderna veram repreſentar neſte, em que entramos, as fataes ſcenas, que tem preparado a diſcordia; e os Politicos obſervarám os efeitos das máquinas, que ſe tem diſpoſto nos Cabinetes dos Principes beligerantes; porque tomando cada hum as medidas ás ſuas forças, e aos ſeus intereſſes, acrecentarám para a decoraçam do acto todas as figuras, que lhe parecerem neceſſarias, ou aumentando as ſuas Tropas, ou empregando a ſubtileza das ſuas negociações; e ſe havemos de dar credito ás linhas, que vam lançando os ſeus deſignios, bem podemos eſperar ver novos re-

A pre-

21. Lançada em 1715, a *Gazeta de Lisboa* era uma folha oficial que publicava notícias do exterior e pouca informação sobre Portugal. Foi escrita durante mais de quarenta anos por José Freire de Monterroio. Passou em 1760 a ser controlada pelos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Foi fechada pelo marquês de Pombal entre 1762 e 1778. Serviu como modelo para a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

22. A *Gazeta do Rio de Janeiro* começou a ser publicada em 1808, depois da chegada ao Brasil da Corte e da família real portuguesa. Tinha como modelo a *Gazeta de Lisboa* e, como esta, era propriedade dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Trazia notícias do exterior, em especial da Guerra Peninsular contra a França, atos oficiais e informação laudatória, além de anúncios. Era escrita por frei Tibúrcio José da Rocha.

23. Hipólito José da Costa foi o primeiro e, talvez, o mais admirado dos jornalistas brasileiros, apesar de ter morado no exterior a maior parte da vida adulta. Nasceu na Colônia do Sacramento, hoje território uruguaio, e estudou em Coimbra. Maçom, ficou encarcerado na prisão da Inquisição em Lisboa, em regime de "rigorosa incomunicabilidade", mas conseguiu fugir para a Inglaterra, onde escreveu e editou o *Correio Braziliense* durante dezessete anos.

Num. I.

IDADE D'OURO

DO BRAZIL.

Terça feira 14 de Maio de 1811.

Fallai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.

Sá, e Miranda.

GRAMBRETANHA.

Londres 10 de Fevereiro de 1811.

QUarta feira 6 do corrente teve lugar a Ceremonia da installação do Principe de Galles em Regente da Gram-Bretanha por virtude de hum acto do Parlamento, que em consequencia do estado de molestias do Rei seu Pai Declarou que áquelle Principe pertencia a Regencia dos Reinos Unidos em Nome, e com o consentimento de SUA MAGESTADE BRITANICA.

Na folha = *The Courier* = de Sabbado 16 de Fevereiro se lem dois interessantes artigos da tomada de *Batavia*, e da *Ilha de Banda* estabelecimentos Holandezes na *Asia*, que ainda perturbavão a tranquilidade absoluta da *Gram-Bretanha* naquelles mares. O primeiro he huma conjectura deduzida de hum Officio do General *Abercromby* o Conquistador da *Ilha de França*; mas o segundo he Official confirmado até pela sahida do Governador, e Magistrados da *Ilha do Principe de Galles* para a conquistada *Ilha de Banda*.

HESPANHA.

Cadix 5 de Março.

Nas Gazetas extraordinarias da Regencia deste dia vem insertos hum Officio de *D Manuel La peña* General em Chefe interino do quarto Exercito, em que participa ao Chefe do Estado Maior General a tomada pelo Exercito do seu Commando do interessante ponto de *Casas Viejas*, e a de *Beguer* pelo Coronel *Aymerich*; Hum aviso do Telegrapho de *Sancti Petri* de se ter tomado sem disparar hum tiro; E a participação verbal da derrota do Exercito Francez com perda de 5 peças d'artilheria, bastantes prizioneiros, e hum General. mandada pelo General em Chefe *D. Manoel La peña* ao Conselho da Regencia.

Em huma Carta fidedigna da mesma Cidade com data de 6 de Março se endividuão algumas circunstancias deste successo, entre

24. Segundo jornal publicado no país, a *Idade d'Ouro do Brazil* foi lançada na Bahia pelo comerciante português Manuel António da Silva Serva, que instalara a segunda tipografia autorizada no Brasil e a primeira de uma empresa privada. Era um jornal conservador. Quando d. Pedro I declarou a Independência, defendeu a manutenção dos vínculos com Portugal. Fechou em 1823, quando as tropas brasileiras entraram em Salvador.

O

PORTUGUEZ;

OU,

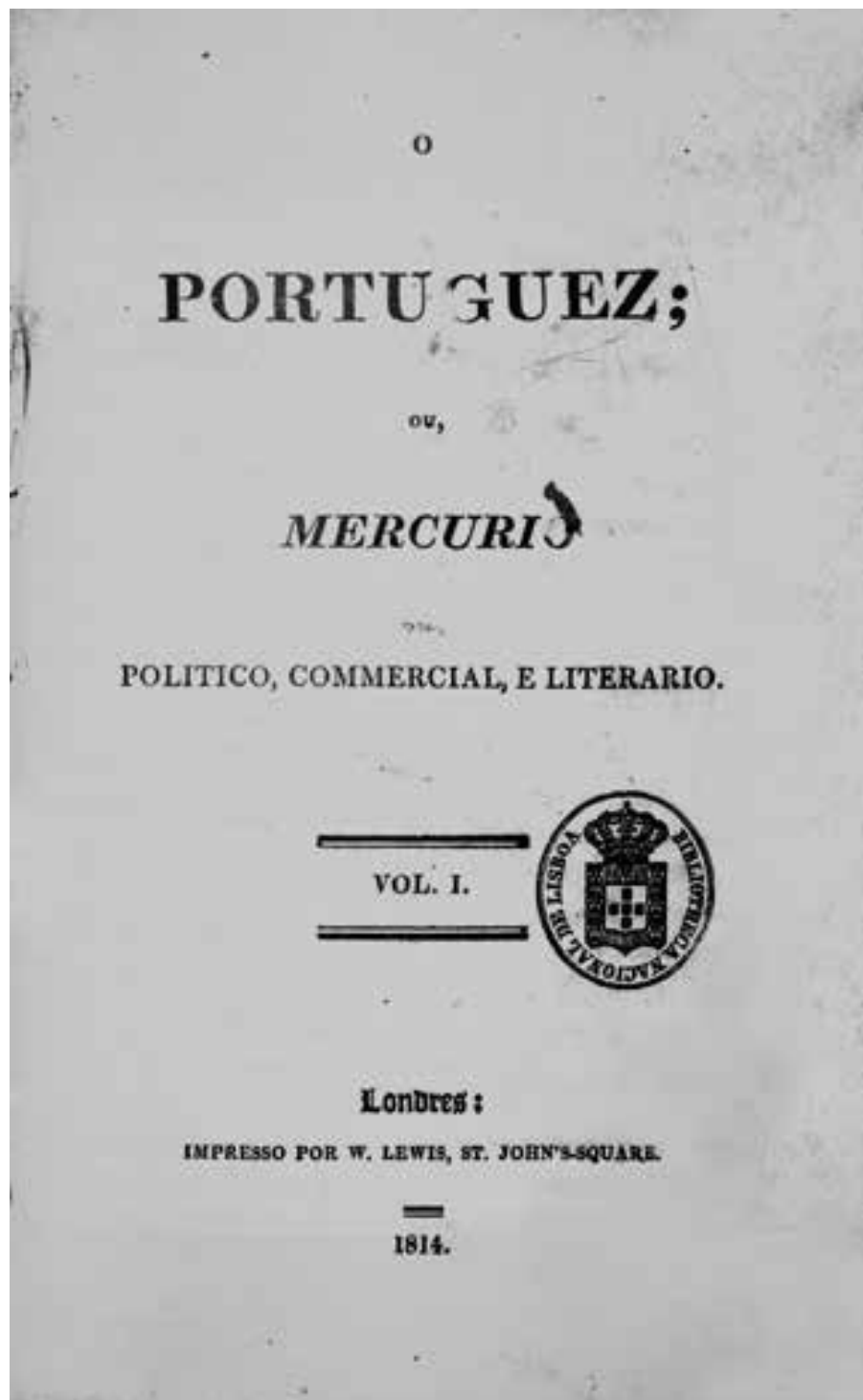
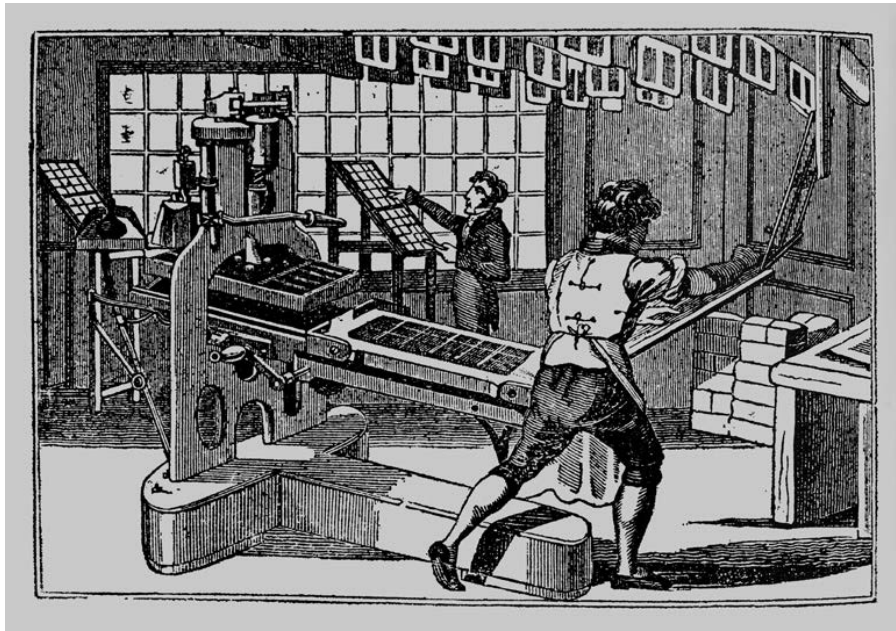
MERCURIO

POLITICO, COMMERCIAL, E LITERARIO.

VOL. I.

Londres:

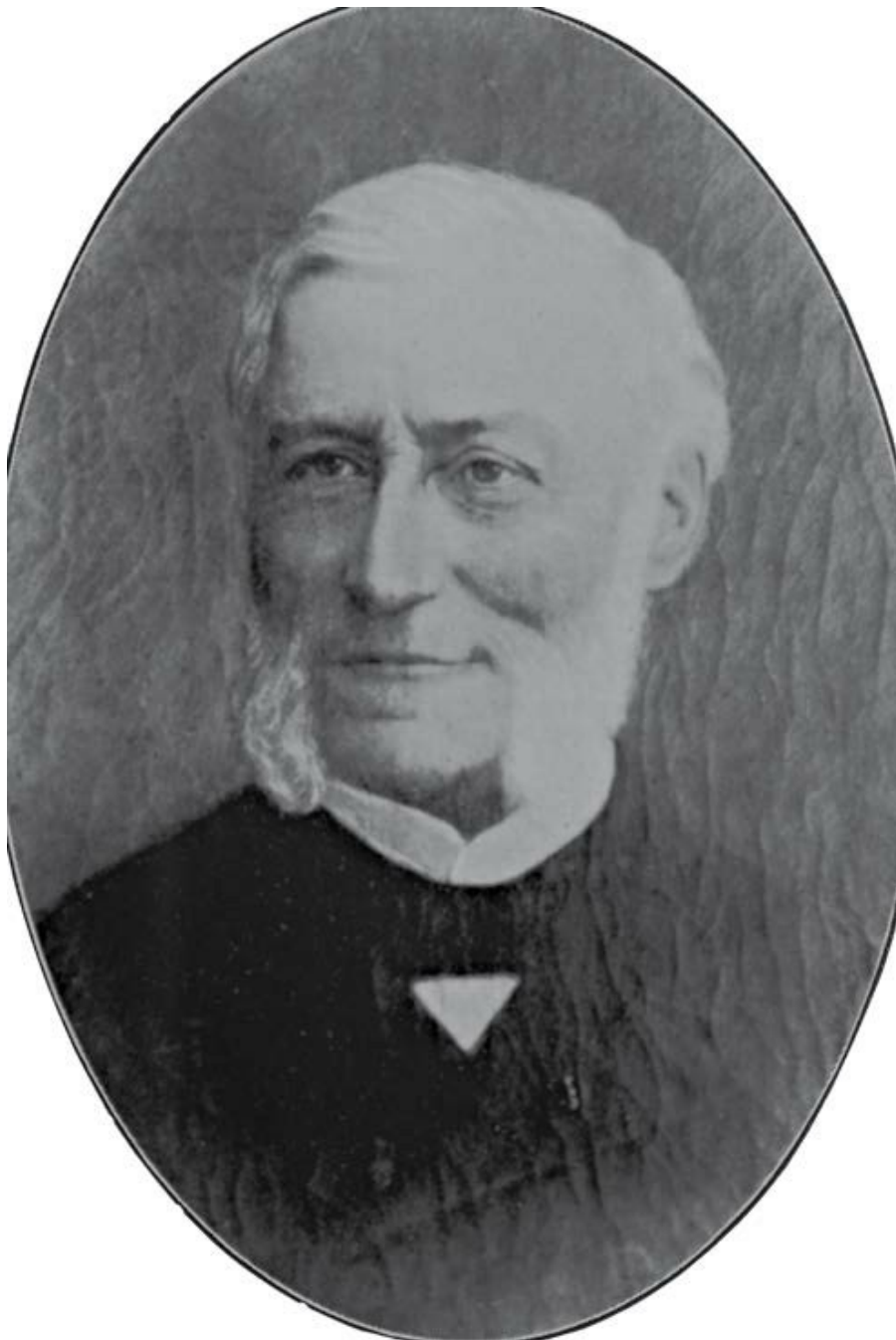
IMPRESSO POR W. LEWIS, ST. JOHN'S-SQUARE.

1814.

25. De todos os jornais portugueses publicados em Londres, era o mais progressista e liberal, embora não fosse radical. Mas as autoridades portuguesas consideravam seu redator, João Bernardo da Rocha Loureiro, "o mais perigoso dos escritores portugueses em Londres" e "o mais sedicioso". Quando morreu d. João VI, escreveu: "Já era tempo de esse senhor fazer uma boa ação".

26. O prelo Stanhope foi desenvolvido em 1800 pelo Lorde Stanhope e representou o maior avanço na arte da impressão desde Gutenberg, no século XV. O Brasil foi o segundo país, depois da Inglaterra, a utilizá-lo. Os primeiros prelos chegaram ao Rio de Janeiro com a frota que trouxe a família real em 1808. Foram usados para fundar a Impressão Régia e serviram como modelo para a construção de prensas de madeira.

N.º 3. 80 réis

CORREIO
DO
RIO DE JANEIRO.

SEXTA FEIRA 12 DE ABRIL DE 1822.

27. Jornal radical e democrático, o *Correio do Rio de Janeiro* colocava a vontade popular acima da soberania do imperador. Disse que a Assembleia Constituinte era superior ao monarca. Seu redator, o português João Soares Lisboa, foi o primeiro jornalista da história da imprensa brasileira a ser acusado do crime de abuso da liberdade de imprensa, o primeiro a ser submetido a um júri popular e o primeiro a ser absolvido.

28. De origem francesa, Francisco Antonio Picot nasceu em Zara, Dalmácia, hoje parte da Croácia. Naturalizado brasileiro, foi o verdadeiro artífice do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, propriedade da família Villeneuve, que dirigiu por mais de cinco décadas, boa parte instalado em Paris. Observador atento, orientava por carta tanto a redação como o lado comercial.

N. 1. (Vol. I.) 1827

SEGUNDA FEIRA 1 DE OUTUBRO. SEXTO ANNO DA INDEPENDENCIA.

JORNAL DO COMMERCIO.

De hoje por diante continuará-se-há a publicaçao deste JORNAL DO COMMERCIO.

Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes contera diariamente tudo o que diz respeito ao Commercio, tanto em Annuncios, como em Preços Correntes exactos de Importaçao e Exportação, entrada e sahida de Embarcaçoẽs, etc., etc.

Os Proprietarios bem ao facto de todos os ramos mercantis desta Capital não pouparão nem despezas nem zelo para tornar esta empreza digna da aceitacão publica, e rogão para melhor desempenho dos seus deveres a protecção e assistencia do honrado Corpo do Commercio.

As Assignaturas se fazem na Rua d'Alfandega, N° 47, onde igualmente se recebem, antes do meio dia, todos os Annuncios mercantis, que devem *sem falta* ser inseridos no dia seguinte. O preço da Assignatura he de 640 reis por mez pagos adiantados.

NOTICIAS MARITIMAS.

PARA SANTA CATHARINA.

O Bergantim Nacional *ALLIANÇA*, Capitão MARTINHO JOZÉ CALLADO. — Sahirá no primeiro Comboi. Quem quizer carregar dirija-se a bordo do dito Bergantim que se acha amarrado de fronte do Dique, ou procure em caza do Senhor Balthazar Jozé Martins loja de Ferragen., Canto de S. Pedro.

PARA MONTEVIDEO.

O Brigue Escuna Nacional *VIGILANTE*, sahirá no primeiro Comboi. Quem no mesmo quizer carregar dirija-se á Praia dos Mineiros N.° 71.

PARA SANTA CATHARINA.

O Bergantim Nacional *BOM SUCCESSO*, sahirá infallivelmente no proximo Comboi. Quem no mesmo Bergantim quizer carregar dirija-se á Rua dos Pescadores N.° 4.

PARA ANGOLA.

O Bergantim Nacional *COMMERCIANTE*, forrado de Cobre e muito velleiro, sahirá por todo o presente mez, quem nelle quizer carregar ou hir de passagem dirija-se á Rua Direita N.° 73. ou a bordo do mesmo.

PARA SANTA CATHARINA.

A Sumaca *S. JOZÉ TRIUMFO*, sahirá com o primeiro Comboi. Quem quizer carregar ou hir de passagem dirija-se ao mestre a bordo da dita Sumaca que se acha fundeada do fronte da Praya de Peixe ou á Rua das Violas N.° 55.

PARA PORTO ALEGRE.

O Bergantim Nacional *CONCEIÇÃO IMPERADOR*. Quem nelle quizer carregar ou hir de passagem dirija-se a bordo em frente do Largo do Paço ou á Rua Nova de S. Bento N.° 38.

PARA BENGUELLA.

O Bergantim Nacional *BRILHANTE*, que sahirá em poucos dias, quem nelle quizer carregar, dirija-se a Rua dos Pescadores N.° 4.

PARA ANGOLA.

Sahirá com toda a brevidade o Bergantim Portuguez *VERACRUZ TRIUMFO*, Capitão J. DA FONSECA LUZ. Quem no mesmo quizer carregar, dirija-se aos Caixas João Baptista Moreira e Irmão Rua Direita N.° 93.

PARA A BAHIA.

O Bergantim Nacional *TRES AMIGOS*. Quem nelle quizer carregar dirija-se á Rua dos Pescadores N.° 41.

PARA SANTOS.

A muita velleira Escuna Nacional *TRINDADE*. Quem quizer carregar ou hir de passagem, dirija-se a Rua Direita N. 132 ou a bordo da mesma defronte d'Alfandega.

PARA GIBRALTAR.

O Bergantim Americano *ARGOS*, Capitão J. BANTER. — He de huma marcha muito superior, sahirá com toda a brevidade para o dito porto, tem grande parte de sua carga prompta, quem quizer carregar ou hir de passagem, dirija-se ao Consignatario Dionisio Urioste ou aos Corretores de Navios Ladson e Weguelin, rua Direita, N. 136.

PARA LIVERPOOL.

A Escuna Ingleza *UNDINE*, Capitão CHARLES HENDERSON. — Sahira com brevidade para o dito porto, quem nella quizer carregar, ou hir de passagem, dirija-se aos Consignatarios Boog Pearson e C. ou aos Corretores de Navios Hudson e Weguelin, Rua Direita N.° 136.

PARA LONDRES.

Para Passageiros sómente. O Superior Bergantim Inglez *GEORGE E WILLIAM*, Capitão GEORGE NICKLESON. Forrado e pregado de cobre *A 1* tem superiores commodos para Passageiros. Quem quizer hir de passagem dirija-se aos Consignatarios Samuel Phillips e C. ou aos Corretores de Navios Hudson e Weguelin Rua Direita N.° 136.

PARA VENDER.

A Sumaca Nacional *HARMONIA*, chegada proximamente de Santos e se acha prompta dos necessarios pertences para seguir viagem he de lote de 5,000 arrobas pouco mais ou menos, e de boa e forte construcção, quem a quizer comprar dirija-se aos Consignatarios C. H. Melchert, Rua de S. Pedro N.° 100, ou ao Capitão a bordo.

PARA VENDER.

A Sumaca Nacional *CONCEIÇÃO*, de lote de 3,500 arrobas, chegada proximamente do Rio de S. João, muito boa de vela e prompta a navegar, quem a quizer comprar procure na Praia de D. Manoel N.° 16. ou a bordo da mesma, que se acha fundeada no pe do Largo do Paço.

PARA O PORTO.

O Bergantim Portuguez *FLOR DE BEIRIS*, Capitão JOAQUIM JOZE BERNARDES. Forrado de cobre e muito velleiro, sahirá com brevidade quem no mesmo quizer carregar ou hir de passagem dirija-se ao Caixa na Rua de traz do Hospicio N.° 88 ou ao Capitão a bordo do mesmo.

Fac-simile do 1.° numero

29. É um dos jornais mais antigos da América Latina. Foi fundado em 1827 pelo francês Pierre Plancher para atender a florescente classe comercial. Conservador, preocupava-se com a estabilidade do regime. Nenhum outro jornal foi tão influente na história da imprensa brasileira como o *Jornal do Commercio* durante o Segundo Império e o começo da República. Foi comparado ao *The Times* de Londres.

30. José Carlos Rodrigues controlou o *Jornal do Commercio* de 1890 a 1915. Extremamente influente, Rodrigues era consultado pelos primeiros presidentes civis. Assis Chateaubriand, que comprou o jornal, escreveu que "nenhum homem de imprensa, até hoje, governou tanto o Brasil como Rodrigues", e que "no seu tempo, o Brasil tinha dois chefes da nação — o do Catete — residência do presidente — e ele".

31. No *Correio Mercantil*, José de Alencar fazia a crônica judicial e cobria os tribunais. Saiu quando trechos de um artigo contra a especulação na bolsa foram cortados. Foi trabalhar no *Diario do Rio de Janeiro*, onde era redator-chefe, gerente, e escrevia editoriais e romances-folhetins. Nesse jornal publicou *O guarany*, *A viuvinha* e *Cinco minutos* como folhetim de rodapé, mas sem o nome do autor.

N.° 1. SABADO 2 DE OUTUBRO. [illegible]

O REPUBLICO.

[illegible] livres, [illegible] d'esta maxima — A liberdade [illegible] perir; mas depois de perdida, [illegible] se póde recobrar.

Rousseau, Contrato Social.

PARA um pôvo que quer ser livre; para um pôvo que luta com inimigos claros e ocultos, como nós lutamos, nunca é bastante o numero dos periodicos que se encarregam de o despertar, e de desmascarar os tramas dos inimigos das liberdades Nacionaes.

Convensido d'isto, eu que sempre estarei pronto para defender a Cauza da liberdade, me comprometo a escrever o prezente periodico, que sairá as Quartas e Sabados de todas as semanas, em quarto.

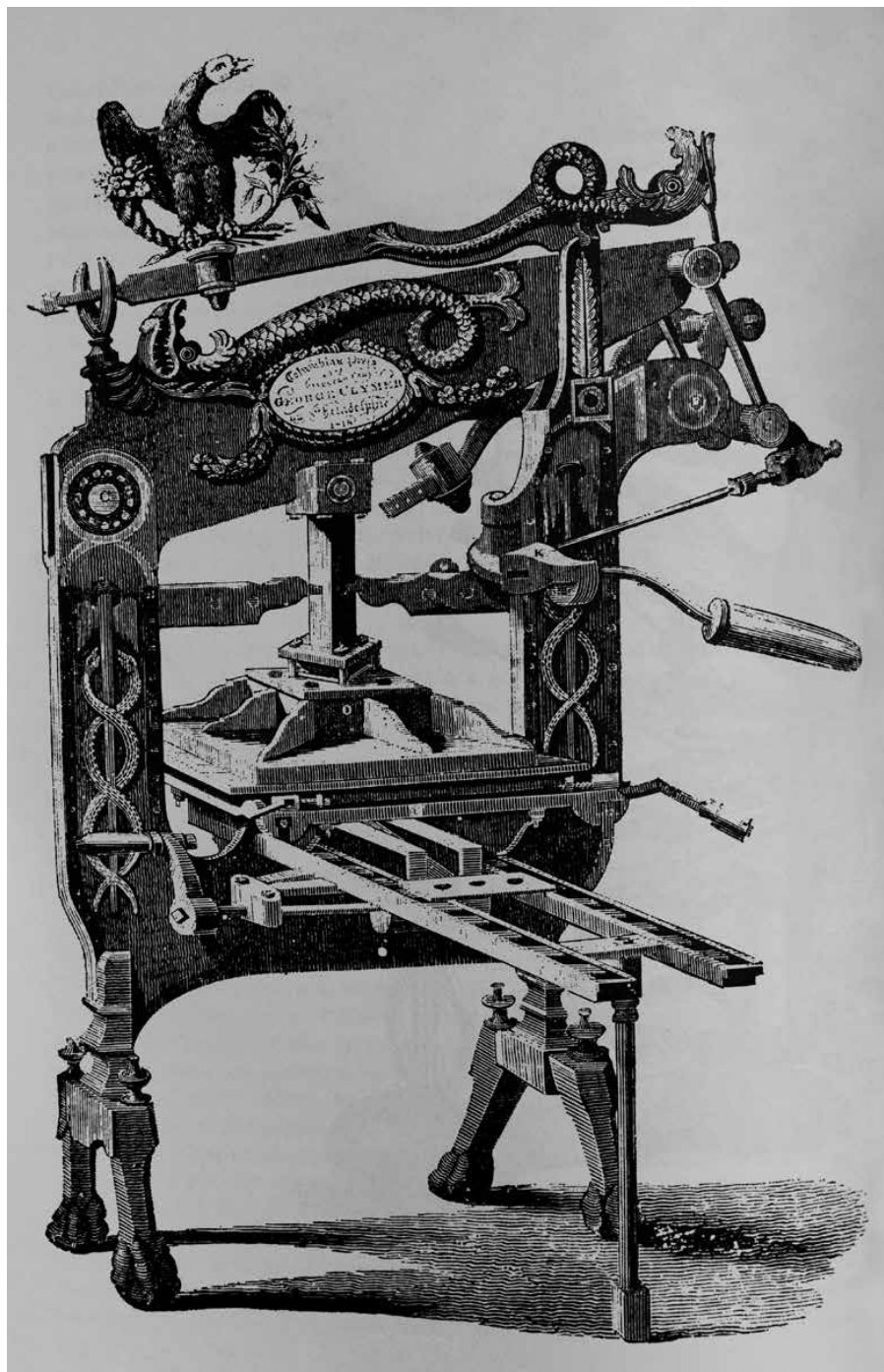
Talvez alguem aja que não goste do titulo que tomei, e menos da epigrafe: não importa. A significação simples e natural da palavra — REPUBLICO — suficientemente mostra que eu [illegible] o *bem publico.*

Quanto a epigrafe, muito de proposito a escolhi, para que o pôvo saiba, que, uma vez perdida a liberdade, não se a póde mais recobrar; e mesmo porque té oje temos sido vitima de governos traidores, e inda agora não podemos ter inteira confiansa no que está na *sede;* porque são os fatos e não as palavras que nos devem manter confiantes no governo.

Mais póde em mim o amor da Patria que quaes quer outras considerações. Para mim [illegible] vãos amenssos ou perseguissões que me possam fazer os partidarios do *tirano poder.* Si quereis saber o que eu sou, e o que serei, recorrei ao que já fui em outras vezes; e si não quereis [illegible] passado, eu vos direi com o selebre PAULO LUIZ COURIER — pelo angulo do quadro de que vos debuxo alguns trassos, julgareis facilmente do resto — *par le coin du tableau dont je vous crayone um trait, vous jugerez facilement du reste.*

Antonio Borges da Fonsêca.

E' sertamente mui perigoso o redijir um periodico, quando se tem de sustentar um só carater, votado especialmente a defender a liberdade nacional, arrostrando contra as bravatas do poder, que [illegible] multiplica as barreiras, não faceis de superar sem risco pelo escritor que leva sómente em vista o bem

32. *O Republico* foi o mais importante dos 25 jornais publicados por Antonio Borges da Fonseca, também conhecido como "Repúblico", um agitador republicano e jacobino que atacava a Constituição e pregava o fim da monarquia. O jornal teve várias etapas. A primeira começou no Rio de Janeiro em 1830 e a última terminou em Pernambuco, em 1867, com críticas à Guerra do Paraguai.

33. Conhecido como "o prelo da águia" pela imponente figura no topo, com as asas abertas, o Columbian foi desenvolvido em 1814 pelo norte-americano George E. Clymer. Foi fabricado até pouco antes da Primeira Guerra Mundial. Os primeiros equipamentos chegaram ao Maranhão e a Pernambuco em 1821, e em 1823 a Alagoas e Paraíba, quase todos importados da Inglaterra, e tiveram grande aceitação.

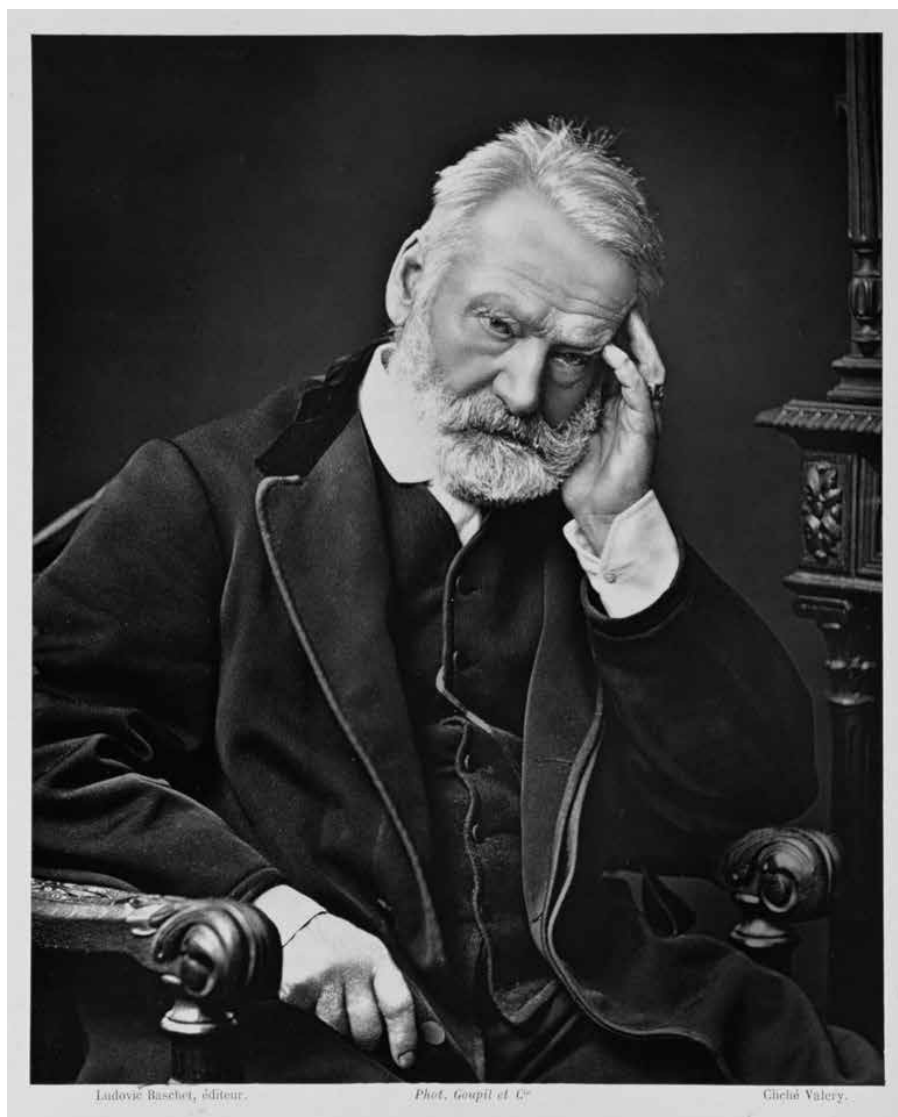
REVERBERO

CONSTITUCIONAL FLUMINENSE.

15 DE SETEMBRO DE 1821.

Redire sit nefas.
HORAT. Liv. v. Od. II.

PORTUGUEZES de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome de Lusitanos ou Portuguezes he conhecido no Mundo. Descahidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influencia de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos déra em troco della pobreza, calamidades, e miserias, vistes finalmente raiar hum grande Dia, que foi o memoravel 24 de Agosto de 1820. Pasmada lançava a Europa seus olhos inquietos para a Patria illustre dos Gamas, Castros, Pachecos, e Albuquerques, e não podia comprehender como os que forão terror da Africa: como os que primeiro havião entrado nas portas do Oriente por mares nunca d'antes navegados; e como os que dominavão Senhores desde o Amazonas té o Prata, podessem dentro de casa gemer em vil e duro cativeiro! E seu pasmo ainda crescia, quando attenta considerava como os mesmos homens, que tão valentemente havião arrojado o Despotismo estrangeiro desde

34. Primeira publicação crítica e independente publicada no Brasil, foi lançada em setembro de 1821, pouco depois do fim da censura à imprensa. Seus redatores eram os maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Era um jornal retórico, verboso e grandiloquente. No início foi elogiado por d. Pedro I, mas acabou fechado por José Bonifácio em outubro de 1822. Ledo fugiu para Buenos Aires; Barbosa foi deportado.

35. *Os miseráveis*, talvez a mais famosa obra de Victor Hugo, foi editada pela primeira vez em 1862, na Bélgica, onde estava exilado. Nesse mesmo ano foi publicada pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro — inclusive antes da França —, que conseguiu um contrato de exclusividade para a divulgação do romance pela imprensa. Ainda em 1862 foi lançado pelo *Jornal* em forma de livro.

Notas

INTRODUÇÃO

1. Paul Starr, *The Creation of the Media: Political Origins of Modern Communications*. Nova York: Basic, 2004.
2. Alfred Stepan, *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 81.
3. John C. Merrill, *The Elite Press: Great Newspapers of the World*. Nova York: Pitman, 1968.
4. John C. Merrill; Harold A. Fisher, *The World's Great Dailies: Profiles of 50 Newspapers*. Nova York: Hastings, 1980.
5. Marialva Barbosa, *História cultural da imprensa: Brasil: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 12.

I. ERA COLONIAL

1. COPIA DER NEWEN ZEYTUNG AUSZ PRESILLG LANDT

1. William Hoffman, no ensaio "The Origin of Newspapers", Universidade de Minnesota, 16 mar. 1981; O. Weise, *La escritura y el libro*. Barcelona: Labor, 1935, p. 86, em Luiz Beltrão, *Iniciação à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1992, p. 91. No entanto, Andrew Pettegree, da Universidade de St. Andrews, na Escócia, escreve que sobreviveu uma "Neue Zeitung" impressa em 1509, e que essa expressão foi publicada pela primeira vez numa folha informativa em 1502, "Newe Zeytung von orient und auff gange", como subtítulo de uma notícia. Ainda segundo Pettegree, "Zeitung" não tinha no século XVI o atual significado de "gazeta" ou "jornal", mas de "novo relato" ou narrativa. Andrew Pettegree, *The Invention of News: How the World Came to Know About Itself*. New Haven: Yale University Press, 2014, pp. 72, 378-9.

2. Existe também uma microficha de um exemplar da carta impresso em 1514 em Nuremberg nos Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp.

3. Em Nuremberg, a carta foi impressa por Hieronymus Höltzel em 1514.

4. Rodolpho R. Schuller, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XXXIII, 1911, p. 115.

5. O exemplar da *Nova Gazeta* existente no Rio de Janeiro foi adquirido no fim do século XIX pelo bibliófilo José Carlos Rodrigues, diretor e proprietário do *Jornal do Commercio*, na época a mais influente publicação do Brasil. Pagou a enorme quantia de 14 400 marcos aos livreiros-antiquários Irmãos Rosenthal, de Munique, por uma cópia que originariamente pertencera à biblioteca dos padres franciscanos de Bolsana, Tirol, na Áustria, conforme indica uma das ilustrações. A *Copia* foi vendida ao industrial Julio Ottoni, que a legou à Biblioteca Nacional, onde forma parte da Coleção Benedicto Ottoni. Foi digitalizada e está disponível na internet. Alguns antiquários europeus vendem atualmente fac-símiles da *Nova Gazeta* por cinquenta euros. Foi também José Carlos Rodrigues quem comprou na Europa o exemplar do *Mundus Novus* mencionado anteriormente.

6. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, ed. fac-sim. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988, p. 61; Luiz Beltrão, *Introdução à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1992, p. 91. Os principais estudos do Brasil a respeito da *Nova Gazeta* foram feitos no século XIX e começo do XX. Depois da década de 1920 são poucos os trabalhos originais. Há, porém, novas pesquisas em outros países.

7. Weise afirma que a obra foi impressa em Augsburgo por Erhart Oeglin (op. cit., p. 86).

8. O piloto provavelmente era João de Lisboa. O destinatário da carta talvez fosse a casa Welser, de Hamburgo, de famosos banqueiros.

9. A descrição detalhada da chegada do navio a esse "cabo" e da navegação rumo ao oeste levou os historiadores a concluir que se tratava do rio da Prata.

10. Felipe Fernández-Armesto, *Américo: O homem que deu seu nome ao continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp.

140-4.

11. Felipe Fernández-Armesto e outros historiadores afirmam que Vespúcio fez apenas duas viagens à América. Na segunda (1501-2), acompanhou a expedição de três navios que o rei d. Manuel mandou ao Brasil depois que recebeu a carta de Pero Vaz de Caminha com a notícia do descobrimento. Os navios seguiram a rota de Cabral, mas depois navegaram para o sul, talvez até a altura de Cananeia (no estado de São Paulo), ou de Santa Catarina, mas não é certo que chegaram ao rio da Prata. Não se sabe quem comandou a expedição, a segunda que Portugal mandou ao Brasil e que foi financiada por banqueiros florentinos. Entre os nomes que teriam encabeçado a frota estão o de André Gonçalves, Nuno Manuel, Gaspar de Lemos, Fernão de Loronha (ou Noronha) e Gonçalo Coelho. Este último foi comandante da terceira expedição ao Brasil, fracassada, em 1503. Vespúcio, cuja obra deve ser olhada com muita precaução e não pode ser levada ao pé da letra, aproveita suas narrativas para acusar o comandante, pelo qual sentia um notório desprezo, de incompetência e para dizer que a expedição só foi bem-sucedida devido aos seus conhecimentos marítimos, que mais tarde foram provados muito precários. A expedição voltou de mãos abanando, carregando apenas pau-brasil. Isso levou a Coroa portuguesa a perder o interesse pelo Brasil e a concentrar sua atenção no comércio com a Ásia, muito mais lucrativo. A informação de que Vespúcio teria feito quatro viagens consta da *Carta a Soderini*, que hoje acredita-se ser uma falsificação.

12. A viagem de Bonneville e até mesmo a existência desse navegador foram contestadas por historiadores. Leyla Perrone-Moisés, "Le Voyage de Gonneville a-t-il vraiment eu lieu?", Voyageurs et Images du Brésil, colóquio internacional, MSH-Paris, dez. 2003.

13. Outro Diogo Ribeiro, também navegador, participou de várias viagens à Ásia e passou a trabalhar para a Coroa espanhola, que lhe outorgou o título de piloto-mor, anteriormente ocupado por Américo Vespúcio e Juan Díaz de Solís. Foi um dos mais famosos cartógrafos de seu tempo, tendo feito os mapas que Fernão de Magalhães levou ao iniciar sua viagem de volta ao mundo.

14. Cristóbal de Haro equipou e cofinanciou em 1520 a expedição de Fernão de Magalhães que contornou o cabo que leva seu nome. O piloto, Juan Sebastián Elcano, completou a primeira navegação em torno do globo.

15. Jean-Pierre Faye, *A razão narrativa*. São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 261-2.

16. Georges Weill, *El periódico. Orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Cidade do México: Uteha, 1979, p. 11.

17. John Hessler, *Setting Sail from St. Dié or How Far South Did Amerigo Go?*. Divisão de Geografia e Mapas, Biblioteca do Congresso, Washington, DC, abr. 2006. Disponível em: <www.kislakfoundation.org/download/Hessler-Sailing_South_with_Ringmann.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

2. TIPOGRAFIA NO BRASIL COLONIAL — SÉCULOS XVI E XVII

1. Isabel Lustosa, *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 6.

2. Alfredo de Carvalho, "Genese e progresso da imprensa periodica do Brazil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, parte I, p. 17, 1908.

3. *D.O.M. Luzeiro Evangelico* foi escrito por João Bauptista Morelli de Castelnovo, um dos pseudônimos do eremita augustiniano Fulgêncio Leitão, em "S. Thome cidade da India Oriental, Anno de 1708 & impressa em Mexico Cidade da India Occidental: Anno de 1710".

4. *De gestis Mendi de Saa*, de José de Anchieta, foi a primeira obra escrita no Brasil a ser impressa em Portugal, em 1565. A obra mais importante de Anchieta foi a *Arte da Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, a primeira gramática em tupi, impressa em 1595. Antes dessa data, diz Freitas Nobre, circularam cópias manuscritas, o que sugeria a necessidade entre os missionários de obras na língua indígena.

5. A Carta do Mestre João começa assim: "O bacharel mestre Johan fisico e cirurgyano de Vosa Alteza beso vosas reales manos. Señor porque de todo lo aca pasado largamente escrivieron a vosa alteza asy arias correa como todos los otros solamente escrevire dos puntos senor ayer segunda feria que fueron 27 de abril descendimos em terra yo e el, pyloto do capitan moor e el pyloto de Sancho de touar e tomamos el altura del sol al medyodya e fallamos 56 grados e la sonbra era septentrional"...

6. Wilson Martins, *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957, p. 324.

7. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: Sua história*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 62.

8. Ibid., p. 68.

9. Uma das onze cópias existentes do *The Bay Psalm Book* foi vendida em leilão em novembro de 2013 por 14,2 milhões de dólares, o preço mais alto já pago por um livro impresso.

10. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 121.

11. José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa — Das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, p. 294.

12. Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 13-4.

13. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pp. 98 e 119.

14. Ibid., p. 120.

15. José Marques de Melo, *História social da imprensa: Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 126.

16. "Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia no Brasil (1747-1808)". Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/view/131>. Acesso em: 12 nov. 2014.

3. A IMPRENSA EM PORTUGAL

1. Incunábulos são os livros impressos no século XV, a partir da data da introdução da imprensa, em torno de 1455 até o ano 1500.

2. Laurence Hallewell, op. cit., p. 76.

3. José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: Das origens a 1865*, p. 41.

4. Ibid., p. 294.

5. Venâncio Augusto Deslandes, *Documentos para a historia da typographia portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 23. Deslandes achou exagerada a queixa de Resende e atribuiu o problema à escassez de material e de impressores idôneos.

6. O nome dessa relação tem diversas versões, com pequenas variações. Em algumas delas começa com *Relação da Mui Notável Perda do Galeão S. João em Que Se Contam…*

7. Jorge Pedro Sousa, *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974*. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo.

8. Ernesto Rodrigues, *Mágico folhetim: Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Notícias, 1998, p. 90.

9. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Lisboa: Caminho, 1989, p. 41.

10. Jorge Pedro Sousa, op. cit., p. 2.

4. TIPOGRAFIA NAS MISSÕES JESUÍTICAS

1. Alfredo de Carvalho, "Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil", parte I, pp. 3-4.

2. Os jesuítas, que no século XVI possuíam diversas tipografias na Europa, instalaram prelos em Goa, na Índia, em 1556, Macau, na China, em 1586, em várias cidades japonesas a partir de 1591, e em Manila, nas Filipinas, onde também os dominicanos tinham um prelo. Fernanda Verissimo, *L'Impression dans les missions jésuites au Paraguay: 1705-1727*. Paris, 2011, pp. 66 ss. Tese de doutorado na Sorbonne.

3. Laurence Hallewell, op. cit., p. 82.

4. *A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente: Veículo de propagação dos ideais humanísticos* (*No quarto centenário da introdução da imprensa jesuítica no Japão*).

5. Carl Faulmann, *Illustrierte Geschichte der Buchdruckerkunst*, 1882, v. 1, p. 387. Alfredo de Carvalho menciona que o livro fora impresso em Leipzig, mas este autor só encontrou referências a uma edição impressa naquele ano em Viena. A obra também é mencionada por Laurence Hallewell em *O livro no Brasil*.

6. Rubens Borba de Moraes, *O bibliófilo aprendiz*. 4. ed. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos; Casa da Palavra, 2005, p. 151.

7. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, p. 68.

8. Laurence Hallewell, op. cit., pp. 84-5.

9. Ibid., p. 88.

10. Se algum livro chegou a ser impresso pelos jesuítas no Brasil é difícil que tenha sobrevivido. Quando a Companhia de Jesus foi expulsa por determinação do marquês de Pombal, em 1759, as bibliotecas dos colégios foram parcialmente destruídas enquanto se procedia ao inventário. Como escreveu Rubens Borba de Moraes, a quase totalidade dos livros foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante.

11. Laurence Hallewell, op. cit., pp. 63-4.

12. A. da Cunha Barbosa, "Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, parte II, pp. 239, 242 e 247, 1900.

13. Wilson Martins, op. cit., p. 336.

14. O título completo é *Arte/ de la Lengua Guarani/ por el P. Antonio Ruiz/ de/ Montoya/ de la Compañia/ de/ Jesus/ con los Escolios Anotaciones/ y Apendices/ del P. Paulo Restivo/ de la Misma Compañia/ Sacados de los Papeles/ del P. Simon Bandini/ y de*

Otros. / En el Pueblo de S. Maria la Mayor. / El Año de el Señor MDCCXXIV.

15. Um exemplar deste livro encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

16. Carlos Rizzini, *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 158.

17. Luiz Caropreso e Plínio Gramani Filho (Coords.), *200 anos: Indústria gráfica no Brasil*. São Paulo: Abigraf; Clemente e Gramani, 2008, p. 19.

18. Laurence Hallewell, op. cit., p. 84.

19. Nestor Ericksen, *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977, p. 17.

20. João Pedro Gay, "História da República Jesuítica do Paraguai", parte IV. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, p. 826, nota 63, 4º trimestre 1863. A obra foi posteriormente publicada em forma de livro pela Editora Nacional, em 1942.

21. No Brasil, o padre José de Anchieta tinha escrito uma gramática da língua tupi, *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra em 1595, que seria a base para outras gramáticas em língua indígena.

22. Fernanda Verissimo (op. cit., p. 153) observa que o pedido de técnicos em artes gráficas de vários países da Europa revela a escassez de tipógrafos e impressores na Espanha, onde já trabalhava um bom número de profissionais originários principalmente da Alemanha e da Itália.

23. Jean Lacouture, *Os jesuítas*. Porto Alegre: L&PM, 1994, p. 445. v. I: Os conquistadores.

24. Padre Antonio Ruiz de Montoya, *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins, 1985, p. 258. Depois da primeira edição, impressa em Madri em 1639, foi impressa outra em 1892, em Bilbao, Espanha, na Imprenta del Corazón de Jesús, que serviu como base para a tradução da edição gaúcha, a primeira lançada no Brasil.

25. Antonio de Toledo Piza, "A expulsão dos jesuítas em 1640". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. III, pp. 44-5, 1898.

26. Jean Lacouture, op. cit., p. 445.

27. Maxime Haubert, *A vida quotidiana no Paraguai no tempo dos jesuítas*. Lisboa: Livros do Brasil, p. 150.

28. João Pedro Gay, "História da República Jesuítica do Paraguai", parte I. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, v. XXVI, 1863.

29. Os Sete Povos são: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luís Gonzaga, Santo Ângelo Custódio. Em São Miguel, segundo autores brasileiros, teria funcionado uma tipografia de jesuítas, mas não há nenhuma evidência disso. Os guaranis tinham construído um aldeamento com esse mesmo nome em Guayrá, que foi destruído pelos bandeirantes e mamelucos; seus habitantes fugiram até Concepción, em território argentino, onde sofreram novos ataques. Uma terceira tentativa de instalar o aldeamento foi feita em território do atual Rio Grande do Sul, onde se conservam as ruínas de uma igreja, Patrimônio Cultural da Humanidade, que foi considerada a joia de todas as construídas nas missões.

30. Vários metais foram usados para fundir os tipos, incluindo cobre, bronze, estanho e um amálgama de estanho e chumbo.

31. Bartolomé Mitre, *Orígenes de la imprenta argentina*, livro digital, p. 2.

32. René Krüger, "La imprenta misionera jesuítico-guaraní y el primer libro rioplatense". *Martirologio Romano, de 1700, Cuadernos de Teología*, v. XXIX, p. 21, 2010.

33. Moreira de Azevedo, "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXIX, parte II, pp. 169 e 224, 1865.

34. Marco Morel, "Os primeiros passos da palavra impressa" em Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (Orgs.), *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 23-43.

35. Entrevista de Fernanda Verissimo a Kollontai Diniz em agosto de 2010 para a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.

36. Restos de um prelo foram encontrados em Santa María la Mayor, na Argentina, no fim do século XVIII, e acredita-se que sejam da prensa construída pelos guaranis e usada nas missões. Segundo carta do governador da região de 1784, "efetivamente houve uma tipografia naquele Pueblo (Santa María), da que somente existem os fragmentos do prelo, que era de madeira, muito mal construído e no presente feito pedaços, e no armazém havia uma pequena quantidade de caracteres de estanho [...] e como coisa de nenhum valor nem proveito estavam sendo usados para remendar bacias e pratos de estanho". É pouco provável que se trate de um prelo importado da Itália em 1764 pelos jesuítas para o Colégio Montserrat de Córdoba, na Argentina, como foi argumentado, pois foi transportado em 1780 para Buenos Aires. A partir desses restos de Santa María la Mayor foi construída uma réplica do prelo em 1942, sob a orientação do padre Guillermo Furlong e do historiador argentino Ricardo Levene, que hoje se encontra no Museo del Cabildo, em Buenos Aires. Outra réplica foi fabricada posteriormente na província de Misiones e colocada nas ruínas de Santa María la Mayor.

37. Maxime Haubert, *A vida quotidiana no Paraguai no tempo dos jesuítas*. Lisboa: Livros do Brasil, pp. 291-2.

38. Parte da correspondência entre o Recife e a Holanda consta da obra de Alfredo de Carvalho, “Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil”.

39. Laurence Hallewell, op. cit., p. 86.

40. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 28 apud Alfredo de Carvalho, op. cit., p. 12.

41. Luís Carlos Cipriano, *Censura e imprensa na história do Brasil: 300 anos de desafio da arte tipográfica. O possível alicerce da imprensa brasileira inserido na tipografia recifense que foi censurada em 1706.* GT História do Jornalismo, 2006. Rede Alfredo de Carvalho.

5. TIPOGRAFIA NO BRASIL COLONIAL — SÉCULO XVIII

1. Wilson Martins, op. cit., p. 340.

2. Se houve realmente confusão de datas, não foi a única. O historiador João Manoel Pereira da Silva (*Historia da fundação do imperio brazileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, 1864, p. 216, v. I) menciona que em 1707 foi estabelecida no Rio de Janeiro uma oficina tipográfica, que foi tolerada por Gomes Freire de Andrade. Ele se refere, sem dúvida, à oficina de António Isidoro da Fonseca de 1747.

3. Laurence Hallewell, op. cit., p. 84.

4. Ibid., p. 95.

5. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 312.

6. Laurence Hallewell, op. cit., p. 90.

7. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006, pp. 72-3.

8. Anibal Bragança, “António Isidoro da Fonseca, um precursor na história do livro brasileiro”, em José Marques de Melo (Org.), *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 49. v. 4.

9. Moreira de Azevedo, op. cit., pp. 172-3.

10. Félix Pacheco, *Duas charadas bibliográficas*, apud Borba de Moraes, op. cit., pp. 74-6.

11. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4643668>. Acesso em: 12 nov. 2014.

12. A. da Cunha Fonseca, “Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXIII, parte II, p. 241, 1900.

13. Franco Cenni, *Italianos no Brasil: Andiamo in ‘Merica*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 339-40.

14. Laurence Hallewell, op. cit., p. 85.

15. Segundo Fernando de Azevedo: “Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma do ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão”.

16. Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, pp. 60-1.

17. Ibid., pp. 68-9.

18. José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: Das origens a 1865*, pp. 186-8.

19. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 319.

6. AS RAÍZES PORTUGUESAS DA IMPRENSA BRASILEIRA [pp. 92-9]

1. José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: Das origens a 1865*, pp. 68-75.

2. A situação da indústria gráfica continuaria precária nas décadas seguintes. Pouco antes da Revolução do Porto, em 1820, só havia dezesseis tipografias em todo o Portugal continental.

3. Arco do Cego é um bairro de Lisboa onde estava instalada a Casa Literária e onde fica hoje o Arquivo Municipal.

4. Prefácio do tomo 1, parte 1, de *O fazendeiro no Brasil*, apud Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 81.

5. Ibid., pp. 82-3.

6. Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 81. t. I.

7. Referência a John Baskerville, inglês, Firmin Didot, francês, e Giambattista Bodoni, italiano, tipógrafos contemporâneos de Sousa Coutinho e conhecidos por sua casa de impressão e pela excelência dos caracteres gráficos que desenharam.

II. A CORTE NO BRASIL

1. IMPRESSÃO RÍGIA

1. Hipólito José da Costa se engana ao dizer que o equipamento foi encomendado pelo governo português no Brasil. Como já foi visto, foi comprado para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em Lisboa.
2. A. da Cunha Barbosa, op. cit., p. 250.
3. Coronel Ernesto Senna, "A Imprensa Régia", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XIII, p. 41, 1908.
4. Moreira de Azevedo, op. cit., pp. 169-224.
5. A Real Fábrica de Cartas de Jogar de Lisboa foi fundada em 1769 para ter o monopólio da produção e venda de baralhos. Com a mudança da Corte para o Brasil em 1808, foi replicada no Rio de Janeiro com as mesmas funções que a de Lisboa, ficando também ligada à Impressão Régia.
6. Wilson Martins, op. cit., pp. 349-51.
7. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 130.
8. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, pp. 319-20.
9. José Marques de Melo, *História social da imprensa*, pp. 91-2.
10. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 131.
11. Paulo Duarte, *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA, 1972, p. 3.

2. *GAZETA DO RIO DE JANEIRO* (1808-22)

1. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi digitalizada pela Biblioteca Nacional e está disponível para leitura em: <objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>.
2. Durante boa parte do século XIX, os jornais brasileiros tinham quatro páginas. Quando crescia o volume de informações e de anúncios, em lugar de publicar mais páginas, os jornais aumentavam seu tamanho. Isso explica a contínua mudança do formato, alguns chegando a ter cerca de dez dimensões diferentes ao longo de sua história. Os jornais podiam ser:
1) in-plano: a folha não era dobrada, tendo duas páginas, frente e verso;
2) in-fólio: a folha era dobrada em duas, formando quatro páginas. O fólio grande podia ter até quatro centímetros, enquanto o fólio pequeno tinha de trinta a 33 centímetros;
3) in-quarto: a folha era dobrada em quatro, formando oito páginas. O tamanho era aproximadamente o mesmo do A4 atual, mas o grande podia ter até trinta centímetros e o pequeno, 25;
4) in-oitavo: a folha era dobrada oito vezes, formando dezesseis páginas, de catorze a 22 centímetros.
3. Houve na imprensa brasileira outro jornalista conhecido como Ferreira de Araújo: José Ferreira de Sousa Araújo, diretor de um dos mais importantes diários publicados até hoje no Brasil, a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro (1875-1942). Para evitar confusão entre os dois, nesta obra o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* é chamado Araújo Guimarães.
4. John Armitage, *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1837, pp. 14 e 151.
5. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 23.
6. Richard Romancini e Cláudia Lago, *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007, p. 23.
7. Alfredo de Carvalho, "Genese e progressos da imprensa periodica do Brazil", parte I, p. 26.
8. Wilson Martins, op. cit., p. 358.
9. Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, pp. 7 e 22-3.
10. Marco Morel, "A imprensa periódica no século XIX", Rede da Memória Virtual Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.
11. Nelson Varón Cadena, "O preconceito dos historiadores com a *Gazeta do RJ*", Portal Imprensa, 12 jan. 2009.

3. *CORREIO BRAZILIENSE* (1808-22)

1. O *Correio Braziliense* está disponível em uma edição fac-similar organizada por Alberto Dines e Isabel Lustosa e lançada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 2002. Também pode ser acessado no acervo digital da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (<www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/61>) e na Biblioteca Nacional (<objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm>), que publicou na Coleção Rodolfo Garcia um índice de 212 páginas com as matérias do jornal (<objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/indice.pdf>).
2. Em *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*, Alexandre Mansur Barata escreve que, embora Hipólito da Costa tenha sido preso pela Intendência Geral da Polícia de Lisboa em 1802 e posteriormente remetido para a Inquisição em 1803, não foi possível encontrar o processo nos arquivos da Inquisição de Lisboa guardados no Instituto dos

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa. Ele acrescenta ainda que as informações sobre a prisão, o processo e a posterior fuga foram relatadas pelo próprio Hipólito nos dois volumes de *Narrativa da perseguição de Hyppolito Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colonia do Sacramento, no Rio-da-Prata, prezo, e processado em Lisboa pelo pretenso crime de framaçon ou pedreiro livre*. Londres: W. Lewis, 1811.

3. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 118-9, t. I.

4. *O Padre Amaro, ou Sovéla Politica, Historica, e Literaria*, escrito pelo padre franciscano Joaquim Ferreira de Freitas, foi um jornal publicado em Londres entre 1820 e 1826 e que combatia o *Correio Braziliense*.

5. Hipólito José da Costa, aparentemente, idealiza o grau de autonomia que tiveram as câmaras em Portugal durante a Idade Média, mas foi uma maneira de defender as Cortes e atacar o poder absoluto.

6. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 529-33, t. II.

7. Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2007, pp. 37-8. A Revolução de Pernambuco foi inicialmente feita pela elite da capitania, pelos "membros da primeira e maior nobreza de Pernambuco, educados na disciplina das diferentes classes e ordens da sociedade", mas logo contou com a adesão das massas urbanas, compostas por negros, mestiços e pardos, "empolgados pelas ideias de liberdade e igualdade". O comportamento do povo foi visto com preocupação pelas camadas superiores da sociedade.

8. Hipólito não é muito explícito a respeito desses direitos de d. João sobre o trono e as colônias da Espanha, mas certamente seriam decorrentes do fato de ser casado com Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, o rei sem trono da Espanha.

9. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, pp. 95-6.

10. Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, p. 39.

11. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 24 e 249, t. I.

12. Carlos Rizzini, op. cit., pp. 30-2.

13. *The Morning Chronicle*, 3 jan. 1823, em Luís Francisco Munaro, *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013. Tese.

14. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, pp. 90-1.

15. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 373-410, t. II.

4. O BRASIL NA IMPRENSA PORTUGUESA

1. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 82.

2. Ibid., pp. 82 e 98.

3. Houve um movimento semelhante, embora posterior, de jornais em espanhol impressos em Londres para defender a independência das colônias da América espanhola. O mais importante deles foi *El Mensajero*, de 1823, editado por R. Ackerman e com redação do escritor espanhol José María Blanco White, que também publicara em Londres *El Español* (1810-4). Outro foi *El Reportorio Americano*, também de 1823, que contou com a colaboração do escritor venezuelano Andrés Bello, que editou também *La Biblioteca Americana*. Através da maçonaria, Hipólito se tornou amigo do venezuelano Francisco Miranda, que publicava *El Colombiano* e seria um herói da independência do país. Por meio da Gran Logia Reunión Americana de Londres, conhecida também como Logia Lautaro, Hipólito entrou em contato com Miranda, Simón Bolívar, Bernardo O'Higgins e José de San Martín. Fernández Sardinó, editor de *El Español Constitucional*, de Londres, lançado em 1819, manteve boas relações com Bolívar e seu jornal *Correo del Orinoco*. Segundo Luís Francisco Munaro, ambos se tornaram críticos de Hipólito, que segundo eles tinha tendências "absolutistas".

4. Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857, pp. 350-1. v. 2.

5. Luís Francisco Munaro, op. cit., p. 247.

6. Mecenas Dourado, op. cit., p. 321, t. II.

7. Ibid., pp. 333-4. José Liberato Freire de Carvalho tinha de Nolasco uma opinião ainda mais negativa que Bernardo José de Abrantes. Era, segundo escreveu em suas *Memórias*, "essencialmente preguiçoso e inábil para trabalhar, o que queria é que eu lhe desse sempre dinheiro para seus apetites [...] O seu maior talento era representar a figura de parasito ou papa-jantares em casa dos grandes, onde nem sempre era tratado com muito melindre".

8. José de Arriaga, *História da revolução portuguesa de 1820*, p. 487, apud José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 88.

9. Segundo testemunho de José da Silva Carvalho: "Porém, ainda que assim não fora por direito, é menos verdadeira a ignorância de fato, porque El-Rei lia *O Portuguez*. Quantas representações lhe não fez em língua de fogo esse jornal? Denunciou-lhe com grande liberdade todos os crimes cometidos em Portugal, e o estado de perdição a que tínhamos chegado".

10. Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908, p. 811. v. II.

11. José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: Das origens a 1865*, pp. 200-4.

12. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, pp. 362-3.

13. O *Astro da Lusitania* foi publicado de outubro de 1820 a abril de 1823, quando foi proibido de circular depois do golpe de estado da Vilafrancada. Começou como trissemanal, mas se transformou em diário a partir da 16ª edição. O redator principal era Joaquim Maria Alves Sinval.

14. Lúcia Maria Bastos P. Neves, "A guerra de penas", artigo de agosto de 1999, disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

5. *IDADE D'OURO DO BRAZIL* (1811-23)

1. Marcello e Cybelle de Ipanema, *A tipografia na Bahia: Documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*, apud Laurence Hallewell, op. cit., p. 130.

2. Alfredo de Carvalho, "Genese e progresso da imprensa periódica do Brazil", parte I, p. 31.

3. Alexandre Passos, *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1952, p. 31.

4. No mesmo mês de maio em que o jornal foi lançado, Silva Serva apresentou ao conde dos Arcos um plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de Salvador. A biblioteca foi instalada e se tornou uma das mais importantes do país.

5. Maria Beatriz Nizza da Silva, *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005, p. 22. É o livro mais completo já publicado sobre o jornal e fonte de várias informações deste capítulo.

6. Francisco Adolpho de Varnhagen, *História geral do Brazil*, p. 352, v. 2. Curiosamente, Varnhagen troca o sobrenome de Macedo para Machado.

7. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 18.

8. Laurence Hallewell, op. cit., p. 132.

9. Nelson Werneck Sodré, op. cit., pp. 34-5.

10. Maria Beatriz Nizza da Silva, *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*, p. 11.

6. *O PATRIOTA* (1813-4)

1. *O Patriota* está disponível no acervo digital da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (<www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/64>) e da Biblioteca Nacional (<hemerotecadigital.bn.br/o-patriota-jornal-litterario-politico-mercantil-do-rio-de-janeiro/700177>).

2. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, pp. 336-7.

3. Gondin da Fonseca, *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941, p. 32.

4. Marco Morel, "Os primeiros passos da palavra impressa", em Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (Orgs.), *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33.

5. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 35.

III. JORNAIS NA INDEPENDÊNCIA E NA REGÊNCIA

1. Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 3 e 7.

2. A Dalmácia foi durante séculos parte da República de Veneza até ser tomada por Napoleão Bonaparte em 1797. Em 1815 passou a ser uma província do Império Austro-Húngaro. Foi ocupada pela Itália depois da Primeira Guerra Mundial, fez parte da Iugoslávia e hoje é território croata.

1. *CONCILIADOR DO REINO UNIDO* (1821)

1. *Conciliador do Reino Unido* está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional, em <hemerotecadigital.bn.br/conciliador-do-reino-unido/700193>.

2. Nesta obra, para facilitar a compreensão e evitar a confusão com seu adversário João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, José da Silva Lisboa será chamado Cairu, apesar de ele só ter sido agraciado com o título de visconde de Cairu em 1826, depois da maioria dos eventos narrados.

3. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira*, pp. 359 ss.

4. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 85.
5. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 368.
6. Isabel Lustosa, op. cit., pp. 25-6 e 147-8.
7. Ibid., p. 25.

2. *REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE* (1821-2)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou o *Reverbero Constitucional Fluminense*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/reverbero/700223>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A astúcia liberal: Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf; Ícone, 1999, p. 149.
3. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 376.
4. Salles Oliveira, op. cit., p. 349.
5. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 69.
6. Isabel Lustosa, op. cit., p. 172.
7. Helio Vianna, *D. Pedro I, jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967, pp. 42-3.
8. A Biblioteca Nacional digitalizou *O Sylpho*, que está disponível em: <memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700436>. Acesso em: 12 nov. 2014.
9. Isabel Lustosa, op. cit., p. 271.

3. *CORREIO DO RIO DE JANEIRO* (1822-3)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou o *Correio do Rio de Janeiro*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/correio-do-rio-de-janeiro/749370>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Saloio era o camponês dos arredores de Lisboa.
3. Rio Grande de São Pedro mudaria o nome para São Pedro do Rio Grande do Sul, atual Rio Grande do Sul.
4. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, pp. 394-5.
5. Nelson Werneck Sodré, op. cit., pp. 80-1.
6. Alfredo de Carvalho, *Annaes da Imprensa Periodica Pernambucana, 1821-1908. Dados historicos e bibliographicos*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, pp. 91-2.
7. Isabel Lustosa, op. cit., pp. 174-9.
8. Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira, op. cit., p. 273.
9. Rocinante era o nome do cavalo de Dom Quixote de la Mancha.
10. A expressão "democrata" era na época sinônimo de radical e extremado.
11. Octavio Tarquinio de Sousa, *José Bonifácio*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 186.
12. Salles Oliveira, op. cit., pp. 290-6.
13. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 394.
14. *Correio do Rio de Janeiro*, edições de 24 de outubro, 6 de novembro e 3 de dezembro de 1823. Emília Viotti da Costa, op. cit., pp. 110-1.
15. Gondin da Fonseca, op. cit., pp. 287-8.
16. Alfredo de Carvalho, op. cit., p. 92.

4. *A MALAGUETA* (1821-2 / 1822-4 / 1828-9 / 1832)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou *A Malagueta*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/malagueta/700517>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 232-6, t. I.
3. May escreveu, na edição extraordinária de 31 jul. 1822: "achava-me eu, Leitores amados, sentenciado a perder as doces esperanças de um inapreciável retiro da Vida Pública, que já tinha sido objeto de minhas súplicas, perante a Repartição do Ministério do Nosso Sereníssimo Regente, [...] tive que retirar dos meus cuidados dos sonhos na minha reforma, e aposentadoria, e daí a tempos apareceu *A Malagueta*".
4. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 389.
5. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 74.

6. Mecenas Dourado, op. cit., pp. 236-7, t. I.
7. Helio Vianna, *D. Pedro I, jornalista*, pp. 183 e 194.
8. Isabel Lustosa, op. cit., p. 305.

5. O TAMOYO (1823)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou *O Tamoyo* que está disponível em: <memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700533>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Isabel Lustosa, op. cit., p. 47.
3. Aristheu Achilles, *Os jornais na Independência*. Brasília: Thesaurus; MEC, 1976, p. 110.
4. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira*, pp. 268-72.
5. A Biblioteca Nacional digitalizou *O Regulador Brasileiro*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/o-regulador-brasileiro/700274>. Acesso em: 12 nov. 2014.
6. Isabel Lustosa, op. cit., p. 356.
7. Ibid., pp. 272-3.

6. DIARIO DO RIO DE JANEIRO (1821-59 / 1860-78)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou o *Diario do Rio de Janeiro*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Sérgio Buarque de Holanda (Dir.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 31. v. VII.
3. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 87.
4. A. Moreira de Azevedo, op. cit., pp. 169 ss.
5. Helio Vianna afirma que o nome *Diario da Manteiga* se deveu a que, pelo preço de vinte réis, "também se comprava certa porção de manteiga" (*Contribuição à história da imprensa brasileira*, p. 262).
6. Houve, possivelmente, uma agressão anterior ao dono do *Diario*. Em um artigo do príncipe regente, d. Pedro, de 1822, lê-se: "o que aconteceu ao Redator do *Diario do Rio*, que lhe deram com um chicote dois pretos, a quem ele ainda deu em cima três patacas [960 réis] a cada um e foi para casa sacudindo a casaca, apesar de não levar poeira" (Helio Vianna, *D. Pedro I, jornalista*, p. 41). Vianna comenta que, se for verdadeiro o que escreveu o autor, teria sido a primeira agressão a um jornalista ocorrida no Brasil.
7. Octavio Tarquinio de Sousa, *Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 220.
8. Visconde de Taunay, *Reminiscências*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1928, pp. 81 ss.
9. H. Pereira da Silva, *Jornal da ABI*.
10. Citado por Cristiane Costa, *Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 35.
11. Joaquim José da França Júnior, *Política e costumes: Folhetins esquecidos (1867-1868)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, pp. 149-51.
12. Os progressistas eram membros do Partido Liberal, considerado por eles demasiado tímido.

7. O ESPELHO (1821-3)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou *O Espelho*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/espelho/700916>. Acesso em: 12 nov. 2014.
2. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 67.
3. Isabel Lustosa, op. cit., p. 149.
4. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, p. 387. Desta obra foram extraídas diversas informações para este capítulo.
5. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 62.

8. JORNAL DO COMMERCIO (1827-)

1. Essa informação foi repetida constantemente no *Jornal do Commercio*. A *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro também alegou ter sido a primeira a importar uma rotativa.

2. No catálogo de obras raras da Biblioteca Nacional, João Soares Lisboa consta como fundador do jornal. Essa informação, de difícil confirmação, foi repetida por vários historiadores e posteriormente desmentida. Soares Lisboa, que tinha publicado o *Correio do Rio de Janeiro*, viajou a Pernambuco, lutando ao lado dos rebeldes da Confederação do Equador contra as tropas imperiais, e morreu em combate em novembro de 1824 (ver p. 207). Gondin da Fonseca, op. cit., p. 287.

3. Luís Antônio Giron, *Minoridade crítica: A ópera e o teatro nos folhetins da Corte*. São Paulo: Ediouro, 2004, p. 78.

4. Gondin da Fonseca, op. cit., pp. 287-8 e 290-1.

5. Estevam Leão Bourroul, “A typographia e a lythographia no Brazil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XIII, p. 25, 1908.

6. Octavio Tarquinio de Sousa, *Evaristo da Veiga*, p. 83.

7. Gilberto Freyre, op. cit., pp. LIV e LVI.

8. Estevam Leão Bourroul, op. cit., p. 26.

9. *1º Centenário do Jornal do Commercio* (*1827-1927*), edição comemorativa, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 111, p. 101, 1928.

10. Francisco de Souza Martins, “Progresso do jornalismo no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2. ed., t. VIII, pp. 271-2, 1º trimestre 1846.

11. O *Jornal do Commercio*, por engano, escreveu que o nome da editora era Langlois, em vez de Lacroix.

12. *1º Centenário do Jornal do Commercio* (*1827-1927*), pp. 498-9.

13. O romance *Les Misérables* começou a ser traduzido por Justiniano José da Rocha, que morreu antes de concluir o trabalho. A tradução foi continuada por Antonio José Fernandes dos Reis, com a ajuda do jornalista José Carlos de Souza Ferreira.

14. Gondin da Fonseca afirma, por engano, que *A mão do finado* foi publicada pelo *Jornal do Commercio*, no que é acompanhado por Raymundo Magalhães Júnior, Ubiratan Machado e outros escritores.

15. Gondin da Fonseca, op. cit., pp. 165-6.

16. Claude Bellanger et al., *Histoire générale de la presse française*. Paris: PUF, 1969, pp. 559-60. v. I.

17. Marlyse Meyer, *Folhetim, uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 287-8. Diversas informações dessa obra foram utilizadas neste capítulo.

18. Ponson du Terrail, que começara a escrever a série em 1857, só parou ao morrer, em 1871. Depois dele, outros escritores continuaram contando as aventuras de Rocambole, como Constant Guéroult, Jules Cardoze, Frédéric Valade e Michel Honaker.

19. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010, p. 56.

20. Célio Debes, *Campos Salles: Perfil de um estadista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; MEC, 1978, p. 27, v. I.

21. Discurso de Alcindo Guanabara em homenagem ao diretor do jornal, José Carlos Rodrigues, em 1908. Íntegra em *1º Centenário do Jornal do Commercio* (*1827-1927*), p. 1027.

22. Cícero Sandroni, *180 anos do Jornal do Commercio 1827-2007: De D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007, pp. 179-81.

23. José Murilo de Carvalho, *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 74-5.

24. Ibid., pp. 50-3.

25. Nelson Lage Mascarenhas, *Um jornalista do Império* (*Firmino Rodrigues Silva*). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 208.

26. Barbara Heliodora, em declarações à revista *Época*, 13 jan. 2014, p. 87.

27. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 166.

28. Elmano Cardim, *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 27.

29. França Júnior, op. cit., pp. 149 e 231.

30. Eugène Ketterer, francês, e Sigismond Thalberg, suíço, foram pianistas e compositores.

31. Eleazar Díaz Rangel, *La información internacional en América Latina*. Caracas: Monte Ávila, 1991, p. 66.

32. Pierre Frédérix, *Un Siècle de chasse aux nouvelles: De l’Agence d’information Havas à l’agence France-Presse* (*1835-1957*). Paris: Flammarion, 1959, p. 137.

33. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 247.

34. Eleazar Díaz Rangel, op. cit., pp. 65-6 e 70.

35. Cícero Sandroni, op. cit., p. 202.

36. Heitor Lyra, *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988, p. 144.

37. *1º Centenário do Jornal do Commercio* (*1827-1927*), p. 210.

38. Nelson Lage Mascarenhas, op. cit., pp. 282-3.

39. Eugênio Gudin, *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa de 150 anos.

40. Kátia Maria de Carvalho Silva, *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979, pp. 23-4.

41. Marialva Barbosa, op. cit., p. 184.

42. Max Leclerc, *Lettres du Brésil*. Ed. fac-sim., 1890. Paris: Plon, 2010, pp. 222-3.

43. *Correio da Manhã*, 17 out. 1901.

44. O *Financial News* era concorrente do *Financial Times*. Os dois jornais se fundiram em 1945.

45. *1º Centenário do Jornal do Commercio* (*1827-1927*), pp. 246-8.

46. Ibid., pp. 344-7.

47. Filindal era o pseudônimo de Francisco Filinto de Almeida, jornalista português que trabalhou n'*O Estado de S. Paulo* de 1889 a 1895. Curiosamente, escreveria anos depois no *Jornal do Commercio*, que tanto criticara, o romance *A casa verde*, em colaboração com sua esposa, a escritora Júlia Lopes de Almeida.

48. *O Estado de S. Paulo*, 19 out. 1890.

49. Filindal errou as contas: o *Jornal do Commercio* foi fundado em 1827, cinco anos depois da Independência.

50. Max Leclerc, op. cit., p. 221

51. Barbosa Lima Sobrinho, "Brasil 1900-1910", em Cícero Sandroni, op. cit., pp. 265-6.

52. Antônio Dimas, *Bilac, o jornalista: Crônicas*. São Paulo: Imesp, 2006, p. 100.

53. Artur José Renda Vitorino, em *Máquinas e operários: Mudança técnica e sindicalismo gráfico* (*São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912*) [São Paulo: Fapesp; AnnaBlume, 2000, p. 58], afirma que o *Jornal do Commercio* foi o primeiro jornal brasileiro a usar linotipos, em 1903.

54. Marialva Barbosa, op. cit., pp. 182-3.

55. Ibid., p. 191.

56. Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 560-5. v. I.

57. Artigo de Eugênio Gudin na edição do sesquicentenário e repetido na edição de 160 anos: "O Jornal do Commercio de antanho".

58. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da imprensa no Brasil*, escreveu também, erroneamente, na p. 305, que fora *A Noticia* o jornal que primeiro utilizou o serviço telegráfico, em 1895, com as informações da luta em Cuba. O dado foi repetido por grande número de obras sobre a imprensa.

59. Luís Edmundo, op. cit., pp. 559-60.

60. Curiosamente, Marialva Barbosa, em artigo na revista *Imprensa*, reproduzido mais tarde em *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história* (pp. 85-6, v. I), atribui esse parágrafo não a Eugênio Gudin, mas a uma carta de Rodrigues Alves para José Carlos Rodrigues, de 9 de março de 1898.

61. André de Séguin des Hons, *Le Brésil: Presse et histoire 1930-1985*. Paris: L'Harmattan, 1985, p. 61.

62. Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: A Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. O livro reproduz a maioria das reportagens de Benício.

63. José Leonardo do Nascimento (Org.), *Os Sertões de Euclides da Cunha: Releituras e diálogos*. São Paulo: Unesp, 2002, pp. 18-9.

64. Luís Edmundo, op. cit., p. 559.

65. Cícero Sandroni, op. cit., pp. 231-2.

66. Olavo Bilac, *Bilac, o jornalista: Crônicas*. Org. de Antonio Dimas. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 2009-10. v. 2.

67. João Luso, *A Academia Brasileira e o Jornal do Commercio*. Disponível em: <www.academia.org.br/abl/media/memoria5.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

68. Marialva Barbosa, "José Carlos Rodrigues, um jornalista que fez e desfez presidentes", em *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*, p. 86, v. 1.

69. Danton Jobim, *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1992, p. 174.

70. Marialva Barbosa, op. cit., p. 85.

71. Rubens Borba de Moraes, *O bibliófilo aprendiz*, pp. 110-2.

72. Hugo Rogelio Suppo, *La Politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris, 1999, p. 55, v. I. Tese de doutorado em História no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, da Sorbonne.

73. Fernando Morais, *Chatô: O rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 130-3.

74. André de Séguin des Hons, op. cit., p. 61.

75. Eugênio Gudin, edição de 150 anos do *Jornal do Commercio*.

76. Cícero Sandroni, op. cit., p. 453.

77. Roberto Campos, *A lanterna na popa: Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 845.

78. Cícero Sandroni e Laura Constância A. de A. Sandroni, *Austregésilo de Athayde: O século de um liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998, p. 549.

79. O *Monitor Campista* foi fechado pelos Diários Associados em 2009.

80. Cícero Sandroni e Laura Constância A. de A. Sandroni, op. cit., p. 699.

81. Suely Caldas, *Jornalismo econômico*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15.

9. *A AURORA FLUMINENSE* (1827-35)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou *A Aurora Fluminense*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>. Acesso em: 12 nov. 2014.

2. Juarez Bahia, *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1960, p. 35.

3. Octavio Tarquinio de Sousa, *Evaristo da Veiga*, p. 65.

4. Juarez Bahia, *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1990, p. 44.

5. Moreira de Azevedo, op. cit., p. 192.

6. Antonio Candido de Mello e Souza, "Suplemento Literário", *O Estado de S. Paulo*, 23 maio 1959.

7. Octavio Tarquinio de Sousa, op. cit., pp. 19 e 192.

8. Antonio Candido de Mello e Souza, *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, pp. 270-1.

9. Marcello Basile, "Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)", em Lúcia Maria Bastos et al. (Orgs.), *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2006, pp. 61 ss.

10. Gondin da Fonseca, op. cit., pp. 104 e 111.

11. João Guilherme Radcliffe, filho de ingleses, que participou da Confederação do Equador, foi enforcado no Rio de Janeiro.

12. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 102.

13. Ibid., p. 112.

14. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 193.

15. Danton Jobim, op. cit., pp. 25-6.

16. Gondin da Fonseca, op. cit., pp. 111-2.

17. Elmano Cardim, op. cit., pp. 19-20.

10. *SENTINELLA DA LIBERDADE* (1830-7)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou diversos exemplares dos jornais de Cipriano Barata, mas a coleção continua muito incompleta. Alguns números podem ser acessados em: <hemerotecadigital.bn.br/sentinella-da-liberdade-na-guarita-de-pernambuco/759961>, <hemerotecadigital.bn.br/sentinella-da-liberdade-na-guarita-do-forte-de-s-pedro-na-bahia-de-todos-os-santos/749885>, <hemerotecadigital.bn.br/nova-sentinella-da-liberdade-na-guarita-do-forte-de-s-pedro-na-bahia-de-todos-os-santos/749850> e <hemerotecadigital.bn.br/sentinella-da-liberdade/701025>.

2. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira*, pp. 447, 459 e 462.

3. Nelson Werneck Sodré, op. cit., pp. 77-8.

4. Cipriano Barata sempre negou ter participado da conspiração, mas vários envolvidos disseram que ele foi um dos principais divulgadores do movimento. Uma carta de 1798 escrita por Barata e incluída nos autos da devassa dizia: "Temos escapado do grandíssimo desastre da rebelião de escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo se não aqueceu, visto o perigo a que temos andado expostos. Meu amigo, cautela com essa canalha africana e que o tempo pede circunspecção".

5. Alfredo de Carvalho, op. cit., pp. 76-9.

6. Isabel Lustosa, op. cit., p. 317.

7. Ibid., p. 322.

8. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira*, p. 478.

9. Marco Morel, *Cipriano Barata, o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 74.

11. *O TYPHIS PERNAMBUCANO* (1823-4)

1. Alfredo de Carvalho, op. cit., p. 84.

2. Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 251. t. II, v. I.

3. Helio Vianna, *Contribuição à história da imprensa brasileira*, p. 472.

12. *O REPUBLICO* (1830-1 / 1831-2 / 1834 / 1837 / 1853-5)

1. A Biblioteca Nacional digitalizou o jornal *O Republico*, que está disponível em: <hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/o-republico/332704>. Acesso em: 12 nov. 2014.

2. Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo — Sua vida, suas ações e sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898, p. 388. t. I: 1813-1857.

3. Gondin da Fonseca, op. cit., p. 293.

4. Alfredo de Carvalho, op. cit., p. 123.

5. Ibid., p. 180-1.

6. Essa informação, de Alfredo de Carvalho, é negada por Luiz do Nascimento na *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernabuco, 1969, p. 259. v. IV.

13. JORNAIS BAIANOS

1. No ano seguinte, em 1812, Hipólito José da Costa e Domingos José Martins fundaram em Londres a loja maçônica Lusitana 184, que ajudaria a preparar a revolução pernambucana em 1817, a qual não contou com o apoio de Hipólito. Com o fracasso da revolta, Martins foi preso e morto (ver p. 129).

2. Wélington Silva e Cláudia Chaves, "Expansão da metrópole e iluminação da colônia: As memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis e a política imperial portuguesa", p. 5. O ensaio foi divulgado no encontro da Associação Nacional de História, realizado em julho de 2012 em Mariana (MG).

3. Laurence Hallewell, op. cit., p. 132.

14. JORNAIS DE PERNAMBUCO

1. Carlos Rizzini, *O jornalismo antes da tipografia*, p. 182.

2. Alfredo de Carvalho, op. cit., pp. 59-64.

15. JORNAIS DAS PROVÍNCIAS

1. Miguel Costa Filho, "A imprensa mineira no Primeiro Reinado", apresentado no VI Congresso Nacional de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro em 1955.

IV. INFRAESTRUTURA

1. Emília Viotti da Costa, op. cit., p. 245.

1. SOCIEDADE

1. Emília Viotti da Costa, op. cit., pp. 218-9.

2. Laurence Hallewell, op. cit., p. 85.

3. Paul Starr, op. cit., pp. 99-111.

4. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, pp. 119-20.

5. Max Leclerc, op. cit., pp. 214 ss.

6. Quando o jornalista Jorge de Miranda Jordão foi a Porto Alegre para dirigir a *Última Hora* gaúcha, no início dos anos 1960, ficou surpreendido com o elevado "número de leitores do Rio Grande do Sul, naquela época; era o maior índice de leitura do país, pelo número de habitantes, não havia praticamente gaúchos analfabetos, foi o que eu encontrei lá". Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barretto Briso, do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, em 11 set. 2008.

7. Warren Dean, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Edusp, 1971, pp. 53-4.

8. Bruno Bontempi Júnior, *O Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (O Estado de S. Paulo, 1914): Fonte para o estudo do imaginário republicano*, disponível em: <anpuh.org/anais/wp-

content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0658.pdf>, e *O inquérito sobre a instrução pública no jornal O Estado de S. Paulo* (*1914*), disponível em: <www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/246BrunoBomtempi.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

9. Laurence Hallewell, op. cit., pp. 719-20.

10. Alfred Stepan, op. cit., p. 29.

11. Maria de Lourdes M. Janotti, *João Francisco Lisboa: Jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 53.

2. COMUNICAÇÕES

1. *O Globo*, 18 jun. 2011.

2. Pierre Deffontaines, *Geografia humana do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952, p. 217.

3. Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 438.

4. O processo de construção de estradas pavimentadas com macadame foi desenvolvido pelo engenheiro escocês John McAdam, e consiste na colocação de três camadas de brita, saibro e cascalho, pressionadas por um cilindro, que podiam ser revestidas com uma camada asfáltica.

5. Laurence Hallewell, op. cit., p. 125.

6. Emília Viotti da Costa, op. cit., p. 315.

7. Laurence Hallewell, op. cit., p. 80.

8. Pierre Deffontaines, op. cit., p. 217.

9. Paul Starr, op. cit., 2005.

10. Marcello Basile, op. cit., pp. 90-1.

11. João Pinheiro de Barros Neto, *Administração pública no Brasil: Uma breve história dos Correios*. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 26-8.

12. Freitas Nobre, *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950, pp. 30-1.

13. Alfredo de Carvalho, op. cit., p. 109.

14. João Pinheiro de Barros Neto, op. cit., pp. 42-4.

15. Ibid., p. 48.

16. Ibid., p. 43.

17. Ibid., p. 47.

18. Ibid., p. 170.

3. AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

1. Durante a Primeira Guerra Mundial, a França foi o único país beligerante europeu que proibiu a publicação de comunicados do inimigo, embora fossem vendidos nos bulevares de Paris jornais suíços com os comunicados alemães e austríacos. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, em 1917, as agências norte-americanas de notícias deixaram de enviar a seus clientes os comunicados da Alemanha e da Áustria.

2. Michael B. Palmer, *Des Petits Journaux aux grandes agences: Naissance du journalisme moderne*, *1863-1914*. Paris: Aubier, 1983, pp. 102-3.

3. Pierre Denoyer, *A imprensa no mundo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957, pp. 41-2.

4. Danton Jobim, op. cit., pp. 130-1.

5. No dia 12 de julho, treze dias antes, o jornal tinha publicado uma informação telegráfica do exterior igualmente confusa. Não tinha indicação da fonte, mas provavelmente era da Reuter-Havas, em período experimental.

6. Eleazar Díaz Rangel, op. cit., p. 65.

7. Pierre Frédérix, op. cit., p. 137.

8. Nelson Werneck Sodré escreveu (op. cit., p. 247) que as primeiras notícias telegráficas transmitidas pelo cabo submarino foram publicadas no Brasil pelo *Jornal do Commercio* em 1º de agosto de 1877, uma informação errada. Eleazar Díaz Rangel (op. cit., p. 70) mostra sua surpresa pelo fato de o *Jornal do Commercio*, na edição de 14 de junho de 1977, em que comemorou 150 anos, repetir essa informação: “Ainda que pareça insólito, o jornal em lugar de olhar em sua coleção, incorre no mesmo erro, aparentemente reproduzido na versão de Werneck Sodré, mas também se equivoca de ano”. Cícero Sandroni (*180 anos do Jornal do Commercio 1827-2007*, p. 202) repete essa informação.

Surpreendentemente, Werneck Sodré dá outra data diferente para a introdução da informação telegráfica na imprensa brasileira: “Foi *A Noticia* que primeiro utilizou o serviço telegráfico, em 1895, com informações sobre a luta em Cuba” (p. 305). É possível que Sodré tenha querido dizer que a informação era a primeira notícia transmitida por telégrafo a respeito do começo

da luta dos cubanos contra as tropas espanholas pela independência.

Esse erro também foi reproduzido em diversos livros e trabalhos acadêmicos. Lená Medeiros de Menezes e Mônica Leite Lessa, por exemplo, repetem a informação sem mencionar Sodré como fonte: "No Brasil o jornal *A Noticia* foi o primeiro a utilizar os serviços telegráficos, no ano de 1895, iniciando uma nova era para o jornalismo brasileiro". Curiosamente, na página anterior, escrevem: "Desde agosto de 1877 o *Jornal do Commercio* publicava serviços da Havas", repetindo outra informação também incorreta de Sodré.

9. Luiz do Nascimento, *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. v. I: *Diário de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968, pp. 82-3; v. II: *Diários do Recife (1829-1900)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966, p. 106.

10. Inicialmente, o nome da agência era Reuter, mas no século XX mudou para Reuters. Neste capítulo é mantido o nome que agência usava no momento.

11. Kent Cooper, *Barriers Down: The Story of the News Agency Epoch*. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1969, pp. 7, 21-2.

12. Houve um desentendimento na época entre a Associated Press de Illinois, que assinou o acordo com as agências europeias em 1893, e a de Nova York. Para simplificar, neste capítulo é usado genericamente o nome Associated Press.

13. Posteriormente, a AP conquistou o direito de enviar diretamente notícias ao Canadá, ao México e à América Central.

14. Usado como a moeda oficial das telecomunicações, o franco-ouro equivalia a 0,3225805 grama de ouro de 900/1000 ou 0,290613 grama de ouro de 999/1000 de pureza (ouro fino).

15. Pierre Frédérix, op. cit., p. 93.

16. Francis Williams, *Transmitting World News*. Reimp. Nova York: Arno Press; Unesco, 1972, pp. 20-1.

17. Pierre Frédérix, op. cit. p. 139.

18. Machado de Assis, *Ilustração Brasileira*, 15 ago. 1877.

19. John Lawrenson e Lionel Barber, *The Price of Truth*. Edimburgo: Mainstream, 1985, p. 49.

20. Pierre Frédérix, op. cit., pp. 140 e 281-2.

21. O problema do elevado custo do telégrafo persistiu ao longo do século XX. O jornalista inglês Francis Williams, que recebeu o título de lorde, na obra anteriormente citada, menciona que segundo o International Press Institute de Zurique as altas tarifas de transmissão por cabo, particularmente na América Latina, eram um dos mais sérios problemas dos jornais. Francis Williams mostra que as tarifas não faziam o mínimo sentido do ponto de vista econômico. Uma palavra pela tarifa normal de imprensa do Brasil para Londres custava 15,02 centavos de dólar e de Londres para o Brasil 7 centavos, menos da metade. Um telegrama de imprensa urgente entre esses dois destinos saía por 64,17 centavos e 21 centavos, respectivamente. Além disso, a Inglaterra e a França tinham preços especiais para os telegramas com os países de seu antigo império. Transmitir uma palavra de Cingapura para Londres custava 1,17 centavo; a Paris, 19,14 centavos. Uma palavra da Argélia a Paris custava 0,12 centavo; a Londres, 4,67 centavos. Como escreveu Francis Williams, quando as tarifas telegráficas são extravagantemente elevadas, o fluxo de informações é afetado.

22. Miguel Arco e Flexa, *48 anos de Gazeta*. São Paulo: Fundação Cásper Líbero, 1954, pp. 10-1.

23. Pierre Frédérix, op. cit., p. 305.

24. Kent Cooper, op. cit., pp. 54-5.

25. *La Nación* e a UP fizeram um acordo de dez anos para montar um serviço para vender notícias aos jornais latino-americanos, com bons resultados iniciais, mas os sócios se desentenderam quando a UP desconfiou que Jorge Mitre queria instalar, sigilosamente, uma agência própria.

26. Marlene Cuthbert, "Reaction to International News Agencies: 1930s and 1970s Compared", em *International Communications Gazette*, pp. 99-110, maio 1980.

27. Hugo Rogelio Suppo, op. cit.

28. A divisão de publicidade da Havas continuou funcionando, e hoje forma parte do grupo francês Publicis.

29. O escritório da Havas no Rio foi operado pela Reuters durante a guerra, mas os escritórios de Buenos Aires, de Lisboa e de outras cidades foram operados pela AFI.

30. A AP reconheceu no início dos anos 1940 que, desde que entrara, tinha perdido dinheiro na América Latina. Kent Cooper, op. cit. p. 296.

31. A AFP é hoje uma empresa privada, mas o governo francês cobre seus déficits indiretamente, ao determinar que um grande número de dependências da administração pública assine os serviços da agência. O governo participa também da escolha do presidente da agência.

32. Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

33. Jeremy Tunstall, *The Media Are American*. Londres: Constable, 1977, p. 171.

34. A América Latina era a terceira região em receita, que foi de 88,4 mil libras em 1945 e de 108 mil em 1950, atrás somente da Europa e do Extremo Oriente.

35. Jeremy Tunstall, op. cit., p. 170.

36. *Diario do Maranhão*, 17 mar. 1874.

37. Luiz do Nascimento, op. cit., v. II, p. 106.

38. Ibid., pp. 82-3. O autor não conseguiu localizar a edição especial de uma página mencionada por Luiz do Nascimento. Foi consultada a coleção do *Diário de Pernambuco* digitalizada pela Universidade da Flórida, que contém a edição 149 de 1874, de sábado 4 de julho, e a edição 150, da segunda-feira 6 de julho. Uma notícia da Agencia Americana com informação do Rio de Janeiro foi publicada na edição 151, de terça 7 de julho.

39. Eleazar Díaz Rangel, op. cit., p. 66.

40. *O Globo* foi relançado em 1881 com outros proprietários e sob a direção de Quintino Bocayuva, que lhe deu uma orientação republicana. Fechou definitivamente em 1883.

41. Miguel Arco e Flexa, op. cit., p. 32.

4. INSTALAÇÕES GRÁFICAS

1. Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 321.

2. Outra versão diz que só veio um prelo e foi construído outro de madeira no Rio, e não é implausível: um Stanhope custava de noventa a cem libras. A hipótese mais generalizada é que chegaram dois, que serviram de modelo para construir no Rio de Janeiro um prelo de madeira.

3. James Moran, *Printing Presses: History & Development from the 15th Century to Modern Times*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1977, p. 53.

Em dezembro de 2011, essa prensa Stanhope ainda estava em boas condições de funcionamento. Alguns anos antes, um museu de Nova York quis comprar o equipamento; era, provavelmente, o único ou um dos poucos Stanhope sobreviventes fora de um museu e ainda funcionando. O dono da tipografia, Arturo Castellanos Castellanos recusou-se a vender um prelo que estava com a família durante mais de um século e meio. Em dezembro de 2011, tanto a Imprenta Castellanos como a prensa Stanhope continuavam no mesmo lugar em que fora instalada na primeira metade do século XIX — Calle San Francisco 25, em Alcázar de San Juan, província de Ciudad Real. Arturo Castellanos Castellanos morreu em meados de 2011, e a viúva, Elia Sánchez, disse a este autor que a tipografia estava sendo desativada. O Stanhope, ainda em boas condições de operação, parara de imprimir cartazes de touradas. A montagem manual do texto, com grandes tipos de madeira, levava várias horas para ser finalizada e não podia competir em custo com a composição feita por computador. O prelo estava à venda e, se nenhum museu se interessasse, poderia acabar num depósito de ferro-velho.

4. Claude Bellanger et al., op. cit., p. 17.

5. James Moran, op. cit., p. 53.

6. Affonso A. de Freitas, "A imprensa periódica de São Paulo (desde seus primórdios em 1823 até 1914)", em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XIX, São Paulo, p. 330, 1914.

7. Mário de Camargo (Org.), *Gráfica: Arte e indústria no Brasil, 180 anos de história*. Guarulhos: Bandeirantes Gráfica, 2003, pp. 27 ss.

8. Laurence Hallewell, op. cit., p. 171.

9. Jeffrey L. Pasley, *The Tyrany of Printers: Newspaper Politics in the Early American Republic*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2003, p. 25.

10. No *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro os tipos eram entintados com um tampão. Em outros jornais usavam-se duas espécies de almofadas de tinta, "grandes como a sua cabeça", revestidas de couro, batendo uma contra a outra; a distribuição de tinta costumava ser desigual. Uma tipografia do Maranhão recebeu, com uma prensa importada, um rolo revestido de couro de camelo para entintar, mas ninguém sabia usá-lo e foi encostado.

11. Artur José Renda Vitorino, op. cit., p. 126. Neste capítulo são usadas várias informações dessa obra.

12. Ibid, p. 118.

13. Ibid., p. 253.

14. Estevam Leão Bourroul, op. cit., p. 25.

15. *O Chronista*, 17 mar. 1838.

5. SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES

1. Elmano Cardim, op. cit., p. 15.

2. Barbosa Lima Sobrinho, *O problema da imprensa*. São Paulo: Com-Arte, 1988, p. 92.

3. O conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas era pai de Rodolpho de Souza Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*.

4. Manuel Francisco Correa, "Resposta a uma acusação (Fragmento de História Política)", em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXIII, parte II, pp. 282 ss, 1900.

5. *Jornal da ABI*, s/d.

6. João Carlos Rodrigues, *João do Rio, uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 112.

7. Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 95.

8. *Folha de S.Paulo*, 5 jan. 1979.

9. Nelson Werneck Sodré, op. cit., pp. 421-2.

10. Danton Jobim, op. cit., p. 169.

11. Hugo Rogelio Suppo, op. cit., pp. 55 ss.

12. Mário Hora, *48 anos de jornalismo (1908 a 1956): Memórias de um "Dromedário"*. Rio de Janeiro: São José; Ouvidor, 1959, pp. 26-7.

13. Samuel Wainer, *Minha Razão de Viver: Memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005, p. 141.

14. Hugo Rogelio Suppo, op. cit., pp. 57-8.

15. Miguel Arco e Flexa, op. cit., p. 6.

16. Superintendência de Moeda e Crédito do Banco do Brasil, que depois foi transformada no Banco Central.

17. Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), diretor do *Diario Carioca*, foi nomeado diretor da Sumoc por Café Filho, substituindo o economista Octavio Gouvêa de Bulhões. Foi também diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo* no Rio e redator-chefe do *Diario de Noticias*. Acumulava esses cargos com a função de consultor-geral jurídico da Light. Janio de Freitas tem o cuidado de lembrar que Pedro Dantas só cuidava da redação e nada tinha a ver com "o lado dos interesses e negócios do grupo que detinha a propriedade do *Diario Carioca*".

18. Depoimento de Janio de Freitas ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC), em Ana Paula Goulart Ribeiro, *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*, pp. 115 e 118.

19. Depoimento de Carlos Castello Branco ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC), em Ana Paula Goulart Ribeiro, op. cit., pp. 116-7.

20. Revista *Comunicação*, n. III, 1994.

21. Revista *Imprensa*, abr. 1995.

22. Revista *Imprensa*, ago. 1992.

23. Marco Antonio de Carvalho, *Rubem Braga, um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007, p. 453.

24. Villas-Bôas Corrêa, *Conversa com a memória — A história de meio século de jornalismo público*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 40.

25. Ricardo Noblat, *O que é ser jornalista*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 131.

26. Barbosa Lima Sobrinho, *O problema da imprensa*, pp. 95-7.

Bibliografia

ACHILLES, Aristheu. *Os jornais na Independência*. Brasília: Thesaurus; MEC, 1976.

ARCO E FLEXA, Miguel. *48 anos de* Gazeta*: 1906-1954*. São Paulo: Fundação Cásper Líbero, 1954.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. "Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, parte II, 1865.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.

______. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1960.

______. *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência* (*Brasil, 1790-1820*). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000249890&fd=y>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BARBOSA, A. da Cunha. "Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXIII, parte II, 1900.

BARBOSA, Marialva. "José Carlos Rodrigues, um jornalista que fez e desfez presidentes". *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. Org. de José Marques de Melo. São Paulo: Imprensa Oficial; Universidade Metodista de São Paulo, 2005. v. 1.

______. *História cultural da imprensa: Brasil — 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

______. *História cultural da imprensa: Brasil — 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

______. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *Antologia do* Correio Braziliense. Brasília: Cátedra; MEC, 1977.

______. *O problema da imprensa*. 2. ed. São Paulo: Com Arte, 1988.

BARROS NETO, João Pinheiro de. *Administração pública no Brasil: Uma breve história dos correios*. São Paulo: Annablume, 2004.

BASILE, Marcello. "Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)". In: BASTOS, Lúcia Maria et al. (Orgs.). *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2006.

BELLANGER, Claude et al. *Histoire générale de la presse française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. v. I.

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Com Arte, 1992.

BILAC, Olavo. *Bilac, o jornalista: Crônicas*. Org. de Antonio Dimas. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2002. v. 2.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *O inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades* (*O Estado de S. Paulo, 1914*)*: Fonte para o estudo do imaginário republicano*. XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007. Disponível em: <anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0658.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BOURROUL, Estevam Leão. "A typographia e a lythographia no Brazil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XIII, 1908.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. v. 7: O Brasil monárquico — Do Império à República.

______. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CADENA, Nelson Varón. "O preconceito dos historiadores com a *Gazeta do RJ*". Portal Imprensa, 12 jan. 2009. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/colunistas/colunas/2009/01/12/imprensa354.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CALDAS, Suely. *Jornalismo econômico*. São Paulo: Contexto, 2003.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMARGO, Mário de (Org.). *Gráfica: Arte e indústria no Brasil — 180 anos de história*. 2. ed. Guarulhos: Edusc; Bandeirantes, 2003.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à Presidência*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. v. 2: Evolução política.

______. *A República Velha*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. v. 1: Instituições e classes sociais.

CAROPRESO, Luiz; GRAMANI FILHO, Plínio (Coords.). *200 anos: Indústria gráfica no Brasil*. São Paulo: Abigraf; Clemente e Gramani, 2008.

CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periodica pernambucana (1808-1908)*. Recife: Typographia do *Jornal do Recife*, 1908a.

______. "Genese e progressos da imprensa periodica no Brazil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, parte I, 1908b.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

______. (Org.). *Nação e cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: Um cigano fazendeiro do ar — A biografia*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2007.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: "Andiamo in 'Merica..."*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CINQUE, Fernanda Regina. *A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: A ação pedagógica do Correio Braziliense no processo de Independência do Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. (Dissertação Mestrado em Educação.) Disponível em: <www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp070456.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

COOPER, Kent. *The Right to Know: An Exposition of the Evils of News Suppression and Propaganda*. Nova York: Farrar, Straus and Cudahy, 1956.

______. *Barriers Down: The Story of the News Agency Epoch*. Port Washington, NY: Kennikat, 1969.

CORRÊA, Luiz Antônio Villas-Bôas. *Conversa com a memória: A história de meio século de jornalismo público*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

CORREA, Manuel Francisco. "Resposta a uma acusação (Fragmento de História Política)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXIII, parte II, 1900.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Ed. fac-sim. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: *Correio Braziliense*, 2001. v. 1.

______. *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/bbd/search?filtertype=dc.title_t&filter=correio+braziliense&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CUTHBERT, Marlene. "Reaction to International News Agencies: 1930s and 1970s Compared". *International Communication Gazette*, maio 1980. Disponível em: <www.google.com.br/url?sa= t&rct =j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fd.yimg.com-%2Fkq%2Fgroups%2F22925642%2F729898345%2Fname%2FReaction%2BTo%2BInterna-tional%2BNews%2BAgencies%2B1930s%2Band%2B1970s.-pdf&ei=70H1UrWeH8blkAek44CoAw&usg=AFQjCNFeYvCddgNxIL68mf3AAQy7TRecqw>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Edusp, 1971.

DEBES, Célio. *Campos Salles: Perfil de um estadista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; MEC, 1978. v. 1 e 2.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DENOYER, Pierre. *A imprensa no mundo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

DESLANDES, Venancio Augusto. *Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

DÍAZ RANGEL, Eleazar. *La información internacional en América Latina*. Caracas: Monte Ávila, 1991.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: Crônicas*. São Paulo: Imesp, 2006. v. 2.

DIMAS FILHO, Nélson. Jornal do Commercio*: A notícia dia a dia (1827-1987)*. Rio de Janeiro: Fundação Assis Chateaubriand; *Jornal do Commercio*, 1987.

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o* Correio Braziliense. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Tomos I-II.

DUARTE, Paulo. *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA-USP, 1972.

ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press; Nova York: Canto, 1993.

FENBY, Jonathan. *The International News Services*. Nova York: Schocken, 1986.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Américo: O homem que deu seu nome ao continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONSECA, Manuel José Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRA, Maria Letícia (Orgs.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da. *Política e costumes: Folhetins esquecidos (1867-1868)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

FRÉDÉRIX, Pierre. *Un Siècle de chasse aux nouvelles: De l'agence d'information Havas à l'Agence France-Presse*. Paris: Flammarion, 1959.

FREITAS, Affonso A. de. "A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XIX, 1914.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2. ed. ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: A Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GAY, João Pedro. "História da República Jesuítica do Paraguai". *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 63, parte 4, p. 826, 4º trim. 1863.

GIRON, Luís Antônio. *Minoridade crítica: A ópera e o teatro nos folhetins da Corte*. São Paulo: Ediouro, 2004.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e história: Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade (Orgs.). *E os preços eram commodos...: Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

HAUBERT, Maxime. *A vida quotidiana no Paraguai no tempo dos jesuítas*. Trad. de Virgínia Motta. Lisboa: Livros do Brasil, 1968.

HESSLER, John. "Setting Sail from St. Dié or How Far South Did Amerigo Go?". Washington, DC: Divisão de Mapas e Geografia; Biblioteca do Congresso, abr. 2006. Disponível em: <www.kislakfoundation.org/download/Hessler-Sailing_South_with_Ringmann.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

HONS, André de Séguin des. *Le Brésil: Presse et histoire — 1930-1985*. Paris: L'Harmattan, 1985.

HORA, Mário. *48 anos de jornalismo (1908 a 1956): Memórias de um "Dromedário"*. Rio de Janeiro: São José; Ouvidor, 1959.

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *A tipografia na Bahia: Documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*. 2. ed. Salvador: Editora da UFBA, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: Jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: Edusp; Com Arte, 1992.

LACOUTURE, Jean. *Os jesuítas: Os conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1994. v. I.

LAWRENSON, John; BARBER, Lionel. *The Price of Truth: The Story of the Reuters Millions*. Edimburgo: Mainstream, 1985.

LECLERC, Max. *Lettres du Brésil*. Ed. fac-sim. Paris: Plon, 1890.

LUSO, João. *A Academia Brasileira e o* Jornal do Commercio. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 50, jan.-mar. 2007. Disponível em: <www.academia.org.br/abl/media/memoria5.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYRA, Heitor. *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Bazar, 2010.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Três panfletários do Segundo Reinado: Francisco de Sales Torres Homem e o "Libelo do Povo", Justiniano José da Rocha e "Ação: Reação: Transação", Antônio Ferreira Vianna e a "Conferência dos Divinos"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2006. Dissertação (Mestrado em História.) Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000375875&fd=y>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

______. (Coord.). *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; São Paulo: Imprensa Oficial, 2005-9. 4 v.

MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONTOYA, Antonio Ruiz. *Conquista espiritual*. Porto Alegre: Martins, 1985.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 4. ed. Brasília: Briquet de Lemos; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

______. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORAIS, Fernando. *Chatô: O rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAN, James. *Printing Presses: History & Development from the 15th Century to Modern Times*. Berkeley: University of California Press, 1977.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata: O panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

______. *A imprensa periódica no século XIX*. Rede da Memória Virtual Brasileira, Biblioteca Nacional, 10 jan. 2012. Disponível em: <redememoria.bn.br/2012/01/a-imprensa-periodica-no-seculo-xix/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

______. "Os primeiros passos da palavra impressa". In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). Os Sertões *de Euclides da Cunha: Releituras e diálogos*. São Paulo: Unesp, 2002.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1968. v. I.

NEVES, Maria Bastos P. et al. (Orgs.). *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

NOBLAT, Ricardo. *O que é ser jornalista*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NOBRE, José de Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.

PALMER, Michael B. *Des Petits Journaux aux grandes agences: Naissance du journalisme moderne*. Paris: Aubier, 1983.

PASLEY, Jeffrey L. *The Tyranny of Printers: Newspaper Politics in the Early American Republic*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2003.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço de Documentação, 1952.

PEREIRA DA COSTA, Luís Edmundo de Melo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003. v. I. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19222>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PINHEIRO CHAGAS, Paulo. *Teófilo Ottoni, ministro do povo*. Rio de Janeiro: São José, 1956.

PRIMEIRO Centenário do Jornal do Commercio (*1827-1927*). Ed. comemorativa. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1928.

REIS, Fernando José Egídio. *Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822): As ciências e a transformação do país*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências, especialidade de Epistemologia das Ciências). Disponível em: <run.unl.pt/bitstream/10362/1384/1/Reis_2007.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

RIBEIRO, Gladys Regina (Org.). *Brasileiros e cidadãos: Modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2009.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

______. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

______. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822): Com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SALLES OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de. *A astúcia liberal: Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: CDAPH; Ícone, 1999.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio (1827-2007): De d. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANDRONI, Cícero; SANDRONI, Laura Constância A. de A. *O século de um liberal*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

SCHULLER, Rodolpho R. "A Nova Gazeta da Terra do Brasil (*Newen Zeytung ausz Presillg Landt*) e sua origem mais provável". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XXXIII, pp. 115-43, 1915. Disponível em: <biblio.wdfiles.com/local--files/schuller-1915-nova/schuller_1915_nova.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa brasileira: Vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Alba, 1962.

SENNA, Ernesto. "A imprensa régia". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XIII, 1908.

SERVA, Leão. *Um tipógrafo na colônia: Vida e obra de Silva Serva, precursor da imprensa no Brasil e das fitas do Bonfim*. São Paulo: PubliFolha, 2014.

SILVA, César Agenor Fernandes da. O Correio Braziliense *e o seu projeto de civilização (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História.)

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O* Diário da Bahia *e o século XIX*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Gazeta do Rio de Janeiro *(1808-1822): Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

_______. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Editora da UFBA, 2005.

SILVA, Virgínia Rodrigues da. *O Reverbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. (Dissertação Mestrado em História.) Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1365.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974*. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, 2008. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_______. *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

STARR, Paul. *The Creation of the Media: Political Origins of Modern Communications*. Nova York: Basic Books, 2005.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SUPPO, Hugo Rogelio. *La Politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université Sorbonne Nouvelle — Paris III. Tese (Doutorado em História). v. I.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *Reminiscências*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

TENGARRINHA, José. *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRENTO, Angelo. *Imprensa italiana no Brasil: Séculos XIX e XX*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

TUNSTALL, Jeremy. *The Media Are American*. Londres: Constable, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_______. *D. Pedro I, jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários: Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

WEILL, Georges. *El periódico: Orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Cidade do México: UTEHA, 1979.

WILLIAMS, Francis. *Transmitting World News*. Reimp. ed. 1953. Nova York: Arno; Unesco, 1972.

Créditos das imagens

1, 2, 5, 7, 11, 13, 17, 22, 26, 28, 29, 30, 32 e 33. Reprodução de © Renato Parada

3. Ghent University Library

4. University of Minnesota Library

6. Acervo Biblioteca Mário de Andrade

8. Biblioteca Nacional de Portugal, cota res-110-v

9, 14 e 18. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin

10. *La imprenta de las misiones jesuíticas*, *c*. 1938. Guache de Léonie Mathis (1883-1952). Museo Histórico de Buenos Aires "Cornelio de Saavedra"

12. © The British Library Board. C.49.c.1

15, 16, 19, 24, 27 e 34. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional — Brasil

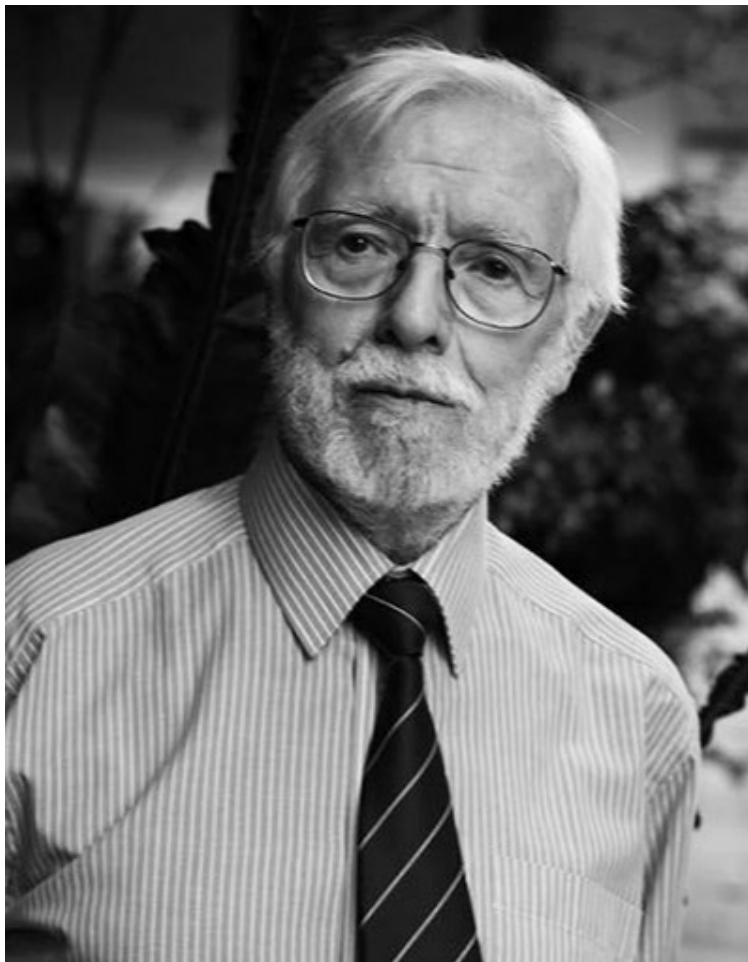
20. Cortesia de The John Carter Brown Library, da Brown University

21. Biblioteca Nacional de Portugal, cota gh-4565-5-a

23. Acervo fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

25. Biblioteca Nacional de Portugal, cota res-110-v

31. Academia Brasileira de Letras

35. Victor Hugo (1802-85), de "Galerie Contemporaine", *c*.1874-78 (foto p/b), fotógrafo francês (século XIX) / Coleção privada / The Stapleton Collection / Bridgeman Images

Renato Parada

O jornalista Matías Martínez Molina nasceu em Madri e se licenciou em história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi editor-chefe do grupo de revistas técnicas da Editora Abril, onde lançou a revista *Exame*. Editou a seção de economia da *Folha de S.Paulo*, foi correspondente em Londres e editor-chefe da *Gazeta Mercantil*. É autor do livro *Os melhores jornais do mundo*.